

Colônias Imperiais na Terra do Café

Camponeses trentinos (vênetos e lombardos)
nas florestas brasileiras

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado do Espírito Santo

DAYSE MARIA OSLEGHER LEMOS
Secretária de Estado da Cultura

AGOSTINO LAZZARO
Diretor-Geral
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CILMAR FRANCESCHETTO
Diretor Técnico
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

ROGÉRIO FRIGERIO PIVA
Diretor Administrativo
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1908-2008

MEMÓRIA VIVA, HISTÓRIA PRESERVADA

Rua Pedro Palácios, 76 – Cidade Alta; Cep.: 29015-160
Rua 7 de Setembro, 414, Centro; Cep.: 29015.905
Vitória, Espírito Santo, Brasil

www.ape.es.gov.br



Coleção Canaã

VOLUME 6

RENZO M. GROSSELLI

Colônias Imperiais na Terra do Café

Camponeses trentinos (vênetos e lombardos)
nas florestas brasileiras

Espírito Santo 1874-1900

Vitória, 2008

Coordenação Editorial

Cilmar Franceschetto

Tradução

Márcia Sarcinelli

Título original: *Colonie Imperiali nella Terra del Caffè - contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte II, Espírito Santo, 1874-1900.*

Revisão do autor

Revisão do português: Rossana Frizzera Bastos

Editoração eletrônica

Bios

Equipe de Apoio Técnico

Agostino Lazzaro

José Antônio Martinuzzo

Tiago Américo Pereira de Souza

Agradecimentos

Antônio Ângelo Zurlo

Circolo Trentino Di Santa Teresa

Silvana Vicentini (Biblioteca Central/Ufes)

Terezinha Calixte (Escola do Legislativo da ALES)

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

G878c Grosselli, Renzo M., 1952-
Colônias imperiais na terra do café : camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900 / Renzo M. Grosselli ; [tradução Márcia Sarcinelli]. - Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

534 p. : il. - (Coleção Canaã ; v.6)

Inclui bibliografia.

ISBN: 85-98928-01-1

1. Colonização - Brasil. 2. Imigrantes. 3. Italianos - Brasil. 4. Itália - Migração. 5. Espírito Santo (Estado) - História - 1874-1900. I. Sarcinelli, Márcia. II. Título.

Eis que dos meus versos
Sobre emplastadas intrigas de salões

Esguichou a urina
Da égua campesina.

Não vos agrada, não é verdade?

Compreende-se...

Para pessoas afeitadas ao orégano
E às rosas...

Mas o pão que vós comeis
Sim, nós o adubamos com estrume!

Sergei Esenin

Tradução de Agostino Lazzaro

Ao Pedro, filho amigo com quem eu
quero combater as últimas e
melhores batalhas. Obrigado Tato,
obrigado.

A Ivette, Serena, Luna. Sempre.

Ao Brasil (futuro da latinidade).

Aos camponeses trentinos.

...e os anjos existem.

Leandro Roberto Feitoza
Lúcia Helena Miranda Corrêa
Walfredo Zamprogno
Antonio Angelo Zurlo
Stefano Bricchetti

Agradecemos também:

Assessoria de Emigração da Província Autônoma de Trento, Clube Ítalo-Brasileiro (Vitória), Cecília e o pessoal do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Padre Remo Stenico, Padre Livio Sparapani, Corrado Trotter, Floriano Nicolao, Luciano Grosselli, Maria Grosselli, Luiz Busatto, Otávio Libardi, Ângelo Zurlo, Padre José Cortelletti, José Sérgio Salgado, Marco Clerici, Ethevaldo Damazio, Ruzerte de Paula Gaigher, Annarosa Gianotti, Marta, da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, Agostino Lazzaro, Brígida Bernabé Feitoza, Antonio Libardi e Paulo A. de Fraga Rodrigues.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: 100 anos

Cem anos se passaram desde a assinatura do Decreto que criou o *Archivo Público Espírito-Santense* pelo então Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, dois meses depois de assumir o governo capixaba naquele ano de 1908.

A nova instituição tornou-se então responsável por resguardar os registros documentados das antigas administrações do Espírito Santo e até mesmo uma parte do acervo de quando as terras capixabas ainda compunham uma Capitania. A grande massa documental dizia respeito, então, ao Século XIX quando ocorrem grandes modificações no seio da sociedade espírito-santense, com grande destaque para a entrada em massa de imigrantes de diversos países europeus.

Quando o Arquivo Público foi criado, havia se passado exatamente 100 anos da vinda da família real para o Brasil, quando se deu início, mesmo que muito lentamente, a um processo de abertura para o desenvolvimento do Espírito Santo, até então sufocado pelos interesses portugueses em proteger as minas auríferas do interior da colônia brasileira. Por sua vez, esse isolamento do território capixaba, vale ressaltar, havia sido imposto pela Coroa por mais de um Século, impedindo o crescimento da Capitania.

Esses desdobramentos político-administrativos geraram milhares de documentos: ofícios, cartas, relatórios, mapas, dentre outros registros, em sua maioria manuscritos pelos próprios protagonistas das administrações, pelos assessores, membros do clero e da sociedade em geral, fazendo surgir as realizações, bem como os problemas demandados pelo Espírito Santo na época. Esses registros compõem hoje a memória do nosso Estado, cuja responsabilidade da guarda e proteção cabe ao APEES.

E no ano em que comemora o seu Centenário, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo tem a honra de oferecer aos leitores a presente obra de Renzo M. Grosselli.

Foi rastreando o rico acervo documental do APEES que o sociólogo italiano, há mais de duas décadas, extraiu dados valiosíssimos para compor o roteiro da imigração italiana no Espírito Santo, ocorrida com

grande ênfase nas três últimas décadas do Século XIX. Essas informações, finalmente nos são reveladas agora por meio da tradução para o português de sua obra, publicada originalmente em italiano na Província de Trento, em 1987. *Colônias Imperiais* é uma obra exemplar, que teve, portanto, como base principal as fontes primárias do Arquivo Público, pesquisadas com grande rigor científico por Grosselli.

Para contextualizar o roteiro dos primeiros italianos, o autor traça um panorama da situação antes da emigração e do Espírito Santo como o destino de milhares de camponeses europeus, além de estudar a situação de outros povos que aqui já se encontravam. Deste modo, *Colônias Imperiais* torna-se uma referência obrigatória nos estudos sobre a História do Espírito Santo; trabalho feito com muita dedicação, que comprova o pioneirismo do Estado na imigração em massa de italianos para a América.

Somos gratos ao autor que nos concedeu os direitos de publicação, um verdadeiro presente para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, no ano de seu Centenário, e para todos os capixabas que poderão contar agora com mais uma obra de magnitude sobre a História do nosso Estado.

Agostino Lazzaro

Diretor-Geral

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

A *Mèrica* era o Espírito Santo

Geralmente, vinculamos memória apenas a lembrança, mas, por paradoxal que possa parecer, o esquecimento é um de seus fundamentos. Memória são vestígios do passado iluminados pelos olhares do presente. É passado selecionado de acordo com os interesses do hoje, com vistas a um futuro almejado. Ou seja, a memória, com suas lembranças e esquecimentos, é um ato político, inserindo-se no ambiente que determina as hegemônias, favorece as escolhas e respalda as decisões. E mais: a memória forja a identidade, ajuda a compor nossa consciência individual e coletiva.

Um esquecimento secular motivou este livro que temos a honra de apresentar aos capixabas e aos brasileiros em primeira tradução portuguesa da edição original italiana, de 1987. Para lembrar o que nunca havia sido lembrado na memória italiana, o sociólogo e jornalista Renzo M. Grosselli foi atrás das marcas deixadas no Brasil por seus co-nacionais durante as décadas finais do século XIX. Os vestígios recuperados compõem um quadro épico, revelam mais dos italianos, dos brasileiros e dos capixabas – enriquecem nossas identidades, históricas e contemporâneas.

Era a tarde do dia três de janeiro de 1874, no porto de Gênova, noroeste da Itália, quando 388 camponeses estavam para começar uma nova vida, num novo ano que se anunciara, certamente cheio de expectativas e saudades prematuras, havia apenas dois dias. Sob os cuidados de um “tal Tabacchi”, embarcaram no navio *La Sofia* e, depois de 45 dias de via-crucis marítima, no dia 17 de fevereiro chegaram à baía de Vitória. Há 134 anos, conta-nos o autor, em terras capixabas começava a imigração em massa de italianos no mundo.

Mais de cem anos depois, a memória da caminhada dos imigrantes ainda tem mais esquecimentos que lembranças. Aproximam-nos dela algumas poucas, mas valiosas, pesquisas de referência e a tradição oral e folclórica. O enredo que Grosselli tão bem constrói cientificamente no livro vem, por exemplo, percorrido numa canção popular que se tornou hino da imigração entre nós.

Mèrica, Mèrica, Mèrica, cosa sarà la 'sta Mèrica? – perguntavam cantando os pioneiros da moderna diáspora italiana. Para estes, a América era o Brasil, e inicialmente o Espírito Santo, afirma o autor. Segundo a

canção, que buscava embalar a quase impossível vida, a América era um sonho, traduzido numa delicada metáfora: *Mèrica, Mèrica, Mèrica, un bel mazzolino di fior*.

Mas a América dos imigrantes não foi apenas um belo ramallete de flores, como dizem os versos no dialeto vêneto. Era essencialmente mata virgem, floresta selvagem, abandono e muita luta. Da parte daqueles que dormiram ao relento, como as bestas que vão repousar – como também admite a canção (*Abbiám dormito sul nudo terreno, come le bestie che van a riposá*) –, podiam-se ouvir “gritos, orações, blasfêmias” que se perderam nas florestas, relata Grosselli.

Ao apresentar sua obra, o autor demarca: era hora de recuperar “os vestígios da voz camponesa”. Pesquisando junto a fontes primárias e livros de autores capixabas, Grosselli produziu um livro essencial, que soma não apenas à historiografia italiana, mas também à brasileira. Daí porque esta edição histórica integrou os festejos dos 130 anos da imigração italiana por aqui e no planeta.

O livro recupera o cenário socioeconômico do norte da Itália, especialmente do Trentino, e do Brasil, notadamente o Espírito Santo, no final do século XIX. Contextualizada a época e as determinantes da migração em massa, o autor narra com detalhes e precisão impressionantes a realidade das colônias em terras capixabas.

“A primeira geração de imigrantes foi certamente triturada pela experiência. [...] Quem não se rendeu imediatamente, e morreu ou enlouqueceu ou voltou atrás, viu-se forçado a reformular aos poucos seus horizontes” – relata o autor, ao observar que o desafio do Brasil era maior que ele e seus imigrantes.

Mas, como diz a canção (*E con la industria dei nostri italiani abbiám formato paesi, città*), com o trabalho dos italianos, formaram-se vilas e cidades. Felizmente, o povo que teve coragem para seguir a esperança, tendo mais uma vez refeito seus horizontes, acabou ajudando a construir o Brasil moderno. Em nosso caso, ajudou mesmo a instituir as bases do Espírito Santo que hoje vivemos, visto que até o século XIX éramos pouco mais que uma lacuna na geopolítica nacional.

Neste momento em que o Espírito Santo trabalha, árdua e coletivamente, para estabelecer uma nova era de sua história contemporânea, inaugurando uma fase de austeridade e honradez político-administrativa, prosperidade coletiva e justiça social, não deixa de ser importante lembrarmos que já fomos vitoriosos, que somos capazes de vencer a adversidade – processo em que este livro pode ser valioso.

Ademais, a consciência dos desafios e sacrifícios do passado nos faz mais comprometidos com o presente e o futuro, pois, de outro modo, teriam sido em vão os dias vividos. Em honra de quem aqui investiu sua existência em busca de uma vida renovada, e contribuiu para viabilizar um novo Espírito Santo, devemos nos manter firmes e comprometidos com um Espírito Santo renovado hoje e no futuro, distante do passado recente, tão indigno do tributo que recebemos de nossos precursores.

Sim. A América capixaba foi para os imigrantes dor, desafio e decepção, mas ela era e continua sendo *un bel mazzolino di fior*. E assim o é também por obra dos italianos que, ao lado de pomeranos, africanos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, dentre outros, ajudaram a compor uma terra e uma gente ímpares – um lugar que encanta e faz a vida ser mais. Ao autor, por exemplo, o contato com nosso “universo” inspirou a revelação, mesmo diante do risco da incompreensão na sua cultura natal, como o próprio assinalou, de que o guia de sua pesquisa foi o amor. O amor a uma gente que viveu o sonho, a esperança, as dores, as perdas e as vitórias de modo superlativo e acabou por escrever um capítulo fundamental de nossas histórias.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

Índice geral

Apresentação	7
Premissa	15

PRIMEIRA PARTE

O Trentino do Século XIX: aspectos de uma sociedade em movimento

O problema nacional	21
Estrutura econômica e crises	28
As causas do fenômeno migratório	40
Os municípios, os impostos e a crise da propriedade fundiária	44
Miséria e expulsão dos campos	52
O novo cansaço camponês: o militarismo austríaco	59
Emigração sazonal e emigração temporária	68
Emigração transoceânica: o Brasil	72
Emigração: o negócio do século	82
O Trentino e a modernização capitalista	94

SEGUNDA PARTE

O Espírito Santo às vésperas dos anos '70

O contexto brasileiro no século XIX	103
Os índios	109
Território e população	114
A agricultura	117
Vias de comunicação e outras infra-estruturas	127
O problema da mão-de-obra no Brasil e no Espírito Santo	136
Escravidão e latifúndio no Espírito Santo	144
A colonização	150
A Colônia Santa Izabel	155

TERCEIRA PARTE

As colônias imperiais de Santa Leopoldina e Rio Novo

Algumas observações sobre as fontes e uma sugestão de leitura	165
A "Expedição Tabacchi" e a Colônia Nova Trento	170
A Colônia Santa Leopoldina, 1856-1872	199
Colônia Santa Leopoldina, 1873. A revolta polonesa	211
Colônia Santa Leopoldina, 1874. Os primeiros trentinos. As revoltas alemãs. O contrato com Pietro Casagrande	222

A Colônia de Rio Novo, 1854-1874	235
Colônia Santa Leopoldina, 1875. O Núcleo Timbuhy	262
Colônia de Rio Novo, 1875. A revolta trentina	276
Os terríveis primeiros meses no Brasil: recepção, clima, saúde	297
Colônia Santa Leopoldina, 1876. A tragédia do <i>Fenelon</i> . Timbuhy explode	316
Colônia de Rio Novo, 1876. Chegam os italianos. O V Território	333
Sistema de colonização, fertilidade das terras, técnicas agrícolas	344
Colônia Santa Leopoldina, 1877. Colonos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A revolta dos lombardos. O Núcleo Colonial Conde D'Eu (Santa Cruz)	363
Colônia de Rio Novo, 1877. A anarquia	383
Floresta e nova sociedade	395
Colônia Santa Leopoldina, 1878-1879. Os cearenses. Às vésperas da emancipação	412
Colônia de Rio Novo, 1878. A revolta do V Território. Ocupação do III Território. Boicote a Pinto Pacca	427
Brasileiros, alemães, italianos	442
Colônia de Rio Novo, 1879-1880. A emancipação e a criação da Colônia Castello	455
Colônia Santa Leopoldina, 1880-1882 A emancipação. Santa Teresa, "borgo trentino"	466
Supertrabalho e comércio de rapina	479
As colônias: o café e o surgimento de novas atividades. A seda de Santa Teresa	494
Os custos das colônias	503
As listas.	508
Bibliografia.	522
Obras (diversas línguas).	523
Coleções de jornais e revistas.	529
Entrevistas gravadas em fitas.	530
Índice das tabelas.	531
Índice das ilustrações.	532
Abreviações.	533

PREMISSA

Assim como o livro precedente do autor, que narra os anos de colonização trentina (e italiana) em Santa Catarina, esta obra insere-se no filão historiográfico que privilegia a história dos povos, deixando ao fundo, se não totalmente de lado, os fatos macro-políticos. Evidentemente, na origem desta escolha há uma opção ideológica ligada a uma escala de valores pessoais do autor. Seu objetivo é dar voz aos mudos: neste caso, a milhares de camponeses que, no final do século XIX, deixaram quase em silêncio o Trentino e a Itália e se dispersaram pelas florestas do Brasil. Deles não se soube mais nada, não se disse mais nada. Seus gritos, suas orações e suas blasfêmias perderam-se para nós na terra brasileira, passando a integrar a história daquele país. É certamente chegada a hora de recuperar aqueles eventos para a nossa historiografia (além de contribuir com a brasileira). Não por capricho ou por extrema originalidade. A segunda metade do século XIX representa um período privilegiado para o estudo do Trentino moderno: é a época de passagem entre o *Ancien Régime* e a nova organização da sociedade e do mercado em termos capitalistas. Esta época foi igualmente significativa para o Brasil, que passou de uma economia do tipo colonial a uma economia capitalista, em que o capital tomou a forma de capital mercantil exportador. Para o Trentino, foi o período de ruptura definitiva dos equilíbrios que haviam dirigido os destinos da “sociedade camponesa”. Propriedade agrícola endereçada ao autoconsumo e fecundada por um conceito de trabalho como um valor em si; pela família patriarcal como célula-mãe, irrefutável e inatacável, da comunidade; por uma religiosidade extrema e totalizante. Estes eram o eixo desta sociedade, que atravessara os séculos com modificações lentas, quase imperceptíveis. Em poucas décadas, em alguns anos, esta sociedade entrou em agonia. A morte foi adiada pelo processo migratório convulso. Por um lado, permitiu um apacramento das tensões sociais e econômicas nos países que conheceram o fenômeno; por outro, proporcionou àqueles que partiam uma tentativa extrema de reconstrução daquela sociedade na floresta (ou nos pampas). E, no momento em que os contrastes entre o velho e o novo eram mais agudos aqui no Trentino, mais patentemente manifestavam-se os contornos daquela velha sociedade que nos interessa estudar. Os próprios camponeses bradavam a sua dor e imprecavam contra o que os feria. Por outro lado, ao tentar recons-

truir no Brasil uma sociedade que na Europa entrara em crise, emergiram alguns aspectos marcantes (a religiosidade, por exemplo), fornecendo ao historiador um terreno de análise privilegiado e único.

Mas a escolha ideológica que indicamos como a base desta pesquisa não condiciona de forma alguma o seu desenvolvimento. Ao menos em intenção. Quanto a isto, procuramos ser muito firmes, escaldados por duas décadas de desenvolvimento das ciências e das artes, que na Itália sofreram um processo de ideologização que nem sempre garantia a pureza de resultados que permitissem separar o tecido da experiência daquele ideológico.

Criamos, na base de nosso trabalho, uma série de filtros destinados a separar “as nossas intenções” das “intenções da história”. O filtro mais eficiente, afinal, parece-nos ser uma honestidade fundamental, que nos levava a colocar-nos continuamente uma pergunta: “Trata-se de uma opinião nossa ou os fatos o indicam?” Sem que entretanto nos iludíssemos; na verdade, o simples fato de meditar sobre os acontecimentos, de submetê-los ao crivo de uma análise lógica, significa envolvê-los em conteúdos que são nossos, escolhê-los, organizá-los, expressá-los com base nestes conteúdos. Evidentemente, com isto não desejamos eliminar as opiniões de pesquisadores que são o verdadeiro motor da pesquisa, a mola que proporciona novos conhecimentos; procuramos separá-las o máximo possível dos dados de fato e dos documentos, a fim de que o leitor possa deparar-se com um e outro e elaborá-los como julgar melhor. É a tentativa de pôr em prática a velha tese weberiana: se a hipótese que está na base da pesquisa é conhecida, os resultados poderão ser lidos, desmontados e interpretados por quem quer que seja. O leitor observará que tentamos sempre apresentar uma ampla documentação e citar-lhe a fonte. Isto às vezes ameaçava tornar a leitura mais pesada, mas assumimos este risco com prazer, a serviço daquela verdade que é certamente uma utopia, mas que é fecunda em resultados, ainda que parciais e provisórios, para os que a buscam. E, entre a documentação que apresentamos, um espaço especial ocupam os documentos que constituem diretamente a voz dos camponeses. Entrevistas gravadas, mas sobretudo petições, cartas, súplicas são o que resta do pensamento daquela gente. Pouco, muito pouco se comparado à ampla documentação relativa às “autoridades” que usaram, ajudaram, ofenderam, atacaram, aconselharam, enganaram os camponeses. Estes não escrevem (conquanto trentinos, e com um notável grau de alfabetização em relação à época). Mas escrevem muito, e por profissão, as autoridades trentinas ou as brasileiras: prefeitos, juízes e policiais, diretores de colônias, presidentes da província, sacerdotes. Todas as vezes que encontramos algum vestígio da “voz camponesa”, nós o reportamos.

O objetivo a que nos propusemos pode ser dividido em duas colunas. O nível mínimo previa a reconstrução daquele trecho da história, trentina e brasileira, que em termos de anos podemos situar nas últimas três ou quatro décadas do século XIX e que se referiam ao abandono das terras européias por parte de milhares de camponeses, e a ocupação de vastas áreas do território brasileiro. Tratava-se de preencher uma página quase em branco no tocante à historiografia italiana, completamente desconhecida no que se refere à colonização do Espírito Santo. Mas não muito aprofundada, e às vezes com velhos instrumentos, também no Espírito Santo, onde apenas recentemente surgiu uma nova geração de historiadores que está progressivamente preenchendo este vazio.¹

Foi necessário, portanto, adentrar nos arquivos e transformá-los em um local privilegiado do nosso trabalho. Nisto fomos assistidos pela sorte. Os arquivos trentinos são ricos em material, herdeiros do sistema administrativo austríaco, que legou-nos uma herança positiva neste campo. Mas também o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo revelou-se riquíssimo em material, permitindo-nos colher uma vastíssima documentação. Tratava-se de definir datas, quantificar o fenômeno, deslocá-lo para o território trentino e capixaba, identificar, às vezes nominalmente, os protagonistas. Um trabalho de reconstituição histórica. Mas se isto era o mínimo a que nos propúnhamos, um segundo aspecto nos interessava. Desejávamos reconstituir uma época: a época da tragédia camponesa da emigração e sua superação. Tratava-se de enfrentar um complexo de questões que delineassem o quadro da sociedade trentina do século XIX e o da sociedade capixaba na mesma época. Nisto também fomos auxiliados pela bibliografia existente, da qual nos servimos sem quaisquer escrúpulos ou pudores, apenas com a prudência de citar sempre as fontes. “Longe de mim a pretensão de ser um *expert* em todos os aspectos, mesmo os menores, da enorme matéria contida neste livro.”² Algumas vezes, contudo, deparamo-nos com a falta de obras especializadas que ilustrassem certos aspectos do fenômeno que ocasionalmente eram de nosso interesse. Fizemos então referência, sempre que possível, à contribuição de pessoas que melhor e mais do que nós conheciam aqueles assuntos, devido a seus

1 O historiador G. A. de Mello Bittencourt, referindo-se à historiografia do Espírito Santo, afirma que as pesquisas “estão concentradas nas áreas políticas, atrofiando os setores sócio-econômicos, não questionando o passado no nível e profundidade exigidos pela sociedade atual”. Em *Espírito Santo: a indústria de energia elétrica no Espírito Santo 1889/1978*, Edição aos cuidados da Instituto Jones dos Santos Neves.

2 E. J. Hobsbawm: *Il trionfo della borghesia 1848/1875*, Ed. Laterza 1975.

interesses profissionais ou simplesmente culturais. Além disto, representam um papel importante em nosso trabalho as entrevistas que recolhemos entre os mais velhos dentre os brasileiros de origem trentina das regiões estudadas. Mesmo descontando-se equívocos e confusões, especialmente quanto a eventos precisos em termos espaço-temporais, estas entrevistas, mais do qualquer outra fonte, permitem-nos reconstruir o contexto daqueles tempos, exprimindo a opinião camponesa que não se pode encontrar em outro lugar. Quanto ao apoio fornecido por “técnicos” desta ou daquela matéria, “as pessoas certas no momento certo” permitiram-nos, não apenas superar nossas limitações pessoais, como também diminuir consideravelmente os custos da pesquisa. De forma insólita, criamos em alguns casos uma equipe de trabalho sem custos e organogramas. Nisto a cultura brasileira foi-nos de enorme ajuda: indicou-nos a possibilidade de uma “improvisação positiva”, que é uma mola de desenvolvimento das novas sociedades.

As imperfeições do nosso método de trabalho não se devem a alguma escola, mas apenas à nossa experiência de cinco anos de pesquisa neste campo. “Método Tupiniquim”, como o batizou um grande amigo do Espírito Santo, referindo-se a uma tribo indígena famosa por sua engenhosidade. Método não sacralizado ou canonizado, e certamente não isento de pontos frágeis. Mas também um método em desenvolvimento, livre de armadilhas e condicionamentos, em um terreno de investigação praticamente virgem e que necessita de instrumentação maleável que a ele se adapte.

Enfrentamos um sério problema ao escrever este livro. Esta obra é apenas parte de um trabalho mais complexo, inicialmente concebido em quatro partes. Tratava-se, e trata-se ainda, de reconstituir a história da emigração trentina (mas essencialmente também a da emigração italiana da época) para o Brasil. Emigração que se dirigiu ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Os capítulos cujo estudo nos interessava referem-se aos quatro últimos Estados.

De fato, os historiadores do Rio Grande do Sul (e entre estes, especialmente aqueles que gravitam em torno da Universidade de Caxias do Sul e da Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes) publicaram já uma copiosa série de pesquisas, extremamente válidas e completas, que tornam inútil, a nosso ver, um ulterior detalhamento da emigração trentina naquele Estado, estando os dados que lhe dizem respeito presentes nesta vasta bibliografia. Já cobrimos um dos outros capítulos, com a publicação de “Vencer ou Morrer”. A terceira e a quarta parte da pesquisa diriam respeito aos estados do Paraná e de São Paulo. No primeiro livro, portanto, incluímos uma parte que deve ser considerada

comum, e que tende a focalizar os contornos da sociedade trentina nos últimos vinte e cinco anos do século XIX. Devíamos, contudo, levar em consideração que aquele primeiro livro não fora colocado à venda nas livrarias, e que portanto estava disponível para o leitor apenas nas bibliotecas públicas. Podíamos descartar uma parte da pesquisa que era essencial para a compreensão das investigações seguintes? Não seria melhor introduzir aos poucos aquela parte da investigação também no novo livro? Escolhemos uma terceira via. Apresentamos, no início deste livro, um panorama da sociedade trentina por volta da metade do século XIX, mas aproveitamo-nos para focalizar melhor, ou com maior riqueza de dados, alguns aspectos que em “Vencer ou Morrer” haviam sido tratados mais superficialmente. São três os pontos em questão: a condição de endividamento dos municípios trentinos, que produziu um altíssimo nível de imposição fiscal, que por sua vez foi um dos mais importantes fatores de penetração do sistema de produção capitalista nos campos; o processo de depauperação progressiva dos campos trentinos e a progressiva expulsão dos camponeses em todas as direções; a sufocante legislação militar austríaca, que contribuiu de modo significativo para a crise de identidade da cultura camponesa.

Mas também quanto ao que concerne à “parte brasileira” desta história, tivemos o mesmo problema. Se os eventos que se referem às colônias do Espírito Santo podem ser narrados sem temor de repetir a história já contada quanto às colônias de Santa Catarina, alguns aspectos mais gerais referentes à colonização brasileira à época do Império já haviam sido tratados por nós no livro anterior. De fato, a legislação sobre as colônias era a mesma, as decisões do governo do Rio de Janeiro valiam para todas as colônias imperiais, os camponeses norte-italianos que chegaram a Santa Catarina e ao Espírito Santo provinham das mesmas zonas e eram portadores de uma cultura comum. Desta vez resolvemos o problema de maneira diversa, fornecendo os dados indispensáveis para a compreensão dos contornos da questão em que nos inserimos; fizemos referência ao livro anterior sempre que um assunto abordado parecia-nos já ter sido tratado exhaustivamente naquela obra. No mais, enfrentamos problemáticas que naquela época não haviam sido enfrentadas ou de que havíamos tratado em menor profundidade. A nova e copiosa documentação que encontramos em pesquisas de arquivo permitiu-nos, portanto, elucidar ulteriores aspectos do fenômeno que, com o passar dos anos e o acumular das investigações, estamos tentando melhor esclarecer. Uma nova bibliografia também nos auxiliou nesta obra, neste trabalho ainda em desenvolvimento.

Esperamos ter superado as dificuldades a que nos referimos com suficiente clareza e, a esta altura, desejamos fazer uma confissão para indicar ao leitor o estado de espírito com que preparamos esta obra.

Dentro ou fora da retórica, foi o amor que nos conduziu para realizá-la. Sabemos que a frase soará mal no Trentino, terra em que os sentimentos são cuidadosamente guardados e manifestados apenas na intimidade, sob pena de acusação de exibicionismo ou constrangimento.

Mas este pudor não é mais nosso, e a convivência com a cultura brasileira ajudou-nos a liberar-nos de uma “incapacidade” que vivenciávamos como tal. Referimo-nos ao amor pela nossa gente dos campos, sobretudo aquela de um passado que talvez se tenha concluído definitivamente há duas ou três décadas atrás: amor por suas fraquezas, seus silêncios ou seu discurso submisso, sua concretude constante, modelada na Itália pelo difícil ambiente físico da montanha, e no Brasil, plasmada (e infelizmente muitas vezes destruída) por aquele da floresta. Seguindo os passos desta gente, encontramos o Brasil e daí nasceu um novo e profundo amor. Se soubéssemos que o nosso trabalho poderia também ser útil, mesmo que só um pouco, para esse grande e estupendo país, seria completa a nossa satisfação.

Esta obra foi completamente financiada pela Província Autônoma de Trento, que cuidou também da edição. Parece-nos um exemplo extremamente positivo de colaboração entre o poder público e o mundo da pesquisa, e que demonstra a visão, assim como a coragem, de quem tomou esta iniciativa, que no campo da emigração trentina coloca o nosso Estado em um terreno muito mais avançado do que os outros Estados italianos. Mas talvez as nossas opiniões neste campo sejam suspeitas, pois constituímos um dos dois polos desta relação. Permitimo-nos então uma menção a todas as provas de estima que nos foram oferecidas por nosso trabalho anterior, em alguns casos por parte de personagens e instituições (universidades, por exemplo), italianas ou estrangeiras, que no campo dos estudos sobre a emigração podem ser consideradas verdadeiras autoridades. Quanto ao novo livro, leitores e estudantes decidirão se valeu a pena. Aguardamos, sem ansiedade, uma resposta a um trabalho levado a termo através de amplas pesquisas, no nível mais profundo que nos foi possível atingir, e que previu um investimento considerável em termos de tempo e energia, mas muito menos significativo em termos econômicos.

O AUTOR

PRIMEIRA PARTE

O Trentino do Século XIX: aspectos de uma sociedade em movimento

O problema nacional

O Trentino moderno nasce na aurora do século XIX³, quando desaparece o Principado Bispal, ou seja, quando a monarquia austríaca põe fim ao poder temporal do Bispo de Trento, que durante cerca de 700 anos havia determinado o destino da Província, entre outros milhares de feudatários espalhados pelo território europeu.

Naquela época começava a colocar-se para a burguesia italiana o problema da unificação da Itália, dividida em principados e reinos e sujeita a influências e proteções de várias potências europeias. E o problema surgiu espontaneamente também para a burguesia trentina, em uma terra em que desde tempos imemoriais falava-se a língua italiana (ainda que apenas naquelas décadas se iniciasse a codificação de um idioma definido como “língua italiana”, que não passava de um dentre as centenas de dialetos falados na península, enobrecido pelo fato de ter sido a língua na qual Dante e Petrarca haviam escrito suas obras) e cuja cultura era a italiana.

Terra de fronteira entre o mundo alemão e o mundo italiano, o Trentino esteve subordinado, durante cento e vinte anos, à administração (ou dominação, como querem alguns) “estrangeira”, sobretudo austríaca. Se, de fato, de 1806 a 1815 o Trentino foi administrado por bávaros, franceses e italianos ma-

3 Ao citar os anos '50, '60, '70 e assim por diante, o autor refere-se às décadas do século XIX. (N. E.)

O INÍCIO



Pietro Tabacchi e Anna Fountoura Tabacchi



nobrados por franceses bonapartistas (foi o período do Reino Itálico, cujo vice-rei era o francês Eugênio Beauharnais), durante alguns anos precedentes a este período e até a derrota do Império austro-húngaro na guerra concluída em 1918, o Estado foi território sujeito à coroa habsbúrgica, e seu destino determinado em Viena. eclodiu em pouco tempo o “problema nacional”, em um momento em que a burguesia trentina decidiu tentar tomar as rédeas do poder de decisão na Província. Mas a Coroa e as classes dirigentes alemãs viram nisso apenas um período de desagregação daquele seu Império composto de variadas nacionalidades (alemãs, eslavas, húngaras, italianas) e esforçaram-se de todas as formas para centralizar o poder, se não propriamente em Viena, ao menos em Innsbruck, capital daquele Tirol ao qual o Trentino foi forçosamente anexado (tanto que mudou-se, por lei, o nome do Estado: de Trentino para Tirol Meridional ou Tirol Italiano). A burguesia trentina, no momento em que se formava sua consciência de classe, viu impedido o seu acesso aos mais importantes instrumentos de poder. O artifício usado pelos políticos de Viena foi o de privar as classes dirigentes de Trento de todo o poder de decisão referente ao seu presente e ao seu futuro. De fato, dentre os 68 deputados da Dieta (Parlamento) de Innsbruck, apenas 25 eram eleitos no Trentino ou Tirol Italiano; havia perene oposição em um parlamento alemão dividido entre clericais e liberais, que contudo encontrava perfeita unidade quando se tratava de barrar o caminho à autonomia pela qual as classes economicamente preeminentes de Trento incansavelmente clamavam. Moderada e alheia a qualquer radicalismo, a burguesia trentina, ela também dividida internamente entre clericais e liberais, passou a aspirar súbita e compactamente à obtenção de um parlamento próprio para o povo de origem italiana e, portanto, a uma autonomia legislativa que permitisse salvaguardar seus próprios interesses (identificados como os interesses do povo inteiro). Foi uma longa batalha, combatida ao som de petições, súplicas e proclamações de êxito adverso. Projetos que visavam a autonomia foram apresentados em 1849, 1863, 1871 e em 1873, encaminhados à Dieta de Innsbruck ou diretamente ao Governo e ao soberano. Formaram-se comissões e subcomissões, comitês e sub-comitês. Para exemplificar, eis o Memorial que as Representações Municipais apresentaram em 1871 ao Imperador, por ocasião de sua viagem ao Trentino:

Majestade!

No momento em que Vossa Majestade digna-se a honrar o nosso país com Vossa Augusta presença, seus habitantes ousam renovar um pedido, exprimir uma prece, cuja realização é reclamada

por seus mais vivos desejos, por suas necessidades mais pungentes, que é a de possuir uma completa autonomia provincial, com uma Dieta própria, uma Junta própria, um fundo provincial próprio.

Os devotos abaixo assinados não se estenderão na exposição dos motivos que justificam este pedido, que já foram de mil maneiras e por tantas vezes explicados, apenas repetirão que este é ditado pelo mais vivo interesse, pelo mais sacro-santo direito, sancionado também pelas leis fundamentais do Estado, que garantem a todas as estirpes uma perfeita igualdade e o inviolável direito à defesa e à proteção de sua própria nacionalidade e de sua própria língua. A importância prática deste supremo princípio de lei para os cidadãos e para o Estado certamente não pode consistir apenas em que o estado civil não pode nem dar, nem tomar a faculdade de cada estirpe de usar sua própria linguagem e de nela cultivar-se; essa consiste, ao contrário e principalmente, no direito de prover seus próprios interesses municipais e provinciais, em conformidade com a índole, o espírito, as exigências da própria nacionalidade, o que se pode conseguir apenas quando as representações administrativas públicas são compostas de elementos nacionais e independentes da influência e da preponderância que podem exercitar, nas relativas deliberações ou decisões, aqueles que pertencem a outras estirpes e que possuem projetos, necessidades e interesses de naturezas totalmente diferentes.

As nossas populações não são avessas por princípio aos leais e honestos habitantes do Tirol alemão; essas entretanto sentem e sabem que na administração pública as visões destes, devido exatamente à diferente índole nacional, são muitas vezes totalmente diversas, e estão persuadidas de que muitas leis provinciais que talvez sejam adequadas para alguns, seriam insuficientes para outros, e portanto não podem tomar parte em uma representação à qual, por sua própria constituição, seria quase sempre inevitável sua subordinação.

Não nos esquivamos ao que é indispensável à unidade do Império, mas não podemos convencer-nos de que esta possa depender da conexão artificial, nas questões que concernem apenas às províncias, de duas nacionalidades, cada qual com interesses realmente especiais; antes consideramos que apenas com o estabelecimento de uma perfeita igualdade neste aspecto garantir-se-ia um maior incremento das próprias províncias e de todo o Estado.

Mas a realização deste objetivo não pode depender de nossas moções e propostas individuais aos poderes legislativos da Província e

do Estado, em relação aos quais, segundo o sistema vigente, estaremos sempre em desanimadora minoria; ao contrário, esta depende da iniciativa que o Governo de Sua Majestade deseje tomar, na firme convicção de que a concessão de uma completa autonomia provincial é uma necessidade e uma vantagem para o próprio país e para toda a Monarquia. E esta convicção só poderia ser forte e indestrutível se Vossa Majestade, em Sua alta sabedoria e benevolência para com todas as estirpes que compõem o Império, indistintamente, desejasse dignar-se a tomar em madura consideração a presente petição e conceder-lhe o patrocínio de Sua Soberana palavra.

Majestade! As populações deste país dirigem-se a Vossa Majestade com a lealdade de Cidadãos, com a devoção de súditos; se a sua prece puder encontrar junto a Vós uma recepção positiva, Vós, nos breves momentos de Vossa presença neste lugar, tereis inaugurado entre nós uma era de justiça e beneficência, tereis erguido a Vós próprio a base do mais grandioso monumento a que podem aspirar os Soberanos, o do reconhecimento dos povos.”⁴

Mas provavelmente tinham mais acesso ao grande coração do monarca as razões dos tirolezes de língua alemã que se opunham com tenacidade e constância a estes argumentos. A burguesia trentina, incapaz de liderar um movimento popular que fizesse pressão neste sentido, enchia seus jornais com análises deste tipo e não perdia qualquer oportunidade de chamar a atenção das autoridades centrais para estas suas instâncias (inclusive recusando-se por muitos anos a enviar seus representantes às sessões parlamentares). Assim soava uma carta que a Prefeitura de Trento enviou em 1874 aos líderes municipais do Trentino:

“Está agora reaberta a sessão do Conselho do Império na qual ocupam seus lugares os Deputados eleitos pelo nosso País no outono passado. Eles darão início em pouco tempo às suas tentativas de realizar o objetivo que representa o mais vivo desejo das nossas populações, aquele pelo qual prometeram lutar com todas as suas forças, ou seja, a separação da Província do Tirol. Os nossos deputados saberão fazer valer todos os argumentos para vencer a difícil luta, e não omitirão meio algum para abrir caminho nos Círculos parlamentares; julgo oportuno, porém, que seus esforços sejam ao

4 AMC: Atos Adm. 1870, envelope 193.

mesmo tempo validados por uma ação, em forma de Petição, que os principais Municípios do Trentino deveriam enviar à alta Câmara dos Deputados."⁵

Mas a questão permaneceria irresoluta. Após várias tentativas de aprovar uma normativa que estabelecesse a instituição de uma Dieta Trentina, os parlamentares trentinos tentaram conseguir que ao menos o órgão executivo, ou seja, a Junta Provincial, fosse desdobrado. Lutaram também pela instituição de um Conselho escolástico provincial, de um Tribunal de apelo com sede no Estado, assim como por uma autoridade financeira de segunda instância. Neste sentido agiu a delegação trentina a partir de 1873, com resultados pouco promissores.⁶ Passaram a pedir uma universidade italiana com sede em Trento.⁷ Mas nos anos '90 os trentinos ainda não haviam conseguido nada.

"Expressamos a necessidade de uma autonomia administrativa com a eloqüência do silêncio, com a apresentação de súplicas e memoriais, movendo interpelações, realizando protestos, abstendunos de eleições ou nomeando deputados que da melhor maneira a defendessem, junto à Dieta tirolesa e junto ao conselho do império. Em resumo, com todos os esforços empenhamo-nos para alcançar este intento, já que se trata, mais do que de nosso renascimento material, de nossa própria vida moral e econômica."

Assim rezava um enésimo memorial apresentado às autoridades austríacas.⁸ E, no mesmo documento, o pedido de autonomia era justificado pela substancial diversidade do povo do Tirol austríaco em relação ao povo Trentino, pelas diferentes estruturas econômicas das duas zonas e pela diferente conformação hidrográfica que intervinha de maneira diversa sobre o ambiente físico:

5 AMC: Atos Adm. 1874, envelope 197.

6 AMS: Atos Adm., 1876, envelope 268 e AMC: Atos Adm. 1876, envelope 200. *Memorial sobre a atividade de Suas Excelências os Deputados do Conselho do Império, discursado pelo Advogado Dr. Dordi na sessão da Sociedade Nacional Liberal do dia 2 do mês corrente.*

7 AMC: Atos Adm. 1876, envelope 200. Petição proposta à firma do líder municipal, datada de 21/04/1876.

8 *Memorial dos Deputados do Trentino à Dieta Provincial sobre as maiores necessidades da parte italiana da província e sobre as providências a este respeito*, apresentado ao Conde Francesco Nerveidt em AMI: Atos Adm. 1880, envelope 38.

“Somos diferentes dos tirolezes setentrionais nas tradições, na língua, na índole, nos costumes, nas ocupações, como são diferentes dos nossos o seu céu, seu clima e seu solo, como são diferentes das suas, muitas das nossas cultivações e indústrias e casas, e infelizmente mesmo a maior parte de nossas torrentes e rios.”

Nessa ânsia, aliás, justificada, de comparar diferenças, chegava-se a identificar diversidades de exigências que podem parecer ridículas, mas que imediatamente revelam a consciência de profundas particularidades culturais:

“Os próprios exercícios de ginástica não podem servir para crianças diferentes, levadas por sua índole e por seu clima, algumas à alegria, à expansão, ao movimento fora de casa; outras à reflexão, à meditação, ao retiro”(aqui, claramente as crianças graves, mediatundas e retraídas eram as do Tirol Alemão).

Durante os mesmos anos em que se recusava a interceder junto ao mundo político de Viena e de Innsbruck em favor dos sacrossantos direitos dos trentinos (neste sentido o Estado era objeto de uma verdadeira discriminação, enquanto que, por exemplo, as outras regiões de língua italiana do Império dispunham de um parlamento próprio: Dieta de Trieste, Dieta de Margraviato de Ístria, Dieta do Condado Principesco de Gorizia e de Gradisca), a casa imperial realizava uma política apta a criar uma ligação afetiva entre as populações camponesas e o monarca e sua família. Naturalmente, não apenas por isso ou pelo fascínio que emanava a figura de Francisco José, pai infortunado e orgulhoso, criou-se um fluxo de simpatia que ligou ao menos uma parte da classe camponesa trentina à instituição máxima da monarquia. O moderado iluminismo dos regentes e o sistema administrativo suficientemente funcional também devem ter agido como base de sustentação desta simpatia. A popularidade dos regentes provavelmente diminuiu muito a partir dos anos '70, durante os quais uma pesada carga de impostos destruiu a classe dos pequenos proprietários de terras, enquanto um exército esfomeado de homens roubava às famílias os braços que teriam servido nos campos. Mas, se os dirigentes das cidades de Trento e Rovereto, sedes da burguesia trentina, dirigiam-se freqüentemente com fria deferência às casas reinantes, as autoridades municipais de vários pequenos burgos demonstravam a afeição a que já nos referimos. Por ocasião do matrimônio do Imperador, os Municípios de Civezzano, Pinè e Fornace enviaram ao

soberano uma mensagem na qual falava-se inclusive de “devoção à Augustíssima Casa de Áustria, a cujo regime, tutela e proteção, há séculos temos a felicidade de pertencer”. E acrescentavam: “Os sereníssimos Príncipes da Augusta Casa terão eternamente seu áureo lugar em nossos corações”. Ademais, a classe camponesa nunca foi muito fascinada pelo ideal nacional, que nasceu e permaneceu com o ideal burguês.

Estrutura econômica e crises

O século XIX, contudo, não foi para o Trentino apenas um longo período de lutas, visando à emancipação do Estado da asfixiante “tutela vienesa” (e, para os radicais, visando à separação do Império austríaco e a anexação àquele Estado italiano que definiria a sua unidade na segunda metade do século). Foi também, e sobretudo, o século no qual a economia e a sociedade trentina saíram de um isolamento secular e romperam os laços que as mantinham ligadas ao passado feudal. Assediado ao norte por uma sociedade em rápida evolução, e impossibilitado de reagir com os velhos instrumentos ao desafio das economias capitalistas mais fortes (os países do centro e do norte europeus haviam conhecido um processo veloz de industrialização e também de reorganização capitalista entre 1850 e 1870), fechado ao sul por uma fronteira que lhe impedia a inserção no processo de desenvolvimento mais lento da sociedade italiana, o Trentino parecia, na metade daquele século e durante algumas décadas, incapaz de modernizar sua própria economia e adequar sua sociedade civil ao enfim vitorioso “vento do Norte”.

O Trentino era, e continuou sendo mesmo após as profundas modificações em sua estrutura sócio-econômica, ocorridas no curso daquele século, terra de agricultura. E agricultura difícil, dada a conformação do território e a sua história precedente. Conta com pouco mais de 6.200 km² de terra, caracterizada por um relevo montanhoso imponente, as Dolomitas. Vêm-se ali apenas um vale suficientemente amplo e uma miríade de vales de paisagens esplêndidas, mas pouco adequados à agricultura, que não satisfaziam com generosidade as necessidades alimentares da população.

De seu território, 42% situam-se acima de 1.500 metros de altitude do nível do mar; 70% acima de 1.000 metros.⁹ E isto em uma zona climática em que se verifica a improdutividade para a agricultura entre novembro e março; que se dilatam na medida em que se sobe em relação

9 A. Gorfer: *Le valli del Trentino*, Manfrini 1975, pág. 43.

ao nível do mar, com temperaturas que durante estes cinco meses conhecem variações acima e abaixo de zero graus Celsius (com picos que podem superar os vinte graus negativos). Embora seja uma zona com ambientes climáticos muito variados (sofrendo inclusive influências mediterrâneas no lado meridional), na verdade a temperatura média anual acima de 800 metros oscila em torno de 6 graus. Para sublinhar as dificuldades de plantio neste tipo de território, em relação, evidentemente, aos conhecimentos técnicos do século XIX, devemos observar que, no início do século, cerca de 37% do território era considerado improdutivo, enquanto que no final do século esta proporção caía para 13%¹⁰ (isto não se devia apenas à melhoria das técnicas aplicadas à agricultura, à introdução de novos cultivos e às construções de diques em rios e torrentes, mas também à fome de terra que obrigou os camponeses a usufruir de áreas cada vez mais “difíceis” ou mesmo a inventá-las, como por exemplo o sistema de terraços que transformava flancos de despenhadeiros pedregosos em pequenos trechos de terra que desciam em degraus. Entretanto, mesmo considerando os dados do fim do século que indicavam cerca de 86% de território produtivo, é necessário notar que 47% da superfície do Trentino era coberta por bosques, enquanto que cerca de 18% era constituída de *malghe** (áreas de alta montanha que podiam ser relegadas apenas ao pasto). As áreas produtivas, os terrenos aráveis, hortas, pomares e vinhedos, apenas ultrapassavam 15% de todo o território regional.¹¹

Estes dados, contudo, só assumem um significado especial se acrescentados pelos dados populacionais. Em 1870 a população do Trentino chegava a 341.519 habitantes,¹² portanto uma densidade de 55 habitantes por quilómetro quadrado. Como veremos em seguida, a esmagadora maioria desta população vivia de agricultura ou de atividades a esta limitórfes. Pouco mais de 25.000 pessoas habitavam as cidades de Trento e Rovereto (respectivamente 18.000 e 8.000). Mais de 300.000 pessoas habi-

10 S. Zaninelli: *Una agricultura di montagna nell'Ottocento: il Trentino*, Trento 1978.

* Estrutura tradicional dos Alpes, composta de pastagens de propriedade comum, de uma estrebaria, um casebre para abrigar os pastores e um empregado encarregado de preparar o queijo, o leite e a manteiga. Durante o verão, o gado da aldeia era reunido e levado para as pastagens de alta montanha, onde era guardado, o leite retirado e produzidos o queijo e a manteiga. Os produtos eram então divididos igualmente entre os proprietários do gado, após serem pagos os empregados. (Nota da Tradutora).

11 F. Giacomoni: *La Cooperazione del Trentino. Dalle origini al Partito Popolare* di A. Degasperi, Ed. Panorama, pag. 21 e S. Zaninelli, op. cit. Pág. 25.

12 C. Grandi: *La popolazione rurale trentina nella prima metà dell'Ottocento, primi risultati di un'indagine*, em AA. VV: *Popolazione, assistenza e struttura agraria nell'Ottocento trentino*, Trento 1978.

tavam os cerca de 370 municípios do Trentino.¹³ Esta população compartilhava os 550.000 hectares de terra produtiva (que incluíam *malghe* e bosques). Os quatro quintos desta área, entretanto, constituíam propriedade de “antigos consórcios, Comunidades e Municípios”, ou seja, eram de uso coletivo: era o caso de *malghe* e bosques que pertenciam a toda a comunidade, que geralmente regulava o uso comum por parte dos cidadãos (satisfazendo as exigências de lenha para queimar, madeira para construção e pasto para o gado). Mas nem sempre era assim: em alguns casos (por exemplo, no Primiero e outras zonas) os municípios decidiram alugar suas *malghe* para arrecadar dinheiro. Assim, os hectares de terra utilizáveis reduziam-se a pouco mais de 130.000. Evidentemente, esta terra não era igualmente dividida entre a população. Mesmo não existindo o latifúndio no Trentino, havia um pequeno número de fazendas de dimensões relevantes, quase todas de propriedade da nobreza ou do clero. “A propriedade fundiária de maior valor em toda a área do Tirol italiano era aquela pertencente à Renda Principesca Episcopal de Trento.”¹⁴ No final do século, avaliavam-se em 137.000 o número de proprietários de terras. Uma pesquisa realizada em 1902 indicava uma amplitude média de propriedades rurais de 1,4 hectares. Apesar de impressionante, este dado não retrata perfeitamente a extrema fragmentação da propriedade fundiária no Trentino do século XIX. Deve-se levar em consideração, por exemplo, que em zonas de montanha, as propriedades que não ultrapassavam meio hectare constituíam 62% do número total das propriedades naquela zona, e as de meio a cinco hectares, 34%. As fazendas de média e grande dimensões constituíam a exceção. As de 50 a 200 hectares representavam 0,1% das propriedades de montanha e 0,3% aquelas de colinas e planícies¹⁵.

O camponês trentino possuía, no século XIX, um pedacinho de terra que cada vez menos garantia a sua sobrevivência e a de sua família. E esta terra, desfrutada até a exaustão, certamente não apresentava condições de fertilidade ideal (também devido ao nível de conhecimento técnico da época, assim como ao tipo de técnica usada pelo camponês trentino, como veremos em um outro capítulo deste livro). Em uma situação deste tipo, a ênfase caía forçosamente sobre o fator trabalho: este devia

13 Todo o Tirol, incluída a zona de língua alemã, contava 900 municípios, dentre os quais 371 eram de competência do Tirol Italiano, segundo os dados de: *Memoriale dei deputati del Trentino...* op.cit.

14 A. Leonardi: *Rapporti tra proprietà, impresa e mano d'opera nell'area trentina lungo i secoli XVIII e XIX* em *Rapporti tra proprietà e mano d'opera nell'agricoltura italiana dal IX secolo all'unità*, Verona 1984.

15 S. Zaninelli: op. cit. pág. 35.

suprir a baixa fertilidade da terra e sobretudo as exíguas dimensões das propriedades familiares. O trabalho, contínuo, prolongado, de todos os membros da família, incluindo crianças e velhos, foi o companheiro secular do camponês trentino. Na sua visão do mundo, tornou-se um valor em si próprio. Trabalhar não era apenas um dever, mas uma coisa boa e positiva, que de qualquer forma o camponês não podia evitar. Foi um meio de sobreviver no Trentino mas também, como veremos, e por motivos diversos, no Brasil. E com a mensuração do trabalho o camponês avaliava os outros, quer pertencessem ou não à sua comunidade, à sua cultura. De uma pessoa estimável dizia-se sempre que era “um bom trabalhador”. E diz-se ainda hoje nos vales trentinos, como também nos vales brasileiros habitados por brasileiros de origem trentina (e lombarda e vêneta, visto que sobrepujam-se à história e à cultura da classe camponesa das três regiões, com algumas diferenças que extrapolam o nosso assunto).

O super trabalho, entretanto, não era em si suficiente para suprir a falta de terra ou, o que afinal é o mesmo, a superpopulação do território. Há muito tempo a relação entre recursos e habitantes no Trentino havia encontrado corretivos que permitiam a sobrevivência da população. O mais importante destes recursos era a emigração sazonal da força de trabalho. Desde o século XVIII, um elevado número de camponeses do sexo masculino havia começado a abandonar os campos trentinos no período morto da agricultura e partir para as regiões limítrofes, exercendo os mais variados trabalhos. Até cerca da metade do século XIX tratavam-se de trabalhos artesanais especializados: aqueles de pedreiros, charcuteiros, decoradores, pintores, artesãos, vendedores ambulantes¹⁶. Outros partiam para as regiões limítrofes com seus rebanhos, ou ainda, como é o caso de grupos de mulheres, para as fiações do Vêneto e da Lombardia. Antes de 1850, calculava-se em 17.000 a massa destes trabalhadores sazonais, número que certamente aumentou quando Battisti avaliou-o em 25/30 mil ao ano¹⁷.

Depois da primeira metade do século, esta emigração mudou de direção e também de características. Inaugurou-se uma época, que durou até o fim dos anos '80, de grandes trabalhos, geralmente públicos, sobretudo na Europa Central: ferrovias, estradas, saneamentos de grandes áreas paludosas. E os camponeses norte-italianos seguiram estes trabalhos, emigrando em grupos para a Áustria, a Suíça, a França, a Alemanha. Não se tratava

16 Veja-se U. Corsini: *Per uno studio del fenomeno migratorio trentino nella prima metà del secolo decimonono* em *Atti del I Convegno Storico Trentino*, Trento 1995.

17 C. Battisti: *Scritti politici e sociali* sob a supervisão de R. Monteleone, Firenze 1966.

mais de emigração sazonal, mas temporária: o objetivo era o retorno a casa, com uma quantia suficiente para expulsar o espectro da miséria.

Na maior parte dos casos, tratava-se de pura ilusão, dados os baixos níveis dos salários, devidos à abundância de mão-de-obra oferecida então no mercado europeu (fenômeno oriundo da racionalização capitalista da agricultura e da desestruturação das economias periféricas no “centro capitalista”). E então partiam novamente em direção a qualquer lugar onde se encontrasse trabalho: as ferrovias da Europa Central, as obras de reforma e construção de estradas na Bósnia ou na Hungria. Se artesãos e camponeses tentavam evitar a proletarianização ampliando seu raio geográfico de ação ou usufruindo de setores carentes de mão-de-obra local nas economias capitalistas¹⁸, muitos dentre eles cada vez mais eram obrigados a submeter-se à simples condição de mão-de-obra desqualificada, quando não àquela de “ajudantes” ou “diaristas”. Levavam sua força de trabalho onde quer que houvesse salário disponível, o que, para os trentinos, eram as manufaturas têxteis de Vorarlberg; as zonas de nova colonização do Império austríaco, como a Bósnia e a Erzegóvina e as mineradoras francesas. Criaram-se novas qualificações, como aquela de *aisenponeri* trentinos e vênéticos, que partiam em busca de trabalho nas ferrovias, estradas, abertura de túneis¹⁹. Frequentemente não se tratava mais de emigração temporária, ou o era apenas em intenção. Às vezes, quem emigrava encontrava uma colocação definitiva em qualquer lugar da Europa, como demonstram os sobrenomes trentinos espalhados, por exemplo, em Arlberg, Vorarlberg e no Tirol austríaco. A necessidade, sabe-se, aguça a habilidade, e novas profissões nasciam: como exemplo, os mendicantes e os “cantadores” do Vale de Primiero, que percorriam a Europa. “Normalmente partiam em dois, amigos ou cônjuges: um anunciava as desgraças que suportara e de vez em quando tocava um pequeno órgão a manivela, um minúsculo carrilhão; o outro rezava, “estropiando” frases em dialeto, às vezes até humorísticas ou irreverentes; de qualquer forma a língua era diferente e ninguém entendia coisa alguma. Ambos recolhiam depois as ofertas.”²⁰

Em alguns casos, essa gente representava imagens épicas. Assim, os camponeses-pedreiros de Belluno (província confinante com o Trentino) que viajavam a pé, empurrando os carrinhos que continham suas fer-

18 Veja-se E. Sori, *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*, Ed. Il Mulino.

19 *Eisenponer* era uma tradução livre, em dialeto trentino e vênético, da palavra alemã *Eisenbahn Arbeiter*, que significava “operário das ferrovias”.

20 C. Trotter: *A la matina all'alba. L'emigrazione del Primiero*, Trento 1984.

ramentas de trabalho. Mas o fenômeno de atomização do mundo camponês trentino e norte-italiano agravou-se bastante depois de 1870. Até este ponto, e ainda mais até a metade do século, a economia trentina tinha vivido em um equilíbrio precário, que permitia à população permanecer na terra natal. Os corretivos para a falta endêmica de terra e para a superpopulação foram, por várias décadas, a sobrecarga de trabalho e a emigração sazonal ou temporária. A economia baseava-se substancialmente na agricultura como então se praticava. Os dados disponíveis são contraditórios, mas confirmam que a maior parte da população dedicava-se a trabalhos agrícolas: no início do século, 90% da população trabalhava com agricultura, por volta de 1880 a proporção caía para 73% (caindo depois para 69% em torno de 1890 e 66% no fim do século)²¹. Mas os dados relativos à segunda metade do século não levam em consideração quantos foram obrigados a inventar-se um novo trabalho (mas que profissionalmente conheciam melhor, por tê-lo praticado muito tempo: o trabalho de agricultores) e quantos acrescentavam, à sua atividade de artesãos ou operários, aquela de agricultores de um pedacinho de terra. De um recenseamento realizado no período entre 1875-1877, verificou-se que, de 500 emigrados que declararam a profissão, 89% dizia-se “Agricultor”²². Uma agricultura, a trentina, de subsistência onde as famílias produziam quase tudo o que consumiam: cereais (sobretudo milho e trigo), batatas, legumes e hortaliças, fibras têxteis vegetais ou animais. Em seguida, vinha a criação de animais - em minúscula escala devido à carência de feno - que fornecia o pouco leite e a pouquíssima carne consumida à mesa do camponês. Enfim, como veremos, cada família procurava criar uma certa quantidade de bicho-da-seda, cuja renda permitia aos agricultores adquirir o pouco que não podiam produzir e que era necessário à sua vida laboriosa. Evidentemente, a necessidade de produzir tudo em todos os terrenos implicava prejuízo de sua produtividade e, conseqüentemente, de sua renda. Mas alguns produtos fundamentais para a alimentação (dados os hábitos alimentares da população) deviam entretanto ser importados em quantidades consideráveis para suprir a escassa produção local. É o caso do trigo e do milho, insubstituíveis na mesa dos agricultores, sobretudo em forma de pão e polenta. Houve uma tentativa de alcançar a auto-suficiência neste campo, mas o resultado foi o uso impróprio de

21 S. Zaninelli: op. cit. Pág. 21.

22 R. M. Grosselli: *Vincere o morire. Contadini trentini (veneti e Lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte I: Santa Catarina 1875-1890*, Trento 1986, pág. 238.

terrenos de montanha, além de um desatinado desmatamento, que conduziu à ruína do território e às enchentes devastadoras dos anos '80. Em 1875, por exemplo, foram importados 43.564.758 kg de cereais, a que se devem acrescentar 174.854 kg de arroz²³. Claramente insuficiente era também a produção de carne para consumo, que entretanto era importada em quantidades irrisórias (236.347 kg em 1875) e simplesmente não fazia parte da dieta camponesa. Isto devia-se a várias razões, a primeira das quais encontrava-se na escassez de feno²⁴. Mas eram sobretudo os cereais que faziam falta na produção agrícola trentina. Em 1837 calculou-se que o consumo *per capita* de milho e trigo era, no Círculo de Rovereto, de cerca de 154 kg, e que a produção local destes cereais era apenas suficiente para cobrir as necessidades alimentares por 233 dias por ano²⁵. E o dinheiro necessário à importação de cereais devia ser obtido através de exportações. Tentou-se, na verdade, substituir o consumo destes produtos pelo da batata. Já no fim do século XVIII, as autoridades haviam procurado divulgar entre a população o uso de produtos que pudessem diminuir o consumo de cereais: por exemplo, foram distribuídas comunicações que decantavam as vantagens da abóbora no preparo de pães, polenta, tortas, “leite alternativo”²⁶. A batata começou a ser cultivada provavelmente por volta da metade do século XIX. Seu consumo, entretanto, não superou rapidamente o de milho e trigo, pois era considerada pelos camponeses “comida reles”, mais usada como alimento para os porcos²⁷.

Apenas a partir da metade do século XIX começou-se a produzi-la em escala relativamente larga – no período entre 1873-1875 produziram-se em média 220.000 toneladas²⁸. Entre os poucos itens significativos da exportação trentina constavam, em menor medida, o vinho e o açúcar, e sobretudo a lenha e a seda. Esta última era seguramente a princesa da economia trentina. Nos anos de máxima produção, a partir de 1850, produziram-se cerca de 22.000 toneladas de ca-

23 Câmara de Comércio e Indústria de Rovereto: *Relação estatística da C.C.I. em Rovereto para o ano de 1875*.

24 Sobre o patrimônio zootécnico da região na época, veja-se S. Zaninelli: op.cit., a partir da página 167, e A. Leonardi: *Depressione e risorgimento economico del Trentino: 1866-1914*, Ed. Società Trentina di Scienze Storiche.

25 S. Zaninelli: op. cit. pág. 219.

26 R. Stenico: *Giovo, Comune e Pieve, Vèrta capoluogo*, Trento 1985.

27 idem, pág. 108/110.

28 A. Leonardi: *Depressione...* op. cit. pág. 32.

A COLÔNIA (barracões construídos no meio da floresta, usados em geral para a recepção dos colonos).



Edifício Público no Núcleo Timbuhy (Santa Teresa), por volta dos anos '80 (gentileza do Clube Ítalo-Brasileiro de Vitória).

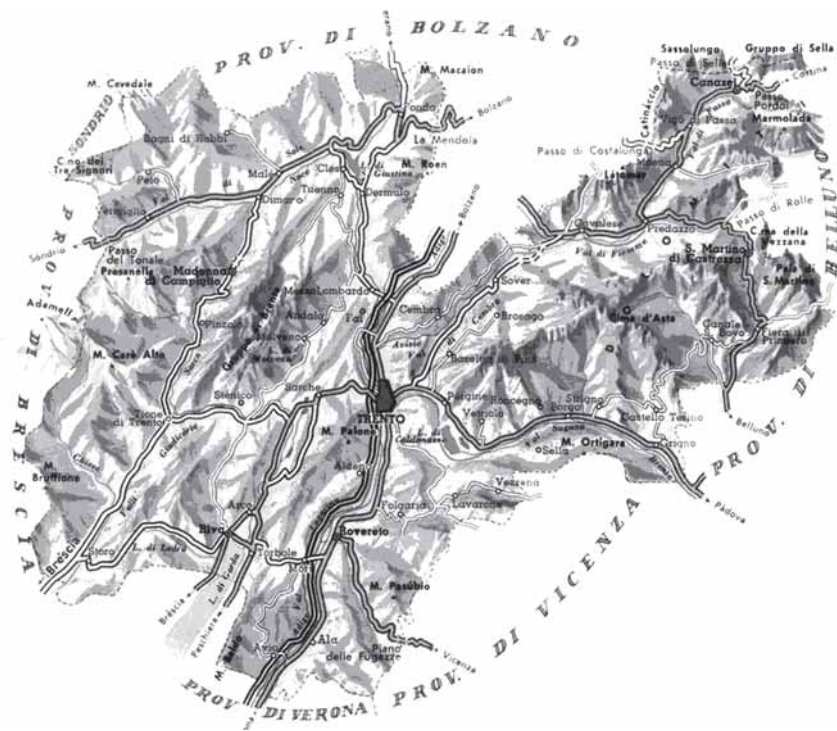
sulos. Nos bons anos, a região chegava a produzir mais de 50% de toda a produção do Império austro-húngaro. Exportada ou tecida *in loco*, a seda supria sozinha as necessidades financeiras para realizar as importações. Em quase todos os vales do Trentino, eram praticados o cultivo de amoreiras e a criação de bicho-da-seda (muitas vezes em prejuízo de outros produtos: segundo alguns autores da época, a enorme quantidade de amoreiras cultivadas ocupava terrenos em que se poderia cultivar o feno). Introduzida na região por volta de 1600, a produção da seda valeu-se de um regime de preços crescentes que durou até 1873. Para a classe camponesa, era praticamente o único produto a ser colocado no mercado que lhes rendia aquela quantidade mínima de dinheiro líquido, indispensável às míseras aquisições a que contudo não podia renunciar, sobretudo trigo, alguma roupa e miudezas, sal, gasolina. A seda era um produto que o camponês identificava como um possível meio de emancipação financeira. Note-se que as autoridades trentinas, em outras ocasiões tão severas quanto a este assunto, em uma circular de 1885 permitiram aos estudantes ausentar-se da escola por duas semanas durante a época dos “*cavaleri*” (como eram chamados, em dialeto, os bichos-da-seda)²⁹. Outras imagens, entretanto, por vezes de delicada poesia, podem ser vinculadas a esta produção. Um exemplo é o dos camponeses trentinos que, emigrando para o Brasil, levavam os ovos do bicho-da-seda em seus lenços, ou ainda o dos camponeses que os levavam consigo para a cama para mantê-los em uma temperatura constante³⁰. No “coração camponês” a seda seria substituída pela videira, que já em 1874 era cultivada sobre 6.000 hectares e que garantia uma produção de cerca de 100.000 hectolitros de vinho, 600.000 no final do século. As mudas de videira faziam parte também da bagagem dos emigrantes que tentaram, em todos os estados brasileiros, cultivá-la, com pouco sucesso, em Santa Catarina e no Espírito Santo, mas com enorme lucro no Rio Grande do Sul.

A cultura do bicho-da-seda no século XIX oferecia trabalho à mais rendosa indústria trentina: exatamente a da seda. Em um panorama industrial pobre e substancialmente atrasado, a indústria da seda cumpria um papel muito especial. De cada 11.392 empregados no setor industrial do Trentino em 1875 (dos quais, contudo, quase 7.000 eram ocupados por

29 R. Stenico: op. cit. pág.172.

30 Este último caso é citado em R. Stenico: *Mosana di Giovo: storia, ambiente, cultura*, Trento 1981.

MAPA GEOGRÁFICO DO TRENTINO, COM INDICAÇÕES DOS VÁRIOS MUNICÍPIOS E DAS PRINCIPAIS LOCALIDADES



períodos de tempo sensivelmente inferiores ao ano, 8.357 pessoas encontravam trabalho nos estabelecimentos de tecelagem e fiação da seda³¹.

Foram 9.620 em 1870, aos quais deve-se acrescentar outros 120 empregados nas fábricas de veludo que utilizavam a mesma matéria-prima³².

Estabelecimentos de fiação e tecelagem da seda espalhavam-se por muitas zonas do Estado, especificamente nas vizinhanças de Rovereto, que durante um certo período alcançou fama europeia graças a esta atividade, trabalhando não apenas a seda trentina, mas também parte daquela produzida nas proximidades do Vêneto e da Lombardia. Em 1875 que, como veremos, era já um ano de crise na produção de seda, havia ainda na Província 162 estabelecimentos de fiação e 33 estabelecimentos de produção de tecidos; 67 eram a vapor. Um outro estabelecimento industrial importante era a fábrica de tabaco da localidade de Sacco, com 1.700 funcionários, que trabalhava 15.500 toneladas de tabaco. Doze estabelecimentos fabricavam papel a partir de sobras de tecidos. Para concluir um rápido panorama da estrutura industrial trentina, acrescentaremos ainda 8 fábricas de tecidos de veludo, 45 cortiços, 30 pequenas manufaturas de gorros de lã, 30 estabelecimentos em que se trabalhava a argila, 10 fábricas de cerveja. Mas tratavam-se sobretudo de pequenas manufaturas que empregavam poucos operários e que se valiam principalmente de processos e maquinários obsoletos, situando-se na fronteira entre o artesanato e a indústria propriamente dita. Um panorama industrial atrasado, portanto, em relação à Europa, cuja economia dependia cada vez mais do andamento do ciclo industrial. Mas a fome de trigo seria, como sempre, remediada com a exportação, em 1875, de 3.453 toneladas de fios e tecidos e de 4.670 toneladas de papel³³.

A relação população-recursos, contudo, apesar dos corretivos citados, como a emigração temporânea, permaneceu em equilíbrio até a metade do século, seguindo-se de um período marcado por necessidades incontornáveis, que impeliam a população a encontrar soluções drásticas (e a emigração definitiva para a América foi a mais imediata válvula de escape, precedendo uma complexa reorganização e reestruturação de toda a economia trentina). A partir da metade do século XIX, diversos fatores contribuíram para a crise do Trentino. Em primeiro lugar, uma série de doenças que atacaram as princi-

31 R.M. Grosselli: op. cit. pág. 60.

32 Idem, pág. 62.

33 Idem, págs. 60 e 61.

país produções. Iniciou-se, no limiar dos anos '50, com a “crittogama”, o flagelo que atacou as vinhas. Durante alguns anos, a produção de uva, e portanto de vinho, diminuiu notavelmente. Apenas depois de 1860 generalizou-se o uso de enxofre para combater o flagelo. A economia trentina sofreu as consequências deste episódio por vinte anos³⁴. Bem mais desastrosas foram as consequências econômicas do surgimento da “pebrina”, o flagelo que atacava o bicho-da-seda. Tem-se notícia do aparecimento da doença já nos primeiros anos da década de '50,³⁵ mas, no final da década, esta começaria a provocar danos maiores. A produção de bichos-da-seda diminuiu quase 50% em relação aos melhores anos e foi necessário meio século para que se alcançassem novamente os níveis de produção atingidos por volta de 1850. Foram importados casulos da China e de outros países asiáticos, da Bulgária, da Hungria, de Ístria. Por fim, depois de 1860, até do Japão, o que contribuiu notavelmente para a transposição da crise. Mas as consequências para a economia trentina foram gravíssimas e desequilibraram a balança comercial da província. Todas as famílias camponesas sofreram com estas seqüelas. A estas calamidades seguiram-se acontecimentos políticos negativos para o Trentino. Durante o processo histórico de formação do Estado italiano, em 1859 a Lombardia separou-se do Império austríaco, assim como o Vêneto, em 1867. Estes eram mercados complementares ao Trentino, que deles importava cereais e para os quais exportava alguns de seus produtos agrícolas e artesanais. Conquanto alguns autores relutem em atribuir uma importância relevante a este acontecimento, é indubitável que os mercados vizinhos de fluxo e armazenamento do Trentino foram estrangulados por taxas alfandegárias e impostos de importação e exportação. O comércio de trânsito, florescente em uma terra que era o traço de união entre a Itália e a Europa central, e que empregava centenas de pessoas, começou a agonizar. Como consequência lógica destes eventos, se não propriamente com simetria cronológica, em 1878 o governo austríaco estabeleceu impostos alfandegários sobre as importações, que comprometeram dramaticamente os laços profícuos entre o Trentino, o Vêneto e a Lombardia (dos quais o primeiro importava também gado e para os quais exportava seda, vinho e madeira). Outros ainda foram os fatores de crise da economia trentina. Entre estes, limitamo-nos a indicar a progressiva diminuição do preço da seda, a partir de 1873, e o aparecimento da competitiva seda oriental no mercado europeu. Acrescentem-se ainda as dificuldades crescentes de ex-

34 Veja-se, a este propósito, V. Riccabona: *Delle condizioni economiche del Trentino – notizie e appunti del dott. Vittorio Riccabona*, Borgo 1880.

35 Na zona de Giovo, por exemplo, surgiu em 1853 ou 1854. R. Stenico: *Giovo...* op. cit. pág. 247.

portação do vinho, por diferentes razões, para a Suíça e a Alemanha. A indústria trentina desabou, inclusive o setor seríceo. A agricultura inaugurou um período de dificuldades que inseriu um lento processo de renovação, cujos benéficos influxos seriam percebidos a partir da última década do século.

A política do governo vienense certamente não contribuiu para clarear o céu da crise. As decisões tomadas em Innsbruck e em Viena freqüentemente não consideraram as necessidades específicas do Trentino com relação ao Tirol. “Não é simples colher a correspondência entre as exigências da agricultura trentina e uma complexa e não muito orgânica série de providências que deveriam configurar a política agrária de Viena e Innsbruck”³⁶. Tinham realmente razão os burgueses trentinos de reivindicar insistentemente uma Dieta própria.

E ainda não terminara o longo rosário de desgraças que se abateu sobre o Estado na segunda metade do século. Em 1882 e em 1885 (e, em medida bem menos desastrosa, também em 1889), o Trentino foi devastado por enchentes. Estas encontraram um terreno já deteriorado pelas tentativas de se criar novas áreas adequadas à agricultura, através do desmatamento selvagem, e de se ganhar dinheiro “fácil” com a venda da madeira. Muitas plantações foram irremediavelmente destruídas, assim como muitas obras públicas. Os mais férteis terrenos do vale foram destruídos pela violência das águas deixando para trás um terreno pedregoso e saibroso.

As causas do fenômeno migratório

É-se tentado a coligar automaticamente esta série impressionante de incidentes históricos com o nascimento do fluxo migratório em direção à América, datado exatamente daqueles anos '70 até o fim do século. Seria, entretanto, uma manobra pueril. As causas imediatas que forçaram os camponeses a partir foram, efetivamente, a crise da sericicultura e da vinicultura, as dificuldades que surgiram para o comércio com a Itália e outros países; as enchentes. Havia, contudo, uma razão que gangrenava ainda mais as relações econômicas, políticas e sociais, cimentadas há séculos. A Europa Central, no período entre 1850 e 1870, conhecera um processo de rápida industrialização. Países como a Alemanha, a França e a própria Áustria haviam se unido à Inglaterra e à Bélgica no grupo de países industrializados. O Trentino tornou-se uma espécie de periferia destes

36 S. Zaninelli, *op.cit.* pág. 43.

países e passou por um processo de desarticulação de suas estruturas econômicas e sociais. A bem da verdade, alguns destes acidentes não passavam de efeitos das variações sofridas pelas sociedades limítrofes, como por exemplo, a crise da seda. O flagelo do bicho-da-seda não arruinou totalmente sua produção que, aliás, depois de trinta anos retornou quase que aos níveis máximos alcançados antes de 1850. Arruinou, por outro lado, a indústria da seda trentina, tecnicamente superada e sujeita à concorrência cada vez mais forte de outros tecidos, cujo custo e qualidade revelavam-se cada vez mais competitivos à luz das inovações técnicas que o processo de industrialização levava ao resto da Europa. Também a concorrência da seda japonesa e oriental pode ser considerada uma causa direta da nova organização econômica do continente, que aumentava cada vez mais seu raio geográfico de ação e permitia (com as invenções do navio a vapor e da ferrovia) transportes mais rápidos e econômicos das mercadorias em qualquer parte do globo em que fossem produzidas. A própria separação da Lombardia e do Vêneto do Império austríaco pode ser vista sob esta ótica: as várias burguesias nacionais, que colhiam enormes lucros do comércio e da indústria (investindo em nova industrialização e portanto em novos comércios), procuraram defender e regular suas esferas de ação através do acelerado processo de definição dos estados nacionais, que naquele século levou à unificação da Alemanha e da Itália e assentou as bases da desagregação do Império austro-húngaro multinacional. O resto da indústria trentina, à parte aquela da seda, desapareceu exatamente por ser incapaz de suportar ou combater a concorrência da indústria européia mais moderna. Neste cenário de fim de século e de abertura, para a Europa e para o mundo, de uma nova era, insere-se o fenômeno migratório que atingiu sobretudo as regiões que se industrializaram e, sucessivamente, as suas periferias. Como veremos mais adiante, exatamente durante estes anos, alguns (ou muitos) países americanos e da Oceania deram início a um bombardeio publicitário na Europa, buscando atrair colonos para suas terras virgens e artesãos para suas cidades. O centro capitalista europeu, cada vez mais ladeado pela nascente potência norte-americana, demandava destes continentes uma produção cada vez maior de matérias-primas para saciar a fome das populações expulsas do processo de racionalização dos campos, e para fornecer as matérias-primas a serem trabalhadas em sua indústria. Demandava também novos espaços para onde expedir a mão-de-obra excedente, que ameaçava tornar-se a origem de deflagrações revolucionárias, como acontecera em 1848 e em 1870. E o círculo se fechava: aquela mesma gente, expulsa da Euro-

OS TRENTINOS



A família de Timoteo Dalmonch (Verla, 1840 – Santa Teresa, 1924).

pa, constituiria, mais tarde, um mercado de escape para a exuberante produção industrial européia.

Operou-se ainda uma outra simplificação para tentar explicar o fenômeno migratório maciço do século XIX e de parte do século XX na Europa: aquela que afirma que a emigração explica-se a partir da relação entre população e recursos, na Europa como no Trentino. Na prática, teria sido a superpopulação o que obrigou milhões de europeus a partir para a América e a Austrália. Como observa Ercole Sori, “pode-se admitir um nexos direto entre crescimento demográfico e emigração, mas sempre e apenas com relação a dados de produção e de classe. Dados demográficos mais acurados indicam uma correlação e não uma relação de causa e efeito entre os dois fenômenos.”³⁷

De fato, como se pode estabelecer um nível preciso de ruptura dos equilíbrios demográficos de uma região ou de uma nação? Quando um indivíduo, um grupo de indivíduos ou comunidades inteiras decidem abandonar a própria terra para aventurar-se em regiões desconhecidas? A esta altura insere-se uma nova questão. O novo sistema de produção capitalista revolucionou as relações sociais e econômicas consolidadas há séculos. Introduziu, no equilíbrio entre homem, sociedade e território, germes que o desarticulavam. Surgiam novas necessidades, novos ideais, um novo modo de viver e de relacionar-se com a sociedade, a natureza e a divindade. Uma nova cultura avançava, juntamente com um novo modo de produção, e agonizavam a cultura camponesa e aquele mundo feudal que havia sido definitivamente abatido pela revolução industrial inglesa no campo econômico, e pela Revolução Francesa, no campo político-ideológico.

Mesmo nos campos, penetraram os germes do “novo”, e não poderia ser de outra forma. Apesar de seu isolamento, também devido a uma conformação particular do território, e de seu rígido conservadorismo, a comunidade camponesa trentina apercebeu-se do que estava mudando. Iluminismo, progressismo, liberalismo, socialismo: direitos do homem, igualdade, nação, indivíduo; conceitos e teorias que os alcançaram através de jornais, que o camponês naturalmente não lia, mas que seus intelectuais, ou seja, seus sacerdotes, liam e em boa parte combatiam. Mesmo sem a violência de uma revolução, o impacto destas novas idéias e tensões sobre aquele mundo, já cansado, era decisivo. A Igreja, que combatia com veemência o liberalismo e o socialismo, não podia ao mesmo tempo ignorar as novidades que se haviam inserido no mundo. Não podia fingir que não

37 E. Sori: op.cit. pág. 78-79.

existiam e, em sua reação, devia absorver alguns de seus conteúdos; em outras palavras, devia mudar. Mas não foram os intelectuais camponeses os únicos a serem envolvidos neste processo de mutação. Os próprios camponeses entraram em contato com o novo mundo. Todos aqueles, por exemplo, que cada vez mais tinham que emigrar para o norte, seguindo os trabalhos das ferrovias ou levando consigo o conhecimento de sua profissão, entraram em contato com um mundo no qual as hierarquias sociais eram profundamente diferentes daquelas a que estavam habituados: a nobreza tornava-se menos importante, os padres não eram mais senhores incontestes das consciências, e o relacionamento entre o homem e a sociedade, e mesmo a divindade, era menos fatalista.

As vidas de grandes massas de homens estavam mudando nas cidades e nos campos do Norte. O dinheiro comprava e vendia tudo, das mercadorias à dignidade dos homens e das mulheres. A força de trabalho, sobretudo, podia ser comprada e vendida, assim como a terra. Esta última tornou-se uma mercadoria, enquanto que para a sociedade camponesa era o fator produtivo que, juntamente com o trabalho, permitia a reprodução da espécie. As relações capitalistas invadiram os campos, acrescentando-lhes numerosos vetores. Indicamos sinteticamente os possíveis percursos das idéias (que consideramos sempre o motor da história), mas podemos sublinhar outros veículos.

Os municípios, os impostos e a crise da propriedade fundiária

“Os ‘carcomas’ monetários na agricultura: um dos mais potentes veículos de imissão das relações capitalistas na agricultura italiana, sobretudo nas áreas sociais que se defendiam atrás da frágil barricada do auto-consumo, foi a crescente necessidade de dinheiro. Através desta necessidade, filtrava, mesmo nas economias empresariais e familiares mais fechadas, a lei do valor, que impunha a prestação de contas da renda camponesa e da produtividade da força de trabalho distribuída.”³⁸

Em outras palavras, o trabalhador da terra devia enfim perguntar-se se rendia mais trabalhar seu pedacinho de terra ou se o salário seria maior, caso vendesse sua força de trabalho a alguém. Ou talvez devesse obrigar-se a melhorar os rendimentos de suas terras para que valesse a pena, economi-

38 E. Sori: op. cit. pág. 81.

camente, trabalhá-las. Antes, trabalhar a terra era apenas um fato “natural”, uma exigência identificada com a vida: trabalhava-se a terra para fazê-la produzir, e seu produto era necessário à vida. E pronto. Dentre os “fatores monetários” que Sori indica, o que se manifestou de maneira mais expressiva no Trentino foi o aumento exorbitante da pressão fiscal. A legislação austríaca imputava aos municípios uma série infinita de despesas. Isto graças à teoria de que os entes públicos locais deviam ser financeiramente independentes. Mas não se levavam em consideração as situações particulares. Pelo menos não se tinha em conta o acúmulo de reverses para a economia trentina. Segundo os políticos trentinos da época, isso fazia parte do cenário de uso cínico e consciente que as forças políticas hegemônicas no Tirol faziam de sua superioridade numérica na Dieta. E no mesmo sentido devem ser analisadas as reiteradas instâncias ao poder central para a obtenção de uma Dieta provincial trentina.

Segundo uma lei de 5 de março de 1862 concernente às disposições fundamentais para a regulamentação dos negócios municipais, cabia ao município garantir: a segurança da pessoa e da propriedade, a conservação das estradas, a limpeza urbana, o suprimento das necessidades dos pobres diretamente e através dos estabelecimentos de beneficência municipais, o manutenção das escolas de ensino médio, assim como das escolas populares (e para estas falava-se também do “compromisso de erigilas, mantê-las e equipá-las”)³⁹. Mas as despesas dos municípios ultrapassavam o que esta lei estabelecia, devido aos usos e costumes do passado e às novas regras que foram sendo estabelecidas. Estes eram os funcionários pagos pelo Município de Civezzano, de acordo com o Orçamento para 1878: o médico municipal, 4 parteiras, o veterinário, o limpador de chaminés, o oficial de justiça municipal (que notificava as pessoas das decisões dos órgãos municipais), os funcionários encarregados da limpeza das ruas (seu número não era especificado), encarregados da prevenção e do combate a incêndios e da manutenção de seus equipamentos, dois guardas florestais. Outros municípios tinham como dependentes outros trabalhadores, o que se pode estabelecer a partir do módulo pré-impresso e padronizado para todos os municípios, no qual se anotavam os balanços. Este módulo indicava também, entre os funcionários municipais ou contratados pelos municípios para realizar trabalhos específicos: guardas florestais, guardas campestres, cirurgião municipal, encarregados das fontes (estes garantiam a eficiência das fontes públicas, que satisfaziam a neces-

39 Levantamento de leis de decretos da Monarquia Austríaca, vol. XII – Innsbruck 1872.

sidade de água de parte da população), o guardião do relógio, guardas municipais noturnos, o organista, o farmacêutico, os coveiros.⁴⁰ Mas não eram apenas estas despesas relativas a salários e serviços municipais o que onerava os orçamentos. Como vimos, as despesas com escolas eram também em grande parte cobertas pelas finanças locais. Em 1878, o pequeno município trentino de Civezzano viu-se na contingência de pagar 4 professores e 6 professoras e ainda providenciar móveis, tinta, canetas, lenha para o aquecimento, pagar o porteiro. Havia ainda impostos sobre os bens municipais. Um outro capítulo importante eram as despesas com estradas e águas. Referiam-se à construção e ao reparo de estradas, fontes, diques de torrentes e rios, pontes. Despesas que, em tempos normais, não sangravam os cofres municipais. Por exemplo, no Orçamento do Município de Civezzano para o ano de 1878, estes representam apenas 7% do total das despesas previstas. Mas outros municípios deviam arcar com as despesas de diques imponentes (todos os municípios às margens do Ádige, por exemplo); além disso, menos de 4 anos depois, quase todos os municípios do Trentino foram atingidos por uma enchente desastrosa, que se repetiu três anos depois. Mesmo em tempos normais, em algumas regiões em que o desequilíbrio hidro-geológico havia atingido dimensões preocupantes. Em 1876, o Município de Canal San Bovo declarou no Balanço de despesas 6.832 florins e 62 centésimos para “estradas e águas”, que representavam 35% de todas as despesas do município naquele ano.⁴¹ Com relação a cerimônias e funções religiosas, entretanto, o Município de Civezzano apresentava uma despesa de apenas 122 florins, referente a “funções eclesiásticas”. Nenhuma despesa de aluguel de imóveis para o próprio Município, o pároco, o médico, as escolas, a que outros municípios certamente estavam sujeitos. Havia ainda um capítulo de “despesas diversas”, que contudo continham algumas que se poderiam considerar fixas, ainda que de custo variável: eram a gratificação do Prefeito, o salário do Secretário municipal e o do Recebedor municipal. Eram sempre incluídas entre as despesas diversas aquelas com reflorestamento (neste caso 1,8% do total das despesas previstas), indenização de despesas de viagens dos deputados municipais, vacinas distribuídas entre a população e, finalmente, com a manutenção do touro municipal (despesa que parece excêntrica, mas que se nota também em outros municípios e que presumivelmente era

40 AMC: Atos Adm. 1878, envelope 203.

41 AMCB: Atos Adm. 1875/1878, envelope 48.

uma herança do passado⁴²). Deixamos por último dois capítulos de despesa, aqueles relativos aos juros passivos sobre capitais que a administração pedira emprestado naquele ano e que representou cerca de 16% do total das despesas previstas, o que muito revela sobre a incapacidade dos municípios de arcar com suas enormes despesas. Por fim, o capítulo intitulado “Sustento dos Pobres do Município”. Neste orçamento, isto representava 18% das despesas previstas. Como já esclarecemos, a lei de 5 de março de 1862 estabelecia a obrigação dos municípios de arcar com as exigências elementares dos necessitados. A legislação se apoderara de normas consuetudinárias dos séculos precedentes. Tem-se notícia de uma circular imperial do século XVIII, que encarregava os camponeses do sustento dos pobres. Quem não era capaz de sustentar-se era instalado nas casas dos camponeses, que deviam prover sua alimentação e alojamento. Em troca, o camponês poderia usufruir de seu trabalho. Para os incapacitados ao trabalho, deviam-se providenciar asilos financiados por fundos da comunidade e por ofertas privadas. O clero, o exército e os negociantes estavam isentos da obrigação de hospedar estes pobres (que, caso fossem encontrados a vadiar por duas vezes, eram chicoteados)⁴³.

A lei de 1862 assim se exprimia com relação aos pobres: “A Administração deve dedicar especial atenção ao sustento dos pobres. Caso as instituições atuais e os fundos de beneficência não possuam meios suficientes para prover as necessidades dos pobres, a Administração deverá então prover a importância necessária a suprir esta carência.” Eram obrigações inerentes ao “*diritto d'incolato*”*, especificado em uma lei sucessiva de 3 de dezembro de 1863.⁴⁴ Todos os cidadãos gozavam do *diritto d'incolato* que garantia o direito de “habitação imperturbada” e de sustento aos pobres. O Capítulo IV da mesma lei estabelecia as obrigações do município em relação aos pobres. No parágrafo 22 determinava que “o município é obrigado a socorrer os detentores do *diritto d'incolato*, no caso de seu empobrecimento”. Especificava no parágrafo 24: “O sustento dos pobres limita-se à sua necessária manutenção e aos cuidados médicos em caso de doença.” O sustento dos filhos compreendia em si também “a incumbência de sua educa-

42 Veja-se R. Stenico: *Giovo...* op. cit. pág. 121.

43 idem, pág. 233-234.

* Condição jurídica prevista no Direito Romano, de quem possuía domicílio junto a outra comunidade, diversa daquela onde se encontrava. “Direito de Permanência”. (Nota da Tradutora).

44 Lei de 3 de dezembro de 1863 concernente à regulamentação das relações de *Incolato**, em *Levantamento de leis...* op. cit. pág. 95 em diante.

ção”. Mas não acabava aqui: o parágrafo 28 estabelecia que o município não poderia negar socorro nem mesmo aos pobres “forasteiros”, à exceção dos casos de pedido de ressarcimento por parte de outros municípios em que tais forasteiros gozassem do *diritto d'incolato*. E o parágrafo 29 observava que estes deviam ser assistidos, caso adoecessem nos limites do território do município em que se encontrassem. Uma legislação deste tipo evidentemente originava-se sobretudo de questões de ordem pública. Nos tempos em que a sociedade feudal desmoronava e uma nova ordem aparecia, não se podia arriscar que a onda de miséria que tomava vastos estratos da população se transformasse em desordens e descontentamentos potencialmente manipuláveis por alguém (os eventos de 1848 em Viena haviam lhes ensinado alguma coisa). Mas em leis deste tipo havia também algo do paternalismo iluminado, característico dos governantes austríacos e que lhes garantiu as simpatias das populações camponesas. Para os municípios, entretanto, as despesas aumentaram enormemente. Eis alguns exemplos que se referem ao período que nos interessa, ou seja, aos anos durante os quais iniciou-se o fluxo migratório trentino em direção à América e à Oceania. O Município de Imer, no Orçamento para o ano de 1875, apresentou um déficit de 2.658,86 florins, com um ativo previsto de 1.260,13 florins e um passivo de 3.918,99 florins. Em 1876, o déficit previsto foi de 2.657,78 florins, em 1888 de 4.599,77 florins e meio⁴⁵. O Município de Civezzano, em 1877, havia previsto um déficit de 1.790,99 florins, contra uma entrada de 1.827,44 florins e uma saída de 10.625,43 florins. Em 1878 o mesmo município previu um déficit de 9.350,50 florins.⁴⁶

Os *déficits* previstos eram pesados, mas isto não alarmava as autoridades municipais. O verdadeiro problema não era o *déficit* em si. É bem verdade que as entradas municipais eram pouquíssimas e de escassa importância. Provinham de eventuais juros ativos sobre os capitais, alugueis de casas e fundos municipais (alguns montanheses, como aqueles de Primiero, por exemplo, desenvolveram o hábito de alugar suas *malghe* a criadores do vizinho Estado do Vêneto), arrendamentos e outros itens de menor monta. Estes encontravam espaço nos orçamentos, mas dos balanços dos gastos constavam também os itens “imposto suplementar sobre o imposto da gleba”, “imposto suplementar sobre o imposto de indústria” e “imposto suplementar sobre o imposto das rendas”. Eram estes impostos, e sobretudo o fundiário e o industrial, que deviam equilibrar o orçamento, qualquer que

45 AMI: Atos Adm. 1875, 1876 e 1887, envelopes 33, 34, 46.

46 AMC: Atos Adm. 1877 e 1878, envelopes 201 e 203.

fosse o montante das despesas. De fato, a lei de 1862 previa que, para suprir as despesas municipais, as administrações municipais poderiam introduzir adicionais aos impostos diretos e às taxas de consumo, outras imposições e tributos, prestações de serviço de necessidade municipal. Uma concessão das Dietas excluía do pagamento destes impostos diretos ou dos 30% das taxas de consumo os sacerdotes, os professores, as viúvas e os órfãos.

Levando-se em conta que os pobres eram automaticamente isentos do pagamento de tais impostos, compreende-se que eram os proprietários de terra (que no Trentino, como vimos, possuíam em média pouquíssima terra), os comerciantes, industriais e profissionais liberais os que pagavam a conta. E, dentre estes, os primeiros pagavam a maior parte, pois em todos os balanços os itens referentes às entradas mais elevadas eram exatamente os provenientes de impostos fundiários. No parágrafo 77, a lei previa que “adicionais superiores a 300% dos impostos diretos ou a 30% da taxa de consumo são concedidos pela Dieta e, em caso de urgência, pelo Conselho Estadual”. Como exemplo, em 1878 o Município de Imer obteve o poder de exigir um adicional de 575% sobre o imposto fundiário e de 50% sobre o imposto de indústria. Em anos anteriores havia obtido o poder de exigir adicionais de 500% sobre a primeira e de 50% sobre a segunda⁴⁷.

Por sua vez, o município de Canal San Bovo, em 1876, obteve o poder de exigir dos contribuintes um adicional de 679% sobre os impostos fundiários⁴⁸. O Município de Tonadico obtivera do Conselho Estadual, em 1874, o poder de aplicar um imposto suplementar fundiário de 364%⁴⁹. O de Civezzano, em 1881, obteve permissão de cobrar um adicional de 400% sobre o mesmo imposto, enquanto que em 1877 o adicional fora de 300%⁵⁰. Note-se que se tratava de impostos suplementares que se somavam portanto aos impostos normais exigidos pelo Estado. E percentuais considerados pelas leis extraordinárias tornaram-se a norma para todos os municípios naqueles anos. Observe-se que esta pressão extraordinária sobre os contribuintes transformou-se em regra, enquanto o processo de depauperação da comunidade camponesa trentina foi constante, pelo menos a partir da metade do século, estendendo-se até o final do mesmo. Naquele período, enormes despesas foram realizadas pelos municípios para reparar

47 AMI: Atos Adm., anos variados.

48 AMCB: Atos Adm. 1875/1878, envelope 48.

49 AMT: Atos Adm. 1872/1878, envelope 15.

50 AMC: Atos Adm. 1880, envelope 206 e 1877, envelope 201.

os desastres causados pelas enchentes. Para despesas de administração extraordinária os municípios deviam dirigir-se aos entes públicos ou privados para obter empréstimos, fato absolutamente não extraordinário. E isto pesava ainda mais no balanço municipal, obrigando-os a uma maior pressão fiscal. Por sua vez, a violentíssima pressão fiscal condenava à miséria centenas de famílias, cuja condição de pobreza piorava ainda mais a situação das finanças locais e conseqüentemente a dos pequenos proprietários de terras. A dramaticidade desta situação já se delineava em 1875.

Lia-se no jornal católico do Estado: “Por dívidas correntes de família ou de sociedades, tiveram início os leilões de imóveis. Tais leilões, em parte devidos à desvalorização da terra, agravada por milhares de tributos sobre as sociedades, de impostos municipais e estatais, em parte determinados pela maldade dos homens ou por defeitos da lei, hoje em dia constituem, na maior parte dos casos, a ruína completa e a desapropriação injusta de muitas famílias. Quantas vezes, por uma dívida de, digamos, 500 florins, uma família é privada de todos os seus imóveis, mesmo aqueles de valor superior a milhares de florins! Quantas famílias que tinham do que viver, trabalhando bastante, de repente foram completamente destituídas e desceram ao nível do mais baixo proletariado! Há cidades em que acontecem dezenas destes casos por ano! As pequenas mas livres propriedades são destruídas, enquanto forasteiros, aves de rapina invariavelmente presentes em cada leilão, tornam-se proprietários da cidade, e a municipalidade deve pensar na subsistência do proletariado sempre crescente, a municipalidade que, depois da famosa autonomia, só faz aumentar o seu passivo.”⁵¹ Como se vê, a situação era insustentável, tanto para os municípios quanto para os contribuintes privados. Mas o Estado austríaco continuava a percorrer o seu caminho, sem preocupar-se muito com as particularidades da situação trentina. E em 1880 decidiu mesmo exigir do contribuinte um imposto sobre a propriedade de imóveis. A classe de pequenos proprietários trentinos era assim esmagada: “Todos sabem que a posição da propriedade encontra-se hoje em dia reduzida a formar uma exceção entre todos os domínios da monarquia. E, infelizmente, a ruína progressiva da nossa propriedade é agravada pelo terrível cenário judiciário que já há anos e cada vez mais realiza uma enorme quantidade de execuções, sempre visando a licitação dos bens em leilões, e a preços incrivelmente baixos; isto constata-se a partir dos inumeráveis leilões voluntários que, ou não têm êxito algum, ou contribuem para a ruína dos interessados; constata-se, enfim, a partir da situação econômica geral, que comprova a necessidade de

51 *La Voce Cattolica* de 15/05/1875.

calcular cada passo e de banir, não apenas qualquer capricho, como qualquer despesa não completamente ditada pela necessidade, o que condena à inação milhares de pessoas que em outras condições colheriam sua subsistência do trabalho, e que entretanto engrossam a multidão de miseráveis, compelindo os municípios a sacrifícios muito superiores a suas forças. O proprietário de terras é forçado, contra a sua vontade e em seu próprio prejuízo, a renunciar àquelas melhorias anuais com as quais poderia aspirar a obter alguma renda, mas que lhe é impossível realizar, por falta de capital; e os municípios, por sua vez, vêm aumentar a cada ano os gastos com a beneficência pública, em proporções assustadoras.”⁵²

No mercado, os preços dos valores fundiários caíram muito. Carlo Dordi e Vittorio Riccabona escreveram a respeito: “Perdida, em 25 anos, mais da metade do valor da quase totalidade dos campos, continuam numerosos os leilões voluntários de imóveis, com uma desvalorização cada vez maior, por temor de que estes não sejam mais rentáveis, como também por falta de numerário.”⁵³ O mesmo Riccabona afirmava em 1880 que a metade da propriedade imobiliária trentina havia mudado de proprietário nos últimos anos ou estava para fazê-lo.⁵⁴

*“Em 1890, o Trentino apresentava um débito municipal e privado de 23.015.630 coroas. Sobre cada cidadão trentino pesava um débito proporcional de 62 coroas [...]. O débito hipotecário atingiu proporções espantosas em relação ao valor fundiário. A pequena propriedade foi arruinada. Em trinta e oito anos, entre 1860 e 1898, verificaram-se mais de trinta e dois mil leilões compulsórios de terras do valor médio de 918 coroas cada uma! Nos primeiros vinte anos verificaram-se mais de mil e cem leilões por ano!”*⁵⁵

Eis a “broca monetária” que o novo vento do capitalismo inseria na agricultura tradicional trentina. O pequeno proprietário de terras, o camponês, devia agora produzir não apenas para manter-se a si e à própria

52 AMI: *Memorial do Município de Trento às Excelsas Câmaras de Senhores e Deputados em Viena, na vertente relativa às novas taxas propostas sobre os imóveis*, Atos Adm. 1881, envelope 39.

53 C. Dordi, V. Riccabona: *Memorial sobre as dificuldades e as necessidades da parte italiana da Província e sobre os meios de encontrar alívio (à excelsa I.R. Vice-Intendência do Tirol-Innsbruck)*, Trento 1882.

54 V. Riccabona, op. cit. pág. 18-19.

55 De *O Futuro econômico do Trentino*, conferência realizada por C. Battisti em várias cidades em 1914 em C. Battisti: op. cit. pág. 539.

família, mas também para vender o seu produto e, com o dinheiro obtido, pagar os impostos. E também tentar racionalizar a produção de sua pouca terra e calcular seu produto para suportar a carga dos impostos. Ou ainda avaliar se era mais conveniente trabalhar suas poucas terras ou colocar-se no mercado de trabalho à procura de um emprego. Mas a maior parte dos pequenos proprietários trentinos não tinha possibilidade de escolha. Era forçada a vender suas terras e passava automaticamente a fazer parte do grupo dos pobres, em um momento em que o mercado de trabalho trentino não oferecia alternativas.

A última solução era a emigração, temporária ou definitiva. Era uma sucessão de eventos que destruía os velhos equilíbrios, reconstruindo com impressionante velocidade um novo mundo. Dez a 30% das despesas dos municípios dirigiam-se à manutenção dos pobres. O Município de Siror, por exemplo, de 1876 a 1880 empregou de 10 a 15% de seus fundos com este gasto. O de Civezzano, no Orçamento de 1878, inseriu um gasto total previsto de 11.200 florins e 50 centésimos. Mas isto não era tudo. Mesmo nas despesas escolares estavam incluídos certos gastos, como a distribuição gratuita de livros aos pobres. E as despesas relativas ao médico municipal eram freqüentemente referentes a consultas e remédios fornecidos aos pobres.

Miséria e expulsão dos campos

Um processo de rápida depauperação da economia camponesa atingiu o Trentino por volta da metade do século XIX, estendendo suas consequências quase que até o fim do século. Milhares e milhares de camponeses foram privados de suas propriedades e forçados a vagar pela Europa e pelo mundo em busca de trabalho, ou mesmo apenas de comida. O panorama que se apresenta aos olhos do estudioso que busque nos arquivos a documentação da época é impressionante. E “dantesco” não é um termo exagerado para a sua descrição pictórica. Os pequenos proprietários camponeses e os meeiros (aos quais os proprietários de terra concediam cada vez menos produtos devido ao aumento dos impostos) transformaram-se em “diaristas” e “trabalhadores braçais”. Freqüentemente eram descritos como “vagabundos”. Acontecia que, quando não encontravam trabalho, e encontrando-se distantes da própria aldeia, pediam ajuda aos municípios que os hospedavam. Estes solicitavam ao município de origem um documento que comprovasse o *diritto d'incolato* e depois exigiam deste os gastos realizados

OS TRENTINOS



Toni Pallaoro (1832) e Edvige (1841) com um filho e o neto, João Zurlo. Chegaram à Leopoldina em 1875, provenientes de Novaledo.

com o sustento do pobre. A este então era retirado o passaporte (que servia-lhe também para circular no território do Império). Mas isto não diminuía a sua necessidade, e ele continuava a sair dos confins do Trentino em busca de trabalho. Se fosse encontrado pela polícia sem passaporte, era classificado como “vagabundo”. Recebia o formulário obrigatório e... a prefeitura era forçada a reembolsar as despesas de viagem. Criaram-se leis, como a de 10 de maio de 1873, que proibiam a vagabundagem, inculcando penas até mesmo de muitas semanas de prisão aos infortunados. Desnecessário dizer que os municípios deviam arcar até com as despesas de alimentação em suas cadeias. Quando os “vagabundos” não encontravam um meio de vida fora de seu próprio vilarejo, em concorrência com outros milhares de desgraçados do norte da Itália ou da Europa Central, escreviam à prefeitura pedindo dinheiro. As administrações municipais criaram arquivos especiais intitulados simplesmente “pobres”. Ali se encontram solicitações de ajuda de seus cidadãos que se encontravam na Áustria, na Suíça, na Hungria, na Bósnia, na França. Além das penas de detenção, as autoridades estabeleceram outras normas que visavam diminuir a pressão sobre os cofres municipais. Entre estas, uma das mais rigorosas foi certamente a que previa uma permissão (municipal ou estadual) aos homens com intenção de casar-se. Estes deviam comprovar que podiam manter o grupo familiar que estavam prestes a formar. Chegava-se ao ponto de exigir do jovem esposo garantias de manutenção de sua família durante o período, ou melhor dizendo os períodos, em que seria convocado a prestar serviço militar. Devia provavelmente ser uma medida de controle de natalidade ... dos pobres.⁵⁶ Neste ínterim, para evitar o total desespero dos camponeses, estabeleciam-se preços máximos para o pão. De qualquer forma, aumentavam os furtos ou, como se dizia então, “a tendência aos furtos”, ou “a propensão ao delito”. O fato de muitas vezes tratar-se de “propensão aos furtos florestais” revela muito sobre o tipo de delinqüência que se alastrava. Os camponeses procuravam sobreviver cortando um pouco de madeira das propriedades municipais para tentar vendê-la ou aquecer-se. Cada vez mais freqüentemente as diversas autoridades exigiam das administrações municipais atestados de boa conduta (ou de “reputação e conduta”, como se dizia naquele tempo) para aqueles sujeitos que vagavam pelas terras do Império. E as respostas dos municípios iniciavam sempre com as palavras “pobre” ou “abastado”. No primeiro caso, as informações que se seguiam não eram jamais perfeita-

56 Em todos os arquivos municipais encontram-se documentos deste tipo.

mente tranqüilizantes para quem as solicitara. A própria moral camponesa, em contato com a extrema necessidade, dava sinais de decadência. Algumas vezes, pouquíssimas na verdade, filhos eram abandonados nas escadarias das prefeituras. Mais freqüentemente, os pais forçados a tais atos escreviam à administração municipal, informando que se dirigiam a este ou aquele Estado em busca de trabalho: pediam que seus filhos fossem alimentados e prometiam pagar tudo quando retornassem. Entretanto, nas estatísticas sobre as causas de morte, anotavam-se numerosos casos de óbito de crianças menores de um ano, por “debilidade inata” ou por “miséria”. À municipalidade, o cidadão pobre pedia tudo. Cada vez mais freqüentemente, seus pedidos não eram atendidos. Observava-se que o pedinte era de sã e robusta constituição, e que podia trabalhar. Mas onde, em um período no qual em muitas regiões européias as massas camponesas eram expulsas dos campos? Alguns pediam aos municípios coisas extravagantes: dinheiro para ir aos banhos termais, ou mesmo dinheiro para pagar um advogado em processos civis. Citamos algumas das mais significativas, para fornecer uma idéia da sociedade trentina da época. Assim se dirigia ao município de Civezzano um cidadão em 1878:

“O humilde abaixo-assinado solicita calorosamente ao Município supracitado uma quantia que lhe permita adquirir roupas e botas, porque no estado em que se encontra atualmente não pode apresentar-se diante das pessoas, assim maltrapilho, porque estas têm nojo e não querem comprar seus doces. Ele, portanto, encontra-se sem comércio e sofre de tédio por falta de trabalho.”⁵⁷

Ao mesmo município escrevia um outro cidadão:

“O humilde abaixo-assinado encontra-se na extrema necessidade de recorrer à Administração deste Município para pagar o aluguel de sua casa apenas esta vez e aproveito para pedir a esta Administração um par de sapatos para que eu possa caminhar pelos bosques pois este que trago nos pés deixa entrar água e peço que me atendam para que possa cumprir meus deveres pois não deixarei de fazer o que for possível.”

57 AMC: Atos Adm. 1878, envelope 203, carta de Bortolo Oberziner, de 27 de abril e de Fronza Leonardo, de 24 de outubro.

O tom das súplicas quase sempre sugeria uma grande dignidade que mal escondia uma certa vergonha de suas necessidades. As cartas eram sempre lacradas, as assinaturas eram precedidas pelos termos “humílimo” ou “vosso servo”, outra herança de uma época que havia visto a classe camponesa no último degrau da escala social, mas no primeiro na escala da produção de riqueza. Outros encontravam-se em pior situação em relação aos dois primeiros casos. Leonardo Molinari, que vivia em Trento, mas que com certeza gozava do *diritto d'incolato* em Civezzano, escrevia a este município:

*“O abaixo-assinado com oito filhos, totalmente sem trabalho e sem outros meios de subsistência, encontra-se em estado de extrema indigência e portanto pede à Administração deste louvável município o favor de ajudá-lo durante os meses vindouros de Janeiro e Fevereiro, com o donativo de ao menos dois quilos de farinha amarela, sem a qual sua família morrerá de fome.”*⁵⁸

As necessidades eram as mais diversas:

“Giovanni Zanona eu me encontro em Sangiacomo nos arredores de Bolzano. Caro (palavra ilegível) prefeito eu vos suplico que me envie ajuda eu vos suplico mais uma vez pois estou passando muita necessidade estou em um curral e sinto que devo ir para o hospital.”

A súplica de Zanona, de Siror, termina com o endereço “correio de Bolzano”.⁵⁹ Com a miséria, vinham a degradação moral, o desespero, o alcoolismo. Assim escrevia o comandante do distrito ao prefeito de Civezzano:

“Ontem de manhã foi preso em estado de embriaguez, às portas do bairro alemão nesta cidade, deitado no chão, o jovem camponês Giovanni Bortolameotti di Andrea, de 23 anos, nascido em Roverè di Civezzano, trabalhador diarista na pedreira Oss, residente na casa de Santa Cestari, em S. Martino. Este indivíduo, cujo vestuário causa escândalo público, suas calças e paletó totalmente esfarrapados...”

58 idem, carta datada de 25 de dezembro de 1878.

59 AMS: Atos Adm. 1876, envelope 268.

*rapados, não pode ser posto em liberdade até que lhe sejam providenciadas outras roupas. Isto se informa a esta Administração, com a solicitação de providenciar a quantia necessária para que se possam adquirir as roupas convenientes.*⁶⁰

E as circulares que se referiam ao alcoolismo tornaram-se frequentes. Na época, algumas pessoas o consideraram a própria causa dos reveses do Trentino, evidentemente confundindo a causa com o efeito.⁶¹

Os municípios respondiam a esta série de pedidos de acordo com as possibilidades de seu orçamento, que eram cada vez mais limitadas. A sociedade civil passava por um processo de barbarização que, de qualquer forma, nunca se aproximou, nem mesmo por um momento, do perigo de revoltas populares.

A excepcional submissão, a infinita paciência da classe camponesa, derivava em grande parte de sua profunda religiosidade, da convicção de que alguém acima dos homens resolveria a situação, que tudo tinha uma razão de ser que, se ao homem escapava, o Pai Eterno a conhecia, e que não existiam culpas subjetivas em tal situação. E a Igreja tinha, neste sentido, uma função precisa de amortização do descontentamento, que de qualquer maneira existia, paralela à sua função de conforto e solidariedade pelos que sofriam. Era uma Igreja bicéfala. A Igreja dos padres do campo, filhos dos camponeses, que sentiam na própria carne o drama que se desenrolava e que procuravam, de todas as maneiras possíveis, encontrar soluções em sintonia com sua ideologia; a Igreja da hierarquia, que usava seu enorme ascendente sobre a classe camponesa para acalmar-lhe a raiva, para canalizá-la para o fatalismo. Uma parcela desta Igreja identificou na emigração uma válvula de escape para aquele desastre, e nela vislumbrou também uma possibilidade de salvação para a cultura e a sociedade camponesas. Na América, no Brasil ou na Argentina, poder-se-ia reconstruir a comunidade camponesa: distante das influências nefastas do militarismo, do liberalismo e do socialismo. Mas distantes também da injustiça burguesa, que fazia do camponês uma sub-espécie humana. A segunda Igreja era aquela que se recusou a entrar neste debate e, quando o fez, procurou defender os pontos de vista das classes dominantes. Pareceu-lhe inclusive que a emigração para a América fosse um perigo porque, diminuindo a mão-de-obra na Província, colocava em crise as finanças

60 AMC: Atos Adm. 1878, envelope 203.

61 Veja-se a propósito: R. M. Grosselli: op. cit. pág. 125.

dos senhores de terra. Ela própria era proprietária de algumas das melhores terras do Trentino. E, se os párocos dos vilarejos trentinos escreveram durante anos às suas greis espalhadas pelo território americano, não há indícios de que qualquer bispo de Trento tenha feito o mesmo. Pelo menos a sua voz nunca chegou a Nova Trento, Santa Teresa ou Caxias do Sul, e dela ninguém se recorda.

Um outro amortizador da raiva camponesa no Trentino foi certamente a típica solidariedade de uma sociedade que agonizava. Frequentemente, os menos infelizes ajudavam os mais desgraçados. E assim, mesmo na mais extrema pobreza, sempre havia quem conseguisse reunir, com dificuldade, alguns poucos florins para enviar às vítimas de incêndio em Sarajevo ou em Tesino, às vítimas da enchente de Szeghedin ou do granizo em Bagnolo in Piano.⁶² Louvável, mas talvez um pouco menos impregnada de solidariedade, foi a decisão do primeiro cidadão de Fiera di Primiero, Negrelli, de realizar coletas anuais para os pobres, antes do fim do ano, para debelar a praga da mendicância de porta em porta, que naqueles anos tornara-se um hábito dos pobres da região no primeiro dia de janeiro.⁶³ Mas este, como todos os administradores, devia lidar com pedidos de ressarcimento de dinheiro de hospitais italianos, suíços e austríacos para a internação dos pobres; pedidos de dinheiro dos pobres coitados que haviam sido convocados a prestar serviço militar a centenas de quilômetros de casa e não tinham dinheiro para voltar; de pais que pediam livros escolares gratuitos, além de pedidos de farinha, sapatos, roupas.

Algumas vezes, as autoridades municipais, não conseguindo enfrentar com suas próprias forças uma situação difícil, dirigiam-se a entidades superiores, nisto também demonstrando serem filhas daquela cultura camponesa que fazia da divindade um eixo em torno do qual girava a vida social.

Assim escrevia a outras autoridades municipais o prefeito de Cavalese, em 1881:

“A persistente seca allige por toda parte a moribunda vegetação dos campos, não exclusiva do flagelo também a deste vale, motivo pelo qual todas as administrações municipais deste distrito político supplicam a intervenção da Potência Divina, mediante a função ex-

62 Todos casos documentados a partir dos vários pedidos que naqueles anos chegaram aos vários municípios.

63 AMFP: Atos Adm. 1877.

traordinária da procissão da imagem milagrosa da Santa Virgem Dolorosa, que se venera em Sua Capela especial. Tâl função realiza-se em casos realmente desesperados como o atual, no qual uma chuva benéfica seria altamente necessária e que, como indica a nossa experiência, a Divina Providência, todas as vezes em que se fez uso deste recurso extremo, dignou-se a conceder a graça. A procissão acontecerá na manhã do dia 11 corrente e, caso o louvável Município julgue apropriado, queira avisar seus administradores para que os que crêem possam participar da função extraordinária supracitada.”

O novo cansaço camponês: o militarismo austríaco

O sistema capitalista de produção e a estrutura social que lhe era mais idônea não surgiam no Estado apenas através da erosão de sua economia. A classe camponesa filtrava estas “desgraças” com uma nova consciência, feita de insatisfação e cansaço. Um velho e um novo cansaços camponeses se somavam. O velho cansaço derivava do fato de que, por volta da segunda metade do século, as massas camponesas não haviam ainda tido tempo de esquecer as condições de submissão total, codificada e legal, na qual tinham vivido durante o período medieval. Neste sentido, a Idade Média sobrevivera na Áustria até 1848, ano em que foi abolida a servidão da gleba (bem depois dos outros estados europeus, excluindo-se a Rússia, que a aboliu em 1861). Mas, mesmo nos anos '70, resistiam espaços de legislação feudal ainda não suprimidos ou reformados. E, é claro, na época da ferrovia, puderam comparar esta condição com as novas liberdades que ao menos o indivíduo, se não os grupos sociais, estavam conhecendo na nova ordem social que chegava do Norte. A este início de consciência, entretanto, acrescentava-se um novo mal-estar: no exato momento em que o camponês teria podido dispor de si mesmo, ao menos em termos teóricos e com base em um novo aparato legislativo, uma série de condicionamentos o impediam de fazê-lo. Punha em crise tanto as suas possibilidades de sobrevivência quanto os seus valores culturais, seus hábitos, tradições, o tipo de organização social que pertencia à sua classe. A carência de terra, sobretudo, tornava dramática a sua condição. Tratava-se, freqüentemente, de uma piora em relação à Idade Média, durante a qual uma certa legislação assegurava algumas garantias ao “servo da gleba”. A sua libertação chegara, mas o camponês, libertado de um patrão, agora era escravo de suas necessidades. Não se podia ser camponês sem terra. Mas não se tratava apenas disso. A

estrutura familiar estava entrando em crise. O mesmo processo de empobrecimento dos campos levava a isto. A exigência de criar novas entradas de dinheiro levava as mulheres a empregar-se nas fábricas de tecelagem, abrindo uma brecha no sistema patriarcal sobre o qual repousava a família camponesa. Atingindo uma nova dignidade econômica e com a possibilidade de subtrair-se, por muitas horas ao dia e por muitos dias ao ano, ao jugo dos homens e sobretudo do pai-tirano (ou marido, ou sogro), a mulher trazia para a família novas tensões, que ameaçavam os velhos equilíbrios. E o mesmo valia para os filhos homens que, obtendo uma renda própria, de origem externa à propriedade familiar, submetiam-se cada vez menos pacificamente à autoridade paterna. E isto era ampliado pelas experiências que um número cada vez maior de jovens camponeses fazia no “coração do inferno”, ou seja, nas cidades capitalistas.

Criavam-se automaticamente novas necessidades e todos caminhavam no sentido de destruir a antiga filosofia de vida, que via no trajeto terreno do homem apenas um teste que decidiria sua definitiva condição extraterrena. O homem pensava cada vez mais em seus dias, em suas necessidades. Não era mais normal trabalhar apenas para comer e deixar que o fluir das estações diferenciasse os bons anos dos maus. Assim como não era mais normal estreitar o próprio horizonte geográfico no desenho das montanhas da terra natal que se podia visualizar a olho nu. Um fator que amplificou consideravelmente este fenômeno foi o militarismo austríaco (verificado também em outras regiões, visto que se tratava de uma época de militarismo europeu). O Império austro-húngaro era circundado de potências que visavam a sua destruição. Ameaçavam-no sobretudo as duas novas realidades nacionais que se formavam ao norte e ao sul e que reclamavam parte de seu território: a Prússia, depois a Alemanha e a Itália.

Mesmo a sudeste não era aconselhável perder de vista o Império Otomano e talvez, segundo o ditado militarista da época, aproveitar-se de sua decadência para subtrair-lhe regiões (onde, além da Bósnia, os próprios agricultores trentinos seriam levados a partir dos anos '70, primeiramente para trabalhar em obras públicas e depois para colonizar aquelas terras). O exército austríaco tinha, portanto, uma verdadeira fome de homens. As autoridades civis e militares austríacas estavam fanaticamente atentas ao processo de recrutamento, que cumpria um papel de extraordinária importância no desenrolar dos acontecimentos que caracterizavam a vida camponesa. E eram principalmente os camponeses os objetos desta “atenção” especial por parte das autoridades. Não apenas porque eram a classe mais numerosa, mas também porque, até quase os anos '70,

quem tinha dinheiro podia fazer-se substituir por quem precisasse de dinheiro. Uma série de providências legislativas criara, no fim dos anos '60, uma nova normativa militar. Entre estas, destacam-se a lei militar de 5 de dezembro de 1868 e a lei de 13 de maio de 1869, relativas à milícia.⁶⁴ Reorganizando e, em parte, modificando a legislação precedente, a nova regulamentação estabelecia que o serviço militar obrigatório poderia ser cumprido no exército, na marinha, na reserva ou na milícia. O recrutamento iniciava-se no primeiro dia de janeiro do ano solar em que os rapazes completavam 20 anos, mas continuava válida até o trigésimo sexto ano completo para aqueles que não tivessem cumprido precedentemente este dever. Na prática, todos os homens de 19 a 36 anos que não tivessem cumprido o serviço militar eram perseguidos pelas autoridades militares.

O serviço militar durava 3 anos, mas na milícia (na qual o recruta não era confinado ao quartel mas continuava a sua vida civil normal) durava 12 anos. Os cidadãos considerados aptos e que não eram convocados pelo exército ou pela marinha, transitavam na reserva até os 30 anos e em seguida na milícia até os 32 anos. O corpo da milícia era chamado em tempo de guerra para apoiar o exército, especialmente em função da defesa interna e da manutenção da ordem pública, mas podia ser empregado também no fronte. Eram recrutados pela milícia os rapazes aptos que excediam o número de militares convocados pelo exército e pela marinha, mas também os que haviam concluído o serviço militar estavam sujeitos à inscrição na milícia por mais dois anos.

Os milicianos, que não cumpriam portanto o serviço militar propriamente dito, em tempo de paz eram instruídos inicialmente durante oito semanas e em seguida por duas semanas anuais. Muitos deles (aqueles recrutados diretamente pela milícia e não transferidos da reserva, do exército ou da marinha) podiam ser convocados para este treinamento durante seis anos. Mesmo os milicianos necessitavam da permissão do Ministério da Defesa para emigrar. Na prática, todos os cidadãos de sexo masculino entre 19 e 32 anos de idade (à exceção daqueles considerados inaptos que, em tempo de guerra, eram pouquíssimos) deviam estar à disposição do exército e eram convocados a prestar serviço militar ou o treinamento. Em tempo de guerra, fato não excepcional, legislações especiais podiam estabelecer normas que visavam convocar às armas aqueles que já haviam concluído o serviço militar. Como a

64 *Lei de 13 de Maio de 1869*, relativa à Milícia nos Reinos e Territórios representados no Conselho do Império, em: *Boletim das leis do Império*, Capítulo XXXIII, N. 68 e *Extrato de instrução executiva sobre a lei militar de 5 de dezembro de 1868*, em: *Boletim das Leis e das Regras para o Condado príncipesco do Tirol e para o Vorarlberg*, Ano 1869. Capítulo X.

espinha dorsal do exército, a tropa, era formada principalmente por camponeses, e como do produto da agricultura derivava o sustento da maior fatia da população, algumas facilidades eram concedidas aos camponeses. Entre estas, constava a de “não servir ininterruptamente”, concedida aos indivíduos recrutados pelo exército ou pela marinha que fossem proprietários de terras recebidas em herança e que contribuíssem para a manutenção de si próprios e de um núcleo familiar de ao menos 5 pessoas. As oito semanas de treinamento dos milicianos normalmente eram realizadas depois das colheitas. Mas nem sempre estas normas eram aplicadas, ou pelo menos sua interpretação era elástica, especialmente em períodos de alerta militar e de guerra. Assim sendo, não é difícil descobrir nos vários arquivos municipais, convocações para treinamentos realizadas em épocas de colheita e em períodos de máxima aplicação do camponês à terra. Tal legislação militar referia-se a um período em que as guerras e as tensões entre os Estados (ou no interior destes) não eram absolutamente a exceção, e sim a regra.

Nos anos '50 e '60, o exército austríaco foi convocado para combater três guerras: no fronte ítalo-francês em '58/'59, ao Norte contra a Dinamarca em '64, e finalmente em '66 ao Norte e ao Sul contra a Prússia e a Itália. Acrescente-se a isto a constante tensão em todas as fronteiras, inclusive aquela com o Império turco, e pode-se compreender o fanatismo militarista das autoridades habsbúrgicas. Esta situação interferia violentamente no desenrolar da vida das massas camponesas. Em primeiro lugar, subtraía braços importantes para o trabalho nos campos, provavelmente os mais importantes (mesmo que se reveja este conceito à luz da crescente importância do trabalho feminino nos campos). Era uma concessão que a família camponesa não podia fazer sem comprometer sua economia, em um período em que, como vimos, apenas o super-trabalho lhe permitia equilibrar as contas. Cada filho militar acrescentava novas misérias à família, muitas das quais deviam ceder ao exército mais de um filho na mesma época. É o caso de um camponês que assim escrevia em 1876 ao Comando Militar:

“O abaixo-assinado Nicolò Leonardi di Orzano de 62 anos tem três filhos um é reservista militar convocado para manobras a 10 de agosto do corrente ano, os outros dois são soldados da Artilharia, ambos convocados para as manobras de três semanas. Os dois últimos chamam-se Giacomo e Giobatta, e nos períodos supracitados devendo seus únicos três filhos prestar serviço, não lhe resta ninguém para ajudá-lo no trabalho de seus campos, e assim se dirige à louvada imperial régia autoridade para que lhe conceda a graça de ter em casa um de

seus filhos para poder realizar a colheita, e semear os campos, estipulando uma outra época para prestar o referido serviço.”

Ao final da petição, o administrador municipal anotava que seria um “grande golpe para as suas finanças” se tivesse que pagar trabalhadores braçais em substituição aos filhos recrutados.⁶⁵ Eram certamente em grande número as famílias que contavam um ou mais filhos recrutados e sua economia sofria consideravelmente. Tanto que o Governo teve que enfrentar a situação definindo uma regulamentação que socorresse as famílias necessitadas.⁶⁶ Evidentemente, as providências da lei não eram suficientes. Mais uma vez encarregavam-se as pequenas comunidades de resolver como pudessem uma situação criada pelo governo central, enquanto os encargos fiscais já dessangravam literalmente os pequenos proprietários. Apresentamos uma comunicação urgente enviada à Prefeitura de Siror pelo Chefe Distrital de Primiero, em 1878:

*Em cumprimento ao despacho n. 14.130 de Sua Excelência o Sr. Vice-Intendente, solicito o Sr. Administrador Municipal a, em consórcio com o Pároco, ativar uma coleta em dinheiro entre as famílias em melhor situação financeira de seu distrito municipal, em favor das famílias necessitadas dos militares reservistas que, após a mobilização parcial do Exército Imperial, foram convocados para o serviço ativo.”*⁶⁷

A partir do início dos anos '70, no momento da explosão súbita e maciça do fenômeno migratório, a lei militar tornou-se um poderoso instrumento de chantagem contra os camponeses, para impedi-los de emigrar. Os passes militares diminuíram e frequentemente eram negados. Muitas famílias foram obrigadas a partir para a América sem nenhum filho. Outras foram forçadas a desobedecer às autoridades, fugindo para poder alcançar o solo americano completas. As famílias de emigrados “ilegais” quase sempre tinham um ou mais filhos ainda em idade militar, e muitos eram os jovens que fugiam sozinhos.⁶⁸ Às vezes era difícil escapar

65 AMC: Atos Adm., 1876, envelope 200.

66 Algumas circulares referem-se à Lei de 13 de julho de 1880 que previa subvenções às famílias que se tornaram carentes em consequência à convocação dos filhos.

67 AMS: Atos Adm. 1878, envelope 270.

68 Veja-se R. M. Grosselli: op. cit. págs. 235-236.

às autoridades da polícia. Era ainda mais difícil, para a família camponesa trentina, optar por este ato de desobediência à autoridade. O que dizemos não é um exagero. Relatamos a propósito dois breves casos de dois importantes homens trentinos. São estes Dom Lorenzo Guetti, que por volta do final do século lançava as bases para o nascimento do movimento cooperativo trentino, e Cesare Battisti, fundador do movimento socialista trentino. Ambos se referem aos camponeses que, de volta à pátria, entregavam-se espontaneamente às autoridades para serem punidos, devido à sua falta à convocação militar (que freqüentemente durava algumas semanas ou alguns dias): “Emigram impulsionados pela miséria, que em grande parte origina-se do presente militarismo, sem a menor intenção de fugir às obrigações da milícia. Assim que podem retornar, depois de aliviar as dificuldades familiares, voltam solícitos, e espontaneamente entregam-se para cumprir a lei, e o que lhes acontece? Raríssimo é o caso em que o jovem escapa ileso. Ou é inscrito na milícia ou, quando considerado inapto, recebe uma multa, ou é preso durante seis meses ou mais.”⁶⁹

Cesare Battisti assim se dirigia ao Presidente do Tribunal de Trento, Sr. Schumacher, durante uma conferência: “Diga o Sr. Presidente do Tribunal de Trento, presente nesta sala, se os nossos emigrados não se apresentam por si próprios ao Tribunal, quando retornam atrasados da América, para cumprir as penas do código penal. (O cavalheiro Schumacher indica que sim).”⁷⁰

A legislação militar reduzia grandemente as possibilidades de movimento dos cidadãos. Um grande número daqueles que tinham entre 19 e 32 anos deviam, com freqüência quase que anual, apresentar-se para o recrutamento ou para algumas semanas de treinamento, quando não para alguns dias de exercícios militares. O não comparecimento acarretava severas punições. Nos anos a partir de 1870, quando um número elevadíssimo de camponeses se espalhara pela Europa e pela América em busca de trabalho ou de terra, isto significou um grande problema a mais para aqueles que tiveram que acrescentar outros sofrimentos à sua já difícil existência. Para as famílias que se estabeleceram na América, significou sobretudo submeter-se à ânsia de fuga e ao problema moral que esta representava. Muitas vezes, entretanto, significou deixar para trás um ou mais filhos que prestavam serviço militar, com muitas possibilidades de não mais revê-los. Para quem se dirigia ao Norte,

69 *La Voce Cattolica* de 25/11/1886.

70 C. Battisti: *In difesa degli emigranti trentini*, em *Il Popolo* de 06/06/1914, cit. em R. Monteleone, op. cit. pág. 449.

em busca de trabalho, a lei militar impunha o dever de retornar à pátria, precipitadamente, no momento da convocação para treinamento ou para prestação de serviço militar. Implicava percorrer às vezes milhares de quilômetros, além de uma despesa considerável, para submeter-se a alguns dias de treinamento. Caso contrário, o retorno à pátria comportava semanas ou meses de prisão. De qualquer forma, o camponês relutava em desobedecer às leis. Apresentamos em seguida uma carta impressionante, escrita pelos pais de um segundo filho convocado ao serviço militar (o primeiro já o havia concluído) a seu administrador municipal. Encontravam-se na Boêmia, trabalhando nas ferrovias (“estamos no *asenpon* ou *aisenpon*”*, dizem a certa altura):

“Eisenstass, 28 de janeiro de 1876

Súplica ao Senhor Administrador Municipal de Imer:

Com estas poucas linhas comunicamos a V.Sa. o lugar em que moramos e informamos que temos um filho que também presta serviço militar este ano pois será sempre obediente e sujeito a tudo o que as autoridades lhe impuserem. Mas nós como pais do citado filho Loigi Taufer solicitamos a graça se possível de deixá-lo permanecer neste lugar e apresentar-se em Nafer ou em Clatao porque as nossas circunstâncias são tais que não nos permitem mandá-lo para casa porque custaria mais de 20 florins apenas para ir e outros para voltar e para nós seria melhor que ele pudesse ter esses florins quando estivesse prestando serviço militar porque vos digo com muito desgosto que da mesma forma que o primeiro filho cumpriu o seu serviço deverá fazê-lo também o segundo que é ainda melhor do que o primeiro. Como nós não podemos suplicar a sua isenção mas pedir esta graça se V.Sa. pudesse nos favorecer e pensamos que não fazemos nenhum mal porque apesar de estarmos no “aisenpon” no inverno não se consegue economizar nada apenas o suficiente para viver e a roupa e basta. V.Sa. se impressionará com o que dizemos mas durante esta estação é assim. Portanto se V.Sa. julga poder nos conceder o que pedimos nos daria uma grande alegria e se considerar impossível obter tudo isto peço que V.Sa. nos avise por carta peço que não deixe de escrever assim que puder. Deixo aqui portanto a petição.

Senhor Lorenzo Taufer

Correio da Boêmia Eisenstass

* ver nota 19

E cumprimentando-vos calorosamente e toda a vossa família e também a todos os representantes municipais aqui subscrevem-se

Maria Anna e Lorenzo Täufer”⁷¹

A carta confirma plenamente os problemas que o serviço militar criava para as famílias que, para encontrar sustento, dirigiam-se a regiões distantes. Traz ainda uma pequena novidade ao nosso assunto: as famílias deviam ajudar financeiramente os filhos que eram convocados, ainda que não saibamos exatamente por que razão. É muito improvável que naquela época o dinheiro da família servisse ao jovem militar para algum divertimento durante a licença. Serviriam talvez para pagar o retorno a casa? Ou talvez apenas para as pequenas despesas, como por exemplo, as postais? A carta demonstra também como os camponeses não se recusavam a fazer com que os filhos cumprissem o serviço militar. Neste caso, parece manifestar-se uma espécie de orgulho ou de consciência da utilidade do serviço militar (talvez com relação à educação dos filhos) quando o remetente afirma que, assim como seu primeiro filho cumprira seu dever, ainda mais o faria o segundo. Mas certamente as autoridades militares austríacas eram, em muitos casos, de uma rigidez desumana. E a este respeito afirmava Battisti: “O código austríaco pune duramente aqueles que demoram alguns meses a retornar da América para fazer, aos 30 anos, uma manobra de 13 dias!”⁷²

Quem não se apresentava imediatamente após a convocação era declarado desertor. É o caso de Giovanni Bolson, de Canal San Bovo, que se encontrava na Suíça e cuja carta, endereçada ao Comandante Distrital de Primiero, em 1879, transcrevemos:

“Valestlandt, 22/2/79

Giovanni Bolson soldado de infantaria de Canal San Bovo.

Senhor Comandante distrital de Primiero sabendo através do meu administrador municipal de canal san bovo no dia 21 do corrente mês que fui declarado refretário [leia-se insubmisso] isto muito me entristece porque não gostaria de desobedecer ao meu ser-

71 AMI: Atos Adm. 1876, envelope 34.

72 C. Battisti: op. cit. pág. 448.

*viço se tivesse a possibilidade de me apresentar todos os anos à minha convocação eu me apresentaria. Mas Senhor Comandante tenho a minha esposa em más condições. Extramente [leia-se além disso] os negócios vão muito mal e eu me vejo aqui forçado a deixar a esposa assim tão longe para me apresentar à artilharia. [Isto] representa uma grande despesa e não me sinto em condições de fazer esta viagem. Mesmo quando chegar de novo a minha carta de convocação. Esta então será entregue ao Administrador Municipal de Canal San Bovo e então ele saberá onde me encontro e fará saber onde me encontro na Suíça.*⁷³

Certamente a completa disponibilidade afirmada nestas cartas em relação ao dever de cumprir o serviço militar era devida em parte ao fato de serem endereçadas às autoridades, mas manifestavam também um sentimento típico da classe camponesa, submissa às autoridades, mesmo ao preço de enormes e injustificados sacrifícios. A partir de 1874 as autoridades militares enrijeceram, como foi dito, sua posição a respeito deste assunto, na tentativa de diminuir a hemorragia de jovens que temiam que enfraquecesse o exército. Disposições cada vez mais rígidas foram distribuídas às autoridades, que dedicavam uma atenção paranóica à conduta dos jovens em idade militar, solicitude que não demonstravam com relação à necessidade de trabalho, de sobrevivência (e portanto de emigrar, certas vezes) das famílias. Algumas variações na legislação vigente, contudo, mostraram-se necessárias. Por exemplo, em alguns casos passou-se a permitir que a apresentação ao serviço militar ou às semanas de treinamento fosse realizada pelos convocados, mesmo em zonas diversas da residência habitual, caso pertencessem ao Império. As forças que o exército subtraía às famílias empobreciam ainda mais a classe camponesa. Mas o fenômeno apresentava ainda um outro aspecto. Quase todos os jovens do sexo masculino viviam longos períodos distantes das famílias e em diferentes zonas do Império. Enfraquecia-se desta forma a férrea autoridade paterna, eixo em torno da qual girava a ordem familiar. Os filhos homens que atingiam a maturidade, portanto todos os filhos homens, distanciavam-se do raio de ação familiar às vezes por longos períodos. Entravam em contato com realidades inseridas em horizontes econômicos e sociais diversos. Traziam então para o seu ambiente os germes daquelas novida-

73 AMCB: Atos Adm. 1879, envelope 50.

des, muitas vezes sob a forma de rebelião contra a velha ordem (rebelião inicialmente contra a absoluta autoridade paterna e em seguida contra todos aqueles laços que prendiam fortemente o indivíduo à sua pequena comunidade, ao seu pedaço de terra, à miséria econômica).

Os párocos de aldeia, verdadeiros intelectuais orgânicos da classe camponesa, perceberam prontamente esta mudança. O serviço militar era por alguns deles indicado como “escola de blasfêmias e de irreligião”.⁷⁴ Este tipo de influência externa sobre a cultura camponesa, que lhe impunha mudanças, podemos defini-la “broca cultural”, roubando a expressão a Sori e transformando-a. E não eram apenas os militares que levavam à aldeia uma nova visão do mundo, talvez novos mitos e, de qualquer forma, novas necessidades e novas intolerâncias. Eram também as mulheres que, cada vez em maior número, deviam ir trabalhar nas fiações para permitir à família uma difícil auto-suficiência econômica.

Emigração sazonal e emigração temporária

Os maiores agentes de mudança eram os emigrantes, sobretudo os temporários. Espalhavam-se pela Europa em busca de trabalho e permaneciam por longos períodos distantes de suas comunidades, da autoridade dos patriarcas e dos padres, da ordenada e quase imutável sobrevivência de uma cultura. Em contato com outras realidades, agora capitalistas, amadureciam aos poucos uma nova visão do mundo, que levavam para casa. E, juntamente com estes agentes de transformação, naqueles anos nasceram outros. Os meios de comunicação mais rápidos, por exemplo, permitiram um contato mais constante e fácil com as sociedades do norte. A ferrovia trouxe consigo não apenas mercadorias, como também idéias. E, se estas não eram imediatamente absorvidas pela classe camponesa, eram-no pela intelectualidade, que depois tentava comunicá-las a esta. Retornando ainda uma vez à questão militar, gostaríamos de salientar que várias fontes a identificam como relativamente importante e eficaz com relação à transformação da sociedade camponesa.

Não apenas os padres trovejavam contra o “militarismo moderno”, mas os próprios emigrados no Brasil levavam consigo e transmitiam a filhos e netos a idéia de uma vida que no Trentino fora profundamente

⁷⁴ Veja-se a propósito o debate que surgiu nas páginas de *La Voce Cattolica* por volta dos anos 1874-1890. As frases citadas foram extraídas de um artigo de 19/10/1875.

modificada, no sentido pejorativo, pela questão militar. Hoje em dia, por exemplo, quando se pergunta aos velhos emigrados nos Brasil: “Por que os velhos foram embora?” é muito comum ouvir respostas do tipo: “havia guerras demais” ou “tinham sempre que servir o exército”. E este novo “cansaço camponês” somava-se à velha insatisfação de quem vivera, durante séculos, uma vida difícil, e em uma sociedade que relegava os camponeses ao último degrau da escala social.

A América não foi, portanto, apenas uma resposta à crise econômica. Muitos a viam como um novo mundo em que se podia reconstruir uma comunidade camponesa, distante da sífilis capitalista que colocava em crise a velha família patriarcal, o velho tipo de religiosidade; em poucas palavras, seria possível reconstruir a ordem que durante séculos reinara nos campos da Itália do norte, ou melhor, em toda a cultura camponesa. “A revolução camponesa, portanto, pode ser compreendida como a rejeição de uma sociedade e a reconstrução de uma outra (ainda que sobre velhos modelos), não no interior ou sobre as ruínas da sociedade renegada, mas em um contexto geográfico novo. Os camponeses (aqueles que não se urbanizaram nas cidades européias ou americanas) destruíram o velho, simplesmente deixando-o para trás, e reconstruíram o novo, não no sentido de reinventar estruturas sociais ou econômicas, mas no sentido de que reconstruíram sua sociedade em um novo ambiente.”⁷⁵

O novo fenômeno da emigração em massa, primeiramente em direção à Europa por períodos definidos, depois, ou quase concomitantemente, em direção à América para uma transferência considerada definitiva, origina-se de diversos fatores. Entre estes, podem-se destacar a crise econômica que atingiu o Trentino depois da metade do século XIX, a pressão demográfica em um território pobre em recursos, a consciência camponesa de que uma era chegava ao fim na Europa, e com esta entrava em crise o modo de vida de sua sociedade. Mas principalmente, tudo isto deve ser compreendido no âmbito das mudanças que ocorriam na Europa Central e que impunham também às áreas periféricas a este processo uma rápida marcha de adequação. Tais mudanças e uma conjuntura desfavorável na agricultura prostraram a classe camponesa, reduzindo-a a condições de sobrevivência que talvez possam ser comparadas às descritas por Karl Marx, relativas ao processo de expulsão (e às vezes de supressão) dos camponeses dos campos do centro e do norte da Europa, nos séculos precedentes e nas primeiras

75 R. M. Grosselli: op. cit. pág. 14.

OS TRENTINOS



*Temistocle Passamani (1843) com a esposa Brigida (1852) e os filhos.
Transferiram-se de Barco para o IV Território da Colônia de Rio Novo em 1875.*

décadas do século XIX. A emigração maciça foi a resposta imediata do campo a esta situação. Uma pesquisa realizada por volta dos anos '40 estabeleceu que cerca de 17.000 trentinos emigravam sazonalmente para fora da Província em busca de trabalho, sobretudo em direção às regiões limítrofes do Império⁷⁶, e Battisti calculou que em seguida esta emigração envolveu entre 25.000 e 30.000 camponeses.⁷⁷ Um número impressionante, considerando-se que a maioria destes emigrantes eram homens, e a população masculina da região girava em torno de 170.000 pessoas. O fenômeno durou até os anos '90. Não se tratava mais apenas de emigração sazonal de camponeses que conheciam bem a profissão de artesão. Tratava-se de diaristas, trabalhadores braçais ou “vagabundos”, como eram definidos na época. Iam aonde quer que fosse possível encontrar trabalho. Em qualquer estação. Quando possível, vendiam sua “profissionalidade” como camponeses, pedreiros etc. Se não fosse possível, vendiam apenas a sua força de trabalho. Espalharam-se em um raio geográfico vastíssimo. Pesquisas de arquivo revelam que chegaram aos territórios da atual Áustria, Alemanha, França, Suíça, Iugoslávia, Hungria, Romênia. Muitos dirigiram-se ao *aisenpon*, ou seja, foram trabalhar nas novas ferrovias, na construção de túneis, estradas e viadutos. Outros empregaram-se por períodos mais ou menos longos nas indústrias, sobretudo têxteis, da Áustria e da Alemanha. Outros ainda engajaram-se em trabalhos públicos na Bósnia e na Erzegóvina. Muitos viajaram sem encontrar trabalho e repetidamente foram deportados para casa pela polícia.

É impressionante o número de estados e de localidades de onde escreviam os emigrados a seu município de origem, para pedir informações sobre suas obrigações militares, para solicitar ajuda ou apenas para oferecer informações às famílias. Transcrevemos a lista das localidades que encontramos em meio a esta correspondência durante a nossa pesquisa de arquivo, para demonstrar esta “atomização” do campo trentino no período entre 1870 e 1890. Entre as regiões encontramos (dispostos em ordem casual): Erzegóvina, Boêmia, Romênia, Prússia, Baviera, Baden, Piemonte, Vêneto, Lombardia, Hungria, Bósnia, Arlberg, Vorarlberg, Stiria, Sérvia, Turíngia, Cantão Ticino, Ístria, Croácia, Cantão San Gall, Cantão de Uri, Cantão de Zurique, Saxônia, Westfalia, Württemberg, Tirol alemão, região do Mosell. As cidades italianas citadas nestas cartas eram: Milão, Gênova, Pinerolo, Sesto Fiorentino, Feltre, Verona, Cervo Ligure, Novi Ligure, Alessandria, Trieste, Domodóssola, Florença, Turim, Pavia;

76 idem pág. 77.

77 C. Battisti: op. cit. pág. 540.

em outras regiões da Europa, Rieden, Lípsia, Bochum, Ravensburg, Lion, Puerto Blanco (Espanha), Krupa, Zenica, Graz, Bregenz, Feldkirch, Valenstadt, Salisburgo, Breslávia, Ostirávia, Budapeste, Bucareste, Stuttgart, St. Anton, Bellinzona. Havia ainda alguns casos extremos. Houve quem nascesse em Calamatos (Grécia), quem solicitasse certidões para poder casar-se em Estocolmo (Suécia), quem morresse em Hong Hoa, no Tonquim (e quem sabe por que razão encontrava-se lá).⁷⁸

A esta lista devem-se acrescentar os militares que o exército espalhava por todo o Império e, ao menos por curiosidade, os internos nos manicômios do Tirol e da Westfália, na casa de correção de Grandisca ou na penitenciária de Lubiana, dos quais também encontramos evidências (sendo que o Trentino, até os anos '80, pelo menos, não dispunha de estruturas carcerárias e de manicômio adequadas).

Emigração transoceânica: o Brasil

O panorama do “desespero camponês”, ou mesmo da “esperança camponesa”, naturalmente não se encerra aqui. Por volta dos anos '60 tiveram início, no Trentino, os primeiros casos de emigração definitiva.

O destino era especialmente o continente americano. Mas também a Oceania conheceu comitivas de emigrantes trentinos (Nova Zelândia e Austrália) e mesmo a África (mais especificamente a Argélia⁷⁹).

O fenômeno da emigração transoceânica no Trentino iniciou-se por volta dos anos '60. Durante cerca de quinze anos, tratou-se, contudo, de um fenômeno quantitativamente pouco significativo. Foi apenas a partir de 1874, com a chamada “Expedição Tabacchi”, da qual trataremos exaustivamente neste livro, que o fluxo de emigrantes em direção à América e à Oceania (embora apenas em proporções mínimas para este último continente) tornou-se maciço. De acordo com uma estatística realizada por Dom Lorenzo Guetti⁸⁰, entre 1870 e 1886 quase 24.000 trentinos emigraram para o continente americano. Este número representava 7% de toda a população, mas o percentual aumenta se se consideram os emi-

78 É o caso de Lovatini Enrico, cidadão de Mezzano que morreu em 1887, aos 33 anos de idade, naquela localidade, devido a uma “disenteria”. APP: Registro dos mortos no exterior, de 1885.

79 Ver R. M. Grosselli: op. cit. págs. 78-79

80 L. Guetti: *Statistica dell'emigrazione americana avvenuta nel Trentino dal 1870 in poi, compilata da un curato di campagna*, Trento 1880.

grados para a Oceania e aqueles que, em suas peregrinações pela Europa, encontraram uma nova e definitiva residência fora do Trentino.⁸¹ A porcentagem real provavelmente gira em torno de 10%. E não se emigrava de todas as regiões do Trentino com a mesma intensidade. Houve casos de aldeias que viram partir, em poucos anos, 20 ou 30% de sua população. De Sardagna partiram 20% de seus habitantes, assim como de Fornace; de Mattarello, 25%; de Masi di Novaledo, 29%; de Barco, 32%. Entre os pontos percentuais máximos encontramos Romagnano, com 37,59% (250 emigrados para 665 habitantes). O município de Aldeno apresenta quase o mesmo percentual, e sua situação é sintomática do processo de pulverização dos campos trentinos. Naqueles anos, dos 1.647 habitantes de Aldeno, 226 partiram para a América, 281 para a Bósnia e cerca de uma centena dispersou-se pela Europa. O percentual de partidas foi de 36,85%. Tais índices tendem entretanto a elevar-se, pois a população indicada por Guetti, e trata-se de documentação da Cúria, era decididamente superior à indicada em outras fontes. A direção do fluxo migratório variou com os anos (mas o fenômeno migratório, inclusive o transoceânico, não cessou no Trentino, mesmo tendo conhecido períodos de estagnação, como nos anos '60 do século XX); em princípio, o Brasil era o país que atraía para as suas colônias o maior número de trentinos. De acordo com os nossos cálculos, entre 1874 e o fim dos anos '80, cerca de 15.000 trentinos emigraram para o Brasil. Entre estes, muito poucos foram os que se estabeleceram nas fazendas paulistas. Segundo uma estatística de J. Amado Sobral, até 1870, apenas 13 austríacos emigraram para o Estado de São Paulo e, entre 1874 e 1880, anos de maior afluxo de trentinos para o Brasil, apenas 176 austríacos estabeleceram-se naquele Estado.⁸²

Embora possamos demonstrar que estes dados estão errados, que indicam números menores do que os reais, estes nos parecem de qualquer forma significativos, pois demonstram que naquele período as fazendas não atraíam uma quantidade expressiva de trentinos. Um salto no número de entradas de austríacos em São Paulo (não existem dados suficientes para determinar quantos destes eram trentinos, embora as informações de que dispomos pareçam confirmar que estes constituíam a maioria) aconteceu em 1888, com mais de mil entradas, verificando-se um recorde em 1896 e 1897, com 3 a 4.000 entradas anuais. Também neste Estado forma-

81 Entre estes últimos incluem-se os que foram enviados pelo governo austríaco à Bósnia e lá se estabeleceram.

82 Em BOE, 1908, n.7, págs. 25/27.

ram-se comunidades trentinas, e possuímos informações oficiais sobre ao menos uma delas, a do “Bairro dos Tiroleses”.⁸³

Depois de 1880, a Argentina e os Estados Unidos passaram a atrair o maior número de emigrantes trentinos, mas o Brasil recuperou sua capacidade de atração em torno de 1890, perdendo-a em seguida, sobretudo em favor dos Estados Unidos e da Argentina. Mas nas últimas três décadas do século XIX, foram outros os países a conhecer um número mais ou menos conspícuo de imigrantes trentinos. Além dos já mencionados Brasil, Argentina, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, podemos citar a Venezuela, o Chile, o Uruguai, o Peru, a Guatemala e o México. Se nos concentrarmos nos anos que mais nos interessam, ou seja, no período que compreende as décadas de '70 e '80 (e, em menor proporção, os primeiros anos da década de '90), podemos afirmar que a maior parte dos camponeses trentinos que emigraram para o Brasil escolheu estabelecer-se nas colônias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Tratava-se de uma emigração intencionalmente definitiva. Poucos retornaram, mesmo porque, antes de partir, tinham vendido todos os seus pertences; além disso, durante a viagem e nos primeiros tempos de colônia, tinham gasto tudo o que possuíam. A direção do fluxo migratório fora determinada especialmente por dois fatores. O primeiro foi a publicidade que vários países, os latino-americanos em primeiro lugar, fizeram no Trentino sobre suas próprias experiências de colonização. Na maior parte das vezes não se tratava apenas de publicidade que caía nas mãos dos camponeses sob a forma de panfletos, mas de verdadeiras organizações financiadas por estes países, que tendiam ao recrutamento de emigrantes em potencial. Publicidades e agências de emigração não foram apenas a base da escolha do camponês deste ou daquele país para onde emigrar. Foram verdadeiros “aceleradores” do fluxo migratório. Indicavam um Éden (porque assim o apresentava a publicidade e nisto se resumiam as promessas dos agentes) que parecia ser a solução para todos os problemas para quem, daquele lado do oceano, vivia no limite da sobrevivência.⁸⁴ Os próprios emigrados, uma vez estabelecidos nas terras do além-mar, tornaram-se um fator de atração para seus parentes e patrícios na Europa. Um outro importante “acelerador” foram as suas cartas que, às vezes autênticas, outras vezes falsas, frequentemente ape-

83 A. Rossi: *Condizione dei coloni italiani nello Stato di S. Paolo* em BOE, 1902, n.7, pág. 36.

84 Sobre a publicidade que vários países latino-americanos enviaram naqueles anos ao Trentino, veja-se: R. M. Grosselli: op. cit.

nas a expressão de um entusiasmo momentâneo e mal calibrado, venceram outros a segui-los.

De 1875 a 1878, o número de partidas do Trento, quase sempre em direção ao Brasil, fez-se de tal forma maciço que a burguesia local acreditou realmente que a região seria despovoada. Elevaram-se protestos contra a difícil condição da propriedade fundiária que via escapar de suas mãos uma massa de trabalhadores que até aquele momento havia sido desfrutada com custos mínimos. As autoridades intervieram para tentar conter o fenômeno. E as autoridades vienenses tomaram algumas providências também, e talvez sobretudo, devido a seus interesses de ordem militar. Surgiu uma legislação, em contínua evolução durante aqueles anos, que tentava de algum modo impedir a expatriação (embora seja forçoso reconhecer que as autoridades da época nunca tenham cogitado proibir a emigração). Tornou-a apenas mais penosa. Uma documentação cada vez mais volumosa era exigida de quem queria emigrar, e tentou-se retirar desta gente a nacionalidade austríaca, para evitar um eventual retorno. Isto não foi possível, graças à legislação austríaca. As autoridades trentinas e as vienenses, entretanto, não agiram jamais no sentido de organizar os emigrantes, de salvaguardar seus direitos durante a viagem e os primeiros anos de permanência no exterior. Ao contrário dos alemães, ingleses e franceses, os trentinos foram abandonados à própria sorte.

Apenas algumas estruturas da Igreja Católica tentaram, sem muito sucesso, aliviar a dor desta gente e salvá-la das garras dos vários trapaceiros que tentavam explorar os camponeses.

Os resultados mais conspícuos, contudo, verificaram-se apenas no campo da informação. Nisto distingue-se o *La Voce Cattolica*, jornal do clero que empenhou-se, por muitos anos, em fornecer notícias confiáveis àqueles que haviam decidido emigrar, e talvez tenha evitado que muitos deles partissem para regiões onde a emigração revelara-se uma história de puro sofrimento.

Além disto, destaca-se o fato de que um grupo de sacerdotes trentinos partiu naqueles anos para as mesmas colônias em que se estabeleceram seus patrícios. Dentre estes, dois, como veremos, estabeleceram-se exatamente no Espírito Santo.

Retornando à política austríaca com relação à emigração, é suficiente afirmar que, enquanto o Trentino fez parte do território do Império austro-húngaro, jamais foi criada uma legislação homogênea que visasse proteger aqueles que emigravam, tanto que Battisti escreveu a propósito: “A Áustria, no que concerne à tutela da emigração, está abaixo de quase

todos os estados da Europa. Esta não possui uma lei que proteja a emigração, como é o caso da Itália, da França, da Espanha e da Hungria”.⁸⁵

A constatação, sem dúvida verdadeira, deve entretanto ser retificada. Os emigrantes italianos que partiram juntamente com os trentinos para as colônias brasileiras, apenas no início do século XX foram ajudados por uma legislação que os protegia ao menos dos piores engodos, mas durante 25 anos, assim como os trentinos, foram abandonados (embora fossem um pouco mais assistidos no exterior por seus consulados, mais numerosos e mais ativos no Brasil do que os austríacos).⁸⁶

Foi em 1873 que a palavra “Brasil” tornou-se comum nos vales trentinos. Começaram a propagá-la os “caçadores” a serviço de Pietro Tabacchi. Mas já em 1875, Caetano Pinto havia criado no norte da Itália e no Trentino uma verdadeira organização para atrair emigrantes em potencial. Pinto assinara, em 30 de junho de 1874, um contrato com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Brasil. Este contrato previa o compromisso de introduzir no país, no curso de uma década, 100.000 europeus (especificamente alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses), dos quais ao menos 80% fossem agricultores, “saudáveis, trabalhadores, de boa moral, nunca menores de dois anos e nem maiores de 45, salvo os chefes de família”. Pinto receberia uma quantia considerável para cada imigrante que, através de sua organização, tocasse o solo brasileiro. Ele assinara um outro contrato com outros sócios para enviar, apenas ao Estado do Rio Grande do Sul, 40.000 imigrantes, também no curso de uma década. O contrato assinado com o Ministério da Agricultura, aquele dos 100.000, referia-se, no tocante às vantagens oferecidas aos emigrantes, à Lei 3.784, de 1867. Uma vez no Brasil, todo imigrante poderia escolher seu destino, ou seja, optar por encontrar emprego nas cidades, nas fazendas privadas ou aceitar um lote de terra nas colônias que o Estado (além de algumas províncias e alguns entes privados) havia estabelecido em alguns pontos do país. De fato, a escolha restringia-se às fazendas e às colônias, uma vez que as cidades não estavam em condições de absorver um número significativo de artesãos e trabalhadores do gênero. Nas fazendas, os imigrantes deviam entrar em acordo com o proprietário para trabalhar suas plantações (sobretudo de café) como meeiros ou de alguma outra forma.

85 C. Battisti: op. cit. pág. 448

86 Sobre a legislação austríaca concernente à emigração e a ação dos consulados austríacos no Brasil, vejam-se os relativos capítulos em R. M. Grosselli: op. cit.

Nas colônias do Estado (a grande maioria dentre as existentes no Brasil, na época) o imigrante receberia um lote de terra de dimensões que variavam entre 15 e 62 hectares. Além disto, receberia um subsídio a fundo perdido e uma outra pequena quantia em dinheiro para cada componente de sua família, que seria restituída ao Estado, juntamente com o valor da terra, no curso de cinco anos a partir do segundo ano após tomar posse do lote. O lote devia conter uma casa provisória e cerca de 5.000 metros quadrados de terreno livre de vegetação e pronto para ser cultivado. A lei (e portanto o contrato que dela derivava) tratava também de sementes e instrumentos agrícolas que seriam entregues ao colono, no momento em que tomasse posse do lote, estes também debitados ao mesmo, devendo ser pagos da mesma forma como seria paga a terra. Todos os filhos homens do imigrante, ao completar 18 anos, poderiam solicitar por sua vez um lote de terra, nas mesmas condições do pai. A lei previa também um período de tempo durante o qual o imigrante seria mantido e hospedado pelo Estado. Este período compreendia praticamente os dias entre o desembarque em um porto brasileiro até o momento em que o colono tomava posse de seu lote. Finalmente, a lei de 1867 estabelecia, entre outros itens de menor importância, que durante os primeiros seis meses de colônia o imigrante teria o direito a 15 dias por mês de trabalho, pagos pelas autoridades coloniais, na construção de obras públicas indispensáveis à colônia, ou seja, estradas, pontes, casas para a recepção dos colonos e imóveis para os empregados da administração colonial.

Em poucos meses, entre o final de 1874 e o início de 1875, Caetano Pinto montou uma organização que atendia a seus objetivos e que cobria todo o Trentino (além do Vêneto e da Lombardia). Certamente outros de seus emissários agiram na França, na Alemanha e em outros países europeus, mas foi sobretudo no Trentino e na Itália do Norte que a organização conseguiu colher milhares de adesões. Foram três as razões que determinou o sucesso da organização. Em primeiro lugar, oferecia-se terra, muita terra, dadas as dimensões médias das propriedades no Trentino, a quem dela necessitava, desesperadamente. Mas outros países além do Brasil ofereciam isto⁸⁷. O Brasil, contudo, oferecia viagem gratuita, ou quase gratuita, o que significava a possibilidade de partir mesmo para aqueles, como era o caso de muitos trentinos, que não possuíam dinheiro suficiente para custear a viagem. Além disto, o dinheiro prometido pelo governo do Brasil permitiu a

87 Mais ou menos no mesmo período, e sob condições similares, também a Venezuela, a Argentina e a Guatemala ofereciam lotes de terra de dimensões consideráveis, aos olhos dos camponeses trentinos.

Pinto montar uma organização capilar (que em pouco tempo concentrou sua ação no norte da Itália e no Trentino, visto que desde 1871 vigorava uma lei no Império alemão proibindo a emigração para o Brasil - apenas na Prússia a lei entrara em vigor em 1859- e em 1875 uma lei similar foi promulgada também na França – a circular *Metaux*).

Caetano Pinto, que ao que parece vivia em Paris, confiou ao Cônsul brasileiro em Marselha, Costa Saraiva, a direção da organização que agia no norte da Itália e no Trentino. Este, por sua vez, confiou à Companhia de Navegação *Depas* não apenas o transporte dos emigrantes para o Brasil, como também a criação de uma rede de colaboradores ou “caçadores de emigrantes”, como se dizia então. A *Depas* possuía escritório em Marselha, Bordeaux, Paris, Havre (hoje Le Havre) e Modane. O próprio cônsul tratou de informar a opinião pública trentina sobre as vantagens ofertadas pelo “Contrato Caetano Pinto” para aqueles que queriam estabelecer-se no Brasil.⁸⁸ Ao mesmo tempo, a *Depas* enviava a todos os administradores municipais do Trentino um panfleto sobre as ofertas brasileiras aos emigrantes. Em um primeiro momento, a publicidade era assinada pelo próprio Joaquim Caetano Pinto Júnior, com certificado de conformidade do Consulado de Marselha.⁸⁹ O folheto publicitário, assim como aqueles que outros países latino-americanos fizeram circular no mesmo período, falava de um Brasil perfeitamente pronto a acolher milhares de camponeses. Listavam-se as riquezas minerais, os possíveis cultivos, a enorme disponibilidade de terra fértil. E continham algumas falsidades evidentes. Por exemplo, afirmava-se que nas cidades e vilarejos era possível encontrar trabalho bem pago, e que naquele país, “na mesa do pobre como naquela do rico, todos os dias havia carne fresca”. Dizia-se ainda que “em todas as colônias, os emigrantes encontrarão instrução moral e religiosa, que lhes será ministrada por padres católicos e pastores protestantes, segundo a religião de cada um, assim como escolas para as crianças de ambos os sexos, para os quais o ensino será gratuito.” No mais, não continha falsidades evidentes que não constassem também da lei de 1867. Essencialmente, Caetano Pinto não prometia mais do que a mesma, teoricamente, garantia ao imigrante. Mas quem trabalhava para a organização não teve escrúpulos em divulgar outras fábulas. Como veremos mais adiante, alguns panfletos prometiam aos emigrantes alimentação gratuita durante os seis primeiros meses na colônia. O próprio *Depas* iniciou a sua colabo-

88 Os jornais trentinos receberam naqueles anos vários comunicados da parte do Cônsul.

89 Em R. M. Grosselli: *op. cit.* págs. 186/192.

ração com Caetano Pinto operando de maneira diversa da prevista pelo contrato assinado com o governo brasileiro. Já em 1875 ele escrevia a seus colaboradores: “Estamos autorizados por S. Ex. o Cônsul Brasileiro, a informar que aceitamos passageiros de todas as artes e profissões, negociantes e colonos, e todos serão indistintamente e de maneira especial, ajudados em tudo o que desejarem durante a viagem.”⁹⁰

Não sabemos se estas indicações partiam realmente do Cônsul e de Caetano Pinto. Sabemos que o contrato previa que 80% dos imigrantes devia constituir-se de agricultores e que o envio de um número desproporcional de artesãos, comerciantes e outros, causaria grandes confusões nas colônias (além de caracterizar uma fraude contra o governo brasileiro).

Depas confiou uma representação de sua agência a Rosalindo René Camons, que abriu um escritório em Verona e organizou a maior parte das remessas de emigrantes trentinos e vênets para o Brasil em nome de Caetano Pinto. Novas documentações permitiram-nos estabelecer (fato não contemplado em nosso estudo precedente) que Depas abriu também uma agência em Milão, confiada ao Sr. Carlo Spreafico. Também um certo Vincenzo Bramati agia em Verona e em Milão para o transportador francês.⁹¹ Um outro personagem que durante algum tempo representou um papel de grande importância no seio da organização foi o trentino Augusto Nardelli, que agiu em estreito contato com Camons e que se dizia encarregado do Cônsul Brasileiro “de acompanhar os transportes de Verona ao Havre”⁹² e foi durante um certo tempo titular da Agência Marítima Trento. Dezenas de “caçadores” ou mediadores dependiam diretamente de Depas, ou operavam através de Camons, Spreafico e Bramati. Na prática, cobriam todas as zonas do Trentino, do Vêneto e da Lombardia. Recebiam uma recompensa para cada emigrante que conseguiam convencer a partir para o Brasil. Dois dentre eles foram de especial importância no Trentino e conseguiram levar para o Brasil milhares de emigrantes: Pacifico Rella de Calliano e Antonio Gasperi.⁹³ Sua ação foi

90 Trecho de carta ao Administrador Municipal de Civezzano, datada de 14/08/1875 em AMC: Atos Adm. 1877, envelope 202.

91 Idem: Carta ao Administrador Municipal datada de 24/08/1875, e deste ao Comandante Distrital, datada de 07/12/1875.

92 AMC: Atos Adm. 1877, envelope 202, carta de Nardelli ao Administrador Municipal, datada simplesmente Verona, 1876.

93 Gasperi, que mesmo depois da anulação da validade do contrato “C. Pinto” continuara a trabalhar no campo da emigração, ainda nos anos '80 tentava expedir pessoas ao Brasil. AMI: Atos Adm. 1883, envelope 42.

realmente importante para convencê-los a escolher o Brasil como destino. Mas não era uma tarefa difícil. A sociedade camponesa estava exausta. Além disso, os “caçadores” encontraram imediatamente aliados solícitos. Eram estes os prefeitos, que desta forma tentavam aliviar o pesado déficit de seu orçamento, devido ao socorro que deviam prestar aos chamados “pobres”. Alguns administradores municipais certamente receberam dinheiro por sua colaboração. Alguns deles tornaram-se verdadeiros agentes a serviço da organização. A maior parte, contudo, não visava o lucro: sua intenção era livrar o município de uma massa de miseráveis, ou mesmo ajudar seus compatriotas, então impossibilitados de melhorar suas condições de vida, a encontrar uma solução que àquela altura parecia satisfatória. As polícias austríaca e italiana, às vezes em estreita colaboração entre si, procuraram dificultar o trabalho da organização, em sintonia com as exigências das classes hegemônicas, que consideravam a emigração apenas um fenômeno que diminuiria a mão-de-obra e exacerbaria as pretensões salariais das classes trabalhadoras. Mas a legislação da época, tanto na Áustria como na Itália, permitia apenas que se aplicassem multas ou que se condenassem a alguns dias de prisão os acusados de “incitar à emigração”. Medidas insuficientes para desbaratar uma organização que distribuía muito dinheiro entre seus colaboradores. E na verdade eram os próprios camponeses, tão logo sabiam a quem dirigir-se, a oferecer-se a todos aqueles que prometiam transportá-los para onde quer que houvesse terra, comida e trabalho. No Trentino, muitos administradores municipais foram processados. Poucos foram condenados, pois conseguiram comprovar que haviam simplesmente ajudado seus patrícios, já decididos a emigrar. Muitos municípios financiaram em parte as comitivas de emigrantes e enviaram seus representantes para acompanhá-los ao porto.

Alguns municípios pediram empréstimos ou hipotecaram bens para poder fazê-lo. As próprias autoridades superiores trentinas por vezes fecharam os olhos diante de atitudes que, conquanto tomadas em boa fé, eram legalmente dúbias. O Comandante Distrital de Trento assim se expressava a um administrador municipal: “Só posso reprovar as disposições no sentido de facilitar tal emigração [para o Brasil], à qual de qualquer forma não se põem obstáculos, pois é direito de todo cidadão livre, desde que não haja impedimentos de ordem militar ou de recrutamento.”⁹⁴ E o administrador municipal a quem esta comunicação era endereçada, escreveria com relação à ajuda que prestara a seus concidadãos que emigra-

94 AMC: Atos Adm. 1877, envelope 202.

ram para o Brasil: “Se tal cumprimento do dever merece censura ao invés de louvor, neste caso são censuráveis todos os Administradores Municipais do Trentino”⁹⁵, demonstrando inclusive quão difuso era o fenômeno. Já no início de 1876, a organização entrou em crise e Depas foi substituído por Antonio Badin (transportador também francês, com escritórios em Marselha, Modane e Verona).

Naqueles anos era mais fácil para os emigrantes zarpar dos portos franceses, porque ali havia menos formalidades burocráticas. A razão para a substituição de Depas deveu-se provavelmente às reclamações dos diretores das colônias sobre o alto percentual de não agricultores que lhes chegavam. Em sua correspondência com agentes e administradores municipais, Badin afirmava: “Até nova ordem, apenas as famílias de agricultores poderão ser inscritas. Todos os emigrantes serão obrigados a apresentar um certificado de agricultor, assim como um atestado de boa conduta, emitido por uma autoridade de sua cidade.”⁹⁶ Em 1875 e 1876, os emigrantes que se dirigiam ao Brasil partiam sobretudo dos portos de Le Havre e Marselha. Deviam pagar o transporte de suas bagagens de Verona a Modane, e às vezes a sua alimentação da fronteira francesa ao porto de embarque. Alguns pagaram ainda mais, enganados pelos vários traficantes que especulavam sobre a sua ingenuidade e sobre a sua necessidade. Viajavam como podiam até as estações ferroviárias (para os trentinos, Trento e Rovereto) e dali transferiam-se de trem até os portos de embarque. Por volta de 1877, Caetano Pinto abriu uma agência também em Gênova, gerenciada por Clodomiro De Bernardis. Mas já no final de 1876 as partidas para o Brasil haviam sido provisoriamente suspensas. Um dos motivos desta decisão foi a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro⁹⁷, mas a causa mais importante era a situação de caos em que se encontravam as colônias menos de dois anos após entrar em vigor o seu contrato, completamente despreparadas para acolher um número tão elevado de emigrantes. A organização de C. Pinto ainda enviou um grande número de emigrantes para o Brasil, mas com a Advertência de 27 de junho de 1878, a validade do contrato foi suspensa e em 20 de janeiro de 1879 suspendeu-se também a validade da Lei 3.784 de 19 de janeiro de 1867, que foi definitivamente suprimida a 7 de abril de 1880. Mas o fluxo migratório em direção ao Brasil continuou

95 idem

96 Idem: Carta de 25/03/1876.

97 *Relatório do Ministro da Agricultura, T. J. Coelho de Almeida de 1877, cit.*

espontaneamente, ainda que reduzido, com camponeses que pagavam do próprio bolso a viagem, ou que eram auxiliados de alguma forma pelas autoridades brasileiras.

Apenas em 1888 uma nova legislação voltou a prever uma série de auxílios aos imigrantes e, em seguida, vários estados brasileiros, sobretudo São Paulo, investiram altas somas para atrair um maior número de imigrantes europeus.

Emigração: o negócio do século

Na falta de uma legislação internacional que protegesse de maneira eficaz os emigrantes, o período de viagem representava, para muitos deles, um sério perigo. A emigração se transformara no negócio do século, e muitos malfeitores e personagens inescrupulosos lançaram-se de cabeça naquele campo. Muitas vezes os navios usados para o transporte dos emigrantes eram inadequados para este uso. Eram sempre sobrecarregados de um número absurdo de pessoas, e as condições higiênico-sanitárias a bordo eram deprimentes. Por vezes embarcavam-se pessoas e animais ao mesmo tempo. Algumas naveas afundaram pouco depois de deixar o porto. De algumas não se teve mais notícia. Alguns navios chegaram a seu destino depois de ter descarregado no mar parte dos passageiros que haviam morrido durante a viagem. A comida era escassa e de péssima qualidade. A viagem era longa: com o navio a vapor, o tempo necessário para chegar ao Brasil, partindo da França ou da Itália, era de cerca de um mês. Com os navios a vela, em geral levava-se o dobro do tempo. A muitos camponeses foi prometida uma travessia com o navio a vapor e, chegando ao porto, encontraram um veleiro. Outros camponeses pagaram o transporte de suas bagagens e estas lhes foram roubadas; outros chegavam aos pontos de encontro ou aos portos e não encontravam nenhum navio à sua espera (depois de pagar somas mais ou menos altas). Engodos de toda sorte foram tramados e praticados contra as massas humildes, ingênuas e não organizadas.

Durante pelo menos quinze anos os camponeses italianos e austríacos (de língua italiana) foram deixados à mercê de tudo e de todos, devido a um vergonhoso desinteresse que cobria de opróbrio as nações que o permitiram. Apenas a partir do final do século XIX as coisas melhoraram, sobretudo devido à fundação de algumas associações de assistência aos emigrantes, de matriz católica, e também à evolução da legislação italia-

na.⁹⁸ Mas, neste íterim, centenas de milhares de homens e mulheres estavam à mercê de malfeitores e trapaceiros. No livro “Vencer ou Morrer”, relatamos a história de um grupo de camponeses trentinos que, juntamente com outros italianos, partiram de suas casas com a intenção de transferir-se para o Brasil, mas foram abandonados em um porto da Guatemala. Reproduzimos aqui um longo documento de Janeiro de 1880, assinado pelo Conde Carlo Triangi, prefeito de Civezzano na época dos fatos narrados (novembro de 1877). Conta-se ali a aventura de um grupo de emigrantes de Fornace e de Civezzano que partiu de Marselha, parte para o Brasil e parte para o Haiti. Trata-se de um documento que ilustra muitos aspectos da história da emigração trentina daquele período. Ressaltamos a fúria de partir que acometera os camponeses, a pressa dos municípios em livrar-se deles, sem colher informações suficientes sobre a organização que os conduziria à América, o submundo de delinqüência que operava no cenário dos transportes marítimos, as trapaças a que muitos deles foram sujeitos (neste caso, provavelmente por parte das próprias autoridades municipais), as dificuldades das viagens, a quantidade de pessoas que disputavam estes pobres coitados para lucrar com sua ingenuidade. A viagem a que se refere o documento foi inicialmente organizada pelo prefeito de Fornace, Sr. Vicentini, coadjuvado pelo conselheiro, Sr. Scarpa. Verifica-se, a partir de uma carta que escreveram à Prefeitura de Civezzano em seguida aos fatos que passaremos a narrar, que a Prefeitura estava ciente do destino da expedição, ou seja, o Haiti, mas evidentemente não avisara aos emigrantes.

Uma carta enviada do Brasil por alguns camponeses daquele grupo lança uma sombra sobre o comportamento destas autoridades municipais, acusando um deles, o Sr. Scarpa, de trapaça. De resto, Vicentini e Scarpa estão provavelmente envolvidos na desventura do grupo de emigrantes que desembarcaram na Guatemala, um certo número deles proveniente de Fornace. Os camponeses desconfiavam também do prefeito de Civezzano, e instaurou-se um inquérito policial. O documento que apresentamos representa exatamente uma prestação de contas e uma defesa de Triangi que, além de seu problema pessoal, demonstra o extremo desconforto em que se viam as autoridades municipais em situações como esta, na falta de uma legislação orgânica sobre a emigração que estabele-

98 Em 1887, o bispo de Piacenza, G. B. Scalabrini fundou a Congregação de Missionários para os Emigrantes; em 1900, a Obra de Assistência aos Operários Emigrados iniciou a sua atividade, inspirada pelo bispo de Cremona, Geremia Bonomelli.

cesse os direitos e deveres de todos, e que garantisse um mínimo de proteção a quem decidira abandonar a sua terra.

Relação de como foram feitas as despesas de Emigração para a América no ano de 1877, a cargo do Prefeito Municipal abaixo-assinado.

A 15 de novembro de 1877, por volta de meio dia, pela segunda vez a Prefeitura de Fornace, através do Conselheiro Scarpa, ofereceu-nos vagas para a América, acrescentando que bastaria que fôssemos para Marselha no dia 25 de novembro. Havia várias instâncias de famílias pobres do Município pendentes no protocolo municipal, que solicitavam ajuda para poder partir para a América, e portanto, embora de minha parte não fosse propenso, mas devendo provir aos interesses do Município, considerei a oferta favorável, o preço do embarque sendo de 86 francos por pessoa, solicitei um prazo para dar uma resposta definitiva ao encarregado até o dia seguinte e dirigi-me a Orzano para referir o negócio ao primeiro Conselheiro Leonardi, e ouvir o seu parecer.

Sucedendo que, em sessão realizada a 17 de março de 1877, a Representação decidira subsidiar algumas famílias pobres Emigrantes, o que até então não fora feito, o Deputado que ouvira a oferta julgou que a Prefeitura deveria tirar proveito, e ofereceu-se para ir ele próprio, logo depois do almoço, avisar as famílias que ele sabia que tinham intenção de emigrar, e assim foi estabelecido que dissesse àquelas famílias que, caso desejassem partir no dia seguinte de manhã, 16 de novembro às 8 horas, dirigissem-se à Prefeitura para prestarem juntos uma declaração e obter licença para adquirir a passagem na I. R. Capitania Distrital de Trento. No dia seguinte compareceram, no horário estipulado, 5 famílias pobres do Município, e com elas outras 5 da cidade de Bosco, não pobres, e que declaravam realizar a viagem de Emigração proposta com seu próprio dinheiro, portanto sem necessidade alguma de auxílio do Município, e estas cinco famílias haviam sido acompanhadas pelo Representante Municipal Antonio Martini, de Bosco, um dos quatro da minoria, como afirma a declaração que se segue. Presentes, portanto, todas aquelas famílias, reportando-me ao protocolo de sessão supracitado a 17 de março de 1877, convoquei todos os 4 Deputados, que compareceram, e estando estes presentes e consentientes, foram enumerados todos os indivíduos que compunham as

dez famílias para que se calculasse o número de colocações, e aos chefes de família foram entregues certificados para que retirassem o passaporte, o que eles próprios fizeram, junto à I. R. Capitania Distrital de Trento.

Enumeradas todas as famílias, verificou-se que seriam necessárias 36 e meia colocações, portanto 10 além das que nos haviam sido oferecidas como livres pela Prefeitura de Fornace, e eu portanto comuniquei aos requerentes que não lhes podia prometer que pudessem todos partir; que neste caso as colocações seriam oferecidas pela Administração às famílias pobres que esta subvençionava, mas que, naquele mesmo dia, como devia dar uma resposta ao Prefeito de Fornace, iria eu pessoalmente e perguntaria a Scarpa se este aceitava todas as 36 e meia colocações.

No dia 16 de novembro, portanto, depois do almoço, por volta das três horas, após pedir ao Deputado Caldonazzi que me acompanhasse, dirigimo-nos à Prefeitura de Fornace. Scarpa estava ausente, mas o Prefeito substituto informou-nos que no momento não podia declarar quantas colocações Scarpa aceitaria, e que naquela manhã ele havia recebido carta do Prefeito Vicentini, que por este motivo encontrava-se em Marselha, alegando que no dia 20 estes emigrantes deviam estar em Gênova, e que portanto Scarpa devia estar em Trento na manhã do dia 17, para expedir o dinheiro à casa de Marselha para todas as 86 colocações que Vicentini lhe prometera, e que se desejássemos falar com Scarpa, devíamos ir a Trento.

Diante destas fatais circunstâncias, eu e o Deputado Caldonazzi, retornando de Fornace, pensamos em como se poderia evitar que aquelas pobres famílias cometessem o despropósito de vender às pressas os seus miseráveis e poucos bens imobiliários ou algum pedacinho de terra, e me ocorreu, com a aprovação do Deputado Caldonazzi, ir a Roverè e enviar, para cada um dos chefes de família interessados, uma mensagem nos seguintes termos:

“A partida foi antecipada, as bagagens devem estar em Trento domingo, 18 corrente à noite, e a partida dos indivíduos acontecerá na manhã do dia 19. Se podeis partir igualmente, convido-vos a entregar-me amanhã de manhã, dia 17 corrente às 7 horas, a vossa declaração na Prefeitura.”

Chamada a Guarda Florestal Municipal Fronza, naquela mesma noite foram enviadas todas as mensagens necessárias, que o próprio Deputado Caldonazzi me ajudara a escrever.

Na manhã do dia 17, todos estavam prontos à hora marcada, e puseram-se a bradar contra este imprevisto, alguns diziam vamos de qualquer maneira, outros lamentavam-se por não ter tempo suficiente para vender seus bens móveis e imóveis, e assim por diante. Foram aconselhados a ficar e aguardar outra ocasião mais propícia, mas foi inútil, e decidiram-se a ir imediatamente a Trento e falar com Scarpa para informarem-se sobre a possibilidade de conseguir um adiamento da viagem pelo menos até o dia 20 ou 21 de novembro, por meios telegráficos. Então, para ter certeza da resposta que receberiam, solicitei ao Deputado Caldonazzi que fosse também com eles a Trento e retornasse imediatamente para informar-me. Antes mesmo do meio-dia, um dos indivíduos Emigrantes retornava de Trento com a declaração do Sr. Scarpa, de que era impossível adiar a partida, e acrescentava que, neste caso, tanto ele quanto os seus companheiros declaravam que partiriam da mesma forma. Imediatamente depois dele chegava o Deputado Caldonazzi, que confirmou o que aquele dissera e acrescentou que até as quatro horas da tarde devia-se fazer o depósito da importância referente aos penhores.

Sabendo então que, com a deliberação da Representação de 17 de março, não nos eram permitidas despesas superiores a 600 florins, e que neste caso seriam necessários 900 ou mais, convoquei às pressas a Representação em Sessão Extraordinária, omitindo aqueles que se encontravam em lugares distantes porque não havia tempo, mas de qualquer forma havia um número de 18, como especifica o registro. Dentre os Senhores Representantes convidados, compareceram doze, e todos estavam de acordo em auxiliar as cinco famílias pobres que queriam emigrar, realizando provisoriamente um empréstimo de 100 francos de ouro junto ao Sr. Advogado Taddei de Civezzano, como consta do título de dívida ao mesmo entregue e assinada por todos os doze, que deve constar dos Atos na Prefeitura, caso não tenha sido retida pela Augusta Junta; entretanto foi transcrita no livro das deliberações Municipais. Observo que no título em favor de Taddei constam 176 moedas de 20 francos, mais 100 florins em C [cédulas?], mas a Administração, como se verifica a partir da quitação do Sr. Taddei no verso do citado título, tomou para si apenas 100 moedas de 20 francos, e além do mais apenas em momentânea garantia a Antonio Boscheri de Bosco di Civezzano, que comprara imóveis dos Emigrantes, e por isto a Representação tomava empréstimo junto ao Sr. Taddei. Concluída a deliberação da Representação

OS TRENTINOS



Caterina Battisti Coser (Aldeno)



Cirillo Belumat (1844) e a esposa Anna (1848). De Novaledo partiram para a Leopoldina em 1875. Algumas décadas antes ele se transferira do Vêneto para o Trentino.



Filhos e viúva de Fausto Dallapiccola. Emigrados de Novaledo para Santa Teresa em 1889; Em pé: Carlo e Eufrosina; Narciso Dallapiccola (com a concertina) e sua mãe Angela Rodighiero, por volta de 1920, em Baixo Tabocas, Santa Teresa.

e depositado o dinheiro em presença da mesma, parti em seguida com o Deputado Caldonazzi para Trento para realizar na Colomba d'Oro o pagamento do depósito das cinco famílias subsidiadas. Para tal pagamento, como já fora calculado antes e depois na prefeitura e também revisto e aprovado pelos Revisores do Município nomeados a seguir, foram necessárias 86 moedas de 20 francos e 40 soldos, e portanto, das 100 moedas que entregara restavam-me 14; quando lá me encontrava, chegou-me a ordem de dar 10 luízes, que sabiam que sobriariam, a um tal de que não me recordo mais quem fosse, mas que era dinheiro destinado ao mesmo propósito. Entretanto, na minha carta, que deve encontrar-se nos atos Municipais e numerada 1787 naquele protocolo, revela-se a quem foram dadas as 10 moedas de 20 francos.

Feito o pagamento em nome da Administração, tive que auxiliar na mesma operação as famílias que partiam por sua própria conta, e tudo isto foi sempre feito na presença do Deputado Caldonazzi. Concluída a contagem e realizado o depósito do dinheiro, o Sr. Scarpa disse que com relação à Prefeitura isto não bastava, e que o Município de Civezzano devia providenciar que alguém acompanhasse aquela gente para que tudo fosse feito em boa ordem e em boa fé etc, uma vez que ele só havia oferecido ao Município as colocações e não os seus serviços; que muitos são os incidentes na viagem, e que ele por dinheiro algum assumia a responsabilidade pela supervisão e o acompanhamento dos nossos, tendo já os seus com que se ocupar. Caldonazzi e eu tentamos convencê-lo a assumir a responsabilidade pelo acompanhamento, mas os nossos pedidos e súplicas não o demoveram de seu propósito. Separamo-nos com a esperança de conseguir convencê-lo no dia seguinte, e então Caldonazzi e eu pensamos por longo tempo sobre o que fazer; eu dizia que não iria, e ele retrucava que, se fosse o caso, eu deveria assumir este encargo. Era meia-noite e Caldonazzi retornava a Civezzano, e eu lhe disse que na manhã seguinte bem cedo comunicasse tudo aquilo ao I Deputado e aos outros, além de todos os Representantes que conseguisse encontrar; porque, sendo Domingo, quase todos estariam na missa, que pensassem juntos sobre o que fazer; e que eu enviaria por carta, entre as 9 e as 10 horas, a relação da quantia ulterior necessária em dinheiro!

Caldonazzi prometeu e partiu, e eu, na manhã do domingo 18 de novembro, enviei um Empregado a Civezzano com uma carta com a ordem de incluí-la no protocolo. Esta carta foi de fato protoco-

lada sob o número 1787 pelo Secretário, e deve constar dos Atos, tendo sido por mim expedida à Augusta Junta. Depois do almoço o Empregado retornou trazendo-me uma resposta, talvez ditada mais pela gentileza do Sr. Secretário do que por parte de quem tinha o dever de me auxiliar na Administração do Município, mas seu teor indicava que estava do meu lado. Tâl resposta, numerada 1757, incluo como anexo número 1, porém em mãos ao Sr. Francesco Ranzi, que será responsável por devolvê-la. Tendo recebido esta resposta, de que até mesmo um santo desconfiaria, servi-me do mesmo empregado, enviei outra carta, endereçada ao I Deputado, que sob as mesmas condições entrego em mãos ao Sr. Ranzi como anexo II, e incluo também como anexo III a relativa resposta. Finalmente, depois da minha segunda carta, veio a Trento na mesma noite, por volta das 8 horas, o Deputado Caldonazzi, e, informado de que não era possível ao Sr. Scarpa assumir o encargo, Caldonazzi declarou, em seu nome como também do I Deputado e dos outros que era preciso ir, e que eu próprio devia fazer esta viagem, e acrescentou que o Deputado Leonardi viria na manhã seguinte às 6 horas para trazer o dinheiro necessário para este tipo de viagem. Percebendo que os meus Senhores Deputados não sabiam ou não queriam compreender a importância do negócio, visto que o tempo urgia, e que sobre mim, que era o Prefeito Municipal, repousava o peso de providenciar para que fossem evitados todos os inconvenientes que causariam graves problemas à Administração junto às Autoridades, tendo sido por estas proibido favorecer a Emigração, e feitas outras tantas considerações, rendi-me às necessidades das circunstâncias e tive que submeter-me a acompanhar estes Emigrantes. Entretanto, naquela noite ainda não me decidira e esperei que no dia seguinte viesse o Deputado Leonardi. Na manhã, portanto, do dia 16 às 6 horas em ponto, saí de casa e, como combinado, encontrei-me na rua com Caldonazzi e, juntos, passeamos enquanto aguardávamos Leonardi. Eram já 7 horas e ele ainda não chegara, então dirigimo-nos às portas d'Aquila para encontrá-lo, quando a um certo ponto surge o filho mais velho de Leonardi e, perguntado sobre onde se encontrava o pai, respondeu que este estava em casa e que o havia enviado. Perguntado, então, sobre as instruções que havia recebido, respondeu que ele me mandara dizer que se tivesse que ir, que fosse e, quanto ao dinheiro, ele lhe havia dado um crédito que seria resgatado imediatamente em uma agência, e entregou-nos o título. Eram 7 horas e um quarto, às 8 eu

deveria estar na estação, e devíamos ainda ir, em uma hora importuna, sacar o dinheiro, coisa muito incerta, principalmente em se tratando de títulos. De qualquer forma, resolvemos tentar quando, no caminho da praça Romana, encontramos o Sr. Francesco Ranzi, e ali eu e Caldonazzi resumidamente narramos o negócio da Emigração e o apuro momentâneo em que nos encontrávamos por causa do dinheiro. O Sr. Ranzi cedeu-nos imediatamente 50 moedas de ouro de vinte francos contra a carta de crédito assinada por Caldonazzi e por mim, e então eu, sem tempo de pensar pois devia correr à estação, parti assim como estava, como se tratasse de um passeio no campo da manhã à noite. Seria muito longo descrever os detalhes da viagem de Trento a Gênova, mas obviamente, durante aquele trajeto apenas, compreendi como Scarpa tinha razão em não assumir a responsabilidade de acompanhar os nossos. De fato, a ferrovia não vai diretamente a Gênova; pára cinco horas em Verona e outras cinco à noite em Milão, e podeis imaginar a dificuldade de manter em ordem e em disciplina tantas pessoas de diferentes idades, e em Verona e em Milão tive que levá-los para comer, e pobres e não pobres formavam uma inteira companhia, e portanto deviam ser mantidos juntos. Chegamos em Gênova no dia 20 às 11 horas da manhã e lá encontramos Vicentini, que declarou que havia rompido o contrato que tinha antes com a empresa, porque não era honesta, e que havia feito idêntica negociação com a casa Favre de Marselha, e que devíamos ir a Marselha. Verificou-se que Vicentini havia tido muitos desgostos naquele lugar com os agentes da primeira empresa, e que lhe haviam ameaçado de deter todos os passageiros. No entanto, a nossa gente já aguardava no pátio da estação e já lhe rondavam em torno outros agentes, naturalmente atizando-os contra seus líderes. Finalmente, Vicentini resolveu suas questões, e me disse agora devemos tomar os lugares no vapor, e às quatro partimos, enquanto as pessoas eram conduzidas ao porto por um encarregado. Fomos então à cidade para inscrever todos os nossos no vapor para Marselha e depois voltamos para a nossa gente, lembrando-nos de passar em uma taberna para comprar-lhes comida, mesmo porque no vapor, durante dezesseis horas não conseguiriam nada se não pagassem. Demos-lhes de comer, como demonstra a conta apresentada e liquidada, fornecemos-lhes uma sacola de pão e queijo para a viagem, e às 4 horas conduzimo-los ao embarque. Os de Civezzano, quando se viram junto ao mar, circundaram-me e me perguntaram se eu tinha intenção de deixá-los. Pri-

meiramente acenei que sim, mas como via que não havia nada de concreto, decidi-me a prosseguir. Então compreendi que os meus também já haviam sido abordados por todos aqueles agentes, ou corretores das empresas marítimas, porque estes disseram que aquele não era o momento de deixá-los, que sabiam que não estavam ainda seguros e que eu deveria ajudá-los em Marselha.

Às 7 horas da noite deixamos o porto de Gênova, com vento calmo e céu sereno. Todos estavam no convés da pequena embarcação a vapor e eu, juntamente com o Prefeito de Fornace e seus companheiros que estávamos na segunda classe, descemos às oito horas, visto que era hora do jantar. Às nove horas tive sono e me retirei para a minha pequena cabine. Tinha dormido talvez uma hora e meia quando o ribombar e o estrépito de uma forte tempestade me acordaram. A partir daquele momento, aquela viagem tornou-se terrível, toda a noite ouvia-se apenas a fúria do vento, o barulho das ondas que batiam contra a embarcação e os gritos e urros de adultos e crianças que se encontravam no convés, sem cobertura que ao menos os protegesse das vagas que os atingiam. A tempestade durou toda a noite e todo o dia seguinte, e todos deviam permanecer em seus lugares, havia até uma família dos nossos que com prazer teria pago para ir para a parte de baixo, mas o Capitão da embarcação não consentiu terminantemente, e tiveram que permanecer onde estavam durante toda a viagem, que durou 28 horas. À parte as pessoas que trabalhavam na embarcação, todos se sentiam mal, e eu também não me podia mover, e fiz um esforço apenas ao meio-dia para levantar-me e, apoiando-me às paredes da embarcação, fiz uma visita aos que estavam na parte de cima. Mas aquele era um momento tremendo, lamentavam-se da dura sorte que os tocava, mas não imprecavam, rezavam apenas para saírem sãos e salvos daquele inferno. Depois de superar um grave perigo, finalmente chegamos ao porto de Marselha às 10 e meia da noite. O Capitão ordenou que descessem primeiro todos os que estavam no convés, em seguida os da I e da II classes. Assim que desembarcamos, perguntei a Vicentini, que havia descido um pouco antes de mim, onde estava a nossa gente porque não a via, e ele me disse que haviam sido conduzidos à hospedaria pelos agentes da Casa Faver [sic], que já estavam prontos e nos aguardavam, e que os veríamos no dia seguinte. No dia seguinte, portanto, às 9 horas da manhã fomos ao escritório desta casa Faver [sic] e no caminho nos aguardavam os nossos que, vendo-nos, vieram ao nosso encontro e se declararam contrários a ir

ao Haiti, diziam que queriam ir para o Brasil. O que acontecera? Não sei. Pus-me a acalmar os de Civezzano, dizendo-lhes que aguardassem enquanto eu me informava, pois que também eu de nada sabia. Ouvi então que Vicentini havia tratado com a casa Favre para a América Central e disse aos nossos que deviam ir para o Haiti. Então entre os nossos eclodiu nova tempestade de imprecações e ameaças contra mim e contra Vicentini, se não fizéssemos o que diziam. Servi-me de todas as boas maneiras para convencê-los, mas inutilmente, e então primeiramente impus aos que haviam sido subvencionados a ir para onde os embarcassem ou a pagar a viagem eles próprios; em seguida declarei àqueles que tinham vindo com seus próprios meios que eram livres para ir para qualquer lugar da América que quisessem, desde que pagassem a quantia que faltava. Os primeiros viram-se forçados a obedecer, a contragosto, mas os segundos reclamavam cada vez mais, diziam que haviam sido traídos, que haviam partido de casa para ir ao Brasil, e não a outro lugar qualquer, e que a Prefeitura devia encarregar-se disso e fazê-los embarcar, e seguiam-se ameaças e imprecações. Estes foram separados dos primeiros, e lhes dissemos que voltassem depois do almoço, quando foram chamados um por um. Explicamos-lhes que nada perdiam do que já haviam desembolsado e que podiam também ir para o Brasil, mas que para esta viagem, bem mais longa, deviam pagar uma outra taxa e portanto desembolsar a diferença. Todos respondiam, que pague a Prefeitura. Durante três dias tudo o que fiz foi cuidar destas negociações; de minha parte, dizia que a Prefeitura não devia pagar, eles, ao contrário, diziam que pouco lhes importava, que já se haviam informado na Polícia sobre o que fazer, e que a Prefeitura deveria levá-los de volta para casa, e assim por diante. Tentei pela última vez convencê-los a pagar a metade da diferença necessária, e a outra metade tentaria fazer com que a Prefeitura a pagasse, mas estes responderam repetidamente que não. Então eu lhes disse que eu não poderia arcar com despesa alguma; que naquele mesmo dia eu telegrafaria à Prefeitura, e que se a Prefeitura concordasse, para mim era indiferente. De fato, ainda naquela noite eu telegrafei e pensei em usar este meio ao invés de escrever, porque escrevendo uma carta, entre envio e resposta transcorrer-se-iam entre cinco e seis dias pelo menos e entretanto eu deveria permanecer em Marselha, de onde não via a hora de partir; e para mim, e para economia da Prefeitura, uma vez que éramos continuamente assediados com pedidos de dinheiro por parte dos nossos pobres que diziam que não ganhavam o suficiente

para comer, e se continuasse assim me deixariam em apuros, devia-se resolver tudo o mais rápido possível. Finalmente chegou da Prefeitura a resposta telegráfica que me autorizava uma despesa maior e então, feitas as contas com a casa Favre, verificou-se que se deviam desembolsar 3500 francos para levar aquela gente ao Brasil. Não tínhamos o dinheiro e portanto deixamos um título que garantia o dinheiro para o dia 3 de dezembro. Isto aconteceu na segunda-feira e na terça-feira de manhã viajei para casa com a ferrovia. Chegando em Trento, eu e Scarpa imediatamente dirigimo-nos ao Barão Valentino Salvadori e, com o telegrama em mãos, conseguimos o empréstimo de 3500 francos, 3300 dos quais entregamos imediatamente à empresa Bauer e Cia de Trento para que fossem enviados a E. Favre em Marselha, através da casa Lyone. Os outros 200 francos de E. Favre foram entregues a Scarpa e Vicentini, para que os entregassem a um certo Zanei dal Bus.⁹⁹ Assim teve princípio e fim a história da Emigração, história genuína e documentada, e o que não anexe à presente carta deve encontrar-se na Chancelaria Municipal, porque aqueles documentos serviram de base para que me explicasse à Augusta Junta, bem como para orientar a liquidação da conta, liquidada pelos Srs. Nicoli, o Imperial Régio Recebedor Giovanni Bampi e uma terceira pessoa, como encontrarei nos Atos. Entretanto, como a Prefeitura não expressou satisfação alguma para comigo depois desta transparente liquidação que apenas por acidente vi na Prefeitura ultimamente, mas ao contrário, me [palavra ilegível] e na cidade e talvez até insultando a minha honestidade, e alguns ainda hoje ousam me caluniar, sendo assim, peço à Excelentíssima Comissão encarregada de elucidar os fatos da Emigração que, uma vez convencida de que não foi culpa minha se a Prefeitura naquela ocasião sofreu um grave dano pecuniário, e além disto convencida pelos documentos de que não retive aquele dinheiro como afirmam alguns; neste caso, solicito que me seja concedida ampla e pública reparação pela Prefeitura, assim como foi público o mal que me fizeram, observando que, caso a Prefeitura se recuse, serei forçado a recorrer às Autoridades Superiores .”¹⁰⁰

Para complementar as informações, acrescentamos que, naquela expedição, sete famílias de Civezzano e uma de Gardolo conseguiram ser

99 Este era um “caçador” de emigrantes, várias vezes perseguido pela policia.

100 AMC: Atos Adm. 1877, 202.

transportadas para o Brasil e partiram de Le Havre no vapor *Belgrano* em direção ao Rio. As outras famílias, em sua maioria de Fornace e de Civezzano, partiram para o Haiti no navio a vela *Adolphe Lecour*.¹⁰¹

Aqueles que conseguiram ser transportados ao Brasil estabeleceram-se na linha Diamante da Colônia Blumenau, e em janeiro de 1878 escreveram a sua versão daquela viagem. Acusaram Vicentini de saber desde o início que a destinação era o Haiti, Scarpa de ter embolsado pelo menos a metade de uma passagem (que pagaram inteira mas que custava a metade do preço) e lançaram suspeitas sobre Triangi, ao qual imputavam entretanto responsabilidades que não lhe cabiam.¹⁰² Não se sabe ao certo o que aconteceu com as famílias transportadas para o Haiti.

O Trentino e a modernização capitalista

Parece-nos oportuno inserir a esta altura neste contexto uma breve série de dados relativos ao processo de modernização da sociedade trentina no arco do século XIX. Cremos que seja indispensável para a compreensão do comportamento dos emigrantes trentinos quando chegaram às colônias brasileiras. Referimo-nos a uma certa rebeldia, ao processo de desmoralização que estes demonstraram nos primeiros tempos em que viveram no Brasil, fenômenos estes que se reproduziram em todas as colônias do Império brasileiro, de norte a sul. Podemos denominar este conjunto de fenômenos “síndrome da floresta” ou ainda “choque da floresta”. Acometeu colonos italianos, alemães, poloneses, franceses. Analisado separadamente, tal fenômeno levou algumas autoridades brasileiras da época a definir todos os colonos como “chaves de cadeia” ou simplesmente “inadequados ao trabalho agrícola”. Em alguns casos contribuiu para determinar, mesmo por parte de historiadores do século XX, escalas de valores pouco críveis, compostas das várias nacionalidades de que era formado o vasto mundo da imigração brasileira nas últimas décadas do século XIX.

Trata-se de compreender que o fenômeno era comum às várias nacionalidades e, ainda que parcialmente diferentes, constituíam “as respostas” que cada nacionalidade soube dar ao que acabamos de definir como “síndrome da floresta” ou “choque da floresta” (os alemães, em número maior do que os italianos, abandonaram as colônias e o Brasil; os

101 idem: carta de E. Favre a Carlo Triangi, de 06/12/1877.

102 idem: carta a Luigi Caldonazzi com carimbo do Rio de Janeiro, janeiro de 1878.

italianos que não possuíam dinheiro suficiente para fazê-lo, intensificaram o clima de conflitos com as autoridades coloniais). Trata-se, portanto, de estabelecer por que colonos habituados a trabalhar incessantemente nos campos, e para os quais era praticamente desconhecida a palavra rebelião, manifestaram um espírito de revolta que na verdade durou o intervalo de uma manhã. Neste sentido, e nos concentrando nos trentinos, sobre os quais sabemos mais, parece-nos importante fornecer algumas informações sobre a sociedade trentina do século XIX.

A questão é que, mesmo sendo “periferia da Europa” e estando inserido em um processo de transformação econômico-social atrasado em relação a outros países europeus, o Trentino conheceu, a partir do século XVIII, um fenômeno progressivo de mutação que lhe permitiria, a partir das últimas décadas do século XIX, afastar-se definitivamente da condição de *Ancien Régime*. Referimo-nos a um processo de modernização das estruturas sociais e econômicas e de criação de infra-estruturas que permitiriam (como de fato permitiram) superar uma economia baseada em uma agricultura de subsistência e, ao mesmo tempo, garantir melhores condições de vida à população, mesmo aquela do campo. É necessário coligar a insatisfação dos camponeses inseridos nas colônias brasileiras, que não passavam de territórios de floresta virgem, também à falta de serviços sanitários, de assistência religiosa, de estruturas de comunicação, comerciais e financeiras, e à comparação que estes imediatamente faziam com a terra que haviam abandonado. Mas nem sempre estas questões eram tomadas em consideração por todos, e neste caso escapava-lhes uma interpretação plausível do fenômeno supracitado.

Inserido no Império austro-húngaro, o Trentino estava sujeito a uma legislação escolástica dentre as mais avançadas da época. O recenseamento de 1880 estabelecia o número de analfabetos na região com mais de seis anos de idade em 50.050, em uma população de 351.689. O percentual de analfabetismo era, portanto, de 14% do total da população (percentual que entretanto aumenta se se excluem do total da população a faixa de menores de seis anos de idade).¹⁰³ Ainda de acordo com os dados daquele recenseamento, o percentual de analfabetismo entre os indivíduos de sexo masculino era de 12%, entre os de sexo feminino era de pouco mais de 16% (note-se que o dado refere-se a toda a população e não apenas àquela em idade escolar). Em alguns vales, estes percentuais

103 E. Leonardi: *La scuola elementare trentina. dal Concilio di Trento all'annessione alla patria*, Trento 1959.

caíam a níveis extraordinários; no Distrito de Cavalese, entre os indivíduos de sexo masculino, apenas 2% eram analfabetos e, entre os de sexo feminino, pouco mais de 3%; em Cles, respectivamente 4% e 7%. Este era o resultado de uma legislação antiga: a educação obrigatória dos 6 aos 12 anos de idade, para meninos e meninas, originava-se de uma lei de 1774, mas mesmo anteriormente, em algumas zonas do Trentino o analfabetismo era considerado uma exceção. A partir de 1869 a obrigatoriedade passou a valer até os 14 anos de idade. A mesma legislação que impunha novos limites de idade ocupou-se em favorecer a ampliação da classe dos professores, garantindo-lhes um status jurídico e assegurando-lhes um melhor preparo profissional. A partir deste momento, tentou-se tomar das mãos da Igreja a direção e a supervisão das escolas, processo complicado, visto que durante décadas o clero fornecera à escola o maior número de professores. As mulheres começaram a substituir os sacerdotes na função de professores. Em 1880 contavam-se no Trentino 569 professores e 770 professoras¹⁰⁴: um professor primário para cada 260 pessoas. E havia escolas por toda a parte. A lei previa que se abrisse uma escola primária onde quer que houvesse, no raio de uma hora de caminhada, ao menos quarenta crianças em idade escolar. A escola durava em média 9 meses, permanecendo inativa durante os meses de verão. Funcionava também uma escola de recuperação, aberta àqueles que não pudessem frequentar a escola normal. Previam-se multas para os faltantes. Por volta de 1880 havia no Trentino também 8 escolas superiores, além do seminário episcopal e várias escolas industriais¹⁰⁵. Não era pouco, para uma população de cerca de 350.000 pessoas.

A burguesia local, por volta dos anos '70, começou a exigir obstinadamente a abertura de uma Universidade italiana com sede em Trento, mas sem êxito. Evidentemente, nem tudo funcionava com perfeição. Nem sempre os imóveis em que funcionavam as escolas eram adequados ao seu objetivo; o número de alunos atribuídos a apenas um professor era frequentemente exorbitante (a lei estabelecia que cada professor pudesse ocupar-se de 80 a 100 alunos, mas sabemos de casos em que este número chegou a elevar-se); o material escolar era escasso e por vezes de baixa qualidade de conteúdo. A frequência dos alunos, sobretudo, tornou-se cada vez mais problemática nos anos de crise econômica, como aqueles que o Trentino conheceu na segunda metade do século. As autoridades

104 O. Brentani: *Guida del Trentino*, Forni Editore, Bolonha, pág. 21.

105 idem, pág. 23.

OS LÍDERES DOS TRENTINOS EM SANTA TERESA



Vigilio Lamber (à esquerda), aproximadamente na época de sua chegada a Santa Teresa, em 1875. Vêmo-lo aqui com seu irmão Antonio (42 anos) e a filha Erminia (4 anos). Eram de Centa.

cada vez mais tiveram que conceder isenções, mais ou menos prolongadas, à frequência escolar, e ao mesmo tempo aumentaram as multas. E assim, entre 1880 e 1890, o analfabetismo aumentou, chegando a atingir 15,8% da população. Mas já em 1910 o percentual de analfabetos reduziu-se a dimensões mínimas: 3,4%¹⁰⁶.

Em relação à época, a situação da região, do ponto de vista sanitário, era razoável. Se, no curso do século XVIII, a saúde das classes camponesas era confiada a práticos ou “cirurgiões” que haviam seguido cursos de poucas semanas em alguma universidade ou preparados por algum hospital militar, nas primeiras décadas do século seguinte passaram a difundir-se as práticas médicas que se generalizaram em todos os municípios antes da metade do século. Quanto às obstetras ou parteiras, no Trentino elas haviam substituído os médicos e deviam representar um número significativo (ainda que faltem dados a respeito) e havia um instituto de formação também em Rovereto. Sabemos ao certo que, já no século XVII, as parteiras operavam em muitos municípios do Trentino.¹⁰⁷ Por volta de 1880, o curso para parteiras junto à Faculdade de Medicina da Régia Universidade Imperial de Innsbruck durava seis meses. Em 1880 havia no Trentino oito hospitais principais, além de uma série de pequenos hospitais municipais. A estes acrescentavam-se vários asilos e orfanatos, um instituto episcopal para surdos-mudos e, poucos anos depois, um manicômio com capacidade para 200 pessoas. Em 1880 o censo indicou 251 médicos (um para cada 1.400 pessoas) no Trentino.¹⁰⁸

As estruturas sanitárias começaram a conhecer um desenvolvimento significativo, sobretudo em termos qualitativos, a partir da metade do século XIX, observadas à luz do desenvolvimento da medicina na época. Assim, durante décadas os hospitais resumiram-se a casas de repouso para moribundos, e a medicina popular, baseada em tratamentos à base de ervas, mas também de superstições sem fundamento científico (o vinho, por exemplo, era considerado pelos camponeses uma panacéia e integrava muitos tipos de medicamentos ou de tratamentos), foi muito difundida. De qualquer forma, na época da explosão do fenômeno migratório para as Américas, o camponês estava habituado a conviver com a figura do médico e, como já demonstramos anteriormente, médico e remédios eram garantidos gratuitamente aos pobres.

106 E. Leonardi: op. cit. pag. 191.

107 Veja-se, por exemplo, em R. Stenico: *Giovo...* op. cit. pág. 88-89.

108 O. Brentari: op. cit. pág. 21.

A rede estradal, no final dos anos '80, era definida por Brentari “considerável, sem corresponder plenamente, por sua extensão, às necessidades do país”. A algumas estradas governamentais somavam-se muitas outras, construídas por consórcios municipais, que permitiam um trânsito suficientemente ágil e cômodo para pessoas e mercadorias. Em 1867 fora concluída a ferrovia do Brennero, que atravessava o Trentino de norte a sul por um percurso de 75km e com 15 estações. Ainda em 1880 existiam na região 65 agências de correio e 25 estações telegráficas.¹⁰⁹

O processo de modernização da agricultura trentina conheceu um período de aceleração nos anos de máxima crise. Em 1866, fundou-se a Sociedade Enológica Trentina, que deveria aperfeiçoar os processos de produção do vinho e de cultivo das videiras para enfrentar, não apenas a crise de produção devido à propagação de doenças das videiras, mas também para substituir os processos rudimentares de viticultura, então no auge junto à classe camponesa, por outros cientificamente superiores. Para melhorar em geral as técnicas e difundir uma cultura agrícola diversa e mais moderna, surgiram, em 1869, a *Sociedade Agrária de Rovereto* e, em 1870, o *Consórcio Agrário Trentino* (suplantado em 1881 pelo *Conselho Provincial de Agricultura*). As duas instituições serviram-se de duas publicações que difundiam as novidades da época no campo da agricultura: o *Jornal Agrário de Rovereto* e *O Agricultor*. Em 1874, nascia o *Instituto Agrário de San Michele*, importantíssima instituição que contribuiu consideravelmente para a modernização das técnicas agrícolas usadas até então, e para o estudo, com bases científicas, das características ambientais da região (com subsequente inserção de novos cultivos na realidade agrícola, mais adequados ao território). O Instituto não era apenas uma estação experimental, mas incluía também uma escola de agricultura, e oferecia ainda meios de “instrução ambulante”, ou seja, através de conferências, debates e outros meios passou-se a levar para os campos, mesmo àqueles que não podiam permitir-se enviar os próprios filhos à escola do Instituto, novas técnicas e novas informações do gênero.

Em 1888 foi fundada a *Associação Vinícola e Vitícola do Trentino*. Em 1890 nascia, por iniciativa de Dom Lorenzo Guetti, a primeira de uma longa série de cooperativas que, no âmbito do comércio e do crédito agrário, contribuíram de forma decisiva para a superação da crise econômica (e social) que havia martirizado o Trentino a partir de 1850.

109 idem, pág. 11.

Em 1875 difundiam-se no Trentino quatro jornais: um, de tendência clerical, *La Voce Cattolica*, dois de tendência liberal e italianizante, *Il Trentino* e *Il Raccoglitore*, um de tendência liberal mas filo-austriaco, *La Gazzetta di Trento*.

No âmbito do crédito, o Trentino movimentara-se a partir dos anos '40: em 1841 fora fundada a *Caixa Econômica de Rovereto*, em 1885 a *Caixa Econômica de Trento*, em 1866 o *Banco Popular de Trento*. Em seguida surgiram também o *Banco Cooperativo de Trento*, o *Banco Caixa Popular de Rovereto*, o *Banco Cooperativo de Riva*. No final da década de '80, Brentari afirma que estas instituições de crédito dispunham de “filiais espalhadas em quase todos os povoados”.¹¹⁰ Nas últimas décadas do século difundiram-se por todo o território as Caixas Rurais.

O esquema de dados que fornecemos refere-se a um processo de mutação em trâmite na região a partir do início do século (se não até mesmo desde as últimas décadas do século XVIII), que conheceu uma considerável aceleração após o desmoronamento econômico, e que foi profundamente influenciado, se não limitado, por algumas características próprias do Trentino. Um território que não oferecia possibilidades de desenvolvimento da agricultura em vasta escala, e uma estrutura da propriedade que se configurou a partir de século XVIII como pequena propriedade fundiária, não permitiram uma acumulação significativa de capitais provenientes da agricultura. Prova disto é o mesmo processo, lentíssimo, de formação de uma burguesia urbana e empreendedora.

A burguesia trentina do século XIX era uma classe numericamente não muito consistente e que lidava com capitais proporcionais à sua propriedade fundiária. Neste sentido, deve-se levar em consideração que eram raras as propriedades superiores a 200 hectares: ao final do século, 0,4% das propriedades fundiárias de montanha e 0,2% das de planície apresentavam uma extensão superior a 200 hectares. No mesmo período, menos de 3.500 eram os proprietários, as pessoas físicas que não trabalhavam a sua terra, mas que a confiavam a terceiros: aos assalariados, aos meeiros e outros.¹¹¹ Um outro dado parece-nos significativo: entre as dez maiores propriedades do Trentino na metade do século, em primeiro lugar situava-se a Renda Principesco-Episcopal de Trento e em quarto a Renda Capitular da Catedral de Trento¹¹², entidades dependentes da Igreja Ca-

110 O. Brentari: op. cit. pág. 11.

111 S. Zaninelli: op. cit. pág. 35.

112 A. Leonardi: *Rapporti tra proprietà...*, op. cit. pág. 29.

tólica, que certamente não eram as mais idôneas para transformar, em termos capitalistas, a agricultura trentina. Há também um dado pouco enfatizado pelos estudiosos, mas que em nossa opinião deve ser estudado a fundo: muitas das grandes propriedades fundiárias do Trentino encontravam-se nas mãos de pessoas ou famílias que residiam habitualmente fora da região, herança de uma história que vira a região disputada por vários feudos, monarquias, impérios. Na mesma classificação da metade do século, entre os dez maiores proprietários fundiários trentinos, ao menos três residiam fora do Trentino (em Bolzano, Innsbruck e Milão)¹¹³. Mas em todos os distritos trentinos algumas das maiores e provavelmente melhores propriedades estavam em mãos de “estrangeiros” que residiam em Milão, Mântova, Gênova, Bolzano, Venezia, Domodossola e também Innsbruck, Múnaco, Graz, Viena e Praga. Definitivamente, uma fatia importante da melhor terra trentina estava nas mãos da Igreja e de nobres e burgueses que residiam fora da região, nenhum deles propenso a acumular capital *in loco* e convertê-lo em incipiente industrialização. Estes certamente são alguns dos motivos pelo atraso do processo de desenvolvimento do tipo capitalista na região, e que verificou-se em vastas áreas da Europa Central e do Norte. Mas foram também históricos e culturais estes motivos, tanto que a Itália e algumas regiões alemãs confinantes com o Trentino conheceram no século XIX um tipo de situação sócio-econômica similar. O que nos interessa entretanto relevar neste contexto é que, no decorrer daquele século, a sociedade trentina já havia tomado um caminho que conduzia à modernização de suas estruturas econômico-sociais. Ao lado do camponês, era comum a figura do médico; telégrafo e ferrovia faziam parte de seu horizonte cultural. Através de uma rede estradal suficientemente ampla, ele alcançava as cidades e instalava-se onde houvesse trabalho; uma série de estruturas assistenciais garantia-lhe a existência, mesmo em tempos de conjuntura econômica negativa.

Finalmente, uma menção ao número de religiosos que operavam na região parece também interessante e útil para compreender o tipo das necessidades insatisfeitas, que no Brasil atrapalharam a vida das comunidades camponesas trentinas (e em geral norte-italianas). De acordo com o recenseamento de 1880, viviam no Trentino 1.173 eclesiásticos e 193 freiras¹¹⁴. No mesmo período, freqüentavam o seminário teológico de Trento

113 *idem*.

114 O. Brentari: *op. cit.* pág. 21.

entre 80 e 180 estudantes (que entretanto vinham em parte também do vizinho Tirol alemão, incluído na Diocese de Trento)¹¹⁵. Um sacerdote, portanto, para cada 300 habitantes e uma assistência religiosa capilar, com distribuição de igrejas, capelas e santuários uniforme em todo o território. Mas a função da Igreja no Trentino e nas regiões limítrofes da Itália ia muito além do fato espiritual.

Durante séculos, o bispo fora no Trentino também o líder político, além de espiritual, da população. Além disto, por centenas de anos a sociedade camponesa organizara a sua história em torno da religião católica e das estruturas da Igreja. A moral camponesa identificara-se com a moral católica, e os intelectuais orgânicos da classe camponesa eram os sacerdotes, sobretudo aqueles que agiam nos campos, em estreito contato com a população. Suas funções ultrapassavam o aspecto religioso e abraçavam uma vasta série de campos que os transformavam em verdadeiros líderes espirituais e políticos entre as pequenas comunidades camponesas: temidos, ouvidos, consultados e sempre obedecidos. E a paróquia “era o lugar em que se desenvolvia a vida religiosa do povo cristão, sob a vigilante tutela do padre. Ali ele determinava os ritmos vitais da comunidade: o batismo, a primeira comunhão, o matrimônio, o sepultamento; com a liturgia, sacralizava o ritmo das estações; guiava as práticas devocionais e, através da confissão, tornava-se senhor absoluto das consciências.”¹¹⁶

115 ADT: Catálogos do Clero da Diocese de Trento.

116 Q. Antonelli: *Fede e Lavoro: ideologia e linguaggio di um universo simbolico. Stampa cattolica trentina tra '800 e '900*, Trento 1981, pág. 28.

SEGUNDA PARTE

O Espírito Santo às vésperas dos anos '70

O contexto brasileiro no século XIX

No decorrer do século XIX, o Brasil entrou em uma fase de aceleração da mutação, que determinou variações substanciais de suas estruturas políticas, econômicas e sociais. Dentre estas, quatro parecem-nos as mais significativas em todo este complexo processo, e estreitamente ligadas entre si. Em primeiro lugar, o país começou a estruturar-se como nação moderna, abandonando o status de colônia na primeira metade do século, a partir daquele 29 de janeiro de 1808, data em que o rei de Portugal, D. João VI, desembarcou na Bahia para escapar ao exército napoleônico. Tomou-se uma série de providências legislativas, diluídas no curso de quatro décadas, no sentido de abrir brechas naquela condição de quase completa dependência da Europa, e de formar uma classe dirigente indígena. Este processo devia resolver também aquela “apatia econômica e social” que durante séculos caracterizara a vida da colônia e levava a sociedade e a economia do país a fossilizar-se em torno de propriedades fundiárias de grandes dimensões, em mãos de cidadãos do reino português e trabalhadas sobretudo por escravos trazidos da África. Formou-se uma classe dirigente que começou a agir de acordo com a ótica “brasileira”, tentando e conseguindo espaços de manobra independentes de Lisboa. Iniciou-se também a ação no sentido de uma modificação da sociedade, com a abertura gradual à imigração européia, e com a tentativa de favorecer o surgimento, ao lado do latifúndio, da pequena propriedade fundiária. Enquanto isto, consolidava-se a unidade territo-

rial de um Estado grande como um continente e que durante séculos, ainda que gozasse de uma unidade fictícia devida a seu status de colônia de Portugal, conheceu internamente uma série de realidades econômico-sociais independentes uma das outras e mesmo geograficamente isoladas. Referimo-nos aos três pólos de desenvolvimento do Brasil colonial, ou seja, à zona de Minas Gerais, rica em minerais e que começava a transformar-se em território de criação de gado, à zona do Rio Grande do Sul, também destinada principalmente à criação de gado, e finalmente ao Nordeste do país, que nos séculos anteriores erguia-se como a capital econômica, devido à sua florescente agricultura baseada na produção e na exportação de açúcar. A unidade territorial do país, que agora tinha *in loco* o seu motor, ou seja, a Corte Imperial do Rio de Janeiro, fez-se menos incerta e mais real à medida que se desenvolviam uma legislação nacional, algumas estruturas burocráticas comuns e também, com maior dificuldade, uma rede de comunicações que coligava os pontos mais importantes do território. A unidade territorial não encontrou obstáculos no surgimento de provincianismos (que seriam logicamente justificáveis, levando-se em conta a enormidade do território em que conviviam realidades sócio-econômicas extremamente diversas), exatamente em virtude do tipo de transição política indolor que não se devia a um processo de formação de classes dirigentes locais, mas à transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro. E a classe dirigente que começou a plasmar a vida da nova nação foi necessariamente aquela dos latifundiários, na falta de uma classe de grandes comerciantes, tendo em vista o tipo de desenvolvimento conhecido por sua economia e as limitações impostas a estes pelas potências européias que, além de tudo, comercializavam elas próprias os produtos exportados pela colônia. Ao final da primeira metade do século, a unidade territorial do Brasil podia considerar-se conquistada, assim como a sua independência política, embora a ex-colônia devesse suportar uma longa lista de limitações à sua possibilidade de legislar e estabelecer autonomamente um caminho para o desenvolvimento, sobretudo por parte da Inglaterra. E estas limitações, automaticamente aceitas por Portugal, que mantinha estreitas relações de dependência econômica com a Inglaterra, reduziram consideravelmente as possibilidades de expansão da economia brasileira, tornando-se, em perspectiva histórica, um dos fatores principais (ainda que não o principal ou o único) que retardaram a transformação do Brasil em uma nação moderna.

Exatamente no início do século XIX, o Brasil conhecia uma segunda transformação de importância histórica, desta vez no campo econômico. Findava a era do açúcar, que durara três séculos e que fizera do

OS LÍDERES DOS TRENTINOS EM SANTA TERESA



*Padre Domenico Martinelli, originário de Centa.
Veio com Tabacchi em 1874 e em seguida transferiu-se para a Leopoldina.
(De Fundação e Factos Históricos de Santa Thereza, F. Müller).*

Nordeste, sobretudo a Bahia, o coração econômico do país. Uma complexa série de acontecimentos históricos destruíram, em pouquíssimo tempo, as maiores zonas açucareiras. O preço do produto na primeira metade do século XIX caiu vertiginosamente. Na Europa começou-se a generalizar a produção do açúcar de beterraba para enfrentar o bloqueio naval imposto por Napoleão, enquanto os Estados Unidos, principais importadores do açúcar brasileiro, começaram a aumentar sua produção nos Estados do Sul (especialmente Louisiana). Mas sobretudo afirmou-se a economia açucareira de Cuba, que substituiria o Brasil como principal produtora, e que se serviria de sua posição geográfica para tornar-se a principal fornecedora dos Estados Unidos.

As plantações de cana-de-açúcar que souberam resistir a muitas contingências negativas, como por exemplo, a poderosa concorrência das Ilhas Antilhas - que por volta da metade do século XVII forçaram o preço do açúcar a estabilizar-se na metade do valor que conhecera anteriormente - entraram em uma agonia de que não mais se recuperariam. E a economia e a sociedade brasileiras deviam sustentar-se com a exportação. O processo de desenvolvimento do capitalismo europeu estabeleceu rígidos espaços de manobra para as economias periféricas; estas constituiriam, em prática, “parte integrante da economia reprodutiva européia, cujas técnicas e capitais eram aplicados para (nelas) criar, de modo permanente, um fluxo de bens destinados ao mercado europeu”¹¹⁷. Uma regra imposta à força às colônias impunha um desenvolvimento neste sentido: se nos ativermos apenas ao Brasil, é suficiente recordar que em 1785 Portugal proibiu ao país qualquer atividade manufatureira, e que nas primeiras décadas do século XIX o Brasil foi forçado a conceder à Inglaterra uma tarifa consideravelmente reduzida de imposto sobre as importações daquele país (que além de tudo empobrecia notavelmente as entradas estatais, em um momento em que o Estado tinha necessidade de amplos fundos para estruturar-se e organizar-se internamente, e para financiar, com a imigração, o povoamento de seu território). Com a queda dos preços do açúcar, que continuou também nas primeiras décadas do século XIX, a economia brasileira perdeu sua única possibilidade de acúmulo, que residia exatamente na exportação deste produto. E foi a esta altura que surgiu a oportunidade de converter a agricultura do país em uma outra produção, que continuaria até os nossos dias como a principal fonte de renda brasileira: o café.

117 C. Furtado: *Formação econômica do Brasil*, São Paulo 1985, pág. 8.

Cultivado já a partir do início de 1700 para ser consumido no país, este produto começou a ser demandado pelo mercado europeu e norte-americano, que devia substituir em parte as exportações haitianas, restritas em virtude das contingências políticas da ilha caribenha. Os preços do café conheceram um longo período de expansão, que se acentuou quando a Europa, com o fim das guerras napoleônicas, aumentou novamente a sua demanda de produtos tropicais. A terra brasileira revelou-se ideal para o produto, que em trinta anos tornou-se o principal item de exportação. Dadas as características típicas da cultura, o baricentro econômico deslocou-se em direção ao centro do país, na vasta região entre o Rio de Janeiro e os estados de São Paulo e Minas Gerais. A nova produção não representou apenas a tábua de salvação de uma economia que, ao final do século XIX, parecia não ter possibilidades de desenvolvimento mas permitiu o surgimento de um novo processo de acúmulo de capital, o qual teria financiado a modernização das estruturas econômicas; aliviou as penosas condições financeiras do Estado a partir do momento em que este determinou um imposto fiscal sobre as exportações; permitiu povoar o território com mão-de-obra européia, que encontrou trabalho nas fazendas e nas pequenas propriedades onde se cultivava o café, e financiou em grande parte este processo de imigração que mudaria a face da sociedade brasileira.

E aqui verifica-se o terceiro fenômeno, que no século XIX mudou a face do Brasil. No momento em que o país começava a romper os mais estreitos e dolorosos vínculos coloniais, tendo alcançado sua independência política e dado início à formação de uma classe dirigente ligada aos interesses nacionais, viu-se na contingência de resolver um problema que, em parte, devia-se ao mesmo tipo de desenvolvimento que estava conhecendo no século XIX, e em parte era consequência do fato de ser periferia do centro capitalista. O problema foi a abolição da escravidão que, em termos definitivos, ocorreu em 1888. É um assunto ainda em debate, se o Brasil colonial podia ser definido, juntamente com outros países coloniais, como uma economia caracterizada por meios e relações de produção próprios, ou se devia ser considerado parte integrante daquele sistema capitalista desenvolvido na Europa, que o havia transformado em uma sua “periferia” fornecedora de produtos¹¹⁸. Não é um assunto que se possa colocar no centro de nossos interesses, mas

118 Sobre estes temas, vejam-se: F. H. Cardoso: *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro 1977; O. Ianni: *Raças e classes sociais no Brasil*, Rio de Janeiro 1972; R. Conrad: *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro 1978, além do já citado livro de C. Furtado.

seria útil para esclarecer se a abolição da escravatura foi ou não o marco da separação da história do Brasil pré-capitalista completamente inserido no sistema de produção capitalista. Foi a lógica de desenvolvimento interno da economia brasileira ou foram as pressões inglesas, sob a forma de acordos impostos ao governo brasileiro e de verdadeiros bloqueios navais, que levaram à abolição? O certo é que a lei de 1888 que suprimiu a escravatura pôs fim também à economia escravocrática e à sua inércia, economia que não encontrava em si própria o motor para o desenvolvimento. Maior demanda externa de produtos, primeiro o açúcar, agora o café, não se traduzia em maior demanda interna através do aumento da massa assalariada, nem se transformava em melhoria das técnicas produtivas, em virtude do baixo custo da mão-de-obra e da “infinita” disponibilidade de novas terras. Agora, a massa de assalariados inseria uma nova variável no mecanismo, a da demanda interna, que exigia o desenvolvimento e a diversificação da produção. Mas, aonde encontrar a mão-de-obra a ser usada no cultivo do café, uma vez que os escravos, liberados pela lei, tendiam a fugir das fazendas e do trabalho considerado sinônimo de escravidão? Este quesito também é de difícil solução. Entre os historiadores, há quem afirme que havia no Brasil uma enorme disponibilidade de mão-de-obra quase desocupada, que teria podido empregar-se nas fazendas, ou que poderia ter sido transformada em classe de pequenos proprietários de terras.

Parece-nos oportuno relevar que provavelmente foi muito breve o período que conheceu a expansão da cultura do café e a concomitante pressão para a abolição da escravatura, e certamente insuficiente para permitir uma requalificação de uma mão-de-obra que vivia principalmente no litoral ou nos centros urbanos, e pouco ou nada conhecia de agricultura. Talvez breve demais também para tentar realizar, em tempo útil, um processo de mutação cultural, necessário e propedêutico à requalificação.

O quarto fenômeno que determinou mudanças consideráveis na estrutura econômico-social brasileira no século XIX foi a imigração européia que, adequadamente estimulada, dirigiu-se em massa ao Brasil, sobretudo no terceiro quarto do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX. O fenômeno da imigração completou um ciclo iniciado no início do século XIX e mudou radicalmente a fisionomia do Brasil. O país obtivera sua independência nacional, formara uma classe dirigente e encontrara uma produção adequada a seu território, o que lhe permitira expandir suas exportações e acumular capital. Livre da escravatura, iniciara então um rápido processo de mudança de suas estruturas econômicas

e sociais, começando a investir parte do capital acumulado para atrair mão-de-obra européia (fato que por si mudou radicalmente a face da sociedade civil e da cultura brasileira).

Neste quadro insere-se a história da emigração camponesa trentina para o Brasil e para o Espírito Santo, e neste contexto deve ser analisada a realidade sócio-econômica espírito-santense daquele período: “Ao final do terceiro quarto do século XIX, os termos do problema econômico brasileiro haviam mudado substancialmente. Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes de expansão do comércio mundial; concluída sua fase de gestação, a economia do café achava-se em condições de auto-financiar a sua extraordinária expansão sucessiva; haviam se formado os quadros da nova classe dirigente que iria orquestrar a grande expansão da cultura do café. Restava resolver, enquanto isto, o problema da mão-de-obra.”¹¹⁹

Os índios

Dissemos no início deste livro que procuraríamos dar voz aos mudos, aos camponeses que deixaram o Trentino do século XIX. Ainda com maior razão gostaríamos de dar início ao capítulo sobre o Espírito Santo com uma menção àqueles que durante centenas de anos foram os seus donos.

De acordo com César Augusto Marques¹²⁰, na época do descobrimento encontravam-se provavelmente no Espírito Santo algumas centenas de milhares de índios (nome que sabemos ser absolutamente impróprio para definir estes povos, mas que aceitamos usar por já fazer parte da linguagem comum). Embora provavelmente exagerado, o dado contém entretanto um traço de ironia, considerando-se que o problema da região e de sua classe política foi, durante todo o século XIX e parte do século XX, o do despovoamento, e que o Estado, ainda em 1900 e portanto depois de estancado o fluxo da imigração européia, contava uma população pouco inferior a 210.000 pessoas.¹²¹

Evidentemente, as populações nativas não poderiam ser úteis para a formação de um sistema de produção capitalista e a inserção da

119 C. Furtado: op. cit. pág. 116.

120 C. A. Marques: *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, 1878, pág. 141.

121 J. Teixeira de Oliveira: *História do Estado do Espírito Santo*, Segunda Edição, Vitória 1975, pág. 416.

zona no vasto mercado mundial. A civilização de que os europeus eram portadores não deixava espaços de sobrevivência às populações que encontrava em seu caminho. A única opção era a destruição física e um dolorosíssimo processo de expropriação cultural com conseqüente adequação aos valores, usos e costumes da cultura dos brancos. No início, os nativos optaram pela guerra. Diz-se que quando Vasco Fernandes Coutinho tomou posse da Capitania em nome de seu rei, teve que renunciar a uma primeira tentativa de desembarque, devido a uma nuvem de flechas. Resolveu tudo descarregando contra os índios a artilharia de bordo. Dizia-se que os índios eram divididos em duas tribos, divididas por sua vez em numerosos subgrupos que usavam às vezes línguas diferentes: os Goitacazes (ou botocudos, em virtude dos discos de madeira que usavam no lábio inferior) e os Tupiniquins. Os primeiros eram guerreiros e antropófagos. As guerras fratricidas eram constantes. Os portugueses tentaram imediatamente escravizá-los e, enquanto puderam, os nativos responderam com a morte e a destruição a estas violências. Tentou-se então pacificá-los e convencê-los a aceitar o domínio europeu através da catequização.

Em 1551 chegou com esta finalidade o primeiro jesuíta, Affonso Braz, que alguns anos mais tarde fundou o primeiro acampamento para a catequização dos nativos. Ainda no século XX o mesmo sistema de “pacificação” dos nativos era praticado. Um processo dissimulado de degeneração e de rapinagem cultural que no Brasil deu resultados inesperados, marginalizando e quase sempre reduzindo a um triste estado de alcoolismo centenas de milhares de nativos. A justificativa era evidentemente de ordem religiosa. Ainda nas primeiras décadas do século XX escreviam-se coisas como esta: “Nosso Senhor Jesus Cristo ordenou a seus Apóstolos e a seus sucessores que anunciassem o Evangelho ao mundo inteiro. Uma ordem de Deus não pode ser ignorada. Mais cedo ou mais tarde, todos os povos da terra, sem qualquer exceção, deverão ser evangelizados, deverão receber a boa notícia da sua Redenção, deverão ver resplandecer em seus olhos atônitos o fulgor da verdade cristã, a luz de sua salvação.”¹²²

Excessivamente fácil, talvez, e eficaz, aproximar daqueles olhos atônitos o fulgor inebriante da cachaça. A catequização foi uma arma poderosa nas mãos dos brancos, usada com sabedoria, paciência e consciência de seus efeitos devastadores para a cultura dos índios.

122 G. de Caloen: *A catequese dos índios no Brasil*, Rio de Janeiro 1919, pág. 3.

Em 1755, os jesuítas foram embora. Deixaram no Espírito Santo dois acampamentos de catequização: cerca de 6.000 índios nas vizinhanças de Benevente e 8.000 em Nova Almeida¹²³. Em 1750 falava-se de cerca de 40.000 índios “civilizados”¹²⁴. Em 1856 este número reduzira-se a 6.051¹²⁵. Alguns dentre estes conseguiram manter sua dignidade junto aos brancos: é o caso de Pekrane, célebre chefe dos botocudos que foi amigo do Imperador Pedro, que batizou um de seus filhos¹²⁶. Quando teve início o processo de colonização européia na província, os índios não representavam mais um grande problema. Dispersos, guerreando entre si, em parte catequizados, não constituíram um obstáculo sério à penetração européia no território, como aconteceu, por exemplo, em Santa Catarina e no Paraná. As colônias não precisaram de corpos especiais para afastá-los ou exterminá-los, e não se tem notícia de mortos por ataques de índios entre os trentinos que ali chegaram (ao contrário do que aconteceu em Santa Catarina). Certamente causaram algum incômodo, e recorreu-se mais uma vez à catequização, fundando o Acampamento de Mutum, que por muito tempo foi dirigido pelo Padre Bento de Bubbio, que no entanto teve uma vida muito difícil. De acordo com o Presidente da Província, Antonio Paes Leme, em 1870 havia ainda algumas tribos de índios não catequizados no vale do Rio Doce, ao Norte. Alguns dóceis, outros mais violentos; devia-se providenciar de qualquer forma a sua “redução ao estado de cidadãos úteis”.

Eram cerca de mil e entre estes muitos apresentavam-se espontaneamente aos brancos para pedir trabalho. Normalmente obtinham-no e eram pagos com cachaça e quinquilharias inúteis¹²⁷. Uma avaliação mais realista, contudo, foi realizada por um outro presidente, em 1874, e falava de índios esparsos nas florestas¹²⁸. Em 1875, no acampamento de Mutum, eram catequizados 80 índios. Muitos haviam fugido, muitos morriam durante as epidemias.¹²⁹ Em 1879 este número subira para 147.¹³⁰ O governo pagava para aquela estrutura um diretor, um capelão e um intérprete. Em

123 C. A. Marques: op. cit. pág. 144.

124 E. Wagemann: *A colonização alemã no Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1949, pág. 12.

125 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 375

126 B. Carvalho Daemon: *Descoberta, história e estatística da Província do Espírito Santo*, Vitória 1879, pág. 321.

127 *Relatório do Presidente Antonio Dias Paes Leme de 13 de setembro de 1870*.

128 *Relatório do I Vice-Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas, na I Sessão da 21a. Legislatura (1874)*

129 *Relatório do Ministro da Agricultura, J. Fernandes da Costa Pereira Jr., de 02/05/1875*.

130 *Relatório do Ministro da Agricultura, M. Buarque de Macedo, de 14/05/1880*.

1881, todos os hóspedes de Mutum haviam fugido para a floresta e o diretor recolhera alguns índios Pancas para reiniciar o trabalho de catequização¹³¹. Em 1882 os hóspedes eram 142.¹³²

Um dos principais problemas para a vida do acampamento eram as frequentes visitas, ou ataques, de índios não “civilizados”. Estes destruíam as plantações, às vezes matavam aqueles dentre os seus semelhantes que opunham resistência. Isto aconteceu em 1878 e em 1881.¹³³

Alguns não consideravam a catequese confiável. Na opinião do Presidente Silva Mafra, “as despesas significativas realizadas com este serviço jamais apresentaram resultados. Na minha opinião, como a raça tende a desaparecer, se não é justo contribuir diretamente para este desaparecimento, é-o ainda menos gastar improdutivo e inutilmente para civilizá-los e sujeitá-los a um regime de vida social que os repugna. A verdadeira catequese será o povoamento daquele litoral e daquelas florestas onde vagam, e serão a agricultura, os instrumentos de trabalho, a fumaça dos vapores e o assobio da locomotiva.”¹³⁴ Para outros, era inútil e injusto procurar impor-lhes um tipo de vida que não estava em sintonia com a sua cultura. Assim, o Ministro Coelho de Almeida propunha o abandono daquele sistema, apenas para os adultos. Dever-se-ia começar a catequizar as crianças, bem mais maleáveis.¹³⁵ De sua parte, os índios pareciam perfeitamente conscientes de ter perdido definitivamente a batalha pela sobrevivência da sua cultura. Aqueles que não se entregavam aos brancos teimavam em atacar, não mais os brancos, mas os seus semelhantes hospedados nos acampamentos de catequese. Era provavelmente um sinal de extremo orgulho: punir aqueles que se haviam rendido sem combate.

Ainda por volta de 1920 havia botocudos não civilizados no Espírito Santo. No que concerne à colonização italiana, o Cônsul Rizzetto referiu-se ao medo e aos problemas que esses causavam àqueles que se dirigiram à zona do Rio Doce. Tratavam-se de índios da tribo Pepinuck, habitantes da Serra dos Aymorés e das florestas de Mucury. Geralmente destruíam as plantações e as criações dos colonos e roubavam instrumentos de trabalho, dentre outras coisas.¹³⁶

131 *Relatório do Ministro da Agricultura, M. Alves de Araújo, de 1881.*

132 *Relatório do Presidente M. de Assis Tóstes, de 13/02/1882.*

133 *Relatório do Presidente M. da Silva Mafra, de 22/10/1878 e Relatório do Presidente M. de Assis Tóstes, de 13/02/1882.*

134 *Relatório do Presidente M. da Silva Mafra, de 22/10/1878.*

135 *Relatório do Ministro da Agricultura T. J. Coelho de Almeida, de 1877.*

136 R. Rizzetto: *Colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo (Brasile)* em BOE, ano 1905, n. 7, pág. 86-87.

Assassinados, escravizados, embrutecidos por uma cultura que lhes fora imposta, deixaram no entanto uma herança importantíssima para aqueles que os substituíram. Grande parte da medicina popular à base de ervas usada pelos colonos brancos era de origem indígena, assim como as formas de cultivo da terra (além de uma série de cultivos que os brancos aprenderam com os índios). O próprio sistema de derrubada e queimada (desmatamento e incêndio controlado) ainda em uso em muitas partes do Brasil para cultivar novas terras, era um sistema praticado pelos nativos.

Território e população

O território da então Província do Espírito Santo não estava ainda definido no terceiro quarto do século XIX. Vastos trechos eram objeto de disputa com as vizinhas províncias de Minas Gerais e da Bahia. Acordos definitivos foram firmados neste sentido, em 1926 com a Bahia e em 1963 com Minas Gerais.¹³⁷

Em 1895, o Cônsul italiano Carlo Nagar avaliava em 36.000 km² a superfície do Espírito Santo.¹³⁸ Por volta do início do século XX, esta superfície era avaliada em 42.439 km².¹³⁹ Em termos geográficos, o território da região subdivide-se em duas zonas distintas que se encontram na bacia do Rio Doce, o mais importante rio da região, que atravessa de oeste a leste o Espírito Santo, por mais de 150 km. Um pouco ao sul do rio passa o 20º paralelo, considerado intransponível pela colonização européia, mas que foi superado pela colonização italiana a partir dos últimos anos do século XIX. A região ao sul do Rio Doce “pode ser descrita como um grande maciço montanhoso, circundado por uma estreita faixa de terra baixa”.¹⁴⁰ O relevo alcança um pico de 2.890 metros acima do nível do mar (Pico da Bandeira). O pico se encontra no extremo oeste, na fronteira com Minas Gerais. Seguindo a leste, em direção ao Oceano Atlântico, o relevo montanhoso decresce gradualmente até atingir o mar. A região ao norte do Rio Doce, no entanto, parece completamente diferente: poucos relevos, de baixa elevação, e uma ampla zona de planície. De acordo

137 C. Moraes: *Geografia do Espírito Santo*, Vitória 1974.

138 C. Nagar: *Lo Stato di Espirito Santo e l'immigrazione italiana*, em BMRE, abril 1895.

139 A. E. Magarinos Torres Filho: *O Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro 1913, pág. 55.

140 C. Moraes: op. cit. pág. 30.

com Cícero Moraes, cerca de 82% da superfície do Espírito Santo está compreendida entre 0 e 300 metros acima do nível do mar; pouco mais de 2% encontra-se acima de 500 metros.¹⁴¹ Evidentemente, a situação altimétrica apresenta algumas características climatológicas. Trataremos mais extensamente deste aspecto mais adiante, bastando agora recordar que o Espírito Santo, situado em zona tropical, apresenta temperaturas médias anuais que superam os 20°C (25° nas zonas baixas).

A rede hidrográfica do Estado é composta de 13 rios principais que, de sul a norte, distam um do outro cerca de 40 km. Além do já citado Rio Doce, as bacias mais importantes são: ao norte, a do rio São Mateus, e ao sul, as dos rios Itapemirim e Itabapoana. No período que nos interessa, todos os 13 rios principais, além de alguns afluentes, eram navegáveis por trechos mais ou menos extensos a partir da foz, por meio de grandes jangadas.¹⁴²

Com relação à população, os dados mais próximos a 1874, ano da chegada do primeiro grupo de camponeses trentinos, referem-se a 1870 e 1872. De acordo com o Presidente da Província A. Dias Paes Leme, em 1870 o Espírito Santo contava 70.597 habitantes, dos quais 51.825 livres e 18.772 escravos.¹⁴³ A partir de um recenseamento realizado em 1872, entretanto, dispomos de dois dados muito similares. De acordo com Basílio Carvalho Daemon, a população contava 82.137 pessoas, das quais 59.478 livres e 22.659 escravos¹⁴⁴, dado confirmado por outra fonte.¹⁴⁵ Segundo Vilma P. Ferreira de Almada, entretanto, aquele recenseamento indicava uma população de 81.889 pessoas, das quais 22.552 eram escravos.¹⁴⁶ O percentual de escravos oscilava em torno de 26/27% de toda a população. Este percentual situava o Espírito Santo em 10º lugar entre as vinte províncias do Brasil, em uma escala encabeçada pelo Maranhão, com quase 67% de escravos e, em último lugar, o Rio Grande do Norte, com 12,6%.¹⁴⁷

141 idem, pág. 31.

142 A. E. Magarinos Torres Filho: op. cit. pág. 62.

143 Relatório de A. D. Paes Leme, cit.

144 B. C. Daemon: op. cit. pág. 483.

145 R. J. Costa Pacheco: *Os primeiros anos (Conflito nas colônias agrícolas espírito-santenses, 1847-1882)* em AA.VV. *Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida*, Vitória 1978, pág. 125.

146 V. P. Ferreira de Almada: *Escravidão e transição. O Espírito Santo (1850/1888)*, São Paulo 1984, pág. 69.

147 A. de Escragnolle Taunay: *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, São Paulo 1941, pág. 256.

A densidade populacional no território, portanto, era (se considerarmos válido o dado fornecido por Nagar sobre a superfície da província) de dois habitantes por km². Isto já indica uma grande escassez populacional ou mesmo um verdadeiro despovoamento da região. Mas os habitantes não eram uniformemente esparsos pelo território. A grande maioria das pessoas vivia em uma estreita zona ao longo da costa. Apenas a partir dos anos '50 tivera início o povoamento de algumas zonas nas bacias dos rios Itapemirim e Itabapoana, ao sul, e a partir do final dos anos '50, grupos de colonos europeus haviam começado a povoar duas áreas, não muito distantes do mar, no centro e no sul da Província (as colônias de Santa Leopoldina e de Rio Novo). Por volta dos anos '70 o território dividia-se em 13 municípios, dois dos quais, Vitória e Cachoeiro (do Itapemirim), contavam mais de 10.000 habitantes cada um.¹⁴⁸

Em 1859, Vitória e São Mateus eram consideradas cidades, em 1879 a estas acrescentava-se a Serra.¹⁴⁹ Mas estas não passavam de grandes povoados, excetuando-se talvez a capital. Assim a descrevia Pio Limana, médico componente da “Expedição Tabacchi”, em 1874: “Possui apenas um hotel, um café miserável, três igrejas católicas, dois pequenos hospitais, uma guarnição imperial e o governador da Província”.¹⁵⁰ Vinte anos depois, em 1895, o Cônsul Nagar avaliava a sua população em cerca de 8.000 pessoas.¹⁵¹

A população ativa ocupava-se sobretudo de agricultura, mas não é fácil fornecer dados neste sentido. De acordo com uma estatística de 1856, dentre os 38.813 cidadãos livres, 9.769 eram considerados agricultores, 364 negociantes, 230 pescadores e 25.349 foram catalogados como “sem profissão”.¹⁵² Mais específicos são os dados referentes ao recenseamento de 1872. Contaram-se então 621 profissionais (entre médicos, advogados, religiosos etc); 160 militares, 344 marítimos, 144 pescadores, 166 “capitalistas”, 928 ligados à indústria e comércio, 2.730 “operários”, 6.426 costureiras, 10.784 domésticos e 26.187 pessoas sem profissão. A estas acrescentam-se 31.671 lavradores, 1.878 diaristas e 82 criadores de gado.¹⁵³ Estes dados parecem-nos bastantes enigmáticos e provavelmente

148 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 366.

149 J. M. P. Vasconcellos: Catecismo histórico e político seguido de máximas e pensamentos de diversos autores, Vitória 1859 e B. C. Daemon: op. cit. pág. 484.

150 *Il Trentino* de 28/04/1874.

151 C. Nagar: op. cit. pág. 30.

152 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 375.

153 Em G. A. de Mello Bittencourt: *O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870-1889)*, em AA.VV.: *O café no Brasil*, Organização do Ministério da Indústria e Comércio e do Instituto Brasileiro do Café, Rio de Janeiro 1978.

pouco confiáveis. Como considerar o enorme número de pessoas “sem profissão”? Eram talvez aqueles que tentavam viver de expedientes? E as 6.500 costureiras? Em uma população de baixíssima renda havia uma costureira para cada 12 pessoas? É mais fácil interpretar o grande número de trabalhadores como sendo substancialmente escravos. Os 2.730 operários, contudo, certamente não estavam empregados no ramo industrial que, como veremos em seguida, era inexistente.

A agricultura

Tomando com cautela os dados supracitados, descobrimos no entanto que a principal atividade da sociedade capixaba da época era a agricultura. Praticamente até a metade do século XVIII tratava-se simplesmente de agricultura de subsistência que, ao lado da pesca, fornecia aos poucos habitantes o necessário para viver e o suficiente para poder trocar pelo que necessitavam de fora. O nível de vida da população era geralmente baixíssimo, tanto que, ainda em 1824, o Presidente do executivo escreveu que “a Província é a mais miserável do Império; não possui nem agricultura e nem comércio: seus habitantes são paupérrimos”. Este estado de sonolência da economia da província não mudou muito, sob alguns aspectos, mesmo nas décadas que se seguiram. A este propósito, assim se expressava o Presidente Domingos Monteiro Peixoto em 1875: “É forçoso reconhecer que a agricultura da Província não atingiu o desenvolvimento esperado. À necessidade de braços, que já estão escasseando com os efeitos naturais da lei humanitária de 28 de setembro de 1871 (i.e. Lei do Ventre Livre), à falta de boas e bem mantidas vias de comunicação, à deficiência de capital e à ausência total de emprego de máquinas para arar, deve-se esse atraso que se observa na nossa agricultura.”¹⁵⁴

Um dos produtos típicos desta agricultura era a farinha de mandioca. Durante um certo período de tempo foi o mais exportado. Isto aconteceu por volta dos anos '20, mas as quantidades exportadas eram insignificantes. A zona de produção era a de São Mateus, no norte da Província. Em 1826/27, por exemplo, a farinha de mandioca ocupou o primeiro lugar entre as exportações, mas apenas pelo valor de 119.700\$000.¹⁵⁵

154 Discurso do Presidente D. Monteiro Peixoto, de 18/09/1875.

155 G. Rocha: *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*, dissertação de Magistério em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói 1984, pág. 24.

As exportações continuaram também nas décadas sucessivas, estabilizando-se em torno dos anos '70 em quantidades que oscilavam entre 5 e 7 milhões de litros. Eis a seqüência de exportação de 1869 a 1974:¹⁵⁶

Exportações de farinha de mandioca do Espírito Santo, 1869-1874 (Tab. I)

1869	6.826.449,24 litros
1870	7.493.780,97 litros
1871	5.731.131,51 litros
1872	4.998.586,32 litros
1873	6.691.996,35 litros
1874	4.903.381,00 litros

Estas exportações que, segundo o Presidente F. Ferreira Corrêa, destinavam-se sobretudo à Bahia e ao Rio de Janeiro, dificilmente podiam encontrar um desenvolvimento substancial, em se tratando de um produto cultivado quase em todo o Brasil. Por isto, e em virtude de sua substituição por outras culturas mais rentáveis e de melhor aceitação no mercado, a quantidade dos anos '70 caíra a níveis bem inferiores. Em 1885 exportaram-se 3.589.036 litros, em 1893 2.844.880 e finalmente, em 1894, apenas 474.860 litros.¹⁵⁷ Além da farinha de mandioca, durante as primeiras décadas do século, poucos outros produtos eram exportados. Entre estes, certamente, o algodão, exportado em pequenas quantidades também nos anos '60 e '70. Tratava-se, contudo, de pouquíssimos quilogramas, assim como de poucas centenas de quilogramas foi naqueles anos a exportação de milho.¹⁵⁸

O açúcar merece uma atenção especial. No Espírito Santo já era cultivado em vasta escala no século XVI, e daquele tempo há notícias de plantações que ocupavam até 200 escravos. Em 1815 havia fazendas que empregavam 400 escravos na produção de açúcar.¹⁵⁹ Por volta dos anos '40, entretanto, o açúcar tornou-se a mais importante produção da região, e suas exportações colocavam-no no primeiro lugar entre os produtos que saíam da Província. Ainda por volta dos anos '20, a máxima concentração da produção dava-se provavelmente na zona central, em torno à capital, se é verdade que mais de 70% dos engenhos ali se encontravam.¹⁶⁰ Em seguida, a produção se expandiu em direção ao sul, especialmente nas áreas de

156 Discurso do Presidente D. Monteiro Peixoto, de 18/09/1875.

157 A. E. Magarinos Torres Filho: op. cit. pág. 107.

158 *Discurso do Presidente D. M. Peixoto, de 18/09/1875*, cit.

159 V. P. Ferreira de Almada: op. cit. pág. 57.

160 idem: pág. 58.

fronteira com a Província do Rio de Janeiro. Os pontos máximos de exportação verificaram-se durante os anos '40, e o pique (referente aos anos de cujos dados dispomos) ocorreu em 1848. Apresentamos aqui uma tabela relativa às exportações de açúcar do Espírito Santo entre 1844 e 1851 ¹⁶¹:

Exportações de açúcar do Espírito Santo, 1844/1851 (Tab. II)

1844	4.763.760 kg
1845	3.026.404 kg
1846	2.309.228 kg
1847	2.160.208 kg
1848	4.849.852 kg
1849	2.760.184 kg
1851	2.259.021 kg

A partir deste momento, nos cinquenta anos seguintes as exportações, e portanto a produção, estabilizaram-se em níveis decididamente mais baixos. Finalmente, a partir de 1857 a produção de açúcar caiu verticalmente. Eis a seqüência dos dados referentes às exportações, de 1852 a 1874¹⁶²:

Exportações de açúcar do Espírito Santo 1852/1874 (Tab. III)

1852	1.718.921 kg	1862	441.449 kg
1853	1.105.641 kg	1863	476.776 kg
1854	1.429.196 kg	1866	596.579 kg
1855	732.908 kg	1867	343.335 kg
1856	1.154.026 kg	1869	285.422 kg
1857	359.513 kg	1870	727.825 kg
1858	635.035 kg	1871	627.573 kg
1859	584.945 kg	1872	588.632 kg
1860	432.591 kg	1873	266.818 kg
1861	320.852 kg	1874	282.910 kg

161 Os dados foram extraídos de A.E. M. Torres Filho: op. cit. pág. 104, e os de 1851, de G. Rocha: op. cit. pág. 28. Nos textos eram expressos em arrobas, medida da época, correspondente a kg 14,689. Neste livro, procuramos fornecer dados em quilogramas sempre que possível; em todos os outros casos traduzimos arrobas na proporção de 1 para cada 14,689 kg. Ver S. Leão, G. Magarinos e Mattos, J. A. Juruen: *Dicionário Ilustrado de Matemática*, Ed. MEC/INL, Brasília 1972.

162 Os dados foram extraídos do Núcleo de Estudos e Pesquisas (N.E.P), Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo: *Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo, 1850/1939*, Vitória 1983 e da obra citada de G. Rocha.

A PRIMEIRA CASA



Depois dos primeiros barracos provisórios, surgiram as primeiras casas, de madeira e barro. Diz-se que a primeira a ser construída em Santa Teresa foi a dos Lamber (foto), existente ainda hoje. (De Fundação e Factos Históricos de Santa Thereza, F. Müller)

A partir dos anos '50 iniciou-se um rápido processo de substituição do cultivo de açúcar pelo do café. Uma verdadeira “febre de plantar café”, que destruiu as plantações de açúcar. Os motivos são aqueles que indicamos, com relação ao Brasil: concorrência de outros países, entre os quais Cuba revelava-se cada vez mais importante; crise dos preços do açúcar; contínuo aumento dos preços do café.

Por volta de 1870 houve tentativas de reparar os danos, relançando o cultivo do açúcar, mas os projetos não se concretizaram, e em pouco tempo, no Espírito Santo não se produzia mais açúcar, ao menos para a exportação. Em 1891 exportaram-se pouco mais de 2100 quilos, e no ano seguinte não houve exportações¹⁶³.

O café, portanto, tornou-se o principal produto da agricultura do Espírito Santo, já a partir dos anos '50, permanecendo assim até os nossos dias. Para que se compreenda a importância deste produto, parecem-nos suficientes algumas considerações, extraídas dentre todas as que se poderiam fazer a propósito. Durante décadas foram a produção de café e os impostos sobre as exportações a garantir uma enorme fatia das entradas da Província (e depois Estado). Chegou-se em alguns anos a 95%¹⁶⁴. Durante décadas, a quase totalidade das exportações do Espírito Santo constituiu-se apenas de café. Atualmente o Espírito Santo é o maior produtor de café dentre os estados brasileiros. Pequenas considerações, que no entanto indicam o quanto é estreito o laço que liga a história deste pedaço do Brasil àquele produto: a população da Província começou a conhecer incrementos significativos à medida em que o cultivo do produto se expandia; da mesma forma, pode-se dizer que, à medida em que a população aumentava, elevava-se também a produção de café. Com o café, o Espírito Santo atraiu milhares de emigrantes europeus, milhares de cidadãos de outras províncias brasileiras; com o dinheiro obtido através das exportações construíram-se estradas, infra-estruturas para os transportes, ferrovias. O Espírito Santo de hoje nasceu com o surgimento do café em seus campos e, mais importante para o nosso estudo, a colonização trentina naquela região ocupou-se desde o início do cultivo do café.

As primeiras experiências de cultivo de café fizeram-se no Espírito Santo em torno ao início do século, segundo dizem, na zona de Linhares¹⁶⁵. A primeira exportação ocorreu em 1812¹⁶⁶. Iniciou-se com uma

163 A. E. M. Torres Filho: op. cit. pág. 104.

164 N. E. P. Universidade do Espírito Santo: op. cit.

165 A. Athayde: *A gênese do café Capitania* em RIHGES n. 10, ano 1936/37

166 A. E. M. Torres Filho: op. cit. pág. 104.

qualidade conhecida como “Capitania”, mas logo juntou-se a esta o tipo “Bourbon”.

Geralmente, e nas pequenas propriedades camponesas isto vale ainda para os nossos dias, o cultivo era realizado juntamente com outros, como o de milho, cará, taioba. Às vezes, em torno ou próximo ao café eram plantadas batatas ou mandioca, cultivos prejudiciais ao bom desenvolvimento da planta. O café é uma planta que normalmente floresce no terceiro ano de vida, e dá seus frutos a partir do quarto ou quinto ano. Muito raramente a primeira colheita é realizada no terceiro ano a partir do plantio. Raro também é o caso em que a primeira colheita se dê apenas no sexto ano, o que ocorre em localidades de montanha. Plantado na planície e em montanha no Espírito Santo, o café encontra o seu limite altimétrico a 950/1.000 metros. O período de vida da planta varia em razão da qualidade e da zona onde é cultivado. Em condições ideais, em terras baixas e plantado à sombra, o café Capitania pode dar frutos durante 60 anos. O Bourbon vive entre 15 e 30 anos, de acordo com a altimetria e as terras em que é cultivado. O período de máxima produção do café situa-se entre o 7º e o 20º ano de vida da planta, e raramente se estende até o 25º ou o 30º. O único cuidado que o colono costumava dedicar à plantação era a limpeza. O café precisa ser mantido livre de ervas, e no Espírito Santo costumava-se realizar esta operação duas vezes por ano (ou mais, ao nível do mar). A maturação não é uniforme, e assim a colheita pode-se estender por um longo período de tempo: ao nível do mar, de maio a julho, nas montanhas, geralmente de setembro a janeiro. O café então deve ser tratado de modo a estar pronto para a venda. Na época de que tratamos, a operação era muito rudimentar, e o hábito estendeu-se no tempo, dadas as poucas possibilidades de dinheiro do pequeno proprietário, que não podia adquirir máquinas, e devido também à sua ignorância. Seleção, limpeza, secagem e descascamento eram realizados com tal imperícia, que as impurezas atingiam percentuais consideráveis da venda: até 15kg por saco (pedras, lascas de madeira, cascas, grãos verdes e queimados). Nas classificações internacionais, enquanto o café de outras zonas era classificado nos tipos entre 1 e 7, o café do Espírito Santo era considerado de qualidade 8 e 9.

Os motivos para o grande *boom* do café no Espírito Santo devem ser relacionados ao bom andamento dos preços internacionais do produto, e à crescente demanda dos Estados Unidos e da Europa. Mas a rápida substituição do açúcar pelo novo produto deveu-se também ao fato de que as despesas necessárias ao trabalho deste produto eram muito menores, em uma economia absolutamente descapitalizada, e na qual mesmo

os pequenos investidores não tinham fácil atuação. Mas certamente o fator preço foi decisivo. Elaborando dados fornecidos por Gilda Rocha, verifica-se que em 1851, cem quilos de açúcar eram vendidos a 4\$785; cem quilos de café, a 16\$800¹⁶⁷. E era muito menor a quantidade de trabalho aplicada à produção de café.

Durante algumas décadas, o “foco” da produção espírito-santense de café situou-se no sul da Província. Esta confinava com o vale do Paraíba, por longo tempo a zona de máxima produção de café no Brasil (substituída em seguida por outras regiões na Província de São Paulo). À medida em que as terras se esgotavam, ou que a produção precisava encontrar novos terrenos, fazendeiros do Rio de Janeiro e de Minas Gerais ocupavam terras nas bacias dos rios Itabapoana e Itapemirim. A marcha do café trazia consigo incrementos evidentes da população de toda a Província, e sobretudo do Sul. De acordo com Vilma P. Ferreira de Almada, na zona do Itapemirim passou-se de 15.015 habitantes em 1856, a 36.417 em 1872, e Cachoeiro do Itapemirim em 1872 já havia se tornado um município¹⁶⁸. Mas mesmo no restante da Província, entre '52 e os anos '70 a população duplicou. Duplicou o número de cidadãos livres, assim como o de escravos. E isto significava que a Província estava vivendo um grande momento de expansão econômica, enquanto que as províncias do Norte e Nordeste, durante séculos o coração econômico do país, entravam em um irreversível processo de crise e liberavam mão-de-obra escrava. O Espírito Santo foi uma das regiões que absorveram esta mão-de-obra. A Inglaterra bloqueara completamente as importações de escravos no país (isto acontecera exatamente a partir do início dos anos '50, embora haja evidências de que no Espírito Santo muitos navios negreiros conseguiram descarregar suas mercadorias, mesmo durante aquela década) e a imigração europeia era muito escassa.

Foi necessário recorrer à mão-de-obra negra das províncias vizinhas do norte. Foram sobretudo as grandes fazendas da zona de Cachoeiro de Itapemirim a aumentar o uso de escravos: entre 1856 e 1872, seu número passou de 4.381 a 11.722. Também na zona central os trabalhadores negros aumentaram, mas em medida muito menos significativa.¹⁶⁹ As outras províncias do café, ou seja, Rio, São Paulo e Minas, aumentaram igualmente o uso de mão-de-obra negra e a concentração de esca-

167 G. Rocha: op. cit. pág. 29.

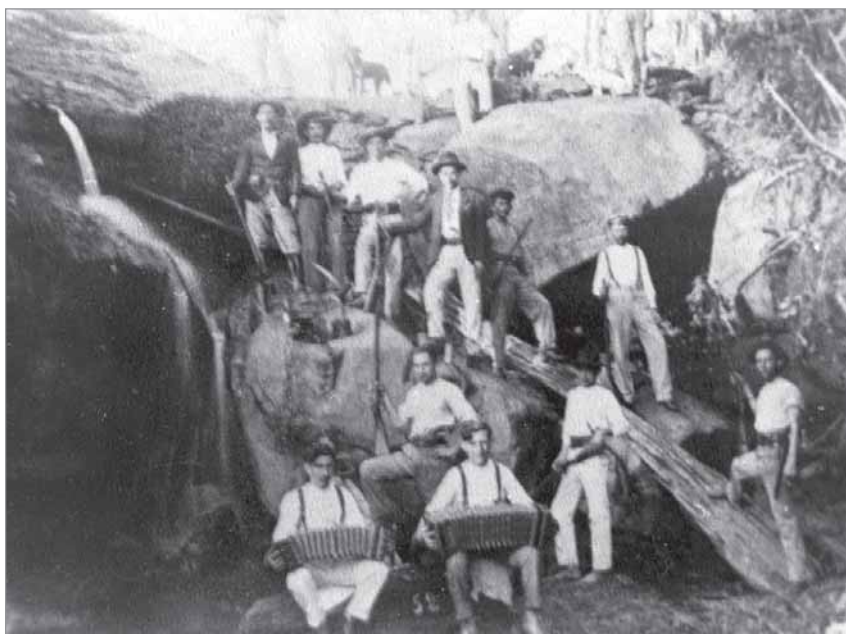
168 V.P. Ferreira de Almada: op. cit. págs. 64/68.

169 idem, pág. 70.

A CAÇA



Cena de caça em Santa Teresa (por volta de 1900).



Cena de caça em Santa Teresa, por volta de 1920. Reconhecem-se Guido Corona (o segundo à direita com o acordeon), Luigi Corona (o último em baixo à direita), Guerino Montibeller (de pé, usando suspensórios) e Francesco Caser (em meio ao grupo central, de camisa branca). Os outros são componentes da família Biasutti.

vos nestas zonas fez-se mais alta do que a média nacional. Em 1872, existiam no Brasil 1.510.806 escravos, na proporção de um para cada 5,5 cidadãos livres. No Espírito Santo, no mesmo ano havia um escravo para cada 2,6 habitantes (no Rio 1 para cada 1,6; em São Paulo 1 para cada 4,3 e em Minas 1 para cada 4,5).¹⁷⁰

Em 1874, mais da metade dos escravos de todo o Brasil concentrava-se nas regiões do café: em 1884 eram dois terços (tanto que instituíram-se taxas, a pedido dos políticos do norte, para defender estas regiões da perda total de mão-de-obra escrava).

Entretanto, o baricentro da produção de café no Brasil movia-se lentamente da província do Rio de Janeiro àquela de São Paulo. De 1851 a 1872, o Espírito Santo aumentou sua produção em 5 vezes, e sua participação na produção brasileira passou de 1% a quase 5% (devem-se levar em conta as diversas dimensões das várias províncias, e sobretudo o fato de que o cultivo era recente na província quase despovoada).¹⁷¹ Os dados de que dispomos indicam que, por volta dos anos '50 e '60, a zona de maior produção de café no Espírito Santo tornou-se a zona da capital, caracterizada por pequenas propriedades. Assim, de acordo com Taunay, em 1862 a zona da capital produzira 55% do café capixaba e em 1857 este percentual fixara-se em 58,8%.¹⁷² Apenas a partir do início dos anos '70 o Sul reconquistou a supremacia neste campo, e em 1885 o percentual de produção da zona era de 57,4% sobre o total da província.

Por volta dos anos '80, contudo, a produção das zonas caracterizadas pelas pequenas propriedades fundiárias foi similar à do sul, região de grandes propriedades latifundiárias. O Espírito Santo demonstrava ser a única província brasileira na qual o cultivo do café estava nas mãos de pequenos proprietários de terras, e este fenômeno generalizou-se com o advento, a partir dos anos '70, do grande fluxo de imigração italiana (em que incluímos, evidentemente, a trentina).

Para visualizar e quantificar “a marcha do café” no Espírito Santo no período precedente à chegada dos camponeses trentinos, apresentamos uma tabela referente às exportações durante os anos 1845/1874¹⁷³:

170 idem, pág. 71.

171 A. de E. Taunay: *História do café no Brasil*, Rio de Janeiro 1903, citado em N.E.P., op.cit. pág. 25.

172 idem, pág. 26.

173 Com relação aos anos entre 1845 e 1868, servimo-nos dos dados fornecidos por G. Rocha: op. cit. pág. 28. Para o ano de 1852 recorremos ao *Relatório do Presidente D. Monteiro Peixoto de 1875*, cit., já em kg.

Exportação do café no Espírito Santo 1845/1874 (Tab.IV)

1845	470.533 kg	1859	1.999.202 kg
1846	1.630.450 kg	1860	2.968.897 kg
1847	1.694.964 kg	1861	3.287.501 kg
1848	1.382.808 kg	1862	3.370.347 kg
1849	842.605 kg	1863	2.046.780 kg
1850	1.310.802 kg	1866	3.901.281 kg
1851	1.230.791 kg	1867	5.816.535 kg
1852	1.396.233 kg	1869	5.249.584 kg
1853	1.273.962 kg	1870	6.002.968 kg
1854	1.633.108 kg	1871	6.351.729 kg
1855	1.721.228 kg	1872	7.881.780 kg
1856	2.922.582 kg	1873	6.614.501 kg
1857	2.304.454 kg	1874	4.860.052 kg
1858	2.221.373 kg		

A partir da tabela, é fácil notar como a substituição das plantações de cana por aquelas de café tenha ocorrido no início dos anos '40, sendo de 5 anos o período médio necessário para obter-se a primeira colheita. Entre os anos '50 e '60, a produção e as exportações deram um salto adiante. Nos anos '70 eram quatro vezes maiores do que nos anos '40. Mas não se deve ater-se à progressão dos dados. Em termos absolutos, as exportações de café no Espírito Santo por volta de 1870 eram ainda bastante baixas, oscilando em torno de 5.000 a 8.000 quilos. Apenas para dar uma idéia do desenvolvimento que se seguiu à produção de café na região, observamos que por volta do final do século as exportações oscilavam em torno de 30.000.000 de quilos, superando os 40.000.000 na primeira década do século XX. No início dos anos '70, e mais precisamente entre 1870 e 1877, o valor do café no mercado aumentara 70%, e as perspectivas que se abriam aos produtores eram cada vez melhores. A economia do Espírito Santo começava a ser uma economia de monocultura, baseada nas exportações. Mas os fatores produtivos exclusivos sobre os quais fundava-se o desenvolvimento da cafeicultura eram o trabalho e a terra. Sobre melhorias das técnicas de produção, especialização da qualidade, aplicação de maquinários e fertilizantes, sequer se cogitava. O Presidente Manoel José de Menezes Prado assim definia a situação da agricultura da província em 1876: "Não é lisonjeiro o estado da agricultura nesta província. Atada por laços de tradição à rotina, não alcançou

quase nenhum progresso. Apenas em um ou outro município começa-se a experimentar o arado. A agricultura aqui vive da fertilidade do solo e do preço vantajoso que o café alcançou.”¹⁷⁴

Nos anos '80, as outras exportações além do café que alcançavam valores dignos de menção eram a da farinha de mandioca (no exercício de 1881/82 exportou-se este produto pelo valor de 7:124\$454 e, no exercício de 1882/83, 9:540\$000) e a madeira, mais especificamente os troncos de jacarandá (que foram exportados em número de 662 no exercício de 1881/82 e de 803 no exercício de 1882/83 por um valor total de, respectivamente, 2:550\$860 e 3:212\$000)¹⁷⁵.

Vias de comunicação e outras infra-estruturas

“A falta de vias de comunicação constitui, na minha opinião, a mais premente necessidade de que sofre esta província: e creio que o meu modo de pensar seja compartilhado por todos os espírito-santenses.”¹⁷⁶ Assim pensava o Presidente da Província em 1874, ano da chegada dos primeiros trentinos. Mas a análise deve ser dinâmica e indicar o trajeto através do qual, com grande lentidão, a região se armou de uma rede suficientemente funcional de vias e meios de comunicação. Tortuoso e sobretudo lento, este trajeto que não se pode considerar concluído nem mesmo nos dias de hoje, iniciou-se e consolidou-se com o aumento gradual e contínuo da produção, e conseqüente exportação, de café. Entretanto, por volta do final da segunda década do século XX, tal trajeto proporcionara o surgimento de um sistema de comunicações via terra e via mar que pelo menos tornou o Espírito Santo independente de outras províncias, com relação às suas exportações e importações, e proporcionou maior facilidade para o processo de ocupação do território. Melhoria das infra-estruturas e aumento da produção do café andavam de mãos dadas, e juntos coligaram-se a um terceiro fenômeno: a imigração de mão-de-obra (especialmente européia) e a conseqüente abertura de novas frentes de produção. Com efeito, na metade dos anos '70 pode-se dizer que o Espírito Santo praticamente não possuía uma rede de estradas e nem mesmo um sistema de comunicações fluviais e marítimas regulares e eficien-

174 *Relatório do Presidente M. J. de Menezes Prado*, de 15/10/1876.

175 *O Espírito-Santense* de 09/08/1883.

176 *Relatório do Presidente Luiz Eugenio Horta Barbosa*, de 1874.

tes. Quem se aventurava nas florestas espírito-santenses, para tomar posse de terrenos de colônia ou para oferecer sua força de trabalho aos grandes proprietários de terras, devia estar decidido a viver em um grande deserto, do qual os centros habitados mais próximos distavam de dezenas de quilômetros e no qual as comunicações entre estes eram no mínimo desanimadoras. Ocupação do território, imigração, aumento da produção do café e construção de uma rede de comunicações que abrisse a floresta e permitisse a confluência de pessoas e levasse ao mar o excesso de produção, são a outra face da mesma moeda.

A baixíssima densidade populacional não permitia altos níveis de produção, processos de acumulação significativos ou entradas suficientes para o financiamento de obras públicas. O outro lado deste círculo vicioso era que a falta de vias de comunicação desestimulava um progresso consistente na ocupação do território e tornava problemática a abertura de novas frentes de colonização. Tal círculo seria quebrado pelo aumento progressivo da produção do café e concomitantemente da liberação, sobretudo na Itália, de grandes quantidades de agricultores dispostos, se não forçados, a aceitar condições de sobrevivência difíceis no Espírito Santo, assim como em outras regiões sul-americanas.

Não seria exagero afirmar que nos anos '70 a província não dispunha de uma rede de estradas. A culpa desta situação era também da política portuguesa, que impedira o surgimento de coligações entre Minas Gerais, zona de ouro e diamantes, e a costa, temendo que outros se apropriassem desta fonte de riqueza, importantíssima para a Corte de Lisboa. Foi apenas no início do século XIX, quando D. João VI transferiu a corte para o Rio de Janeiro, que a província pôde dotar seu território de infraestruturas de comunicação.

O governo do Rio de Janeiro foi forçado a assumir grande parte dos custos, devido à escassa disponibilidade financeira dos governos de Vitória. Nas primeiras décadas do século, construiu-se a estrada de São Pedro de Alcântara, que ligava o Espírito Santo a Minas Gerais. Mais do que de uma estrada propriamente dita, tratava-se de uma grande trilha na floresta, que implicava enormes despesas de manutenção e de defesa de passageiros contra ataques de botocudos. Após alguns lustros, a estrada foi abandonada, e o dinheiro gasto com a sua construção, perdido. As mercadorias de Minas Gerais continuaram a fluir em direção ao Rio de Janeiro, enquanto o governo não podia permitir-se a manutenção de uma via de comunicação que de pouco servia. Com o aumento da produção e da exportação de café, procurou-se restaurar sua transitabilidade nos anos

'70. Tentaram-se também coligações que a prolongassem ao Sul e ao Norte. Trabalhou-se então em uma estrada que ligasse o porto de Guarapari, ao sul de Vitória, com a ex-colônia de Santa Isabel, e em uma que coligasse Vitória à região do Rio Doce e ao norte de Minas Gerais. A ilusão era sempre a de favorecer o desenvolvimento da província através do trânsito dos produtos minerais e do gado de Minas. Outros projetos de estradas foram iniciados. A maior parte permaneceu apenas no papel. Em alguns casos, as obras não começaram, outras vezes estas eram abandonadas após a construção de breves trechos (como aconteceu com a estrada entre Vitória e a Colônia de Santa Leopoldina). Mesmo quando pequenos trechos de estrada eram concluídos, de pouco serviram. Tratavam-se de trilhas que muitas vezes não permitiam a passagem de dois carros simultaneamente, e faziam percursos tortuosos que exigiam a transposição de muitos obstáculos naturais. Bastava a cheia de um rio para derrubar uma ponte de madeira e interromper estas vias de comunicação. Apenas muito depois do fim do século as estradas resolveriam os problemas de comunicação no Espírito Santo. Em 1905 o Cônsul italiano R. Rizzetto escreveu: “Faltam quase totalmente as vias de comunicação no Estado do Espírito Santo, e isto inspira muitos protestos, pois nas várias colônias deste Estado existem apenas trilhas e nenhuma estrada de rodagem”. A mesma fonte referia-se a “uma única estrada de rodagem existente em todo o Estado, e que vai de um lado ao outro da cidade (i.e. de Vitória)”¹⁷⁷.

Foram as comunicações via água a permitir uma coligação mais ou menos fácil, mais ou menos contínua, entre a costa e os centros habitados do interior. Até os anos '70 o transporte de homens e mercadorias era feito por meio de jangadas e canoas. A expansão das exportações de café permitiu, naquela década, experimentar a navegação a vapor. Houve muitas tentativas neste sentido, em todos os rios mais importantes. Muitos foram os contratos firmados entre companhias privadas e as autoridades. Seria ocioso relacioná-los todos.¹⁷⁸ Inúmeros obstáculos opunham-se ao sucesso da maior parte daquelas tentativas. Nenhum dos rios da região era comodamente navegável, por longos trechos, para embarcações de um certo calado. Nem mesmo o Rio Doce, o mais importante de todos.

Em alguns casos, foi necessário realizar despesas consideráveis para desobstruir alguns leitos de rio. Muitos daqueles contratos e daquelas expe-

177 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 14 e 9.

178 Os interessados poderão encontrar referências nos Relatórios dos Presidentes da Província, nas obras citadas de B.C. Daemon, J. Teixeira de Oliveira, M. S. de Novaes e na imprensa local da época.

riências conheceram uma “efêmera duração”, como lembra o historiador Gabriel A. de Mello Bittencourt.¹⁷⁹ Poucos rios revelaram-se navegáveis com embarcações a vapor por trechos economicamente significativos.

Por volta do final do século, este tipo de comunicação era usado apenas no Rio Doce e no rio Itapemirim. Neste último, um pequeno barco a vapor servia entre a foz e Cachoeiro do Itapemirim. No Rio Doce a navegação com grandes vapores encontrava obstáculos na foz arenosa. Por isto, os grandes barcos chegavam até a barra e lá transferiam mercadorias e passageiros para pequenos barcos, também a vapor. De qualquer forma, estes rios também eram navegáveis a vapor por algumas dezenas de quilômetros. No restante, devia-se transportar a carga em grandes canoas. Isto era válido também para os outros onze rios considerados navegáveis.¹⁸⁰ E, para compreender-se o transporte em canoas, lento e definitivamente custoso dadas as pequenas quantidades transportáveis em cada canoa, basta recordar que as zonas que fizeram parte da Colônia de Santa Leopoldina – e entre estas o núcleo ítalo-trentino de Santa Teresa – usufruíram deste tipo de transporte quase até 1930.

Ainda por volta dos anos '70 do século XIX tiveram início, desta vez de modo duradouro, as comunicações marítimas regulares com barcos a vapor entre a Província, a Bahia e o Rio de Janeiro. A maior vitalidade econômica da zona foi mais uma vez o motor desta inovação. E o café tinha um papel essencial em tudo isto. Mas o processo que faria do Espírito Santo um centro de importância nacional e mesmo internacional para os transportes marítimos foi longo e não linear. Iniciado nas décadas '70-'80 do século XIX, concluiu-se apenas na aurora da terceira década do século XX. Neste meio século, Vitória, o melhor porto natural da província, teve que ser coligada com o interior através de uma rede suficientemente funcional de transportes, e o porto munido das estruturas necessárias à atracadura de navios de grande tonelagem, às operações de carga e descarga de grandes quantidades de mercadorias e ao armazenamento de grandes quantidades, sobretudo de café.

Apenas em 1881 Vitória recebeu o primeiro grande navio estrangeiro e “a partir de 1886 cresce significativamente o número de navios estrangeiros que chegam à capital.”¹⁸¹ Mas a esta altura o porto de Vitória

179 G. A. de Mello Bittencourt: *O café...* op. cit. pág. 169.

180 R. Rizzetto: *Lo Stato di Espírito Santo* em BMRE, abril 1904, pág. 75 e 76.

181 N.E.P.: op. cit. pág. 47.

ainda não estava pronto para concentrar toda a importação e a exportação da província. Em 1905, Rizzetto escrevia: “Faltam ainda as dependências do porto, ou seja, o cais, depósitos, elevadores para carregamento do café e os troncos ferroviários para levar os vagões até o cais; hoje em dia o carregamento e descarregamento dos vapores faz-se por meio de uma ponte, de carregadores, quando o navio a vapor pode aproximar-se do armazém, ou por meio de barcas”.¹⁸² Rizzetto observava ainda que o porto necessitava de obras de ampliação que, devido à enorme despesa que comportavam, foram abandonadas. Apenas durante a terceira década do século XX o porto de Vitória tornou-se o principal canal de exportação de café produzido no Espírito Santo e de parte do produzido em Minas Gerais. Até então, quantidades consistentes daquele café eram exportadas através do porto do Rio de Janeiro, especialmente o das fazendas do Sul. “Estas relações com o Rio de Janeiro tiveram como consequência mais nefasta para a economia local a apropriação, por parte do grande capital mercantil fluminense, de parte do excedente gerado no Espírito Santo.”¹⁸³ Consideravelmente atrasado em relação a outras regiões do país, e sobretudo às fortes economias cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Espírito Santo era-o também com relação à criação de uma rede ferroviária. Mais uma vez o motivo foi o atraso no desenvolvimento econômico da zona, mas ainda desta vez a propagação do cultivo do café encontrou soluções para este problema. Se no Brasil a ferrovia surgiu em 1854, no Espírito Santo o primeiro breve trecho ferroviário foi concluído em 1886. Tratava-se da Ferrovia Caravelas, que ligava Cachoeiro do Itapemirim a Alegre. Na verdade, foram feitas várias concessões a grupos privados a partir de 1872, ano em que uma lei estadual lançou as bases para a realização de uma rede ferroviária na província. Para a ferrovia realizada em 1886 e para as sucessivas a que nos referiremos, a iniciativa era deixada a grupos privados, que recebiam ajudas e facilidades por parte do poder público. Quase todas as concessões aprovadas nos anos '70 não se concluíram: a economia da província não oferecia garantias de lucro suficientes. Uma economia em expansão, mas ainda em estágio inicial. A ferrovia Caravelas media apenas 71 quilômetros.

O início da construção de uma segunda linha ferroviária ocorreria apenas em 1894: tratava-se do trecho que ligaria Cachoeiro do Itapemirim a Vitória. Mais uma vez era a economia cafeeira do sul a solicitar novos investimentos em infra-estruturas. A construção desta segunda ferrovia foi

182 R. Rizzetto: *Lo Stato...* op. cit. pág. 73.

183 N.E.P: op. cit. pág. 11.

complicada, principalmente porque sobreveio uma forte e prolongada depressão do preço do café. Em 1895 haviam sido construídos 21km, entre a capital e a pequena cidade de Viana. Em 1902 chegava-se a Matilde (81km). Foi concluída em 1910. Em 1903 concluía-se a ferrovia que ligava Santo Eduardo, nos confins com o Rio de Janeiro, e Cachoeiro do Itapemirim. A partir de 1906 a ferrovia ligava Vitória também a Minas Gerais. Tratava-se de uma estrada de ferro de 206km, que atravessava os territórios de algumas ex-colônias. Da construção desta ferrovia participaram também algumas centenas de operários italianos vindos de São Paulo.¹⁸⁴ Não podemos afirmar se entre estes houvesse também operários trentinos. Ao todo, nas duas décadas entre os séculos XIX e XX, foram construídos cerca de 550km de estrada de ferro, e o Espírito Santo foi ligado ao Rio de Janeiro e a Minas Gerais. Construídas essencialmente em consequência da importância cada vez maior que conquistavam as lavouras de café, as ferrovias tornavam-se novos e importantes estímulos para uma expansão ulterior da cultura do café: esta era da ferrovia pode ser considerada “um progresso significativo, no sentido de dotar o Estado de eficientes vias de transporte, e que certamente deve ter sido um dos principais fatores favoráveis à expansão do cultivo do café a partir da segunda metade da década de '10.”¹⁸⁵

Quanto às zonas de colonização trentina, deve-se levar em consideração que estas foram em parte servidas de transportes ferroviários a partir dos primeiros anos do século XX. Além do mais, ter uma estação ferroviária a 50km de distância não tem o significado que deveria ter em termos de estímulos à produção, uma vez que estes quilômetros deviam ser percorridos com lentas caravanas de mulas, cujo custo abocanhava a já exígua margem de lucro do produtor.

Um outro setor que evidenciava o atraso no desenvolvimento econômico do Espírito Santo nas últimas décadas do século XIX era o do crédito. Em 1876 começou a funcionar a Caixa Econômica, que não deve ter obtido muito sucesso, porque não se encontram notícias em publicações sucessivas sobre o assunto.¹⁸⁶

Apenas na última década do século surgiram outros dois bancos, o Banco Espírito-Santense e o Banco de Vitória.¹⁸⁷ Estas casas de crédito também não tiveram muita sorte. De acordo com Rizzetto, o primeiro foi

184 R. Rizzetto: *Colonizzazione...* op. cit. pág. 4.

185 N.E.P.: op. cit. pág. 80.

186 B. C. Daemon: op. cit. pág. 423 e M. S. de Novaes: *História...* op. cit. pág. 272.

187 As datas de nascimento são diversas em N.E.P.: op. cit. pág. 84 e R. Rizzetto: *Lo stato...* op. cit. pág. 28.

A IGREJA



*A velha igreja de Santa Teresa.
(De Fundação e factos históricos de Santa Thereza, F. Müller)*

liquidado por meios judiciais nos primeiros anos do século XX e o segundo, antes do final do século XIX já fechara as portas.¹⁸⁸

Durante seu breve período de vida, é fácil supor que estes bancos tenham-se ocupado por sua vez em atrair o capital oriundo do café, empregando-o em créditos a serem investidos no mesmo campo. Isto o Cônsul Nagar nos confirma parcialmente: “O único Banco deste Estado é o do Espírito Santo, com o limitado capital de 250.000 libras, que se ocupa unicamente de fazer adiantamentos, aos grandes como aos pequenos proprietários, sobre a produção de café.”¹⁸⁹

Já em 1905, contudo, o Consulado Italiano de Vitória indicava que não existiam mais bancos no Espírito Santo, pequenos ou grandes, nacionais ou estrangeiros.¹⁹⁰ Filiais de bancos estrangeiros surgiram a partir de 1910.¹⁹¹ E em todos estes decênios, a maior parte das economias geradas na região era enviada ao Rio de Janeiro, sobretudo as da zona meridional da província, que demonstrava a sua ligação privilegiada com a província vizinha, de que falaremos mais adiante.

As comunicações via telégrafo iniciaram-se apenas em 1874, com a inauguração da estação telegráfica de Vitória.¹⁹² Entre 1875 e 1876 inauguraram-se outras,¹⁹³ tanto que em 1879 havia já 10 estações.¹⁹⁴ Em 1903, eram 12 as estações telegráficas propriamente ditas, às quais devem-se acrescentar os telégrafos existentes junto às estações ferroviárias. Nas duas maiores localidades habitadas por imigrantes trentinos ou de origem trentina, ou seja, Santa Teresa e Alfredo Chaves, o telégrafo ainda não existia.¹⁹⁵

Quanto ao serviço postal, em 1861 contavam-se 10 agências de correios, além da sede em Vitória.¹⁹⁶ Em 1884, havia 24 agências postais.¹⁹⁷ De acordo com o Cônsul Nagar, em 1895 podia-se ainda falar de

188 idem

189 C. Nagar: *Lo Stato...* op. cit. pág. 32.

190 R. Rizzetto: *Colonizzazione...* op. cit. pág. 9.

191 N.E.P.: op. cit. pág. 85.

192 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 365.

193 M. S. de Novaes: *História do Espírito Santo*, Fundo Editorial do Espírito Santo, pág. 271.

194 B. C. Daemon: op. cit. pág. 484.

195 R. Rizzetto: *Lo stato...*, op. cit. pág. 83.

196 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 364.

197 G. A. de Mello Bittencourt: *Espírito Santo: a indústria de energia elétrica...*, op. cit. pág. 17.

um serviço postal prestado “de forma primitiva”.¹⁹⁸ Quase dez anos mais tarde, contudo, o Cônsul Rizzetto exprimia um parecer diverso:

*“Embora com atraso, a correspondência chega, mesmo nas aldeias mais isoladas do interior com suficiente precisão, e na minha opinião seria conveniente, ao julgar o serviço postal do Brasil e sobretudo o do Estado do Espírito Santo, levar em consideração a deficiência das estradas de rodagem e a vastidão do território em que a população encontra-se esparsa.”*¹⁹⁹

Estes também nos parecem dados e considerações que evidenciam o lento processo de modernização da sociedade espírito-santense; processo que, iniciado nos anos '70, necessitaria de algumas décadas para generalizar-se no território e que, de qualquer forma, encontrava-se em seu tímido início nos anos em que as colônias se abriam à imigração trentina e, mais freqüentemente, à italiana. O mesmo pode ser dito sobre a indústria e a escola, questões que mencionaremos agora. Na aurora dos anos '70 não existia um setor industrial no Espírito Santo. Afirmava-o o Presidente da Província em 1871, citando uma pequena série de atividades manufatureiras que se valiam de instrumentos rudimentares e de energia animal ou gerada pela água. A maior parte das manufaturas devia ser importada.²⁰⁰ Quase vinte anos mais tarde, podiam-se fazer as mesmas afirmações: “A indústria capixaba em 1889 resumia-se a um artesanato desprezível”, escrevia J. Teixeira de Oliveira.²⁰¹ As primeiras tímidas tentativas de criação de organismos que se podiam definir industriais remontam aos anos '90, mas apenas a partir da segunda década do século XX inicia-se a história da industrialização do Espírito Santo.²⁰²

A questão da escola parece-nos digna de menção, ao menos com relação às condições da instrução que os imigrantes trentinos, habituados há décadas à instrução obrigatória e a dispor de uma escola primária em quase todas as aldeias, ali encontrariam. Em 1874, a província contava, presumivelmente, mais de 85.000 habitantes. De acordo com um relató-

198 C. Nagar: *Lo stato...* op. cit. pág. 17.

199 R. Rizzetto: *Lo stato...*, op. cit. págs. 82-83.

200 *Relatório do Presidente F. Ferreira Corrêa de 1871*, op. cit.

201 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 398.

202 Veja-se a propósito: G. A. de Mello Bittencourt: *Esforço industrial na República do café. O caso do Espírito Santo 1889/1930*, Vitória 1982.

rio presidencial, havia 99 escolas primárias, 46 das quais sem professor. Eram escolas públicas, acrescidas de 13 escolas primárias particulares.²⁰³ Um outro relatório do mesmo ano indicava que o número de estudantes que freqüentavam a escola primária era inferior a 1500.²⁰⁴ Em 1875, havia 82 escolas primárias públicas, das quais apenas 53 tinham professor, além de 21 escolas primárias particulares. Ao todo, eram freqüentadas por 1.766 alunos. Nas colônias de Santa Leopoldina e de Rio Novo haviam sido inauguradas duas escolas de língua alemã, freqüentadas por 274 alunos. Havia também 4 escolas superiores, com uma freqüência pouco superior a 200 unidades.²⁰⁵ Os números ligeiramente diversos, fornecidos por C. A. Marques para os anos de 1871/1874, confirmam estes dados.²⁰⁶ Pouco sabemos sobre a qualidade do ensino escolar, a duração dos cursos, os livros adotados. Aparentemente, em Vitória a instrução era organizada em termos satisfatórios, enquanto que no interior da província, era totalmente negligenciada.²⁰⁷ Calculando-se em cerca de 15% a população em idade escolar, nota-se que apenas 17% dos estudantes em potencial freqüentava a escola. No Trentino o percentual aproximava-se de 100%.

O problema da mão-de-obra no Brasil e no Espírito Santo

A partir do século XIX, o principal problema do interior do Brasil e da província era a escassez de mão-de-obra. Uma falta de braços que, por volta do final dos anos '80, aproximando-se o momento da abolição da escravatura, ameaçava paralisar a atividade econômica do país. Pode-se dizer que o Brasil era um país que já nascera conhecendo o costume da importação de escravos da África. Há fontes que informam 13 milhões de africanos “importados”, enquanto que estatísticas mais confiáveis estimam este número entre 3 e 5 milhões.²⁰⁸ Nas primeiras décadas do século XIX a Inglaterra tentou impor ao Brasil o bloqueio das importações. Aconteceu que nas colônias inglesas do Caribe fora abolido o tráfico de escravos

203 *Relatório do Presidente L. E. Horta Barbosa de 1874*, op. cit.

204 *Relatório do I Vice-Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas de 1874*, op.cit.

205 *Discurso do Presidente D. Monteiro Peixoto de 18/10/1875*, cit.

206 C. A. Marques; op. cit. pág. 152.

207 C. Nagar: *Lo stato...*, op. cit. pág. 18.

208 A. de E. Taunay: op. cit.

para impedir que a mão-de-obra a baixíssimo custo criasse problemas de concorrência com o território metropolitano, mas isto a longo prazo trouxera vantagens para outros países escravagistas como o Brasil, em detrimento das próprias colônias inglesas. O Brasil, entretanto, conseguiu burlar as pretensões inglesas até a metade do século. Os últimos casos de contrabando de escravos ocorreram precisamente no Espírito Santo, em torno da metade dos anos '50.²⁰⁹ A pressão inglesa, contudo, reduzira a praticamente zero as entradas de negros no Brasil. Este fato, traumático para a economia brasileira, não era atenuado nem mesmo pelo aumento fisiológico da massa dos escravos. No Brasil, a taxa de mortalidade de negros era superior à de natalidade. Isto em parte devia-se à pouca atenção que os proprietários brasileiros (diferentemente dos norte-americanos) dedicavam à reprodução física de seus escravos e ao aumento de riqueza que esta representaria. Aqui, como também nos EUA, os negros não tinham direito a uma família: mães e filhos eram vendidos separadamente em qualquer idade, assim como jovens casais. Mas as taxas de mortalidade do Brasil negro deviam-se também às tristíssimas condições em que viviam os escravos. Em muitas fazendas de açúcar, os trabalhadores de cor eram submetidos a regimes alimentares de pura sub-nutrição.²¹⁰ A taxa de suicídios e as fugas da escravidão, ambas em proporções elevadas, indicam claramente infames condições de vida.

Eram dois, contudo, os problemas da falta de mão-de-obra no Brasil do século XIX. De um lado, havia a baixíssima densidade demográfica do território e a existência de grandes faixas totalmente despovoadas (praticamente todo o enorme país, à exceção da costa). Isto implicava uma escassa produção de bens, de demanda interna, de acumulação pública e privada, e conseqüentemente a impossibilidade de modernizar a agricultura, de empreender iniciativas de tipo industrial e de fornecer ao território vias de comunicação. Era a "sonolência econômica" e o nível de simples sobrevivência expresso pela economia brasileira.

Na medida em que o café conquistava consumidores europeus e norte-americanos e que as plantações se multiplicavam no Brasil Central, a falta de mão-de-obra significava também, e para alguns principalmente, a falta de trabalhadores nas fazendas. Sobretudo quando a importação de escravos foi proibida. A esta altura, uma grande fatia da intelectualidade

209 V. P. Ferreira de Almada: op. cit.

210 C. Furtado: op. cit.

apoiava o abolicionismo, o que pressagiava, já na segunda década do século XIX, que uma lei federal cedo ou tarde aboliria definitivamente a escravidão. Em 1823, tratou-se do problema na Assembléia Constituinte Brasileira, e uma lei fêz-lhe referência por volta da metade do século XIX.²¹¹ Se é verdade que a resistência dos fazendeiros conseguiu adiar a decisão até 1888, ano da promulgação da lei que aboliu a escravatura, é também verdade que o problema da substituição dos escravos nas plantações estava na ordem do dia mesmo nas décadas precedentes, e deu lugar a um intenso debate que envolveu forças político-econômicas e culturais. Portanto, a falta de mão-de-obra significava, para o Brasil do século XIX, de um lado a necessidade de povoamento de suas terras virgens; de outro, a necessidade de substituir os escravos nas fazendas. Esta ambivalência da questão deu lugar a uma série de providências legislativas que tendiam a resolver ora um, ora outro lado. A uma certa altura, quando tudo estava confuso, a liderança dos fazendeiros, sobretudo paulistas, consolidou-se no país.

Esquemáticamente, podem-se apontar na historiografia duas posições distintas sobre este assunto. Muitos concordam que a partir dos anos '30 a política imigratória brasileira foi dirigida (e não apenas condicionada) pelos fazendeiros. Uma conseqüência lógica desta hipótese é que toda tentativa de trazer imigrantes europeus para o Brasil teria sido uma escolha, mais ou menos patente, de fornecer mão-de-obra às fazendas. Neste sentido, a copiosa legislação brasileira que favoreceu muitas vezes um fluxo de imigrantes em direção às colônias (ou seja, entidades jurídicas nas quais o agricultor era livre proprietário de um lote de terra) é vista exclusivamente como um falso objetivo, que ocultava o desejo de atrair os imigrantes para as fazendas. Um outro setor da historiografia brasileira, do qual sentimo-nos particularmente próximos neste caso, considera que a política imigratória dos vários governos que se seguiram no Rio de Janeiro no século XIX levava em consideração os dois lados do problema, evidentemente nem sempre com a mesma intensidade. Nós também somos da opinião de que, a partir de 1808 e até os anos 30 do século XX, existia no Brasil uma corrente política e de pensamento que via a imigração como um fenômeno capaz de mudar as condições de subpovoamento do país e também de mudar a face da sociedade brasileira. Por trás deste aspecto ocultavam-se algumas suposições mais ou menos justificadas, que talvez não valha a pena analisar em profundidade aqui: a idéia de que a sociedade brasileira fosse então excessi-

211 A. Marques Perdigão Malheiro: *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social*, Parte I, Rio de Janeiro 1866.

RUMO AO RIO GRANDE DO SUL



Francesco Pezzi (1849) e sua esposa Massenza (1854) com a família. Abandonaram o III Território da Colônia de Rio Novo em 1878 e transferiram-se para o Rio Grande do Sul. As botas de couro e o poncho demonstram que a fotografia foi tirada no Sul. Eram originários de Dercolo.

vamente condicionada pela cultura negra, ou melhor, por aquela esquizofrenia cultural própria daqueles que tinham sempre vivido na escravidão; a idéia de que a “importação” de emigrantes europeus, especialmente alemães ou norte-europeus, aproximaria o Brasil do advento de uma Revolução Industrial, ou pelo menos de um rápido processo de mudança cultural e econômica; a idéia, enfim, de que o imobilismo da sociedade escravagista-colonial seria rompido, inserindo entre a classe dos grandes latifundiários e a dos escravos, uma terceira classe de pequenos proprietários de terras. Ademais, o simples problema de sub-povoamento em algumas áreas estrategicamente importantes (devido à pressão militar de estados estrangeiros, como era o caso das províncias do Sul) continuou a existir, mesmo quando parecia, e talvez fosse verdade, que a questão principal fosse a de suprir as fazendas de europeus que substituíssem os negros. Mesmo durante aqueles anos, a política governativa e a legislação forneceram respostas mais ou menos precisas a este problema, e as colônias de algumas províncias receberam sempre um fluxo mais ou menos importante de imigrantes. Assim aconteceu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Em resumo, talvez seja possível afirmar que a política imigratória brasileira se movesse sobre dois binários diversos. Em alguns momentos, corria apenas sobre um deles, em outros, usava ora um, ora outro. E assim, de 1808 aos anos '30, houve tentativas de se iniciar a alimentação de um fluxo de imigração visando ao povoamento do país. Surgiram as primeiras experiências de colonização: Nova Friburgo (1818) na Província do Rio de Janeiro, S. Leopoldo (1824), Três Forquilhas (1818) e Torres (1826) no Rio Grande do Sul, S. Pedro de Alcântara (1828) em Santa Catarina, Rio Negro (1828) no Paraná, Santo Amaro (1829), na Província de São Paulo. No período sucessivo, os latifundiários, sob grande pressão inglesa, tentaram condicionar mais decididamente a política imigratória, e o problema transformou-se na tentativa de somar, senão ainda de substituir, a mão-de-obra européia à escrava. Neste sentido, ver-se-ão as tentativas de alguns latifundiários, nos anos '40 e '50, de contratar como meeiros, grupos de famílias alemãs, suíças e de outros países europeus. Se é verdade que naquelas décadas o Estado brasileiro foi forçado pela pressão dos grandes latifundiários a reduzir drasticamente as despesas com a colonização, também é verdade que no mesmo período surgiram outras experiências coloniais, prova de que um interesse específico neste fenômeno sobrevivera. E não nos parece completamente convincente a opinião de quem afirma que tudo não passava de um esforço para criar uma boa propaganda do Brasil na Europa e direcionar, no momento oportuno, o fluxo em direção às fazendas. Por que então, durante os

anos em que se abriam as colônias “Nova Itália” (1836) e a chamada “Colônia Belga” (1844) em Santa Catarina e Santa Isabel (1847) no Espírito Santo, os mais corajosos dentre os grandes proprietários de terras paulistas levavam para as suas propriedades grupos de camponeses europeus, que pouco depois espalhavam pela Europa a notícia de que emigrar para o Brasil significava entrar para a escravidão? Se a intenção era atrair os europeus, convencendo-os a emigrar para o Brasil, não seria mais lógico talvez apresentar a sua vanguarda (talvez apenas ocasionalmente) com condições de vida e de trabalho melhores? Provavelmente, mesmo em presença de uma forte e contínua expansão da produção de café e da concomitante impossibilidade de importar escravos, a necessidade de dispor de nova mão-de-obra europeia ainda não se apresentava como urgente. Voltando à teoria do “duplo binário”, identificaremos nos anos sucessivos à terceira década do século XIX, duas forças que agiam concomitantemente e em termos diversos, para estimular a imigração no Brasil.

Foi precisamente no início dos anos '30 que se confirmou que a escravidão não duraria para sempre: em 7 de setembro de 1831 foi aprovada a lei que proibia a importação de escravos. Este foi o alarme para os fazendeiros que, a partir daquele momento, compreenderam que a imigração europeia poderia constituir uma solução para os seus problemas. Um segundo alarme, mais brusco, seria a lei de 4 de setembro de 1850, que aboliria, desta vez quase que definitivamente, o tráfico de negros, sob pressão dos ingleses. Estes, em 1845 autorizaram sua frota a pôr um fim, com tiros de canhão, ao comércio de escravos, com a aprovação de Bill Aberdeen. A partir dos anos '30 os latifundiários, que se tornavam uma classe hegemônica no país, passaram a dedicar mais atenção à política imigratória do governo. Mas isto não anulou aquela corrente política e de pensamento, que considerava a colonização como a melhor maneira de atrair a imigração europeia para mudar a face do Brasil. Dentro do Governo e da própria Corte estas forças estiveram sempre representadas. É famosa a simpatia com que o Imperador Pedro II encarava as experiências de colonização, e sua amizade pessoal com alguns dos pioneiros naquele campo, como H. O. Blumenau (fundador e diretor da homônima colônia de Santa Catarina). Tentaram-se no Brasil até mesmo colonizações com um sabor anárquico e socialista: foi o caso da “Colônia Industrial do Saí”, fundada em 1841 em Santa Catarina pelo socialista francês Benoit Joseph Mure²¹² e da Colônia Cecília,

212 Vejam-se as breves notas em R. M. Grosselli: op. cit. pág. 303.

fundada no Paraná alguns anos depois pelo anarquista italiano Giovanni Rossi.²¹³ Os contrastes entre alguns Ministros da Agricultura (dos quais dependiam os assuntos relativos à imigração) e os representantes políticos dos fazendeiros, são uma prova de que a colonização foi sempre no mínimo uma ambição, por parte da classe dirigente brasileira.

Entre 1850 e 1870, os dois binários parecem confundir-se, e as instâncias dos latifundiários encontram um mínimo denominador comum com aquelas que favoreciam a colonização. Na prática, dava-se carta branca ao governo para empreender uma política de colonização mais agressiva, mas tudo devia ser encarado em função de um futuro desvio do fluxo imigratório em direção às fazendas (que naqueles anos se supriram de mão-de-obra, colhida sobretudo entre a massa de escravos liberados pela crise das plantações de açúcar nordestinas). Na verdade, as instâncias “paulistas” permaneceram como pano de fundo, e naquelas décadas foram aprovadas as leis mais importantes que regulariam as colônias brasileiras: em 1850, a lei geral nº. 601 que definia o conceito de “terras do Estado” e estabelecia a não gratuidade dos lotes entregues aos colonos; a Lei 1.114 de 1860, que previa que os núcleos coloniais fossem situados próximos às cidades e às importantes vias de comunicação; a circular governativa de 1865, que garantia aos potenciais imigrantes europeus o ressarcimento de parte do preço da viagem marítima (a diferença entre a passagem para os EUA e aquela para o Brasil) e enfim, a Lei 3.784 de 19 de janeiro de 1867, a mais importante de todas, que estabelecia uma nova normativa para as colônias de Estado e garantia uma série de vantagens aos imigrantes. Estava claro que as colônias não deveriam ser postas em direta concorrência com o latifúndio na caça ao imigrante, e que portanto não deviam localizar-se em zonas de latifúndio. Mais do que uma imposição dos fazendeiros, era uma consequência lógica do fracasso das poucas experiências coloniais realizadas nas Províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Não é de todo verdadeiro que as colônias quase sempre se localizavam distantes de fáceis vias de comunicação e em localidades em que não se podiam produzir bens facilmente exportáveis. Estas considerações, feitas, por exemplo, por Celso Furtado²¹⁴, parecem-nos concentrar-se apenas sobre a área paulista e, sobretudo, parecem-nos condicionadas por uma ótica paulista. O mesmo é válido para a hipótese de quem vê na

213 N. S. Souza: *O anarquismo da Colônia Cecília*, Rio 1970.

214 C. Furtado: op. cit. pág. 124-125.

colonização apenas um pretexto para atrair trabalhadores para as fazendas.²¹⁵ Estas hipóteses ignoram, por exemplo, que as colônias imperiais espírito-santenses tornaram-se em breve exportadoras de café, assim como algumas do Paraná o foram de erva-mate. E ignoram ainda que um certo número de colônias estavam localizadas em áreas de fácil acesso a vias de comunicação (alguns núcleos do Paraná situavam-se em torno à capital, a Colônia de D. Francisca em Santa Catarina valia-se de um porto importante, a colônia Blumenau situava-se às margens de um rio navegável). E muitas colônias que surgiram em zonas isoladas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Espírito Santo estavam assim localizadas, não para que se decretasse seu rápido desaparecimento, mas para abrir caminho à povoação do interior daquelas províncias.

De 1840 a 1860, surgiram no Brasil as colônias de maior futuro no panorama da colonização brasileira: Blumenau (1850), Dona Francisca (1850) e Itajahy-Príncipe Dom Pedro (1860) em Santa Catarina; Santa Leopoldina (1857) e Rio Novo (1855) no Espírito Santo; Santa Maria da Soledade (1857) no Rio Grande do Sul. Surgiram distantes do latifúndio paulista, mas sobre a base de teorias e batalhas de ideais daqueles que no Brasil criam na possibilidade de acelerar o processo de desenvolvimento econômico e o de mudança da sociedade e da cultura brasileiras. Foram homens como o próprio Imperador D. Pedro II, alguns de seus ministros como J. A. Fernandes Leão, idealistas-diretores de colônia como H. O. Blumenau e J. A. Pinto Pacca, intelectuais como J. A. Marques Perdigão Malheiro. O que estas pessoas pensavam aproximava-se muito do que dissera o Ministro Teixeira de Macedo em 1858: “Este sistema, no qual todos são chamados para serem imediatamente proprietários, não apresenta apenas a vantagem de atrair mais rapidamente e em maior número, habitantes para a nossa terra e lavradores para os nossos campos. Os núcleos coloniais satisfazem necessidades de diversos tipos. Coloniza-se para penetrar nos desertos, para ocupar o território, para abrir e tornar seguras as estradas que conduzem a vilarejos já prósperos. Coloniza-se para abrir e proteger a navegação de rios, para defender fronteiras, para aumentar a produção de gêneros que se tornam escassos, e finalmente, até mesmo para dirigir a atividade de certas classes.”²¹⁶

215 Dentre os muitos a advogar esta causa, vejam-se: *O. Manfroi: A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*, Porto Alegre 1975 e B. M. Lazzari: *Imigração e ideologia. Reação do Parlamento Brasileiro à Política de colonização e imigração (1850-1875)*, Caxias do Sul 1980.

216 B. M. Lazzari: op. cit. pág. 11.

Após a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871, os representantes políticos dos fazendeiros paulistas começaram a atacar duramente as experiências de colonização. Acusaram-nas até mesmo de tentativas de implantação do socialismo no país, e de arrancar o pão da boca das massas de pobres e sem-terra existentes no Brasil. A colonização era “socialismo imperdoável e da pior espécie, porque o proletário, o miserável estrangeiro vem viver às nossas expensas e aumentar a miséria dos brasileiros, recebendo os auxílios que os brasileiros não recebem.”²¹⁷ A partir daqueles anos, as razões dos latifundiários predominaram no seio do governo e a colonização passou a ser vista sobretudo em função destes interesses. Uma “isca” deveria provocar um fluxo espontâneo de imigração e afastar do Brasil a imagem tétrica, criada a partir do tratamento desumano reservado aos europeus nas fazendas, com as terríveis dificuldades que sempre acompanhavam a vida nas colônias, mas também acentuada na Europa por governos que desejavam diminuir seu contingente de emigrantes. O “Contrato Caetano Pinto” foi provavelmente a primeira ação importante neste sentido. Sua supressão antes da conclusão de seus objetivos, e sobretudo a supressão da “lei das colônias” de 1867, quando um certo fluxo espontâneo de imigração já se consolidara, demonstraram como àquela altura preponderavam as razões dos que encaravam as colônias como um meio e não um fim. O mito e a prática da colonização, entretanto, não terminaria naquela época. Apesar de as autoridades governamentais serem forçadas a uma política de caça à mão-de-obra para as plantações latifundiárias de café, os governos de algumas províncias (e depois Estados) continuaram a solicitar e, na medida do possível, a financiar a colonização. Assim aconteceu nas províncias do Sul e do Espírito Santo.

Escravidão e latifúndio no Espírito Santo

No Espírito Santo também os escravos negros eram um fator produtivo extremamente importante para a economia. Como vimos, em 1870 havia quase 19.000 escravos na província e, cerca de dois anos depois, eram já 23.000. O centro de atração naquela época era a zona de fazendas de café em torno de Cachoeiro do Itapemirim. A instituição da escravatura permeava profundamente a sociedade capixaba. A título

217 *idem*, pág. 63.

de exemplo, observamos que, ali como em outras partes do Brasil, os religiosos também dispunham de escravos. No Convento da Penha, próximo a Vitória, em 1872 havia 42 escravos que os religiosos alugavam aos cidadãos que os solicitassem.²¹⁸ Alguém disse que “os índios inspiravam piedade aos jesuítas; os negros, não!”²¹⁹ Mesmo os jornais do Espírito Santo, assim como os de todo o país, publicavam anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. Muitos anúncios prometiam prêmios em dinheiro a quem fornecesse informações sobre este ou aquele escravo fugitivo. Símbolos de condições de vida desumanas. O Espírito Santo foi também o palco de uma revolta de escravos em 1849. Chamada de “Revolta de Queimado” devido ao nome da localidade em que ocorreu e se concluiu, a revolta terminaria em um banho de sangue inimaginável.²²⁰ Os revoltosos foram submetidos a “horríveis torturas” e acabaram “tritutados, dilacerados, seus corpos desmembrados”, em um quadro definido como “dantesco”.²²¹ O movimento abolicionista da província retiraria força também de fatos como este. Em 17 de outubro de 1869 foi fundada a *Sociedade Abolicionista do Espírito Santo*, e em fevereiro de 1874 a *Associação Emancipadora 1º de Janeiro*.

À medida em que sua obra angariava prosélitos, grupos de escravos eram declarados livres, tanto que, quando a liberdade foi proclamada em 1888, no Espírito Santo contavam-se pouco mais de 13.000 escravos.²²² Muitos eram usados como empregados domésticos, mas durante os anos '70 uma parte destes fora atraída para as fazendas do sul. Assim, em 1872, dos escravos existentes na província, 72% eram empregados na agricultura; e destes, 64% trabalhavam na zona de Cachoeiro de Itapemirim.²²³ O processo através do qual chegou-se à liberação dos escravos foi longo e repleto de contradições. Durante séculos, o escravo fora considerado propriedade absoluta do patrão, e daí nascera uma complexa legislação. O negro podia ser vendido a prestações, ser co-propriedade de dois

218 M. S. de Novaes: *A escravidão e a abolição no Espírito Santo*, Vitória 1963, pág. 40.

219 B. do Amaral: *Os grandes mercados de escravos africanos. As tribos importadas. Sua distribuição regional*, em *Revista do Instituto Histórico*, Rio de Janeiro 1904, pág. 664.

220 Veja-se a propósito, F. Eugênio de Assis: *Levante dos escravos no Distrito de São José do Queimado*, Vitória 1948.

221 M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. pág. 213.

222 M. S. de Moraes: *A escravidão...*, op. cit. pág. 111.

223 H. Lopes Balestrero: *O povoamento do Espírito Santo (a marcha da penetração do território)*, Viana 1976, pág. 21.

ou mais senhores, ser hipotecado. Assim chegava-se a opróbrios jurídicos: casos, por exemplo, de escravos libertados pela metade.²²⁴

Nos anos que se seguiram à metade do século, a sociedade do Espírito Santo preparara-se também para a então inevitável abolição da escravatura. Mas este evento que mudaria as regras da economia e da vida social não fora antecipado por corretivos que pudessem diminuir-lhe o impacto em todos os setores. Por incrível que possa parecer, os que não se preveniram neste sentido foram exatamente aqueles que, mais do que outros, baseavam toda a sua fortuna no trabalho dos escravos: os fazendeiros do sul da província. Estes não se opuseram à colonização oficial e não tentaram desviar para as suas propriedades o fluxo de imigrantes dirigidos ao Espírito Santo. Quase não tentaram, antes da data da libertação dos escravos, importar mão-de-obra européia para empregar como meeiros em suas plantações (coisa que os paulistas faziam desde os anos '40). O fato, extraordinário em si, foi largamente comentado por historiadores locais. De acordo com Gilda Rocha, as razões para a falta de visão dos fazendeiros do sul eram essencialmente duas: por um lado, a partir dos anos '50 estes foram abundantemente providos de escravos, por outro, a zona do sul era “uma pequena zona em relação a toda a província, que por isto não chegava a ser suficiente para imprimir no território espírito-santense, dominado como um todo pela pequena propriedade, o mesmo dinamismo que a lavoura de café conferira ao Rio de Janeiro e a São Paulo.”²²⁵. Para os pesquisadores do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Espírito Santo (N.E.P), que entretanto não tratam especificamente do problema, é preciso levar em consideração que “na metade da década de '70, as plantações criadas no início da expansão cafeeira no Espírito Santo, na região costeira do Município de Itapemirim, já tinham em média 25 anos, apresentavam baixos níveis de produtividade e, portanto, estavam em fase de regresso”. A isto acrescentam uma outra consideração: “A expansão cafeeira ocorrida entre 1850 e 1872 não apresentou para a Província do Espírito Santo mais do que um início de ocupação de suas terras, não tendo contribuído significativamente para a constituição de cidades e para a formação de capital mercantil-exportador local.”²²⁶

Considerando que a libertação dos escravos desferiu um golpe violento na economia das lavouras latifundiárias de café do sul da pro-

224 V. P. Ferreira de Almada; op. cit. pág. 187.

225 G. Rocha: op. cit. pág. 42.

226 N.E.P: op. cit. págs. 33 e 34

víncia (e em desacordo com Vilma Paraíso Ferreira de Almada, que afirma que “os efeitos da abolição não foram significativos na província”²²⁷), parecem-nos incompletos os motivos alegados por G. Rocha e pelo N.E.P., sobretudo na tentativa de explicar o despreparo dos fazendeiros do sul para a libertação dos escravos. As próprias estatísticas fornecidas por G. Rocha indicam que em 1872 as exportações de café da zona sul foram superiores às da zona das pequenas propriedades, e durante os anos '80 esta diferença tornou-se considerável (no exercício de 1883/84 a zona sul exportou 60.000 quintais e a zona das pequenas propriedades, menos de 45.000²²⁸). Tais dados indicariam que nos quinze anos que precederam 1888, a zona das fazendas tivera um papel extremamente importante na economia cafeeira capixaba. Acrescente-se a isto que as estatísticas provavelmente não levam em consideração a quantidade de café daquela zona – na verdade a maior parte deste – que era exportada a partir do porto do Rio de Janeiro. Neste caso, a diferença de produção entre as duas zonas seria ainda mais consistente. Parece razoável também a hipótese de que os proprietários de terras do sul, abundantemente supridos de escravos, tivessem-se por este motivo esquecido de que a abolição não tardaria. A questão era vital, tanto para os seus interesses quanto para o debate político nacional e provinciano. Na pior das hipóteses, poder-se-ia supor que a relativa facilidade para encontrar mão-de-obra escrava tornava menos urgente a necessidade de braços, permitindo a esta classe de proprietários que “esquecessem” as colônias e a política imigratória focalizada pelo governo da província. As sugestões dos pesquisadores do N.E.P. parecem-nos insuficientes para esclarecer o problema. Se é verdade que a epopéia do café não criara no Sul notáveis fenômenos de urbanização ou formas de acúmulo de capital consistente (o que já é menos evidente), também é verdade que esta fizera de Cachoeiro de Itapemirim um dos centros mais efervescentes da economia da província. No mais, a caducidade das usinas de café e o cansaço das terras não podiam representar um problema para uma região quase completamente despovoada e na qual havia enorme disponibilidade de terras virgens. O que não significa que julguemos pouco realistas as observações e hipóteses dos estudiosos que citamos, apenas que estas necessitam de outras considerações. É talvez relevante que os novos empreendimentos agrários do sul do Espírito Santo originavam-se fora da pro-

227 V.P. Ferreira de Almada: op.cit. pág. 187

228 G. Rocha: op. cit. pág. 32.

víncia (eram sobretudo fluminenses e mineiros) e que toda a economia da zona sul gravitava na órbita da cidade do Rio de Janeiro. Para esta praça os latifundiários direcionavam suas exportações (já recordamos o lento processo através do qual o porto de Vitória tornou-se um pólo de atração de todas as exportações do Espírito Santo); ali investiam grande parte de seus lucros, e nos bancos do Rio de Janeiro hipotecavam seus escravos quando necessitavam de dinheiro. O Sul era uma região à parte do Espírito Santo e, mesmo pertencendo politicamente à província, economicamente incluía-se na esfera de ação do Rio de Janeiro. Isto nos ajuda a compreender o desinteresse dos latifundiários pela colonização. Além disto, estes novos empreendedores ainda não constituíam uma “classe dirigente” da província, e ainda influenciavam pouco o pequeno mundo político de Vitória. Por isto o problema da substituição dos escravos preocupou pouco os políticos, embora eles próprios ocasionalmente alertassem os proprietários de terras. Algumas vezes, após constatar que o Sul era “profundamente diverso” do resto da província²³⁰, tentou-se solicitar aos empreendedores daquela região que iniciassem a substituição dos escravos por camponeses europeus²³¹, mas sem êxito. As hipóteses do N.E.P. de que a região fazendeira do sul era de tenra idade e ainda não acumulara o capital necessário para novos investimentos (capital necessário para levar trabalhadores europeus para as fazendas), explicam em parte por que não foram providenciadas antes da abolição da escravatura. Da mesma forma, a indicação de que as primeiras plantações de café que surgiram ali deveriam ser substituídas, explicaria um certo mal estar econômico de algumas fazendas impedidas de realizar novos investimentos. É importante observar que, de acordo com os dados de G. Rocha, a produção da zona aumentou consideravelmente até 1887 (para em seguida cair bruscamente em 1888, dado que, uma vez confirmado e levando em consideração as exportações efetuadas via Rio de Janeiro, demonstraria os graves danos provocados pela libertação dos escravos).

Parece-nos, entretanto, que este argumento suscite ainda muita perplexidade, e devem-se prever estudos *ad hoc* que expliquem o que ainda permanece nebuloso.

Para citar alguns dados, as exportações de café diminuíram 35% em 1888 em relação a 1887, e esta diminuição verificou-se mais na zona sul –

230 Palavras do Presidente A. Dias Paes Leme, extraídas de seu já citado *Relatório de 1870*.

231 *Correio da Victoria*, de 10/05/1871.

41% em relação àquela da pequena propriedade – 30%. A pouca previdência dos latifundiários espírito-santenses foi punida: “Alguns estabelecimentos agrícolas foram abandonados pelos ex-escravos, e em quase todos o trabalho tornou-se mais ou menos desorganizado. Alguns proprietários perderam a metade ou mesmo dois terços da colheita.”²³² Algumas destas fazendas, durante os anos e décadas sucessivos, foram desmembradas e por vezes apropriadas por ex-colonos, filhos de colonos da vizinha Colônia de Rio Novo, ou meeiros europeus (freqüentemente italianos) que alguns fazendeiros haviam contratado a partir de 1886. Apenas a partir de 1888 a imprensa e os políticos amigos dos proprietários do sul posicionaram-se contra os projetos de colonização e passaram a incitar as autoridades a preocupar-se com as fazendas. Antes daquela data, era absolutamente insignificante o número de proprietários de terra que contratavam meeiros europeus. E no sul da província isto aconteceu tarde demais, ao que se sabe, aparentemente nos dois anos anteriores a 1888. Certamente a nova consciência política dos agricultores do sul, e sobretudo o triste estado de suas fazendas, aconselharam os governos de Vitória a mudar em parte o tom de sua política imigratória. A partir de 1888 o maior percentual de imigrantes europeus (em sua maioria italianos) no Espírito Santo escolheu trabalhar como meeiros.

Isto não muda a posição original da província no panorama mais vasto da imigração europeia no Brasil. Aqui a ênfase incidiu sempre sobre a colonização, e muito menos sobre a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava. Ao contrário de São Paulo e do Rio de Janeiro, pode-se dizer que as colônias superaram as fazendas. E o Espírito Santo também era terra de fazenda de café, conquanto se tratasse de propriedades relativamente jovens e localizadas sobretudo em uma única zona. Esta última observação também carece de esclarecimentos, visto que as zonas de São Mateus e Barra de São Mateus, ao norte da Província, também se caracterizavam por grandes latifúndios. E pouco importa que esta propriedade fosse voltada para a produção de farinha de mandioca e não de café; como apresentava os mesmos problemas do latifúndio cafeeiro com relação à mão-de-obra, podia, ao menos potencialmente, tentar criar obstáculos à colonização e desviar o fluxo imigratório em sua própria direção. Sem radicalizar, parece-nos possível afirmar que no Espírito Santo as colônias conviviam com os latifúndios, o que compromete em parte a teoria contrária, que focaliza a história da imigração exclusivamente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

232 G. da Silveira: *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província do Espírito Santo para o ano de 1889*, cit. em G. Rocha: op. cit. pág. 33.

A colonização

No Espírito Santo a imigração foi, portanto, sempre solicitada e permaneceu no centro das atenções do mundo político, quase que exclusivamente como resposta ao problema do despovoamento da região. Este tipo de política imigratória com alvos demográficos e de povoamento do território resistiu na província pelo menos até 1888. Com a abolição da escravatura e a situação de grave crise em que se encontravam as fazendas escravagistas, a política imigratória do governo mudou, e tentou-se atrair a mão-de-obra imigrada da Europa para as plantações latifundiárias. Mesmo neste caso, contudo, não se perdiam de vista as exigências de povoamento do vasto território e procurou-se favorecer a permanência definitiva dos imigrantes através da criação de diversos núcleos coloniais em zonas próximas ao latifúndio. A tentativa era a de encontrar, de imediato, mão-de-obra para as fazendas, prevendo um futuro de pequenos proprietários de terras para os imigrantes. Em terra de café, em que a primeira colheita podia ser efetuada em média após cinco anos a partir do início do cultivo, não era utópico pensar que por um longo período os colonos cederiam sua força de trabalho aos fazendeiros para que pudessem sobreviver, e apenas em um segundo momento se dedicariam exclusivamente às suas lavouras. Se depois, como veremos, a maior parte dos imigrantes que chegaram ao Espírito Santo a partir de 1888 optou direta e imediatamente pelas fazendas, isto deveu-se mais ao alto nível dos valores do café, que naquele período proporcionava prosperidade até aos meeiros, do que à vontade das autoridades.

Já a partir da metade do século, era evidente a necessidade do governo de atrair imigrantes para povoar um território vasto e escassamente povoado. Em 1852, o Presidente Evaristo Ladislau e Silva diria a propósito: “A primeira e vital necessidade da Província reside na falta de gente vinda de outras regiões, porque apenas assim se obterá o indispensável incentivo para despertar o país do sono que dorme. O exemplo do estrangeiro, seu trabalho, seus costumes e a concorrência ensinarão aos filhos desta terra o que não conhecem, e lhe inculcará o desejo de fazer fortuna, ensinando-lhes como obtê-la.”²³³ Em 1859, o Presidente Pedro Leão Velloso afirmaria por sua vez: “É inútil tentar demonstrar as vantagens que esta Província obterá com o desenvolvimento da colonização. Está-se

233 J. Teixeira de Oliveira, op. cit. pág. 353.

tornando claro que, com seu solo fertilíssimo mas despovoado, não lhe aguarda um bom futuro, a não ser através de providências que lhe tragam braços.”²³⁴ O problema de suprir as fazendas de mão-de-obra europeia, contudo, permaneceu em segundo plano, por falta de pressão dos proprietários de terra. Na verdade, houve algumas tentativas por parte de latifundiários de importar, diretamente e por conta própria, pequenos grupos de agricultores, obtendo algumas vantagens das autoridades provinciais.

Deixando de lado os contratos firmados por proprietários de terras a partir de 1886, as tentativas de que temos notícia concentraram-se todas entre 1871 e 1873. Era uma conseqüência direta da nova postura com a qual o Governo do Rio de Janeiro abordava a questão da imigração, através de auxílios e facilidades a empreendedores e proprietários de terras que se empenhassem em trazer grupos de imigrantes ao Brasil. Em 1871, influenciado por esta atividade das autoridades do Rio de Janeiro, o presidente da Província F. Ferreira Corrêa procurou informar aos proprietários de terras sobre as vantagens que o Governo Central concedia.”²³⁵ E a resposta não se fez esperar. Dois contratos foram firmados, um com Pietro Tabacchi²³⁶, de quem teremos oportunidade de tratar mais vezes neste livro, que previa inicialmente a transferência de 30 famílias alemãs ou do norte da Europa para as suas terras. Em seguida o contrato tomou rumos diversos que se resolveu com a chegada de quase 400 pessoas, em grande parte de origem trentina. O segundo contrato foi firmado com João Maria Moussier e tratava de 10 famílias de imigrantes, que deveriam estabelecer-se no curso de no máximo dois anos, em terras especialmente adquiridas pelo empreendedor.²³⁷ Um outro contrato foi firmado em 1873 com Severino do Amaral Brandão, para a transferência de 200 alemães ou norte-europeus para a sua fazenda em São Mateus no curso de 6 anos.²³⁸ Finalmente, em 9 de novembro de 1874, o Presidente da Província firmou com um outro trentino de quem teremos oportunidade de tratar em profundidade, Pietro Casagrande, um contrato que previa a vinda de agricultores trentinos para a sua fazenda, situada entre Linhares e a Lagoa de

234 G. Rocha: op. cit. pág. 53.

235 M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. págs. 256-257.

236 Observamos que o nome em fontes italianas é geralmente escrito com dois “c”, e em fontes brasileiras apenas com um “c”. Devido à facilidade com que os nomes de origem não portuguesa eram modificados no Brasil, atemo-nos à grafia italiana.

237 *Relatório do Presidente F. Ferreira Corrêa de 1871.*

238 *O Espírito-Santense* de 03/06/1873 e de 14/08/1873.

Juparanã.²³⁹ De acordo com a documentação que analisamos, apenas estas foram as iniciativas dos grandes proprietários de terras quanto à imigração, até os anos imediatamente anteriores à completa libertação dos escravos. De fato, data de 1886 a primeira experiência de “importação” direta de mão-de-obra européia por parte de um fazendeiro depois destes: tratava-se de Francisco Viera de Carvalho Milagres, que levou 41 italianos para as suas terras, como meeiros.²⁴⁰ Os contratos firmados no início dos anos ’70, dizia-se, eram condicionados pelo grande ativismo do Governo do Rio de Janeiro. A esse respeito, recordamos que durante aqueles anos foi firmado, entre outros, o contrato com Caetano Pinto Jr. e, provavelmente devido à euforia com que eram tratadas as questões de imigração, também um contrato com o napolitano Michele Franzini, que comprometeu-se a transportar 50.000 emigrantes para o Brasil. Aparentemente, este Franzini – ou General Franzini, como preferia ser chamado – era apenas um impostor, e de fato foi preso e condenado à prisão em Londres, em 1875.²⁴¹ Tudo isto fazia parte daquela corrida desesperada ao engajamento de emigrantes, de que teremos oportunidade de tratar.

Voltando aos contratos firmados pelas autoridades do Espírito Santo, observa-se como, dentre os quatro firmados nos anos ’70, apenas o de Tabacchi deu seus frutos. Os outros não saíram do papel. Dos três contratantes de cujas propriedades fundiárias conhecemos a localização, nenhuma situava-se na zona sul, ou seja, na zona das grandes plantações de café. Quanto a Tabacchi, veremos que a experiência revelou-se um verdadeiro desastre, assim como a de Milagres e a de muitos outros que tentaram trazer meeiros europeus para as fazendas capixabas.²⁴² A vizinhança das colônias tornava difícil a aquisição de trabalhadores para as grandes propriedades privadas. Era muito melhor para o camponês trabalhar os próprios campos do que trabalhar aqueles dos outros, ganhando apenas metade da colheita.

Com relação à formação dos núcleos coloniais propriamente ditos, a primeira experiência no Espírito Santo deu-se em 1812, com a fundação do núcleo Santo Agostinho, a poucos quilômetros a oeste da capi-

239 *Relatório do Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas de 4 de maio de 1875.*

240 G. Rocha: op. cit. pág. 103.

241 *O Espírito-Santense*, de 03/08 e 11/08/1874. A. Franceschini também se refere ao contrato Franzini, sem entretanto informar sobre o seu êxito: *L’emigrazione italiana in America del Sud*, Roma 1908, pág. 120.

242 Vejam-se os casos citados em G. Rocha: op. cit. pág. 102.

tal. Tratavam-se de algumas dezenas de casais de habitantes das Ilhas Açores (30 casais, segundo M.S. de Novaes²⁴³). Lotes de terra foram distribuídos entre eles, e durante algum tempo organizou-se uma verdadeira estrutura colonial, com capelão e médico.²⁴⁴ A imigração de milhares de habitantes das ilhas Açores e Madeira para o Brasil foi também em outras províncias um dos primeiros fenômenos organizados de transferência de grandes grupos de europeus para o país. De acordo com os estudos de W. F. Piazza, os próprios habitantes do arquipélago solicitaram, em massa, sua transferência para a colônia transoceânica, devido a contínuos abalos sísmicos e erupções vulcânicas que tornavam precária a vida, mas sobretudo devido a uma pressão demográfica que gerou ali uma verdadeira escassez de alimentos. Segundo o mesmo autor, a partir da segunda década do século XIX surgiram os primeiros pedidos dos habitantes das ilhas à Coroa e, por volta da terceira década, ocorreram provavelmente as primeiras partidas em direção ao Pará, ao Maranhão, a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul.²⁴⁵ Sobre a Colônia Santo Agostinho no Espírito Santo, contudo, faltam pesquisas específicas.

A experiência seguinte de transporte de imigrantes europeus para o território da província aconteceu provavelmente entre 1828/1831. Dizemos provavelmente porque a questão parece confusa na bibliografia existente. De acordo com J. Teixeira de Oliveira, em torno de 1828 foram enviados ao Espírito Santo alguns mercenários alemães para defender a estrada que levava a Minas Gerais (provavelmente de ataque de índios).²⁴⁶ De acordo com Basílio Carvalho Daemon, o governo da província destinou uma soma em dinheiro à transferência de 400 alemães que um certo senhor Henrici devia trazer de Bremen. Estes deveriam ser instalados na zona de Borba e ser empregados na limpeza da estrada para Minas Gerais. Daemon afirma também que em seguida chegaram outros 108 colonos alemães, porém mais da metade de todos os colonos que chegaram foram para o Rio Grande do Sul ainda naquele ano.²⁴⁷

243 M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. pág. 116 – L. Osório Costa: *A colônia de Rio Novo (1854-1880)*, dissertação de magistério em História, Universidade de São Paulo 1981, pág. 22, ao contrário, fala de 50 famílias no núcleo colonial de 1812 a 1814.

244 S. Demoner: *Como foram povoadas as terras capixabas*, em: Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, n.2, abril/junho 1986.

245 W. F. Piazza: A colonização de Santa Catarina, BRDE 1982, pág. 43/46.

246 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 320.

247 B. C. Daemon: op. cit. pág. 281 em diante.

De acordo com Maria Stella de Novaes, o contrato com o Senhor Henrici datava de 1829. Os alemães chegaram efetivamente, e foram empregados em Borba a partir de março de 1830. A 18 de abril de 1831, chegaram outros 105. Segundo esta autora, alguns permaneceram na zona de Cariacica.²⁴⁸ Artur E. Magarinos Torres Filho, sem esclarecer se os alemães chegaram ou não ao Espírito Santo, refere-se a uma ordem enviada ao governo da província pelo governo do Rio de Janeiro a 26 de abril de 1830, para que fossem reservadas terras para 400 colonos de Bremem.²⁴⁹ Finalmente, Renato José Costa Pacheco, após afirmar que o contrato entre o Imperador e Henrici datava de 1829, conclui que “estes colonos nunca chegaram ao Espírito Santo” e foram provavelmente encaminhados a alguma outra colônia do sul do país.²⁵⁰ Ernest Wagemann, em sua obra relativa à colonização alemã no Espírito Santo, não menciona este fato, o que torna mais provável a versão de Costa Pacheco.²⁵¹ De qualquer forma, este não é o único caso em que pouco se sabe sobre imigrações estrangeiras no Espírito Santo: Levy Rocha, por exemplo, fala de 400 camponeses norte-americanos que em 1868 estabeleceram-se na zona do Rio Doce e abandonaram-na em breve, fato também mencionado por Costa Pacheco, e do qual encontram-se evidências em um relatório presidencial.²⁵² O mesmo autor menciona também uma colônia privada, nascida em torno de 1865, às margens do rio Iconha e habitada por ingleses, que entretanto “não prosperou”.

Estes eventos, contudo, têm pouca importância no âmbito da história da imigração e da colonização do Espírito Santo. As colônias que deixaram uma marca em termos de ocupação do território e importação de caracteres culturais nacionais específicos no Espírito Santo, foram fundadas a partir de 1847. De fato, a partir de 1847 tem início o estudo mais completo e exaustivo jamais realizado sobre a colonização no Espírito Santo, ou seja, a obra de Gilda Rocha, *Imigração Estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*.

A autora, deixando de lado os casos que citamos anteriormente, divide a história da imigração capixaba em três fases. Uma primeira fase,

248 M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. pág. 167.

249 E. Magarinos Torres Filho: op. cit. pág. 344.

250 R. J. Costa Pacheco: op. cit. pág. 126.

251 E. Wagemann: op. cit.

252 L. Rocha: *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*, Brasília 1971, pág. 22; R. J. Costa Pacheco: op. cit. pág. 128 e *Relatório do Presidente L. A. Fernandes Pinheiro de 1868*.

de 1847 a 1881, refere-se à história das 4 colônias nascidas no tempo do Império, isto é, a Colônia Santa Izabel, a Colônia de Rio Novo, a Colônia de Santa Leopoldina e a Colônia Castello. A segunda fase, de 1882 a 1887, situa-se entre a época da completa abolição de todos os auxílios e facilidades concedidos aos imigrantes que se estabeleciam nas colônias (e a definição das vantagens para os imigrantes que desejavam estabelecer-se nas fazendas) e o ano em que o governo da província decidiu por conta própria conferir novo impulso à imigração no Espírito Santo. A terceira fase, de 1886 a 1896, trata do período em que a imigração destinada às plantações privadas ou a novos núcleos coloniais foi favorecida e solicitada pelas próprias autoridades de Vitória. Na segunda fase, não surgiram novos núcleos coloniais (os quatro anteriores haviam sido emancipados por volta de 1882), enquanto que na terceira foram criados os de Accioly Vasconcelos, Moniz Freire, Demétrio Ribeiro, Afonso Cláudio e Costa Pereira.

A periodização de Gilda Rocha parece-nos oportuna e pensamos apenas que, em termos de anos, o segundo período poderia ter-se estendido até 1882, ano da emancipação da Colônia de Santa Leopoldina.

Nossos interesses, focalizados na imigração trentina, e partindo da impropriamente definida Colônia Nova Trento, concentrar-se-ão na história das Colônias de Rio Novo e de Santa Leopoldina. Um aparte será dedicado à Colônia Santa Izabel e à Colônia Castello.

A imigração trentina, entretanto, não terminou no Espírito Santo com a emancipação das colônias de Rio Novo e Santa Leopoldina, mas continuou, ainda que em menor grau, quase até o final do século.

A Colônia Santa Izabel

A história desta colônia nunca foi escrita, e para que dela se saiba alguma coisa é preciso colher informações entre vários autores e documentações oficiais.

Colônia de Estado, Santa Izabel foi fundada em 1847 quando o governo do Rio de Janeiro enviou 163 alemães originários de Hunsrück e do Hesse para serem instalados a cerca de 30 km da costa e a cerca de 40 km da capital. Receberam das autoridades uma série de auxílios que diminuiriam ou seriam suprimidos em seguida, com a lei sobre as colônias de 1867. Os lotes entregues aos colonos alemães mediam cerca de 50 hectares mas, segundo Ernest Wagemann, não eram raros os casos de colonos

que possuíam dois ou três lotes.²⁵³ De acordo com G. Rocha, estes receberam também alimentos durante 6 meses, medicamentos, animais e ferramentas de trabalho.²⁵⁴ Foi-lhes concedida também uma ajuda em dinheiro que, segundo E. Wagemann, consistia em 24/59\$000 mensais por família até os anos '50.²⁵⁵ De acordo com um outro autor, esta ajuda do governo era de 140\$500, reduzida em seguida para 59\$500.²⁵⁶ O governo concedeu também trabalho (provavelmente na construção de estradas coloniais) e talvez parte dos auxílios supracitados fossem compensações por este trabalho.

Temos notícias de que, quando as autoridades suspenderam a concessão dos trabalhos, muitos colonos dirigiram-se à capital, não sabemos se com ameaças ou súplicas.²⁵⁷ Este seria um comportamento normal por parte dos colonos, que acompanharia a vida das colônias até a sua emancipação, aqui como em outras províncias do país. Era difícil sobreviver na floresta. A terra certamente oferecia sustento, mas quase não havia meios de conseguir dinheiro, a não ser através do trabalho em obras públicas. E quando este faltava, muitos colonos viam-se em uma situação crítica: daí as revoltas, as viagens à capital, as ameaças às autoridades.

Os colonos alemães de Santa Izabel, entretanto, não encontraram apenas a ajuda do poder público. Havia também algumas dezenas de índios que, comandados por um inspetor, podiam preparar os lotes e terrenos prontos para o cultivo. Mas somente a metade dos lotes fora medida, e mesmo estes, apenas sumariamente. Haviam sido abertas algumas trilhas, mas nenhum terreno fora liberado. Pouco tempo depois de sua chegada, os colonos alemães foram reconvocados à capital, porque os índios haviam desaparecido novamente na floresta, e suspeitava-se que pudessem retornar com intenções belicosas. De fato, logo em seguida grupos de índios apareceram nas vizinhanças da colônia e deram algum trabalho aos camponeses. Mas não se têm notícias de confrontos armados, e o problema resolveu-se com a retirada dos nativos para o interior da floresta. Se, por um lado, as autoridades demonstravam-se solícitas e mesmo generosas com relação a estes primeiros colonos europeus não portugueses

253 E. Wagemann: op. cit. pág. 23.

254 G. Rocha: op. cit. pág. 68.

255 E. Wagemann: op. cit. pág. 23.

256 H. Lopes Balestrero: op. cit. pág. 165.

257 R. J. da Costa Pacheco: op. cit. pág. 132.

RUMO AO RIO GRANDE DO SUL



Giovanni Iob e sua esposa Teresa, de Dercolo, também abandonaram o III Território da Colônia de Rio Novo e partiram para o Rio Grande do Sul. Na foto estão com os filhos e a sogra de Giovanni, senhora Gioseffa Formolo.

(Wagemann refere-se a ajudas financeiras que durante algum tempo foram excessivas, e a um Presidente da Província que via com simpatia aquela tentativa de colonização), por outro, surgiram imediatamente muitas incongruências que demonstravam o despreparo das autoridades e a verdadeira desorganização do serviço de colonização. Ainda em 1882, muitos lotes não haviam sido demarcados, diz-se que por falta de instrumentos técnicos.²⁵⁸

Os colonos tiveram que superar um primeiro período de aclimação que revelou-se terrível. Quase todos adoeceram, e nos primeiros tempos nove deles faleceram.

As causas das mortes, de acordo com Wagemann, foram o tifo, a malária e a febre amarela, mas o que certamente contribuiu foi a mudança de alimentação e o clima. Em alguns períodos, os colonos conheceram até a fome, e aparentemente uma das causas encontrava-se nas péssimas relações que se instauraram entre os colonos alemães e a vizinha população de Viana, constituída por aqueles açorianos que fundaram a Colônia Santo Agostinho.

As relações difíceis com a população local eram comuns em várias colônias formadas por alemães ou norte-europeus, mesmo em outras províncias do Império. O que distinguia os colonos dos brasileiros eram a língua e muitas vezes a religião, mas sobretudo uma certa dificuldade que os primeiros encontravam em conseguir uma plena inserção na sociedade local. Durante um certo período, a população de Viana recusou-se a comercializar com os alemães, aparentemente devido à diferença religiosa. A religião foi também um motivo de divisão interna na própria colônia. Os desentendimentos entre católicos e protestantes tiveram início por volta da metade dos anos '50, e lentamente levaram a uma divisão da colônia: enquanto os católicos moviam-se cada vez mais em direção a Viana, em contato com os católicos brasileiros, os protestantes “segregaram-se espontaneamente”, dirigindo-se ao vale do Rio Jucu para entrar em contato com os colonos alemães da Leopoldina (evidentemente muitos anos depois).²⁵⁹ A causa desta divisão devia muito à obra de proselitismo de alguns frades tirolezes estabelecidos nas colônias. Entre estes, Wendelino de Innsbruck, o primeiro diretor da colônia. Foi também o primeiro tirolês de língua alemã de que se tenha notícia no Espírito Santo. Seguiram-se muitos outros, pri-

258 G. Rocha: op. cit. pág. 75.

259 J. Roche: *A colonização alemã no Espírito Santo*, São Paulo 1968, pág. 27.

meiramente de língua alemã na Colônia Santa Leopoldina e em seguida de língua italiana, os trentinos, na mesma colônia e naquela de Rio Novo. Um outro frade tirolês atuou em Santa Izabel, um certo Adrian Lauschner. A direção de frei Wendelino foi unanimemente considerada fraca e durante algum tempo ele foi substituído nesta função por um colono.²⁶⁰

Em 1858, foi nomeado diretor o ex-oficial prussiano Adalberto Jahn. Sua atividade foi considerada profícua e eficiente para o desenvolvimento da colônia, fato reconhecido pelo próprio Imperador por ocasião de sua visita à colônia, em 1860.²⁶¹ O último diretor foi Augusto Guilherme Linde, ele também provavelmente alemão. O hábito de nomear pessoas de língua alemã para os cargos mais altos diferenciou também em parte a colonização alemã da italiana. Frequentemente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina os colonos alemães lidavam com diretores que não apenas compreendiam sua língua, como compartilhavam sua cultura.

No Espírito Santo o fenômeno confirmou-se também: não apenas em Santa Izabel, como também nos primeiros anos de vida da Colônia Santa Leopoldina. A comunidade alemã de Santa Izabel, mesmo dividida internamente por motivos religiosos, mostrou-se determinada a manter seus próprios traços culturais específicos, fato aliás absolutamente normal, que apenas algumas autoridades se recusavam a compreender. Assim, durante algum tempo os camponeses recusaram-se a enviar seus filhos a escolas em que se ensinasse a língua portuguesa.²⁶² O problema não durou muito tempo, visto que o Presidente da Província, A. Rodrigues da Silva Chaves, registrou em 1886 que em Santa Izabel havia uma escola que ensinava alemão e português e atendia 89 alunos.²⁶³

Depois da chegada da primeira leva de colonos, foi necessário aguardar até 1858 para que outros imigrantes fossem enviados a Santa Izabel. Outros grupos chegaram também em 1859 e em 1860. Tratavam-se entretanto de contingentes pouco expressivos, e a colônia nunca teve um desenvolvimento demográfico significativo.

Apresentamos aqui uma tabela relativa à população de Santa Izabel, assim como aos territórios da ex-colônia, emancipada em 1866 ²⁶⁴:

260 E. Wagemann: op. cit. pág. 23.

261 L. Rocha: *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, II Edição, Rio de Janeiro 1980.

262 H. L. Balestrero: op. cit. pág. 165.

263 *Relatório do Presidente A. Rodrigues da Silva Chaves de 1866*.

264 Os dados foram extraídos de G. Rocha: op. cit.; do *Relatório do Presidente F. Leite Bittencourt Sampaio de 1868*; J. Roche: op. cit. e do *Relatório do Inspetor Geral F. de Barros e Accioli de Vasconcellos*, anexo ao *Relatório do Ministro da Agricultura R. Augusto da Silva de 13/05/1887*.

População da Colônia Santa Izabel, 1847/1886 (Tab. V)

1847	163	1862	802
1852	201	1866	1.125
1854	194	1868	1.375
1857	286	1878	1.898
1860	628	1886	2.405

A maior parte dos colonos que chegaram a Santa Izabel, mesmo aqueles das remessas sucessivas, eram originários da zona do Reno, mas vieram também bávaros e prussianos e mesmo alguns italianos. Em 1860, de acordo com os dados de Wagemann, contavam-se 24 sardos.²⁶⁵ Havia também 8 suíços e 2 franceses. Aqui também, assim como na colônia Nova Itália, nascida em 1836 em Santa Catarina, estamos em dúvida se os sardos eram realmente originários da Ilha de Sardenha ou, mais provavelmente, cidadãos do Reino da Sardenha e neste caso talvez genoveses, que foram os primeiros italianos a transferir-se em grupos consistentes para a América. Como se pode observar a partir da tabela, a colônia de Santa Izabel não recebeu nunca um fluxo significativo de imigrantes, o que provavelmente se deve às dificuldades que os colonos ali encontraram. No mesmo período, de fato, outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina receberam fluxos mais importantes de imigrantes alemães, que entretanto não se revelaram generosos como esperavam as autoridades. A localização da colônia em zona tropical provavelmente desestimulara potenciais imigrantes.

A colônia de Santa Izabel constitui-se imediatamente em um núcleo de pequenos agricultores que tentaram, sempre que as condições das vias de comunicação e a demanda de mercado lhes permitiam, colocar no mercado da província os produtos de sua agricultura. Em pouco tempo começaram a cultivar o café na colônia. Este, já naqueles anos era um produto que gozava de um bom mercado. Em 1865 foram produzidos mais de 38 mil quilogramas.

A isto acrescentava-se uma produção de 168.000 litros de milho, 126.000 litros de farinha de mandioca, 2.000 litros de arroz, 88.000 kg. de batatas, mais de 5.000 kg. de cebolas.²⁶⁶ Naquele mesmo ano a colônia exportou 5.000 kg. de mandioca, quase 3.000 kg de cebolas e batatas,

265 E. Wagemann: op. cit. pág. 24.

266 *Relatório do Presidente A. Rodrigues da Silva Chaves de 1866*, cit.

manteiga e aves,²⁶⁷ por um valor de 250\$000. A criação bovina também foi iniciada pelos colonos, e em 1851 contavam-se na colônia 200 animais, entre bovinos e outros animais de transporte.²⁶⁸ A partir destes dados, é possível compreender algumas diferenças entre a colonização alemã e a italiana: a primeira tendia mais à produção e ao cultivo de quantidades relevantes, por exemplo, de hortaliças, e à criação de gado.

Era o cultivo do café, entretanto, a mais importante atividade dos colonos de Santa Izabel. De acordo com os dados colhidos por G. Rocha, em 1864 as exportações de café da colônia alcançaram cerca de 12.000 kg; em 1865, cerca de 30.000; em 1883 chegaram a 900.000 kg e finalmente, em 1885, a de 1.000.000 kg.²⁶⁹

Outras fontes indicam resultados ainda melhores. Segundo J. Roche, já em 1862 a produção de café estabilizara-se em torno de 200 kg *per capita* e, sendo a população de cerca de 800 pessoas, obter-se-ia a quantidade de 160.000 kg. De acordo com um outro autor, em 1857 chegou-se a produzir mais de 146.000 kg.²⁷⁰

Era já um sinal premonitório daquela que seria a função da colonização européia, que entraria maciçamente na província nas décadas sucessivas: constituir núcleos de pequenos proprietários dedicados ao cultivo da terra, com especial predileção pelo café, e pela exportação de sua produção, primeiramente no mercado interno e depois no internacional.

A Colônia de Santa Izabel foi emancipada a 19 de junho de 1866. A partir deste dia, o Estado aboliu qualquer tipo de ajuda aos colonos, tanto com relação à concessão de trabalhos quanto ao pagamento do pessoal empregado na colônia. Como já foi dito anteriormente, grupos de colonos dirigiram-se a Vitória para solicitar mais ajuda. De acordo com o Presidente da Província, a emancipação significou um “abandono” (como o seria para as outras colônias que se seguiram) e os colonos escreveram ao Imperador para pedir ajuda.²⁷¹ Um outro Presidente observou que o principal problema da ex-colônia eram as comunicações, mas previu-lhe um futuro brilhante.²⁷²

267 *idem.*

268 A. Magarinos Torres Filho: *op. cit.* pág. 349.

269 G. Rocha: *op. cit.* pág. 86.

270 J. Roche: *op. cit.* pág. 27 e A. E. Magarinos Torres Filho: *op. cit.* pág. 349.

271 *Relatório do Presidente J. M. do Valle Jr. de 01/09/1868.*

272 *Relatório do Presidente A. Rodrigues da Silva Chaves de 1866, cit.*

Nos anos seguintes, alguma coisa foi feita para resgatar a zona do isolamento, tanto que se tem notícia da construção de duas estradas: uma que a coligava ao porto de Benevente (hoje Anchieta)²⁷³ e a outra ao porto de Guarapari.²⁷⁴ A colônia encontrava-se praticamente isolada, pois naquele tempo as estradas assemelhavam-se mais a trilhas que, devido às chuvas e outros problemas, durante alguns períodos do ano eram intransitáveis. E o núcleo certamente prosperou muito menos do que poderia se dispusesse de vias de comunicação eficientes e, sobretudo, de mercados para a saída de sua produção. Mas o ex-núcleo colonial progrediu igualmente. Se em 1866 as exportações eram inferiores às importações²⁷⁵, em 1886 as exportações atingiram um valor de 221:400\$000, contra 196:1995\$000 referentes às importações. A produção era mais diferenciada.

Naquele ano foram produzidos 1.771.900 litros de milho, 100.254 kg de açúcar, 538.143 kg de café, 185.230 litros de feijão, 216.480 litros de farinha de mandioca, 46.200 kg de arroz, 1.500 kg. de batatas, 8.316 kg. de manteiga. Criavam-se 850 bovinos e 1.245 ovinos.²⁷⁶ Quarenta anos após a sua fundação, o núcleo apresentava-se como exportador de gêneros alimentícios e atendia às expectativas dos que haviam patrocinado sua fundação. Tudo isto, entretanto, com uma lentidão devida sobretudo às condições econômicas de toda a província e às incongruências das autoridades coloniais, que não haviam suprido o núcleo de vias de comunicação rápidas e eficientes. Aqueles que entretanto haviam esperado resultados milagrosos e imediatos da colonização européia não eram do mesmo parecer. O Presidente J. C. Ferreira Rebelo afirmou em 1884 que, depois da emancipação, a colônia podia definir-se “decadente”.²⁷⁷ Ainda mais duro fora o jornal “O Cachoeirano”, em 1881: “A colônia de Santa Isabel, emancipada há mais de dez anos, foi sempre um estabelecimento sem possibilidade de desenvolvimento; não conheceu uma fase que pudesse aproximá-la dos fins a que se destinara, e portanto não correspondeu às despesas. É hoje um pequeno vilarejo ao sul de Vitória, distante 35 km do mar e com péssimas comunicações, tanto

273 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63.

274 APEES: GDG, Série 751, livro 125.

275 *Relatório do Presidente A. Rodrigues da Silva Chaves de 1886*, cit.

276 *Relatório do Inspetor Geral F de Barros e Accioli de Vasconcellos*, cit.

277 *Relatório do Presidente J. Camillo Ferreira Rebelo de 17/09/1884*.

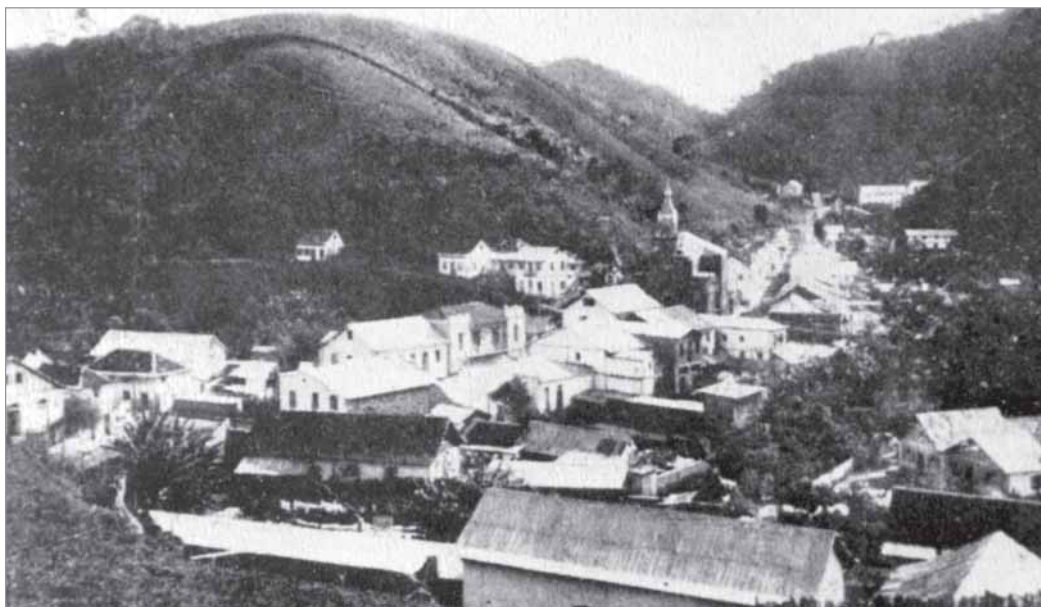
para o litoral como para o interior.”²⁷⁸ Evidentemente, os cidadãos de Santa Izabel não eram responsáveis pelas péssimas comunicações e, quanto ao desenvolvimento, cremos que os dados de 1886 demonstram que as opiniões do jornal eram no mínimo contestáveis. Santa Izabel não constituiu um milagre econômico, e milagres não ocorriam facilmente naquela situação. Contudo, A. E. Magarinos Torres Filho declararia que, por volta de 1913, Santa Izabel “era um dos municípios mais prósperos e ativos do Estado”.

278 *O Cachoeirano* de 07/08/1881.

NOVOS ESPAÇOS NA FLORESTA



Santa Teresa nos anos '80 do século XIX.



Santa Teresa no início do Século XX.

TERCEIRA PARTE

As colônias imperiais de Santa Leopoldina e Rio Novo

Algumas observações sobre as fontes e uma sugestão de leitura

Tentaremos recriar a atmosfera das colônias que receberam tren-tinos naquela época e trazer à luz, o mais fielmente possível, o que aconteceu. De quando em quando nos deteremos sobre um ou outro aspecto da vida colonial. A esta altura, porém, parece-nos oportuno indicar ao leitor uma incongruência que saltará aos olhos durante este nosso trajeto, e procuraremos explicar suas razões.

Encontraremos repetidamente muitas avaliações contraditórias sobre o mesmo objeto de exame, por parte das autoridades de todos os níveis, e de jornais. Pode parecer perturbadora a idéia, que ressaltaremos mais de uma vez, de que um território seja considerado super-fértil por um presidente e absolutamente improdutivo por outro; de que uma colônia seja julgada miserável por um inspetor e próspera por outro; de que grupos de colonos de uma certa nacionalidade sejam considerados incapazes por uma autoridade, e ótimos colonizadores por outra. Isto torna algumas fontes de difícil utilização: os jornais da época, sobretudo, mas também os discursos dos presidentes da província ou de ministros da agricultura. Há ainda as opiniões dos diretores das colônias. Os motivos para as discrepâncias de avaliação e as verdadeiras divergências são, em nossa opinião, de dois tipos. Em primeiro lugar, naturalmente devem-se considerar os níveis de conhecimento técnico da época e sobretudo o nível cultural das pessoas às quais nos refe-

rimos. Que instrumentos tinham os presidentes ou os jornalistas para definir *a priori* as qualidades de um trecho de terreno ou as possibilidades de adaptação de um certo grupo de colonos a um certo clima? Muitas vezes, na verdade quase sempre, baseavam-se no senso comum. O simples fato de ser aquela terra de floresta, por exemplo, era apresentado como garantia de fertilidade. Não se levava em consideração a inclinação dos terrenos que, uma vez abatida a floresta, facilitaria em pouquíssimo tempo o desabamento do extrato fértil. Quanto ao clima, definiam-se “ótimos” territórios que em geral localizavam-se nas colinas, sem considerar que grupos de colonos acabavam vivendo em terras situadas ao nível do mar. Finalmente, é necessário considerar a “filosofia da época”.

Ao contrário de Santa Catarina²⁷⁹, no Espírito Santo não se pode falar de um ambiente hostil à colonização italiana. Algumas autoridades, já nos primeiros anos, prodigalizavam elogios aos colonos etnicamente italianos. Não obstante, uma grande quantidade de políticos e intelectuais nesta província estava condicionada por certos estereótipos em voga na época. Os mesmos estereótipos que induziam as autoridades a “preferir” a colonização etnicamente alemã àquela etnicamente italiana. Não nos situamos entre os que tendem a classificar esta posição como “racismo”. Não desconhecemos a existência de atitudes e capacidades diversas, expressas por culturas diversas. E as atitudes e as capacidades dos colonos originários em sua maioria do Vêneto, do Trentino e da Lombardia foram exatamente aquelas que lhes permitiram superar uma situação difícilíssima, convencendo rapidamente as autoridades da positividade daquele tipo de colonização. Assim como as respostas dos colonos alemães aos desafios daquela situação, às vezes parcialmente diversas daquelas dos italianos, demonstraram-se por sua vez idôneas para resolver os muitos problemas que a realidade apresentava. No mais, não apenas em termos culturais, mas também em termos políticos e econômicos, a colonização de várias etnias demonstrava-se diversa: alguns eram mais protegidos pelas autoridades do país natural, outros menos; alguns dispunham de um mínimo de meios financeiros, outros não. Diversa era a história dos vários grupos de colonos. Alguns vinham de zonas de alta industrialização, outros de zonas completamente agrícolas (diferença que existia também dentro dos vários grupos nacionais). Mas a “filosofia da época” a que nos referimos, generalizava preconceitos típicos da época, conduzindo a equações ingênuas e

279 Veja-se em R. M. Grosselli: op. cit. pág. 329 em diante.

simplesmente falsas. Assim, por exemplo, pensava-se no agricultor alemão como um filho daquela Prússia que vivia na metade do século XIX um verdadeiro milagre econômico. Na verdade, muitas vezes tratavam-se de camponeses das regiões orientais da Alemanha, expulsos de suas terras antes ainda que conhecessem o desenvolvimento industrial. E pensava-se nos italianos como filhos de um país mediterrâneo ainda completamente mergulhado na Idade Média e exclusivamente agrícola.

Mas os imigrantes italianos que vieram para o Brasil naquela época vinham de regiões do extremo norte da Itália (ou sul da Áustria, se considerarmos o Trentino de então) que, mais do que outros italianos, respiravam a atmosfera capitalista. Por exemplo, já observamos como o Trentino da época, mesmo sendo uma região ainda com características do *Ancien Régime*, há muito dispunha de um setor manufatureiro de certa importância.

Nem todos os grupos nacionais reagiram da mesma maneira. Não por acaso os poloneses encontraram meios de transferir-se para o Paraná, os alemães para o Rio Grande do Sul, enquanto que os franceses e os russo-alemães, por exemplo, abandonaram o Brasil em massa. Mas estas diferenças e especificidades, que não são comparáveis a valores ou desvalores, e que teríamos que historicizar e demonstrar, serviram, nos primeiros caóticos anos da colonização, como um simples suporte para julgamentos da “má qualidade” de um certo grupo de colonos em relação a outro. E estes julgamentos pesaram sobre todos os grupos nacionais. De quando em quando eram considerados maus colonos, nas diversas províncias, os alemães, os franceses, os italianos, os poloneses (como também os chineses, os russos e outros).

Houve também um fator que induziu as autoridades brasileiras da época a exprimir julgamentos contraditórios sobre o processo de colonização em ato. O Brasil daquela época dividia-se entre conservadores e liberais, em um “jogo político” feito de euforias e disputas verbais, querelas às vezes puramente dialética e extremismos. Com base nos preconceitos a que nos referimos anteriormente, tentava-se dizer que a atmosfera política brasileira daquelas décadas era tipicamente “latina”. Liberais e conservadores sucediam-se no governo da nação e das várias províncias, e a imigração era um dos temas centrais do debate político a partir dos anos ‘50. Nada melhor para quem estava na oposição do que criticar ou dificultar as experiências realizadas pelo adversário. O leitor interessado pode encontrar leituras que comparem o que acontecia em Santa Catarina e no Espírito Santo naqueles anos, e identificará facilmente um denominador

comum.²⁸⁰ Tudo negativo para quem não detinha o poder; tudo positivo para quem comandava. Sobre as fortunas e infortúnios da colonização, construíam-se e urdiam-se carreiras políticas. Comprovaram-no os diretores que se sucederam na Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro em Santa Catarina e que reencontraremos nestas páginas, promovidos ou degradados a Inspectores Especiais. Comprovaram-no os diretores da Colônia Leopoldina. De fato, o cargo de diretor de uma colônia era também político. Isto será constatado por J. A. Pinto Pacca, diretor da Colônia Rio Novo, que teve que enfrentar alguns Ministros da Agricultura.

Em uma sucessão de declarações contraditórias, algumas vezes não era fácil entender quando uma avaliação era “política” ou quando era fruto de verdadeira ponderação. Apenas no final, depois de um longo e tortuoso trajeto, seria possível extrair conclusões.

É importante também remontar àquela época, àqueles anos, os acontecimentos de que tratamos, e fazer algumas considerações. A experiência da colonização no Brasil foi levada adiante em condições difíceis. Todos estavam despreparados: o Governo do Rio de Janeiro, os governos das províncias, muitos dos funcionários coloniais e os próprios colonos. Isto exacerbou e tornou extremas as posturas. Pessoas pacatas em outras situações perdiam ali a calma.

Para algumas pessoas, bem como para os colonos, tratava-se de vida ou morte, e as avaliações sumárias e impiedosas eram inúmeras. O Brasil era um país muito jovem, estava crescendo e fortalecendo-se também com estas experiências, com estes erros e sucessos. Fortalecia-se naqueles anos uma estrutura burocrática, tanto no centro quanto na periferia. Por um lado, não nos parece simplista afirmar que só podia ser assim. Poderiam ter sido evitados muitos desperdícios, algumas confusões, muitos sofrimentos. Poderiam ter-se obtido resultados melhores e em menor tempo. Mas o desafio brasileiro era superior à capacidade da estrutura econômica e política do Brasil de então. Era superior também às forças das massas camponesas que para cá vieram. Era necessário deixar a Europa, em muitos casos desejava-se partir, mas isto previa uma enorme mudança, tão incrível quanto radical: de ambiente natural, cultural e social. E a primeira geração daqueles imigrantes foi certamente triturada por esta experiência. Quem não se rendeu imediatamente, e morreu ou enlouque-

280 Referimo-nos à história da colonização catarinense, obra do mesmo autor e citada outras vezes, mas evidentemente outras menções a este aspecto do problema estão inseridos em outras obras referentes a esta ou a outras províncias.

ceu ou voltou atrás, viu-se forçado a reformular aos poucos o seu horizonte. Durante anos, décadas, trataram-se apenas de defesas parciais. E, se é verdade que o Brasil, por muitas circunstâncias (clima diverso, ambiente natural diferente e hostil, desenvolvimento econômico atrasado em relação aos países europeus) ofereceu aos camponeses condições de colonização mais difíceis do que outros países americanos ou da Oceania, também é verdade que quem partiu na mesma época para os Estados Unidos, em sua grande maioria terminou contraindo a silicose nas minas, e que a imigração na Argentina apresentou por sua vez páginas negras.

Nestes termos parece-nos que devem ser consideradas as tentativas das autoridades de mudar uma situação que sabiam que não era nada satisfatória. E os países europeus, por sua vez, criavam problemas ao governo brasileiro, às vezes descarregando sobre este culpas que não lhe cabiam.

Os camponeses emigrados eram transformados em párias. O que dizer, por exemplo, das condições bárbaras em que os emigrantes eram forçados a viajar? Não cabia sobretudo àqueles governos modificar esta situação? E o desesperador abandono em que deixaram os colonos nos primeiros anos difíceis (mais marcados para a Áustria e a Itália, um pouco menos para a Alemanha e a França), como se justificava? Durante anos, mesmo em território brasileiro, aquelas pessoas continuaram a ser cidadãs austríacas, italianas ou alemãs.

Sob esta ótica parece-nos que devem ser enquadradas também as tentativas de criar reações àquele extremo mal-estar por parte dos camponeses. Ir embora, recusar-se a colaborar, procurar espaços de sobrevivência passiva, talvez às expensas das finanças brasileiras, eram respostas improvisadas, criadas para afastar, ao menos por um momento, o sofrimento.

Estas experiências modificariam, lentamente, tudo e todos. A legislação européia sobre a emigração, a legislação brasileira sobre a imigração mudariam a face de muitas regiões do Brasil. Mudariam aqueles que sobreviveram aos primeiros anos, que permaneceram e aprenderam a reagir definitivamente à sua condição de “transplantados no exterior”. Finalmente, não desejamos afirmar que tudo era perfeitamente lógico, que, dados os pressupostos, tudo devia ter acontecido como de fato aconteceu. Houve certamente culpas precisas, subjetivas, imputáveis a indivíduos e a grupos de indivíduos. Houve casos de corrupção, por exemplo, que subtraíram às colônias o dinheiro já escasso. E o governo brasileiro, sob pressão dos latifundiários paulistas, no final dos anos '70 liquidou a experiência de colonização como havia sido feita até então, e abandonou dezenas de colônias, milhares de homens.

Mas a avaliação completa daquela aventura não pode limitar-se apenas a estes fatos.

A “Expedição Tabacchi” e a Colônia Nova Trento

Pietro Tabacchi era originário de Trento. Fugiu da região, provavelmente, em 1851. Sua fuga, ou talvez a sua partida do Trentino, deveu-se a questões econômicas, muito provavelmente à sua falência. Junto ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo descobrimos, de fato, um documento de 1875, no qual o Consulado Austríaco do Rio de Janeiro informa ao Presidente da Província do Espírito Santo que, no processo de liquidação dos bens de Pietro Tabacchi, inseria-se também uma série de credores trentinos que lhe atribuíam dívidas bastante altas e que exigiam juros a partir de 27 de dezembro de 1851.²⁸¹ A mais óbvia interpretação do sentido do documento parece-nos ser a dedução da falência do(s) negócio(s) de Tabacchi no Trentino e a sua partida da região, a partir de 1851, ano em que começaram a ser calculados os juros sobre o seu débito. Que no momento de sua morte, em 1874, Tabacchi estivesse já há muitos anos no Brasil, confirma-se também a partir de algumas considerações de Basílio Carvalho Daemon, que escreveu que ele tinha mais de 50 anos e que residia há muitos anos no Espírito Santo, aonde chegara “ainda rapaz”.²⁸² Muitas são as provas de que nos anos '50 Tabacchi se encontrava no Espírito Santo. A este respeito escreveu o pintor francês Auguste François Biard, que esteve no Brasil durante cerca de dez anos para pintar, e em 1858 visitou o Espírito Santo. Um italiano o acompanhou em sua visita à província, cujo nome ele nunca citou devido à pouca simpatia que este lhe inspirava, mas que definiu como “abatador de jacarandá”²⁸³ O italiano em questão residia em Santa Cruz e possuía ali um comércio, ou melhor, “uma pequena mercearia. Era magro, alto, com bigodes frisados, charuto na boca e um longo bastão na mão.”²⁸⁴

Empreendedor por natureza, Pietro Tabacchi adquiriu uma fazenda no então território do Município de Santa Cruz, a fazenda “Monte

281 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 254.

282 B. C. Daemon: op. cit. pág. 418.

283 A. F. Biard: *Deux années au Brésil*, Paris, 1862 em L. Rocha: *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*, Brasília 1971, pág. 94.

284 idem, pág. 97.

delle Palme”. Certamente com um ótimo faro para os negócios, rapidamente detectou o grande interesse do governo brasileiro pela imigração europeia. Julgou, astutamente, poder especular com isto, aproveitando-se dos contatos que tinha ainda na Europa. Escreveu ao Imperador:

“Pietro Tabacchi, estabelecido no sertão de Santa Cruz, respeitosamente oferece-se ao Governo de Vossa Majestade Imperial para preparar, nas florestas desta província, nas localidades descritas nas informações anexas, uma área adequada para dar início a uma colônia agrícola, com os seguintes deveres e direitos: 1º O suplicante obriga-se a desmatar cem braças quadradas de floresta provincial, na localidade supracitada, e em toda esta extensão plantar milho, feijão, mandioca, batatas e outros cereais que possam ser usufruídos pelos colonos à sua chegada; 2º O suplicante obriga-se a construir neste local casas de taipa²⁸⁶ cobertas de palha, com espaço para 50 famílias; 3º O suplicante obriga-se a abrir 4 ou 5 léguas de estradas, necessárias para coligar o local do núcleo colonial ao rio Piraquê-Assu, que forma a barra da aldeia de Santa Cruz; 4º O suplicante obriga-se a realizar desmatamentos, plantações, construção de casas, no período máximo de dois anos. O Governo de Vossa Majestade concederia ao suplicante, como compensação por estes serviços, o direito de abater, nas terras provinciais, 3.500 árvores de jacarandá, (...). O controle dos abates e do cumprimento das referidas obrigações será realizado da maneira que o Governo de Vossa Majestade julgar mais justo. Como, porém, o suplicante pretende empregar braços livres, que praticamente introduzirá nesta província, este solicita um apoio moral e de simpatia para ativar e praticar o mais fielmente possível o conteúdo da presente proposta.”²⁸⁷

Tabacchi certamente não estava à procura de simpatia e de apoio moral, mas de negócios. Deve-se dizer, entretanto, que o que oferecia ao Governo Imperial não era pouca coisa. Se o contrato tivesse se concretizado e todos o tivessem respeitado, o empresário teria preparado, com inteligência,

286 Típicas casas espírito-santenses, com paredes de madeira e barro, adotadas também pelos italianos, que adaptaram-nas a seu gosto.

287 *O Espírito-Santense* de 24/09/1872.

O COMÉRCIO



Uma venda em Santa Teresa (por volta de 1900)

uma colônia para 200/300 pessoas. Ao contrário da colonização oficial, Tabacchi já previra plantações em ato, para uma rápida e menos dolorosa inserção dos imigrantes. Mas ele não desejava inseri-los às suas expensas. Por outro lado, o que pedia em troca também não era pouca coisa. 3.500 jacarandás eram uma enormidade. Considere-se que nos dois exercícios entre 1881 e 1883, o Espírito Santo exportara respectivamente 662 e 803 troncos de jacarandá, e por valores bastante altos. Mas não é fácil recuperar agora os termos exatos daquele contrato. Prova disto é que o governo não descartou a priori a proposta, mas informou-se junto à Câmara Municipal de Santa Cruz. Em todo caso, foi um erro. Pelo teor da resposta, deduz-se que as autoridades locais não viam Tabacchi com bons olhos. É muito provável que o seu ativismo, a sua notável riqueza e o fato de ser estrangeiro, inspirassem inveja:

“A Câmara Municipal desta Aldeia de Santa Cruz, tendo recebido a comunicação de V. Excelência sob o número 30, datada do dia 10 corrente, em que se solicita que se informe a respeito da solicitação de Pietro Tabacchi, em cópia anexa à comunicação, com o fim de informar o que se sabe a respeito; temos a honra de informar o que segue: 1º Que Pietro Tabacchi reside atualmente nesta aldeia; 2º Que esta Câmara desconhece o lugar e portanto não pode exprimir uma avaliação, pois o terreno pertence a Nova Almeida; 3º Que não é difícil abater florestas em braças quadradas de terra e cultivar ali as mencionadas plantações, em vista da ótima recompensa; 4º Que, a respeito de casas e estradas em direção ao Piraquê-Assu, com a esperança da recompensa que exige pelos serviços que se oferece a fazer, e embora a Câmara reconheça que o Governo não necessite de sugestões, (...) é sincera ao dizer o seguinte: 1º Que como recompensa o suplicante exige 3.500 árvores de jacarandá, é uma mina que talvez não exista nem mesmo nos terrenos que o Governo possui na Província; 2º Que a nação não pode lucrar, e nem os habitantes da Província, com tal recompensa, porque um indivíduo privado que pretenda comprar terrenos do Governo, não os comprará certamente em que penetrou o machado de um aventureiro, onde não existe toda a madeira de que a natureza a dotava para que dela se fizesse um uso por nós desconhecido, e se por acaso a referida recompensa compreendesse todos os terrenos desta Província, certamente seus habitantes seriam privados de um bem, no presente e no futuro.”²⁸⁸

288 idem.

Não obstante as pretensões de Tabacchi não serem de pouca monta, deve-se contudo relevar a má vontade da Câmara Municipal para com o “aventureiro”: é absolutamente exagerado pensar que o abate de 3.500 jacarandás pudesse exaurir as possibilidades da província. Finalmente, fazemos uma consideração: a maior parte dos jacarandás da Província foram queimados, por ninguém utilizados, durante o processo de ocupação do território por parte de colonos e nativos. Mas isto não significa que a proposta de Tabacchi nos pareça vantajosa para o Governo. Este, contudo, decidiu ignorá-la e nada se fez. A idéia, entretanto, de entrar no campo da imigração, não seria abandonada pelo empresário. Ele foi talvez o único dentre os proprietários de terras do Espírito Santo a recorrer obstinadamente à idéia de aplicar à agricultura o trabalho de braços livres e não escravos. Já em 1870 ele tentou novamente levar famílias de agricultores às suas terras. Nesse ano, via-se no jornal de Vitória o seguinte anúncio:

*“Atenção. Pietro Tabacchi vende, a longo prazo, a cerca de vinte famílias que sejam honestas e trabalhadoras, lotes de terra, entregando às mesmas, pelo tempo a ser estipulado, suas plantações de café para serem cultivadas em regime de meias. Para vê-los e tratar e conhecer as condições que facilitarão muito o pagamento, dirijam-se a Santa Cruz, à fazenda do próprio. Pietro Tabacchi.”*²⁸⁹

Um homem de muitas idéias, este Tabacchi, muito empreendedor. Trabalhava também com os índios, como recordou Biard, e procurava inserir-se plenamente na comunidade capixaba. Assim, em 1871, presenteou a Presidência da Província com 100 postes que seriam utilizados na construção de uma via telegráfica.²⁹⁰ E finalmente, em 1871 procurou concretizar a sua antiga idéia de importação de mão-de-obra da Europa. Propôs ao Governo Imperial uma hipótese de contrato. No dia 1º de maio de 1871, o Presidente da Província Francisco Ferreira Corrêa lançou um apelo aos proprietários de terras para que usufruissem das facilidades oferecidas pelo Governo do Rio de Janeiro, para importar mão-de-obra europeia para as suas fazendas.²⁹¹ Nos meses de julho e agosto, definiram-se os

289 *Correio da Victoria* de 07/12/1870.

290 *Correio da Victoria* de 26/07/1871

291 M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. pág. 257.

conteúdos do contrato entre Tabacchi e o Governo.²⁹² Segundo o contrato, o empresário comprometia-se a “importar e estabelecer nas terras do Espírito Santo, 30 famílias de imigrantes alemães ou do norte da Europa, ou 150 pessoas treinadas nos trabalhos de agricultura, em estado de perfeita saúde e nunca maiores de 45 anos”.²⁹³ A negociação estendeu-se por um longo período, tanto que apenas a 17 de outubro de 1872 o Ministério da Agricultura autorizaria o Presidente da Província a firmar o contrato.²⁹⁴ Tabacchi provavelmente encontrou dificuldades imprevistas na realização de seus propósitos, e foi forçado a solicitar uma renovação do contrato, o que lhe foi concedido com o Decreto Governativo 5.295, de 31/05/1873. Agora, porém, o número de imigrantes aumentara e falava-se de 70 famílias. O contratante receberia 200\$000 por imigrante, em duas prestações iguais: a primeira depois que o imigrante tomasse posse de suas terras e a segunda dali a um ano.²⁹⁵ Nada sabemos sobre eventuais viagens de Pietro Tabacchi à Itália ou ao Trentino para tentar atrair emigrantes. Parece-nos improvável que ele conseguisse pisar no Trentino, sobretudo devido às dívidas que deixara para trás. Alguns autores falam inclusive de sua fuga do país natal em seguida a problemas políticos, o que atrairia ainda mais a atenção da polícia austríaca sobre ele. Tal hipótese, contudo, parece-nos mais provável que tenha sido criada pelo próprio Tabacchi para justificar a sua fuga do Trentino, devida a outras razões. Mencionamo-la apenas por dever de cronista.²⁹⁶ É certo que ele não foi à Itália e ao Trentino para acompanhar até o Espírito Santo os camponeses que contratara, como afirmam numerosas fontes brasileiras.²⁹⁷ Observamos que o contrato firmado por Tabacchi com o governo era muito vantajoso para o empreendedor. Estabelecia uma recompensa realmente alta para cada imigrante importado. Considere-se que o contrato firmado em seguida pelo Governo com Joaquim Caetano Pinto Jr. para trazer para o território

292 Veja-se na mesma obra supracitada a pág. 256 e também no *Correio da Victoria* de 26/08/1871.

293 *Correio da Victoria* de 23/08/1871.

294 *Correio da Victoria* de 29/10/1872. Veja-se também o mesmo jornal, datado de 18/01/1872.

295 *Relatório do Ministro da Agricultura J. Fernandes da Costa Pereira Jr.*, de 14/05/1874.

296 Em B. C. Daemon: op. cit. pág. 418, afirma-se que Tabacchi fugiu depois de um evento revolucionário e acrescenta-se que ele era estudante de medicina, curso que não concluiu depois de sua fuga.

297 Entre outras: *O Espírito-Santense* de 24/02/1874, B. C. Daemon: op. cit., M.S. de Novaes: *História...op. cit.* pág. 264, M. S. de Novaes: *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*, Vitória 1980 pág. 37, G.B. Cavati: *História da imigração italiana no Espírito Santo*, Vitória 1973, pág. 16.

brasileiro 100.000 emigrantes, previa uma recompensa máxima para o contratado de 120\$000 por cada um dos primeiros 50.000 imigrantes. E, como demonstramos em nosso estudo precedente²⁹⁸, esta soma já se podia considerar altamente compensatória.

Uma viagem de navio da Europa ao Brasil custava, em média, a metade desta cifra, e portanto menos de um terço do que foi oferecido a Tabacchi. Evidentemente, ele deveria arcar com as despesas necessárias para trazer os camponeses, ou seja, o pagamento àqueles que realizariam esta função na Europa. Os honorários do médico e do sacerdote que acompanharam esta expedição deveriam provavelmente ser deduzidos desta cifra (dizemos provavelmente, porque é possível que suas prestações fossem pagas pelos próprios camponeses). De qualquer forma, a soma prometida a Tabacchi era considerada altíssima, sobretudo porque, como veremos em seguida, ao menos um camponês afirmou ter custeado a sua própria viagem. No Trentino, Pietro Casagrande, nativo da região, trabalhou para Tabacchi.²⁹⁹ É provável que ele também estivesse há algum tempo no Brasil, pois nos anos que se seguiram a 1874 já possuía uma fazenda, mas não encontramos evidências que o corroborassem. Foi Casagrande quem organizou a adesão dos camponeses àquela expedição. Prova disto são os contratos assinados por alguns camponeses, em que constava a sua assinatura, e não a de Tabacchi. A organização não precisou esforçar-se muito para atrair clientes em potencial, devido à situação econômica daquelas zonas, embora deva-se acrescentar que aquela foi a primeira emigração em massa e organizada de famílias camponesas do Trentino para a América. Mas os emissários do empresário não “pescaram” emigrantes apenas no Trentino. Dentre as famílias que se estabeleceram no Espírito Santo, havia uma minoria (não é possível determinar com precisão o percentual, mesmo tratando-se de um número muito reduzido) originária do Vêneto. Duas famílias Zamprogno, por exemplo, eram de Montebelluna, na Província de Treviso. Primeiramente organizou-se a partida para a metade do ano de 1873³⁰⁰, mas tudo foi adiado, talvez à espera de que o governo brasileiro aprovasse a nova forma de contrato, o que aconteceu em maio. Finalmente, fixou-se a partida para o dia 3 de janeiro de 1874, às três horas da tarde, do porto de Gênova, com o navio

298 R. M. Grosselli: op. cit. pág. 194.

299 AET: Cap. Dist. TN 1875, Circular 8419 de 10/06/1875 e “*Il Trentino*” de 28/04/1874.

300 *Gazzetta del Trento* de 12/09/1874.

a vela *La Sofia*. A bordo havia 388 camponeses, o capelão Dom Domenico Martinelli, de Centa, o médico Pio Limana, de Borgo Valsugana, Pietro Casagrande e sua esposa. Os primeiros dois dias de viagem transcorreram sem problemas. Em seguida sobrevieram dois dias de tempestade, que assustaram os camponeses. Já nas águas do Atlântico, a 16 de janeiro o navio foi sacudido por uma terrível tempestade, “que por pouco não nos fez afundar, e que durou dois dias inteiros”.³⁰¹ No Ecuador, a nave não se moveu por cinco dias, devido à falta de vento. Na manhã de 17 de fevereiro, após 45 dias de viagem, chegaram ao porto de Vitória. Durante a travessia morreram duas crianças, ou, como se dizia então, “apenas duas crianças”.³⁰² A nave permaneceu ao largo por vários dias, pois a documentação brasileira afirma que o desembarque ocorreu a 27 de fevereiro. No dia 26, houve problemas para atracar o *Sofia*³⁰³. A água não era suficientemente profunda para uma nave daquela tonelagem. Foi o primeiro problema que aquela expedição encontrou em território brasileiro. Seguiram-se outros, piores. De imediato, o encontro com o novo mundo: “Os habitantes são, na maior parte, negros, há poucos índios, os verdadeiros americanos dos tempos de Colombo, e estes são cor de cobre com cabelos muito negros e longos, são poucos os mulatos e raríssimos os brancos; são gente muito boa, faziam amizade facilmente com os nossos e pagavam-lhes bebidas para ouvi-los cantar as canções patrióticas e os hinos nacionais italianos”.³⁰⁴ Durante a viagem ocorreram algumas desavenças entre Casagrande e os camponeses.³⁰⁵ O grupo esteve oito dias em Vitória. Esta informação consta do relatório de Limana, e indica que o desembarque ocorreu antes do dia 27 de fevereiro, ao menos para alguns componentes do grupo. De fato, ainda segundo a mesma fonte, no dia 1º de março o grupo foi conduzido de barco a Santa Cruz. Já no dia 3 de março, cresceu entre os camponeses o descontentamento, segundo um deles devido à distância de mar até a fazenda de Tabacchi.³⁰⁶

Deixemos por um momento a seqüência dos eventos para referir os contratos que os colonos haviam firmado na Itália, mais precisamente

301 Estas e outras notícias relativas à viagem foram extraídas de uma carta de Pio Limana, publicada em *Il Trentino* de 28/04/1874.

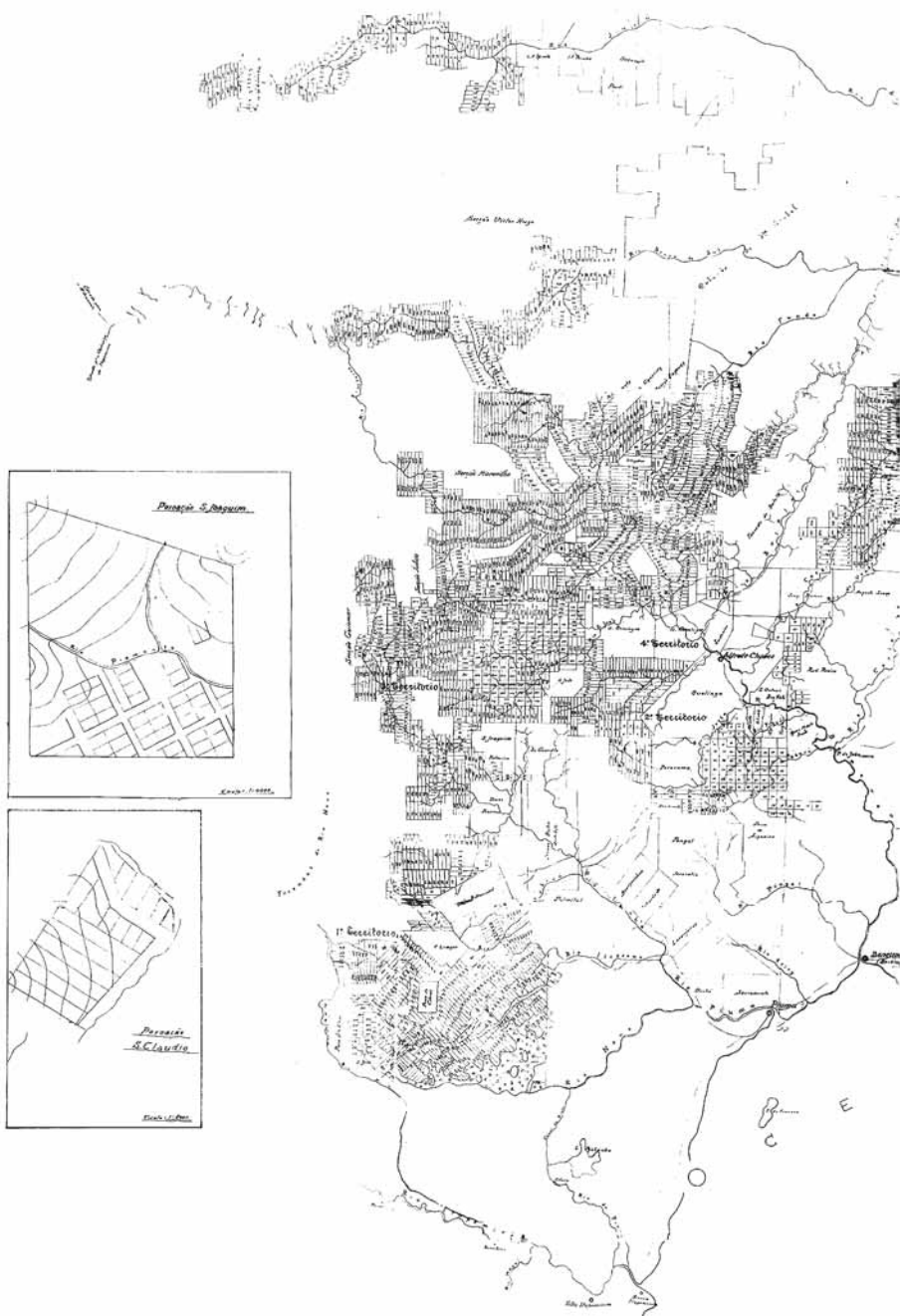
302 *La Voce Cattolica* de 09/06/1874.

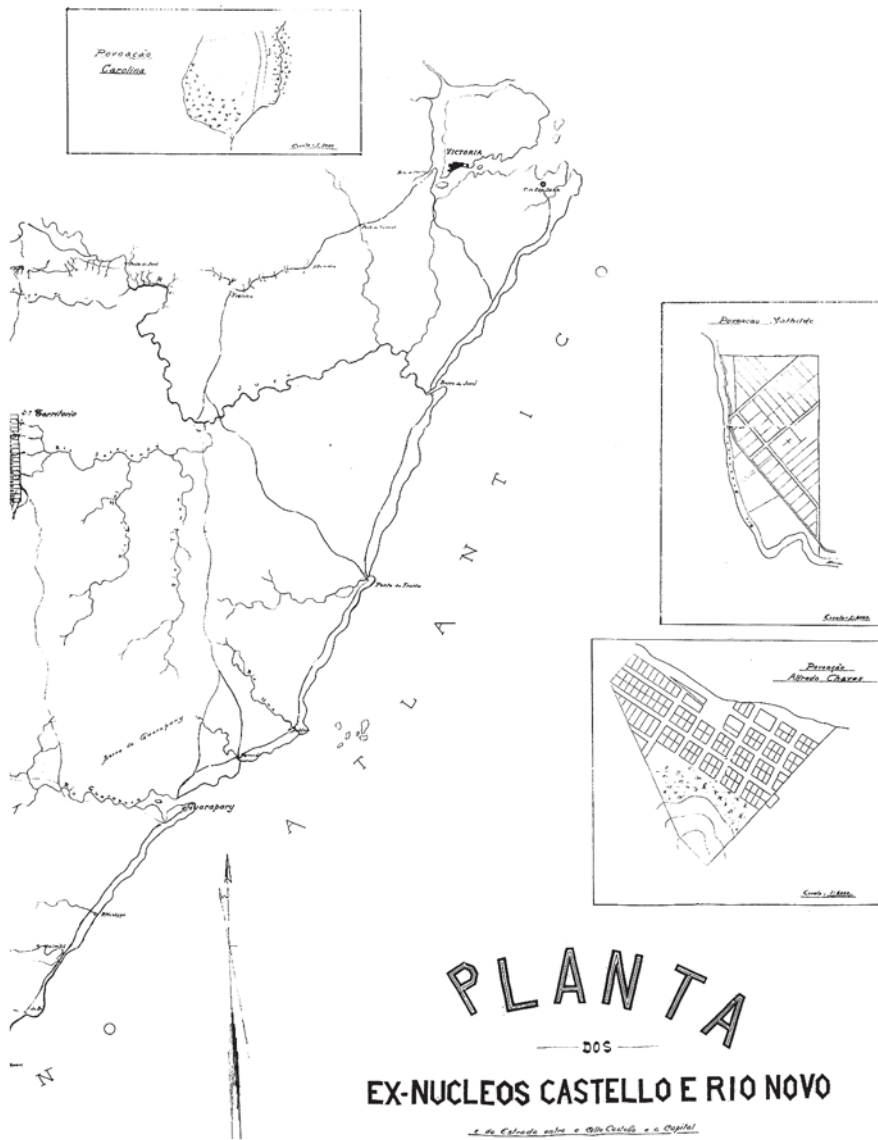
303 APEES-Busatto: Comunicação de 26/02/1874 da Capitania do Porto de Vitória.

304 *Il Trentino* de 28/04/1874.

305 *Il Trentino* de 08/08/1874.

306 Carta de Lazzaro Tonini em *La Voce Cattolica* de 16/07/1874.





PLANTA

DOS

EX-NUCLEOS CASTELLO E RIO NOVO

— de Castello sobre o Rio Castelo e a Capital
 levantado pela Comissão de Urbanização do Rio Castelo e
 do Rio Novo e Rio Grande

— Escala = 1:10000 —

Projeto de Urbanização e Arquitetura
 do Rio Castelo

em Gênova, na presença do Cônsul brasileiro, subscritos por Casagrande, em nome de Tabacchi. Eis o contrato:

Entre o Senhor Pietro Tabacchi, da Província do Espírito Santo, Brasil, América e (nome do subscritor) foram feitos pactos, sob as condições expostas a seguir:

Contrato de Estabelecimento Colonial

- 1º (nome do subscritor) compromete-se a emigrar com sua família, composta dos seguintes indivíduos:..... para a província do Espírito Santo, e de colocar-se ao serviço do Senhor Pietro Tabacchi.*
- 2º O Senhor Tabacchi portanto compromete-se a entregar em propriedade ao chefe que representa tal família, para ele e para os indivíduos da mesma, uma área de terra inculca de 25.000 braças quadradas de 10 palmos cada uma, correspondentes a cerca de 25.000 varas quadradas a serem cultivadas.*
- 3º Dentro de cinco anos a partir do dia da entrega, aqueles que estiverem em posse do referido lote, deverão pagar ao Senhor Tabacchi, a título de prestação, 200\$000/duzentos mil Réis/equivalentes a 200 florins austríacos.*
- 4º O Senhor Tabacchi compromete-se também a custear, em favor do emigrante e de todos os membros da família com idade superior a 10 anos, e sem direito a reembolso, as despesas referentes a seu transporte marítimo até seu destino, e a fornecer gratuitamente, de acordo com os costumes do país, a alimentação e o alojamento necessários a partir do dia da chegada, e por um período de 180 dias, a fim de que possam estabelecer-se.*
- 5º O emigrante e os indivíduos de sua família, por sua vez, deverão prestar serviço ao Senhor Tabacchi por 360 dias, ou seja, por um ano, em troca de sua manutenção diária, e portanto sem direito algum a remuneração, a que se compromete o chefe da família (segue-se mais uma vez o nome do subscritor) por si e pelos seus.*
- 6º O emigrante e os membros de sua família estão portanto obrigados a prestar serviço ao Senhor Tabacchi e àqueles que este indicar por mais três anos, adaptando-se a todos os trabalhos que lhes serão ordenados.*

- 7º *Como recompensa, receberão, por cada dia de trabalho, a alimentação de acordo com os costumes do país, mais um franco para cada homem de idade não inferior a 17 anos, e três quartos de franco para os rapazes de 10 a 17 anos, e para as mulheres.*
- 8º *O tempo de serviço dos artigos 5 e 6 não será contínuo, mas alternado a intervalos, no trabalho nas terras entregues aos emigrantes e naquelas do Senhor Tabacchi, de acordo com os interesses e vantagens recíprocos, e de forma a não prejudicar nenhuma das partes.*
- 9º *Os emigrantes serão passíveis de uma multa, correspondente ao valor do salário diário no país, a ser paga ao Senhor Tabacchi, por cada dia em que faltarem, caso sejam chamados a prestar o devido trabalho nas terras do mesmo.*
- 10º *Enquanto não expirar o presente contrato, os emigrantes não poderão prestar serviço por conta própria a terceiros, sem a permissão do Senhor Tabacchi, do contrário estarão sujeitos às conseqüências e penalidades previstas pela lei do país, que regulam as locações de serviço.*
- 11º *Caso estas ações reprováveis e puníveis pelas leis do país sejam cometidas, e no caso de persistente má conduta, devolver-se-ão ao Senhor Tabacchi as terras que lhes foram entregues, e estas serão colocadas à sua disposição com as eventuais melhorias, sem direito a receber qualquer compensação ou indenização.*
- 12º *Caso surjam controvérsias entre contratante e contratados com relação ao presente contrato ou à interpretação do mesmo, estas serão a partir deste momento relegadas ao juízo de dois Árbítrios, a serem nomeados um por cada parte, e em caso de discrepância entre estes, ao juízo de um terceiro Árbítrio, que será escolhido de comum acordo pelos dois primeiros Árbítrios, ou, em caso de necessidade de ambas as partes, pelo Juiz de Paz do Município de Santa Cruz, a cuja decisão as partes se submeterão caso não seja possível o juízo arbitrário, renunciando assim a qualquer reclamação ou apelo contra a sentença emitida.*
- 13º *Em geral, as partes desejam que seus respectivos direitos e deveres, derivados da relação entre estas estabelecida mediante este contrato, sejam determinados, quanto ao que não estiver estipulado neste contrato, pelas leis vigentes na Província do Espírito Santo que regulam*

os contratos de locação de serviço às quais expressamente se submetem, assim como se submetem às autoridades ali constituídas.

14º Sem o consentimento do Senhor Tabacchi o emigrante não poderá ceder a outros os seus direitos e deveres definidos por este contrato.

15º Como garantia de todos os deveres da família emigrante com relação ao Senhor Tabacchi derivados deste contrato, e também como garantia dos eventuais créditos que o Senhor Tabacchi possa atribuir aos emigrantes, estão vinculadas a hipoteca as terras supracitadas, as melhores dentre estas, estando o Senhor Tabacchi autorizado a proceder de maneira eficaz com o fim de pôr em ato o relativo direito.

16º Os emigrantes deverão respeitar os horários e os regulamentos do estabelecimento agrícola do senhor Tabacchi.

Tendo lido todo o contrato, as partes consideram-no em plena conformidade à sua vontade e, para confirmá-lo, subscrevem-se.³⁰⁷

Um contrato deste tipo não poderia ser bem sucedido em uma fazenda que praticamente confinava com uma colônia oficial. Vejamos por que: Tabacchi oferecia ao camponês 25.000 braças quadradas de terra, ou seja, 12 hectares. A Lei 3.784 concedia um mínimo de 15 e um máximo de 60 hectares. A média, na realidade, oscilava entre 20 e 30 hectares. Mas, para a lei que regulava a colonização, também cada filho homem de ao menos 18 anos de idade poderia obter um lote de terra. O preço que Tabacchi requeria por sua terra era de 8 réis por braça quadrada. A lei de 1867 previa um preço, por lotes rurais, que variava de 2 a 8 réis, mas as nossas pesquisas revelaram que, em média, oscilavam em torno de 3 réis.

A única vantagem oferecida pelo contrato de Tabacchi eram os 180 dias de alimentação garantidos aos colonos no início de sua experiência. A estas vantagens, contudo, correspondiam as graves desvantagens que citamos, além de outras de menor monta. Um dia de trabalho, por exemplo, a serviço do empresário, rendia a um adulto 400 réis mais a alimentação, enquanto que nas colônias pagavam-se em média 1\$500 (sem a alimentação). Enfim, este contrato oferecia uma série de garantias ao empresário, que certamente pesariam sobre os colonos. Estes deveriam trabalhar praticamente durante 4 anos a seu serviço, e sua vida seria regulada pela vontade do empresário.

307 APEES-Busatto: contratos subscritos por vários colonos.

rio: deveriam respeitar horários e regulamentos ditados por ele e, em caso de má conduta, ver-se-iam expropriados do que já haviam pago. Mesmo não sendo particularmente tirano com relação aos emigrantes (deve-se considerar que a lei de 1867 oferecia notáveis vantagens, com o fim de atrair imigrantes em concorrência com outros países, e que Tabacchi era um privado que não podia competir com a generosidade do Estado, e precisava equilibrar as suas contas), o contrato oferecia muitas garantias ao empresário e sobretudo o reembolsava amplamente por suas despesas. Suas terras lhe eram remuneradas, lucrava grandes somas com o prêmio que lhe concedia o Estado por cada imigrante trazido ao Brasil e dispunha do trabalho de centenas de camponeses durante cerca de 4 anos. Um contrato deste tipo era certamente desequilibrado em favor do contratante mais forte, ou seja, o empresário; isto, para a época, não chegava a ser escandaloso. É verdade que, em uma terra de colonização, como era o caso do Espírito Santo, oferecia menores vantagens e maiores ônus em relação às colônias oficiais. Nestas, o camponês tomava posse de suas terras sem ser obrigado a trabalhar para ninguém (ainda que em termos práticos isto se revelasse uma vantagem e não uma desvantagem), recebia mais terra e por ela pagava menos, em um maior número de anos (aqueles que assim o desejavam, começavam a pagá-la no segundo ano de permanência na colônia e em cinco prestações, ou seja, ao final do sétimo ano, concluía seus pagamentos, enquanto que com este contrato o pagamento deveria ser feito ao final do quinto ano).

Tabacchi certamente acreditava que não haveria muitas queixas quando os camponeses conhecessem as ofertas do Estado, e sentia-se totalmente seguro com um contrato deste tipo. Ele contudo não levava em consideração dois fatos: primeiro, que os camponeses defenderiam bravamente os seus interesses; segundo, que as autoridades, no momento em que o contrato fosse questionado pelos camponeses, tomar-lhes-iam a defesa e não fariam tudo o que estava em seu poder para dissuadi-los.

Por volta de 3 de março, como já indicamos, surgira descontentamento entre os camponeses. Eram necessárias 8 horas a cavalo para que chegassem à fazenda de Tabacchi, e aparentemente isto não lhes agradara.³⁰⁸

No dia 10 de março, os colonos foram conduzidos em uma visita às terras de que um dia seriam proprietários. E a situação piorou. No dia 13 de março, Pietro Tabacchi e seu genro dirigiram-se ao Juiz Municipal de Santa Cruz com um pedido de proteção. Alegavam ter sido ameaçados pelos colonos, que estavam sendo instigados por 3 ou 4 cabeças-quentes. Os campo-

308 Da carta de Lazzaro Tonini à *La Voce Cattolica* de 16/07/1874.

neses queriam transporte gratuito até Vitória e rescisão do contrato. Os dois declararam que suas famílias corriam grave perigo e, extremamente assustados, solicitaram a intervenção de pelo menos 40 ou 50 militares.³⁰⁹

O Juiz enviou o Delegado de polícia para investigar melhor o ocorrido, mas este não se dirigiu propriamente à “Colônia Nova Trento”, como era chamado o estabelecimento de Tabacchi. Observou-o à distância, uma vez que reunira apenas poucos homens, em oposição às centenas de revoltosos.³¹⁰ Tabacchi, contudo, difundira um inútil alarmismo; os colonos expressaram-se de forma muito diferente às autoridades. No dia 16, nove deles, representando todo o grupo, foram enviados à capital, e as autoridades foram informadas de que estavam armados. O Secretário de polícia admirou-se, entretanto, de encontrá-los desarmados. Estes negaram ter ameaçado o empresário de incendiar sua casa e, entre outras coisas, afirmaram não ter queixas quanto à alimentação. O problema era a aplicação da quarta cláusula do contrato. Tabacchi solicitou às autoridades policiais que os obrigassem a tomar posse das terras, o que lhe foi recusado, uma vez que consistia um “ato arbitrário e ilegal”. “Seus colonos eram homens livres e não podia obrigá-los a cumprir o contrato de locação de serviço. Nenhum crime havia sido cometido”.³¹¹ A Presidência da Província expediu os camponeses de volta à fazenda, escoltados por 15 militares e um oficial.³¹²

No mesmo dia 16 de março, os militares e os colonos chegaram ao seu destino. Cinquenta e seis colonos chefes de família foram interrogados. Mais uma vez eles disseram que seu descontentamento devia-se ao não cumprimento do artigo 4º do contrato, que previa que as terras que deveriam trabalhar seriam próximas ao local onde eles e suas famílias viveriam. No entanto, afirmavam, eram necessárias seis horas de viagem para alcançá-las, em péssimas estradas, impraticáveis em tempo de chuva.³¹³ Eram seis léguas de distância, e já à sua chegada haviam sido forçados a esperar oito dias para irem conhecê-las, devido ao mau tempo. Duvidavam seriamente de que durante os seis meses em que o empresário deveria garantir-lhes o sustento, conseguiriam preparar as suas plantações.³¹⁴ Tabacchi afirmou que

309 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 61, doc. dd 13/03/1874.

310 APEES-Busatto, doc. da Secretaria de Polícia de 16/03/1874.

311 APEES-Busatto, doc. da Secretaria de Polícia de 15/03/1874.

312 APEES:GDG, série 751, livro 124, doc. dd. 20/03/1874.

313 APEES:GDG, Segunda Série (383L), livro 61, doc. dd. 24/03/1874.

314 APEES-Busatto, anexo ao doc. citado, dd. 15/04/1874.

a declaração dos camponeses não passava de uma desculpa. A causa de seu descontentamento nada era, em relação às despesas que fizera para custear seu transporte e sustento. Segundo o empresário, satisfeita esta exigência, eles encontrariam outras para modificar o contrato ou liberarem-se completamente das obrigações que este previa. Em sua irrupção no local de delito, os policiais, entretanto, não encontraram “resistência ou oposição alguma”. As armas foram requisitadas e prontamente entregues: tratavam-se de 56 fuzis, 13 pistolas, dois espadins e duas espadas. O pároco de Santa Cruz, Domenico Romanelli, fazia as vezes de intérprete.

O Juiz Municipal de Santa Cruz tentou, em vão, convencer os colonos a mudar de idéia. Ele, entretanto, observou: “Mostraram-se pacíficos, moderados e respeitosos às autoridades, não tendo cometido nenhum ato que merecesse reprovação”. Manifestando simpatia pelos camponeses, o Juiz observou também que, na sua opinião, a verdadeira causa daquela desordem devia-se ao descontentamento dos colonos com relação aos barracões em que Tabacchi os instalara, que não dispunham de divisórias e constringia todos os colonos a viverem em promiscuidade, situação que consideravam imoral.

O Delegado de polícia decidiu retirar os homens sob seu comando de Nova Almeida, uma vez que não havia perigo real, e pretendia reconduzi-los à capital. O Juiz também se retirou. Para o Juiz do Distrito de Santa Cruz, (superior ao Juiz Municipal), os militares deviam permanecer no local, o que foi feito.³¹⁵ O Presidente da Província confirmou ao Ministro da Agricultura que no final do mês as forças da ordem ainda se encontravam nas vizinhanças de Santa Cruz.³¹⁶

Aparentemente, Tabacchi tinha alguma razão em duvidar da legitimidade dos motivos alegados pelos camponeses, e que seriam a base de seu descontentamento. A expedição previra desconfortos e escolhas bem mais dolorosas, para os camponeses, do que o fato de viverem em um barracão. Considere-se apenas a decisão de emigrar definitivamente para o Brasil, ou a própria viagem, que não foi para os colonos uma simples transferência. Seria muito fácil convencer Tabacchi a construir um novo barracão mais próximo ao local de trabalho, e talvez construí-lo com as devidas paredes divisórias. O empresário, de fato, despendera somas altíssimas com a viagem destes imigrantes e continuava a gastar todos os dias

315 APEES:GDG, Segunda Série, doc. 24/03/1874 e anexo.

316 APEES:GDG, série 751, livro 124, doc. dd 31/03/1874.

muito dinheiro com a sua manutenção. As suspeitas de que estes desejavam apenas liberar-se do contrato tinham, provavelmente, fundamento. Em parte, porém, era verdade que os camponeses não apreciaram o tratamento recebido, quando foram amontoados no barracão, assim como quando verificaram que a terra que deveriam trabalhar localizava-se a muitas horas de viagem do local em que viviam. A moral camponesa repelia definitivamente uma convivência daquele tipo, e era muito importante para os camponeses permanecer próximos às suas famílias. Sem esquecer que, para muitos deles, um dos motivos pelos quais decidiram emigrar estava provavelmente ligado à impossibilidade da família camponesa viver unida em uma Europa que obrigava muitos chefes de família a buscar trabalho longe de casa, e muitos filhos e filhas a distanciar-se devido ao trabalho ou para prestar serviço militar. É, entretanto, lícito crer que estes eram motivos de menor importância. Para muitos deles, um outro motivo era a desilusão que experimentaram. Estavam certos de que encontrariam campos para cultivar, casas em que viver. Não era o trabalho o que os assustava, mas não estavam preparados para aquelas condições de vida. Depararam-se com a floresta, e os campos que nela se inseriam, assim como o barracão em que foram instalados. Não havia aldeias próximas, comércio, nada. E, de fato, alguns tentaram retornar à Europa. É provável que no início muitos quisessem fazê-lo. Especialmente quando, poucos dias após a sua chegada, uma epidemia trouxe a morte para junto deles.

É quase certo que o motivo fundamental do descontentamento reside na proximidade de uma Colônia de Estado ao estabelecimento de Tabacchi. Os camponeses foram informados do tratamento que os emigrantes receberam nas colônias desde a sua chegada. E o contraste com o contrato que haviam firmado com Tabacchi era considerável. Em um documento escrito por volta do final de 1875, encontramos indícios desta situação. Joaquim Adolpho Pinto Pacca, diretor da Colônia de Rio Novo, afirmou que na Colônia Nova Trento, “todas as adversidades deviam-se às ações de um agente conhecido como Garibaldi, que em todos os distúrbios foi o único a extrair vantagens”. Sobre este Garibaldi, sabemos que era proprietário de uma fazenda, não muito distante da de Tabacchi.³¹⁷ Foi ele quem informou os camponeses sobre o tratamento que teriam recebido nas colônias de Estado, se tivessem abandonado o empresário trentino? De fato, a maior parte deles, como veremos, transferiu-se em breve às colônias de Estado.

317 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 29/11/1875 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 18/09/1877.

Houve, contudo, quem defendesse Tabacchi. O Presidente da Província afirmou que os colonos estavam criando desculpas e que suas queixas eram infundadas.³¹⁸ O jornal de Vitória referiu-se também, naqueles dias, a dois ou três agitadores que estavam por trás daqueles acontecimentos.³¹⁹

Teria Tabacchi a intenção de organizar mais de uma expedição de imigrantes? Não podemos responder com certeza a esta pergunta. Há, contudo, alguns indícios que parecem conduzir a uma resposta afirmativa.

Augusto Ruschi, em um texto referente à história de Santa Tereza, afirma que Tabacchi, além de contratar colonos para trabalhar em sua fazenda, conseguira no Trentino outras requisições de terras. Relata em seguida o caso de Stelzer Luigi, que chegou ao Espírito Santo em dezembro de 1875, e que aparentemente firmara uma requisição deste tipo. O estudioso não especifica a que documento se referia, ou se a requisição visava obter terras do mesmo empresário ou em uma colônia de Estado, em cujo caso Tabacchi provavelmente receberia uma remuneração dos órgãos responsáveis pela imigração. O segundo indício encontra-se em algumas cartas que chegaram ao Trentino em junho de 1874, cinco das quais datadas de 11 de abril. No auge da crise da Colônia Nova Trento, o conteúdo das missivas era, no mínimo, estranho. Os camponeses que as tinham expedido ao Pároco de Novaledo (uma das vilas mais significativas daquela expedição) asseguravam-no que haviam feito uma boa viagem, e que as perspectivas em terra americana eram boas. A terra era fértil, não havia animais ferozes ou serpentes venenosas, e o clima era como o de Trento. As últimas três informações eram destituídas de fundamento e, quanto às boas perspectivas, estas pareciam improváveis, uma vez que entre o empresário e a grande maioria dos camponeses reinava então total desacordo. É quase certo que as cartas tenham sido ditadas aos camponeses pelo próprio Pietro Tabacchi, ou por algum de seus homens. Tabacchi tinha naturalmente interesse em desmentir as más notícias que chegavam ao Trentino, sobretudo através das autoridades consulares austríacas. Não é difícil coligar a este fato a afirmação de Ruschi. Tabacchi provavelmente tentava aplacar os receios das pessoas que seus emissários haviam contatado no Trentino. As cinco cartas, cujo resumo foi publicado no *La Voce Cattolica*,³²⁰ suscitaram um escândalo que ultrapas-

318 *Relatório do Presidente L. E. Horta Barbosa* de 1874, cit.

319 *O Espírito-Santense* de 17/03/1874.

320 *La Voce Cattolica* de 09/06/1874.

sou as fronteiras do Trentino. O *Wiener Zeitung*, jornal da capital do Império, acusou o *La Voce Cattolica* de favorecer a divulgação de notícias falsas e de mentir aos camponeses, que caíam nas teias dos especuladores que agiam como agentes de emigração.³²¹ O jornal filogovernativo de Trento, a *Gazzetta di Trento*, publicou este artigo e foi ainda mais enfático.³²²

A falsificação das notícias contidas nas cinco cartas é confirmada pelo fato de que, segundo uma sucessiva reconstrução de outro colono de Tabacchi, exatamente no início de abril, e mais precisamente no dia cinco, cerca de 60 colonos encontravam-se acamados devido a uma indefinida epidemia.³²³ É muito provável que a epidemia se devesse também ao clima (além da alimentação e à superlotação do barracão), considerando-se que tratava-se de “terra quente”, ou seja, de uma zona tropical ao nível do mar, e que mesmo em abril a temperatura ainda estava bastante elevada. Dentre os colonos enfermos, 8 morreram; outras fontes, contudo, reportam 12 ou 14.³²⁴ O informante do jornal católico escreveu da Colônia de Nova Trento: “Este é um simples sumário, porque para descrever os sofrimentos, os gritos, os gemidos, as maldições, seria necessária a pena de um Manzoni”. A carta afirmava que a epidemia eclodira no dia 5 de abril, ou seja, seis dias antes que fossem escritas aquelas cartas que decantavam o estado de graça em que os camponeses se encontravam no estabelecimento de Tabacchi.

Já nos primeiros dias de abril, muitos colonos começaram a procurar uma nova colocação ou ao menos um outro trabalho que os libertasse daquela situação insustentável. No dia 6, Antonio Serafini e um companheiro apresentaram-se à Colônia de Santa Leopoldina, à procura de trabalho.³²⁵ O Presidente da Província já havia comunicado às colônias que poderiam aceitar os colonos da Expedição Tabacchi, e ambos conseguiram trabalho.

Há notícias de uma tentativa de processos contra 12 colonos considerados “líderes da revolta”, mas aparentemente o juiz recusou-se a julgá-los; na verdade, declarou-se enfermo e ninguém quis substituí-lo.³²⁶

321 *Wiener Zeitung* de 22/06/1874.

322 *Gazzetta di Trento* de 25/06/1874.

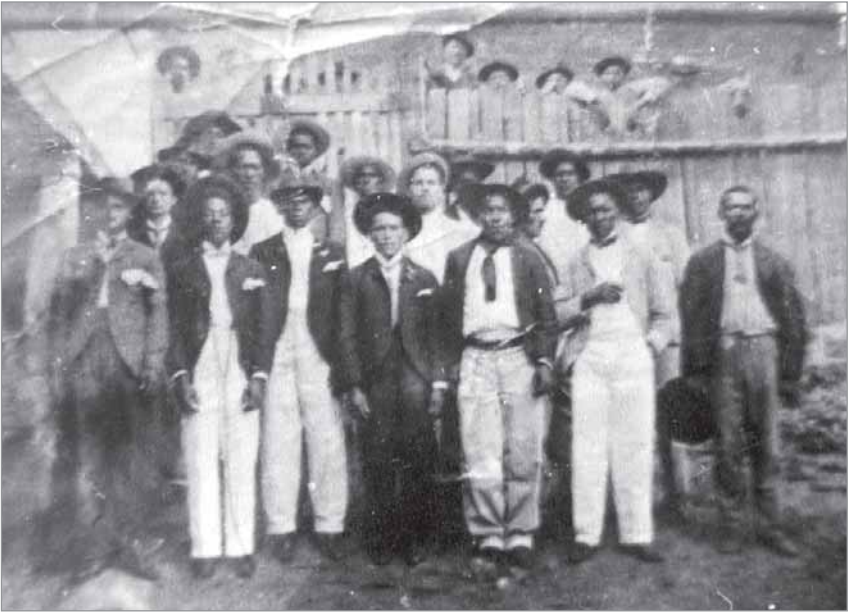
323 *La Voce Cattolica* de 16/07/1874.

324 *Gazzetta di Trento* de 12/09/1874 e *Il Trentino* de 15/07/1874.

325 APEES: GDA, Segunda Série, livro 22, doc. 06/04/1874.

326 APEES: GDA, Segunda Série (383L), livro 318 doc. dd 17/04/1874.

O COMÉRCIO



O café chegava aos rios transportado pelas tropas de mulas. Eram conduzidas pelos legendários “tropeiros”, geralmente negros e originários de Minas Gerais. Vemos aqui um grupo de tropeiros em Santa Teresa, por volta de 1910.



Em seguida, o café era levado até o mar com as canoas. Aqui, uma canoa desce o Rio Santa Maria. (acervo: APEES).

Não sabemos com precisão quem eram os 12 colonos, mas conhecemos os nomes daqueles que Tabacchi indicou como sendo os líderes da revolta. Eram estes Francesco Merlo, de Covelo, Giacomo Lira e Francesco Valandro, de Castelnuovo, Prospero Stroppa e Giovanni Venzo, de Borgo Valsugana, Andrea Fedele, de Telve, Prospero Boneccher, também de Borgo, Domenico Felicetti, de Roncegno, Benedetto Corradi, de Stenico, Andrea Rosanelli, de Tenna, Fioravante Bolognani e Antonio Piotti, cujas cidades de origem desconhecemos (mas é possível que este último nome fosse na realidade o de Antonio Gaiotto, que era de Borgo Valsugana)³²⁷. Espalhou-se na Itália o rumor de que os 12 colonos mais ativos em sua disputa com Tabacchi haviam sido conduzidos à prisão no Rio de Janeiro.³²⁸ É mais provável que se tratasse da prisão de Vitória, mas as fontes brasileiras nada informam a este respeito.

O “salve-se quem puder” imperava na colônia. Muitos buscavam soluções pessoais. Dirigiam-se, por exemplo, a outros fazendeiros da região à procura de trabalho. Nos primeiros dias de maio, Pietro Tabacchi publicou um aviso na imprensa local:

“Comunicação. Aviso. Pietro Tabacchi, tendo contratado diversos colonos do Tirol Italiano para a sua fazenda, situada no Município de Santa Cruz, avisa que procederá com todo o rigor, em conformidade com a lei de 11 de outubro de 1837, contra quem engajar ou admitir tais colonos em qualquer trabalho privado. E, para que ninguém possa alegar ignorância destes fatos, publica este aviso na imprensa.

*Vitória, 06/05/1874.*³²⁹

Décadas de trabalho no Espírito Santo desapareciam sob os olhos do empresário. E uma outra fortuna que parecia garantida transformava-se em infortúnio. Como vimos, o contrato firmado com o Ministério da Agricultura assegurava ao empresário metade da soma estabelecida no momento em que os imigrantes tomassem posse de suas terras, e a outra metade dali a um ano. A primeira metade já seria suficiente para cobrir abundantemente os gastos feitos até então, mas aqueles camponeses, seus concida-

327 A. Ruschi: *Dados para a contribuição da história de Santa Teresa*, em *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*, número especial comemorativo do XXVII aniversário, págs. 242 e 244.

328 *La Voce Cattolica* de 14/07/1874.

329 *O Espírito-Santense* de 07, 09 e 12/05/1874.

dãos, seus compatriotas, recusavam-se a tomar posse das terras. Espreitava-o a falência. Os acontecimentos se precipitaram. A imprensa trentina afirmou em seguida que o Consulado Austro-húngaro do Rio de Janeiro incitava as autoridades brasileiras a encaminhar os camponeses a colônias de Estado e, em vista do que se seguiu, a afirmação parece ter fundamento. Deve-se considerar também que os camponeses se beneficiavam dos conselhos de dom Domenico Martinelli, que tomara o seu partido. Certamente o consultavam, como o evidenciaria o seu comportamento “taticamente” correto. Evitavam atos de violência e permaneciam firmes na tentativa de dissolução do contrato por não cumprimento do artigo número 4. Mas talvez houvesse ali a marca do tal Garibaldi, entre outros.

O Juiz Municipal de Santa Cruz agia sempre como pacificador e, através do Juiz Distrital, mantinha informada a Presidência da Província sobre o desenrolar dos acontecimentos. Em 18 de abril, o primeiro comunicou que 20 famílias haviam aceitado permanecer com Tabacchi e tomar posse das terras. As outras 35 famílias haviam adotado a tática da inércia. Simplesmente não colaboravam em nada. De acordo com o Juiz, a situação de Tabacchi, completamente endividado, ameaçava agravar-se.³³⁰

Supunha-se também que as 35 famílias poderiam decidir permanecer na Colônia Nova Trento se fossem afastados os indivíduos mais rebeldes, que estavam procurando trabalho em outro lugar.³³¹ Entretanto, sob pressão do consulado, o Ministério da Agricultura decidiu permitir aos camponeses o acesso às colônias do Estado.³³²

Em 5 de maio os diretores das colônias de Santa Leopoldina e Rio Novo receberam ordem de aceitar os ex-colonos de Tabacchi, garantindo-lhes todas as vantagens oferecidas aos imigrantes pela lei sobre as colônias, de 1867.³³³ Em 16 de maio, o juiz de Santa Cruz comunicou à Presidência que 13 (ou 16) colonos haviam sido condenados porque obstinavam-se em procurar trabalho em outro lugar. Dois colonos encontravam-se na capital. Não sabemos o motivo. É possível que estivessem hospitalizados, em seguida à epidemia que relatamos, ou tentavam entrar em contato com as autoridades. Cerca de 189 colonos encontravam-se na aldeia de Santa Cruz e haviam decidido não retornar ao estabelecimento de Tabacchi.³³⁴ É prová-

330 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 61, doc. dd 18/04/1874.

331 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 22/04/1874.

332 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 61, doc. dd 16/05/1874.

333 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 05/05/1874.

334 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 61, doc. dd 16/05/1874.

vel que fossem em maior número, pois no dia seguinte 172 adultos e 31 menores foram conduzidos à presença do Presidente da Província por Edoardo Gabrielli. Este era um dos doze italianos que viviam no Espírito Santo desde antes de 1873.³³⁵ Nativo de Ancona³³⁶, desde o início fizera as vezes de intérprete dos colonos que se dirigiam à capital e às autoridades. Em 18 de maio, 45 colonos foram à Colônia de Santa Leopoldina.³³⁷ Eram aqueles que Tabacchi considerava agitadores e que aconselhara que fossem para a Colônia de Rio Novo, distante de suas propriedades.

É provável que os camponeses que permaneceram na capital tenham tomado caminhos diversos. Alguns realmente se dirigiram, ou foram conduzidos, à Colônia de Rio Novo. No dia 18 de maio, o Presidente da Província escreveu ao Diretor de Rio Novo. Estavam chegando os ex-colonos de Tabacchi, e era necessário providenciar-lhes lotes. A lista compreendia 32 adultos e 13 menores. Tratava-se daqueles que haviam sido “processados por Tabacchi”, como rezava o documento.³³⁸ Um telegrama de 26 de maio da Secretaria da Presidência ao Diretor da citada colônia informava:

*“Não é possível conceder o que os Tiroleses pedem. Se, definitivamente, não querem estabelecer-se em Rio Novo, dê ordem a fim de que se suspendam os fornecimentos que lhe estão sendo concedidos. Verifique, contudo, a possibilidade de recuperar alguns, e os outros que se arranjem.”*³³⁹

No dia 6 de junho, 68 colonos pediram para ser transportados à Colônia de Santa Leopoldina.³⁴⁰ O Governo de Vitória, a pedido também do Rio de Janeiro, tentava encontrar a melhor solução para aquela confusão. Era necessário evitar que estas pessoas retornassem em massa à Europa e espalhassem rumores negativos sobre a possibilidade de colonizar as terras brasileiras. Insistiu-se para que todos os camponeses fossem acomodados nas colônias. Alguns procuraram evitar esta solução.

Aqueles que permaneceram com Tabacchi levantaram outras questões. Tabacchi, desesperado e quase derrotado, jogou sua última carta. A

335 A partir da deposição de Lisandro Nicoletti em R. Rizzetto: *Lo Stato...*, op. cit. pág. 53.

336 APEES: GDG, série 751, livro 488 A, Naturalizações 1871-1889.

337 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 18/05/1874.

338 A. Ruschi: op. cit. pág. 244 e APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 18/05/1874.

339 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 26/05/1874.

340 A. Ruschi: op. cit. pág. 244.

14 de junho, sugeriu às autoridades que enviassem alguém à sua fazenda para que constatasse como ele havia respeitado o contrato³⁴¹. No dia 19, um encarregado da Presidência efetivamente foi expedido à Colônia Nova Trento. Aparentemente, o empresário indicara outros 45 colonos como a causa dos novos descontentamentos.³⁴²

No dia 21 de junho, Pietro Tabacchi faleceu. De acordo com Pio Limana, os acontecimentos dos últimos meses haviam exacerbado uma doença cardíaca de que sofria há algum tempo. Segundo B. Carvalho Daemon, ele tinha mais de cinquenta anos de idade.

No leito de morte, Tabacchi casou-se com sua companheira, Ana Fontoura, uma mulata com quem tivera dois filhos: Anna, que se casou com Alfredo de Leon, e Bartolomeo, que na época tinha cerca de 12 anos. A cerimônia foi realizada pelo padre Domenico Martinelli.³⁴³ Seu contemporâneo, B. de Carvalho Daemon, afirmou que Tabacchi freqüentara a faculdade de medicina, mas não a concluiu, devido a sua fuga da Itália. Mas, segundo este autor, ele foi sempre dedicado aos estudos. As palavras de Daemon seriam uma verdadeira homenagem ao falecido: “Tabacchi era um homem muito instruído, de muita visão e um grande empreendedor, e imparcialmente pensamos que, com sua morte, a Província tenha perdido um homem de real valor.”³⁴⁴

Em 26 de junho, chegou à fazenda de Tabacchi o encarregado da presidência. Foi recebido pelo genro do falecido proprietário, o Barão Alfredo de Leon, e constatou que ali residiam ainda 23 famílias de camponeses italianos, totalizando 161 pessoas. Em sua opinião, estas passavam bem.³⁴⁵ Na verdade, o contrato fora cumprido. Teriam os herdeiros de Tabacchi recebido a metade do preço concordado com o Ministério? Não encontramos indícios que o comprovem. No dia 16 de julho, outros 47 camponeses que até então haviam se recusado a fazê-lo e que provavelmente estavam entre aqueles que se tinham transferido para a capital, solicitaram admissão na Leopoldina.³⁴⁶ Um grande grupo de camponeses, portanto, desejava partir. Mesmo para aqueles que permaneceram com os herdeiros de Tabacchi,

341 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 04/07/1874.

342 A. Ruschi: op. cit. pág. 247.

343 APEES-Busatto: doc. do Juiz Distrital de Santa Cruz, dd 12/11/1875.

344 B. C. Daemon, op. cit. pág. 418.

345 A. Ruschi: op. cit. pág. 247.

346 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 16/16/1874.

a situação piorou. No início de julho, Alfredo de Leon solicitou à Presidência que se recusasse a entregar os passaportes a três famílias de colonos que tinham ido para a capital para partir para o Rio de Janeiro.³⁴⁷ Neste ínterim, alguns dos colonos que tinham se transferido para a Colônia Santa Leopoldina já viviam dias tristes. O governo brasileiro freqüentemente tentava resolver situações difíceis, com soluções totalmente provisórias. Neste caso, pressionado pela presença em Vitória dos camponeses que não queriam retornar à fazenda de Tabacchi e pela insistência do Consulado Austro-húngaro, o governo despachou muitos colonos para a Leopoldina, após conceder-lhes alguma ajuda. Entre estes, havia pelo menos um grupo que não tinha condições de sobreviver naquele estabelecimento. Estas foram as palavras do Diretor da Colônia:

“Recentemente, chegaram a esta colônia três viúvas italianas com 14 filhos menores de 11 anos; estas viúvas já tinham esgotado todas as provisões que naquela cidade lhes concedera o Governo, e hoje vivem sem meios de subsistência e quase reduzidas a mendigas que apelam à caridade pública. Esta direção não dispõe de meios pecuniários para socorrer estas infelizes ou de autorização para fazê-lo. Nestes termos, solicito à Vossa Excelência uma providência que evite a prática da mendicância nesta colônia, onde até hoje isto nunca acontecera. Com a minha modesta contribuição pessoal, até hoje pude suavizar a sorte destes infelizes e meramente satisfiz as necessidades dos outros colonos italianos, na intenção de destruir a desagradável impressão que tiveram da colônia Nova Trento. Isto, porém, não pode continuar; sou pobre e tenho uma família para sustentar.”³⁴⁸

O Diretor em questão era Pedro Sant’Anna Lopes. As três viúvas eram Caterina Passamani, de Tenna, Orsola Cappelletti, de Covelo e Maria Armellao, de Borgo Valsugana.

Por volta de setembro, o Presidente da Província anunciou que Tabacchi havia rescindido o contrato com todos aqueles colonos que haviam partido para a Leopoldina, e afirmou que a situação na Colônia Nova Trento melhorara: “Nesta localidade estabeleceu-se a ordem pública, tendo Pietro Tabacchi rescindido o contrato com os insubordinados que, em grande nú-

347 APEES-Busatto: Carta de Alfredo de Leon, dd 04/07/1875.

348 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 22/07/1874.

mero, emigraram para a Colônia Santa Leopoldina, onde não demonstraram tendências hostis. Com a Colônia Nova Trento de volta à normalidade, o destacamento militar foi retirado de Santa Cruz e encaminhado a Santa Leopoldina, onde o conservo para prevenir qualquer eventualidade.”³⁴⁹

Muitos dentre os primeiros a abandonar Tabacchi foram para o Rio Grande do Sul. Um sacerdote trentino que viveu na Colônia Santa Maria da Soledade enviou a Trento as seguintes informações: “Aqui há cerca de 15 famílias italianas e mais adiante algumas outras, e quase todas fugiram da malfadada Colônia Tabacchi.”³⁵⁰

Transferiram-se para o Rio Grande do Sul antes de novembro, porque naquele mês chegaram ao Espírito Santo as requisições de Venzo Giovanni, de Borgo Valsugana, e de Bolin Valentino, cuja cidade de origem desconhecemos, para recuperar as armas que lhes haviam sido confiscadas.³⁵¹ Soube-se em seguida que quase todas as armas haviam sido devolvidas a seus respectivos proprietários e apenas algumas continuaram em poder de Edoardo Gabrielli. Ainda no início de novembro, um grupo de famílias partiu para o Rio de Janeiro. Entre estas estavam as de Tommaso Merlo, Leonardo Franceschini e Bassetti Giuseppe. De acordo com um documento que encontramos na Itália, estes chefes de família dirigiram-se ao Consulado Austro-húngaro no Rio de Janeiro com um pedido de assistência. Encontravam-se em situação desesperadora. Bassetti recebeu 12\$000 “para a minha família, para comprar roupas” e Franceschini 11\$000 “para comprar roupas”. O Consulado fizera-os assinar um recibo e depois debitara estas quantias aos respectivos municípios trentinos. Outros trentinos também apelaram ao Consulado.³⁵² Alguns deles finalmente estabeleceram-se no Paraná. Entre estes estava Franceschini, que enviou notícias daquela Província, demonstrando encontrar-se em boa situação econômica.³⁵³ Por volta do final de 1874, a fazenda que pertencera a Tabacchi passou a ser propriedade de seu genro. Houve uma inspeção por parte das autoridades provinciais, que determinou que os camponeses que haviam permanecido ali agora viviam satisfatoriamente, como aliás afirmara o Presidente da Província. Mas aparentemente as conclusões não correspondiam à realidade.

349 *Relatório do I Vice-Presidente M. Ribeiro Coitinho Mascarenhas* de 1874, cit.

350 *La Voce Cattolica* de 17/06/1876.

351 APEES-Busatto: Carta de M. d’A. Corrêa ao Presidente da Província, dd 21/11/1874.

352 AET: Cap. Dist. TN 1878, envelope 99.

353 idem. A. Ruschi também escreve sobre os colonos que partiram da fazenda de Tabacchi para o Paraná: op. cit. pág. 246.

As pesquisas de A. Ruschi estabeleceram que, por volta de novembro, outras famílias solicitaram transferência para a Colônia de Santa Leopoldina.³⁵⁴ No mesmo mês, as autoridades provinciais descobriram que 19 camponeses, que acreditavam encontrar-se ainda com o genro de Tabacchi, haviam partido.³⁵⁵ Houve ainda reclamações por parte das poucas famílias que permaneceram na fazenda. O Presidente da Província considerou-as injustas: “São infundadas as reclamações que surgiram contra o proprietário da colônia, o Barão Alfredo de Leon, e todas as acusações recaem sobre os próprios colonos que, por motivos contraditórios, abandonaram aquele estabelecimento.”³⁵⁶

Este ponto de vista é igualmente duvidoso, como demonstra uma comunicação do Juiz Distrital de Santa Cruz ao presidente da Província, de fevereiro de 1875:

“Em obediência à ordem de Vossa Excelência do dia 3 do mês corrente, de comunicar aos imigrantes existentes nesta vila, que cumpram a extinta Colônia Nova Trento, a deliberação do Governo Geral que autoriza esta Presidência a conceder-lhes ajuda e providenciar-lhes transferência para as colônias desta Província, devo comunicar que, tendo assumido o exercício das minhas funções no dia 4, imediatamente comuniquei a todos eles tal ordem, empregando meios de persuasão e convicção contra a resistência geral: duas famílias consentiram imediatamente, demonstrando-me seu completo estado de indigência, agravado por doenças de seus chefes; imploraram ajuda pecuniária, e quanto à ordem recebida, autorizei o agente de navegação a conceder a uma família composta de quatro pessoas uma diária de mil duzentos e oitenta réis. A outra é composta de seis; hoje, porém, apareceram outras duas famílias determinadas a partir, e em idênticas circunstâncias com relação a doenças e pobreza suplicaram-me, devido ao grande número de seus membros (uma de dez pessoas e outra de nove) e autorizei o mesmo Agente a gastar com cada uma a diária de mil duzentos e oitenta.

Estes são os resultados do meu pequeno esforço, que coloquei em prática a fim de cumprir as minhas incumbências, e este é incontestavelmente o único meio de evitar a ruína de tantas famílias

354 A. Ruschi: op. cit. pág. 245.

355 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 18/11/1874.

356 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 08/01/1875.

que, mal aconselhadas, não vêem um futuro neste lugar; que não lhes assegura meio algum."³⁵⁷

Estas famílias encontravam-se aparentemente na localidade de Nova Almeida. Estavam entre as últimas que tinham deixado Leon. É provável que algumas se encontrassem espalhadas em Santa Cruz, Nova Almeida e a antiga Colônia Nova Trento, porque um documento em poder do mesmo juiz recomendava à Presidência que "se proceda do mesmo modo com os outros colonos que ainda estiverem nesta vila".³⁵⁸ A 7 de fevereiro, as quatro famílias embarcaram para Vitória, rumo à Colônia Santa Leopoldina.³⁵⁹ Eram as famílias de Ermenegildo Romagna, Francesco Bassetti, Valentino Perotti e Abramo Zurlo.

Em Leopoldina, entretanto, Francesco Merlo solicitou ressarcimento pelo que pagara a Tabacchi para cobrir as despesas de sua viagem ao Brasil, ou seja, 112 florins. O Diretor da colônia afirmava que "parece ter fundamento esta reclamação".³⁶⁰ Em seguida, Merlo apresentou o recibo daquele pagamento.³⁶¹ Não se tem notícia de nenhum outro colono que tenha feito esta queixa. Este fato parece estranho, uma vez que o contrato firmado pelo próprio Merlo declarava expressamente que as despesas de viagem até as terras de Tabacchi eram de responsabilidade deste último. É possível que Merlo, desejando partir da colônia, tenha sido persuadido pelo empresário, uma vez no Brasil, a devolver-lhe as despesas de viagem.

Alguns colonos que haviam partido da Colônia Nova Trento tentaram encontrar um meio de sobreviver no Espírito Santo. Luigi Zampugno, por exemplo. Em outubro de 1875 ele residia ainda em Vitória e solicitou as vantagens concedidas pela Lei 3.784 para poder transferir-se à Colônia Santa Leopoldina, o que lhe foi concedido.³⁶²

Poucos foram os camponeses que retornaram à sua terra de origem. Foi o caso de Domenica Corradi, de Stenico, e seus filhos Illuminato e Emanuela, a quem os Consulados do Rio e de Gênova pagaram a via-

357 APEES-Busatto: doc. do Juiz Distrital de Santa Cruz de 07/02/1875.

358 APEES-Busatto: doc. do Juiz Distrital de Santa Cruz de 13/02/1875

359 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 17/02/1875.

360 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 20/12/1874.

361 A. Ruschi: op. cit. pág. 245.

362 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 13/10/1875.

gem, que depois cobraram de seu município.³⁶³ O marido morrerá naquela aventura. Retornou também Betti Giovanni, com o filho, que por sua vez perdera a esposa.³⁶⁴ Há notícias também do retorno de Moratelli Tiziano, de Novaledo.³⁶⁵ Os camponeses que deixaram a Colônia de Tabacchi e foram para a Leopoldina estabeleceram-se no Núcleo Timbuhy ainda em formação, em uma localidade que chamaram Valsugana (que em seguida foi denominada Valsugana Vecchia, quando muitos deles se transferiram para outra zona do mesmo núcleo, denominada Valsugana Nuova).

Finalmente, algumas informações sobre a falência do empreendimento de Tabacchi. Um dos trentinos que participou daquela expedição escreveu ao irmão: “Te digo que Tabacchi morreu, o que terás lido na última carta que te enviei: mas digo-o também nesta, porque não sei se a recebestes, já que não obtive resposta. Em minha última carta não contei tudo, disse apenas que em Santa Cruz Tabacchi devia 10 mil florins a um, 15 a outro e 20 a outro, eu não sabia que no Rio ele devia 75 mil florins, que faliu depois de morto e três dias antes de morrer se casou, e pediu perdão a todos os italianos pela traição. Todo o resto da colônia partiu para o Rio de Janeiro.”

O jornal local usou palavras de verdadeira estima à memória do empresário: “A população de Santa Cruz sofreu um golpe cruel, porque Tabacchi era um daqueles homens que sempre soube conquistar a amizade de todos, do menor ao maior, prova disto é que se notava na fisionomia de todos a tristeza pela dolorosa perda deste cavalheiro. No humilde cemitério de Santa Cruz jazem os seus restos mortais, sob uma lápide em que foi esculpido o nome de Pietro Tabacchi.”³⁶⁶

De acordo com documentos que encontramos, sabe-se que ele deixara no Trentino dívidas que somavam 8:991\$696 e que os credores exigiam juros de 5% a partir de 27 de dezembro de 1851. Aparentemente, em Trento, irmãos do empresário pretendiam receber a sua herança. Mas Tabacchi, como sabemos, casara-se *in extremis* com Ana Fontoura,

363 AET: Mun. Pol. TN 1874, envelope 235.

364 AET: Cap. Dist. TN 1878, envelope 97.

365 AET: Cap. Dist. Borgo, periódicos, envelope 14. Note-se porém que neste caso poder-se-ia tratar de uma homonímia. De acordo com as listas do Município de Novaledo, Moratelli partira com a esposa e um filho. Retornou em 1876 com um irmão e dois filhos.

366 As duas cartas constam de *Il Raccoglitore* de 05/01/1875 e *O Espírito-Santense* de 22/10/1874. A confirmação de que os primeiros trentinos e vênetsos que foram para a Leopoldina estabeleceram-se primeiramente na localidade depois conhecida como Valsugana Velha encontra-se em C. Bonfim: *Salvanèlo, a montanha e o vento*, Belo Horizonte 1975.

de quem tivera dois filhos. A filha, casada com Alfredo de Leon, renunciou à sua quota da herança. Credores e herdeiros trentinos nomearam um certo Antonio Alberti como seu procurador. Tabacchi, entretanto, contraíra um débito de 57:618\$312 junto à empresa Faria, Cunha e Cia, do Rio de Janeiro. Antonio Alberti encarregou Alfredo de Leon de representar no Brasil os credores de Trento. O inventário dos bens deixados por Pietro Tabacchi calculou um total de 26:486\$180. Não sabemos por que motivo a firma Faria, Cunha e Cia. cedeu seus direitos a Edoardo Gabrielli e à esposa de Tabacchi, Ana Fontoura; estes, recorrendo à justiça, requisitaram ao único herdeiro, Bartolomeo Tabacchi, de 13 anos de idade, a metade desta soma. Impossível saber que jogos estariam por trás destes fatos.³⁶⁷

Pietro Tabacchi levou à falência a sua fazenda e morreu seguindo o seu faro incomum para negócios. Presentira que a produção de café no Espírito Santo tinha um futuro garantido e presentira que iniciava-se a época da imigração maciça no Brasil. Coligando os dois fatos, fez o que dali a alguns anos fariam centenas de latifundiários de São Paulo: trouxe camponeses europeus para as suas terras e pensou em usá-los para esta cultura.

O contrato que lhes propusera previa para si próprio um lucro bastante elevado, mas também garantia aos camponeses uma série de vantagens. Não se deve esquecer que Tabacchi trouxe com eles do Trentino também um sacerdote e um médico. Escrevemos que ele “foi um empresário daquela época. Seu faro lhe fez compreender, antes dos outros, a possibilidade de ganhar dinheiro desfrutando a infelicidade dos camponeses trentinos, a possibilidade de lucrar com a sua miséria”.³⁶⁸ Estas considerações parecem-nos válidas, mesmo à luz da nova documentação. Cremos que deve-se acrescentar a estas que Pietro Tabacchi não teve tempo de demonstrar quais eram as suas reais intenções, como viveriam aqueles camponeses a seu serviço. Sua imediata rebelião impediu que isto acontecesse.

A Colônia Santa Leopoldina, 1856-1872

Falaremos primeiramente desta colônia, embora tenha surgido depois da Colônia de Rio Novo, devido à sua maior importância para a

367 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 254, doc. dd 21/12/1875 e APEES-Busatto: doc. Juiz Distrital de Santa Cruz de 12/11/1875.

368 R. M. Grosselli: op. cit. pág. 91.

história do Espírito Santo, e por ter sido uma das mais importantes colônias brasileiras dos tempos do Império.

Em 1856, a Presidência da Província sugeriu ao Ministério da Agricultura alguns terrenos adequados à colonização. Este foi o primeiro dentre os vários erros de avaliação que marcariam a vida da colônia e, em maior medida, a de seus hóspedes. Com o Aviso número 10, de 27 de fevereiro de 1856, o Ministério ordenou que naquela localidade se medissem terras, 4 léguas quadradas, para uma nova colônia que inicialmente seria chamada de Santa Maria. Os primeiros colonos, 140 suíços recolhidos nas fazendas de Ubatuba na Província de São Paulo, onde trabalhavam como meeiros, foram instalados às margens do rio Santa Maria, a cerca de 50km a noroeste da capital Vitória. A primeira sede da colônia estabeleceu-se a uma légua ao norte da atual cidade de Santa Leopoldina, antes Cachoeiro de Santa Leopoldina (e antes ainda, Porto da Cachoeira de José Claudio). Já em 1857 o nome da colônia mudara para Colônia de Santa Leopoldina. Em julho daquele ano chegaram os primeiros 140 colonos. Eram pessoas já desconfiadas, vindo de uma precedente experiência negativa em São Paulo, onde haviam trabalhado como meeiros. Santa Leopoldina nasceu em meio à confusão e seus dias, não obstante os esforços de alguns diretores, terminaram em confusão. Os terrenos que haviam sido indicados e escolhidos como adequados à colonização revelaram-se imediatamente inadequados. “O solo nesta parte da colônia era em geral pouco fértil e bastante montanhoso. Reconhecendo estes defeitos, em 1857 a Presidência ordenou que se explorassem novas zonas que se prestassem melhor ao desenvolvimento da colônia.”³⁶⁹ Foram escolhidas novas terras a algumas léguas a leste. Mas nem mesmo as novas terras dadas aos suíços eram de fertilidade excepcional pois, alguns anos depois foram consideradas as piores de toda a colônia por um encarregado do governo suíço. Mas a confusão e a desorganização não terminava ali. Não havia instrumentos adequados às medições, que tiveram que ser verificadas uma segunda vez, subtraindo a alguns colonos terrenos que já haviam desmatado e cultivado e restituindo-lhes terrenos ainda virgens. A Província não estava preparada para a chegada de imigrantes. A própria nação não conhecia estruturas burocráticas e técnicas adequadas a este fim. Infelizmente, esta situação não melhoraria muito nas décadas seguintes. Os colonos suíços receberam lotes medidos às vezes depois de 15 meses. Comunicações difíceis entre as autoridades

369 A. de Biase Ferrari: *Contribuição para o estudo da colonização no Espírito Santo: estado sanitário da Colônia de Santa Leopoldina no primeiro lustro de sua existência*, em RIHGES, números 25-27, anos 1964-1966.

do Rio de Janeiro e de Vitória e a indisponibilidade de pessoal especializado eram frequentemente a causa de tudo isto. Mas, mesmo quando o telégrafo e a navegação a vapor tornaram os contatos entre o governo provincial e o nacional muito mais eficientes, os colonos continuaram a chegar inesperadamente e praticamente sem aviso. Segundo J. J. von Tschudi, enviado do Governo Suíço que visitou em 1860 algumas colônias brasileiras e fazendas nas quais empregava-se pessoal suíço, em Santa Leopoldina instaurara-se um clima de revolta.³⁷⁰ As autoridades culpavam os próprios suíços, considerando-os indolentes e um tanto depravados, e que já haviam dado mau exemplo em São Paulo. Estas duas outras situações foram comuns em toda a vida da colônia: as revoltas de vários grupos nacionais e a facilidade com que as autoridades lhes atribuíam a culpa de todo o fracasso da colonização. Culpas e razões eram, entretanto, de todos. As condições em que se colonizava eram muito duras. Colonos europeus em um ambiente desconhecido, sem meios de comunicação, em plena floresta, em um país cujo governo não dispunha de recursos suficientes para criar estruturas aptas a fornecer suportes indispensáveis a uma empresa de dimensões ciclópicas. O Presidente da Província daquela época reconheceu que, em grande parte, as acusações feitas por Tschudi tinham fundamento: as terras eram pouco férteis, não haviam sido fornecidos aos colonos os instrumentos de trabalho necessários e garantidos pelo contrato, os pagamentos que lhes eram devidos por trabalhos públicos eram sempre executados com grande atraso.³⁷¹ Isto levava ao desespero muitos camponeses que nos primeiros anos encontraram sérias dificuldades, até para comprar comida. Por volta de 1857-58 (veremos depois que a data não é precisa), chegaram outros 222 colonos de diversas nacionalidades. Em 1859 entraram em Santa Leopoldina grandes grupos de europeus, provavelmente em número superior a 1.000 unidades. Eram em sua maioria alemães, de várias regiões, sobretudo prussianos, mas também saxões, do Hesse, de Baden, da Alsácia e de outras regiões. As minorias eram compostas de holandeses, suíços e luxemburgueses. Em 1860 havia ainda na colônia 8 belgas, um francês e um inglês. E também 82 tirolezes.³⁷² Tratavam-se de tirolezes de língua alemã, inseridos na comunidade alemã da colônia. Quando chegaram as centenas de tirolezes italianos, ou seja, trentinos, não se misturaram a eles, mas forma-

370 J. J. von Tschudi: *Reisen durch Südamerika*, Leipzig 1866.

371 G. Rocha: op. cit. pág. 75.

372 E. Wagemann: op. cit. pág. 24.

ram as suas comunidades juntamente com os outros colonos italianos. De acordo com a documentação que analisamos, é possível supor que a maior parte destes tirolezes de língua alemã tenha chegado à colônia em 1859.³⁷³

Não há pesquisas específicas sobre aqueles anos, mas é fácil supor que a confusão deve ter sido enorme quando a colônia foi invadida por grupos tão grandes de colonos, estando totalmente despreparada para recebê-los. Foram três anos de chegadas maciças, e estes eram os anos em que se estava formando o embrião de uma estrutura colonial. Faltavam o padre e o pastor, faltava uma enfermaria, faltava um médico. Aos colonos eram distribuídos lotes que em média tinham 30 hectares de dimensão. Era-lhes garantido também um subsídio em dinheiro e trabalhos a serviço das autoridades coloniais. Eles tinham direito a uma diária durante os primeiros seis meses de colônia mas, sendo este período insuficiente para que os colonos se tornassem independentes e cuidassem de suas plantações, tal diária em muitos casos foi prolongada pelos primeiros 12 meses, ou mesmo 24 meses.³⁷⁴ Porém, como veremos em seguida, a estrutura administrativa era tão precária que não havia uma contabilidade colonial. Tudo era improvisado. Isto às vezes favorecia os colonos, que não pagavam suas dívidas pelas terras e auxílios que receberam. Outras vezes a falta de escrituras causava-lhes grandes sofrimentos, como quando lhes subtraíam parte de seus lotes ou os obrigavam a mudar de lote quando já haviam começado a cultivar. A colônia viveria neste caos administrativo até a sua emancipação, apenas ocasionalmente dirigida por pessoas capazes, que tentaram superá-lo. Entre 1857 e 1862, a colônia conheceu ao menos 10 diretores.³⁷⁵ Alguns destes atuaram mais de uma vez como diretores efetivos ou provisórios.³⁷⁶ Muitos dentre os primeiros diretores eram militares sem qualquer experiência em colonização. Ressaltamos que tal fenômeno continuou até a emancipação da colônia. A corrupção era comum. Wagemann afirma que freqüentemente os subsídios para os colonos eram subtraídos pela direção ou concedidos a favoritos. Tschudi relata que as doenças martirizavam os europeus naquele difícil momento de adaptação e que a moralidade entre os colonos atingiu níveis baixíssimos. “Esposas e filhas de colonos entregavam-se aos brasileiros por qualquer

373 APEES: GDA, Segunda Série, livro 168.

374 A. de Biase Ferrari: op. cit.

375 R. J. Costa Pacheco: op. cit. pág. 130.

376 Foi o caso do francês Amélio Pralon, que foi diretor em 1857, em 1860 e também em 1870.

pataca para comprar comida, arrastando mais tarde o corpo consumado pela sífilis.³⁷⁷ De qualquer forma, era verdade que os colonos, por sua vez, não se haviam adaptado àquela empresa. Talvez, como afirmavam as autoridades do Espírito Santo, aqueles suíços não tenham dado mau exemplo em São Paulo. Segundo Tschudi, os holandeses e os belgas também eram indolentes, degenerados, submersos em imundície. Ele escreveu que os holandeses alimentavam-se apenas de uma papa feita de farinha de mandioca, óleo de rícino e água. Não lavavam nem mesmo a panela em que cozinhavam, acrescentando o novo alimento aos restos e assim sucessivamente.³⁷⁸ Tschudi, entretanto, cala-se com relação aos suíços e Wagemann apressa-se em recordar que “parece que os suíços não eram um material humano adequado à colonização”.³⁷⁹ Embora já tenhamos tratado deste assunto, vale a pena retornar rapidamente a ele. A Europa certamente expelia naquele momento enormes massas de pessoas. Dos países já em via de rápida e progressiva industrialização não saíam apenas camponeses. Também proletários e todo o tipo de párias, certos de encontrar na América uma vida fácil e distante de autoridades opressivas. Mas não foram estes os que deixaram a sua marca nas colônias. Em todas as colônias brasileiras cuja história conhecemos e entre colonos de todas as nacionalidades verificaram-se, sobretudo nos primeiros anos, casos de revolta, mau comportamento e às vezes de depravação moral. Ocorreu entre os alemães, poloneses, italianos, suíços, russo-alemães, holandeses. Em muitos casos, tratavam-se comprovadamente de camponeses que em sua pátria nada conheciam além do trabalho. Em seu estudo sobre a colonização alemã no Brasil, E. Willems esclareceu a multiplicidade de mecanismos econômicos, sociais, psicológicos e organizativos que formavam a vida das colônias, em seus primeiros anos insuportável mesmo para o cidadão europeu médio.³⁸⁰ Tentamos por nossa vez esclarecer alguns mecanismos que, imputáveis às autoridades coloniais ou aos colonos ou à situação, transformavam decididamente o comportamento dos camponeses europeus.³⁸¹ No mais, a empresa em si era considerada difícilíssima. Já ressaltamos como a desorganização lançou imediatamente os colonos em uma

377 E. Wagemann: op. cit. pág. 25.

378 J. J. von Tschudi: op. cit. pág. 35.

379 E. Wagemann: op. cit. pág. 25.

380 E. Willems: *A aculturação dos alemães no Brasil*, Comp. Editora Nacional.

381 R. M. Grosselli: op. cit.

condição desesperadora. Seus lotes não haviam sido preparados, assim como as suas casas; não havia farmácia, enfermaria, médico, pastor. Acrescente-se a isto uma outra consideração. Chegados ao Brasil, a maioria deles sentiu-se, e continuou a sentir-se, enganada. Em primeiro lugar, as promessas que lhes haviam sido feitas na Europa eram exageradas e muitas vezes totalmente falsas. E não eram apenas os agentes de emigração a valer-se destes sistemas para enganar as pessoas. Algumas vezes as próprias autoridades brasileiras serviam-se dos mesmos estratagemas para aumentar o escasso contingente de imigrantes europeus.³⁸² Em segundo lugar, no Brasil estes se encontraram em um mundo composto apenas de natureza, em que faltava tudo a que estavam habituados. Até agora já indicamos dois casos em que se atribuíram os fracassos da colonização (apenas os iniciais) a certos grupos nacionais. Neste caso, tratavam-se de suíços e holandeses. Veremos em seguida que muitas outras nacionalidades serão classificadas como inadequadas à colonização. E serão as mesmas nacionalidades que, ao contrário, transformaram, juntamente com os nativos, o Brasil colonial em um Brasil moderno.

Somente por volta do final de 1858 os colonos da Leopoldina puderam dispor de um médico. Tratava-se, contudo, do colono J. Braun, prático de medicina. Era mais uma improvisação, e de fato ele foi destituído daquele cargo por ser charlatão e falso. Apenas em 1863 nomeou-se um médico verdadeiro. Até 1860 a colônia não dispunha de uma enfermaria.³⁸³ Somente em 1864 os protestantes tiveram à disposição um pastor, enquanto os católicos em 1860 já dispunham de Adrian Lauschner (ou Lantschner), que servira também em Santa Isabel.³⁸⁴ A primeira pedra para um posto de polícia e uma prisão foi colocada em 1874.³⁸⁵ Neste meio tempo, contudo, a colônia crescera muito. De 1860 e 1867, as entradas de colonos foram bastante escassas. Isto, em um primeiro momento, poder-se-ia atribuir ao excessivo afluxo de colonos nos anos anteriores, à conseguinte dificuldade da situação que se criou e ao Decreto Von der Heydt, que em 1859 proibiu aos alemães a emigração para o Brasil. Foram importantes também as informações negativas que chegavam à Europa sobre a colônia, entre estas as de Tschudi. Entretanto, a emigração em

382 Sobre estes primeiros colonos, veja-se R. J. Costa Pacheco: op. cit. pág. 129.

383 A. de Biase Ferrari: op. cit.

384 E. Wagemann: op. cit. pág. 26 e L. Rocha: *Viagem...*, op. cit. pág. 96.

385 A. de Biase Ferrari: op. cit. e B. C. Daemon: op. cit. pág. 418.

todo o Brasil era bastante escassa naqueles anos, devido à diminuição do esforço governativo neste sentido.

Com a aprovação da nova lei sobre as colônias, em 1867, aumentou gradualmente o fluxo de imigrantes. Sobretudo a partir de 1875, quando a organização de Caetano Pinto começou a buscá-los na Itália. Como veremos na tabela que agora apresentamos, exatamente em 1868 a Colônia Santa Leopoldina viu mais uma vez aumentarem as entradas de colonos. E ainda mais colonos recebeu em 1872, 1873 e 1874. É provável que isto se relacione também com o fim da guerra franco-prussiana na Europa. Trata-se de uma tabela até o momento desconhecida, que nos ajuda a quantificar o fluxo de imigração na Colônia Santa Leopoldina, do momento de seu nascimento até 1873. O título do documento é “Mapa dos colonos estabelecidos na Colônia”. Trata-se, não dos colonos que entraram em Santa Leopoldina, mas daqueles que ali efetivamente se estabeleceram.

Colonos estabelecidos na Colônia Santa Leopoldina de 1857 a 1873³⁸⁶ (Tab. VI)

Ano	Número famílias	Número indivíduos	Católicos	Protestantes
1857	17	54	16	38
1858	64	263	93	170
1859	199	988	338	650
1860	15	55	28	27
1861	11	52	23	29
1862	5	25	5	20
1863	1	6	–	6
1864	2	5	3	2
1865	2	11	6	5
1866	4	18	4	14
1867	5	17	5	12
1868	18	79	14	65
1869	115	452	45	407
1870	3	19	–	19
1871	7	24	8	16
1872	118	463	72	391
1873	316	1.300	212	1.088
Total	902	3.831	872	2.959

386 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 31/08/1878.

Muitos dados comprovam que se trata do número de colonos que definitivamente se estabeleceram na colônia. De acordo com inúmeras fontes, 140 colonos suíços chegaram em 1857, mas a tabela inclui apenas 54 indivíduos. Melhor ainda, a população da colônia foi calculada em 1873 em 3.881 unidades, número bastante próximo ao proposto pela tabela, o que confirma que esta fornece exatamente o número de colonos estabelecidos, excluindo aqueles que deixaram a colônia. É também possível pensar que os colonos tenham sido registrados no ano em que recebiam o lote, e não no ano de chegada. Segundo R. J. Costa Pacheco e C. A. Marques, 222 colonos entraram em Santa Leopoldina na metade de 1857. A menos que se trate de outros, encontramos na tabela mais de 200 colonos estabelecidos na colônia em 1858. Note-se, porém, que ainda neste caso E. Wagemann confirma que foi em 1858 que o grupo de colonos entrou em Santa Leopoldina. Devemos também considerar que a contabilidade colonial não foi regularmente mantida durante muitos anos. Parece-nos, portanto, que a tabela em questão possa ser considerada um índice do fluxo de entradas de colonos em sua totalidade, sem dar excessiva importância a dados particulares. De resto, até agora jamais se conseguira reconstruir um esquema de entradas na colônia, e o documento preenche uma lacuna neste sentido.

À tabela precedente, acrescentamos outra que reconstrói a população da colônia nos diversos períodos. Entre as várias fontes que indicam números diversos para alguns anos, escolhemos o dado que nos parecia fornecer uma seqüência lógica, reportando em notas de pé de página os outros valores e todas as fontes.³⁸⁷

387 Para 1858, consideramos o dado de Jean Roche. Para os anos 1859-60-62-64-66-67-69, baseamo-nos nos dados fornecidos por G. Rocha. Para os anos 1861-63, nos dados fornecidos por A. de Biase Ferrari. Para 1868, referimo-nos ao *Relatório do Presidente da Província F. Leite Bittencourt Sampaio*, de 1868. Para 1870, o dado foi extraído do *Relatório do Ministro da Agricultura J. Fernandes da Costa Pereira Jr.* de 02/05/1875. Para 1871, de APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. sem data, intitulado *Relatório distrital de todos os negócios relativos à Colônia Santa Leopoldina*. Para 1873, valemo-nos do *Relatório do Ministro da Agricultura J. Fernandes da Costa Pereira Junior* de 14/05/1874. Dados diversos: para 1860, Tschudi fornece o número 1.003; para 1861, G. Rocha fornece o número 1.065; para 1862, C. A. Marques fornece o número 1.016; para 1863, J. Teixeira de Oliveira fornece o número 940; para 1864, J. Roche fornece o número 1.214; para 1865, A. de Biase Ferrari fornece o número 1.279; para 1866, E. Wagemann fornece o número 1.016; para 1872, o *Relatório do Presidente A. G. de Paula Fonseca* de 02/10/1872 fornece o número 2.494 até 31 de agosto e G. Rocha o número 2.495.

*População da Colônia Santa Leopoldina
de 1858 a 1873 (Tab. VII)*

Ano	População	Ano	População
1858	351	1866	1.279
1859	359	1867	1.340
1860	992	1868	1.395
1861	1.075	1869	1.452
1862	1.130	1870	2.000 circa
1863	1.187	1871	?
1864	1.235	1872	2.512
1865	?	1873	3.881

Podemos arriscar algumas considerações, comparando esta tabela à precedente. A soma dos vários colonos estabelecidos em Santa Leopoldina não deveria apresentar números muito diferentes daqueles da população atual. Deveria diferenciar-se apenas devido ao fato de que as autoridades incluíam na população o pessoal que trabalhava na colônia, em razão do incremento natural da população, o que na primeira tabela evidentemente não se levou em consideração. Mas não se trata disto. Somando os dados anuais dos colonos estabelecidos na colônia, obtêm-se números em geral muito diversos do número da população nos mesmos anos. Os casos macroscópicos são logicamente explicáveis. Desta forma, em 1859 e 1869, o total de colonos estabelecidos na Leopoldina somaria uma população superior em, respectivamente, 946 e 573 unidades em relação à estimativa das autoridades. Exatamente nestes dois anos estabeleceu-se na colônia um número significativo de novos colonos, e é provável que os números relativos à população sejam o resultado de estimativas realizadas antes do final do ano. É extraordinário, porém, que a diferença entre as somas dos colonos que entraram na colônia e a população estimada nos vários anos diminua em termos absolutos e em percentuais constantes, até zerar em torno dos anos '70. Proporcionalmente, a diferença de 1860 a 1868 diminui de 27% a 11%, com etapas intermediárias de 23, 21, 17, 14, 13 e 10%. Isto se explica nestes termos: nos primeiros anos, é maior o número de colonos que tomaram posse de novos lotes em relação ao total da população, e grupos de camponeses deixaram a colônia depois de tomar posse de seus lotes. Com o passar dos anos, contudo, o incre-

mento natural da população, devido ao aumento da taxa de natalidade em relação à de mortalidade (aumento não considerado na primeira tabela), diminuía esta diferença até o momento em que este aumento cobriu o número de fugas da colônia.

É entretanto quase impossível, à luz destas duas seqüências de dados, calcular o número de colonos que deixaram a colônia, e tentar levantar uma taxa de fixação de colonos naqueles anos. Seriam necessários os dados referentes às entradas, relativos aos vários anos e ao aumento e diminuição natural da população. Não é, entretanto, arriscado supor que as fugas da colônia tenham sido substanciais nos primeiros anos, quando as estruturas coloniais praticamente inexistiam.

Há poucas informações precisas e circunstanciais sobre as fugas de Santa Leopoldina. Fala-se de um grupo de famílias suíças que se transferiram à Colônia Rio Novo³⁸⁸, tratando-se aparentemente de 39 pessoas.³⁸⁹ Mas as fugas foram certamente mais numerosas, como demonstram as diferenças citadas entre as duas tabelas que apresentamos.

Por volta do final dos anos '60, podia-se considerar concluída a primeira fase da história da colônia. Conquanto cercadas de muitas contradições, haviam sido criadas as principais estruturas coloniais, houvera uma seleção entre os colonos e aqueles que ali permaneceram começaram a produzir uma quantidade cada vez maior de bens. Outros produtos eram cultivados pelos colonos, exclusivamente para seu consumo e para o pequeno comércio do núcleo, mas era ao café que eles dedicavam maior atenção. Eis uma tabela que demonstra o rápido desenvolvimento do cultivo de café nesta colônia:³⁹⁰

Exportações de café da Colônia Santa Leopoldina 1864/1873 (Tab. VIII)

Ano	Kg	Ano	Kg
1864	7.344	1872	440.400
1865	26.440	1873	734.450
1868	293.780		

388 A. de Biase Ferrari: op. cit.

389 C. A. Marques: op. cit. pág. 211.

390 Os dados foram extraídos de G. Rocha: op. cit. pág. 86 e, para 1872, de APEES:GDG, Segunda Série (383L), livro 71, *Relatório distrital...*, cit.

A criação de animais também era de grande importância na economia colonial. De acordo com o Presidente da Província, em 1865 contavam-se na colônia 505 cabeças de gado, entre equinos e bovinos.³⁹¹ Mas é possível que se tratasse de um dado equivocado, visto que em 1867 contavam-se em Santa Leopoldina 1.100 bovinos, 378 cavalos, 18 jumentos. A estes devem-se acrescentar 1.000 porcos, 10 cabras e cerca de 4.000 galinhas.³⁹²

No ano seguinte, a contabilidade colonial enumerava 579 cavalos, 791 bovinos, 10 cabras, 14 ovelhas e 482 porcos.³⁹³ Mais uma vez, é fácil supor que se tratassem de estimativas aproximadas. Caso contrário, devemos pensar que durante doze meses tenha ocorrido uma epidemia na colônia, ou ainda grandes festas em que se sacrificaram 300 bovinos e 500 porcos (enquanto que os cavalos conheciam uma prolificidade surpreendente). Em 1872, os bovinos eram 914, ovinos e caprinos 68, 318 cavalos, 65 mulas, 1.566 suínos e 6.271 galináceos.³⁹⁴

Além do café, outros produtos eram exportados em pequenas quantidades. Era o caso das batatas que chegavam ao mercado de Vitória, e da madeira. Para consumo próprio, produzia-se milho (144.430 kg produzidos em 1872), feijão (17.843 litros), arroz (3.243 litros) e batatas (5.394 kg).³⁹⁵ O tabaco também era cultivado. De acordo com o diretor da colônia, em 1872 o cultivo encontrava-se ainda em estado experimental, mas em 1868 calculou-se a sua produção em 646 kg.³⁹⁶

Para a transformação dos produtos agrícolas, em 1869 os colonos dispunham de 8 moinhos de pedra, 135 pequenos maquinários acionados a água para a limpeza do café, 121 para a farinha de milho.³⁹⁷

Em 1872, as máquinas, “as mais simples possíveis”, eram: 140 para a farinha de mandioca, 11 para a farinha de milho, 28 para descascar o café e 208 de menor dimensão, também para a limpeza do café.³⁹⁸

Mas, ainda em 1872, as importações eram superiores às exportações, somando, respectivamente, 200:000\$000 e 182:904\$800.³⁹⁹

391 *Relatório do Presidente A. R. da Silva Chaves*, cit.

392 *Relatório do Presidente F. L. B. Sampaio*, cit.

393 *Relatório do Presidente L. A. Fernandes Pinheiro*, de 08/06/1869.

394 *Relatório do Presidente A. G. de Paula Fonseca*, cit.

395 *idem*.

396 *Relatório do Presidente L. A. F. Pinheiro*, cit.

397 *idem*.

398 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, *Relatório distrital...*, cit.

399 *idem*.

Ao final de 1872, haviam sido distribuídos 881 lotes e a área da colônia era de 266.502.500 metros quadrados. Calculava-se a área cultivada em 42.052.874 metros quadrados. Havia na colônia duas pequenas escolas públicas e uma financiada pelos colonos. Ao todo, eram freqüentadas por 118 meninos e 49 meninas. Não muito, considerando-se que havia 885 menores de 10 anos e 426 jovens entre 10 e 20 anos.

Ainda em 1872, a colônia contava com um pastor protestante e um padre católico, Maximilian Fried. Havia duas capelas católicas e duas modestas casas de oração para os protestantes. O governo havia já financiado a construção de uma igreja católica. O diretor da colônia definia o estado sanitário da mesma como muito satisfatório, e elogiava a sua salubridade, devida à altitude. Em todo o caso, naquele ano morreram 25 crianças e 13 adultos. O senhor Francisco Rudio possuía uma farmácia bem suprida. Faltavam médico e enfermaria.⁴⁰⁰

Por volta do final dos anos '60, os colonos de Santa Leopoldina, em sua maioria alemães, haviam superado o primeiro difícil período de sua nova vida brasileira. Assim se exprimia em 1869 o Presidente L. A. Fernandes Pinheiro:

“A tentativa de colonização nesta província obteve todos os efeitos desejados; levando-se em conta o breve período de tempo entre esta data e o seu estabelecimento, foram muito além do esperado. A melhor garantia de que não são ilusórias as esperanças que nutro, é a nacionalidade dos colonos. Realmente os alemães, trabalhadores por índole e hábito, dotados de tenaz perseverança e possuidores ao máximo grau de amor pela família, que é a única e verdadeira base do patrimônio, e o apego ao lugar onde um dia se estabeleceram e fizeram fortuna, serão um dia também cidadãos brasileiros que contribuirão para a grandeza da pátria.”⁴⁰¹

O diretor de Santa Leopoldina, Bernardino Marques da Cunha Bastos, não parecia entretanto muito convencido das qualidades daqueles colonos. Referindo-se às oportunas experiências de novos cultivos, ele escreveu: “Se se espera a iniciativa dos colonos, tarde ou nunca serão realizadas estas experiências, porque estes são incapazes de afastar-se das

400 idem.

401 *Relatório do Presidente L. A. Fernandes Pinheiro*, cit.

rotinas que aprenderam aqui. Não arriscam meia jornada de trabalho sem a plena certeza de recompensa.”⁴⁰²

Colônia Santa Leopoldina, 1873. A revolta polonesa

O ano de 1873 não começava bem para a colônia. No ano anterior 568 pessoas haviam chegado após cerca de dois anos de quase completa estagnação. As estruturas da colônia não estavam prontas para distribuir, com a devida rapidez, aquela carga de trabalho: acolher os colonos nos barracões, instalá-los prontamente nos lotes. O diretor lamentava-se das condições em que havia herdado a colônia: “A escritura está 10 anos atrasada”, observava, e acrescentava: “O estabelecimento que tenho a honra de dirigir tem sofrido muito pela falta absoluta de método na gestão de todos os seus negócios. Desde o início, seus regulamentos foram desprezados e a maior parte das providências não foram aplicadas.”⁴⁰³

Um dos motivos do caos administrativo era a contínua mudança de diretores. Para não perder o hábito, as autoridades mudariam ainda duas vezes a direção, naquele mesmo ano.

Um novo frente de colonização estava se abrindo: o núcleo Timbuhy. A suposta fertilidade de suas terras havia sido descoberta enquanto se trabalhava na estrada que iria da costa (mais precisamente da Serra) até Minas Gerais. Desde 1871, pelo menos, haviam sido projetados os trabalhos de recuperação do velho trecho estradal.⁴⁰⁴ A estrada dividia-se em três partes: de Timbuhy a Santa Cruz, de Santa Cruz ao Rio Santa Joana, e deste a Natividade. Mas, para que os trabalhos de recuperação do trecho não fossem inúteis, era necessário abrir um frente de colonização em torno ao seu traçado. Já em 1872, 134 lotes haviam sido medidos na zona da ponte sobre Timbuhy.⁴⁰⁵

Em um documento datado de 21 de junho de 1873, tem-se notícia de que um grupo de colonos havia se estabelecido ali, e as autoridades consideravam aquelas terras excelentes.⁴⁰⁶ Os colonos haviam tomado

402 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, *Relatório distrital...*, cit.

403 *idem*.

404 Veja-se: *Correio da Victoria* de 17/06, 28/06/1871 e 10/01/1872. E ainda *O Espírito-Santense* de 27/04/, 19/12/1871 e 30/05/1872.

405 *O Espírito-Santense* de 30/05/1872.

406 APEES: GDG, série 751, livro 124.

O COMÉRCIO



Grupo de personalidades teresenses nos anos '20. Entre eles, dois dos maiores comerciantes de Santa Teresa: José Vervloet (conhecido como "Chefe") é o primeiro embaixo, à direita. Carlo Avancini (1865), filho de Adone e originário de Selva di Levico é o segundo, em pé, a partir da direita.

posse daqueles lotes a partir de janeiro, embora durante aquele mês o diretor ainda não soubesse se aquelas zonas faziam ou não parte da colônia.⁴⁰⁷ Os primeiros colonos a estabelecer-se naquela área eram poloneses. Haviam chegado no início do ano, juntamente com um grupo de colonos da Pomerânia, a bordo dos navios *Zorida* e *Hertig Oscar Frederick*. Eram cerca de 500 pessoas. A situação mostrou-se imediatamente difícil. No Porto de Cachoeiro, faltavam estruturas adequadas para hospedar aquela gente. E era uma estação imprópria: não apenas era o período de máximo calor, como também já passara a época certa para o plantio. O grupo foi dividido em quatro subgrupos. O primeiro foi acomodado no barracão que havia no porto. O segundo, em uma casa que por sorte estava livre, nas proximidades da igreja. O terceiro foi hospedado em quatro casas que um brasileiro emprestou à direção. O último grupo foi conduzido ao interior e colocado às ordens do engenheiro Pedro de Albuquerque Rodrigues, que estava trabalhando na Estrada de Santa Teresa. Mas já acontecera alguma coisa que acendera os ânimos dos poloneses. A direção referiu-se à “Inocência exemplar daqueles colonos em relação à entrega de documentos falsos, com os quais haviam sido enganados” e citou o nome de uma agência de emigração, Loniz Knorr e C. As promessas que lhes haviam sido feitas falavam de 9 meses, durante os quais a direção colocaria a seu dispor os víveres, uma casa que encontrariam à sua chegada e de campos já cultivados. A primeira e a terceira promessas não estavam em conformidade com a lei sobre as colônias de 1867, tratando-se do fruto das invenções de agentes de emigração, que lucravam altas somas expedindo esta gente para o Brasil. A segunda promessa, porém, estava totalmente em regra com a lei e o seu não cumprimento seria constante, até a emancipação da colônia (como em todas as outras colônias imperiais) e era causa de dissabores com os imigrantes. Mas outro fato radicalizou a raiva dos poloneses. E desta vez não se tratava de desilusões devidas a falsas promessas. Parte dos poloneses foi hospedada em um velho e decrepito barracão. Uma outra parte, em um barracão em construção, “cujas paredes laterais ainda não haviam sido concluídas”. Os colonos afirmaram que a chuva entrava ali livremente. Na colônia, faltava também um médico, fato extremamente grave, considerando-se a aglomeração de tanta gente em um espaço exíguo e também a estação do ano, a menos propícia a uma rápida adaptação dos europeus. Alguns poloneses afirmaram que 29 deles haviam sido amontoados, na mais completa promiscuidade, em

407 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd. 26/01/1873.

uma casinha composta apenas de uma sala que media 6 passos de comprimento e 2 de largura. O diretor desmentiu esta informação, recusando-se contudo a fornecer as reais dimensões daquela casa.⁴⁰⁸

Em suas petições à autoridades, os poloneses ressaltaram também a insuficiência do salário que ganhavam no trabalho nas estradas. Afirmavam que eram obrigados a desfalcar a pequena quantia em dinheiro que haviam conseguido em sua pátria vendendo suas poucas coisas. Enfim, lamentavam-se da alimentação. Ao invés da comida local, eles prefeririam consumir farinha de trigo e toucinho, certamente devido às suas tradições. Mas o preço destes produtos na colônia era muito alto e com o dinheiro que ganhavam não era possível comprá-los. Neste ponto os poloneses estavam certamente enganados, mantendo hábitos alimentares típicos de seu país e inadequados ao Brasil, tanto pela diversidade do clima quanto pela escassez da produção. Mas evidentemente não se podia pretender que os imigrantes se desabituassem de um dia a outro a costumes que os acompanhavam há gerações. A direção procurava desmentir as razões do descontentamento dos polacos, mas era forçada a admitir o seu total despreparo para acolher aquele grupo de europeus. Faltavam casas, os lotes não haviam sido medidos, não havia um médico. Os salários diários foram aumentados de 1\$280 para 1\$600 e aceleraram-se os trabalhos de medição dos lotes. A fim de negar as reclamações dos recém-chegados, recorria-se a paradoxos. Assim, para afirmar que não eram tão precárias as condições higiênicas em que se encontravam, a direção afirmou: “A mortalidade a que se referem é absolutamente destituída de fundamento, uma vez que não atingiu, até esta data, três por cento da referida população.” E, contra os poloneses que alegavam nada ter encontrado pronto na colônia, e que as terras que lhes reservaram eram estéreis, o diretor afirmou: “Contra a esterilidade do terreno, contestam os numerosos casos de prosperidade de alguns colonos já estabelecidos no lugar. Havia falta de lotes medidos, é verdade, mas de janeiro a esta data, pode-se dizer que não perdemos sequer uma ocasião para plantar; a primeira que se apresenta é em outubro próximo e de nada adiantaria receber os respectivos lotes três ou quatro meses antes.”⁴⁰⁹

Em pouco menos de 8 meses, três por cento dos poloneses já entregara a alma a Deus e, tendo chegado à colônia em janeiro, teriam que

408 idem, doc. dd 08/08/1873 e *Relatório distrital...*, cit.

409 idem, doc. dd. 08/08/1873.

esperar até outubro para cultivar os campos e começar a manter as próprias famílias com seus cultivos. De quem era a culpa pela escolha errada da época para emigrar? Dos colonos? Do Estado brasileiro? Sabia-se que os agentes de emigração “pescavam” bem na Europa, especialmente nos meses inverniais, durante os quais as massas camponesas sofriam mais com a falta de alimento. A lei de 1867 concedia aos imigrantes 15 dias de trabalho assalariado durante os primeiros 6 meses de permanência na colônia, mas em casos como este eram necessários 10 meses para dar início às plantações e ser auto-suficientes em termos alimentares.

Houve ainda outro problema a comprometer o relacionamento entre os colonos poloneses e as autoridades coloniais. Mas ouçamos o diretor da colônia: “A crassa ignorância e a ilimitada confiança desta gente leva-a a um estado de contínua perplexidade. Foram induzidos pelos maus conselhos de I. J. Tesch, que denegriu a colônia, afirmando até mesmo que morreriam de fome se não decidissem comer serpentes, e ajudou-os a reclamar junto ao Ministro, no Rio de Janeiro, lamentando-se de seu imaginário mau estado. Como disse, estão sempre perplexos e não aceitam mais conselhos de ninguém. Esforcei-me a dissuadi-los das caluniosas informações do Sr. Tesch, que há muitos anos emprega estes meios (a intriga) para obter a nomeação de agente consular.”⁴¹⁰

É a primeira vez, mas não será a última, em que nos deparamos com intrigas contra as autoridades coloniais. Desta vez partiam de fora da colônia, outras vezes viriam do interior da estrutura estabelecida para a condução das colônias. Os poloneses, assim que chegaram, foram insuflados por este Tesch e começaram a desconfiar. Depois se aperceberam de que tinham sido enganados com relação às promessas que lhes haviam sido feitas no seu país. Enfim, depararam-se com o total despreparo da colônia. Amontoados em barracões e casas inadequadas, sem um médico, sem lotes medidos. E a morte já começara a atacar. Deve-se também observar que haviam dado entrada em uma colônia totalmente estranha à sua nacionalidade: as autoridades eram em sua maioria brasileiras e os camponeses que ali já residiam eram alemães. Não podiam esperar compreensão e solidariedade. Já nos primeiros dias de permanência no Brasil, o diretor Da Cunha Bastos observava: “Devo declarar que antigos colonos aqui estabelecidos e também os pomeranos que vieram com os navios *Zorida* e *H. Oscar Frederick* não se ligam aos outros, por eles denominados “polacos” e pedem

410 idem: *Relatório distrital...*, cit.

que sejam separados, afirmando que estes polacos são muito revolucionários e ladrões.”⁴¹¹

A direção confirmava as acusações dos alemães:

*“Sendo os colonos recém-chegados extremamente indisciplinados, tanto que violaram a propriedade alheia, forçando os negociantes a dar-lhes o que desejavam, e sendo considerável o número dos que se entregam à contínua embriaguez, eu, desprovido de todos os meios para reconduzi-los à ordem, venho respeitosamente suplicar a Vossa Excelência que se digne a tomar as medidas que julgar convenientes.”*⁴¹²

Este acalorado apelo parece indicar que os poloneses haviam atacado os comerciantes da colônia. Mesmo neste caso, como veremos, havia razões precisas que, se não justificavam completamente a sua atitude, ajudavam a compreendê-la. Mas acompanhemos agora os eventos daquele 1873 em sua seqüência temporal.

No dia 2 de janeiro, o colono alemão Friedrich Kehnert enlouqueceu e ameaçou matar a esposa e o filho.⁴¹³ Em fevereiro, o diretor comunicou às autoridades provinciais que havia descontentamento devido aos pagamentos que nunca ocorriam na data estabelecida. Tratava-se do pagamento dos salários pelos trabalhos na colônia, reservados aos colonos.⁴¹⁴ Em seguida a esta agitação, ocorreu provavelmente um tumulto, pois no início de março chegaram à colônia um capitão e oito soldados “para manter a ordem e a tranqüilidade pública”.⁴¹⁵ Em março, a direção dirigia-se à presidência, praticamente justificando uma nova reclamação dos poloneses. Os colonos, afirmava, produziam quase que exclusivamente café. A chegada de quase 600 pessoas no ano anterior esgotara totalmente a disponibilidade de outros produtos na colônia e agora, com a chegada dos poloneses, os preços dos alimentos atingiram níveis estratosféricos. Não era por capricho que os poloneses haviam atacado os estabelecimentos. A eles pouco importavam as razões para tal estado de coisas. O que queriam evitar era a fome.

411 idem.

412 idem: doc. dd. 18/02/1873.

413 idem: doc. dd. 02/01/1873.

414 idem: doc. dd. 17/02/1873.

415 idem: doc. dd. 11/03/1873.

A direção lamentava-se também da falta de estruturas coloniais adequadas: no Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina devia-se construir um barracão de recepção adequado e a colônia carecia de um médico. Por que será que, quando as mesmas coisas eram ditas pelos poloneses, que as sentiam na pele, eram interpretadas como pretextos?⁴¹⁶ Os colonos que haviam chegado naquele mês de janeiro eram exatamente 498. Em abril, comunicou-se a chegada prevista de outros 880 emigrantes de Hamburgo. O que fazer? Os barracões ainda estavam lotados.⁴¹⁷

Quem sabe? Talvez a culpa fosse do diretor. Em carta de 17 de março, este respondia a uma acusação que lhe haviam feito: “Remeto-me ao juízo dos homens, meus compatriotas, que, incapazes de imitar-me, atribuem torpes lucros às minhas atitudes”. É provável que se tratasse de adversários políticos. Mas no início de maio, o diretor foi destituído e o vice-diretor Francisco Leite de Freitas Guimarães foi nomeado diretor provisório.⁴¹⁸ Os colonos, especialmente os poloneses, pediam aumento de salário para 1\$600 ao dia, para acompanhar os preços muito altos e, como vimos, foram atendidos.⁴¹⁹

No dia 23 de maio, já haviam chegado em Santa Leopoldina 200 novos imigrantes. Haviam sido alojados em um barracão novo. Os outros barracões estavam ainda ocupados. Em Vitória, 600 imigrantes aguardavam o momento de ser transferidos para a colônia. Era necessário construir rapidamente outros barracões.⁴²⁰ No dia 10 de junho, foi nomeado um novo diretor: Pedro de Albuquerque Rodrigues.⁴²¹ Mas os recém-chegados tiveram que esperar muito para serem enviados à colônia. Ainda no final de junho estavam em Vitória, pelo menos uma parte deles, e o diretor dizia-se disposto a recebê-los. Deviam, contudo, ser examinados por um médico da capital, pois na colônia não havia médico.⁴²² A Província recebia poucos fundos do Ministério da Agricultura, assim como a colônia. Os pagamentos aos colonos chegavam com um atraso cada vez maior, e isto naturalmente causava descontentamento.⁴²³

416 idem: doc. dd. 17/03/1873.

417 idem: doc. dd. 23/04/1873.

418 idem: doc. dd 03/05/1873.

419 idem: doc. dd 09/05 e 15/05/1873.

420 idem: doc. dd 23/05/1873.

421 idem: doc. dd 10/06/1873.

422 idem: dois documentos dd 27/06/1873.

423 idem: doc. dd 12/07/1873.

No dia 20 de julho, os poloneses decidiram passar à ação. À exceção de cerca de vinte famílias, desceram de suas terras ao Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Eram aproximadamente cem pessoas e estavam armadas. O diretor solicitou intervenção militar, mas naquele momento não foi atendido.⁴²⁴ O jornal de Vitória confirmava o ocorrido e perguntava-se o que queriam ainda aqueles colonos que tinham recebido alimentação, alojamento e terra.⁴²⁵ Os poloneses haviam decidido retornar à Europa. O diretor perdera a paciência:

*“A paciência, a generosidade e os favores excessivos que foram concedidos a esta gente habituada na Europa a um regime quase análogo àquele em que no Brasil são tratados os escravos, apenas contribuiu para a sua audácia e impertinência inadmissíveis que eles aqui ostentam e que requer pronta e exemplar repressão. Todos os meios pacíficos e moderados foram exauridos, e a continuação apenas poderia ser interpretada, de agora em diante, como impotência por parte do Governo Geral. Estas ameaças de partida para a Europa com as quais pretendem obter do Governo a transferência para uma outra província onde possam continuar a mesma vida ociosa como a que se habituaram aqui, são dirigidas especialmente por dois colonos recém-chegados do Rio e cuja retirada da colônia é imprescindível para acalmar a exaltação de que os mesmos estão possuídos.”*⁴²⁶

Mas os poloneses eram teimosos. Já no dia 29 de julho, muitos haviam partido.⁴²⁷ Em um documento da direção, verificamos que 57 famílias tinham ido embora. Em anexo, havia um outro documento que enumerava 67 grupos familiares, todos poloneses, à exceção de um dinamarquês.⁴²⁸ O Presidente da Província afirmou em seguida que, em agosto, 65 famílias de poloneses haviam partido para o Rio de Janeiro. Talvez fossem para o sul, em direção ao Rio Grande do Sul ou Paraná. Neste sentido, não nos foram de grande ajuda nem mesmo as informações fornecidas aos parlamentares locais pelo Presidente da Província:

424 idem: doc. dd 20/07/1873.

425 *O Espírito-Santense* de 22/07/1873.

426 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 21/07/1873.

427 idem: doc. dd 29/07/1873.

428 idem: doc. dd 04/08 e 08/08/1873.

*“Devo informar que na Colônia de Santa Leopoldina estavam prestes a ser sensivelmente alteradas a ordem e a paz públicas por um grupo de colonos poloneses que, em número talvez de 100, cerca de setenta dos quais armados, concentraram-se no Porto de Cachoeiro com atitudes hostis à Direção do estabelecimento e à população pacífica e trabalhadora da localidade. Tendo sido oficialmente informado do ocorrido, para lá enviei um grupo de militares sob o comando do Tenente Pedro José Ribeiro, para garantir a ordem. Espalhando-se neste ínterim boatos assustadores, e tendo sido comunicado de que aqueles colonos mantinham uma atitude ameaçadora, provocando o fechamento do comércio, e para retirar do Porto de Cachoeiro algumas famílias, tive que mandar mais soldados sob o comando do Tenente Genésio Fraga, decidindo, vista a gravidade do caso, dirigir-me àquela colônia para avaliar as coisas pessoalmente e tomar providências imediatamente, de acordo com as circunstâncias. Ali chegando, verifiquei a exatidão das informações que recebera, e imediatamente agi, de acordo com o digno Diretor, o engenheiro Pedro de Albuquerque Rodrigues, no sentido de restabelecer a ordem, o que felizmente consegui, ordenando, entre outras medidas que tomei, a retirada para a capital dos colonos mais exaltados, com as suas famílias.”*⁴²⁹

Ainda em agosto, segundo a direção, encontravam-se nos barracões 55 famílias de colonos que haviam chegado no ano anterior, mais 220 dentre aqueles que haviam chegado em 1873. Os poloneses não agradavam a ninguém: “São extremamente medrosos e nunca se afastam mais de uma légua do lugar em que se está trabalhando na construção de estradas.”⁴³⁰ A direção afirmava que três quartos daquela gente havia conseguido um aumento da diária para 1600 réis, mas ainda não estavam satisfeitos. Mais uma vez afirmava-se que eram ociosos, de temperamento turbulento, beberrões. Muito diferentes dos colonos da Pomerânia que haviam chegado naquele mesmo ano.

“Por conveniência e moralidade de serviço, fui obrigado a não deixar nem mesmo um polaco nos grupos em que trabalham os

429 *Discurso do Presidente J. Thomé da Silva* de 10/09/1873.

430 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 04/08/1873.

*alemães, pois aquele contato era absolutamente funesto para os serviços. Esta gente foi como uma praga lançada contra a colônia e a passagem de um grupo deles é sempre marcada pela destruição, por roubos ou furtos de algum objeto. (...) Na minha opinião, a experiência com esta nacionalidade para a colonização foi feita, e creio que Vossa Excelência, por experiência própria e informações que facilmente poderá obter, chegará igualmente à conclusão de que de modo algum poderá convir ao Governo Imperial colocar em qualquer outra colônia esta gente, cujos contratos de introdução deverão ser cancelados imediatamente.*⁴³¹

Eram palavras de uma dureza inusitada. Apenas com relação ao grupo de russo-alemães que se estabeleceram nas colônias do Paraná em 1877/78 foram usados termos tão depreciativos. É-se levado a pensar que os comportamentos usuais daqueles colonos fossem incompatíveis com a cultura brasileira da época. Mas é também certo que na Colônia Santa Leopoldina eles encontraram o caos administrativo. É possível que outros colonos poloneses tenham chegado depois de janeiro, porque em uma sua comunicação, o diretor enumerou 134 famílias polonesas. 59 haviam recusado o lote, 48 haviam-nos aceito e 27 estavam em dúvida (mas estava-se em julho e em agosto 65 famílias haviam partido).⁴³² Eram talvez 600, portanto, os poloneses na colônia nos meses sucessivos.

Mas não foram apenas os poloneses a dar sinal de descontentamento naquele difícil momento. Em agosto, um grupo de alemães partiu para o Rio Grande do Sul.⁴³³ Em outubro, outros pediram para segui-los.⁴³⁴ Em dezembro, também o diretor recebeu muitos pedidos de transferência para o Rio Grande do Sul e Paraná.⁴³⁵ Estes continuariam no ano seguinte.

Continuavam a chegar imigrantes e o diretor viu aumentarem os seus problemas: na metade de outubro havia 300 famílias nos barracões e um grande número de colonos enfermos. Declarou-se desgostoso com aquela situação.⁴³⁶ Um grupo de colonos que aparentemente adaptara-se

431 idem: doc. dd 26/07/1873.

432 *Discurso do Presidente J. T. da Silva* de 10/09/1873.

433 idem: doc. dd 21/08/1873.

434 idem: doc. dd 08/10/1873.

435 idem: doc. dd 20/12/1873.

436 idem: doc. dd 16/10/1873.

bem àquela situação eram os originários da Pomerânia: “São os melhores até agora.”⁴³⁷

Por volta de novembro, finalmente chegou à colônia o médico, senhor Ernesto Mindo de Andrade Oliveira⁴³⁸. Entre o diretor e o padre católico as coisas não iam bem. Maximilian Fried, contudo, não fizera inimigos apenas na colônia, mas também no Rio de Janeiro, tanto que o bispo do Rio suspendeu-o em dezembro.⁴³⁹

Os colonos alemães também davam sinais de turbulência. Alguns estavam partindo, outros lamentavam-se junto a seu consulado. Em outubro, o Cônsul Hermann Haupt fez uma reclamação junto à Presidência da Província contra o tratamento dispensado a 61 famílias alemãs há pouco chegadas à Leopoldina.⁴⁴⁰ É provável que em outubro também tenham ocorrido desordens na colônia.

Um documento do Presidente da Província daquele mês faz referência a militares que se encontravam lá devido à ocorrência de desordens.⁴⁴¹ A 6 de novembro, o Presidente afirmou que esperavam-se desordens a qualquer momento na Leopoldina.⁴⁴²

Cada novo diretor que punha os pés na colônia percebia rapidamente que tratava-se de um cargo político e incômodo. O próprio Pedro de Albuquerque Rodrigues o confirmou. Falou de “contrariedades sucessivas que me causou a Tesouraria e pessoas cujos planos foram atrapalhados pela minha permanência neste lugar.” E acrescentou: “A intervenção indevida do Comissário do Governo em assuntos puramente de competência do Diretor da Colônia, e estando em completo desacordo com muitas das suas idéias que de forma alguma desejo sancionar com a minha responsabilidade, solicito a Vossa Excelência que se digne nomear um substituto ao atual Diretor Provisório da Colônia.”⁴⁴³

Findava 1873, com muitas nuvens no céu da colônia. Ali viviam 3.881 pessoas. Dispunha de 1.260 lotes, dos quais 957 haviam sido distribuídos. Contava com duas capelas católicas e duas casas de oração pro-

437 idem: doc. dd 03/11/1873.

438 idem: doc. dd novembro 1873.

439 idem: doc. dd 22/12 e 27/12 1873.

440 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 06/10/1873.

441 idem: doc. dd 16/10/1873.

442 *Relatório do Presidente M. Ribeiro Coutinho Mascarenhas* de 06/11/1873.

443 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 16/10/1873.

testantes. Seis pequenas escolas haviam sido instituídas: duas com ensino em português e quatro em alemão. Freqüentavam-nas 245 alunos. O médico finalmente chegara e, a partir de 20 de novembro, podia-se contar com um farmacêutico, Henrique A. de Sequeira.⁴⁴⁴ Muitos brasileiros, especialmente de Viana, pediram para dar entrada em Santa Leopoldina como colonos.⁴⁴⁵

De acordo com o discurso pronunciado pelo Presidente da Província, J. Thomé da Silva, a 10 de setembro de 1873, durante a sua administração haviam chegado de Hamburgo 4 navios com 1.018 colonos para a Leopoldina. Vimos que, com os navios *Zorida* e *Hertig Oscar Frederick*, haviam chegado 498. Em 21 de maio, 366 chegaram com o navio *Doctor Barth*. Enfim, a 7 de junho, chegaram 133 com o *Hainan*⁴⁴⁶. Um total de 1.410 colonos chegaria a dar entrada na colônia. Mas a tabela que apresentamos, relativa aos colonos que se estabeleceram em Santa Leopoldina, indica um número de 1.300 em 1873. Se acrescentarmos a estes aqueles que abandonaram a colônia (ao menos cerca de 65 famílias polonesas), chegamos facilmente ao número de 1600. É provável que os dados da presidência e os de Daemon não estejam completos. Se os nossos cálculos estiverem exatos, significaria que quase 10% dos recém-chegados não se estabeleceram na colônia.

Colônia Santa Leopoldina, 1874. Os primeiros trentinos. As revoltas alemãs. O contrato com Pietro Casagrande

Pedro de A. Rodrigues foi atendido. A 7 de fevereiro, Pedro de Sant'Anna Lopes foi nomeado Diretor Provisório da Colônia.⁴⁴⁷ Foi mais uma decisão política. Ele era deputado da Assembléia Legislativa Provincial. Por este motivo, ausentar-se-ia freqüentemente da colônia, criando um problema ulterior.

Em 1874, iniciaram-se a pleno ritmo os trabalhos na estrada que coligaria o Porto de Cachoeiro à capital. Já por volta de abril falava-se

444 *Relatório do Ministro da Agricultura J. Fernandes da Costa Pereira Jr.* de 14/05/1874, cit. e APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 22/11/1873.

445 idem: doc. dd 18/11/1873.

446 B. C. Daemon: op. cit. págs. 407-408.

447 APEES: GDG, série 751, livro 391, doc. dd 07/02/1874.

disto.⁴⁴⁸ Em torno de setembro, 150 colonos ocupavam-se deste trabalho (e o dinheiro começava a rarear).⁴⁴⁹ Tinha razão um trentino que, como veremos, naquele ano escreveu que aquela estrada nunca seria concluída. Para a Corte do Rio de Janeiro, com o aumento das entradas de colonos, aumentavam desmesuradamente as despesas, a níveis imprevisíveis. Nem sempre a culpa pelo atraso dos trabalhos coloniais eram atribuíveis à falta de dinheiro. O diretor decidiu, a uma certa altura, não encarregar grupos de colonos, normalmente a serviço de algum agrimensor ou chefe de grupo, dos trabalhos nas estradas. “Estes, geralmente pouco escrupulosos, empregavam semanas e meses a construir estreitos caminhos para os lotes dos colonos, de modo que custavam ao governo somas relativamente fabulosas”. A partir daquele momento, os trabalhos seriam realizados por empreitada.⁴⁵⁰

Mas em uma colônia em que os diretores mudavam com aquela rapidez, todas as experiências caducavam e cada novo diretor devia formar uma opinião própria sobre muitos aspectos da colônia. E, assim que formava aquela opinião... era substituído. Ainda naquele ano, concluiu-se a estrada que ia de Porto de Cachoeiro às margens do Rio Timbuhy.⁴⁵¹ Uma vez coligado o porto com a capital, a estrada para o Rio Timbuhy comunicaria Vitória com a Estrada de Santa Teresa. Seria concluída a ligação entre a capital e a província de Minas.

Uma outra importante decisão tomada no início de 1874 foi a de transferir a sede da colônia para o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, que era então o ponto mais importante. Já por volta de março, o Presidente da Província solicitou a permissão do Ministro da Agricultura para comprar terrenos a serem usados com esta finalidade.⁴⁵² Os últimos dias do ano, com uma celeridade que demonstrava a lentidão do aparato burocrático-colonial, estas terras haviam sido medidas.⁴⁵³

A colônia ainda estava sob pressão, devido às entradas maciças do ano anterior. Grupos de colonos alemães partiam em direção ao Rio Grande do Sul e ao Paraná. Eram freqüentes as requisições neste sentido

448 APEES: GDG, Segunda série (383L), livro 71, doc. dd 14/04/1874.

449 idem: doc. dd 24/09/1874.

450 idem: doc. dd. 19/02/1874.

451 *Relatório do I Vice-Presidente M. Coitinho Mascarenhas de 1874*, cit.

452 APEES: GDG, série 751, doc. dd 06/03/1874.

453 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 27/12/1874.

às autoridades, e foi sobretudo a província do extremo sul a ser privilegiada pelos alemães.⁴⁵⁴ No Rio Grande do Sul formara-se um pólo de atração para os imigrantes alemães. O clima parecia-lhes mais agradável do que o do Espírito Santo e a colonização estabelecera-se ali há mais tempo, tendo-se já organizado de maneira estável e desenvolvido uma economia bastante próspera.

As entradas maciças de 1873 na Leopoldina haviam criado uma certa confusão. Em janeiro de 1874, verificou-se que as bagagens de um alemão da Colônia Blumenau, em Santa Catarina, encontravam-se na colônia.⁴⁵⁵ O alemão Georg Hertler enlouqueceu.⁴⁵⁶ Construiu-se um outro barracão no porto e uma enfermaria provisória. Faltavam ainda uma casa para o médico e uma para o farmacista.⁴⁵⁷ A colônia possuía uma canoa que era usada para a travessia do rio Santa Maria. Continuava a medição de lotes em torno ao rio Timbuhy. Naquela zona, alguns brasileiros já haviam se estabelecido e a direção distribuía cerca de trinta lotes.⁴⁵⁸

Em fevereiro, eclodiram as primeiras desordens causadas por colonos alemães. De acordo com a direção, devido aos excessos a que se entregavam os colonos nos dias em que recebiam o salário, e a outro fato: “As desordens nasceram da embriaguez habitual e da descoberta que fiz de certas liberdades que os superintendentes tomavam com relação ao salário dos trabalhadores.” As desordens aconteceram no porto, e um superintendente foi ferido, juntamente com dois colonos, estes últimos gravemente. Muitos outros feridos fugiram. O sub-delegado de polícia obteve ajuda de um grupo de cidadãos brasileiros para sedar os tumultos. A batalha durou até as 11 da noite.⁴⁵⁹

Em março, soube-se que um colono austríaco de língua alemã dera sinais de desequilíbrio mental; os colonos holandeses solicitaram um pastor que falasse a sua língua e os alemães, um padre que substituísse o que havia sido afastado.⁴⁶⁰

454 idem: doc. dd 15/01 e 18/01/1874. Veja-se também: documentos variados em APEES: GDG, Série 751, livro 124 e livro 391.

455 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 04/01/1874.

456 idem: doc. dd 14/01/1874.

457 idem: doc. dd 13/02/1874.

458 idem: doc. dd 20/01/1874.

459 idem: doc. dd 25/02/1874 e APEES: GDA, Segunda Série, livro 22, doc. dd 25/02/1874.

460 APEES: GDG, série 751, livro 391, doc. dd 16/03/1874 e GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 16/03 e 14/04/1874.

Por volta do início de abril, apareceu na colônia o primeiro trentino, o tirolês de língua italiana. Era Antonio Serafini, de Tenna, que procurava trabalho. As autoridades já haviam orientado o diretor a conceder trabalho aos colonos de Tabacchi. Serafini era um deles. Em junho, 68 camponeses da mesma expedição solicitaram admissão na colônia. Em julho, outros 47 que anteriormente haviam se recusado a partir, decidiram transferir-se para a Leopoldina.

Os colonos alemães que haviam chegado no final da década de '50 e no início da década de '60 já estavam bem integrados no Brasil. Em maio daquele ano, o jornal de Vitória relatava a notícia de que o colono Johann Holzmeister, que chegara à colônia em 1860, estava retornando à Alemanha com uma fortuna avaliada em 150 contos de réis, e deixando para trás um comércio avaliado em 70 contos de réis. No início, havia aberto uma oficina de serralheiro e em seguida abriu uma mercearia.⁴⁶¹ Os comerciantes eram os únicos que nas colônias brasileiras tinham a possibilidade de fazer fortuna. Todo o trabalho dos camponeses acabava em suas mercearias e eles eram obrigados a comprar tudo o que necessitavam sempre nos mesmos lugares, a preços de monopólio.

Em maio, ocorreram outros graves incidentes envolvendo as autoridades coloniais e grupos de colonos alemães. Mais uma vez as desordens eclodiram quando um grande grupo de colonos dirigiu-se ao porto para receber os salários:

“No dia 12, apresentou-se um grupo de 40 ou 50 alemães reclamando o auxílio gratuito concedido pelo artigo 30 do Regulamento número 3784 de 19 de janeiro de 1867; tendo esta Direção examinado tais reclamações, descobri que este auxílio já havia sido pago aos pais dos reclamantes e aos de suas esposas, quando ainda estavam sob seu pátrio poder, e assim foi-lhes recusado. Outros apresentaram-se afirmando ter concluído a construção das trilhas para os seus lotes, que haviam tratado com esta Direção, e exigiam o pagamento imediato do número de braças que declaravam ter feito, independentemente de qualquer supervisão e não obstante a cláusula inserida no contrato que firmaram “depois de examinado, será pago”. Tendo sido igualmente recusada esta sua segunda pretensão, prorromperam em ameaças e dois dos chefes, forçando a porta, entraram

461 O *Espírito-Santense* de 05/05/1874.

na sala da Direção e imediatamente avançaram os outros, armados com bastões. Com dificuldade, ajudado pelos empregados Freitas Guimarães, Araújo Silva, pelo tesoureiro e um meu hóspede, consegui expulsar de dentro da sala os primeiros que haviam entrado e a barrar a porta. Em seguida, a porta foi arrombada e muitas pedras foram atiradas pela janela, não tendo eles a coragem de forçar a entrada, pois tinham visto que a vigiávamos, armados com foices e pistolas. Neste momento, fomos socorridos por alguns brasileiros e alemães antigos [leia-se, há muito tempo em Santa Leopoldina], e colocando-me em condições de poder agir, saí de casa e ordenei aos turbulentos que se retirassem, o que fizeram. Imediatamente após o referido evento, compareceu o Sub-delegado de Polícia, por mim chamado, e tomou as providências requeridas pelo caso. Passou-se a noite entre 12 e 13 sem novidades. No dia 13, continuaram os pagamentos sem maiores novidades até as 4 horas da tarde, quando chegou um grupo deles embriagado e seguido por outros, e começaram a provocar desordens; estive atento ao dinheiro e fiz suspender os pagamentos; e como eles continuassem a estar à porta com atitude insolente, saí com o tesoureiro e três brasileiros e nos dirigimos à residência do médico, com a intenção de ver se se retiravam, mas estávamos enganados; seguiram-nos com os bastões e lançando-nos improperios. Chegando à casa do médico, encontrei alguns brasileiros e o Sub-delegado, o qual intimou os colonos a se retirarem e, não sendo obedecido, teve que empregar a polícia, composta de compatriotas, apreendendo um deles, enquanto os outros fugiam. Na noite do mesmo dia 13, os colonos se reuniram em número de sessenta, mais ou menos, e, fazendo de uma daquelas caixas de querosene um tambor de guerra, soaram o toque de reunir; fizeram manobras militares e se prepararam para marchar em direção à casa da Direção, quando foram cercados pelo Sub-delegado, ajudado por compatriotas, que ordenou-lhes que se dispersassem, o que fizeram, visto que era impossível oferecer qualquer resistência [...].

Vossa Excelência pode concluir, a partir do que acabo de referir, o estado crítico em que eu e os tesoureiros nos encontramos, e quais as conseqüências que se poderiam esperar destas desordens sem o apoio espontâneo da população brasileira, pois, como Vossa Excelência sabe, na colônia não há nem um soldado e nem uma prisão. Os presos foram recolhidos em uma sala da enfermaria, casa coberta

*de palha onde eles, com um fósforo, teriam podido explodir; não apenas a enfermaria, mas também a farmácia que está situada em uma parte do mesmo edifício. Além disto, não é a primeira vez que isto acontece aqui, mas trata-se da oitava ou décima repetição!*⁴⁶²

Dizíamos que a experiência das colônias foi difícil para todos, e fatos como este o confirmam. Havia uma desconfiança recíproca entre autoridades coloniais e colonos. Todos tinham que agir sem o respaldo de estruturas comprovadas e em um vácuo de poder, que transformava aqueles lugares em terra de ninguém. Os colonos europeus não viam nas autoridades coloniais uma orientação moral a que referir-se e, neste como em outros casos, demonstravam às vezes saborear um tipo anárquico de liberdade, que podia desaguar em casos gratuitos de rebelião. Mas tratava-se da classe camponesa, carente de líderes e não politizada, o que fez com que estes eventos fossem esporádicos e nunca muito violentos.

Assim que entraram na colônia, os trentinos pediram para usufruir dos serviços de um professor para a escola dos filhos.⁴⁶³ Como em outras províncias do Brasil, demonstraram a importância que para eles tinha a instrução, assemelhando-se nisto aos colonos alemães.

Solicitado em junho, obtiveram o professor no início de agosto. Segundo o diretor, os trentinos demonstravam adaptar-se bem à colônia, e já tinham enviado cartas ao Trentino, dando notícias positivas sobre aquela experiência. Certamente, muitos deles haviam chamado os parentes. Era típico. Assim que chegavam nas colônias, fascinados pelos hectares de terra de que tomavam posse, tão grandes quanto haviam sonhado, e iludidos pelos primeiros auxílios em dinheiro do governo, abandonavam-se a considerações insensatas, que iludiriam muitos de seus concidadãos e parentes próximos. As suas cartas representariam um fator de atração considerável em direção à América, sobretudo porque, se não acreditavam nas autoridades por desconfiança natural, os camponeses que ficaram na pátria criam em seus semelhantes emigrados. E os desmentidos que lhes chegavam pontualmente após alguns meses de colônia, quando aquela vida revelava-se a eles como era na realidade, ou seja, uma vida de privações e de luta cotidiana, geravam na pátria uma enorme confusão.⁴⁶⁴

462 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 17/05/1874.

463 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 17/06/1874.

464 Sobre este assunto, ver R. M. Grosselli: op. cit. págs. 121/125 e E. Franzina: *Merica! Merica!* Feltrinelli Economica.

Para ministrar aulas em italiano aos filhos dos trentinos, foi considerado apto Giuseppe Paoli, de Novaledo, que em agosto foi encarregado oficialmente de ensinar aos filhos dos ex-colonos de Tabacchi.⁴⁶⁵

Mas, quanto à instrução de seus filhos, os camponeses sofreram uma séria perda com relação aos seus hábitos europeus. Se neste caso eles obtiveram imediatamente um professor pago pelo governo, em pouco tempo, quando este decidiu limitar as despesas relativas aos estabelecimentos coloniais, a instrução subvencionada pelo poder público seria eliminada. Em todo caso, a grande distância que separava as várias linhas coloniais tornava difícil para os jovens, quando não impossível, a frequência regular à escola: “Aqui, o menino tem que viajar uma ou duas léguas para ir à escola, muitas vezes com estrada ruim e em terrenos continuamente acidentados, e evidentemente uma viagem deste tipo, todos os dias, é quase impossível.”⁴⁶⁶ Os alemães geralmente se recusavam a enviar seus filhos a escolas em que se ensinava em português. Desejavam um ensino ministrado apenas em língua alemã. Era certamente uma defesa da própria identidade cultural, mas já constituía um exemplo das dificuldades que os grupos étnicos alemães ergueriam à sua inserção gradual na comunidade brasileira. Neste caso, contudo, era mais do que legítimo que eles se recusassem a ver eliminados de forma traumática os sinais de sua cultura, em uma escola que não levasse em consideração as suas características culturais. A direção de Santa Leopoldina assim dirigiu-se à Presidência: “Parece-me que seria conveniente nomear para as escolas que foram criadas, professores que compreendam o alemão e o português, alemães enfim, e fazê-los ensinar em dias alternados o português e o alemão, não admitindo a frequência de uma matéria sem a outra, pois nunca seriam escolhidas as escolas em português, que passaram a servir apenas aos brasileiros.”⁴⁶⁷

Em agosto, tem-se notícia do assassinato de um colono brasileiro por três colonos alemães.⁴⁶⁸ Sant’Anna Lopes foi afastado da colônia e substituído por Albuquerque Rodrigues. Em setembro, foi a Vitória participar dos trabalhos da Assembléia Legislativa.⁴⁶⁹ Neste ínterim, o Comis-

465 APEES: GDA, Segunda Série, livro 22, doc. dd 09/06/1874; GDG, série 751, livro 391, doc. dd 05/08/1874; GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 09/06/1874 e *O Espírito-Santense* de 11/08/1874.

466 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 17/11/1874.

467 idem: doc. dd 14/09/1874.

468 idem: doc. dd 18/08/1874.

469 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 21/08 e 27/09/1874.

sário do Governo, Thomas José Pinto de Serqueira, fez em um relatório “tristes descrições” da colônia. Propôs emancipar a parte antiga do instituto, ou seja, as zonas habitadas pelos alemães e outros europeus que haviam chegado nos anos ’50 e ’60. O diretor negou que a colônia se encontrasse em condições precárias e, como prova, assegurou que a maioria dos trentinos, e sobretudo dos poloneses que haviam chegado há pouco, haviam se estabelecido e aparentemente encontravam-se bem.⁴⁷⁰

A falta de liquidez era uma constante, o que envenenava a vida colonial. Não era possível uma programação das despesas, e os colonos estavam furiosos porque seus salários eram pagos freqüentemente com meses de atraso. Enquanto isto, deviam sobreviver contraindo dívidas com os negociantes. Depois da metade de setembro, deviam ainda ser pagos os salários de agosto, e não havia dinheiro para fazê-lo. O diretor escrevia ao Presidente da Província e este ao Ministério da Agricultura, que por sua vez dirigia-se ao Ministério das Finanças. Um penoso labirinto burocrático, que gerava disfunções e evidenciava a tenra idade da estrutura burocrática brasileira.

A falta de dinheiro colocava em crise também a continuidade dos trabalhos na estrada para Vitória.⁴⁷¹ Ao mesmo tempo, contudo, o governo do Rio pretendia que se iniciassem outros trabalhos nas colônias, pois chegavam notícias da Europa de que o Contrato Caetano Pinto começava a dar frutos. Por exemplo, o Ministério ordenou que fosse preparado um novo barracão no Porto de Cachoeiro (de Santa Leopoldina), pois previam-se novas chegadas maciças. O diretor propôs a construção de um barracão provisório, com teto de palha, sem portas ou pavimento. Havia-se já esquecido da raiva dos poloneses alojados em condições precárias. A Presidência da Província desta vez optou por um barracão definitivo: “Foi uma perda total a despesa feita com barracões provisórios, devido à pouca durabilidade que oferecem, graças à sua rápida e má construção.”⁴⁷² Os colonos europeus chegavam ao Brasil certos de que seriam acolhidos em estruturas funcionais, alojados rapidamente em casas provisórias e de que poderiam trabalhar suas terras imediatamente. Recebiam na Europa informações erradas. Isto se devia também à falta de respeito do governo à lei de 1867. As agências de emigração faziam o resto. Para

470 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 24/09/1874.

471 APEES: GDG, série 751, doc. dd 17/09 e 28/09/1874.

472 idem: doc. dd 28/09/1874 e APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 26/09/1874.

exemplificar a desinformação de que eram vítimas os emigrantes, relatamos o caso de três espanhóis que chegaram à Leopoldina em novembro. Estavam convencidos de que era possível plantar e colher o café nos primeiros oito meses. A informação de que a espera era de pelo menos quatro anos deixou-os em pânico. Eram solteiros e não havia na colônia outros espanhóis com cuja ajuda pudessem contar nos primeiros tempos. Além disto, naquela época do ano não podiam dar início aos cultivos. Pediram para ir embora, manifestando também antipatia por alemães e italianos. Foram accontentados.⁴⁷³ Mais despesas inúteis.

O primeiro grupo de trentinos estabelecido em Santa Leopoldina, como vimos, já havia enviado à pátria notícias apressadas sobre a sua situação. Por volta do final do ano, o diretor da colônia recebeu uma petição assinada por 100 chefes de família trentinos, que desejavam unir-se a seus parentes naquela colônia. Solicitavam ulteriores confirmações sobre as vantagens que obteriam.⁴⁷⁴ Mas já naquele momento, poucos meses depois de sua chegada, muitos camponeses trentinos haviam compreendido melhor qual seria a sua vida no Espírito Santo. Uma carta chegou ao jornal da região, na Itália: era de um colono que fez parte da expedição Tabacchi e que se transferiu depois para a Leopoldina.

Querido irmão,

Venho por meio desta informar-lhe sobre tudo o que me perguntaste em tua carta de 17 de agosto, que recebi no dia 10 de outubro com enorme prazer, pois naquele mesmo dia disse aos meus em casa: pagaria 2 f. para receber notícias do Trentino.

Encontro-me com um certo Damaso Paoli, de Villa del Banale; nós dois não nos estabelecemos na colônia, e não temos intenção de fazê-lo, o que talvez seja melhor. Há outros que trabalham como colonos: Francesco Merlo, de Covelo, Bortolotti Simone, de Vezzano, Comper Leonardo, de Besenello, Tonini Lazzaro, de Borgo, Giuseppe Paoli, de Borgo, Giacomozzi Domenico, de Segonzano, habitante de Trento, moleiro, Zamprogno Sebastiano, de Treviso na Itália, Piovesan Pietro, também de Treviso, Cappelletti viúva do falecido Giacomo Guadagna [?], Passamani, de Tenna, Armellao, de

473 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 13/11/1874.

474 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 17/11/1874.

Borgo; estamos sempre juntos. Na colônia Tabacchi ficaram 17 famílias, por temor de serem presas [...].

Queres saber que despesas faço diariamente; sou forçado a gastar todos os dias 2,50 florins austríacos; a comida que consumimos são: carne seca, feijão, farinha, Trigo, Arroz, Banha de porco, às vezes Galinha, Pão, Café e Mandioca, isto é o que comemos; encontram-se Manteiga, Batatas e Queijo, às vezes, mas não sempre. O preço destes gêneros é: 1kg de Carne Seca em moeda americana 480 Réis = 48 s. austríacos; 8kg Feijão 2.000 réis = 2 f.; 1kg de Banha de Porco 1.280 Réis = 1,28 f.; 1kg de café 400 réis = 40 s.; 1 Galinha, se for boa 1.000 Réis = 1 f.; 1kg de açúcar 360 Réis = 36 s.; 8kg de Arroz 2.720 réis = 2,72 f.; 1kg de Batatas 280 réis = 28 s.; 1kg de Manteiga 3.000 = 3 f.

O queijo não é vendido a peso, mas enquanto aí em casa custa 4 soldos, aqui custa 300 réis, equivalentes a 30 soldos austríacos. O Pão é muito caro, aí em casa custa um soldo, aqui custa 40 réis = 4 soldos.

Queres saber sobre o clima, e os frutos que esta terra dá; por exemplo arroz, milho, Café, de que o Brasil é muito rico, feijão, Mandioca, Batata; e, das frutas que se encontram no Brasil eu só vi Banana, Limão e Laranja. O calor até agora foi de 20 a 30 graus, porque era inverno; limpei um trecho de bosque em julho, que era outono quase inverno, e fiz quatro pés de vegetação; agora está chegando o verão; te direi em outra carta o calor que fez.

O nosso trabalho é construir uma estrada de Santa Leopoldina a Vitória, que querem que seja concluída em 4 anos, mas não será concluída nem em 10 porque paga-se pouco e depois têm um mau hábito, porque pagam sempre com um mês de atraso, e a quem quiser ir embora, não pagam.

Em julho ganhamos [note-se que uma nota do jornal afirma que o autor da carta tinha esposa e quatro filhos] 140.000 Réis, equivalente a 140 florins austríacos; e depois em Agosto, Setembro e Outubro ganhamos apenas 200.000 Réis, equivalentes a 200 f.; e gastamos 300.000 Réis, equivalentes a 300 f., porque ficamos todos doentes.

Eu e Enrico ganhamos 2.000 Réis cada um, que seriam 2 florins aust. por dia; Bortolo, Emilia, Silvio ganham apenas 70 soldos austríacos cada um por dia; juntos, ganhamos 6.100 réis, equivalentes a 6.10 florins austríacos por dia. O governo me deve 130.000

Réis. Digo-te que apesar de todas as misérias que há no Trentino sobre as quais me escreveste, se apenas tivesse o dinheiro para levar a minha família, gostaria de partir hoje mesmo.

Informo-te a nacionalidade das pessoas; aqui em Santa Leopoldina encontram-se na colônia 6.000 pessoas: 1.000 entre brasileiros (sic), mouros, escravos; 5.000 entre Alemães, Suíços, Prussianos e Poloneses." 475

Os que ficaram mudaram de idéia depois de algumas semanas. Entretanto, outros trentinos, iludidos pelas cartas de seus conterrâneos, chegavam ao Espírito Santo. Quanto à estrada para Vitória, o autor da carta estava certo. Não sabemos com precisão que tipo de doença tiveram os trentinos. Ao certo, sabemos que no Espírito Santo houve uma epidemia de varíola durante aquele mês. Cerca de 205 colonos tiveram que ser medicados.⁴⁷⁶ A pequena colônia de língua italiana começava, entretanto, a estruturar-se. Giuseppe Zamprogno solicitou um financiamento para montar uma oficina de serralheiro. O diretor apoiou seu pedido, afirmando que se tratava de um bom trabalhador e que a oficina era útil à colônia. Em pouco tempo, poderia restituir o dinheiro recebido. Os colonos europeus possuíam capacidades técnicas ainda incomuns no Brasil e apresentavam-se como agentes modernizadores da sociedade que os hospedava.⁴⁷⁷ Por outro lado, deviam aprender a viver em um ambiente totalmente novo. O trentino que escreveu a carta ao "*Raccoglitore*" percebera que seus hábitos alimentares não estavam em sintonia com o novo ambiente: o pão que na Europa era a base de suas refeições, aqui era muito caro. Por volta do final de dezembro, um fato trágico veio confirmar que os europeus teriam que pagar custos humanos altíssimos ao processo de aculturação que os aguardava: um colono alemão morreu ao abater uma árvore.⁴⁷⁸ Não era a primeira vez que isto acontecia, e não seria a última. Os colonos eram forçados a mudar substancialmente a sua bagagem cultural e de conhecimentos, relativamente em pouco tempo. Aqui, o abate de árvores requeria técnicas diversas. A construção de casas também. Eis o que pensava o diretor: "Os pedreiros alemães trabalham regularmente com pedra seca, mas nas obras com cal não conseguem fazer nada de bom, ignoram

475 *Il Raccoglitore* de 05/01/1875.

476 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 21/11 e 01/12/1874.

477 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 20/12/1874.

478 idem: doc. dd 23/12/1874.

completamente o método para misturar a cal, e nada sabem sobre a armação das paredes [trata-se provavelmente da estrutura de madeira]; além disto, são tão descarados que, quando se censura seu trabalho mal feito, afirmam que a obra do governo não precisa durar muito. [...] Embora não saibam fazer nada, exigem um salário de 3\$500 a 4\$500.”⁴⁷⁹

É provável que não se tratasse de incapacidade, mas de hábitos diversos. Quanto à impudência destes pedreiros, podemos supor que fosse uma defesa contra o fato de não se sentirem inseridos na sociedade brasileira, e portanto de não se sentirem estimulados a cuidar do interesse público. Mas poderia tratar-se de um grupo de imprestáveis, presentes em toda nacionalidade.

Um outro trentino decidira envolver-se com a emigração. Era Pietro Casagrande, que acompanhara ao Brasil os colonos de Tabacchi. Ele certamente pensava em trazer para o Espírito Santo todos aqueles que contatara no Trentino. A 9 de novembro, firmou com a Presidência um contrato para a introdução de um máximo de cem camponeses austríacos (evidentemente trentinos) em sua fazenda, situada em uma localidade denominada Descanço, entre a cidade de Linhares e a Lagoa de Juparanã.⁴⁸⁰ Em março do ano seguinte, Casagrande solicitou a renovação do contrato.⁴⁸¹ Também não obteve sucesso em seus propósitos de empregar mão-de-obra européia em suas terras. Ele também perdeu sua batalha contra as colônias. Por que deveriam os trentinos trabalhar como meeiros em sua fazenda, quando podiam ser proprietários de terras a baixo custo?

O ano de 1874 concluía-se com um grupo de trentinos que viviam na Colônia Santa Leopoldina. De acordo com o Ministro da Agricultura, tratava-se de 98 pessoas, entre trentinos e italianos⁴⁸². A estrada do porto ao núcleo fora concluída. Mas era uma estrada colonial, ou seja, pouco mais do que uma trilha na floresta. As primeiras chuvas a arruinariam. A área da colônia duplicara-se em dois anos. Agora avaliava-se em 514.250.000 metros quadrados. Havia sido demarcados 1.700 lotes. Durante o ano haviam nascido 212 crianças e haviam morrido 82 pessoas. Segundo os dados fornecidos pela direção, as exportações eram então muito superiores às importações. Tratava-se principalmente de café, ex-

479 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 26/12/1874.

480 APEES: GDG, série 751, doc. dd 19/11/1874.

481 idem: doc. dd 09/03/1875. O *Relatório do Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas de 1875*, cit. menciona este contrato.

482 *Relatório do Ministro da Agricultura J. F. da Costa Pereira Junior de 02/05/1875*, cit.

portado pelo valor aproximado de 420:000\$000. As importações, por outro lado, somavam 230:000\$000. Este último dado, contudo parece-nos inexato. As importações de 1872 eram pouco inferiores a estas, e não julgamos possível que, com as entradas maciças de 1873 e 1874, tais importações aumentassem tão pouco.⁴⁸³

A população era estimada em cerca de 5.000 pessoas. As duas fontes que indicam a população da colônia reportam “mais de 5.000 habitantes”.⁴⁸⁴ Considerando-se que a população em 1873 era de 3.881 pessoas e que o saldo demográfico fora positivo de 130 unidades, significaria que naquele ano haviam se estabelecido na colônia bem mais de 1.000 pessoas. O documento que se refere aos os “colonos estabelecidos na colônia”, apresentado anteriormente, indica o número de 638 pessoas em 1874.⁴⁸⁵ Dada a falta de escrituras coloniais corretas, poder-se-ia supor que tal dado fosse inexato. Mas seria igualmente possível que 400 colonos tivessem deixado a colônia. Certamente, como vimos, fizeram-no grupos de colonos alemães. Ou então, a população estimada era excessiva.

Este era o pessoal pago pelo Estado para a Colônia Santa Leopoldina: diretor, ajudante, escrivão, médico, farmacêutico, 4 agrimensores, o padre católico e o pastor protestante, os professores. Ao Estado pertenciam a casa da direção, a do médico, o hospital, dois barracões no porto, um outro junto à fazenda Alvarenga Rosa, dois no distrito de Suíssa e três no de Bragança. Em outro documento, especificava-se que os barracões eram de madeira com teto de palha. Também a escola, a igreja católica e a casa do pastor protestante eram de propriedade do Estado. Todo este pessoal e estas estruturas coloniais eram distribuídas em várias zonas da colônia. A igreja católica situava-se em uma localidade denominada Tyrol, o pastor vivia na Pomerânia Oriental, as casas da direção em Bragança, o médico e a enfermeira em Cachoeiro de Santa Leopoldina.⁴⁸⁶ Este fato também contribuía para aumentar a confusão em que se debatia a administração da colônia. Para citar um último exemplo sobre a situação, o diretor não dispunha ainda de uma casa própria na colônia. Por volta da metade do ano, haviam-lhe fornecido os fundos para realizar esta despesa mas, sabiamente, preferira construir a enfermaria provisória.⁴⁸⁷

483 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 10/06/1875.

484 Documento acima e *Relatório do Ministro da Agricultura J. F. da Costa Pereira Junior de 02/05/1875*, cit.

485 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 31/08/1878.

486 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 26/09/1874.

487 idem: doc. dd 24/05/1874.

A Colônia de Rio Novo, 1854-1874

O nascimento da Colônia de Rio Novo em parte contradiz o que dissemos em relação à colonização no Espírito Santo. Rio Novo não nasceu para atender às exigências de povoamento da Província, mas para fornecer braços aos latifúndios. A observação feita por Luciana Osório Costa⁴⁸⁸, entretanto, toma em consideração a fundação da colônia e os seus primeiros anos de vida, na verdade uma fase de pouca importância, em relação a toda a vida do estabelecimento. Afinal, Rio Novo poderia ser considerada uma colônia que contribuiu para o povoamento do Espírito Santo e para a ocupação de seu território.

A colônia surgiu em 1854, quando Caetano Dias da Silva fundou no Rio de Janeiro a Associação Colonial Agrícola de Rio Novo. De acordo com Maria Stella de Novaes, a associação dispunha de um fundo de 500:000\$000, representado por 2.500 ações.⁴⁸⁹ Segundo Luciana Osório Costa, a Associação pertencia praticamente a um só homem, o major Caetano Dias da Silva, sendo seus parentes próximos os outros componentes.⁴⁹⁰ O fundador era um português, ex-trafficante de escravos.⁴⁹¹ Foi talvez o primeiro empresário agrícola do Espírito Santo a se aperceber de que a época da escravidão estava chegando ao fim e era necessário voltar-se para a Europa ou para outros continentes, em busca de braços para a agricultura brasileira. A iniciativa de Dias da Silva mais uma vez nasceu de uma solicitação do governo brasileiro que, com a Lei 601 de 18 de setembro de 1850, estabelecera uma nova normativa referente à colonização. A colônia surgiu nas vizinhanças da fazenda de cana-de-açúcar denominada *Limão*, que pertencia à Associação Colonial. Situava-se no sul do Espírito Santo, na margem esquerda do rio Novo. O Decreto Imperial 1.566 de 24 de fevereiro de 1855 fornecia base jurídica ao novo estabelecimento colonial.⁴⁹² O primeiro diretor da colônia foi o próprio fundador da Associação Colonial Agrícola de Rio Novo. Os primeiros colonos a dar entrada em Rio Novo eram chineses. O governo do Rio de Janeiro “cedera” à Associação uma centena de imigrantes daquela nacionalidade, in-

488 L. O. Costa: op. cit. pág. 30.

489 M. S. de Novaes: *História...* op. cit. pág. 228.

490 L. O. Costa: op. cit. pág. 28.

491 L. Rocha: *Viagem...* op. cit. pág. 195.

492 J. Teixeira de Oliveira: op. cit. pág. 353.

formando as autoridades provinciais em março de 1856.⁴⁹³ Os primeiros europeus foram provavelmente cerca de noventa suíços, organizados em 12 grupos familiares, que chegaram a Rio Novo em dezembro de 1856.⁴⁹⁴ Os colonos poderiam receber lotes de 50.000 braças quadradas, 242.000 metros quadrados. Mas a colônia já nascera padecendo de problemas de todos os tipos. Em primeiro lugar, a terra em que se estabelecera não era toda do Estado. Grande parte dela, por exemplo, era reivindicada por índios que ainda no século XVII haviam obtido do governo uma concessão neste sentido. Os representantes dos índios dirigiram-se às autoridades para exigir os seus direitos, o que não conseguiram. O território foi concedido à colônia, com a desculpa de que era habitado por poucos descendentes daquela tribo de indígenas que, além do mais, haviam-no ocupado e usufruído apenas em parte.⁴⁹⁵ Quando decidiu-se demarcar os novos lotes coloniais, percebeu-se que faltava pessoal especializado e por isto a extensão dos mesmos foi reduzida. Os colonos reclamaram.⁴⁹⁶ O Brasil não dispunha ainda de estruturas que possibilitassem a gestão de um sistema colonial eficiente e faltava pessoal especializado em todos os campos de trabalho humano. Em Rio Novo, aqueles primeiros imigrantes não receberam seus lotes em sua totalidade. O contrato que haviam firmado previa uma espécie de enfiteuse perpétua. Na prática, eles gozavam do domínio da terra, mas não eram seus proprietários. É provável, mas não podemos afirmá-lo ao certo, que tenha-se previsto um tempo ao fim do qual a terra passaria a ser propriedade dos colonos, que neste ínterim teriam contraído uma dívida com a propriedade, inclusive por seu sustento nos primeiros meses de colônia. Mas a terra que foi distribuída aos imigrantes era de péssima qualidade. “Os lotes distribuídos aos colonos encontravam-se, em sua maioria, dentro da floresta. Os terrenos eram pequenos e muitos foram demarcados em terras pedregosas, portanto inadequadas ao plantio. Muitas famílias que receberam estes lotes foram transferidas para outros, onde havia maiores possibilidades de produzir-se alguma coisa. Outros lotes apresentavam outros problemas, estando ligados a terrenos que eram verdadeiros pântanos, devido às águas estagnadas do rio Novo.”⁴⁹⁷ Não havia meios de comunicação entre o novo núcleo e o

493 M. S. de Novaes: *História...* op. cit. pág. 232.

494 L. Rocha: *Viajantes...* op. cit. pág. 113.

495 G. Rocha: op. cit. pág. 69.

496 L. O. Costa: op. cit. pág. 34.

497 idem: pág. 38.

mar ou os centros habitados. O rio não era navegável. Nem mesmo com jangadas. De resto, falava-se de alguma trilha na floresta, em geral pantanosa e impraticável. A saúde dos colonos começou rapidamente a sofrer com aquelas condições adversas. É importante notar que os terrenos da colônia situavam-se quase ao nível do mar. De acordo com um de seus diretores, a sede estava a 36 metros e 50 centímetros acima do nível do mar, e a zona adjacente (que em seguida constituiria o I Território da Colônia de Rio Novo) situava-se a altitudes que variavam de 30 a 200 metros acima do nível do mar.⁴⁹⁸ Em termos de zona tropical, isto significava um clima decididamente pouco propício aos colonos europeus (enquanto nada sabemos sobre a zona de origem dos chineses). A floresta e o pântano tornavam o clima quase pestilencial, e Rio Novo teria esta reputação durante toda a sua existência. Embora Tschudi considerasse o clima ali suficientemente salubre quando a visitou, notou que sobretudo os belgas e os holandeses não estavam se aclimatando. A metade dos 176 que haviam dado entrada na colônia morreram.⁴⁹⁹

Em 1860, quando o Imperador Pedro II visitou Rio Novo, observou que na colônia não havia remédios e que as funções de médico eram exercidas por um “açoriano ignorante”. “Os colonos que vi tinham quase todos um aspecto doentio”, e observou que a enfermidade mais comum era a hidropsia.⁵⁰⁰ O Presidente da Província em exercício em 1866 notou que outras doenças muito comuns eram, sobretudo entre as crianças, a ancilostomíase e graves formas de diarreia.⁵⁰¹

O Presidente em exercício em 1868 observou que na colônia havia casos de febre tifóide e verificou a coloração dos colonos: 71 eram rosados, 431 normais, 11 esverdeados e 192 pálidos; 114 colonos apresentavam uma constituição física robusta; 536, uma constituição regular e 95 eram débeis.⁵⁰² Em 1869, um outro Presidente da Província registrou que a saúde dos colonos de Rio Novo não era das melhores. Atribuiu a causa deste fato ao clima e também aos hábitos higiênicos dos colonos. Observou também que no verão a situação piorava e informou que naquele ano

498 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, *Relatório do Diretor J. A. Pinto Pacca ao Ministro da Agricultura Thomas Coelho de Almeida*, 1877 e *O Cachoeirano*, série de artigos a partir de 27/01/1884 até 09/03/1884.

499 J. J. von Tschudi: op. cit.

500 L. Rocha: *Viagem...*, op. cit. pág. 195.

501 *Relatório do Presidente A. R. da Silva Chaves de 1866*, cit.

502 *Relatório do Presidente F. L. Bittencourt Sampaio de 1868*, cit.

havam sido vacinados 400 indivíduos.⁵⁰³ Um dado impressionante foi fornecido pelo diretor da colônia: de acordo com ele, entre 1854 e 1862, haviam dado entrada na colônia 929 imigrantes (este número incluía também aqueles nascidos na colônia). Dentre estes, 310 não se encontravam mais ali: 133 haviam morrido, 101 haviam deixado legalmente o núcleo e 76 tinham fugido. Quinze por cento dos colonos morreram no decorrer de poucos anos. Quase 20% haviam abandonado a colônia (excluindo-se os mortos naturalmente, que haviam abandonado não apenas Rio Novo, como qualquer esperança de um futuro melhor).⁵⁰⁴ Quanto às entradas e saídas da colônia, os dados de que dispomos são extremamente fragmentados e heterogêneos. Uma estatística, que tomava em consideração as entradas ocorridas até 1862, registrava 855 indivíduos. Dentre estes, verificavam-se 93 suíços e 65 “asiáticos” (evidentemente chineses). Mas, se o dado referente aos suíços coincide com o de outra fonte já citada, o número relativo aos chineses seria na realidade superior.⁵⁰⁵

Eis os dados fornecidos pelo documento:

Colonos estabelecidos na Colônia de Rio Novo, de 1854 a 1862 (Tab. IX)

Brasileiros	191
Portugueses	216
Ingleses	6
Africanos	61
Asiáticos	65
Franceses	28
Alemães	24
Belgas	114
Suíços	93
Espanhóis	2
Holandeses	54
Luxemburgueses	1
Total	855

Como se pode notar, muitas eram as nacionalidades que coabitavam em Rio Novo. Este foi um dos motivos do atraso de seu desenvolvi-

503 *Relatório do Presidente L. A. Fernandes Pinheiro de 1869*, cit.

504 L. O. Costa: op. cit. pág. 39.

505 *idem*, pág. 31.

mento. Os colonos viviam em minúsculas comunidades fechadas. O diretor da colônia observara: “A confusão da nacionalidade parecia ser uma certa garantia de ordem pública que, se por um lado é boa coisa, por outro apresenta um dado extremamente negativo. A população, dividida em grupos que mal se compreendem, vive em círculos muito estreitos sem relacionamentos diários e habituada a uma espécie de bairrismo, que nasce deste isolamento forçado, devido à diversidade de línguas.”⁵⁰⁶

A separação dos vários grupos nacionais era provavelmente muito rígida. Apesar disto, em sua visita Tschudi também pôde observar que o cruzamento entre os chineses e os negros dava resultados pouco satisfatórios em termos estéticos, sendo melhores os resultados entre chineses e belgas.⁵⁰⁷ Amenidades à parte, foram outras as principais causas do baixo desenvolvimento de Rio Novo. Algumas já foram mencionadas. Os colonos haviam sido instalados em terras isoladas do resto do mundo, em um território que apresentava um clima difícil. Não lhes foram oferecidas condições de vida que permitissem um rápido e fácil processo de adaptação e aculturação. A maior parte dos colonos que chegaram antes de 1861 não conseguiu saldar sua dívida com a associação. Por este motivo, muitos se tornaram meeiros. A colônia privada transformava-se em uma Torre de Babel em que, além dos colonos que efetivamente tornavam-se proprietários dos lotes de terra que lhes haviam concedido, havia muitos outros submetidos a contratos diversos. Por volta do início dos anos '60, havia 69 famílias que viviam dos lotes de sua propriedade, 277 que gozavam de contrato de enfiteuse e 20 que trabalhavam como meeiros para a associação. Além disto, Caetano Dias da Silva mantinha naquelas terras um certo número de escravos (22 em 1854)⁵⁰⁸. Sabe-se como era deletéria a presença de escravos nas colônias de europeus, tanto que a legislação sobre as colônias excluía a possibilidade de colonos possuírem escravos. Mas aqui, os escravos agiam lado a lado com os europeus e estes, por sua vez, dividiam-se em proprietários, futuros proprietários e meeiros, o que naturalmente desorientava estas pessoas, que trabalhavam a terra mais ou menos nos mesmos ritmo e continuidade. Entre os meeiros, distinguiam-se os chineses, que eram considerados ótimos trabalhadores no cultivo da cana-de-açúcar (mas que, segundo o Imperador, eram propensos ao furto).⁵⁰⁹

506 idem, pág. 58

507 J. J. von Tschudi: op. cit.

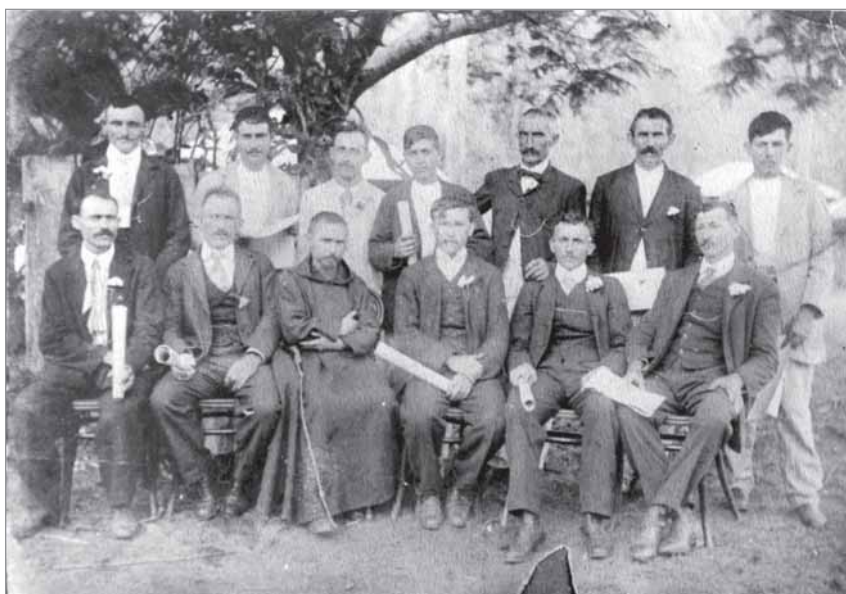
508 L. O. Costa: op. cit. pág. 29.

509 Veja-se L. O. Costa e, ainda em relação à viagem de D. Pedro II, veja-se L. Rocha: *Viagem...* op. cit. pág. 196.

TRADIÇÕES ITALIANAS



A banda de Valsugana. Dentre os Trentinos, tocavam ali 4 componentes da família Gasperazzo e um Montibeller.



O coro da igreja de Caldeirão (Santa Teresa) reunido em torno de um frade franciscano. Muitos originários de Caorí, famosos como intérpretes de música sacra e cujas partituras trouxeram do Trentino, participaram deste coro.

Inicialmente, a sede da colônia foi estabelecida em uma localidade denominada Pau d'Alho, mas as poucas e provisórias construções que ali se fizeram foram em seguida abandonadas. No curso dos anos '60 e durante o início dos anos '70, começou-se a projetar e em seguida a construir uma outra sede colonial denominada Santo Antonio, situada às margens do rio homônimo.

Há indícios precisos do fato de que o Estado brasileiro despendia dinheiro com o desenvolvimento do núcleo colonial, mas este dinheiro não estava dando frutos. Era, portanto, incompreensível que uma colônia privada, cujos únicos frutos eram colhidos por indivíduos privados, tivesse que ser sustentada pelos cofres públicos. Sobretudo porque este estabelecimento definitivamente não era uma boa propaganda do sistema de colonização brasileiro. Em 1861, a Colônia de Rio Novo tornou-se propriedade do Estado. Conferiu-se ao engenheiro Adalberto Jahn o cargo de avaliar os bens que a associação, com contrato datado de 7 de outubro de 1861, cedia ao governo.

Dentre os bens que o Estado adquiriu, além dos terrenos considerados de excelente qualidade e adequados a qualquer cultivo (mas certamente também os terrenos pantanosos e pedregosos que foram concedidos a alguns dentre os primeiros colonos e haviam sido considerados igualmente ótimos), registrava-se também uma estrada que coligava a colônia a Cachoeiro do Itapemirim e ao porto de Piúma, e um moinho de uso geral da colônia. Eram talvez as únicas realizações de um certo porte que haviam surgido durante aqueles sete anos, embora não se possa dizer em que estado se encontravam no momento em que a colônia passou para o Estado, uma vez que os relatórios daquela época não são sempre confiáveis. Ao governo foram cedidos também os créditos que a associação possuía por parte dos colonos. Aparentemente, nenhum dos colonos que haviam firmado o contrato de enfiteuse conseguira pagar um tostão sequer de suas dívidas.⁵¹⁰ É provável que um certo acúmulo de dívidas dos colonos fosse fruto do sistema comercial estabelecido em Rio Novo. Na fazenda Limão havia uma espécie de mercearia que vendia gêneros de primeira necessidade, de propriedade de um amigo de Caetano Dias, e os preços impostos ao público eram altíssimos. Quem sabe? Talvez esta fosse uma das razões que levaram o fundador da colônia a não melhorar os meios de comunicação entre a colônia e outras

510 Sobre o contrato de cessão dos bens coloniais ao estado, veja-se L. O. Costa: op. cit. pág. 43 e seguintes.

localidades habitadas. Ele lucrava também com aquela concessão, no melhor estilo das piores fazendas paulistas.

De qualquer forma, os comerciantes seriam sempre, mesmo depois e em todas as colônias brasileiras, aqueles que extraíam os maiores benefícios do trabalho dos camponeses, e em proporção notável e escandalosamente superior a estes. O núcleo colonial que o Estado comprara era um concentrado de problemas. Se, por um lado, havia um certo número de colonos que soubera superar as inúmeras dificuldades que se opunham ao seu estabelecimento naquele lugar, por outro muitos ainda viviam em condições sub-humanas. Esta é uma descrição de dois casos, feita pelo diretor Karl Kraus em 1862:

“Considero meu dever nesta ocasião, pedir a clemência do governo em favor de uma família holandesa e de um cego chinês chamado Atim. O chefe da família holandesa, Renier van Gastel, nos primeiros tempos após a sua chegada à colônia, perdeu a mulher e todos os filhos em condição de sustentar os outros e hoje, velho, viúvo e doente, nem ele e nem seus quatro filhos que ainda vivem (homens incapacitados, assim como o pai) podem ganhar a vida com seu trabalho, e vivem de esmolas e de pequenos serviços, em condições indizíveis. Para descrever as vicissitudes do chinês basta dizer que o mantenho em minha casa há três ou quatro meses, desde que foi retirado do rio Pão d’Alho no momento em que tentava acabar com a própria vida através do suicídio, antes que morresse de fome. Este infeliz, no passado fora meeiro na colônia e, ótimo trabalhador, havia perdido a vista.”⁵¹¹

Em 1863, o diretor comunicava às autoridades que, diariamente, compareciam à direção grupos de colonos pedindo permissão para deixar a colônia e procurar trabalho assalariado. Não podiam manter suas famílias com os frutos de seus lotes. Estavam passando fome.⁵¹²

O governo do Rio de Janeiro, sob certos aspectos, contribuiu para o agravamento da situação da colônia, por exemplo, com o infausto e inveterado hábito de trocar continuamente a direção. Sabemos ao certo que, na época da colônia privada, fora diretor por um certo período o próprio Caetano Dias da Silva. Tschuddi referiu-se a Gustavo Broom, que era diretor

511 idem: págs. 40/41.

512 idem: pág. 52.

quando de sua visita à colônia. Veja-se a seguir uma seqüência de diretores, efetivos ou provisórios, que se alternaram a partir de 1861, depois que o governo tomou posse da colônia. Note-se que a lista, extraída da escassa bibliografia existente sobre a colônia e de documentos oficiais, não pretende ser completa, mas apenas registrar um fenômeno totalmente negativo para os fins de uma correta administração da vida colonial:

1861/2/3	Karl Kraus
1864.....	João Detsi
1865.....	João Marcelino da Silva Lima
1866.....	Ricardo Gonçalves Cordeiro
1867.....	Tito Lívio da Silva ⁵¹³
1868/9	Joaquim de Paula Martins e Silva
1871.....	Manuel Barata Gós

Como se pode notar, tratava-se de um ritmo de substituições bastante elevado, mas é possível que alguns diretores provisórios tenham sido incluídos nesta lista. Sobre os sistemas de escolha deste pessoal pode-se dizer muita coisa. Além de pessoas de comprovada fidelidade ao governo e de indiscutível abnegação, foram eleitos como diretores, nas várias colônias brasileiras, personagens de reputação duvidosa. Dentre os diretores acima citados, dois certamente não foram exemplos de honestidade incontestável. João Detsi, um militar de origem grega, foi em seguida diretor da Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro, em Santa Catarina, e foi destituído por suspeita de desvio de dinheiro público.⁵¹⁴ A corrupção de Ricardo Gonçalves Cordeiro, por sua vez, é comprovada por documentos que se referem ao período em que dirigiu a própria colônia Rio Novo.⁵¹⁵ Mais uma vez, o sistema de contabilidade de uma colônia brasileira sofria com as contínuas variações em seu vértice, além da falta de atitude de muitas pessoas que assumiam a direção. Um inspetor que visitou a colônia em 1873 escreveu: “As escrituras da colônia certamente não podem ser definidas como exemplares: ainda assim, são muito melhores do que as que

513 Não estamos certos quanto ao ano em que T. L. da Silva foi diretor da colônia. Foi citado em um relatório presidencial de 1868 como ex-diretor. Geralmente estes relatórios referiam-se ao ano anterior, mas em alguns casos forneciam dados também sobre os meses imediatamente precedentes, e portanto do ano ainda em curso.

514 Veja-se a este propósito, R. M. Grosselli: op. cit. pág 320 e O. Cabral: *Brusque: subsidios para a história de uma colônia nos tempos do Império*, Brusque 1958.

515 Veja-se L. O. Costa: op. cit. págs. 79 e 80.

encontrei nas duas colônias que visitei anteriormente [dentre as quais, a Leopoldina]”.⁵¹⁶ Apesar disto, o momento de mudança de propriedade da colônia inaugurou uma segunda fase em Rio Novo. Se, em 1861, “a colônia continuava a apresentar uma série de problemas e a impressão que se pode extrair dos documentos é a de que vivia em um estado geral de deterioração”⁵¹⁷, nos anos seguintes alguma coisa foi feita para modificar esta situação. Providenciou-se a construção de uma nova sede colonial, melhoraram-se as comunicações externas e internas. Construíram-se pontes. Algumas destas obras, entretanto, mais uma vez tinham um aspecto de provisoriedade. O governo procurava não gastar muito; conseqüentemente, chuvas fortes eram suficientes para derrubar pontes de madeira e reduzir a pântanos estradas que na verdade não passavam de trilhas na floresta. Em 1862, ocorreu um fato estranho, que em seguida se ligaria também à vida dos primeiros colonos trentinos a chegar em Rio Novo, em 1875. O engenheiro Lassance Cunha foi encarregado de demarcar um segundo território que faria parte da colônia. Tratava-se, “naturalmente”, de territórios excelentes e de terrenos extremamente férteis. Apenas em 1869 o engenheiro José Cupertino Coelho Cintra demarcou os lotes e estabeleceram-se ali alguns colonos brasileiros.⁵¹⁸ Mas não se deu continuidade à colonização destas terras, por razões que permaneceram desconhecidas durante muito tempo. Data desta época a profunda inimizade entre o futuro diretor de Rio Novo, J. A. Pinto Pacca e Coelho Cintra, que tantos danos causaria ao bom funcionamento da vida colonial.

A passagem da colônia da associação privada ao Estado realizara-se com um certo desrespeito a pequenos detalhes. Estabeleceu-se que a metade da dívida dos colonos em favor da associação lhe seria restituída, e a outra metade, totalizando 46:113\$076, passaria ao Estado. Mas não se definiu com precisão se os antigos colonos continuariam com seu contrato de enfiteuse ou se se tornariam proprietários da terra, sob as condições estabelecidas pela legislação sobre as colônias públicas. Além disto, a uma certa altura colocou-se em discussão no Rio de Janeiro uma lei que previa o abono também da segunda metade das dívidas dos colonos. Sobre este assunto, reinou durante muitos anos a mais completa confusão. Os colo-

516 *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira, encarregado de inspecionar a Colônia de Rio Novo na Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1874.

517 L. O. Costa: op. cit. pág. 46.

518 B. C. Daemon: op. cit. pág. 365 e APEES: GDA; Segunda Série, livro 34, *Relatório do Diretor J. A. Pinto Pacca ao Ministro da Agricultura*, cit., entre outros.

nos não queriam pagar e a direção relutava em impor suas razões, também devido às escrituras coloniais, incompletas e confusas.⁵¹⁹ Em 1878 esta situação ainda criava problemas.

Quanto às estruturas coloniais, ou seja, os serviços mínimos indispensáveis à vida cotidiana dos colonos, se a associação colonial não se mostrara muito solícita, o mesmo pode ser dito sobre as autoridades governativas, pelo menos até quase o final dos anos '60. De acordo com Tschudi, em 1860 faltavam na colônia uma assistência médica séria, e assistência religiosa. Segundo Dom Pedro II, não havia em Rio Novo nem padres, nem igrejas. Alguns anos depois, em 1866, tem-se notícia de um sacerdote católico e também de um médico, um certo Manoel Baptista Fluminense.⁵²⁰ Em 1868, a capela católica estava em construção, enquanto afirmava-se que não seria necessário um pastor protestante, uma vez que este poderia vir de outras colônias para Rio Novo, periodicamente. As velhas construções coloniais situadas na localidade de Pau d'Alho já estavam decrépitas, e urgia construir um novo barracão.⁵²¹ Em 1869, a capela católica achava-se ainda em construção, mas o padre católico decidira retornar à Europa. Era o português Felipe José de Souza Machado. O médico da colônia era considerado pelo diretor um charlatão, mas aparentemente muitos colonos confiavam mais nele do que em outros, devido a seu nome estrangeiro. Não era a primeira vez que charlatães eram nomeados médicos de Rio Novo, e este último havia sido nomeado pela segunda vez. Mas, obviamente, os colonos não tinham a possibilidade de fazer estas nomeações. Naquele ano, reinava na colônia uma atmosfera bastante carregada. Grupos de colonos haviam comunicado aos seus representantes consulares a sua insatisfação. Entre estes estavam os suíços, que reivindicavam um abatimento de dois terços de sua dívida e seu parcelamento em dez anos. Como esclarecemos anteriormente, o abatimento fora de 50%. As estruturas coloniais limitavam-se a uma casa para a direção e a um pequeno oratório em que residia o padre católico. Falta-
vam estradas: “Faltavam em geral estradas nesta colônia; parecem, portanto, bem fundadas as reclamações dos colonos, que se desanimam ao ver os produtos de seu trabalho circundados por morros inacessíveis, florestas impenetráveis, torrentes invencíveis.” De acordo com a direção, os

519 A este propósito, veja-se o *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira*, cit. e L. O. Costa: op. cit. págs. 65 em diante.

520 *Relatório ao Presidente A. R. da Silva Chaves de 1866*, cit.

521 *Relatório do Presidente A. R. da Silva Chaves de 1866*, cit.

sistemas agrícolas em vigor na colônia eram do “tipo africano”. Mencionavam-se “vícios de rotina” e “considerável inferioridade” da qualidade do café produzido *in loco*, devido a sistemas de cultivo inadequados. Ainda de acordo com o diretor da colônia, era provável que tudo caminhasse para um definitivo fracasso: “A minha opinião é a de que se deve controlar mais as colônias futuras do que as atuais, que começaram tão mal, e por isto estão tão atrasadas.” Uma observação inteligente seria feita às autoridades superiores: seria útil que os colonos recém-chegados encontrassem na colônia algumas casinhas provisórias, ainda que simples, “para não sobrecarregá-los nos primeiros anos de seu estabelecimento com a necessidade de construir, coisa sempre difícil para o pequeno agricultor”. Em Rio Novo havia 193 casas, os protestantes eram pouco mais de um oitavo dos católicos (59 contra 393) e contavam-se 140 analfabetos contra 612 alfabetizados⁵²², embora este último dado seja duvidoso, visto que em 1867 haviam se contado 102 alfabetizados e 557 analfabetos.⁵²³

A Colônia de Rio Novo aparentemente exaurira as suas possibilidades de expansão, e começou-se a considerar a sua emancipação.

Mas no dia 7 de outubro de 1871, iniciou-se para a colônia uma terceira fase, não menos difícil, mas que conduziu-a, no curso de menos de uma década, a um desenvolvimento considerável, e à criação das bases para a ocupação de uma ampla faixa de território espírito-santense por parte dos colonos europeus e de seus filhos e netos. Nesta data foi nomeado diretor Joaquim Adolpho Pinto Pacca, homem que ligaria indissolivelmente seu nome aos acontecimentos da colônia. Por volta de 1871, havia sido nomeada uma comissão encarregada de emancipar a colônia. Esta comissão foi confiada a Manoel Barata Gós, cujo vice era Pinto Pacca. Depois de algum tempo, contudo, Pinto Pacca passou a acumular as funções de diretor da colônia e também da comissão que devia conduzi-la à emancipação.

Joaquim Adolpho Pinto Pacca foi certamente um homem interessante e capaz. Esteve na direção de Rio Novo até a sua emancipação. Depois de algum tempo, trabalhou na Colônia Castello, que havia criado para dar vazão à imigração espontânea que se dirigia ao Espírito Santo, mesmo após a supressão das colônias mais antigas e da própria lei sobre as colônias. Durante anos participou das estruturas criadas pelo governo do

522 *Relatório do Presidente L. A. Fernandes Pinheiro de 1869*, cit.

523 L. O. Costa, op. cit. pág. 59.

Rio de Janeiro para cuidar das questões relativas à imigração e à colonização. Na segunda metade dos anos '80, foi Inspetor Especial do Ministério da Agricultura no setor de terras e colonização. Homem profundamente probo e generoso no trabalho, viveu quase uma década obtendo sucessos e insucessos com aquele estabelecimento colonial. Via-o como seu, e procurou conferir-lhe um desenvolvimento inteligente. Para isto, lutou contra tudo e contra todos. Dentre os personagens que agiram no campo da colonização no Espírito Santo, ele foi sem dúvida o mais capaz, o que tinha as idéias mais claras sobre o que fazer. Sofreu muitíssimo com os condicionamentos do poder, com a patológica falta de recursos, com a desorganização do serviço de imigração e colonização, e também com um verdadeiro ostracismo pessoal por parte de algumas personagens influentes. Foi elogiado por muitos, vituperado por outros e algumas vezes tentou-se desqualificá-lo junto às autoridades coloniais superiores. Ao que sabemos, pode ser considerado uma das maiores autoridades do Brasil no campo da colonização. Julgamos possível compará-lo a um outro grande nome, o de Hermann Otto Blumenau, fundador da colônia que leva seu nome em Santa Catarina. Como veremos em seguida, as mesmas críticas que este fez à colonização brasileira foram feitas por Pinto Pacca. Assim como Blumenau, Pinto Pacca via no sucesso de sua colônia uma realização pessoal e a ela dedicou-se tanto que, àqueles que se opunham às suas opiniões, justas ou equivocadas, considerava inimigos pessoais e tratava-os de acordo. Entre 1875 e 1877, perdeu realmente a cabeça diante de uma questão extremamente difícil para a colônia. Não conseguiu estabelecer relações positivas com a maior parte dos colonos naquela situação. Declarou-lhes guerra e pagaram-lhe na mesma moeda. O mesmo ocorrera a Blumenau, durante um breve período, e na mesma época. Eis como Pinto Pacca descreveu as condições em que se encontrava a Colônia de Rio Novo no momento em que ele assumiu a direção e quais eram os seus sentimentos a este respeito:

“Assumindo a direção da colônia, tornei-me seu Diretor, engenheiro, médico, agrimensor, contador; e até mesmo capataz, e seu comércio limitava-se a três tabernas que, ao mesmo tempo em que compravam a arroba do café [i.e. 14,689 kg] a 640, vendiam a garrafa de cachaça pelo mesmo preço. Não havia um único artesão digno do nome. Os colonos, no mais completo estado de anemia física e moral, tentavam partir; e a colônia apresentava apenas um conjunto de elementos negativos do importante ramo do serviço público

denominado colonização. Eu entretanto estava certo de que poucas colônias do Estado, para não dizer nenhuma, reuniam em si tantas forças produtivas naturais, representadas pela fertilidade sem par de seu solo, da vizinhança do litoral, na navegabilidade de seus rios. [...] Apliquei-me à árdua tarefa de erguer a colônia, aproximando-a o máximo possível ao lugar destinado, de que era digna, entre as suas irmãs. Na luta contra o descrédito em que caíra; nas dificuldades de todos os tipos que dificultavam os meus passos, vi-me com maior desejo de triunfo, maior glória em alcançar o meu objetivo. Apenas assim, no momento em que me dirigia ao Governo, pedindo, suplicando ajuda, eu apresentava projetos, plantas e balanços, reunia colonos junto à direção, animava-os, fazia subscrições, praticava a medicina, demarcava terras e dirigia pessoalmente os trabalhos como engenheiro e até como artesão, devido à absoluta falta de pessoal."⁵²⁴

Estas páginas deixam transparecer não apenas a condição penosa em que se encontrava a colônia no início dos anos '70, como também algo da personalidade de Pinto Pacca. A colônia era a sua filha, talvez a sua mulher. Em seu sucesso ele via o seu próprio, com um apego quase doentio que o levou a trabalhar muito em favor de seu desenvolvimento, mas também a não aceitar oposições de quem quer que fosse, nem mesmo dos colonos que, às vezes por culpa sua – ainda que não sobretudo sua – foram abandonados à própria sorte, sem possibilidades de defesa. Outros autores observaram que Joaquim Adolpho Pinto Pacca não perdia uma oportunidade de ostentar os resultados de sua ação diante das autoridades superiores. Luciana Osório Costa afirma que em suas relações ele frequentemente descrevia-se a si próprio, ao invés de descrever o que ocorria em sua colônia.⁵²⁵ Conquanto de acordo com esta observação, permanecemos convencidos da enorme positividade da obra deste homem, e certos de que muitos erros e fracassos teriam sido evitados no Brasil, na época, se homens da sua estatura e daquela de H. O. Blumenau tivessem tido maior poder no campo da colonização. Mas não todos, e talvez nem mesmo os maiores, dadas as condições do país naquela época.

A esta altura parece-nos oportuno fornecer dados relativos ao desenvolvimento da população da colônia, de seu nascimento às vésperas

524 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, *Relatório do Diretor J. A. Pinto Pacca ao Ministro da Agricultura*, cit.

525 L. O. Costa: op. cit. pág. 86.

da entrada dos primeiros trentinos e italianos. Observe-se que ainda hoje não foram encontrados dados que permitam reconstruir as entradas anuais de imigrantes, ou as saídas. Os únicos dados indicativos a propósito são os que apresentamos (referentes ao período entre 1854 e 1862) e aqueles relativos à população que reportamos agora:⁵²⁶

População da Colônia de Rio Novo, 1857-1874 (Tab. X)

1857	201	1866	615
1858	500	1867	709
1859	?	1868	?
1860	565	1869	752
1861	428	1870	859
1862	378	1871	958
1863	433	1872	1.126
1864	559	1873	1.178
1865	595	1874	1.283

Notamos que, por volta do final de maio de 1867, o Presidente da Província fornecera o número de 590 habitantes. Observamos também que alguns dos dados acima não devem ser considerados uma fotografia da população colonial no final do ano, mas em datas precedentes. Entretanto, a seqüência dos dados demonstra certamente que a Colônia de Rio Novo conheceu um desenvolvimento numérico absolutamente insatisfatório de sua população. Isto deve-se às exíguas entradas de imigrantes e, em segundo lugar, às fugas da colônia e ao alto número de mortos que ocorreram em alguns anos. É mais do que provável que, durante os anos '60, a imigração européia que chegou ao Brasil já estivesse ciente das dificuldades que encontrariam em Rio Novo. Some-se a isto o fato de que a colônia não tenha se apresentado como pólo de atração para nacionalidade alguma. Uma mistura de muitas nacionalidades transformara a colônia em uma pequena babel. De acordo com Joaquim A. Pinto Pacca, houve um período de 15 anos

526 Os dados da tabela foram extraídos de: G. Rocha, op. cit. referentes aos anos 1857/58/61/63; de L. O. Costa referentes aos anos 1860/62/64/65; de *Relatórios dos Presidentes da Província* para os anos 1866/67/69 e 1872/73; do *Relatório do Ministro da Agricultura J. F. da Costa Pereira de 02/05/1875*, cit. para o ano de 1870; do *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Sequeira*, cit. para o ano de 1871 (confirmado em *O Espírito-Santense* de 30/05/1872) e em um mapa da colônia encontrado em APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, documento sem data; de *Mappa estatístico da Colônia de Rio Novo*, anexo ao *Relatório do Ministro da Agricultura J. F. da Costa Pereira Junior*, cit.

em que as remessas de imigrantes à colônia foram suspensas: de 1860 a 1875.⁵²⁷ Acreditamos que esta informação não deva ser compreendida literalmente, mas fornece uma idéia do difícil processo de desenvolvimento de Rio Novo.

Julgamos oportuno apresentar alguns dados relativos ao desenvolvimento territorial da colônia. Observamos que se trata contudo de cálculos aproximados, obtidos através de estimativas que, na maioria das vezes, tendiam a agigantar a realidade para demonstrar ao governo central o desenvolvimento da colônia e defender sua causa.⁵²⁸

Superfície da Colônia de Rio Novo até 1874 (Tab. XI)

Ano	Superfície Total (m ²)	Superfície cultivada (m ²)
1864	55.176.000	?
1867	55.715.635	5.359.700
1871	174.240.000	6.730.630
1873	?	17.600.000 ⁵²⁹
1874	190.880.000	25.500.000

Nos dados referentes à superfície total de 1871 a 1874, inclui-se o II Território da colônia, demarcado e dividido em lotes, mas não habitado. Considerando-se que praticamente não entraram novos colonos entre a primeira e a segunda data referidas, são significativos os piques de áreas cultivadas entre 1871 e 1873, e entre este último e 1874. Lembramos apenas que em 1871 Pinto Pacca tornou-se diretor; ele certamente contribuiu para o desenvolvimento da colônia, além de procurar demonstrar com dados estatísticos os seus sucessos. Parece estranha a considerável diferença entre 1873 e 1874: o primeiro dado foi o resultado da avaliação de um inspetor, enquanto o segundo foi fornecido por Pinto Pacca. Sem conceder-lhes valores absolutos, notamos entretanto a rápida e significativa progressão dos lotes de terra cultivada *per capita*:

527 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, *Relatório apresentado ao Presidente Provisório a 7 de agosto de 1876 pelo Diretor da Colônia Imperial de Rio Novo*.

528 Os dados foram reelaborados em braças quadradas, encontradas em L. O. Costa: op. cit.; *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira*, cit.; *Relatório do Ministro da Agricultura J. F. de Costa Pereira Junior de 02/05/1875*, cit.

529 Em seu relatório, o Conselheiro Serqueira reporta cerca de 4.000.000 braças quadradas cultivadas, equivalentes a 19.360.000 metros quadrados, mas depois modifica este total para 17.600.000 m².

1867.....	7.560 m ² per capita
1871.....	7.026 m ² per capita
1873.....	14.941 m ² per capita
1874.....	19.875 m ² per capita

Observe-se, a propósito, como os preços do café estavam em constante progresso há algum tempo e que este cultivo melhorou a sorte, não apenas da economia provincial, mas também a das colônias. Apenas o café podia ser traduzido em dinheiro pelos colonos e estes se dedicaram, em massa, ao seu cultivo. Infelizmente, dispomos de poucos dados relativos à produção e à exportação deste produto para o período que termina em 1874. Apresentamo-los, entretanto, por julgá-los significativos da notável progressão desta produção.⁵³⁰ Salientamos, mais uma vez, que os dados devem ser considerados apenas como indicadores do fenômeno, pois em termos absolutos alimentariam perplexidades. Por exemplo, a 18 de setembro de 1873 o Presidente da Província J. T. da Silva avaliava a produção de café da colônia em cerca de 6.000 arrobas (88.000 kg), enquanto o seu sucessor, a 29 de abril de 1874, avaliava a exportação do ano precedente em 97.500kg (aos quais deve-se acrescentar o consumo interno).

Exportações de café da Colônia de Rio Novo (Tab. XII)

1868.....	63.560 kg
1871.....	264.402 kg (café não-descascado)
1873.....	97.500 kg
1874.....	186.000 kg

Em 1872, um prolongado período de seca atingiu a região, e a colheita de café de 1873 foi comprometida.⁵³¹ De fato, mesmo não dispondo dos dados referentes às exportações de 1872, sabemos que a produção da colônia oscilou em torno de 264.000 kg.⁵³²

530 Os dados de 1868 e 1873 foram extraídos dos relatórios dos Presidentes L. A. Fernandes Pinheiro, de 1869 e L. E. Horta Barbosa, de 29/04/1874. Aqueles referentes a 1871 estão contidos em APEES:GDG, Segunda Série (383L), livro 63, *Mapa da Colônia para o ano de 1871*. Com relação a 1874, recorremos ao *Mapa estatístico da Colônia de Rio Novo*, anexo ao *Relatório do Ministro da Agricultura J. F. da Costa Pereira Junior de 02/05/1875*, cit.

531 *Discurso do Presidente J. T. da Silva*, cit.

532 idem. Também em *Relatório do Conselheiro T. J. P. Serqueira*, cit.

As exportações eram representadas praticamente apenas pelo café. Com o surgimento do cultivo, a colônia passara a exportar mais do que importava. Apresentamos uma tabela relativa às importações e exportações.⁵³³

*Importações e Exportações totais (em réis) da Colônia de Rio Novo
1867/1871 (Tab. XIII)*

Ano	Importações	Exportações
1867		9:435\$800
1868		11:771\$500
1870	21:397\$000	27:750\$000
1871	22:240\$000	52:000\$000

Apenas o valor do café exportado em 1871 foi de 45:000\$000. O restante do valor das exportações foi coberto por pequenas quantidades de milho, arroz e feijão. Em 1874, a diferença entre importações e exportações seria ainda mais relevante. Contra uma exportação de 186.000 kg de café, registrou-se uma importação de 25:046\$480, relativa sobretudo a tecidos, miudezas, ferramentas e, em termos muito menos significativos, tabaco e bebidas alcoólicas. Outros produtos importados eram: carne seca, sabão, açúcar, sal, farinha de mandioca, querosene, farinha de trigo, toucinho. Destes produtos, contudo, não conhecemos os valores em réis, assim como não conhecemos o valor em réis das exportações de café daquele ano. Não muito relevante era a criação de animais. De acordo com a direção, esta “desenvolvia-se pouco na colônia devido à falta de pastos e terrenos apropriados”.⁵³⁴ Em 1867, apenas 962.749 metros quadrados haviam sido transformados em pasto.⁵³⁵

Apresentamos uma última tabela, relativa à criação de animais em Rio Novo:⁵³⁶

533 Para 1867, servimo-nos de L. O. Costa: op. cit. pág. 63. Para 1868, do *Relatório do Presidente L. A. Fernandes Pinheiro de 1869*, cit. Para 1870, do *Relatório do Ministro da Agricultura J. F. da Costa Pereira Junior de 02/05/1875*, cit. Para 1871, do *Mapa da Colônia para o ano de 1871*, cit.

534 *Mapa da Colônia para o ano de 1871*, cit.

535 L. O. Costa: op. cit. pág. 61.

536 1867, L. O. Costa: op. cit. pág. 61; 1868, *Relatório do Presidente L. A. Fernandes Pinheiro de 1869*, cit.; 1871, *Mapa da Colônia para o ano de 1871*, cit.; 1874, *Discurso do Presidente D. Monteiro Peixoto de 18/09/1875*, cit.

Animais criados na Colônia de Rio Novo, 1867/1874 (Tab. XIV)

Ano	Bovinos	Eqüinos	Suínos	Ovinos	Galináceos
1867	114	110	45	48	4.440
1868	134	119	154	42	4.921
1871	143	176	1.136	25	4.500
1874	295	381	1.172	62	7.300

Na Colônia Santa Leopoldina a criação de bovinos era muito mais desenvolvida, ao contrário da de suínos. Em 1872, havia em Santa Leopoldina 1 bovino para cada 3 colonos, contra 2 suínos para cada 3 colonos. Para cada 8 colonos havia um cavalo. Em Rio Novo, em 1871 havia apenas um bovino para cada 7 colonos, mas havia mais suínos do que colonos. Para cada 6 colonos, havia um cavalo.

Um outro produto importante para a colônia era a madeira. A sua fácil aquisição e sua abundância e qualidade inspiravam a alguns colonos o abandono de seu lote. Estes colocavam-se a serviço de algum comerciante para o abate de árvores. Eram na verdade os comerciantes aqueles que podiam permitir-se colocar o produto no mercado, e às vezes compravam lotes de terra apenas com este objetivo.⁵³⁷ Em 1871, calculou-se que a madeira abatida em Rio Novo alcançava o valor de 4:000\$000.⁵³⁸

Até 1874 não haviam sido abertos muitos estabelecimentos de artesãos e de trabalho dos produtos agrícolas em Rio Novo. Nesta época contavam-se na colônia apenas 2 padarias, 6 moinhos, 1 serra a água, 1 serralheria, 2 pequenas fábricas de tijolos e telhas e 8 maquinários para a limpeza do café.⁵³⁹

A ação de Joaquim Adolpho Pinto Pacca melhorou em muito as condições de vida na colônia e possibilitou um decisivo progresso de sua economia. Como bom engenheiro e pessoa sagaz, nos primeiros anos de sua direção, Pinto Pacca concentrou-se sobretudo nos meios de comunicação. Assim como a maior parte das colônias brasileiras nos tempos do Império e da República, Rio Novo não nascera próxima a um centro urbano ou em uma zona densamente povoada. Tendo sido constituída como núcleo de pequenos proprietários agricultores, necessitava de uma coligação, a mais fácil possível, com centros habita-

537 L. O. Costa: op. cit. pág. 55.

538 *O Espírito-Santense* de 30/05/1872.

539 L. O. Costa: op. cit. pág. 78.

dos ou com portos, para a saída de seus produtos. A primeira obra importante de Pinto Pacca foi a construção de uma estrada entre a sede da colônia e o pequeno porto de Caju, no rio Itapemirim. Isto reduziu consideravelmente o trajeto entre a colônia e o povoado de Itapemirim. Antes, era necessário percorrer cerca de 33 km a pé, em terrenos pantanosos e, durante certos períodos do ano, o percurso era impraticável. Agora a distância havia sido reduzida para 16 km, e o resto transformava-se em navegação fluvial, ininterrupta durante o ano, mais veloz e mais segura. Aproximadamente na metade desta nova artéria, Pinto Pacca mandara construir uma ponte de consideráveis dimensões sobre o rio Novo: tinha 12 metros de comprimento e 5 de largura. Também a construção de uma nova sede da colônia atraía a atenção do diretor. Em 1873, a nova sede estava em construção. Situava-se a 176 metros de altitude e era atravessada pela torrente Santo Antonio. Haviam sido construídas a sede da direção e uma capela, que o Conselheiro Thomas José Pinto Serqueira definiu como “elegante”. No mais, Pinto Pacca compreendia que na floresta também havia lugar, se não para o luxo, ao menos para uma sobrevivência decente. Assim, solicitou àqueles que haviam decidido construir suas casas na sede, que cobrissem-nas com telhas de cerâmica ou pelo menos de madeira (aquelas que os trentinos chamam de “scandole”^{*}). Foram excluídos os telhados de palha. Em 1873, foram construídas 17 casas e 11 foram iniciadas. O exterior das casas também deveria ser feito em estuque.

Construiu-se também uma escola para meninos: inscreveram-se, em 1873, 39 meninos. Muito poucos, dado o número de habitantes da colônia. Alguém observou que aqueles colonos não demonstravam muito amor pela instrução. Certamente, para muitos deles a razão desta negligência originava-se da distância que separava a escola das residências.⁵⁴⁰

O empreendimento mais importante realizado por Pinto Pacca naqueles anos foi a construção do Canal do Pinto. O canal tinha dois objetivos principais: liberar dos charcos as zonas situadas entre Rio Novo e o rio Itapemirim, fazendo escorrer as águas em direção a este rio, e criar uma nova ligação entre a colônia e o centro habitado de Itapemirim. Alguém tivera esta idéia em 1852, mas apenas em 1866 um projeto neste sentido fora submetido à Assembléia Provincial. Certos da impor-

* Tabuinhas (N. da T.)

540 As informações relativas às obras públicas realizadas por Pinto Pacca e a situação da colônia em 1873 foram extraídas, em sua maioria, do *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira*, cit.

tância desta obra, em 1872 alguns habitantes da colônia e do povoado de Itapemirim ofereceram somas em dinheiro para que o canal fosse realizado. As autoridades encomendaram a Pinto Pacca um estudo definitivo e em seguida a realização da obra. Finalmente, chegou parte do dinheiro requerido. Quando este terminou, o diretor quis assegurar-se de que seus esforços não teriam sido em vão, e conseguiu autorização das autoridades provinciais para investir na obra o dinheiro referente ao ressarcimento das dívidas dos colonos de Rio Novo. Não foi suficiente. Pinto Pacca então recorreu a um comerciante e conseguiu concluir o canal. Conquanto não fosse uma obra monumental, apresentara algumas dificuldades. A cerca de 15km, em um certo ponto de seu trajeto o canal era provido de uma pequena represa. Havia sido estudado para ser navegado com canoas com um máximo de 0,88m de envergadura. Foi inaugurado em dezembro de 1874.⁵⁴¹

Estas obras, “estradas, pontes e canais, foram todas realizadas sob a direção do engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca, diretor da colônia, de quem são também os estudos e os planos preparatórios.”⁵⁴²

Por volta de 1873, parecia que a Colônia de Rio Novo estava prestes a ser emancipada. Uma comissão trabalhava neste sentido e as próprias obras públicas realizadas naqueles anos pareciam ter contribuído para tornar a colônia auto-suficiente.

Poucas pessoas além do diretor criam na possibilidade de desenvolvimento daquele estabelecimento de vida tão difícil. Em junho de 1873, o Presidente da Província praticamente defendia a causa da emancipação de Rio Novo junto ao Ministério: “Solicito a V. E. a emancipação desta colônia que, em seu estado atual, não necessita da tutela do governo, que ali despense desnecessariamente quantias relevantes de dinheiro.”⁵⁴³ O Conselheiro Pinto Serqueira, enviado naquele ano em uma visita a Rio Novo e outras colônias, estava de acordo com a possibilidade de emancipar a colônia, mas não quanto à sua conveniência: “A Colônia de Rio Novo está pronta para ser emancipada. Nem por isto julgo que deva sê-lo: ao contrário, parece-me que aquela colônia pode e deve servir de base a um vasto estabelecimento colonial naquelas zonas”.⁵⁴⁴ O conselho de Pinto

541 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, *Relatório apresentado a S. Ex. o Inspetor Geral de Terras e Colonização da Comissão encarregada pela emancipação da Colônia de Rio Novo*.

542 *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira*, cit.

543 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd. 21/06/1873.

544 *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira*, cit.

Serqueira foi aceito. Estava-se tratando com Caetano Pinto, naqueles dias, o envio para o Brasil de 100.000 emigrantes europeus. A Colônia de Rio Novo seria um dos focos deste fluxo de imigrantes. De um estabelecimento doentio, pleno de problemas, transformar-se-ia em uma colônia com um futuro radiante. Mas teria sido suficiente a obra de Pinto Pacca para realizar esta transformação? Teria sido suficiente a construção de alguns quilômetros de estradinhas, de um canal e de uma sede para erradicar as misérias daquele estabelecimento?

Após a construção do Canal do Pinto, a direção afirmou que haviam realmente desaparecido os pântanos formados pelas águas do rio Novo. Mesmo a saúde dos colonos melhorara muito e haviam praticamente desaparecido os casos de ancilostomíase.⁵⁴⁵ A varíola, contudo, permanecia em estado endêmico. Nos primeiros 11 meses de 1873, morreram 6 colonos. A varíola surgira provavelmente no final de 1872 em forma virulenta, tanto que em janeiro de 1873 a Presidência informou-o ao Ministério.⁵⁴⁶

Desde julho de 1873, a colônia estava sem capelão católico. Por volta de março de '74, a capela foi concluída, mas faltava ainda o padre.⁵⁴⁷ Em junho, recebeu-se uma comunicação de que o Ministério teria firmado um contrato com o padre Aniceto Martins Bilbão.⁵⁴⁸ Havia na colônia um médico, Manoel Leite de Novaes Mello.⁵⁴⁹ Entre os funcionários registrados havia também um farmacêutico, além do diretor, ajudante, médico, contador, professor e capelão. O pastor protestante vinha ocasionalmente de Leopoldina.⁵⁵⁰ Faltavam ainda um pequeno hospital, uma enfermaria, uma prisão. O imóvel que abrigava a direção era bem espaçoso, medindo 18,40m de largura por 9,23m de comprimento (a escola media 8,80 x 11,44m e a capela 10,45 x 21,18m).⁵⁵¹

Já por volta do mês de abril, as autoridades centrais haviam decidido enviar os primeiros colonos que chegariam, exatamente em Rio Novo, de acordo com o contrato firmado com Caetano Pinto. Solicitou-se ao

545 *Relatório apresentado a S. E. o Inspetor Geral de Terras e Colonização...*, cit.

546 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd. 28/01/1873 e *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira*, cit.

547 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 10/03/1874.

548 APEES: GDG, Primeira Série, livro 113, doc. dd 05/06/1874.

549 APEES: GDG, Segunda Série(383L), livro 63, doc. dd 05/10/1874.

550 idem: doc. dd 05/08/1874.

551 idem: doc. dd 12/06/1874.

diretor a construção de um barracão para 100 famílias e a demarcação de 200 lotes de 302.500 m².⁵⁵² Deveriam também ser preparadas em cada lote uma área livre de vegetação, uma casa provisória e trilhas laterais ao lote.⁵⁵³ Na verdade, pretendiam-se aplicar os artigos da Lei 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Entretanto, contrariamente ao que rezava aquela norma, não se concedia aos colonos a possibilidade de escolha entre as várias dimensões dos lotes. Mas isto seria o menos importante.

Pinto Pacca escreveu à Presidência:

“Sendo conveniente que nos portos de Itapemirim e Benevente existam pessoas encarregadas de hospedar e transportar até aquela colônia os emigrantes que para li serão enviados, tanto porque a distância em que me encontro destes portos pode atrasar as providências que por sua natureza exigem prontidão, quanto porque este serviço pelo modo em que foi desenvolvido produziu inconvenientes de alto custo. Solicito a V. S. as ordens necessárias a fim de que sejam contratados nestes lugares fornecedores, a tempo para que estejam prontos a satisfazer as exigências do serviço.”⁵⁵⁴

Pouco depois, o diretor recebia permissão para colocar em prática as suas idéias.⁵⁵⁵

A epidemia de varíola evidentemente agravava-se, pois foi comunicado às autoridades que desde agosto haviam morrido 24 pessoas, dentre as quais 15 crianças. No mesmo período, ocorreram 5 nascimentos e 5 matrimônios.⁵⁵⁶ No final do mês de agosto, foram levados para a colônia os restos mortais de seu fundador, o senhor Caetano Dias da Silva, e depositados em um pequeno mausoléu.⁵⁵⁷ Neste ínterim, a população lamentava-se da falta de um cemitério menos pretensioso (mausoléus não eram coisas de camponeses).⁵⁵⁸ Em setembro, a direção já fora informada sobre a chegada de 100 famílias de emigrantes. Até aquele momento, parecia que tudo corria bem. Trabalhava-se febrilmente, pre-

552 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 27/04/1874.

553 idem: doc. dd 30/05/1874.

554 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 25/08/2874.

555 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 26/09/1874 e 23/10/1874.

556 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 07/08/1874.

557 idem: doc. dd 31/08/1874.

558 *Relatório do I Vice-Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas*, cit.

parando a colônia para a chegada dos novos colonos. Ironicamente, bastava que se anunciassem novos colonos para que o despreparo da colônia se tornasse latente.

Pinto Pacca escreveria ao Presidente:

“Em abril do corrente ano, foram realizados no II Território trabalhos de desmatamento, construção de um barracão e casas provisórias para o estabelecimento de imigrantes; por maior que possa ter sido a solicitude desta Direção ao enfrentar estes trabalhos, encontram-se prontas apenas 44 zonas desmatadas, um barracão com espaço para 20 famílias e cinco casas provisórias, para não mencionar a limpeza de todos os antigos estragos que era necessário remediar, do grande desmatamento para o centro colonial e outros trabalhos acessórios que contribuíram para tornar mais sensível a falta de trabalhadores para estes serviços. O serviço de medição, divisão e demarcação dos lotes poderia receber um impulso com a ajuda de dois agrimensores recém-chegados, mas encontra-se ainda na mesma condição de atraso, vista a necessidade desta Direção de distraí-los, um em direção ao traçado da estrada que deve ligar o I e o II Territórios, o outro em direção ao controle de alguns lotes de que os proprietários não conheciam ainda as linhas divisórias, dando lugar a constantes alterações que convinha evitar. Acrescente-se que do contrato autorizado por S. E. o Sr. Ministro da Agricultura e que deveria ter sido firmado pelo Engenheiro Leopoldo Deocleciano de Mello e Cunha a respeito deste trabalho, suas bases não foram aceitas por este, de modo que esta parte do serviço também foi prejudicada. Devido a todas estas dificuldades e para prevenir futuras emergências, recordei a V. E. no relatório de 8 de agosto do corrente ano, na parte Recepção de Imigrantes, a conveniência de que as remessas de imigrantes sejam feitas imediatamente, em número nunca maior do que 20 famílias, precedidas por ao menos 8 dias de aviso. E devo acrescentar: estas remessas, se possível, deverão ser feitas com intervalos de 30 dias pelo menos, com o fim de evitar confusões, incômodos e outras eventualidades comuns nestas ocasiões.”⁵⁵⁹

O Ministério da Agricultura respondeu a Pinto Pacca com uma decisão infausta. Generalizando-se também com relação a outras colônias

559 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 18/09/1874.

brasileiras, seria uma das causas dos precoces descontentamentos dos novos imigrantes. Vejamos:

“Declaro a V.E. que, tendo este Ministério, com aviso de 27 de agosto último, ordenado a construção de casas para a recepção de 100 famílias e a preparação de 200 lotes de terra na referida colônia, contratando para este fim os agrimensores convidados por esta Corte e autorizando o contrato de empreitada com o engenheiro Mello e Cunha, convém que estes trabalhos continuem e se concluam nos termos previstos pela referida ordem, suspendendo-se neste ínterim a construção de casas provisórias, sendo preferível dar aos colonos a necessária ajuda para que estes as construam de acordo com o seu gosto. Além disto, procure V. E. exigir do referido Diretor uma declaração sobre as razões pelas quais foram recusadas as bases do contrato com o Engenheiro Mello e Cunha, aprovado por este Ministério sob proposta daquele funcionário.”⁵⁶⁰

O que foi referido acima não estava em sintonia com a lei de 1867. Os imigrantes seriam depositados em barracões por muito tempo, à espera de que se construíssem as casas provisórias e se procedesse ao desmatamento de um trecho da floresta. O dinheiro que lhes fornecia o Estado iria imediatamente para o bolso dos comerciantes, que aproveitar-se-iam de sua posição monopolística para praticar preços altíssimos. As doenças ceifariam aquela gente que vivia amontoada em condições contrárias às regras mais elementares de higiene. Os plantios deveriam aguardar meses para verem a luz: primeiramente, deveriam ser abatidas as árvores e construídas as casas provisórias. Aquela não era uma decisão normal de rotina do Ministério. Constituiu um gravíssimo erro, que comprometeria bem mais do que se possa pensar o bom êxito daquele fluxo migratório que terminou no início dos anos '80. Isto ocorreu no Espírito Santo, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Em novembro, o Ministério advertiu a direção de que o contrato firmado com Caetano Pinto começava a dar seus frutos e em pouco tempo chegariam novos colonos também em Rio Novo.⁵⁶¹

Por volta do final de novembro, Pinto Pacca escreveu ao Presidente: “Notei que grande parte dos terrenos mais férteis e limítrofes ao I e

560 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 31/10/1874.

561 idem: doc. dd 09/11 e 31/10/1874.

ao II Territórios desta colônia foram concedidos a indivíduos privados, os quais, ao invés de cultivá-los, vendem a madeira que contêm, esperando poder revendê-los mais tarde a preço alto ao domínio do Estado. Com o fim de evitar maiores despesas ou que esta colônia seja bloqueada pela falta de terrenos estaduais, solicito a V. E. que se digne expedir as ordens necessárias, para efeito da suspensão de tais concessões entre o Rio Novo e o Rio Jucu.”⁵⁶²

Por volta do final de janeiro de 1875, Pinto Pacca enviou ao Ministro um relatório que indicava as realizações de sua direção no ano anterior. A descrição que ali se fazia da colônia era, no mínimo, idílica. Mas tratava-se, praticamente, do I Território da colônia, ou seja, de uma parte da colônia que ostentava enfim vinte anos de vida, e que depois de um longo período de escasso progresso e freqüentemente de desorganização e de desventuras variadas para os colonos, há alguns anos parecia ter encontrado um equilíbrio satisfatório. Reproduzimos aqui as palavras do diretor:

*Esta colônia, situada a 30km do litoral e a 12 km de seu porto de embarque no rio Itapemirim é, dentre os estabelecimentos desta natureza, um dos que reúne em si mais elementos de prosperidade. A amenidade de seu clima, a fertilidade sem par de seu solo, sua viabilidade, seu comércio florescente, o bem-estar dos colonos de diversas nações que nela existem, sua magnífica disponibilidade de águas, superior à necessidade, para mover os mais poderosos maquinários; o aspecto sorridente de seu povoado, o centro colonial, garantem aos emigrantes que ali se estabelecerão não apenas as vantagens prometidas a eles no momento em que foram contratados acerca da fertilidade do solo brasileiro, mas aquelas de que desfrutam na Europa, e que, sem que o saibam, acreditam poder desfrutar também no Brasil.*⁵⁶³

Naquele território, bem ou mal, com maior ou menor solicitude e generosidade, haviam se concentrado os esforços e as despesas do governo durante 14 anos, e durante outros sete o concurso de despesas entre a associação fundadora e o Estado realizara também ao menos algumas pequenas estruturas. Mas os novos colonos não encontrariam lugar neste território. Seriam conduzidos a zonas mais distantes e totalmente despro-

562 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 23/11/1874.

563 idem: *Relatório apresentado a S. E. o Sr. Ministro da Agricultura, a 30/01/1875 pelo Diretor da Colônia Imperial de Rio Novo, J. A. Pinto Pacca.*

vidas de toda e qualquer estrutura. Eis a descrição do povoado de Santo Antonio, sede da colônia:

“Aqui um moinho, mais adiante três boas e grandes casas de comércio; sobre a colina a direção e, em construção, o elegante chalet, futura habitação do médico. Deste lado um canal e um lago artificial, as cascatas do rio Santo Antonio com duas elegantes pontes; mais além a bem acabada escola pública onde, durante o dia, os filhos de seus compatriotas, e à noite eles próprios, recebem instrução, o pão do espírito. [...] No alto da colina uma capela onde, contentes, aos domingos se entregarão ao Criador.”⁵⁶⁴

A esmagadora maioria dos imigrantes que chegaram nos anos sucessivos sequer veriam aquele paraíso terrestre que nos é difícil imaginar, da forma como o descrevia Pinto Pacca. O próprio diretor perguntava-se como a colônia pudera mudar radicalmente de aspecto em apenas três anos: e respondia-se que tudo dependera da abertura de meios de comunicação e do comércio florescente que se seguira. Em sua opinião, os suíços, belgas, franceses, alemães e chineses encontrariam compatriotas bem inseridos, os quais certamente emprestariam coragem aos recém-chegados. Infelizmente, estes seriam na maior parte italianos. No mesmo relatório, comunicava-se que haviam sido demarcados 86 lotes, 60 no II Território e 26 no III Território que há pouco tempo fazia parte da colônia. Este último território fora anexado à colônia exatamente devido à má qualidade das terras do II Território: “A falta de terras próprias ao estabelecimento dos emigrantes no II Território levaram-me a providenciar a demarcação de terras estaduais mais próximas.” Mas os trentinos seriam em sua maioria instalados naquelas zonas distantes e pouco adequadas à agricultura. E tudo o que havia no II Território foi descrito por Pinto Pacca naquele mesmo documento: “um edifício bem acabado para a recepção de emigrantes, tendo o pavimento no andar térreo 8,80m de largura por 22 metros de profundidade e o primeiro andar 4,40m de largura pela mesma profundidade.” O novo barracão, bem construído, serviria por ao menos trinta anos. De acordo com Pinto Pacca, em 1866 fora construído no II Território um primeiro barracão, do qual entretanto restavam apenas vestígios. Por que fora construído? Por que não se haviam mais instalado imigrantes no II Território?

564 idem.

No final de 1874 havia em Rio Novo, além do diretor, um capelão católico, um contador, dois agrimensores e um professor. O governo decidira conceder outros dois professores, um para a escola feminina e outro para a escola masculina de primeiro grau. Iniciara-se a construção de uma segunda pequena escola. A direção solicitara também dinheiro para construir uma igreja para os protestantes. Os próprios colonos haviam recolhido dinheiro para contribuir nesta circunstância. Trabalhava-se na construção de estradas para ligar o I Território ao II e ao III, e de trilhas internas a estes dois territórios. Os antigos colonos recusaram-se definitivamente a pagar a metade da dívida que a antiga associação colonial passara ao Estado. Afirmavam que era um débito falso e que, de qualquer forma, a associação não respeitara o contrato.

Colônia Santa Leopoldina, 1875. O Núcleo Timbuhy

Encontramos dois documentos que podem conduzir a conclusões errôneas. Datados de janeiro de 1875, anunciavam a chegada de 130 imigrantes trentinos. Estavam assinados pelo vice-diretor e eram endereçados ao Presidente Menezes Prado.⁵⁶⁵ Mas este Presidente tomou posse apenas a 4/12/1875. Além disto, a data de arquivamento dos documentos é de janeiro de 1876. Como se não bastasse, em outras fontes do Arquivo de Vitória encontra-se um documento análogo, datado de janeiro de 1876, anunciando a chegada de 130 tirolezes.⁵⁶⁶

Em janeiro, houve uma queda de braço entre o diretor provisório Albuquerque Rodrigues, e os comerciantes de Porto de Cachoeiro. O constante atraso com que o governo enviava dinheiro à direção gerava uma situação anômala: os colonos não recebiam seu salário na data estabelecida e, portanto, não tinham condições de pagar em dinheiro as poucas mercadorias que adquiriam nas mercearias da colônia. Os comerciantes exigiam que a direção emitisse bônus àqueles que possuíam crédito junto ao governo. Tais bônus garantiriam a entidade do crédito do colono e constituiriam uma garantia para os negociantes. Sem estes, os colonos poderiam contrair dívidas superiores ao seu crédito real, talvez em vários pontos comerciais, ou mesmo abandonar a colônia depois de contrair dí-

565 Os dois documentos, dd 05/01/1875 e 12/01/1875, encontram-se em APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71.

566 APEES: GDA, Segunda Série, livro 22, doc. dd 05/01/1876.

OS “CAURIOTTI” *



Giacomo Loss (1860) com a esposa Carmelina. Chegou ao Espírito Santo em 1888 juntamente com um grande grupo de concidadãos.



Paolo Sperandio (de pé) chegou ao Espírito Santo em 1889. Vêmo-lo aqui com Giacomo Ferrari, Gaetano Cornacchini e Antonio Zamprognio (sentados, da esquerda para a direita).

* Originários de Caoria (N. da T.)

vidas junto aos comerciantes. O péssimo hábito das autoridades brasileiras de pagar o que devia aos colonos com até meses de atraso, foi uma das causas mais sérias do descontentamento dos imigrantes. Mas não era a única. Uma outra razão permitiu que comerciantes se aproveitassem mais uma vez dos camponeses, em uma relação que, nas colônias brasileiras, beirava a delinquência. Os bônus, com a desculpa de que eram de validade incerta, eram descontados dos colonos com desfalques percentuais. Às vezes, como o bônus era um documento único, o comerciante se apropriava indevidamente de certas cifras. Isto ocorria quando o colono, pelos mais variados motivos, deixava definitivamente a colônia, depois de ter entregue ao comerciante um ou mais bônus, tendo usufruído com suas compras apenas de uma parte de sua quota em dinheiro. O sistema de bônus, muito apreciado pelos grandes comerciantes, prejudicava o pequeno comércio, que não tinha possibilidade de vender a crédito. Neste caso, parece que os comerciantes de Porto de Cachoeiro estivessem incitando os colonos a exigir da direção os bônus, e isto transformou-se em uma espécie de mania. O diretor opôs-se.

“Para dar fim ao crescente número de bônus solicitados, inclusive como adiantamento de mercadorias por trabalhos realizados no mês de janeiro, o que foi sugerido pelos comerciantes desta localidade, convidei-os para uma conferência e lhes sugeri que chegassem a um acordo, no sentido de que um não venderia aos clientes do outro a partir da data do acordo; neste caso eu daria a ajuda necessária e possível para que os colonos com os pagamentos mais atrasados recebessem mais dias de serviço e pudessem, proporcionalmente, amortizar os respectivos débitos no caso de diversos credores, visto que não era possível continuar assim, pois já haviam sido emitidos cerca de 250 bônus. Eles entretanto não aceitaram, declarando que continuariam a não vender a crédito sem um bônus da Direção, e eu lhes respondi que neste caso, a partir de fevereiro eu não emitiria mais bônus algum, e empregaria meus esforços para ter aqui um armazém com o qual os colonos pudessem contar, através do qual eu faria passar os fornecimentos das equipes de demarcação [i.e. dos lotes], da enfermaria e dos novos colonos, [...] Em toda esta história parece haver um líder oculto, e talvez os pedidos de aumento de salário e de dias de serviço tenham a mesma origem.”⁵⁶⁷

567 idem: doc. dd 24/01/1875.

A direção também temia que houvesse perigo de revolta e se precavava solicitando à Presidência o envio de um grupo de soldados. Em outro documento, em que pedia que o número de militares na colônia fosse elevado para vinte, Albuquerque Rodrigues referiu-se aos “novos colonos, aqueles que chegaram há três ou quatro anos, os mesmos que, por sua situação ainda precária, necessitam trabalhar nas estradas.”⁵⁶⁸ O café dava fruto após cinco ou seis anos, e neste interim os imigrantes precisavam ganhar dinheiro para atender às suas necessidades, mesmo podendo dispor de produtos do campo.

Da queda de braço entre a direção e os comerciantes, tomou parte até mesmo um professor da escola local. O professor Manoel dos Passos Ferreira foi substituído por escrever uma petição dos colonos que requeriam um aumento do salário e dos dias de trabalho. Fê-lo em casa do comerciante Volkart, e logo depois que os comerciantes haviam decidido não vender a crédito. Parecia realmente uma conspiração.⁵⁶⁹ Os negociantes que, mais do que os outros, estavam à frente deste movimento eram: Albert Volkart, Luis Holzmeister (da mesma família daquele comerciante que deixara Santa Leopoldina cheio de dinheiro?) e Eduard Albert.⁵⁷⁰ O diretor, entretanto, não lhes dava ouvidos e idealizou um projeto de abertura de um espaço colonial controlado pelo Estado. Seria útil aos colonos novos e àqueles que faziam trabalhos públicos, além dos funcionários do Estado. Os preços seriam calculados sobre a média dos preços de 5 pontos comerciais de Vitória. Abastecido com os principais gêneros necessários à vida colonial, venderia a crédito e seria cedido a um empreiteiro privado a cada dois anos.⁵⁷¹ Outros dois comerciantes que se recusavam a vender a crédito eram Carlos Eduardo Alberto e Antonio Valger.⁵⁷² A idéia do armazém não foi adiante.

Um dos problemas da colônia era a falta de um padre católico. O diretor solicitou insistentemente a nomeação de um novo sacerdote que substituísse o padre Fried. Este, após sua suspensão, conseguiu atuar na capital por tempo determinado, com possibilidade de renovação da permissão por parte do Bispo. Desde a sua demissão, nenhum sacramento

568 idem: doc. dd 20/01/1875

569 idem: doc. dd 23/01/1875.

570 idem: doc. dd 03/02/1875.

571 idem: doc. dd fevereiro de 1875.

572 idem: doc. dd 27/02/1875.

fora realizado na Leopoldina. O diretor solicitava um sacerdote que falasse alemão.⁵⁷³ Nada foi feito naquele ano.

Na colônia, as dificuldades pessoais eram as mais variadas. Era uma comunidade nova que se estruturava, sem passado. O governo brasileiro, ainda que lentamente e com indesculpável confusão, procurava atender às requisições mais urgentes. Era o caso de uma colônia alemã que solicitava ajuda, pois seu marido estava doente.⁵⁷⁴

Em janeiro, o pastor Ertz foi contratado como professor: deveria dar aulas três dias por semana, recebendo uma remuneração de 400\$000 anuais.⁵⁷⁵ Muitos colonos requisitaram reiteradas vezes à direção um aumento de salário e dos dias de trabalho nas estradas. O diretor não se mostrou de acordo. Durante o ano de 1874, o salário já havia sido aumentado e os dias de trabalho garantidos a muitos colonos haviam passado de 12 a 15, devido aos preços excessivamente altos dos gêneros alimentícios. Superados estes limites, surgiria um problema: os colonos descuidariam de suas terras, por estarem muito tempo afastados. Perderiam também o hábito da agricultura, devido à melhor remuneração do trabalho nas estradas.⁵⁷⁶ Mas o governo criara as colônias exatamente para que surgissem núcleos de pequenos proprietários de terras/agricultores.

Um novo problema surgia, aqui como em outras colônias brasileiras. O que fazer com os brasileiros que pediam para entrar na colônia? A lei sobre as colônias tratava de imigrantes e todas as vantagens previstas pelo governo referiam-se a estes. Mas muitos brasileiros pediam para estabelecer-se nas colônias, onde pudessem contar com pelo menos alguns dos serviços mínimos que freqüentemente faltavam em seus povoados: o médico, o padre. Deveriam se estender a estes as vantagens da lei de 1867? No início daquele ano, emitiu-se uma circular que garantia aos brasileiros a possibilidade de entrar nas colônias do Estado. Ali poderiam obter terras sob as condições impostas pela lei. Mas não era o suficiente. Pedro de Albuquerque Rodrigues, mais uma vez na direção da colônia, era uma pessoa de bom senso e muito capaz. Percebeu que uma situação deste tipo prejudicaria os brasileiros e, além de ser injusta, ia contra os interesses da nação. As colônias não deviam servir também para envolver os nativos

573 idem: doc. dd 19/01 e 20/02/1875 e GDG, série 751, livro 124 doc. dd 26/01 e 27/02/1875.

574 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 13/01/1875.

575 idem: doc. dd 21/01/1875 e GDG, série 751, livro 124, doc. dd 26/01/1875.

576 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 27/01/1875.

em uma agricultura mais moderna e voltada para o mercado, aqueles milhões de nativos que estavam espalhados pela costa do país, vivendo precariamente da pesca e de pouco mais? Para estes, porém, era impossível inserir-se nas colônias sem obter as vantagens dos europeus. Como fariam para construir a casa, desmatar, abrir as trilhas necessárias e plantar sem nenhuma ajuda? Como sobreviver neste íterim? A lei de 1850 que definira as terras do Estado e reconheceu e demarcara as propriedades privadas, criara uma situação que encarava os brasileiros do Espírito Santo como proprietários de terras vizinhas à costa, inadequadas à agricultura por serem arenosas ou pantanosas. Era necessário tentar atrair esta gente para o interior, onde se encontravam as colônias. O país assim recuperaria uma força produtiva que vivia então quase que de expedientes. É verdade que o governo estava vendendo a indivíduos privados terras no interior, mas apenas uma minoria estava em condições de pagá-las. E Albuquerque Rodrigues fazia ainda outra observação, válida também para muitos dos europeus. Como era possível pretender que a terra fosse paga em 5 prestações, a partir do segundo ano de permanência na colônia, se apenas no final do quinto ano ter-se-ia a primeira colheita de café?⁵⁷⁷

O único lugar na colônia de Santa Leopoldina em que estavam sendo distribuídos lotes urbanos no momento era Porto de Cachoeiro.⁵⁷⁸

O alemão Friedrich Haenert enlouqueceu.⁵⁷⁹

Quase todo o Estado do Espírito Santo era vítima da epidemia de varíola. A capital especialmente. Mas por volta do mês de março a doença surgiu também em Santa Leopoldina. Primeiramente, ocorreu o caso de um colono que adoeceu nas proximidades de Cachoeiro. Depois, em abril, a esposa e o filho deste colono também contraíram a varíola.⁵⁸⁰ As crianças da colônia foram vacinadas.⁵⁸¹ Com certeza outros colonos também foram vacinados. Mas os vacinados contraíram a varíola. Surgiram acusações contra a qualidade da vacina.⁵⁸² Havia apenas um médico na colônia, e a direção pediu que fosse demitido devido a uma série de más ações. O médico negou tudo (mas seria demitido depois pelo Ministério, a 9 de

577 idem: doc. dd 20/02/1875 e GDG, série 751, livro 124, doc. dd 09/03/1875.

578 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 20/02/1875.

579 idem: doc. dd 19/03/1875 e GDG, série 751, livro 124, doc. dd 01/04/1875.

580 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 26/03 e 09/04/1875 e GDG, série 751, livro 124, doc. dd 22/03/1875.

581 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 20/03/1875.

582 idem: doc. dd 13/04/1875.

setembro).⁵⁸³ Durante a epidemia, este médico, Dr. E. Mendo de Andrade e Oliveira, foi auxiliado pelo Doutor Rudio, que na colônia fizera de tudo um pouco, de farmacêutico a diretor. O jornal *O Espírito-Santense* definia como “intensa” a epidemia de varíola na colônia Santa Leopoldina.⁵⁸⁴ Havia apenas uma enfermaria na colônia, e mostrava-se absolutamente insuficiente. De janeiro a julho, 125 colonos contraíram a varíola: morreram nove homens e oito mulheres. Em seguida, até setembro foram tratados outros 270 colonos, a grande maioria em sua própria casa. Morreram outros seis. Apenas em setembro a epidemia pôde ser declarada extinta.⁵⁸⁵ Mas durante aqueles meses, uma outra calamidade atingira a colônia. Eis um comunicado da direção, do mês de março:

“A maioria dos colonos italianos recém-chegados foram para o hospital, vítimas de febres intermitentes; assim como outros 50 colonos que trabalhavam em Queimado e Tangy, o que me obrigou, como já declarei verbalmente a V. E., a dissolver uma das equipes que ali trabalhavam sob a direção do feitor Germano Berger. Agora mesmo mandei retirar a segunda equipe do feitor Bähler pelo mesmo motivo. Chove copiosamente há quase cinco meses, o rio permanece em cheia e as planícies alagadas tornam inconveniente a permanência dos colonos ali, por isto decidi recomençar o serviço naquele trecho de estrada apenas depois de alguns dias de seca, ou por volta do dia 10/15 de abril.”⁵⁸⁶

Os colonos trentinos, todos na enfermaria, começavam a compreender o verdadeiro significado do “sonho americano”. Em abril, o colono F. Fioux pediu para ser levado ao Rio de Janeiro para ser operado da uretra⁵⁸⁷, enquanto o diretor reclamava junto à Presidência o dinheiro que não recebia: há quatro meses não pagava os colonos por seu trabalho. Um desastre.⁵⁸⁸ Prospero Stroppa, Andrea Rosanelli e Domenico Felicetti, na colônia já há algum tempo, aguardavam ainda as suas bagagens.⁵⁸⁹

583 idem: doc. dd 23/04 e 10/04/1875 e *Relatório do Presidente D. M. Peixoto de 18/09/1875*, cit.

584 *O Espírito-Santense* de 22/05/1875.

585 *Relatório do Presidente D. M. Peixoto de 18/09/1875*, cit.

586 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 22/03/1875.

587 idem: doc. dd 02/04/1875.

588 idem: doc. dd 13/04/1875.

589 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 07/04/1875.

Outros colonos estavam prestes a chegar. Os lotes deviam ser demarcados, e sem demora. O diretor escreveu que tentaria acelerar os trabalhos, mas observou que a chuva determinara até então um ritmo reduzido de trabalho. Assim como o feriado da Páscoa. Dois agrimensores, por motivo de doença e outras razões, puderam trabalhar apenas dois meses em três, e apenas um terço em alguns dias do trimestre. Havia sempre o perigo de perturbação da ordem pública por ocasião dos pagamentos. Os pagamentos dos trabalhos nas estradas estavam 4 meses atrasados, e os de demarcação dos lotes, 5 meses. A orientação era a de não pagar os salários no centro colonial, mas diretamente no local em que trabalhavam as equipes. Na verdade, isto teria sido mais lógico. Para chegar a Cachoeiro, os trabalhadores empregavam dois dias de caminhada que, somados ao retorno, constituíam uma grande perda de tempo. Mas o aparato burocrático custava a lubrificar-se.⁵⁹⁰

A 24 de maio, soube-se que 350 trentinos chegariam em breve à Leopoldina. O diretor observou: “Parece-me pouco conveniente a chegada de emigrantes em tão alto número na situação atual, em que a colônia está lutando contra a epidemia de varíola e febres intermitentes, doença que não poupou nem mesmo os nativos desta localidade; eu mesmo estou acamado há três dias, sofrendo com as febres.”⁵⁹¹

A 19 de abril, Pedro de Sant’Anna Lopes retornara à direção, mas muitos documentos eram firmados pelo vice Francisco Leite de Freitas Guimarães, sinal de que Lopes ausentava-se ainda freqüentemente da colônia.⁵⁹²

Para evitar que os recém-chegados contraíssem a varíola, a direção propôs levá-los a pernoitar na Fazenda Nova Coimbra e conduzi-los a Cachoeiro na manhã seguinte, para encaminhá-los rapidamente às suas destinações.⁵⁹³ A 29 de maio, partiram do Rio de Janeiro 150 trentinos embarcados no *Ceres*, e a 1º de junho outros 163, embarcados no *Bahia*. A 5 de junho estavam todos em Vitória.⁵⁹⁴ Neste mesmo dia, a direção lançou um grito de alarme: dispunha de apenas um agrimensor para demarcar os novos lotes.⁵⁹⁵ Ordenou-se a Albuquerque Rodrigues, que então

590 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 124, doc. dd 05/04/1875.

591 idem: doc. dd 28/05/1875 e também GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 05/06/1875.

592 Sobre a nomeação de Lopes, veja-se o *Relatório do Presidente D. M. Peixoto de 18/09/1875*, cit.

593 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 29/05/1875.

594 *O Espírito-Santense* de 25/05 e de 05/06/1875.

595 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 05/06/1875.

dirigia os trabalhos na estrada para Vitória, que se transferisse para a colônia com seus empregados. Ele se recusou. Talvez tivesse alguma pendência com Sant'Anna Lopes, e os novos colonos pagariam por isto.⁵⁹⁶ Chegados à colônia, foram provavelmente alojados nos barracões da fazenda Alvarenga Rosa e do distrito de Suíssa. A desorganização e o despreparo eram totais. Foi necessário mandar comprar no Rio de Janeiro 300 foices e 200 machados, que deveriam ser entregues aos imigrantes e não estavam disponíveis em Vitória.⁵⁹⁷ Em agosto, os trentinos ainda não haviam recebido parte do dinheiro que a lei lhes garantia.⁵⁹⁸

O núcleo colonial de Timbuhy tomava forma e qualificava-se cada vez mais como núcleo italiano. O diretor, na verdade, aconselhara às autoridades a emancipação da Colônia de Santa Leopoldina e a criação da nova Colônia Timbuhy. Os antigos colonos já estavam em condições de sobreviver sozinhos e era um desperdício permitir que eles usufríssem dos serviços coloniais. E acrescentava: as terras ao Sul da colônia eram de propriedade privada, e deviam ser mantidas livres para os filhos dos antigos colonos. Mas o Estado não emancipou o núcleo de Cachoeiro de Santa Leopoldina, e os antigos colonos desfrutaram ainda por alguns anos de algumas facilidades. O que não aconteceria com os italianos quando, poucos anos depois, a colônia seria totalmente emancipada. A direção referia-se à “fertilíssima floresta de Timbuhy”. Tratava-se de mais um engodo, extremamente infausto para os novos colonos.

“Convém desde já encaminhar a emigração para Timbuhy, onde já se encontram imigrantes poloneses estabelecidos há dois anos, e onde acabei de instalar os italianos recém-chegados. Este novo núcleo desenvolve-se à margem da estrada de Santa Têresa, acompanhando em princípio o Rio do Norte e depois o Rio Timbuhy. Escolhi quatro lotes em lugar conveniente para o estabelecimento do futuro povoado na estrada de Santa Têresa, às margens do Rio Timbuhy, que mandei desmatar e construir um grande barracão. Deste ponto até o Porto de Cachoeiro, no estado atual das estradas, empregam-se 6 horas. Se for criada a nova colônia, posso garantir seu futuro próspero, pois há mais de 1.500 italiano-austriacos que, a convite de seus

596 idem: doc. dd 11/06/1875.

597 idem: doc. dd 13/06/1875.

598 idem: doc. dd 02/08/1875.

parentes e amigos que aqui se encontram, preparam-se para emigrar para cá."⁵⁹⁹

A informação confirma que os poloneses que não tinham partido haviam sido instalados exatamente no núcleo Timbuhy, assim como os trentinos. A direção não fazia esclarecimentos sobre onde estavam os ex-colonos de Tabacchi, mas eles certamente também se encontravam lá. Assim como um outro grupo de trinta, que em fevereiro abandonara a ex-colônia Tabacchi.⁶⁰⁰ Começava-se a povoar o segundo centro urbano da colônia que levaria o nome de Santa Teresa. O fato de que seu nome se devesse a uma imagem sacra levada àquele lugar por uma emigrada, soa mais como uma lenda.⁶⁰¹ Há anos aquele território era indicado como o da "estrada para Santa Teresa". É provável que os camponeses trentinos preferissem chamar o novo povoado de San Vigilio, um santo trentino protetor da cidade de Trento. De acordo com Ildebrando Ruschi, foi o agrimensor Franz von Lipp quem se opôs a esta possibilidade. O governo aceitou a idéia de dirigir a nova emigração ao Núcleo de Timbuhy, e em outubro demarcavam-se duas léguas quadradas de terra, a leste e a oeste, ao longo da estrada de Santa Teresa. Falava-se ainda da "fertilidade do solo que, cada vez mais, justifica as notícias sobre a riqueza daqueles terrenos."⁶⁰² A Presidência comunicava ao Ministério que a colonização de Timbuhy era um primeiro passo rumo à ocupação das zonas do Rio Doce.⁶⁰³

É verdade que muitos outros trentinos desejavam ir para o Espírito Santo. Os recém-chegados solicitavam documentos firmados que atestassem as vantagens oferecidas pelo governo e que seriam enviados a Trento. Desaconselharam também às autoridades a fazer uso de agentes de emigração, que escolhiam qualquer um, e freqüentemente gente não muito honesta:

"Conseguirei introduzir nas florestas de Timbuhy um grande número de imigrantes daquela origem, todos trabalhadores e, como

599 idem: doc. dd 11/07/1875.

600 APEES: GDA, Segunda Série, livro 22, doc. dd 27/01/1875.

601 Mais de um autor acena a este fato. Entre estes, E. I. Ruschi: *Estado do Espírito Santo, Município de Santa Teresa: Estatística-Corografia e História*, Rio de Janeiro 1939 e F. Müller: *Fundação e factos históricos de Santa Thereza*, Vitória 1925.

602 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 15/10/1875.

603 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 16/07/1875.

*estes, muito moderados. Os últimos a chegarem estão contentes e ontem, partindo para a floresta, ao receberem seus lotes fizeram uma verdadeira festa.*⁶⁰⁴

Os trentinos recebiam os primeiros elogios em sua nova terra. Em outras ocasiões, seriam duramente criticados. Por volta do final de setembro, a Presidência também confirmava que já estavam instalados em seus lotes.⁶⁰⁵ Mas, ou haviam chegado outros, ou estas informações não estão corretas. Em agosto, a direção lamentara-se do fato de dispor de apenas 2 agrimensores para demarcar os novos lotes.⁶⁰⁶ A 23 de setembro comunicava que estavam para ser transportados para Timbuhy (provavelmente para os barracões) os últimos colonos que estavam nos barracões de Alvarenga e Suíça.⁶⁰⁷ Era entretanto urgente a construção de uma casa para o médico, pois aquela que este agora ocupava seria usada como enfermaria. Durante aqueles meses, os doentes eram instalados em uma choça coberta de palha e sem paredes, que ameaçava desabar.⁶⁰⁸

A floresta se renderia aos recém-chegados, mas por enquanto resistia com todas as suas forças. Durante a entrega de um certo número de lotes, ao menos 6 trentinos perderam-se na selva. Quatro conseguiram voltar sozinhos, enquanto outros dois foram encontrados, exaustos e famintos, por um brasileiro contratado expressamente para isto pelo diretor, por 20\$000.⁶⁰⁹

Em poucos meses, foram mortas três onças; a última havia saltado sobre o filho de um alemão, mas limitara-se a acariciá-lo e lambê-lo.⁶¹⁰ Eram inúmeras as despesas do poder público. Além de pagar o “resgatador de desaparecidos”, o diretor foi forçado a comprar 9 mulas e duas selas para transportar bagagens e víveres para os vários núcleos habitados da colônia.⁶¹¹ Finalmente, quando os colonos reuniram uma soma em dinheiro

604 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 27/06/1875.

605 *Relatório do Presidente D. M. Peixoto de 18/09/1875*, cit.

606 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 14/08/1875.

607 idem: doc. dd 23/09/1875.

608 idem: doc. dd 24/09/1875.

609 idem: doc. dd 05/07/1875.

610 *O Espírito-Santense* de 08/07/1875.

611 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 05/08 e 06/10/1875.

para construir uma capela mais apresentável, a direção ofereceu o trabalho de 10 diaristas.⁶¹²

Mas sofria-se muito na colônia. Alguns trentinos começaram a partir. Damaso Paolo, de Banale, e seu genro Tonini Giuseppe (o primeiro com certeza foi na colônia de Tabacchi) solicitaram o pagamento da viagem para outras zonas do Brasil. Não haviam aceitado o lote de terra e tinham trabalhado como diaristas. Segundo as autoridades, haviam acumulado assim uma certa quantia.⁶¹³

Arman Costante e Libardi Giuseppe, foragidos da Colônia de Rio Novo, deixaram também a Colônia de Santa Leopoldina.⁶¹⁴ Pietro Bertoldi também pediu para partir, por motivos de saúde.⁶¹⁵

A vida entretanto não era dura apenas para os colonos, mas também para os agrimensores. Estes partiam para a floresta e ali permaneciam durante semanas, em um ambiente hostil e malsão, vivendo em cabanas improvisadas. Mesmo o pessoal da direção não vivia muito comodamente. O vice-diretor escreveu à Presidência: “Permita V.E. que declare que há quase quatro anos, desde que estou empregado aqui, vivo constantemente transferindo-me com a família, que ultimamente cansou-se desta situação.”⁶¹⁶ Em outubro, foi permitido a um brasileiro abrir uma pequena venda no barracão que havia em Santa Teresa.⁶¹⁷ Mas os antigos vícios daquela colônia permaneciam inalterados. No decorrer de um ano, três homens haviam se alternado na direção, pelo menos 5 vezes. Não havia nenhuma escritura referente ao novo núcleo colonial de Timbuhy, e sequer um mapa.⁶¹⁸ Em dezembro, os pagamentos estavam atrasados há dois meses ou mais, em alguns casos. Recomeçava-se a falar em emissão de bônus.⁶¹⁹

O doutor Domingo Gomes Barroso entrou em exercício na colônia a 11 de novembro.⁶²⁰ Os colonos de Timbuhy solicitaram trabalho nas

612 idem: doc. dd 19/10/1875.

613 idem: doc. dd 12/10/1875 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 13/01/1875.

614 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 16/09/1875 e GDA, Segunda Série, livro 22, doc. dd 16/09/1875.

615 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 06/11/1875.

616 idem: doc. dd 19/11/1875.

617 idem: doc. dd 27/10/1875.

618 idem: doc. dd 01/11/1875.

619 idem: doc. dd 06/12 e 24/12/1875.

620 idem: doc. dd 20/11/1875.

estradas por todo o mês.⁶²¹ Em dezembro, chegaram mais 55 pessoas: 54 trentinos e 1 italiano. Com eles, veio o comunicado de que outras 80 famílias haviam partido da França com destino à colônia.⁶²²

Para variar, a direção comunicara que não dispunha de lotes suficientes, e que no Porto de Cachoeiro faltava um barracão apropriado para abrigar aquela gente.⁶²³ Finalmente, chegou o navio *Fenelon*, bastante infortunado, como veremos. Três dias antes do fim do ano, o alemão Hermann Hörner (ou Körner) enlouqueceu. A 31 de dezembro encontrava-se na Casa da Misericórdia de Vitória, aguardando transferência para o Rio de Janeiro.⁶²⁴

Durante todo o ano de 1875, tem-se notícia da chegada de cerca de 420 colonos à Colônia de Santa Leopoldina: 30 vinham da ex-colônia Tabacchi; ao menos 3 faziam parte da família de Luigi Zamprogno que estava em Vitória; 55 (14 famílias) haviam chegado à colônia em dezembro; menos de 20 chegaram aos poucos entre agosto e setembro.⁶²⁵

Estas informações basicamente coincidem com os dados oficiais de que dispomos. O Presidente da Província afirmou que até 18 de setembro haviam chegado à colônia 325 colonos (faltavam 55, que chegariam em dezembro, além de um pequeno grupo que chegou em setembro).⁶²⁶ O Mapa dos colonos estabelecidos na colônia, que em parte reportamos na Tabela VI, indicava 416 colonos para 1875. Ali já estavam os que haviam chegado no *Fenelon*. A colônia contava então mais de 5.000 habitantes. Vinte e quatro quilômetros da estrada para Vitória haviam sido concluídos, e faltavam ainda 22,5km. As chuvas haviam danificado seriamente a estrada para Timbuhy, derrubando inclusive algumas pontes. A casa da direção estava em ruínas, a farmácia era ainda uma barraca coberta de palha, e a enfermaria era ocupada pelo médico. Os colonos já se preparavam para dedicar-se à monocultura do café e negligenciavam os cereais.⁶²⁷ Santa Teresa, povoado recém-nascido, fazia grandes progressos. “O lugar em que se encontra o núcleo de Timbuhy, uma floresta virgem até há

621 APEES: GDA, Segunda Série, livro 22, doc. dd 14/11/1875.

622 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 03/12/1875 e GDA, Segunda Série, livro 22, doc. dd 10/12/1875.

623 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 09/12/ e 17/12/1875.

624 idem: doc. dd 29/12 e GDG, Série 751, doc. dd 31/12/1875.

625 A lista dos 55 e dos 2 de 02/08 e 23/09 encontra-se em APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228.

626 *Relatório do Presidente D. M. Peixoto de 18/09/1875*, cit.

627 idem.

poucos meses, está se transformando em um povoado florescente.”⁶²⁸ Naquela floresta, os camponeses europeus viviam e nutriam esperanças. E morriam também. Eis o testamento de um alemão morto naquele período:

“Últimas vontades. Eu Ernesto Postel percebendo que os dias da minha vida chegam ao fim, declaro e peço que sejam escritas as minhas últimas vontades acerca dos bens que deixarei e que consistem em:

- 1) um lote de terra com casa de habitação, plantação de café e campo.*
- 2) Um burro e um cavalo, uma vaca com bezerro e outros animais.*
- 3) Utensílios e móveis de casa e de cozinha.*
- 4) Ferramentas de carpinteiro e marceneiro.*
- 5) Um conto e trinta mil réis em dinheiro.*
- 6) Trinta mil réis a receber da Direção pelo trabalho que prestou meu filho Ernesto nas estradas.*
- 7) 21 tábuas que vendi à Direção para fazer portas para as casas do Governo em Bragança a 2\$000 = 42\$000, como foi tratado em presença do Sr. F. L. Guimarães, Vice Diretor desta Colônia.*
- 8) Cinquenta mil réis de capital que me deve Francisco Dörr como demonstra a declaração por ele escrita.*
- 9) Quatro mil réis que me deve o Sr. Rodolfo Coaracy.*

De todos estes bens aqui especificados ou não, serão herdeiros universais os meus três filhos Otto, Ernesto e Emílio. Para completar a educação dos meus três filhos nomeio o meu vizinho Carlos Heide como seu tutor e peço que seja para eles um pai atento. Minha esposa Henriette, por ter me abandonado já nos primeiros dias de nosso matrimônio e não ter mais retornado à minha casa, está inteiramente excluída da herança.

*Em completa posse de minhas faculdades espirituais solicitei duas testemunhas para firmar comigo esta minha declaração”.*⁶²⁹

628 Relatório do Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas de 03/01/1876.

629 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. sem data.

Colônia de Rio Novo, 1875. A revolta trentina

A Presidência da Província, em cumprimento à lei sobre as colônias de 1867, nomeou sete agentes de colonização em sete diferentes portos que tinham como função a recepção aos imigrantes. Dentre estes, um situava-se em Vitória e recebia os colonos que seriam conduzidos à Leopoldina, um em Benevente e um em Itapemirim, para acolher os imigrantes que iriam para Rio Novo.⁶³⁰ Em seguida, os colonos direcionados à Colônia de Rio Novo passariam também pelo porto de Piúma. Deste porto e de Benevente partia-se para o II, IV e V Territórios (os últimos dois foram criados a partir de 1875). De Itapemirim partia-se para o I e o III Territórios. Em todos os casos realizavam-se trajetos fluviais em canoas, seguidos de trajetos mais ou menos longos a pé para chegar aos diferentes destinos. Foi uma sábia providência nomear os agentes para os diferentes portos, mas isto não mudou substancialmente a péssima recepção a que foram submetidos os colonos, de que trataremos em outra parte do livro.

O ano de 1875 começou tranqüilamente para a colônia, sem maiores problemas. Apenas o padre Aniceto Bilbão trouxe preocupações. Muitos colonos lamentavam-se de suas exigências. Requeria muito dinheiro para realizar matrimônios e outras funções religiosas. Era freqüentemente visto nos bares, embriagado, a jogar com os colonos. Censurado pelo Diretor, não lhe dirigiu mais a palavra e solicitou uma licença à Presidência. Como não conseguiu obtê-la, fugiu para o Rio de Janeiro.⁶³¹ Este não era o primeiro “padre alegre” a chegar às terras capixabas. Padre Fried, certamente por outros e menos graves motivos, foi afastado da Leopoldina. O italiano padre Romanelli, aquele que fora intérprete entre os colonos trentinos e juiz na Colônia Tabacchi que atuava em Santa Cruz, fugiu em seguida com o cofre da igreja e dizia-se que suas tendências sexuais não respeitavam nem os inocentes, nem a igreja na qual pregava.⁶³² Faltavam barracões para a recepção aos colonos nos portos e cogitava-se adquirir algumas casas privadas naquelas localidades. Os lotes apresentavam menos problemas: em março, 89 haviam sido demarcados e estavam disponíveis.⁶³³ Os problemas

630 *Relatório do Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas de 04/05/1875*, cit.

631 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/02 e 20/03/1875 e GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 08/03/1875.

632 *O Espírito-Santense* de 16/09/1875 e R. J. da Costa Pacheco: op. cit. pág. 131.

633 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 15/02/1875 e GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 19/03/1875.

começaram em março e continuariam por algum tempo. Surgiu a varíola em Itapemirim e em outras regiões, e finalmente na própria colônia.⁶³⁴ As chuvas excessivas elevaram de um metro o nível dos rios São Vicente, São Caetano, Santo Antônio e rio Novo, acima dos níveis máximos de enchentes anteriores. Estradas e pontes foram destruídas.⁶³⁵

Um verdadeiro cataclismo parecia abater-se sobre a colônia, avariando os mecanismos de seu funcionamento por muito tempo. No início de junho, chegou ao Ministério a notícia de que numerosos grupos de colonos chegariam ao Espírito Santo, e a Presidência avisou os diretores, pedindo-lhes que acelerassem o ritmo de demarcação dos lotes e os preparativos para a sua recepção.⁶³⁶ Mas era uma hipocrisia. O pessoal era insuficiente. Já em junho falava-se em 565 imigrantes para o Espírito Santo.⁶³⁷ No dia 16, a Presidência enviou um telegrama a Pinto Pacca: “Advirto V. E., para os devidos fins, que no dia 17 deste mês chegará a Piúma o vapor *Cervantes* com 500 imigrantes, assim como a Benevente um vapor com 100 famílias destes, todos com destino a esta colônia.”⁶³⁸ Mas estas não eram informações precisas. A 18 de junho, chegaram de fato em Benevente 562 imigrantes trentinos. Cento e seis desembarcaram; os outros desembarcaram no dia seguinte.⁶³⁹ A direção requisitou urgentemente um médico. Havia uma epidemia de varíola e outra de febres, em pleno desenvolvimento naquela região. Os colonos estavam fisicamente predispostos a qualquer contágio, após uma viagem massacrante que os levava do Trentino ao mar, e depois ao Brasil. Mas não havia um médico disponível.⁶⁴⁰ Finalmente, no dia 22 anunciava-se a chegada de um médico, Dr. Azambuja.⁶⁴¹ No I Território contavam-se 11 vítimas de varíola e de febres, dentre as quais uma em estado grave, e o médico da colônia estava ali com eles. O novo médico provisório, que custava ao governo a exorbitância de 30\$000 diários, foi enviado ao II Território, para os quais haviam sido mandados os trentinos (ao menos grande parte deles).⁶⁴²

634 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 265, doc. dd 04/10/1875 e GDA, Primeira Série, livro 26, doc. diversos.

635 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 22/03/1875.

636 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 05/06/1875.

637 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/06/1875.

638 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 16/06/1875.

639 idem: doc. dd 18/06/1875.

640 idem: doc. dd 20/06/1875.

641 idem: doc. dd 22/06/1875.

642 APEES: GDG, Série 751, doc. dd 21/06/1875.

No dia 20 já se falava de colonos estabelecidos no II Território, mas no porto ocorrera um movimento de rebelião dos trentinos. O Presidente da Província escreveria em seguida:

*“Em junho, por ocasião da chegada de emigrantes ao povoado de Benevente com destino à Colônia de Rio Novo, tendo ocorrido ali febres de caráter pernicioso e diarréias, contratei no dia 21 de junho o doutor F. Gomes de Azambuja Meirelles para ajudar o doutor M. Leite de Novaes Mello, médico daquela colônia, no tratamento dos doentes, pois não era possível que por ele fossem atendidas todas as vítimas. [...] Por ocasião da chegada de 562 imigrantes, que ali desembarcaram com destino à Colônia de Rio Novo, houve uma pequena alteração da ordem pública, que foi imediatamente restabelecida em seguida às justas providências tomadas pelo honrado Juiz de Direto P. C. de Albuquerque Maranhão e que foi mantida depois que enviei para aquela zona uma força de 12 militares, comandada por um oficial cujo destacamento, atualmente, por conveniência de serviço, encontra-se baseado naquela colônia.”*⁶⁴³

Nada fora dito sobre as razões daquela primeira rebelião. Certamente estavam ligadas à desorganização que os camponeses encontraram e ao fato de que, ameaçados por uma ou duas epidemias, não tinham um médico à disposição. Mas não era tudo. Isto, porém, soube-se apenas cinco meses depois, quando uma série de culpas já havia sido atribuída a esta gente. Pinto Pacca escreveu no final de novembro ao agente de colonização no Rio de Janeiro que “a desconfiança [dos imigrantes] originou-se do fato de que seu estabelecimento no II Território havia sido inaugurado com um engodo, visto que lhes fora dito que estavam indo para a Leopoldina.”⁶⁴⁴ É provável que esta gente há tempos mantivesse contatos epistolares com amigos, parentes e concidadãos estabelecidos na Leopoldina, após a experiência com Tabacchi. E esperavam encontrá-los. No entanto, foi conduzida a outra colônia, onde encontrou doenças, desorganização e um outro problema de que trataremos em seguida.

A 22 de junho já se falava de “colonos recentemente chegados e que estão doentes” e a 25 de junho a Presidência ordenou também ao mé-

643 *Discurso do Presidente D. Monteiro Peixoto de 18/09/1875.*

644 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 29/11/1875.

dico da colônia que fosse ao porto, onde evidentemente grupos de doentes eram mantidos.⁶⁴⁵ Em meio a esta tempestade, as autoridades deviam tentar defender no exterior, e especialmente na Europa, a reputação das colônias brasileiras. Do Rio de Janeiro chegava ao diretor esta mensagem:

“Na intenção de contestar as afirmações infundadas que freqüentemente aparecem na imprensa alemã sobre as condições em que os colonos daquele país se encontram no Império, convém que V. E. procure obter daqueles que residem na Colônia, informações minuciosas e exatas sobre as vantagens que o Estado lhes oferece e sobre a prosperidade que alcançam os que são trabalhadores e de bons costumes, enviando estas informações a este Ministério, a fim de que sejam transmitidas e divulgadas na Europa.”⁶⁴⁶

Teria sido possível encontrar muitos colonos alemães satisfeitos com a sua situação no Brasil e outros tantos totalmente insatisfeitos. Parecia amargamente irônico que o diretor de Rio Novo tivesse que solicitar atestados de bem-estar a seus colonos, quando a sua colônia estava literalmente se desintegrando. Já na metade de julho se falava no *Núcleo Colonial São José do Tirol*.⁶⁴⁷ Sua sede situava-se no II Território. As epidemias não pareciam diminuir. O diretor estava perdendo o controle da situação. O juiz de Benevente escreveu-lhe que, visto que o médico nomeado provisoriamente havia sido chamado à capital, era absolutamente indispensável enviar para o II Território o médico da colônia que trabalhava no I Território. O farmacêutico permaneceria na sede.⁶⁴⁸ Neste meio tempo, o padre Miguel Rão foi nomeado capelão do II Território, com um salário anual de 1:300\$000.⁶⁴⁹ É provável que este padre não tenha permanecido na colônia, visto que pouco depois o padre calabrês Pasquale Cerenzia foi nomeado capelão e professor do mesmo território.⁶⁵⁰ Por volta do final de junho, ocorreu outro levante dos trentinos contra a direção, mas sobre este

645 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 22/06 e 25/06/1875.

646 idem: doc. dd 07/07/1875.

647 idem: doc. dd 09/07/1875.

648 idem: doc. dd 16/07/1875.

649 idem: doc. dd 07/07/1875.

650 idem: doc. dd 12/07/1875; GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 17/08/1875; GDG, Série 751, doc. dd 23/09/1875.

evento não dispomos de maiores informações.⁶⁵¹ Mas onde foram instalados os trentinos? Não é possível afirmá-lo com precisão. Sabemos, contudo, que foram divididos, a princípio entre o II e o IV Territórios, este último especialmente criado e demarcado para este propósito. No mês de julho demarcaram-se 34 lotes, nos quais foram instaladas famílias trentinas que há um mês estavam nos barracões.⁶⁵² A mesma comunicação de que extraímos esta informação afirmava que 40 famílias haviam sido alojadas na zona de fronteira entre o II e o IV Territórios. É provável que se tratasse de “outras” 40 famílias, e que a zona fosse interna ao IV Território. Pelo menos outras 30 famílias foram instaladas no II Território.⁶⁵³ Mesmo acolhendo estes dados com a devida cautela, parece-nos improvável chegar-se ao número de 562 (ou 565) trentinos que chegaram a Rio Novo. Visto que cerca de 120 grupos familiares fizeram parte da expedição, faltariam cerca de quinze.

Mas os eventos se sucediam em um ritmo devastador para a capacidade de absorção da colônia e para o equilíbrio físico e psíquico do pessoal e dos imigrantes. A 9 de julho, a Presidência solicitou à direção que acelerasse os ritmos de demarcação dos novos lotes. Aguardavam-se outros colonos.⁶⁵⁴ No dia 23 perguntaram a Pinto Pacca se ele estaria disposto a acolher outros 200 colonos.⁶⁵⁵ O diretor transferira-se durante um certo período para o II Território. Respondeu que iria ao porto receber os novos colonos, mas que “os lotes que demarqueei encontram-se ainda sem trilhas de comunicação”. Aquele grupo também seria conduzido ao II Território⁶⁵⁶ Não era suficiente. Um grande grupo de colonos pedia para ser transferido de Leopoldina para Rio Novo, e dirigiram-se à colônia os representantes de cerca de cinqüenta famílias que haviam decidido dar este passo. De acordo com Pinto Pacca, estes haviam sido “realmente seduzidos pela fertilidade das terras que, por ordem de V.E., estou demarcando e dividindo, e que constituem os III e IV Territórios.”⁶⁵⁷ A confusão era grande: muitas das bagagens dos colonos perdiam-se durante o trajeto, no

651 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 05/08/1875.

652 idem: doc. sem data.

653 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 15/11/1875.

654 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 09/07/1875.

655 idem: doc. dd 23/07/1875.

656 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 27/07/1875.

657 idem: doc. dd 30/07/1875.

Rio de Janeiro ou nos portos do Espírito Santo.⁶⁵⁸ Muitas vezes, continha tudo o que os camponeses possuíam, além das roupas que usavam. Mas não eram apenas estes os problemas. As epidemias continuavam. Ordenou-se ao Dr. Leite que se transferisse para o II Território. O Dr. Azambuja, chamado mais uma vez, retornou e só foi dispensado no dia 23 de outubro.⁶⁵⁹ Mas evidentemente, isto não bastava. Em uma carta à direção cujos trechos mais interessantes reproduzimos a seguir, o doutor Leite de Novaes Mello delineava em setembro os problemas extremamente graves que a colônia estava vivendo em relação à assistência médica:

“Devo informar a V. E. que é de imprescindível necessidade a minha permanência no I Território, não apenas para prestar socorro aos colonos que aqui se encontram há anos, como também aos recém-chegados, pois este é o centro mais importante da Colônia e continua a receber imigrantes destinados ao III Território. À exceção de 3 colonos, nenhum deles pode pagar um médico, e nem é justo que o Governo se furte a prestar-lhes este favor, porque seria como deixá-los morrer sem qualquer ajuda. Seria, Senhor Diretor, a maior das crueldades abandonar aqui estes infelizes, entregá-los aos cuidados da natureza, permitir que a foice da morte os ceife por falta de socorro, e eu não quero assumir a responsabilidade moral deste ato. É impossível a um único médico prestar os serviços de sua profissão em todos os pontos da atual Colônia de Rio Novo, porque o II e o IV Territórios estão respectivamente a 9 e 11 léguas de distância do I (o II é próximo ao IV) e sendo o III Território uma continuação do I; além disto, o porto do II e do IV Territórios dista 6 léguas do porto do I Território, e este está a outras 6 léguas de distância deste centro colonial. É portanto de suprema necessidade, como V. S. já explicou a S. E. o Senhor Presidente da Província, a nomeação de um outro médico para servir os II e IV Territórios desta Colônia, e eu continuarei a prestar os serviços da minha profissão no I e III Territórios, para os quais fui contratado.”⁶⁶⁰

Os motivos do médico são evidentes. Acima de qualquer estatística manipulada, parece clara a alusão à precariedade econômica dos co-

658 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 30/07/1875 e GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 09/09/1875.

659 *Relatório do Presidente D. Monteiro Peixoto de 24/12/1875.*

660 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 16/09/1875.

lonos que há anos estavam em Rio Novo e não podiam pagar um médico. No mais, a colônia transformava-se em uma instituição enlouquecida. Quatro territórios enormes, um distante do outro e quase sem comunicações. Naturalmente, os colonos do I e do III Territórios tinham direito a que o doutor permanecesse com eles. E o que dizer daqueles dos II e IV Territórios que haviam acabado de chegar e viviam os dias mais difíceis de sua adaptação em meio a uma terrível epidemia? Em outra parte do documento, o médico fazia referência a uma doente, filha de um colono trentino de nome Avancini. Portanto, também no I e III Territórios haviam se estabelecido ou transferido algumas famílias trentinas. Mas em julho a insistência das autoridades para o deslocamento do médico para o II Território continuava. Ele mais uma vez expôs os seus argumentos.⁶⁶¹ É provável que no final, ao menos durante algum tempo, o doutor Leite tenha ido para o II Território. A 10 de agosto, entretanto, soube-se que o doutor Azambuja dera sinal de vida nesta zona, declarando que faltavam remédios. Mas apenas no dia 15 de setembro foi nomeado um farmacêutico para aquela área, e a 1º de novembro E. Rufino Gomes foi nomeado farmacêutico do II Território (em substituição ao primeiro ou seria ele o primeiro farmacêutico a pôr os pés no II Território?)⁶⁶²

A 18 de agosto, comunicou-se que o dr. Leite podia permanecer no I Território, a 9 de outubro o diretor opunha-se à sua nova transferência, sugerindo a nomeação de um outro médico, a 16 de outubro ele comunicava que o dr. Leite transferira-se para o II Território e reiterava o pedido de uma nova nomeação.⁶⁶³ A 28 de outubro, o Ministério finalmente declarava que não nomearia um novo médico, mas que dobraria o salário do dr. Leite, passando de 4:000\$000 a 8:000\$000 anuais.⁶⁶⁴ Alguém no Ministério provavelmente pensara que com o dinheiro o médico conseguiria o dom da ubiqüidade.

É difícil recolher todos os dados relativos às chegadas à colônia neste famigerado 1875. Mesmo porque são muitas as fontes e estas repetem os dados, em momentos diversos: partida do Rio, partida para Vitória,

661 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 11/08/1875 e GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 03/08/1875.

662 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 10/08 e 15/09/1875; GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 01/11/1875.

663 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 18/08/1875; GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 09/10/1875; GDG, série 751, livro 124, doc. dd 16/10/1875.

664 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 28/10/1875.

chegada aos portos da colônia, chegada à colônia. Tentaremos fornecê-los de forma aproximativa. A 1º de setembro o Ministério comunicou que haviam partido para Piúma outros 120 emigrantes.⁶⁶⁵ No dia 29 do mesmo mês, informaram que 24 pessoas haviam sido conduzidas a Piúma para admissão no II Território.⁶⁶⁶ Não sabemos se se tratava de um grupo que fazia parte daqueles 120. A 23 de outubro, comunicou-se à Direção que 33 famílias trentinas, chegadas de Le Havre com o *Belgrano*, seriam enviadas a Rio Novo com o *Cervantes*.⁶⁶⁷ No dia 25 de outubro, chegaram 7 colonos a Itapemirim, com o *Ceres*.⁶⁶⁸ A 13 de novembro e a 9 de dezembro chegaram 3 franceses que se somavam aos 15 que haviam chegado à colônia em agosto.⁶⁶⁹

A situação era realmente grave e imiscuiu-se também o Ministério, que começou a insistir em que a Direção fizesse economia. Pinto Pacca lançou um grito de alarme: “Os altos preços a que podem obter apenas o indispensável à sua sobrevivência colocam-nos em uma condição de não poder prescindir do salário que o Estado lhes promete nos primeiros seis meses de sua permanência.”⁶⁷⁰ Neste ínterim, o Ministério nomeara um ajudante de direção, um certo Claudio do Couto Souza Lima, que fora destinado aos II e IV Territórios. A colônia estava se tornando uma instituição cada vez mais anômala. Excessivamente vasta e dividida em territórios distantes e sem comunicação entre si, ela deveria ser subdividida em mais colônias, o que não foi feito. Aumentou entretanto a confusão da burocracia. O ajudante devia prestar contas à direção, o que implicava perda de tempo e dinheiro, como prova uma carta escrita por Souza Lima a Pinto Pacca:

“Tendo acabado o dinheiro que V.S. me deixou e não tendo ainda terminado os pagamentos, é de urgente necessidade que V. S. me envie mais dinheiro, também para algumas despesas necessárias. É também necessária a sua vinda a este Território, porque preciso tratar com V.S. a respeito de alguns pontos e casos

665 idem: doc. dd 01/09/1875.

666 idem: doc. dd 24/09/1875.

667 idem: doc. dd 23/10/1875.

668 idem: doc. dd 24/10/1875.

669 idem: doc. dd 29/08, 13/11 e 09/12/1875.

670 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 10/09/1875.

*sobre os quais não estou certo e não sei como proceder, portanto peço a V. S. que queira ter a bondade de vir aqui. Participo a V. S. que tive que lançar mão mais uma vez das cadernetas de despesa e houve alguma resistência por parte dos colonos ao recebê-las, porque estão extremamente empobrecidos pelos antigos preços da Casa Borges, que obriguei a abaixar um pouco. No mais, não há novidades.*⁶⁷¹

O problema daquele único ponto de venda existente no II Território e de seus preços foi uma outra maldição para os trentinos, como veremos em seguida. Mas era quase infinito o rosário das terríveis adversidades encontradas por aquelas famílias. Em um documento, o diretor falava de “má qualidade das poucas terras de que dispunha o II Território”.⁶⁷² Começaram as fugas. A 11 de setembro, o ajudante comunicou a Pinto Pacca que duas famílias haviam partido para a Leopoldina e que muitas outras exprimiam a intenção de partir para o Paraná.⁶⁷³ Aquela gente decidira que daquele modo não era possível continuar. Assim que chegaram, foram instalados em uma colônia diversa da que haviam escolhido, em um território virgem e isolado do resto da colônia, haviam sido vítimas de algumas doenças e viram-se praticamente sem assistência médica e sem remédios. Além disto, aquelas terras não eram boas, segundo a própria direção, e os preços aos quais podiam adquirir os víveres eram altíssimos. Acrescentava-se a isto o perene hábito das autoridades de pagar com atraso o seu salário. Era demais. Na metade de outubro a Direção comunicou que 80 colonos que haviam chegado na metade de junho, no grupo de quase 400 trentinos, encontravam-se no I Território. Não sabemos se haviam sido instalados ali desde o início ou se haviam sido transferidos em seguida às suas reclamações do II Território.⁶⁷⁴ Mas estes trentinos, em sua maioria originários de Levico e arredores, não haviam perdido o ânimo e, caso muito comum, haviam se organizado a fim de escapar daquele inferno. Tivemos a sorte de encontrar uma carta enviada do II Território ao Trentino:

671 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 06/09/1875.

672 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. sem data.

673 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 11/09/1875.

674 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 15/10/1875.

“Angeli Giuseppe Lojo, 17 de novembro de 1875. Barracão 11. Território de Beneventi.

Senhor meu amigo, conhecido e benfeitor, não posso evitar informá-lo do seguinte: enviei-lhe 6 cartas e não tive nenhuma resposta portanto passo a informar tudo o que está acontecendo aqui conosco. Desde os primeiros dias houve mil promessas maravilhosas mas quando terminamos de cortar boa parte do bosque e construir a casa voltaram atrás em suas promessas a vida é muito difícil muitos passam até fome. A terra só dá mandioca mas depois de três anos e Café depois de cinco. Os trabalhos estão diminuindo. Quanto à saúde estamos todos mal. Há febres, pragas, insetos nos perfuram a carne, todos aparecem com pernas e braços enfaixados e alguns perderam a esperança nos remédios e se não matamos logo este inseto ele nos tira a vida. 19 dos nossos já morreram. Diria que temos até sorte porque entre tantos mortos um foi vítima das feras, Lorenzini Antonio Tachetto. Em poucas palavras, digo-lhe que meus filhos mal podem caminhar. Comecei a desmatar o bosque mas não terminei. O bosque é tão emaranhado de plantas e tão cheio de não sei quantos tipos de animais que é impraticável. Durante o dia encorajamos uns aos outros mas de noite seus gritos fazem um barulho pavoroso. Quanto às serpentes, pelo que vi alguns são normais iguais aos da Europa e também há alguns com 15 a 20 pés de comprimento e pesando de 4 a 6 onças. Como estamos tão desgraçados combinamos de recorrer a estes Diretores e depois aos Presidentes mas nada conseguimos. O nosso grupo está a seis horas de caminhada de qualquer lugar. A nossa briga poderia ser comprada pelo Cônsul Austríaco que fica distante de nós cerca de 500 milhas de estrada. Formamos o nosso Fórum e até agora com sucesso e se bem que estamos entre mares e florestas tivemos a sorte de encontrar a estrada para o Rio de Janeiro onde está o nosso Cônsul e ele, ao que parece, nos protege. Todos nós mantemos os nossos planos em segredo porque se não podemos ser presos. Eu ando pelas Colônias a recolher as ofertas e Broilo Bortolo em companhia de um certo Eccher de Caldonazzo vão reclamar com o Cônsul. Froner Ceberle leva as mensagens. Bazzan Ricardo é o Secretário e espero que todos nós consigamos ser transferidos e sustentar a nossa causa. Aliás acho que é uma maravilha esta união entre os de Levico e todos os outros forasteiros. Como disse esperamos poder ser transferidos ou para outro lugar ou de volta para a

OS ÚLTIMOS CONTATOS COM O MUNDO PERDIDO



As garrafas de Barbera e de Cinzano recordam ainda a Itália. São exibidas por Giovanni Pompermaier (ao centro). Estabeleceu-se com o pai Cristiano e a família no III Território da Colônia de Rio Novo em 1875. Eram originários de Roncegno.

Europa se bem que lá não temos nem um bem já teríamos bastante sorte e os sofrimentos do mar pareceriam a água da vida em relação ao que aqui se passa. Nem sei mais o que dizer porque para fazer todas as lamentações seria necessário um profeta Jeremias. Em resumo estamos realmente enterrados vivos e não mortos. Acho que aqueles que escreveram falando bem do Brasil seria melhor que lhe caíssem as mãos e nós encontramos aqueles que escreveram mas eles quando nos vêem fogem porque temem por sua vida. Então o que mais dói é a falta de confiança, mas tudo isso eu posso jurar. Encarrego-o de contar estas histórias e peço-lhe de entregar a carta ao meu compadre Passamani Giacomo mas quando tiver lido a carta e entendido bem entregar a todos os superiores do louvável Município. Eu e Bazan Ricardo mandamos lembranças. Adeus. Adeus.

(Breve carta anexa para ser entregue a Passamani Giacomo).

*Querido Compadre peço-te este favor em primeiro lugar de dizer a todos que a Santa Virgem os abençoe e depois de mandar a carta ao meu filho dizer a ele que continue com os seus negócios e que quanto a nós que ele peça a Deus por nós e que tenha coragem porque talvez ainda nos vejamos antes de morrer. Como vão os negócios. Caro compadre todos nós pedimos esta caridade que tu és amigo do nosso Reverendo pede-lhe que por caridade ele ore à Santa Virgem que nos livre deste lugar. Aqui estamos privados de tudo e de todas as funções Católicas e também médicos é impossível haver. Se não se consegue com a Santa Virgem é impossível porque são despesas do [Governo] e peço-te também saudar todos os meus parentes de sangue amigos e benfeitores e todos os que encontrares peça-lhes que rezem por nós. Talvez alguém diga que não é verdade mas podes dizer-lhes que se eu tivesse mil almas as comprometeria todas com vínculo de juramento. Adeus Adeus. O Bazzan Ricardo pede-te que te lembres dos pais dele e de dizer-lhes que está vivo com todos os seus filhos e esposa, mas não pode cumprir os seus deveres de filho. Não espero resposta porque não sabemos quando partimos.*⁶⁷⁵

Algumas breves considerações sobre uma carta bastante eloquente. A religiosidade dos camponeses trentinos evidenciava-se ali

675 *Gazzetta di Trento* de 29/12/1875.

claramente com solicitações de orações, pedidos dirigidos à Santa Virgem etc. Mas evidenciava-se também uma forte determinação de concluir aquela história e uma séria capacidade de organização. Alguém recolhia o dinheiro de uma espontânea auto taxação, outro fazia a contabilidade, outros iam ao Rio de Janeiro para recorrer ao Cônsul Austríaco. E a carta retrata com palavras bem precisas todo o Brasil da época: majestoso e selvagem, desorganizado e perigosíssimo. É difícil saber quem havia escrito “falando bem do Brasil”. Provavelmente alguns dos que vieram com Tabacchi. Mas estes, pelo que sabemos, estavam todos na Leopoldina. Os trentinos estavam entretanto decididos a partir. Aqueles instalados no IV Território também começavam a demonstrar descontentamento. No dia 2 de novembro, dois colonos foram a Vitória e entregaram uma petição em nome dos trentinos do II e do IV Territórios: desejavam ser transferidos para outra colônia ou para outro Estado e afirmavam que em Rio Novo as condições sanitárias eram péssimas. Apelaram ao espírito humanitário do Governo. O Presidente entregou a petição escrita ao Diretor da Leopoldina que ia ao Rio de Janeiro e aconselhou ao Governo, em uma carta, transferir os trentinos a Timbuhy-Santa Leopoldina.⁶⁷⁶ Estranho. O próprio Pinto Pacca partiu no mesmo dia para o Rio de Janeiro, onde foi chamado para discutir a questão dos trentinos.⁶⁷⁷

Os colonos devem ter discutido a possibilidade de transferência para a Leopoldina, tanto que fizeram até uma requisição neste sentido.⁶⁷⁸ Os austríacos de língua italiana que ocupavam os lotes de Timbuhy e do II e IV Territórios eram simpáticos à Presidência:

“A colonização dos tirolezes deu ótimos resultados, homens trabalhadores e de boa moral, cuidam de seus serviços com interesse, e constantemente revelam-se amantes de suas famílias e interessados no bem-estar de cada um de seus membros.”⁶⁷⁹

Mais uma vez recorreu-se em Rio Novo à distribuição de bônus em lugar dos pagamentos em dinheiro. Pinto Pacca apresentava alguns

676 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 02/11/1875.

677 idem, outro documento, mesma data.

678 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 05/11/1875.

679 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 15/11/1875.

problemas de saúde.⁶⁸⁰ De acordo com as suas informações, muitas famílias recém-chegadas na colônia haviam enviado cartas a seus conterrâneos para comunicar o êxito feliz de sua aventura. Não se tratava certamente das famílias do II e do IV Territórios.⁶⁸¹ De qualquer forma, os trentinos haviam chegado ao Rio de Janeiro e a questão ameaçava tornar-se de domínio público. Esta era uma das poucas razões que obrigariam o Ministério a encontrar soluções rápidas: a voz de descontentamento de qualquer grupo de colonos europeus não deveria chegar à Europa. No Ministério, alguém teve uma idéia que poderia ser genial: Pietro Casagrande, que já conhecemos, foi convocado, conferiram-lhe amplos poderes como comissário especial e foi enviado ao II Território.⁶⁸² Ele era trentino e talvez se instaurasse uma relação de confiança entre os camponeses e ele. Talvez não confiassem mais em Pinto Pacca, mas é provável que tentassem apenas evitar que ele fizesse o papel de bode expiatório em uma situação que não era totalmente de sua competência. Mas Pinto Pacca enfureceu-se e perdeu a cabeça. Em um telegrama ao Presidente da Província, afirmou: “Os terrenos, à exceção de alguns lotes no II Território, são de primeira qualidade; as condições higiênicas são idênticas àquelas das melhores colônias, e o que acontece é que eles adoecem por descuido e pouca limpeza deles próprios.” Era uma afirmação que não fazia justiça àquele grande homem. Havia talvez mais de vinte mortos entre os trentinos, e os engodos e as falsas promessas de que foram vítimas teriam dissuadido qualquer idiota de permanecer naquele lugar. Pinto Pacca certamente defendia o bom nome da colônia, visto que os colonos preferiam ir para a Leopoldina ou Blumenau (agora aparentemente queriam ir para lá). De acordo com ele, a culpa de tudo pertencia a um grupo de trentinos que viera de Buenos Aires (os 120 cuja chegada fora anunciada em setembro?) e que haviam incitado os outros à revolta. Era necessário tomar medidas drásticas.⁶⁸³

É provável que Pinto Pacca pensasse, autonomamente, em recorrer à força contra os trentinos. Ou talvez se tratasse apenas de uma coincidência, mas o fato é que, por ordem da direção, o ajudante suspendeu no II Território a distribuição de trabalhos nas estradas aos colonos que já

680 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/11 e 20/11/1875.

681 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 20/11/1875.

682 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 21/11/1875.

683 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, telegrama sem data.

havam trabalhado durante os quinze dias mensais previstos pela lei de 1867. Secamente, o ajudante respondia ao diretor: “Calculo que, em consequência desta ordem, sobrevirá a fome entre os colonos e conseqüentemente alguma desordem naquele território.”⁶⁸⁴ Mas imediatamente chegou uma ordem da Presidência: “Aumentem consideravelmente os salários dos que trabalham”. Aos outros, deveria-se fornecer comida.⁶⁸⁵ Era certamente uma tentativa de convencê-los a ficar, realizada contudo nos mesmos dias em que a direção lhes comunicara que naquele mês não receberiam trabalho. Havia centros decisoriais em excesso no âmbito da colonização. E agora Casagrande também chegava com plenos poderes. Este de fato chegou ao II Território no dia 25 de novembro e recusou-se a alojar-se nos locais da direção, para demonstrar aos trentinos que não estava do lado do diretor. Os colonos estavam furiosos com o diretor.⁶⁸⁶ No Rio de Janeiro, achava-se que seria preferível que aquelas notícias não chegassem à Europa; era necessário contentar aquela gente. Se quisessem mudar de lote, que isto lhes fosse concedido; se quisessem transferir-se para o II Território, que o fizessem; se quisessem à Leopoldina, que ficassem à vontade.⁶⁸⁷ Pinto Pacca, por sua vez, não se sentia à vontade naquela situação em que fora suplantado por Casagrande. Formalmente obedecia, “cumpria religiosamente” as ordens, “Não pretendia que prevalecessem as medidas que sugerira”. Insistia em afirmar que todos os problemas haviam surgido com a chegada do grupo de colonos do Sul. Sustentava que seria justo “premiar os colonos realmente bem intencionados, razoáveis e trabalhadores, grupo ao qual, é forçoso notar, pertence a maioria” e punir os outros que, também de acordo com padre Cerenzia, “são homens habituados a receber ordens exclusivamente da polícia austríaca”. Mas, como veremos em seguida, os trentinos e padre Cerenzia não se entendiam muito bem. Finalmente, Pinto Pacca insinuava que Pietro Casagrande queria levar estes colonos para o sul porque ali possuía uma fazenda onde tencionava empregá-los⁶⁸⁸. Chegou uma resposta do Ministério. Dizia-se, entre outras afirmações, que o Consulado e a Liga austríaca no Rio de Janeiro estavam de acordo sobre o fato de que aqueles trentinos deveriam

684 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 22/11/1875.

685 idem: doc. dd 23/11/1875.

686 idem: doc. dd 25/11/1875.

687 idem: doc. dd 27/11/1875 e GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 27/11/1875.

688 idem: doc. dd 29/11/1875.

ser transportados para o sul do país. Dois colonos haviam estado no Rio e haviam se aconselhado com os diplomatas austríacos, e estavam retornando agora à colônia com uma carta que continha seus conselhos. É provável que os próprios camponeses quisessem ser transferidos para o Sul, mas é certo que a única coisa que o Consulado austríaco desejava evitar era o seu retorno à Europa. Isto pesaria sobre os cofres de seus municípios e, acima de tudo, abriria um perigoso precedente para os milhares de trentinos que estavam emigrando para o Brasil. E, sobre as suspeitas de Pinto Pacca: “Quanto ao que V.S. me disse em relação ao fato de Casagrande possuir uma fazenda no Rio Grande do Sul e de estar interessado em atrair para lá imigrantes, isto é inteiramente falso. [...] Note, portanto, V.S., que não convém, aliás pode ser muito nocivo ao serviço público e ao interesse da colonização, dar facilmente ouvidos a intrigas.” Casagrande levaria gêneros alimentícios que seriam vendidos aos colonos a preço de custo, porque estes se lamentavam dos preços, assim como da pouca atenção e do mau tratamento da direção.⁶⁸⁹ Mas a única certeza era a firme decisão de partir dos colonos; a qualquer custo. Tentou-se impedi-los à força. O Presidente escreveu a Pinto Pacca: “Declare V.S. formalmente aos colonos que não serão transferidos para outras colônias. Suspenda a concessão dos favores da lei àqueles que se neguem a cultivar seu próprio lote. Conceda maiores favores àqueles que se dediquem à agricultura. [...] Expulse da Colônia aqueles que, vindos de Buenos Aires, foram a causa de todos os acontecimentos e que continuam a promover tais desordens e descontentamentos.”⁶⁹⁰ O vice-diretor estava convencido de que tudo não passava de caprichos: “Todos os meus esforços e os do agrônomo Pietro Casagrande foram frustrados, não obstante tenha eu lhes prometido e até concedido, para animá-los mais, alguns favores de que trata o telegrama do Presidente. Alguns deles dizem que, com estes novos auxílios, estão decididos a permanecer; mas não o creio. Percebi nestes colonos a maior perspicácia possível em nos enganar. Outros, a maior parte, de modo algum querem ficar e apresentam como motivo que a terra não produz nada e nunca produzirá. Compreendi que isto não passa de um capricho por parte desta gente.”⁶⁹¹

A abertura do V Território da colônia já estava pronta e falava-se em oferecer aos trentinos do II Território 134 lotes situados entre o Rio

689 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 06/12/1875.

690 idem: doc. dd 06/12/1875.

691 idem: doc. dd 01/12/1875.

Quatinga e a estrada que ligava a ex-colônia de Santa Izabel a Guarapari, além de 50 lotes no III Território.⁶⁹² Pinto Pacca já não atuava como mediador. Estava convencido de que as culpas cabiam todas aos trentinos. Devia-se interromper a experiência de Casagrande e permitir que ele próprio agisse, ou separar o II Território e fazer dele uma nova colônia, dirigida pelo agrônomo trentino. Doze famílias já haviam abandonado o território e outras 25 afirmavam recusar-se a receber ordens de um homem que no Trentino fora condenado como falsário.⁶⁹³ Mas no furor de sua auto-defesa (e defesa de sua colônia), Pinto Pacca revelava outros problemas que haviam tornado muito penosa a vida daquela gente. Ele afirmava que parte daqueles colonos teriam partido se lhes pagassem a passagem de navio, o que comprovava, em sua opinião, que eram falsas as suas reclamações sobre os baixos salários percebidos na colônia.

Tratava-se de gente “absolutamente inadequada à agricultura”. Um deles, Zeffiro Zambiasio, de Levico, queria levá-los a trabalhar nas ferrovias. E ainda: “As terras do II Território, conquanto magníficas para o café, a mandioca e o arroz, após o desmatamento não produzem, seis meses após o seu estabelecimento, o milho, o feijão e outros cereais que constituem a subsistência dos imigrantes”. Começavam os problemas também com grupos de trentinos do IV Território e Pinto Pacca dirigira-se para lá para negociar com eles.

“Com os tirolezes entretanto, Excelência, duvido de tudo como de tudo duvidam eles próprios e, se parecem crer em alguma coisa, é apenas para tirar proveito desta falsa confiança. Tentam de todas as formas enganar o Governo e dele obter a maior quantidade possível de favores, demonstrando nisso uma habilidade admirável, em que se distinguem sobretudo as mulheres. Assim, lotam o hospital com falsos doentes, porque no hospital fornecem-se gratuitamente galinhas aos pacientes. [...] Se recebem um favor, concluem que têm direito a dois e que foram privados de um. Finalmente, muitas vezes vimo-los chegar à insolência porque a Direção recusava-lhes sapatos ou roupas; porque lhes eram negados empréstimos de cem ou duzentos mil réis [...]; porque em seguida ao parecer do médico, foram mandados embora do hospital verdadeiros malandros que há três meses declaravam-se doentes, quando na verdade sofriam apenas de alguns pa-

692 idem: 2 documentos dd 18/01/1875.

693 APEES: GDA, Segunda Série, 2 documentos dd 08/12/1875.

*rasitas nos pés; porque não lhes pagamos as roupas que, por seu descuido, se queimaram; porque recusamos a pensão a um filho aleijado que trouxeram da Europa, ou a um velho com mais de 70 anos que tem três filhos que trabalham; porque não reembolsamos os pretensos furtos que lhes fizeram de suas bagagens durante a viagem.*⁶⁹⁴

Em outra carta, escrita no mesmo dia, Pinto Pacca deu a entender que talvez se referisse apenas a alguns personagens que acabavam de deixar a colônia: “São poucos em relação aos que ficaram”. E admitia ainda: “Efetivamente, enquanto houve na colônia a Casa Borges Pinto, as mercadorias eram vendidas a preços muito altos.”

Neste ínterim, o farmacêutico do II Território adoeceu e obtivera uma licença para ir tratar-se onde melhor lhe aprouvesse.⁶⁹⁵ Aparentemente, ele também fora tocado pelo excelente clima.

Nem todas as informações de Pinto Pacca eram exatas. A 16 de dezembro, de fato, algumas famílias trentinas foram encontradas a errar no povoado de Itapemirim. Não tinham dinheiro para pagar a viagem até o Rio de Janeiro ou até o Sul.⁶⁹⁶ Mas no dia 20, o agente de colonização de Itapemirim comunicou que 100 trentinos estavam lá, prontos para partir. Afirmavam que não aceitariam outros lotes em outros territórios e que podiam pagar pela viagem.⁶⁹⁷ Quinze famílias permaneciam no II Território. Alguns deles ainda deviam receber o salário de novembro e, em alguns casos, até de outubro. De acordo com o vice-diretor, assim que recebessem, partiriam também.⁶⁹⁸ Pietro Casagrande, cuja missão falira, concluía⁶⁹⁹: “Os tirolezes haviam sofrido a fome, devido principalmente aos preços absurdos que os especuladores exigiam, e alguns morreram sem assistência médica e espiritual.” A verdade, contudo, tem mais de uma face. Outros se dirigiram ao porto. As autoridades ainda tentaram negociar. Pinto Pacca advertiu-os de que entre estes havia bons camponeses e que valia a pena insistir para que ficassem.⁷⁰⁰ Todos queriam ir para o Rio

694 idem: doc. dd 14/12/1875.

695 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 14/12/1875.

696 idem: doc. dd 16/12/1875.

697 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 20/12/1875.

698 idem: doc. dd 20/12 e 22/12/1875.

699 idem: doc. dd 18/12/1875.

700 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, telegrama sem data.

de Janeiro para consultar o Consulado antes de tomar outras decisões, mas em geral aconselharam-nos a escolher o Rio Grande do Sul (o que em seguida fariam).⁷⁰¹ Em uma extrema tentativa de dissuadir aqueles que considerava bons camponeses, Pinto Pacca enviou ao porto Eccel Ottavio, compatriota dos fugitivos. Este conversou com eles e conseguiu convencê-los, “até que apareceu um indivíduo mulato que pôs tudo a perder”, afirmando que o diretor de Rio Novo os trataria como escravos, e que embolsava o dinheiro do Estado. Para Pinto Pacca, tratavam-se de “répteis” que infestavam a sociedade de Itapemirim e gabavam-se de ser seus adversários políticos, espalhando mentiras a seu respeito. Era verdade, mas os colonos não tinham como sabê-lo.⁷⁰²

Após uma longa espera nos portos, onde alguns navios recusaram-se a recebê-los por falta de permissão, os colonos partiram, enfim; 116 de Itapemirim e 99 de São João da Barra.⁷⁰³ Sua batalha agora teria lugar no Rio Grande do Sul. Algumas famílias, talvez 36 pessoas, desistiram de partir e a direção instalou-as em outra zona.⁷⁰⁴

O número 5 do *Comércio*, jornal liberal de Vitória, iniciou em janeiro de 1876 uma campanha contra Pinto Pacca. Chegou a afirmar que durante o trajeto dos colonos fugitivos até o porto, estes foram obrigados pela fome a comer carne de abutres, ratos e cavalos mortos. O Ministério exigiu satisfações ao diretor, que negou tudo. De fato, a falsidade desta última observação era patente: não apenas, como afirmava Pinto Pacca, no Brasil era impossível chegar àquele ponto, considerando-se a abundância de caça, como a própria informação revelava a ignorância da cultura trentina. Os trentinos não teriam grandes problemas em comer carne de cavalo, era a cultura brasileira que recusava (e recusa) o consumo de carne eqüina. Tratava-se, mais uma vez, de uma batalha política suja. O jornal de oposição, contudo, teve vida breve. Nascido naquele mês de dezembro cessou as publicações, provavelmente no mesmo ano, após o seqüestro de algumas edições e a prisão de um redator.⁷⁰⁵ Mas Pinto Pacca

701 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 22/12 e 23/12/1875.

702 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 20/12/1875.

703 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 23/12, 26/12 e 31/12/1875 e GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 10/01/1875.

704 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 25/12/1875.

705 Amâncio Filho: *A imprensa no Espírito Santo*, em RIHGES, ano II (1922), N° III. Talvez o jornal não tenha sido fechado em março. Temos notícia de um número de agosto ou setembro em APEES: GDG, Série 751, doc. dd 04/09/1876 e de outros.

foi objeto de duras críticas, também por parte de seus superiores. Defendeu-se repetindo as acusações contra os trentinos e admitindo algumas de suas razões. Abriu-se inclusive uma investigação sobre o ocorrido. Mas o Delegado de Polícia de Itapemirim inocentou o diretor. Sobre algumas das reclamações dos trentinos, Pinto Pacca afirmaria:

*“Efetivamente, estes produtos eram caros no primeiro mês em que estes colonos chegaram ao II Território, porque havia apenas um negociante, que com muito esforço consegui que ali se estabelecesse, e assim me aliviasse da quase insuperável dificuldade de estabelecer colonos em uma floresta virgem, a 5 léguas do centro comercial mais próximo. Este negociante, o único dentre os dez com os quais tratara que teve a coragem de expor-se a todas as eventualidades inerentes ao comércio com colonos novos e transportes penosos, e ainda mais, por ser o Agente Oficial de Benevente, estimou um pouco mais do que devia esta coragem e o trabalho insano a que se deu.”*⁷⁰⁶

Pinto Pacca ainda não se acalmara, e estava se defendendo. Fazia-o defendendo um comerciante desonesto e esquecendo todas as desventuras dos colonos das quais aquela foi certamente culpa sua (embora devam levar em conta que depois de algum tempo outros comerciantes abriram negócios no II Território e os preços caíram). Era talvez verdade, como ele afirmava, que agora a colônia, que ele fizera progredir, era cobijada por muitos e estes eram seus inimigos. Queria desistir: “Digne-se, portanto, V. E., a exonerar-me da Direção e a conceder a conclusão de minha comissão, para que não sejam destruídas as minhas glórias.”⁷⁰⁷ Sabidamente, porém, ele foi mantido no cargo, pois era um homem capaz e honesto. Mais tarde, repensando aquela história, ele conseguiria ser mais objetivo e imparcial. Admitiria, por exemplo, que as terras do II Território eram péssimas e que os trentinos haviam sido colocados em plena floresta e forçados a deixar o dinheiro que o Estado lhes pagava em uma mercearia que praticava preços altíssimos:

“Não dispondo de outras terras além das do II Território, para lá me dirigi, mostrando-me entretanto contrário ao estabelecimento,

706 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 18/01/1876.

707 idem: doc. dd 29/12/1875.

pelo fato de que aqueles terrenos não ofereciam as vantagens que o Regulamento de 19/01/1867 presumia que existissem em todo o território colonial. [...] Assim, contra a minha vontade e contra as probabilidades de bom êxito, o estabelecimento de imigrantes no II Território gerou o desgosto das adversidades de dezembro do ano passado, com a retirada de 300 colonos que ali se haviam estabelecido.”

Além disto, Pinto Pacca admitiu a excessiva distância do núcleo ao centro da colônia, e concluiu:

“Muito influiu sobre o desastre de 20 de dezembro do ano passado a carestia dos gêneros alimentícios no II Território. Esta carestia é inevitável, todas as vezes em que se deva instalar colonos no meio de florestas virgens. [...] [O] alto preço dos produtos resulta na insuficiência absoluta dos favores concedidos pelo Estado para a manutenção dos imigrantes.”⁷⁰⁸

A correção era digna do homem e de sua honestidade.

Terminava aquele difícil ano de 1875. Outros anos penosos aguardavam aquele estabelecimento colonial. Um documento, a que infelizmente falta a data, mas que se poderia datar em torno dos primeiros meses de 1876, revela que nos 5 territórios, 713 lotes haviam sido demarcados, 426 dos quais estavam ocupados. A área cultivada chegava a 2.680 hectares. A colônia tinha uma população de 2.062 habitantes: 338 portugueses, 290 trentinos, 148 alemães, 57 belgas, 57 franceses, 20 holandeses, 4 italianos, 1 espanhol, 11 de diferentes nacionalidades e 1.136 brasileiros (em sua maioria filhos de colonos estrangeiros nascidos no Brasil). O número de trentinos nos diz que não se tratava na realidade do final de 1875. Nasceram 150 pessoas e 25 (quase todos trentinos) morreram. De acordo com esta relação, haviam dado entrada na colônia 668 pessoas e 266 haviam partido. Os dados de que dispomos sugerem que as entradas remontam a cerca de 1.000 unidades, e que Pinto Pacca não incluía aqueles que haviam deixado a colônia. Nossa suspeita é confirmada pelo fato de que, se considerarmos a população do ano anterior (1.283), excluindo-se os mortos (25) e acrescentando os nascimentos (150) e as novas entradas (668), chega-se a um número muito similar àquele da população total do novo ano, sinal de que os colonos foragidos não foram contabilizados.

708 idem: doc. dd 18/05 e 03/11/1876.

Em um único ano, portanto, haviam dado entrada na colônia muito mais colonos do que haviam entrado em 18 anos.

Finalmente, fora aberta uma pequena escola feminina (próxima à sede, naturalmente).⁷⁰⁹ Findava o ano com um grito de alarme, mais uma vez devido à penúria financeira: “Não posso ficar sem dinheiro para fornecer aos colonos recém-chegados que decidiram permanecer no I, III e IV Territórios, pois a menor contrariedade ou o uso de bônus ou cadernetas produziria novos descontentamentos.”⁷¹⁰

Os terríveis primeiros meses no Brasil: recepção, clima, saúde

A colonização brasileira nunca foi um evento linear, isento de dramas e de graves situações que expunham o país a críticas severas do exterior e a um influxo muito menor do que poderia receber de imigrantes. As colônias que surgiram nos primeiros anos do século XIX tiveram as mesmas tristes experiências vividas por aquelas que surgiriam no final dos anos '80 e início dos anos '90. Assim, no Espírito Santo as páginas trágicas da imigração iniciaram-se com a fundação da colônia Santa Izabel, prosseguiram com as colônias de Rio Novo e Santa Leopoldina e continuaram com as novas colônias que seriam criadas em seguida, culminando com a tragédia do Núcleo Colonial de Muniz Freire, que conquistou fama mundial tornando-se a base do decreto ministerial que proibiu aos emigrantes italianos de estabelecerem-se no Espírito Santo.

Isto ocorreu apenas porque, no momento em que um grupo de italianos fora enviado a um trecho de floresta, por ali passava um cônsul e pôde documentar tudo, pois eventos daquela natureza eram absolutamente normais no processo de colonização brasileira. Quais as razões específicas do ocorrido, além da incapacidade do Estado brasileiro de criar estruturas à altura, após os primeiros fracassos? Na nossa opinião, estas devem ser buscadas em três fatores: a colonização era realizada em territórios de floresta virgem, distantes das cidades e de vias de comunicação, e em segundo lugar eram de grande importância a recepção e o clima. A primeira causa era praticamente inevitável, pois próximo ao litoral e em torno das cidades havia poucas terras

709 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. sem data.

710 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd dezembro 1875.

do governo e fazendas e fazendeiros teriam impedido o desenvolvimento de colônias. No mais, um dos maiores motivos para a colonização era exatamente a ocupação do interior, a introdução das florestas no ciclo produtivo. Embora se tratasse de um empreendimento ciclópico, não era impossível imaginá-lo separado da maior parte daquelas tragédias que o caracterizaram. Tragédias que aconteciam sempre nos primeiros meses de colônia e que davam ao mundo uma idéia macabra da colonização brasileira. Parte desta imagem, sem dúvida, era criada pelos governos europeus, que tentavam de várias formas segurar seus camponeses, e pelos governos que, assim como o Brasil, tentavam atrair a emigração européia e que procuravam desqualificá-lo no palco internacional. Mas este é apenas um aspecto secundário daquela realidade. Lutos, desespero e revoltas eram comuns a todas as colônias brasileiras de sul a norte, qualquer que fosse a nacionalidade dos colonos. E nestes eventos a recepção e o clima tinham um papel fundamental. Vejamos, por exemplo, como se dava a recepção dos colonos no Espírito Santo (depois de verificar o que acontecia em Santa Catarina e que era muito similar). A maioria dos portos escolhidos para o desembarque não era adequada àquela operação, e sobretudo era desprovida de estruturas específicas. Um estudo encomendado pelo Presidente da Província produziu resultados desconcertantes. No porto de Itapemirim, os navios deviam permanecer ao largo, e o desembarque era feito em lanchas, em uma baía sempre castigada pelos ventos. O processo requeria de 18 a 20 horas. O porto de Benevente era ainda pior, e de fato preferia-se desembarcar os colonos destinados aos II, IV e V Territórios de Rio Novo em Piúma, para depois transportá-los em outras lanchas ao longo dos rios e depois a pé, seguidos por animais de carga com as bagagens. O porto de Vitória, entretanto, estava à altura da situação, embora os navios de grande tonelagem freqüentemente encalhassem durante as operações de aproximação. Dali partiam os colonos que iam para a Leopoldina, navegando em lanchas ao longo do rio Santa Maria durante um ou dois dias. De Cachoeiro caminhava-se durante horas e às vezes dias para chegar às linhas coloniais mais internas. Dentre estes portos, apenas em Benevente havia uma casa em condições de hospedar 60/80 colonos. Nos outros, o Estado às vezes alugava casas de indivíduos privados. “Quase sempre os proprietários se aproveitavam da situação para obter lucros pouco razoáveis do aluguel de casebres que em outras ocasiões encontraram dificuldade em alugar pela décima parte.”⁷¹¹ Um outro observador assim descreveria estas casas (do porto de Vitória): “Armazéns imundos e úmidos, verdadeiros chiqueiros e focos de epidemias”. Não

711 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 16/05/1878.

devemos esquecer que, antes de chegar a estas casas em que eram recebidos, os camponeses haviam suportado uma viagem massacrante, e depois haveria os barracões. Os camponeses permaneciam um ou dois meses (ou mais, se o navio fosse a vela e sofresse alguma avaria) em embarcações inadequadas, muitas vezes carregados de emigrantes na parte superior, outras vezes carregados também de animais e em que era servida uma comida insuficiente quanto à qualidade e à quantidade.⁷¹² Trataremos a seguir de um caso espantoso ocorrido no Espírito Santo, que entretanto era muito comum. Alessandro Broetto transcreve as memórias de um velho colono de Timbuhy que chegara ao Rio de Janeiro com o navio *Colombia*, em 1876: “Muitas vezes eu comi pouco para guardar um pouco de pão para os meus filhos, porque muitas vezes [tentei] comprar um pão com dinheiro na mão, mas [era] impossível obtê-lo. Ah, a dor de um pai que ouve o choro de seus filhos que pedem pão, e ter dinheiro na mão e não poder comprar um pão para saciar a fome dos próprios filhos.”⁷¹³ Não existem estatísticas precisas a respeito, mas fala-se de 3,5% de mortos durante a travessia do oceano. Estes eram colocados em sacos e lançados ao mar. Depois, após a pausa nas casas do porto (ou no Hospedaria dos Imigrantes para aqueles que desembarcavam no Rio de Janeiro), havia ainda o trajeto para as colônias e os barracões. Já tratamos do argumento no livro precedente e neste também já descrevemos estes barracões, portanto não nos repetiremos. Nestas estruturas ocorriam as tragédias mais atroz. Em um breve espaço de tempo, o camponês era assaltado por uma série de fatores negativos que expunham o seu físico e a sua psique ao perigo de derrotas definitivas. Antes de tudo, encontrava-se finalmente no lugar que tanto sonhara, em que deveria permanecer para o resto de sua vida. E aquele lugar não correspondia de maneira alguma às suas expectativas: não havia nem uma casa e nem um campo à sua espera, apenas a floresta. E isto abatia o moral daquela gente. Depois, naquelas estruturas vivia-se na maior promiscuidade, o que repelia o camponês. Recorde-se que um dos motivos que levaram os colonos contratados por Tabacchi à revolta foi exatamente o barracão em que todos eram instalados. A moral do camponês da Itália do norte era católica e radicalmente puritana. E eram forçados a estar nos barracões às vezes durante meses. Às

712 Seria muito vasta a bibliografia a respeito deste aspecto da emigração. Limitamo-nos a recordar algumas obras que o consideram; AA.VV: *L'emigrazione trentina negli Stati Uniti 1870-1939*, Ed. Museo degli usi e costumi della gente trentina; E. Sori: *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*, Ed. Il Mulino; E. Franzina: *Merica, Merica*, Feltrinelli economica; R. M. Grosselli: *Vincere o Morire*, op. cit.

713 A. Broetto: *Memorie*, em AA.VV. *Imigração Italiana: estudos*, UCS/EST, Caxias do Sul 1979, pág. 258.

vezes trocavam um barracão por outro. Meses nos barracões significavam uma grande perda em termos de moral social. As colônias eram terra de ninguém. A polícia era chamada apenas em caso de revolta, e sabemos de mais de um caso em que os militares brasileiros deram prova de corrupção, maus costumes, injustiças. Entre os camponeses haviam aventureiros de muitos tipos. Não aquela quantidade alegada pelas autoridades, mas um percentual variável de falidos, de foragidos da lei, era natural e contribuía para enfraquecer a moral camponesa (e o moral dos camponeses). Pessoas que até então haviam conhecido apenas a família, o trabalho e a religião, começavam a dar sinal de desvio moral. Alguns, em percentuais altíssimos e anormais, enlouqueciam, julgando-se em uma Caiena* sem possibilidade de retorno. Em nosso estudo precedente, observamos que nos primeiros meses de colônia os camponeses apresentavam também uma espécie de regressão infantil.

Após uma vida rigidamente regulamentada e controlada pelas autoridades morais e políticas, achavam-se agora em um ambiente em que a liberdade beirava a anarquia, sem autoridades com que se identificassem. As estruturas do Estado brasileiro eram precocemente encaradas como “inimigas”, tanto devido aos enganamentos em que os envolveram (às vezes imputáveis aos agentes de colonização, e não diretamente ao governo brasileiro, outras vezes exatamente ao Governo) quanto à corrupção que reinava em muitas colônias. Diretores ladrões não eram raros, assim como agrimensores e militares. E àqueles camponeses faltavam guias. Não havia entre eles uma classe intelectual. Neste ponto os padres, verdadeiros intelectuais orgânicos da classe camponesa, faziam falta. Os camponeses exigiam-nos em altos brados, e alguns diretores compreenderam a importância de sua presença. Milhares de cartas partiram das colônias com destino às várias cúrias italianas. Em geral, cada colônia podia contar com um ou dois padres que deviam ocupar-se de um território imenso. Para alguns camponeses, só era possível contatá-los uma ou duas vezes por ano. Era freqüente o caso de padres descartados pelo clero europeu (tanto que o papado procurou impedir a fuga de maus sacerdotes da Europa⁷¹⁴). Nos lugares em que havia padres bem aceitos pelos camponeses, sua influência verificou-se decididamente sobre o desenvolvimento daquelas

* Capital da Guiana Francesa, onde funcionou, de 1854 a 1946, a tristemente famosa colônia penal da Ilha do Diabo. (N. da T.)

714 Veja-se a este propósito: A. Rabuske: *Os inícios da colônia italiana no Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*, Ed. EST/UCS; C. A. Zagonel: *Igreja e imigração italiana*, Ed. EST/SULINA; B. D'Apremont, B. Gillonay: *Comunidades Indígenas, Brasileiras, Polonesas e Italianas no Rio Grande do Sul*, Ed. UCS/EST.

comunidades, tanto em termos de reorganização da moral camponesa quanto em termos de organização política das novas comunidades. Para o Espírito Santo foram dois dos cinco padres trentinos que naqueles anos seguiram os emigrantes. Assim como os outros três, deram prova de seu valor, mas seu número era totalmente insuficiente.

Se estas eram algumas das razões que prostravam a psique camponesa, outras eram as que prostravam o seu físico. Após uma viagem penosa, durante alguns dias eles recebiam uma excelente alimentação. Eram de ótima qualidade os alimentos que os agentes de imigração lhes ofereciam nos vários portos: carne fresca, carne seca, farinha de trigo, farinha de mandioca, arroz, feijão, toucinho, pão fresco, café, bacalhau.⁷¹⁵ Sabia-se que as primeiras impressões do colono seriam muito úteis para atrair ao Brasil outros imigrantes, principalmente pela mania camponesa de escrever imediatamente do novo continente, e também pela insistência nada desinteressada de agentes e diretores. Mas nos barracões a comida era pouco variada e bem menos saudável. Já em 1876 era constante a pressão para que se fizesse um controle das despesas. E os diretores eram forçados a comprar nos armazéns das colônias, a preços exorbitantes. Quando então o emigrante era alojado nos barracões das várias linhas coloniais, distantes da sede, a situação piorava muito. Os alimentos eram levados a estes lugares em grandes quantidades e consumidos durante longos períodos. Estava-se na floresta, úmida e quente, e faltavam sistemas eficientes de conservação para muitos daqueles produtos. Broetto foi a Santa Teresa e transcreveu este relato: “A comida que nos davam era carne de boi salgada chamada carne seca, mas estragada, cheirava tão mal que causava náusea; farinha de milho infestada de insetos, estragada; farinha de trigo de qualidade inferior; farinha de mandioca, chamada farinha de lenha, crua, grosseira; bacalhau cujo mau cheiro se sentia a um quilômetro de distância, toucinho cheio de vermes.”⁷¹⁶ A própria qualidade desta alimentação piorava as condições de saúde dos colonos. E havia também o aspecto psicológico da situação. A mudança de alimentação e do vestuário faziam parte daquele processo de *aclimação* que todos deviam enfrentar, mas ao mesmo tempo era o início de um longo processo de *aculturação*. Não se tratava apenas de mudanças adequadas à defesa de um organismo exposto a um ambiente geográfico diverso, mas tudo isto fazia parte da cultura. Por exemplo, o tipo de roupas que os camponeses traziam da Europa com certeza não era adequado ao novo clima, mas não era indo-

715 *O Espírito-Santense* de 26/06/1878.

716 A. Broetto: op. cit. págs. 260-161.

lor para o camponês mudá-las, não apenas porque em geral não dispunha de dinheiro para fazê-lo, mas sobretudo porque faziam parte de sua cultura e não queria privar-se delas. O mesmo valia para a comida: os italianos do Norte queriam pão e polenta, e desprezavam a farinha de mandioca (farinha de lenha). Alguns dentre eles (e entre os outros europeus) não se adaptavam sequer ao feijão brasileiro. A polenta pôde ser consumida no Brasil devido ao fácil cultivo do milho em todas as zonas de colonização, enquanto que o pão teve que ser praticamente abandonado em razão da dificuldade de cultivo do trigo naquele clima. O mesmo pode-se dizer dos hábitos higiênicos dos camponeses. Os europeus estavam habituados a lavar o corpo uma vez por semana, talvez menos, lavando diariamente apenas o rosto e as mãos. Willems e Wagemann relatam muitos casos referentes a esta questão, em relação à colonização alemã. Gente que, mesmo trabalhando nos campos, e duramente, não lavava os pés quando entrava nos barracões, doentes cujos lençóis não eram trocados durante meses, que viviam em quartos com janelas sempre fechadas, em meio a outros, com alimentação inadequada. De nossa parte, também testemunhamos vários relatos de velhos camponeses ítalo-brasileiros que declaram que tomam banho uma vez por semana, mesmo hoje em dia, em um ambiente quente e úmido que requer o banho diário, como se usa entre os luso-brasileiros, mesmo nas classes mais humildes. O médico de um grande povoado, habitado em sua maioria por ítalo-brasileiros e uma minoria de teuto-brasileiros e luso-brasileiros, disse-nos recentemente que sua classificação pessoal da higiene de seus clientes coloca em primeiro lugar os luso-brasileiros, em segundo os ítalo-brasileiros e por último os teuto-brasileiros. Evidentemente, isto nada tem a ver com malícia ou moralismo. Tratam-se de usos e costumes que os europeus trouxeram de uma terra em que verões breves e invernos frios e muito longos não requeriam o banho quotidiano. Mas esta bagagem cultural do colono também agravava o impacto com a nova terra, durante os meses em que ficavam nos barracões.

O impacto com o clima brasileiro aguçava todos estes fatores negativos. E o clima “mortífero” era o cavalo de batalha de todos aqueles que na Europa se opunham à emigração ao Brasil. Com certeza, o clima brasileiro (ao menos de algumas zonas do Brasil) representava um papel significativo nas epidemias que ceifavam os colonos. Mas ainda assim um papel menos importante do que se pensava, e em certos casos mesmo secundário, ou antes, mais favorável aos colonos do que o clima europeu. Mas vamos por partes. Era lugar comum, até há poucas décadas, fixar o limite máximo além do qual não seria razoável que avançasse a coloniza-

ção européia no Brasil, no 20° paralelo, que passa um pouco ao norte de Vitória. De fato, as tentativas de colonização realizadas mais ao norte conheceram êxitos catastróficos. Os alemães que se aventuraram antes de 1850 nas zonas em torno a Recife, foram dizimados por doenças e se retiraram em seguida para o sul do país. Da mesma forma, os alemães e poloneses que no início dos anos '70 instalaram-se nas fazendas de cacau de Muniz e Deodoro, na Província da Bahia, adoeceram em massa, morreram em grande número, e os que ali permaneceram se dispersaram; alguns voltaram para a Europa, outros partiram para outras regiões do Brasil. Estes desastres, evidentemente, e o lugar comum a que nos referimos, devem ser relacionados com as condições em que na época se praticava a colonização européia no Brasil, com os hábitos higiênicos dos camponeses europeus e com as estruturas médicas existentes naquele tempo. É necessário interpretar à luz do processo histórico esta análise e identificar as formas com que cada fluxo migratório enfrentou a repentina mudança de ambiente físico; é também necessário não perder de vista que, para o século XIX, o 20° Paralelo constituía realmente um limite quase intransponível, e o Espírito Santo foi a província mais ao norte entre aquelas colonizadas pelos europeus. Mas foi realmente o clima a razão principal daquelas tragédias? Sempre? Já estamos predispostos a duvidar, refletindo sobre o fato de que as mesmas tragédias ocorreram tanto no Espírito Santo quanto em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul.⁷¹⁷ O que se pode dizer dos trentinos no Espírito Santo?

Não é simples comparar o clima trentino ao do Espírito Santo, porque as duas regiões não apresentam uma situação climática única, comum a todo o território. São caracterizadas por importantes cadeias de montanhas, que no Trentino abraçam praticamente todo o território e no Espírito Santo uma área vastíssima, sobretudo no centro e no sul do Estado. Em ambos os casos, portanto, pode-se falar de várias micro-regiões climáticas. O clima trentino é definido por A. Gorfer como “continental alpino” ou “semicontinental temperado”. Mas no interior desta classificação o autor identifica variadas zonas em que se pode falar de clima de transição entre o “meridional” e o “continental”. E a própria zona alpina oferece evidentes climas diversificados, devido à diversidade de altimetria e exposição solar.⁷¹⁸

717 A bibliografia a respeito é vastíssima. Limitamo-nos a sugerir o já citado livro de Willems, o nosso precedente e acrescentamos o de L. A. Boni, R. Costa: *Os italianos do Rio Grande do Sul*, Ed. EST/UCS/Vozes.

718 A. Gorfer: op. cit. págs. 42-43.

Por outro lado, Leandro Roberto Feitoza, em seu recente e mais sofisticado estudo realizado neste campo no Espírito Santo, identifica sete tipologias diversas de clima naquela região.⁷¹⁹ Alguém definiu aquele clima como “marítimo e semi-úmido”, mas a altimetria e as distâncias do mar criam consideráveis diferenças de temperatura, precipitações, umidade, ventos etc. Parece-nos útil concentrarmo-nos em algumas zonas de que emigraram maciçamente os trentinos e naquelas que os acolheram no Espírito Santo. No Trentino, selecionamos as estações termométricas de Trento (Roncafort), Levico (Selva) e Centa, pois tratam-se de zonas altimetricamente diversas, situadas respectivamente a cerca de 200, 500 e 900 m.a.m e das quais partiram grandes grupos de emigrantes rumo ao Espírito Santo: de Levico, centenas foram para a Colônia de Rio Novo; de Centa, muitas famílias estabeleceram-se na Leopoldina; e das redondezas de Trento (Matarello, Ravina etc), grandes grupos também se instalaram na Leopoldina. Outras zonas do Trentino das quais partiram emigrantes para o Espírito Santo podem a *grosso modo* ser agrupadas desta forma: Besenello (218 m.a.m.) e Aldeno (212 m.a.m.), com Trento; Novaledo (465 m.a.m.) e Roncegno (535 m.a.m.), com Centa. Quanto ao Espírito Santo, sabemos que a grande maioria dos trentinos estabeleceu-se no Núcleo Timbuhy da Colônia de Santa Leopoldina, e em menor medida, nos primeiros quatro territórios da Colônia de Rio Novo (enquanto apenas uma exígua minoria estabeleceu-se no Núcleo Conde D’Eu da Colônia Santa Leopoldina).

Extraímos da carta agroclimática de Feitoza os dados referentes às zonas que indicaremos, com as cores características daquela carta, como zona vermelha, verde e azul. A “zona vermelha” refere-se aos territórios caracterizados por uma altimetria variável de 0 a 200 metros, a “zona verde” de 600 a 850 e a “zona azul”, de 850 a 1.000. Estas altimetrias são aquelas que encontramos na Colônia Nova Trento (Tabacchi), no II Território de Rio Novo e parte do IV, III e I (zona vermelha) e no núcleo Timbuhy, hoje Santa Têresa (zona verde e azul). Destas seis regiões, forneceremos as temperaturas médias das máximas do mês mais quente e as médias das mínimas do mês mais frio. Parecem-nos as mais representativas para ressaltar as diferenças entre as duas realidades geográficas:⁷²⁰

719 L. R. Feitoza: *Carta agroclimática do Estado do Espírito Santo 1986*, EMCAPA, escala: 1:400.000.

720 Para as três estações termométricas trentinas, os dados foram colhidos da Provincia Autonoma di Trento – Ufficio Idrografico: *Annali Idrologici* 1978, Manfrini Editore. Deve-se levar em consideração que as temperaturas são relativas a 1978, ano em que naquelas zonas foram registradas temperaturas inferiores a um e mesmo dois graus centígrados em relação às médias normais.

*Comparações entre temperaturas máximas e mínimas
em três estações termométricas trentinas
e em três zonas agroclimáticas do Espírito Santo (Táb. XV)*

Estação termométrica Zona climática	média temp. máx. mês mais quente	média temp. min. mês mais frio	altimetria
Trento (Roncafort)	26,1°	- 2,5°	200 m
Levico (Selva)	25,2°	- 2,5°	445 m
Centa	21,2°	- 4,0°	885 m
Zona Vermelha	30,0° - 34,0°	13,3° - 15,5°	0/200 m
Zona Verde	27,8° - 29,6°	9,4° - 10,9°	600/850 m
Zona Azul	26,7° - 27,8°	8,5° - 9,4°	850/1.000 m

Quanto à umidade atmosférica relativa, que torna mais insuportável ao homem as altas temperaturas, esta no Trentino varia de um índice mínimo de 59 do mês mais seco (abril) ao máximo de 72 em outubro e novembro (médias avaliadas em observações realizadas entre os anos 1921/1962 e 1975/1977⁷²¹); no Espírito Santo, apresenta índices superiores, sobretudo no verão, parte da primavera e do outono: em Santa Teresa, o índice mensal de umidade é constantemente superior a 80, enquanto em Alfredo Chaves os índices são apenas ligeiramente inferiores.

Apresentamos agora, em uma tabela, os dados relativos às temperaturas médias mensais e aos índices mensais de umidade relativa nas cidades de Trento, Santa Teresa e Alfredo Chaves (as últimas duas são sedes dos municípios em que se estabeleceu a grande maioria dos trentinos emigrados para o Espírito Santo). Embora prescindindo de outros parâmetros usados em climatologia, julgamos que a comparação dos dois dados forneça uma idéia suficientemente precisa das diferenças climáticas existentes entre as três zonas:⁷²²

721 idem: pág. 130.

722 As localidades consideradas são Trento-Laste, Santa Teresa-Sede e Alfredo Chaves-Fazenda Exp. de Cafundó. Em Trento, as temperaturas referem-se ao período de 1920 a 1977 e a umidade aos períodos entre 1921/1962 e 1975/1977. Em Santa Teresa, as temperaturas referem-se ao período de 1976 a 1986 e a umidade ao período entre 1977/1986. Quanto a Alfredo Chaves, temperaturas e umidade referem-se ao período entre 1982/1986. Os dados foram colhidos de *Annali idrologici* 1978, op. cit. e de *Tabelas Climatológicas*, EMCAPA, seção Climatologia.

*Médias mensais de temperaturas e umidade relativa
nas cidades de Trento, Santa Teresa e Alfredo Chaves (Tab. XVI)*

Trento			Santa Teresa			Alfredo Chaves		
mês	u.r.	temp.	mês	u.r.	temp.	mês	u.r.	temp.
Jan	67	0,6	Jan	86	21,6	Jan	78	25,8
Fev	63	3,4	Fev	84	22,0	Fev	78	26,2
Mar	60	7,9	Mar	83	21,9	Mar	80	25,4
Abr	59	12,3	Abr	84	20,2	Abr	85	23,2
Mai	64	16,4	Mai	86	18,9	Mai	86	21,8
Jun	63	19,9	Jun	86	16,9	Jun	85	20,0
Jul	61	22,3	Jul	86	16,6	Jul	84	19,7
Ago	64	21,4	Ago	85	17,1	Ago	82	20,5
Set	68	18,0	Set	85	17,8	Set	83	20,8
Out	72	12,0	Out	84	19,4	Out	81	22,7
Nov	72	6,0	Nov	85	20,8	Nov	79	24,4
Dez	70	1,6	Dez	86	21,4	Dez	82	24,5

Outros dados que julgamos interessantes podem ser extraídos da *Carta agroclimática* de Feitoza. Na “zona vermelha” (em que inclui-se também Alfredo Chaves) o termômetro nunca indica menos de 7°, na “zona verde” o faz de 0 a 50 horas por ano e na “zona azul”, de 50 a 100 horas anuais (em média). Nas zonas altimétricas de 600 a 1.000 m.a.m, a temperatura invernal é amena, enquanto nas zonas de altimetria inferior a 200 m.a.m. não existe inverno. Em Santa Teresa o termômetro pode aproximar-se de zero grau nos meses inverniais, mas muitas vezes supera os 25°. Em Alfredo Chaves, Aracruz (município em cujo território situava-se a fazenda de Tabacchi), Rio Novo do Sul (município que mais ou menos corresponde à área do I Território da Colônia Rio Novo) e Ibraçu (município em cujo território estabelecera-se em grande parte o Núcleo Conde D’Eu da Colônia Santa Leopoldina), as temperaturas que na Europa são consideradas altas repetem-se freqüentemente durante o ano, inclusive com piques superiores a 30°, durante aqueles que deveriam ser os meses frios. As estações praticamente desaparecem, tanto que os brasileiros do Sul dizem que estas zonas apresentam apenas duas estações: a quente e a mais quente. Nas localidades supracitadas, a temperatura média anual oscila em torno a 23, 24°, enquanto que no Trentino situa-se entre 11 e 12°. ⁷²³

⁷²³ As fontes são as mesmas supracitadas.

Parece-nos que estas informações nos permitem fazer algumas considerações. O clima das zonas do Espírito Santo altimetricamente superiores a 500/600 metros acima do nível do mar não parecem incompatíveis com o das zonas de origem dos trentinos, vênéticos e lombardos que colonizaram aquelas terras. Muito menos compatível parece, entretanto, o clima das zonas altimetricamente inferiores àquele limiar, e sobretudo que se situem na faixa altimétrica entre 0 e 200 m.a.m. Evidentemente, trata-se de definir qual seria o clima ideal para o ser humano, o clima em cuja presença o homem se expressa melhor, tanto física quanto intelectualmente. Isto depende, evidentemente, de fatores culturais, sociais e psicológicos, e deveríamos levar em consideração, além da temperatura e da umidade, também a pressão atmosférica, a intensidade do vento, a exposição ao sol. Alguns autores tentaram definir este tipo de clima sugerindo escalas de temperatura (acompanhadas de determinadas taxas de umidade, da presença ou ausência de nebulosidade, velocidade do vento etc), em uma tentativa de determinar uma faixa de temperatura em que se possa falar de “conforto térmico” para o ser humano que ali se encontre. Segundo os argentinos De Fina e Ravelo, por exemplo, esta faixa pode situar-se aproximativamente entre 17 e 27°. Esta medida é apenas indicativa e pode ser elevada ou reduzida, não apenas de acordo com a intensidade de outros agentes atmosféricos, mas de acordo com a idade do indivíduo e com o tipo de atividade que exerce. Uma pessoa idosa sofre mais com as temperaturas elevadas do que um jovem; um operário suporta-a melhor, durante o trabalho, do que um empregado em um escritório.⁷²⁴ Admitidas estas considerações como seriamente indicativas, e referindo-nos aos dados supracitados, podemos concluir que os trentinos e os italianos que se estabeleceram na “zona verde” e na “zona azul” do Espírito Santo encontraram um clima mais próximo àquele utópico parâmetro de “conforto térmico”, em relação ao clima trentino. Evitaram longos e frios invernos, encontrando um clima genericamente mais ameno, que alguns observadores europeus definiram “extremamente saudável” ou ainda “propício à saúde humana”.⁷²⁵ Italianos e trentinos que colonizaram terras da “zona vermelha” encontra-

724 A. L. De Fina, A. C. Ravelo: *Climatología e Fenología Agrícola*, II Edição, Buenos Aires 1975.

725 As definições são de R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. e E. Wagemann: op. cit.

ram, ao contrário, um clima tipicamente tropical que comprometia seu rendimento físico e intelectual. Trata-se naturalmente da primeira geração, ou seja, dos imigrantes vindos diretamente da Europa, enquanto que para as gerações sucessivas, mutações culturais e genéticas aceleraram o processo de aclimação. Estes nos parecem dados suficientemente importantes para anular uma série de lugares comuns e de suposições que por muitas décadas falsificaram a análise. Mas estabelecer que o clima, em algumas zonas do Espírito Santo (aquelas que acolheram a maioria dos trentinos) não era em si um fator de grave embaraço à colonização, não significa exaurir o problema. É também um dado de fato que em todas as zonas de colonização capixaba, nos primeiros meses da chegada dos colonos, manifestavam-se epidemias que os atormentavam e conduziam à morte em breve tempo um percentual impressionante deles.

Vejamos agora quais eram as doenças que criavam esta situação. Como vimos, as colônias eram “visitadas” ocasionalmente pela varíola, mas esta doença, endêmica naqueles anos também no Trentino, não era típica do Brasil e, uma vez distribuídos os colonos em suas terras e não mais em freqüente contato com os recém-chegados (e com a capital, porto de mar em que as possibilidades de contágio eram maiores), ouviu-se falar cada vez menos desta doença. Um observador europeu no Brasil referiu-se a uma forma de varíola, a brasileira, que aparentemente atacava de preferência os nativos.⁷²⁶ Para uma análise das outras enfermidades que vitimavam os europeus, sobretudo nos barracões, servimo-nos de alguns documentos relativos às duas colônias de Rio Novo e Santa Leopoldina, no período entre 1876 e 1879.⁷²⁷ Referem-se a cinco períodos diversos, sendo 2 no Núcleo Timbuhy, 2 no Núcleo Conde D’Eu (Colônia Santa Leopoldina) e 1 no I e II Territórios (Colônia de Rio Novo). Reportam cerca de 650 casos clínicos e seus diagnósticos. Transcrevemos em uma tabela estes diagnósticos, em percentual sobre o total:

726 A. Ganarini: *Notizie di Brusque e Nova Trento ossia delle Colonie Itajahy e Principe Don Pedro nella Província di Santa Catarina del Brasile*, Ed. Monauni, Trento 1880.

727 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57; GDG, Segunda Série (383L), livro 38; GDG, Segunda Série (383L), livro 63.

*Diagnose de doenças em cerca de 650 casos clínicos nas colônias
Santa Leopoldina e Rio Novo, entre 1876 e 1879 (Tab. XVII)*

Febres (intermitentes, exantemáticas, efêmeras, biliosas, perniciosas, cerebrais, remitentes, impaludismo)	18%
Diarréia, disenteria	13%
Desconforto gástrico, gastrite, dispepsia, colite, cólica	11%
Escorbuto e úlceras escorbúticas	9%
Difteria	6%
Oftalmia, conjuntivite	4%
Sarna, erisipela	3%
Vermes	3%
Opilação	3%
Anemia, hipoemia	2%
Feridas e traumas	2%
Sífilis e úlceras sifilíticas	1,5%
Supurações da transpiração	1%
Outras e incompreensíveis	23,5%

Algumas considerações: as febres eram quase todas definidas “intermitentes” e, quanto às outras febres que incluímos na tabela, tratam-se de casos raros. Acrescentamos as “cólicas” às outras disfunções do aparato digestivo, porque supomos que se tratassem em geral de cólicas intestinais. Quanto ao diagnóstico “supurações da transpiração”, arriscamos aqui uma interpretação: o documento na verdade lia “Sup. de transpiração”. Baseamo-nos em um diagnóstico realizado pelo padre trentino Arcangelo Ganarini que, referindo-se a Santa Catarina, falava de “supurações da pele mais ou menos generalizadas”.⁷²⁸ Na classificação “outras” estão incluídos casos de tosse, inflamação, parto difícil, abscesso, problemas odontológicos, artrite, reumatismo, hepatite, bronquite, nenhum dos casos superando duas ou três ocorrências.

As observações que se podem arriscar estão também relacionadas ao fato de que muitos destes diagnósticos não se referem a enfermidades específicas, mas a sintomas isolados (febres, vermes, anemia) e que provavelmente os diagnósticos mais precisos eram talvez errôneos, devido aos

728 A. Ganarini: op. cit. pág. 27.

OS ÚLTIMOS CONTATOS COM O MUNDO PERDIDO



Enrico Fontana e Benvenuta Gon lêem o jornal La Squilla, em língua italiana.

conhecimentos médicos da época e à qualidade do pessoal médico das colônias. Sem pretender atribuir um valor absoluto às nossas observações, parece-nos ser possível notar sobretudo que 60% das doenças não era tipicamente tropical: gastrite, difteria, escorbuto, sífilis, sarna e casos que classificamos como “outras” aparentemente fazem parte de uma sintomatologia que nada tem a ver com o clima (embora a gastrite esteja relacionada com a mudança de alimentação). Por outro lado, mais de 50% destas doenças deviam-se em grande parte ao amontoamento a que os colonos foram constrangidos nas casas de recepção dos portos e nos barracões, ou às carências alimentares que suportaram durante a viagem de mar ou nos próprios barracões. Por infecção e contágio difundiam-se as diarreias, que muito provavelmente tratava-se de amebíase, as difterias, a sífilis e as conjuntivites, que possivelmente eram formas de tracoma. O escorbuto é uma síndrome de carência de vitamina C e a anemia uma síndrome de carência de ferro. A erisipela é uma dermatite infecciosa de origem bacteriológica e a sarna uma dermatite provocada por fungos, ambas de fácil propagação em ambientes com grande concentração humana. Isto significa, ou poderia significar, que um número extremamente elevado de doenças que atingiam os camponeses nos primeiros tempos de permanência no Brasil não estavam relacionados às condições ambientais específicas do país, mas provavelmente eram causadas pelo sistema “organizativo” praticado pelas autoridades, ou seja, pelo longo período de permanência nos barracões e pela dieta incompleta e inusitada (além das seqüelas de uma viagem realizada em péssimas condições). A sífilis era também causada pela promiscuidade em que os camponeses eram forçados a viver e demonstrava o seu “relaxamento moral”, embora deva-se considerar que todos os casos de que temos notícia se concentrassem em uma única estatística, referente à Colônia de Rio Novo, em 1879. Apenas 40% das doenças diagnosticadas nas duas colônias podia considerar-se estreitamente ligadas ao ambiente e ao clima do Espírito Santo. Mas sem dúvida, também neste caso a virulência poderia ter sido prevenida, evitando-se amontoar os colonos e optando-se por transferi-los ao Brasil em épocas mais adequadas, ou seja, naquelas correspondentes ao verão europeu e ao inverno brasileiro. O mesmo é válido para os casos de supurações cutâneas devidas à transpiração excessiva, que também estão ligados aos hábitos higiênicos dos europeus e ao tracoma. A supuração cutânea em questão seria a “desidrose intensa”, característica do verão e dos países quentes, devida à excessiva transpiração e caracterizada pelo surgimento de vesículas sebáceas de preferência nas mãos e nos pés. Mas as quatro tipologias

de sintomas-doenças típicos daquelas zonas eram as febres, as diarréias/disenterias, a “opilação” e as oftalmias. As febres, cuja maior parte era definida “intermitente”, sem dúvida relacionavam-se à malária. Na verdade, a malária era diagnosticada em poucos casos, e com o termo “impaludismo”. É muito provável que outros casos fossem formas de malária, como a “febre terçã benigna” e a “quartã”, que se manifestam exatamente com febres intermitentes, e que dificilmente assumem um caráter pernicioso. Evidentemente, havia casos de “terçã maligna”, também chamada “tropical”, que ataca e mata especialmente indivíduos recém-chegados à zona de malária. Sintomas deste tipo de malária poderiam ser alguns tipos de disenteria, anginas e icterícias, que eram diagnosticadas como doenças específicas. É improvável que as febres intermitentes fossem um sintoma da “brucelose” (devida a um agente microbiano transmitido por bovinos, caprinos, ovinos) por não ser muito comum o leite ou a manteiga na dieta dos colonos recém-estabelecidos na colônia, e também por não terem contatos muito freqüentes com o gado. É certo que a malária, em sua forma mais grave, causou a morte de um significativo número de imigrantes. Outras mortes, especialmente de crianças em tenra idade, foram causadas por diarréias de natureza infecciosa causada por bactérias e parasitas locais. A desidratação era a causa de morte nestes casos. A forma mais comum dos casos de diarréia era a “amebíase intestinal”, típica dos países tropicais. Outra doença de conseqüências nefastas era a que os brasileiros chamavam de “opilação”. Em muitas das relações consulares italianas fazia-se menção a esta enfermidade, e o Cônsul Rizzetto escrevera: “A opilação é a grande doença do Espírito Santo. Suas vítimas tornam-se amarelas como um limão, sentem palpitações no coração, debilidade e outros incômodos.”⁷²⁹

De acordo com o Cônsul, por volta dos primeiros anos do século XX, podia-se afirmar que um terço dos imigrantes e seus filhos sofria deste mal. As observações feitas por Tschudi e pelo Imperador Pedro II durante as suas visitas às colônias do Espírito Santo revelavam dados similares e confirmam tratar-se da mesma doença. Descobriu-se em seguida ser a “ancilostomíase”.⁷³⁰ Muito difundida em zonas tropicais (e na época em todo o Brasil colonizado por italianos, do Rio Grande do Sul ao Espírito

729 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 57.

730 Uma análise satisfatória da doença foi proposta pelo professor Gaetano Pieraccini e encontra-se na *Relazione Demografico-Igienico-Sanitaria*, em BOE, 15 de agosto de 1913, número 10, págs. 108-109.

Santo), é causada por um verme parasita do intestino, cujos ovos são absorvidos pelo homem através da ingestão de água e verduras frescas (o que acontece também na amebíase). O sintoma mais clássico da doença é uma forma gravíssima de anemia, responsável por elevados percentuais de mortalidade, e que no Brasil manifestava-se também sob a forma de “infantilismo ancilostômico”, ou seja, no sub-desenvolvimento físico das crianças. De acordo com estudos realizados na época, a doença provocava também debilidade mental e imbecilidade.⁷³¹

Finalmente, uma enfermidade típica do ambiente brasileiro era o “tracoma”. Nas formas mais graves e não tratadas, podia levar à cegueira. Doença contagiosa, era e é endêmica em muitos países quentes e, nos diagnósticos que apresentamos, escondia-se muitas vezes sob o nome de conjuntivite (e de fato trata-se de “conjuntivite granulosa”) e oftalmia.

Muito estranha, dentre os casos que apresentamos, é a falta de dados que confirmem a presença de tuberculose, que também não faltava na Europa da época e no Trentino, assim como no Brasil, tanto que frequentemente encontravam-se casos entre aqueles que retornavam à pátria.⁷³²

No mesmo grupo de casos, também não há referências a casos de tifo. Na verdade, em um documento de outro tipo encontramos indicações de “febre tifóide” em relação a uma epidemia em uma colônia no Espírito Santo. Observamos, entretanto, que é muito provável que as colônias brasileiras tenham sido acometidas por esta doença. Sobretudo em suas formas de tifo petequial e tifo abdominal, a doença apresenta uma sintomatologia (febre alta, vômito, diarreia) que, como indicamos, aparecia frequentemente na colônia. Assim como as outras enfermidades que atacavam os emigrantes nas colônias do Brasil, o tifo também manifestava-se facilmente nos barracões em que eram amontoados os imigrantes, em condições higiênicas extremamente carentes. Ressaltamos que a forma de tifo denominada “abdominal”, que se manifesta com diarreia e febre, é típica das zonas tropicais e se contrai a partir da absorção por via oral da salmonela. Também o tipo petequial (ou exantemático) é considerado endêmico no Brasil e é causado por contágio propagado pelo piolho.

Quanto à análise das taxas de mortalidade causadas por algumas destas doenças, abstermo-nos de qualquer quantificação, não sendo os dados à nossa disposição suficientes para fornecer estimativas

731 As informações são de Pieraccini e referem-se a um estudo dos professores brasileiros Moreira e Peixoto.

732 G. Pieraccini: *op. cit.* pág. 122.

significativas. Limitamo-nos a dizer que nos primeiros meses de permanência no Brasil, muitos colonos morriam de malária, tifo, amebíase, escorbuto e outras doenças. Este número é variável, de acordo com a zona e a época, mas é sempre bastante alto. Apenas em parte, e é isto o que nos interessa ressaltar, esta mortalidade era devida a doenças típicas da região e condicionadas ao ambiente e ao clima. Um número significativo de doenças e de mortos poderia ter sido evitado limitando-se ao máximo a permanência dos camponeses nos barracões e cuidando de sua alimentação. Eis porque afirmamos que o hábito de não preparar casas provisórias para os imigrantes, obrigando-os a transitar nos barracões até que as casas pudessem ser construídas por eles próprios, teve uma conseqüência duplamente grave. Desmoralizou os imigrantes e foi a causa de doenças e mortes, pelo menos tanto quanto o foram o clima e o ambiente brasileiros. Sem os barracões e com dietas mais apropriadas, o que mesmo na época poderia ser providenciado, o Brasil teria podido apresentar taxas de mortalidade entre os imigrantes mais similares àquelas de outros países, e teria desta forma evitado muitas tragédias coletivas que fizeram com que fosse apontado pela opinião pública européia como território decididamente impróprio à colonização européia. Este último fato direcionou muitos fluxos migratórios, potencialmente absorvíveis pelo Brasil, em direção a outros países. Uma certa taxa de mortalidade, superior, por exemplo, no Brasil em relação aos Estados Unidos, devia-se também ao nível dos conhecimentos médicos da época. A ancilostomíase e a amebíase começaram a ser diagnosticadas com precisão e combatidas com eficácia algumas décadas depois, mesmo porque, sendo a ciência médica moderna essencialmente européia, naquele tempo não se ocupava de doenças típicas de territórios extra-europeus. Uma alta taxa de mortalidade também devia-se às estruturas médicas brasileiras: havia poucos médicos disponíveis dentro e fora das colônias, e pouco preparados. Os tratamentos eram decididamente simples, às vezes primitivos e de senso comum. Em uma lista de medicamentos usados na Colônia de Santa Leopoldina, verifica-se que os mais usados eram: óleo de rícino, solução de ferro e goma arábica para as diarreias; óleo de rícino e sal de tártaro para as febres; óleo de rícino, mercúrio e santolina (erva medicinal) para os vermes intestinais; acetado de chumbo para os olhos. E ainda: cremor tartárico, arnica, sal amargo, óleo de amêndoa, mostarda, camomila, cânfora, cloreto de potássio. A estes seguem-se xaropes, pílulas e pomadas que eram chamadas pelo nome da firma que os

produzia (Pílulas Le Roi, Blanckart, Aier etc) e sobre as quais não é possível opinar.⁷³³

Mas, mesmo se em alguns casos os medicamentos eram apropriados, note-se que muitas vezes faltavam e que eram administrados não apenas pelos poucos médicos das colônias, mas também por inconsistentes farmacêuticos que, na maior parte das vezes, eram os próprios colonos. As operações cirúrgicas eram pouco praticadas e realizadas naquelas enfermarias que descrevemos anteriormente, enquanto os médicos se lamentavam da falta de equipamento apropriado.⁷³⁴ As próprias vacinas disponíveis na época faltavam sempre e os colonos suspeitavam que fossem preparadas pelos médicos da colônia, produzindo resultados contrários aos esperados.⁷³⁵

De sua parte, os imigrantes deparavam-se mais uma vez com a necessidade de mudar costumes e tradições, enfrentando também neste campo um processo de aculturação que modificaria a sua cultura e a sua psicologia. Grupos de italianos, por exemplo, clamavam por um médico homeopata, mas o governo recusava-se a atendê-los, alegando que não existiam no Brasil profissionais daquele tipo.⁷³⁶

Os índios teriam podido ajudá-los, pois conheciam remédios para as doenças típicas da região, como a malária, mas estes haviam sido afastados e massacrados e apenas em parte a sua medicina seria comunicada aos brancos.

Uma última observação pode ser extraída do estudo de Pieraccini. As doenças que acometiam os imigrantes italianos no Brasil não eram de difícil erradicação: “São fenômenos domináveis e removíveis pela mão do homem.”⁷³⁷ O trabalho dos colonos e a terra brasileira se encarregariam, em parte, de eliminar muitas doenças, com uma abundante produção de alimentos. E em parte seria necessário esperar que a economia brasileira estivesse em condição de generalizar a assistência médica e o uso de medicamentos simples, como o quinino ou algum ancilostomífuco.

As epidemias atingiam o Espírito Santo e o resto do Brasil (e algumas doenças atacavam também a Europa), mas pareciam não al-

733 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 15/07/1876 e GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. sem data.

734 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 25/08/1877 e GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 08/03/1876.

735 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 13/04/1875.

736 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, II doc. dd 12/09/1877.

737 G. Pieraccini, op. cit. pág. 118.

cançar as zonas agrícolas. Cólera, varíola e febre amarela geralmente não ultrapassavam Vitória ou Cachoeiro do Itapemirim. Algumas vezes chegavam a Cachoeiro de Santa Leopoldina ou a Alfredo Chaves, mas causavam relativamente poucas vítimas. Eram doenças trazidas pelos navegadores, portanto, e que não conseguiam penetrar profundamente no território. Assim aconteceu com a febre amarela em 1889 e 1894/95 ou com a varíola em 1895. Bem menos graves eram outras enfermidades típicas da região. Menos graves mas não menos importantes. Dolorosas e incômodas, estas afecções assustavam os colonos, que nelas viam a prova de um clima não idôneo para eles. Por exemplo, o que os brasileiros chamam “bicho-de-pé”, ou seja, um minúsculo parasita que se insere na carne humana, sobretudo a dos pés, próximo às unhas e que ali se instala. Cria um prurido irresistível e, se não for tratado, pode gerar complicações mais sérias. Não era em si nada de grave, mas atormentava ainda mais aquela gente, que já sofria com várias situações adversas. Ernst Wagemann, referindo-se a estes parasitas, afirmava que “roubam todo o prazer da existência”, consideração em nada exagerada se se pensa que, se não fosse tratada, durante dias, semanas ou meses a pessoa só fazia coçar-se, dia e noite, com um desconforto (e dor) que não podiam ser esquecidos. O leitor se recordará de que Angeli, em sua carta enviada do II Território referia-se também a muitos camponeses com braços e pés enfaixados: tratavam-se provavelmente de casos de “desidrose intensa”, que já mencionamos, ou de outra afecção sobre a qual Wagemann também escreveu. Pústolas e chagas que afligiam os colonos nos primeiros meses de permanência no Brasil, e que às vezes se repetiam. Casos menores, certamente, mas que delineiam melhor a fotografia que tentamos reconstruir, e que se refere ao primeiro período de colônia dos imigrantes europeus.

Colônia Santa Leopoldina, 1876 **A tragédia do *Fenelon*. Timbuhy explode**

Nos primeiros meses de 1876, manifestou-se, com nova virulência, uma epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro. A hospedaria foi fechada e buscaram-se outras soluções para não amontoar os imigrantes em sua chegada, expondo-os ao perigo do contágio. Muitos navios provenientes da Europa foram desviados para outros portos. Esta seria uma das razões que levaria centenas de emigrantes a colônias que não haviam es-

colhido, distantes de parentes e amigos que já se haviam estabelecido em outras zonas.⁷³⁸

O navio francês *Fenelon*, que chegara nos últimos dias de dezembro, encontrou sérias dificuldades para entrar no porto de Vitória: encalhou na areia, e seus ocupantes correram “grande perigo”. Para aliviá-lo de parte do peso, foram desembarcadas primeiramente as bagagens. O navio transportava mais de 400 trentinos que se dirigiam à Leopoldina, além de outros trentinos e emigrantes de outras nacionalidades destinados ao Paraná. Mas havia algo de estranho naquele navio, tanto que desde a sua chegada o Presidente da Província enviara uma comissão para inspecioná-lo.⁷³⁹ A fiscalização foi realizada pelo inspetor alfandegário de Vitória⁷⁴⁰ e falava-se em uma “comissão de avaliação dos emigrantes”.⁷⁴¹

A Capitania dos Portos também se interessou pelo caso.⁷⁴² A função de inspecionar os navios que chegavam competia à Agência Oficial de Colonização, o que raramente acontecia.⁷⁴³ Foram apuradas grandes irregularidades: falou-se de má alimentação e péssimo tratamento dispensado aos emigrantes.⁷⁴⁴ Mas isto não era tudo. Os colonos afirmavam que naquele navio faltara-lhes tudo: comida, remédios, e até água. Provavelmente morreram muitos emigrantes durante a viagem, mas não encontramos documentação sobre isto. Este é o testemunho do Diretor da Leopoldina:

*“É verdade que aqui chegaram crianças magras como esqueletos e muitos doentes. Quatro já morreram e tenho aqui outros três que morrerão nos próximos dias. Entre os imigrantes referidos veio Giovanni Battista Baitella com a sua família, e este Baitella sofre de alienação mental.”*⁷⁴⁵

Diz-se que Baitella, que era de Madrano de Pergine e viajava com a esposa e três filhos, já partira da Itália em estado de alienação mental, devido a uma pancada na cabeça, recebida alguns anos antes. Mas a notí-

738 *Relatório do Ministro da Agricultura T. J. Coelho de Almeida de 1877*, cit.

739 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 29/12/1875.

740 idem: doc. dd 24/01/1876.

741 idem: doc. dd 01/03/1876.

742 idem: doc. dd 07/01/1876.

743 idem: doc. dd 18/05/1876.

744 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 02/04 e 07/03/1876.

745 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 17/01/1876.

cia não era muito exata e, de qualquer forma, a travessia transformara-o em “louco furioso”. Foi internado primeiramente em Vitória e depois enviado ao Rio de Janeiro.⁷⁴⁶ Dentre os que chegaram no *Fenelon*, o diretor assinalava casos de dores agudas de cabeça, diarréia sanguinolenta e febres definidas “perniciosas”.⁷⁴⁷ A delinqüência daquele primeiro capitalismo selvagem transformara os camponeses em mercadorias, dispensando-lhes um tratamento indigno, mesmo para os animais.

Muita confusão aguardava aqueles colonos no Espírito Santo. O grupo não partiu todo para a colônia, mas foi fracionado, porque em Porto de Cachoeiro faltavam estruturas de recepção adequadas.⁷⁴⁸ Alguns perderam as bagagens.⁷⁴⁹ Alguns daqueles que chegaram com o navio francês com destino ao Paraná pediram para ficar no Espírito Santo, o que lhes foi concedido. Talvez estivessem fartos de viagens marítimas. Entre estes estava o sacerdote Eugenio Maffei. Nascera em Cles, a 28 de janeiro de 1834. Tivera alguns problemas com as autoridades eclesiásticas trentinas. Em 1875, o pároco de Romeno não o quis como coadjutor, pois considerava-o um “padre escandaloso”. Foram-lhe retirados todos os encargos e ele, desesperado, recorreu ao bispo, afirmando que não teria possibilidades de sobreviver naquelas condições e que estava na miséria.⁷⁵⁰ Enfim partiu, não sabemos se com ou sem a permissão de seu bispo. Primeiramente foi para a Leopoldina, mas talvez não tenha exercido ali a função de capelão. A partir de 28 de agosto de 1876, estabeleceu-se em Riacho. Ajudou o padre daquela localidade e em novembro foi nomeado pároco de São Benedicto de Riacho, cargo que expirava a 14 de fevereiro seguinte. Solicitou ao bispo do Rio de Janeiro que tornasse definitiva a nomeação, “pelo desejo que tenho de ser útil ao Brasil, onde mendigo o meu pão.”⁷⁵¹ Não sabemos se chegou a ser nomeado pároco. Teve pouco tempo para ser útil ao Brasil. Morreu em 1877. Um historiador da época escre-

746 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 12/01, 07/03, 02/04/1876; GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 17/01/1876; GDG, série 751, livro 124, doc. dd 27/01 e 11/03/1876.

747 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 17/01/1876.

748 *Relatório do Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas de 1876*, cit.

749 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 18/01/1876.

750 ADT: *Catálogo do Clero* 1880 número 46; livro B, 1875, fascículos 484 e 2935; livro B, 1877, fascículo 483.

751 APEES: GDAccioly, livro 282, doc. dd 05/01 e 08/04/1877. Verifica-se que foi para a Leopoldina em APEES:GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 08/02/1876 e a partir de uma nota de Vigilio Lamber, *Notícias da Villa de Santa Teresa*, manuscrito em Msessfast.

veu que em Riacho ele era “estimado por suas excelentes qualidades. Honesto, honrado, caridoso, sua morte foi muito sentida, pois dividia os próprios bens com os pobres. Inteligente e culto, tratava qualquer matéria científica com capacidade. Falava e escrevia em latim como se fosse o seu próprio idioma.”⁷⁵² Não podemos dizer qual era a verdadeira face deste sacerdote: mas o que a velha e beata Europa lhe tomara, a sua dignidade de sacerdote, a jovem e generosa América lhe restituíra.⁷⁵³

Quanto à obra de Sant’Anna Lopes, certamente não faltaram dúvidas e críticas, e a colônia apresentava diversos problemas. O *Comércio* fêz-se ouvir. Com uma sagacidade que seria confirmada pelos desenvolvimentos sucessivos da colônia, o jornalista do *Comércio* afirmava que as terras que estavam sendo distribuídas em Timbuhy eram estéreis, e classificava o núcleo como o “profundo deserto de Timbuhy”. Acusava também a direção de não ter feito nada, de não ter preparado lotes demarcados e prontos para serem ocupados, e acrescentava que a estrada para Vitória, o trecho construído, era um verdadeiro desastre. O artigo afirmava também que os barracões não eram de forma alguma adequados à função a que se destinavam, e que os preços na colônia eram altíssimos. A resposta de Sant’Anna Lopes negou tudo a respeito da estrada e dos barracões, não desmentiu muito a respeito dos preços e admitiu algumas graves carências. O Núcleo Timbuhy, nascido em julho do ano anterior, em fevereiro já hospedava 120 famílias. Muitos brasileiros já se haviam transferido para lá, vindos de Guandu, Rio Pardo, Castello, José Pedro. A falta de lotes demarcados era real, mas não dependia da Direção. De acordo com Lopes, o engenheiro Theresio Porto Netto, de setembro a novembro de 1875 quase nada fizera neste sentido. Em seguida ele fora chamado à capital, e por fim vieram 4 agrimensores, que durante 4 meses não demarcaram coisa alguma. Quando foi anunciada a vinda daqueles que chegaram com o *Fenelon*, o Diretor solicitou ao engenheiro que lhes preparasse 150 lotes até janeiro. Este tinha às suas ordens, em princípio 7, depois 6 agrimensores. Entretanto, não entregou lote algum. Por fim, em 4 meses ele e sua equipe haviam demarcado 13 lotes, dos quais 7 bons e 6 inutilizáveis. Foi substituído pelo engenheiro Cassiano, que com 4 ou 5 agrimensores preparou em pouco tempo lotes suficientes “para o estabelecimento de quase todas as famílias que chegaram com o *Fenelon*.” A notícia

752 B. C. Daemon: op. cit. pág. 442.

753 Seu nome foi citado também em AHAV: *Livro de Tombo Diocesano, “Visitas Pastorais, documentos, provisões e circulares: 1897-1904”*.

data do final de fevereiro. Alguns emigrantes, portanto, estavam nos barcões há mais de dois meses.⁷⁵⁴ Neste ínterim, a colônia achava-se em dificuldades financeiras. O Diretor fez reiteradas requisições de dinheiro, afirmando que os recém-chegados estavam trabalhando nas estradas.⁷⁵⁵

O Presidente pediu ajuda ao Ministério e conseguiu um crédito (mas, um mês depois o Ministério recusou este ato e pediu explicações, insistindo sobre a necessidade de “severa economia”).⁷⁵⁶ Leonardo Perotti, que viera com esposa e filhos, perdera de vista os seus parentes. Foi ao Rio de Janeiro para tentar encontrá-los. Depois pediu que lhe pagassem a viagem para o Rio Grande do Sul, juntamente com Pietro Perotti (ambos de Mattarello). O primeiro partiu por conta própria, e o segundo seguiu-o algum tempo depois, não sabemos se com a viagem paga ou não.⁷⁵⁷ Com certeza, os parentes que perdera de vista haviam partido para o Sul. Outros 5 trentinos retiraram-se com as famílias. Desejavam transferir-se para outra colônia do país, uma vez que não havia trabalho para eles. Três eram padeiros e um, maquinista (?). O Ministério perguntou se a expedição que viera com o *Fenelon* respeitara os percentuais estabelecidos pelo contrato firmado com Caetano Pinto. O Presidente da Província respondeu que sim, visto que o contrato previa 20% de não agricultores, mas que em Santa Leopoldina não havia mais espaço para artesãos: que não os mandassem mais.⁷⁵⁸ O Governo enviou o comissário Luis Betim Pais Leme para inspecionar as colônias do Espírito Santo. Ele era diretor da colônia catarinense Itajahy-Príncipe Dom Pedro, desde 1872. Neste último ano, acolhera naquela colônia as primeiras remessas maciças de trentinos e na verdade não os apreciara muito.⁷⁵⁹ Aqui encontrava outros deles. Chegou no dia 23 de janeiro e no dia 25 dirigiu-se à Leopoldina.⁷⁶⁰ Foi recebido com muita festa: hurras, disparos de morteiros, um excelente jantar e os trentinos cantaram suas canções tradicionais. Foi o primeiro coro de trentinos em terra brasileira, mas provavelmente não era espontâneo. Alguém temia a inspeção e se precavia. O padre Domenico Martinelli, de quem

754 *O Espírito-Santense* de 29/01/1876.

755 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 13/01 e 15/01/1876.

756 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 19/01 e 26/02/1876.

757 idem: doc. dd 26/01, 26/02 e 27/03/1876.

758 idem: doc. dd 01/02 e 10/02/1876; GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 29/01/1876.

759 R. M. Grosselli: op. cit.

760 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 27/01/1876.

não se ouvira falar desde os tempos da Colônia Tabacchi, finalmente reunira-se aos trentinos. Pais Leme pediu-lhe que saudasse em seu nome os “trabalhadores tirolezes”. Todos os colonos se declararam satisfeitos com sua situação e confiantes no futuro, de tal forma que trinta deles haviam enviado cartas à Europa, convidando seus parentes a unir-se a eles. Tratava-se certamente dos ex-colonos de Tabacchi. Aqueles que haviam chegado em 1875 talvez não tenham sido convidados para o festim, para não estragar o apetite das autoridades.⁷⁶¹ Entre as outras desgraças da colônia acrescentara-se outra. O diretor afirmava que a colônia fora acometida pela seca e a conseqüência foram “preços fabulosos que trouxeram problemas para os colonos mais necessitados. Esta situação agravou-se com a irregularidade dos pagamentos.”⁷⁶² Não havia, portanto, razão alguma para cantar e fazer balbúrdia. Mas Pais Leme não era homem que se pudesse comprar, com pouco ou com muito dinheiro. A 12 de fevereiro, encontrava-se já em Vitória, e a Presidência dizia que tomara providências para “regularizar o serviço daquela colônia”. Estas providências não eram especificadas, mas a mesma carta assegurava que fora aceita a demissão do diretor Sant’Anna Lopes e do contador. O primeiro foi substituído por João Cassiano de Castro Menezes. Dizia-se que Lopes estava doente e acamado. Será?⁷⁶³

O novo diretor provisório herdara muitos problemas. Não chegara o dinheiro necessário para o pagamento dos salários dos colonos, e estes há dias aguardavam no porto, distantes de seus lotes. Poderia acontecer algum tumulto.⁷⁶⁴ Além disto, ele não estava de acordo com a decisão da Presidência que, para economizar, fornecera aos últimos colonos que encontravam-se em Vitória com destino a Santa Leopoldina, víveres suficientes para apenas 10 dias ao invés de 15, como se fizera até então. Na sua opinião, isto era injusto, não apenas pela diferença de tratamento dispensado aos colonos que haviam chegado antes, mas também porque era superior a dez dias o tempo necessário para que se transferissem à colônia e aguardassem no Porto de Cachoeiro. E depois, os preços na colônia eram muito altos.⁷⁶⁵ Os últimos a chegar eram 274 trentinos, vindos com o navio *Mohely*.⁷⁶⁶

761 *O Espírito-Santense* de 08/02 e 12/02/1876.

762 APEES: GDA, Segunda Série, livro 29, doc. dd 18/01/1876.

763 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 12/02/1876.

764 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 15/02/1876.

765 idem: doc. dd 25/02/1876.

766 APEES:GDG, Série751, livro 124, doc.dd 26/02/1876.

Era sempre atual o problema da abertura das colônias aos brasileiros nas mesmas condições que aos estrangeiros.⁷⁶⁷ De repente, falava-se em três médicos trabalhando na colônia, o que certamente não era um bom sinal.⁷⁶⁸ Alguns trentinos, dentre os recém-chegados, estavam enviando dinheiro para fora da colônia. Neste caso, tratava-se de dinheiro que os colonos haviam trazido do Trentino (4 francos de ouro) e de uma soma em réis bastante baixa (8\$000). Esta segunda soma fora enviada por Pietro Lenzi a Napoleone Trisotto, que se encontrava na Colônia Blumenau, em Santa Catarina. Ambos eram de Samone e mantinham contato para que eventualmente um ou outro trocasse de colônia.⁷⁶⁹ Domenico Martinelli viera para a colônia por insistência dos trentinos, mas ainda não fora nomeado pelo Ministério. Era, entretanto, o único padre católico a ocupar-se de 4.000 almas, em um território imenso; era necessário ao menos mais um, preferivelmente de língua alemã.⁷⁷⁰ Por volta do final de março, Virgilio Rossi, de Verla, que chegara com o *Fenelon*, entregava à Direção 50\$000 réis para serem expedidos à sua esposa, que se encontrava em Verla.⁷⁷¹ Aqueles que não possuíam família, trabalhando nas estradas conseguiam sobreviver e economizar dinheiro, mesmo com os preços tão altos. E de fato quase todos estes, cedo ou tarde, deixariam as colônias, pagando eles próprios pela viagem. A professora da colônia também confirmaria que os preços eram desproporcionalmente altos, solicitando 100% de aumento de salário: tudo era calculado em relação aos preços das cidades, mas na colônia tudo custava o dobro.⁷⁷² As agências oficiais de colonização, que deveriam fornecer informações completas aos imigrantes, em geral funcionavam mal. Neste caso, um grupo de alemães chegara ao Rio de Janeiro, onde lhes informaram que receberiam lotes em Santa Izabel. Mas a colônia fora emancipada há algum tempo e eles, recusando-se a tomar posse de terras em outras colônias, foram expedidos ao Rio de Janeiro.⁷⁷³ Mais desperdício de dinheiro. E a Tesouraria estava sem fundos, tanto que o Presidente escreveu ao Ministério informando que, se não lhes enviassem dinheiro, o serviço de colonização seria paralisado.⁷⁷⁴

767 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 09/03/1876.

768 idem: doc. dd 09/03/1876.

769 idem: 2 doc. dd. 09/03/1876.

770 idem: doc. dd 10/03/1876 e GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 13/03/1876.

771 idem: doc. dd 23/03/1876.

772 idem: doc. dd 10/04/1876.

773 idem: doc. dd 23/03/1876.

774 idem: doc. dd 26/04/1876.

Um outro trentino “de destaque” vivia na Colônia Santa Leopoldina. Era Carlo Tabacchi, irmão de Pietro. Agia como intérprete, pelo menos desde janeiro daquele ano. Seus serviços eram muito apreciados, tanto que seu salário de 4\$000 diários foi aumentado para 6\$000 pelo Comissário Pais Leme, e finalmente para 7\$000 pelo novo diretor Castro Menezes, que dizia dele: “Homem de sociedade, e portanto habituado ao cumprimento do dever, foi e é um dos ajudantes de muito mérito que encontrei, não apenas como intérprete, mas também como agente para acomodar os colonos recém-chegados no Porto de Cachoeiro, onde o Governo não possui um barracão ou casa própria para esta finalidade. [...] Assim, ele preencheu uma grande lacuna do próprio Governo e de seus agentes.”⁷⁷⁵ Carlo Tabacchi fora homem de confiança das autoridades brasileiras, mas mesmo mais tarde e durante muito tempo, estas recorreriam a seus serviços. Ele, entretanto, não agradava aos colonos trentinos, talvez porque o vissem a serviço do governo brasileiro, e levado pela sua função a apaziguá-los, acalmá-los e a esconder-lhes os problemas da colônia. Um ano depois, os próprios colonos expulsariam aquele homem de Santa Teresa.⁷⁷⁶ Ele era um intelectual, mas certamente não orgânico à classe camponesa trentina.

Em junho, aconteceu em Santa Teresa um fato excepcional em sua história. Um grupo de índios penetrou no minúsculo centro habitado. Foram recebidos pelo brasileiro que cuidava da pequena venda que funcionava no barracão, que lhes fez uma série de doações (em roupas e alimentos). Os trentinos estavam bastante assustados, e o fato permaneceu em sua memória, podendo ser ouvido mais de cem anos depois, nas narrativas de alguns velhos.⁷⁷⁷ Um fato mais triste ocorreu pouco depois. Giuseppe Favro, de Susà, um jovem de pouco mais de vinte anos, foi esmagado por uma árvore, enquanto trabalhava com outros companheiros na construção da estrada que deveria ir de Vitória ao norte de Minas, nas vizinhanças do Rio Perdido. Foi sepultado naquele mesmo lugar a muitas horas de Vitória, em meio à floresta. A milhares de quilômetros de seu país natal, mas dentro de seu sonho: a terra americana. Ele era colono, colono trentino.

775 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 08/05/1876.

776 A. Ruschi: op. cit. pág. 248.

777 B. C. Daemon: op. cit. pág. 432 e Conversação registrada com Virgílio Tomasi, de 95 anos, Santa Teresa 04/05/1986.

Estas foram as riquezas que deixou:

- 1 - 109\$000 a receber do governo brasileiro por seu trabalho;
- 2 - Um par de calças;
- 3 - Uma camisa;
- 4 - Um lenço;
- 5 - Um par de sapatos.

Giuseppe Favro, de Susà, de pouco mais de vinte anos e que provavelmente trabalhava há mais de dez, possuía ainda uma chave que foi encontrada em seu bolso. Era talvez de alguma mala ou baú, de que algum outro pobre coitado tomou posse ao saber de sua morte.⁷⁷⁸

Padre Martinelli dirigiu-se ao Rio de Janeiro para falar com o bispo e adquirir objetos sacros.⁷⁷⁹ Soube-se que chegariam outros colonos, e um outro agrimensor foi contratado para acelerar a demarcação dos lotes.⁷⁸⁰ Havia ainda muitos doentes na colônia, e entre os trentinos houve-ra muitas mortes. Às febres e diarréias de sempre, acrescentara-se a difteria. Dez morreram, e cerca de 1.569 pessoas precisaram de tratamento.⁷⁸¹

A estrada para Vitória foi abandonada. O primeiro engenheiro contratado para construí-la foi substituído, em seguida o Presidente sugeriu transformá-la em trilha, e por fim foram vendidos em leilão os animais e os instrumentos usados pela equipe que ali trabalhava.⁷⁸² Muito dinheiro gasto inutilmente, um grave golpe para muitas zonas da Leopoldina. Mas, já em 1876, em pleno período de fluxo de colonos italianos, e menos de dois anos após a entrada em vigor do contrato Caetano Pinto (que deveria durar 10 anos), o Governo já decidira conter severamente as despesas.

Por volta da metade de junho, foi nomeado diretor José de Nápoles Telles de Menezes. Aquela colônia não tinha paz. Em julho, dois colonos solicitaram novos lotes, visto que aqueles que lhes haviam destinado situavam-se em terras privadas⁷⁸³ e o trentino Massimiliano Gasperazzo pediu e

778 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 01/07/1876 e anexo.

779 idem: doc. dd 15/06/1876.

780 idem: doc. dd 30/06/1876.

781 idem: *Mapa Estatístico-Patológico dos Colonos enfermos durante o I Trimestre de 1876 e tratados pelo médico no hospital de Porto de Cachoeiro.*

782 APEES: GDG, Série 751, livro 124, série de documentos culminando com a notícia do leilão, doc. dd 05/06/1876.

783 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 20/07/1876.

obteve da direção que lhe trocassem uma cédula de 50\$000, já fora de circulação, e que ele recebera meses antes, por seu trabalho nas estradas.⁷⁸⁴

Por volta do final de julho, o diretor precedente (provisório) Castro Menezes, escrevera um resumo do que fizera na colônia, fornecendo uma série de dados interessantes. Declarava, entre outras afirmações, que no momento de sua admissão não lhe haviam fornecido as informações pertinentes, forçando-o a perder tempo a inteirar-se da situação. Ele tentou, durante o breve tempo de sua administração, criar um orfanato, previsto pela lei sobre as colônias, mas sem êxito (na verdade, não temos notícia de colônias que houvessem obedecido à lei neste sentido). As estruturas coloniais ainda estavam distribuídas por várias zonas: Bragança, Luxemburgo, Pomerânia Oriental, Tyrol, Cachoeiro. O ex-diretor permitiu-se uma série de considerações que pareciam estranhas (quando não destituídas de fundamento). “O estado da agricultura é próspero. Todos os colonos vivem mais ou menos na fartura, com poucas exceções.” Ele certamente se referia aos antigos colonos, aqueles que se estabeleceram na colônia antes de 1875. Afirmou também que em Timbuhy haviam sido distribuídas pelo menos 100.000 mudas de café. Ele tentara favorecer a distribuição de lotes a filhos de imigrantes que tivessem completado 18 anos de idade. Era uma forma de promover os matrimônios, uma vez que “homens pobres e agricultores necessitam de uma mulher para os serviços domésticos.” Era uma conclusão inteligente, e buscava aumentar a taxa de natalidade e o ritmo de ocupação das terras. Castro Menezes também teria que lutar contra a falta de fundos e, a uma certa altura, abria créditos em seu próprio nome e risco, para suprir as necessidades da colônia. Os ex-colonos de Tabacchi haviam se adaptado satisfatoriamente à vida colonial. Estavam convidando outros a unir-se a eles, e um deles, Paolo Casotti, recebera a notícia de um de seus irmãos residente em Trento, de que outras 700/800 famílias poderiam vir para a colônia. Em meio a esta história havia um certo Conte Cesarini.⁷⁸⁵

Agora que na colônia havia um grande número de trentinos (além de alguns italianos), chegara o momento de dispensar Giuseppe Paoli do ensino. Este não era diplomado, simplesmente era o mais instruído dentre os ex-colonos de Tabacchi. Além disto, não tivera tempo de ensinar muito: apenas de setembro de 1875 a janeiro de 1876. Em seguida, foi convidado a

784 idem: doc. dd 24/07/1876.

785 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 30/06/1876 *Relatório apresentado ao Presidente da Província pelo Diretor da Colônia de Santa Leopoldina.*

exercer as funções de farmacêutico e enfermeiro no núcleo Timbuhy. Propôs-se a nomeação de outro professor, um certo Felice Amadio Posetti.⁷⁸⁶

Dos colonos que se apresentavam como professores, o diretor exigia uma característica: “que saibam ensinar a língua portuguesa, a única que me parece conveniente aos interesses do Estado.”⁷⁸⁷

Com a nova direção, a atmosfera na colônia tornara-se irrespirável, pois o diretor conquistara muitos inimigos. Por volta do final de agosto, foram demitidos o contador e o escrivão. Dizia-se que não eram bons trabalhadores, e sobretudo que trombeteavam tudo o que dizia respeito às questões coloniais, fora dos muros da direção. E mais: afirmava-se que o escrivão era certamente corrupto. Arrombara a porta da direção e substituíra a fechadura, sem que o diretor o soubesse, e forçara grupos de colonos a comprar tudo o que precisavam junto a um negociante brasileiro.⁷⁸⁸ Também com o doutor João Damásio o diretor se desentendera, mas não sabemos por que motivo. O médico retirou-se para o Rio de Janeiro, e a colônia ficou sem assistência.⁷⁸⁹ Um dos três personagens com certeza recorreu ao jornal *Comércio*, que se divertia em explorar situações complicadas. Publicou-se um artigo massacrante contra a nova direção, datado de 25 de agosto. Além das acusações pessoais a Menezes, o jornalista falava de colonos desesperados, que provavelmente em pouco tempo começariam a revoltar-se. Talvez esta observação não fosse completamente destituída de fundamento, e de qualquer forma equilibrava as absurdas avaliações dos que afirmavam que em Santa Leopoldina tudo corria bem. Mas o fato é que ao jornalista pouco importava o bem-estar da colônia; seu objetivo era apenas incomodar os conservadores. Telles de Menezes escreveu à Presidência: “Se o Governo Imperial deseja, como estou convencido, a prosperidade desta colônia, deve expurgá-la de empregados insidiosos que impedem a marcha da administração, qualquer que seja o Diretor.”⁷⁹⁰

Um grupo de colonos trentinos recusara-se a aceitar um lote de terra e as ferramentas, e agora queria deixar a colônia. Um certo Giovanni

786 idem: doc. dd 25/07, 30/09 e 31/10/1876; GDG, série 751, livro 124, doc. dd 09/08/1876; GDG, Série 751, livro 125, doc. dd 05/10/1876.

787 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 31/10/1876.

788 APEES: GDG, Série 751, livro 124, doc. dd 02/09/1876; GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 19/08 e 25/10/1876.

789 APEES: GDG, Série 751, livro 125, doc. dd 12/12/1876; GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 20/08/1876.

790 idem: doc. dd 01/09/1876. Ver também GDG, série 751, livro 124, doc. dd 04/09/1876.

Raffaelli restituíra 180\$000 que recebera, como previa a lei, e estava partindo. Mas este era um problema que se verificava também em outras colônias, e envolvia os consulados dos países estrangeiros. O Ministério tentava impedir que os colonos partissem, pois isto trazia má fama à colonização brasileira. Tratavam-se, contudo, de cidadãos estrangeiros livres, e não era possível tomar medidas neste sentido. As circulares se acumulavam. Neste caso, por exemplo, a Presidência da Província afirmou que, desde que esta gente não estivesse em débito com a colônia, poderia partir, enquanto que o Ministério pretendia sujeitá-los a uma autorização especial. Naturalmente, os consulados italiano e austríaco se manifestaram contrários, e por fim chegou-se a um acordo que permitia a partida àqueles que não possuíssem dívidas (e em muitos casos, mesmo àqueles que as possuíssem, caso houvesse risco de desentendimento com os consulados ou com os próprios colonos).⁷⁹¹ Aquele tipo de colonização estava criando grandes preocupações às autoridades do Rio de Janeiro, que deviam defender-se dos ataques de vários consulados. Portugal também manifestou-se em defesa dos interesses de seus emigrados.⁷⁹² Outros dois colonos enlouqueceram. Tratavam-se de um homem e uma mulher, ambos alemães, G. Hertel e W. Lütke.⁷⁹³ Um outro alemão recorreu às autoridades. Queria de volta seu filho que, doente, fora enviado primeiro a Vitória e depois ao Rio de Janeiro. Alegava precisar dele para trabalhar nos campos.⁷⁹⁴

As cartas dos colonos viajavam gratuitamente, mas deviam ser entregues à Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Em muitos casos, se diria que a correspondência era censurada para não permitir que notícias alarmantes sobre as colônias saíssem do país. Não há provas reais de que isto ocorresse, embora não pareça de todo ilógico. Na verdade, muitas cartas não chegavam aos destinatários devido aos endereços incompreensíveis que os camponeses escreviam.⁷⁹⁵ De qualquer forma, o dinheiro que os colonos expediam à Europa, estranhamente era retido na Inspetoria. Ali, Virgilio Rossi, de Verla, demonstrava que o dinheiro que expedira à sua esposa, depois de alguns meses ainda não chegara ao seu destino. Ele esperaria ainda algum tempo.⁷⁹⁶

791 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 31/07, 05/08 e 20/08/1876.

792 *O Espírito-Santense* de 09/11/1876.

793 APEES: GDG, série 751, livro 124, doc. dd 04/09/1876 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 19/11/1876.

794 idem: doc. dd 30/10/1876.

795 Veja-se a respeito R. M. Grosselli, op. cit. págs. 122-123.

796 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 10/11/1876.

A colônia estava prestes a ser literalmente invadida por imigrantes, em sua maioria italianos do Vêneto e da Lombardia, além de uma minoria do Trentino e de outras regiões. Talvez fosse melhor dizer que estava prestes a ser afundada. Já repleta de problemas, Santa Leopoldina recebeu em poucos anos milhares de novos colonos, que não lhe deram tempo de “digerilos”. Por volta do final de outubro, o *Werneck* transportou a Vitória 744 italianos. Em dezembro, seguiram-se 893 com o navio *Itália*, e outros 280 com o *Werneck*, que fazia o transporte entre o Rio de Janeiro e as colônias.⁷⁹⁷ Toda esta gente dirigia-se à Santa Leopoldina. Ainda antes das chegadas de dezembro, o Núcleo Timbuhy contava cerca de 4.000 pessoas (a menos de dois anos de sua existência oficial). E naquele núcleo faltava o médico, desesperadamente requisitado pela direção.⁷⁹⁸ A Presidência, também desesperadamente, requeria dinheiro ao Ministério. Aquele mesmo Ministério que abarrotava as colônias de gente, regateava o dinheiro, tornando impossível o seu funcionamento.⁷⁹⁹

Os recém-chegados eram em sua maioria italianos, o que se repetiria até a emancipação da colônia. Os trentinos foram os pioneiros da nova imigração etnicamente italiana, mas sua afluência maciça ocorreu entre 1875 e 1876. Deste momento em diante, continuariam a chegar, mas em número muito reduzido, e de qualquer forma em quantidade muito inferior à de vênnetos e lombardos. Dentre estes últimos, foram os vênnetos que no final quase monopolizaram a emigração italiana para o Brasil. Antes mesmo do final de 1876, no Núcleo Timbuhy formara-se a linha chamada *Lombardia*, que se uniria àquela denominada *Valsugana*, recorrendo aos colonos a sua terra de origem.⁸⁰⁰

O diretor lançou outro grito de alarme:

“Comunico a V.E. que, devido à estação invernal que atravessamos, não me foi possível enviar a seus lotes a primeira remessa de colonos que chegaram com o vapor Itália. As enchentes foram grandes e as trilhas interrompidas, e por isto eles ainda se encontram hospedados aqui na sede da Colônia. Devo informar a V.E. que estes colonos chegaram na pior ocasião, pois de novembro a janeiro

797 idem: doc. dd 31/10/1876 e *O Espírito-Santense* de 12/12, 23/12 e 30/12/1876.

798 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 09/12/1876.

799 APEES: GDG, Série 751, livro 125, doc. dd 15/12/1876.

800 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 27/12/1876.

*as chuvas são torrenciais, e seria preferível que o Governo se abstin-
vesse de trazer nesta época aqueles que, com destino a esta colônia,
emigram da Europa. Além disto, as doenças que se alastram e o
atraso em sua acomodação, muito contribuem para a melancolia
pela qual freqüentemente se deixam levar.*⁸⁰¹

Mas o Governo conhecia bem a época das chuvas, assim como Caetano Pinto. A questão é que se firmara um contrato, sem que o Estado dispusesse de estruturas suficientes para garantir um êxito positivo. Nenhum cálculo fora feito em termos de previsão, e agora sofriam-se as conseqüências. Muitos, na verdade um número cada vez maior de pessoas no Rio de Janeiro, eram da opinião de que seria melhor desistir de tudo.

A função de Carlo Tabacchi na colônia tornava-se cada vez mais importante. Recebia um salário por seus serviços de intérprete, mas ainda não fora oficialmente nomeado. O diretor escrevia:

*“Este empregado é dedicado ao seu trabalho e foi, durante a
minha administração, não apenas um intérprete, mas o melhor aju-
dante em todos os ramos do serviço. Com a chegada dos últimos colo-
nos, ele prestou tão bons serviços, que julgo-o credor da nomeação que
agora solicito, sobretudo porque sei que ele apreciaria mais este ato do
Governo do que uma retribuição pecuniária. Em resumo, devo dizer a
V.E. que é de tal importância este empregado em minha administra-
ção, que isto já deu lugar ao fato de que os descontentes o chamassem
“meu confidente”. Não estou habituado a trocar elogios, na vida públi-
ca como na vida privada, mas quando expresso uma opinião favorável
a respeito de alguém, não temo ser desmentido por fatos contrários.*⁸⁰²

A Presidência apoiou esta requisição, que com certeza honrava Carlo Tabacchi.⁸⁰³ Um estranho destino, o dos irmãos Tabacchi: amados pelos intelectuais e pelas autoridades, talvez por isto mesmo eram mal vistos pelos camponeses.

Alguns trentinos começavam a estabelecer-se em pontos dis-
tantes das colônias. Era o caso de Francesco Filippi, que aparentemente

801 idem: doc. dd 28/12/1876.

802 idem: doc. dd 08/12/1876.

803 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 15/12/1876.

vivia na Serra (e que era acusado de roubar um jumento a Antonio Debortoli).⁸⁰⁴

Por volta de agosto, Teles de Menezes também escrevera um relatório sobre a situação da colônia. Aqui também encontravam-se considerações interessantes:

“De natureza montanhosa, com um solo acidentado, acha-se na dificuldade ou quase impossibilidade de estabelecer seus tráficos por meio de um sistema viário terrestre adaptado aos meios a roda. Banhada por numerosos mas pequenos rios que fertilizam as terras, não possui entretanto nem mesmo um que se preste à livre navegação. O Rio Santa Maria, única artéria de comunicação fluvial entre a Colônia e o Porto de Vitória, é atualmente navegado por canoas que com dificuldade e altos custos transportam os produtos para o reforçamento da Colônia. [...] Seu solo, à exceção de uma ou outra zona estéril, serve apenas à cultura de alguns vegetais úteis, e por este fato a agricultura é muito inferior ao estado de desenvolvimento que se poderia esperar. [...] O núcleo de Timbuhy, ainda nascente, pode ser considerado atualmente como um agrupamento de emigrantes que se dispõem a embrenhar-se pela floresta para cultivá-la, não sendo ainda o momento oportuno para o desmatamento e a combustão das plantas, em sua maioria aglomerados na área de terra destinada a uma futura vila, mantendo-se por hora com os salários ganhos com os trabalhos públicos.

Atualmente, com as demarcações dos lotes estamos prosseguindo em duas direções, a Leste seguindo o Rio Santa Cruz e seus afluentes, e na direção NO, seguindo o Rio Cinco de Novembro e seus afluentes.

O número de colonos estabelecidos em más terras é considerável. [...] Atualmente recebo muitos pedidos de colonos da velha Colônia [os alemães] no sentido de mudar para o Distrito de Timbuhy, onde esperam encontrar os elementos para a sua prosperidade.”⁸⁰⁵

A maior parte dos trentinos, portanto, encontrava-se ainda nos barracões, e isto devia-se a adversidades atmosféricas que impediram o

804 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 15/12/1876.

805 idem: doc. dd 14/08/1876, *Relatório apresentado ao Presidente da Província pelo Diretor da Colônia de Santa Leopoldina.*

abate das árvores e sua eliminação pelo fogo. Chovera muito durante muitos meses e perdera-se a possibilidade de preparar os cultivos. Segundo Virgílio Tomasi, 95 anos, quando seu avô Virgílio Lamber chegou, choveu durante seis meses.⁸⁰⁶

Isto implicava depender mais um ano do trabalho nas estradas e atrasar as colheitas por um ano (sendo que a de café obtinha-se quatro ou cinco anos depois).

A terra estava sendo demarcada em direção ao Leste e dali a pouco, saturado além de seus limites o Núcleo Timbuhy, abrir-se-ia outro nas terras do Município de Santa Cruz. Uma última consideração: para este diretor, a agricultura (aquela do velho núcleo) não se desenvolvera muito e as terras da colônia eram em geral bastante pobres. Muitas das opiniões de Diretores, Presidentes da Província e Ministros da Agricultura eram entretanto pouco confiáveis. O diretor anterior referira-se, não a uma agricultura penosa, mas ao bem-estar de todos os colonos. O Ministério da Agricultura assim referiu-se ao Núcleo Timbuhy (certamente “instruído” pela direção): “As terras são excelentes. Reconheço a conveniência de concentrar os esforços da administração colonial no Distrito de Timbuhy, cujos terrenos se distinguem pela excepcional fertilidade e oferecem espaço para o estabelecimento de centenas de famílias.”⁸⁰⁷

A contabilidade colonial marcava passo já há algum tempo, e nem ao menos eram mantidos os registros de entradas e saídas. Um recenseamento realizado na metade daquele ano indicava 5.236 pessoas, às quais entretanto era necessário acrescentar aquelas que haviam chegado com o *Fenelon* e o *Mohely* (que, de acordo com o diretor, eram 533, mas que segundo os nossos cálculos eram 692). De qualquer forma, o diretor pouco acreditava neste recenseamento, e supunha que na colônia podiam-se contar 8.000 pessoas.⁸⁰⁸ Em seu relatório referente ao ano de 1876, o Ministro da Agricultura produziu a cifra de cerca de 7.000 habitantes (e aqueles dados lhes haviam sido sugeridos pelos diretores das colônias).⁸⁰⁹ Acreditamos que a 31/12/1876 o número de habitantes da Leopoldina fosse superior a 7.000. Eram cerca de 5.000 no ano anterior. A estes devem-se acrescentar não apenas aqueles que chegaram durante o ano, mas

806 Conversa com Virgílio Tomasi, cit.

807 *Relatório do Ministro da Agricultura T. J. Coelho de Almeida, de 1877*, cit.

808 *Relatório de 30/06/1876*, cit.

809 *Relatório do Ministro da Agricultura, T. J. Coelho de Almeida de 1877*, cit.

também os que chegaram com o *Fenelon* no final do ano anterior, mas que haviam sido transportados à colônia no início de 1876. Eis um prospecto das chegadas de colonos com destino a Santa Leopoldina⁸¹⁰:

Navio	data de chegada a Vitória	Número de imigrantes
Fenelon	20/12/1875	418
Mohely	25/02/1876	274
Werneck	26/10/1876	744
Bahia	05/11/1876	8
Italia	09/12/1876	893
Werneck	10/12/1876	280
Total		2.617

Referentes ao *Fenelon* há números pouco discordantes (falou-se também em 406 imigrantes, mas cremos que estes estavam entre aqueles que, destinados ao Paraná, pediram para permanecer no Espírito Santo).⁸¹¹ Grupos familiares, como vimos, deixaram a colônia antes de tomar posse dos lotes, mas é quase impossível calcular seu número. Parece-nos, contudo, uma estimativa razoável avaliar a população da colônia em cerca de 7.500 pessoas. Em apenas um ano, portanto, a população da colônia aumentara em um terço. A crise das estruturas coloniais era quase total. O tempo, mais uma vez, contribuiu para complicar tudo. De acordo com os nossos dados, todos os recém-chegados foram conduzidos à Leopoldina antes do final do ano, mas por volta da metade de dezembro falava-se na cheia do rio Santa Maria, que durante algum tempo tornara impossível a navegação por meio de canoas.

A inteligência é certamente uma característica tipicamente humana, assim como o seu oposto, a imbecilidade. Em todas as épocas e em todos os lugares, o homem demonstrou dispor abundantemente destas duas qualidades. Não parece difícil classificar o comportamento de alguns hóspedes do Hotel d'Europa de Vitória, diante de um grande grupo de imigrantes recém-desembarcados em dezembro de 1876:

“Escolheram como seu divertimento a inconveniente conduta de lançar pelas janelas as suas moedas de cobre, bananas e outras

810 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228 e *Relatórios Presidenciais*.

811 Os dois dados foram colhidos no *Relatório do Presidente M. R. Coitinho Mascarenhas, de 03/01/1876*, cit.

*coisas para que fossem colhidas pelos referidos imigrantes, reunidos diante ao citado Hotel, de que resultaram alguns ferimentos e contusões devido aos mergulhos que faziam em busca de objetos lançados em sua direção.*⁸¹²

Colônia de Rio Novo, 1876. Chegam os italianos. O V Território

O decreto de 23 de fevereiro instituía a Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Era dirigido por um Inspetor Geral, e tornara-se o órgão principal no campo da colonização na estrutura governativa. A inspetoria decidia os novos contratos para a importação de novos imigrantes, tudo o que se referisse às colônias de Estado, ocupava-se da chegada dos novos colonos, suas remessas de dinheiro e correspondência à pátria. Era uma boa coisa, e seria útil para centralizar uma série de serviços que até então estavam distribuídos entre vários personagens, além de aliviar o Ministro, que podia assim ocupar-se da agricultura, comércio e obras públicas. Infelizmente, a inspetoria viu-se no dever de gerir, na prática, o fim da experiência colonial e não tanto a sua continuação em termos de melhor organização.⁸¹³

Em Rio Novo o ano iniciou quando ainda estava em pleno desenvolvimento a questão dos trentinos do II Território. Pinto Pacca perdera as rédeas do comando e o governo decidira enviar um comissário. Em novembro de 1875, fora advertido sobre a chegada de novos emigrantes, e nos primeiros dias de janeiro ele referia-se a colonos “recém-chegados” e que se encontravam no IV Território.⁸¹⁴ A colônia passava por uma seca que eliminara dos armazéns locais os gêneros alimentícios. O diretor solicitara que fossem enviados do Rio de Janeiro 8.000 litros de milho, 3.200 litros de feijão e 300 kg de carne seca. Não sabemos quantos e quem eram os recém-chegados.⁸¹⁵ Neste ínterim, Giovanni Andreatta aguardava suas

812 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 18/12/1876.

813 *Relatório do Ministro da Agricultura T. J. Coelho de Almeida de 1877*, op. cit.

814 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 12/11 e 15/11/1875 e GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 12/01/1876.

815 Em APEES, Primeira Série, livro 113 encontra-se um documento dd 12/01/1876 que lista 82 nomes de colonos, quase todos lombardos, que haviam enviado cartas à Itália do II e do IV Territórios. Mas a data estava errada e tratava-se de 1877. De fato, a Inspetoria Geral a que se dirigia a lista surgira a 23/02/1876. Aqueles colonos eram portanto os que haviam chegado no final de 1876.

bagagens há três meses, conservadas no porto de Piúma⁸¹⁶ e Bortolo Eccel solicitou que lhe trouxessem o filho, que fora mandado para a Leopoldina.⁸¹⁷ Um grupo de alemães escreveu ao seu governo, reclamando contra a proibição da emigração para o Brasil.⁸¹⁸ Pinto Pacca entregaria esta petição ao Ministério. Era provavelmente a conseqüência daquelas insistências de que tratamos, no sentido de convencer o governo alemão. Alguns brasileiros solicitavam admissão na colônia. Juridicamente, esta questão ainda não estava clara, mas Pinto Pacca aconselhava que se aceitassem estas requisições, pois os brasileiros poderiam ajudar os europeus em sua adaptação à nova realidade.⁸¹⁹ Ele estava certo. Para os recém-chegados não havia apenas o problema da falta de alimentos, mas também o da inexistência de lotes demarcados. A direção dispunha apenas de um agrimensor, que estava trabalhando no III Território.⁸²⁰ Falava-se de paramentos e missais adquiridos para a igreja de São José do Tirol (tratava-se com certeza de uma capela).⁸²¹

A imigração alemã para a colônia era muito rara. Havia casos isolados, às vezes de famílias que se transferiam da Leopoldina (neste caso, 3 que afirmavam que não lhes agradava o clima da outra colônia).⁸²² Por volta da metade de janeiro, foi anunciada a chegada de Luís Betim Pais Leme, que vinha inspecionar a colônia. Eram múltiplas as suas funções: devia rever a contabilidade, supervisionar as ruas e os edifícios públicos, descobrir se havia distritos em condições de ser emancipados, descobrir os motivos da retirada dos trentinos e eventualmente demitir funcionários públicos. Além disto, Pais Leme devia descobrir se os colonos tinham condições de sobreviver sem trabalhar para o Estado após os seis meses estabelecidos por lei. Ele ainda devia estabelecer se o Núcleo de São José do Tirol devia ser separado da colônia de Rio Novo e constituir uma outra colônia, vistas as grandes distâncias que separavam o II e o IV Territórios do I e do III.⁸²³

816 idem: doc. dd 07/01/1876.

817 idem: doc. dd 09/02/1876.

818 idem: doc. dd 19/01/1876.

819 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 08/02/1876.

820 idem: doc. dd 22/02/1876.

821 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 04/01/1876.

822 idem: doc. sem data e doc. dd 07/08/1876.

823 idem: doc. dd 14/01/1876.

O comissário confirmou que os trentinos haviam se dispersado, e que havia o risco de que assim o fizessem também os que permaneceram e os recém-chegados:

*“Recomendo a V.S. que continue com toda a urgência os trabalhos na estrada que deve coligar o III ao IV Território desta Colônia, visto ser da maior inconveniência a grande separação em que se encontram os novos emigrantes do IV Território do resto da Colônia. Devo também dizer a V.S. que, não sendo bons os terrenos do II Território, como verifiquei, não deve V.S. continuar a estabelecer ali colonos.”*⁸²⁴

No início de março, o comissário encontrava-se ainda na colônia, sinal de que eram muitas as investigações que devia fazer. Não sabemos com precisão o que decidiu substancialmente. Com certeza aboliu “os adiantamentos que decidíramos fazer para garantir-lhes a subsistência” (tratavam-se dos trentinos do II e IV Territórios).⁸²⁵ Permitiu que deixassem a colônia as famílias de Valentino Martinelli e Pallaoro Giobatta. O primeiro chefe de família apresentava algum defeito físico não especificado e tinha já uma certa idade (nascera em 1818). Sua família era composta de 5 mulheres que não queriam empregar-se na agricultura, mas como amas de leite, o que era impossível na colônia. Por sua vez, a família de Pallaoro, desde a sua chegada apresentara sempre problemas de saúde, e não pudera começar a trabalhar em seu lote. Os primeiros eram de Barco, os segundos de Quaere.⁸²⁶ Mas talvez Pais Leme superestimasse sua capacidade de compreender em pouco tempo o quanto aquela colônia sofrera no último ano. Depois da suspensão das ajudas, romperam-se novamente os equilíbrios penosamente estabelecidos. É fácil supor que os trentinos se sentissem mais uma vez traídos. Muitos deles, já no mês de dezembro, foram transferidos do II para o III Território. Alguns seriam transferidos em janeiro. Os problemas, entretanto, eram aqueles do IV Território. Já por volta de janeiro o agente de Itapemirim comunicara à presidência que os colonos dos II e IV Territórios haviam decidido abandonar a colônia.⁸²⁷

824 idem: doc. dd 25/02/1875.

825 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 08/03/1876.

826 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 04/03/1876 e GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 02/03/1876.

827 APEES: GDG, Série 751, doc. dd 13/03/1876.

No dia anterior, ele informara que seis famílias haviam se retirado do IV Território, e dizia-se que outras estavam a ponto de fazê-lo, devido à suspensão dos adiantamentos.⁸²⁸ Outros trentinos solicitaram permissão para transferir-se para o I e o III Territórios. A permissão lhes foi negada, ao menos provisoriamente. Não havia lotes prontos, e a estação não era adequada para dar início ao desmatamento. Devia-se aguardar até junho.⁸²⁹ A 20 de março foi comunicado à Presidência que quatro famílias haviam deixado a colônia. Quais eram as ajudas que Pais Leme suspendera? Depois que cerca de 220 trentinos abandonaram a colônia nos meses precedentes, para manter os outros foi-lhes prometida uma cifra de 10\$000 semanais, para cada família, que substituiria o dinheiro ganho com serviços públicos, permitindo-lhes preparar seus campos. Segundo a direção, contudo, quando Pais Leme chegou, percebeu que nada havia sido feito, “limitando-se a sua existência àquela de completos proletários.”

“Viviam agrupados em um rancho de palha do Governo, sem ter abatido uma árvore sequer, seus lotes abandonados e seu único trabalho era o de comparecer à Direção aos domingos para receber os dez mil réis.”⁸³⁰

Segundo a direção, aquela gente já custara demais ao Governo, e sem produzir nada. Apenas cerca de quinze famílias de trentinos estavam se dedicando com sucesso à agricultura. As outras haviam até agora cultivado “meia dúzia de pés de alface e outros tantos de pés de ‘beijos de frade’, flor muito apreciada por eles.” Agora, sem mais ajudas, haviam decidido partir ao invés de trabalhar. Pinto Pacca estava certo de que àquela altura devia-se começar a recorrer a medidas mais drásticas. Caso contrário, outras famílias partiriam e se estabeleceriam em outros pontos do Brasil, apenas para receber mais ajudas, “procurando sempre iludir o Governo, para o que demonstram ter uma habilidade incomparável”. Era hora de acabar com os favores.

Pinto Pacca não revelava todos os motivos daquela situação, e esquecia-se de que aquelas eram as mesmas pessoas que ele convencera a ficar, após alguns meses de promessas não mantidas e de desilusões. Mas a

828 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 08/03/1876.

829 idem: doc. dd 18/03/1876.

830 idem: doc. dd 20/03/1876, o mesmo em GDG, Segunda Série (383L), livro 63.

situação que descrevia era realmente estranha. Este grupo de trentinos recusava-se de todas as formas a inserir-se na colônia. Haviam provavelmente decidido encontrar eles próprios uma maneira de partir, mas talvez não fosse apenas isto. É provável que estivessem enganados em seus cálculos. Vergonhosamente ludibriados pelas autoridades brasileiras, durante a fuga de seus irmãos do II Território, haviam sido cortejados por estas, e perceberam como era importante para o país que eles não partissem. Agora consideravam-no uma obrigação. É uma hipótese, mas parece-nos lógica. Uma confirmação daquela regressão quase infantil que se verificara em grupos de camponeses trentinos e norte-italianos que se estabeleceram nas colônias brasileiras sem um intelectual em seu séquito. Incapazes de decidir, incapazes de tomar em suas mãos as rédeas de seu destino. Exagerados em suas decisões, tratavam-se de homens e mulheres que viviam em uma construção sem paredes e com teto de palha, que aguardavam não se sabe o quê. Pinto Pacca provavelmente exagerava, mas a posição deles era realmente insensata. Ou esta gente perdera a cabeça, ou esperava obrigar as autoridades a transportá-la para outro lugar, ou estava desorientada. Seu comportamento não era habitual e não tinha saída. O Presidente da Província desejava de qualquer forma evitar novos escândalos e solicitou ao diretor que fizesse de tudo para convencer aqueles que já haviam deixado Rio Novo a retornar. Encontravam-se, aparentemente, na mais absoluta miséria.⁸³¹ Eram em 25, compondo 10 núcleos familiares, e queriam partir para o Rio de Janeiro. A Presidência também aprovava as idéias de Pinto Pacca sobre a necessidade de mudar de método.⁸³² Mas outras partidas aconteceram. Pinto Pacca ordenou ao agente de colonização de Itapemirim que os enviasse de volta à colônia. Este encontrou-os na Fazenda Poço Fundo e, através do Canal do Pinto, transportou-os novamente para a colônia, à exceção de uma família de 5 pessoas, dentre as quais uma mulher que acabara de dar à luz um filho. Mas estes também prometeram que, assim que a mulher se recuperasse, partiriam para a colônia.⁸³³ Outros, contudo, haviam abandonado a colônia e vagavam não se sabia por onde. Pinto Pacca escreveu novamente à Presidência: “Retornarão à colônia apenas se forem obrigados. Desta forma se resolverá o problema da colonização dos tirolezes.”⁸³⁴

831 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, 2 telegramas dd 17 e 18/03/1876.

832 APEES: GDG, série 751, livro 124, 2 doc. dd 27/03/1876.

833 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 30/03 e 02/04/1876.

834 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 23/03/1876.

Mas com estes, foi ainda mais duro. Descreveu dois casos e afirmou que eram quase normais entre aquela gente. Tratavam-se das histórias de Luigi Polliot e de Bortolo Eccel, que haviam chegado em junho de 1875. O primeiro fora intérprete no porto de Benevente, onde prestou bons serviços. Chegando à colônia, no entanto, exigiu um alto salário para continuar aquele serviço. O que lhe foi concedido, também devido à influência que exercia sobre os outros trentinos. Não sabia fazer outra coisa e quando, após alguns meses o cargo lhe foi retirado, decidiu mudar de território, mas não mudou de conduta. Bortolo Eccel tinha uma família de 8 pessoas e veio com os filhos homens, decidido a implantar uma serraria. Trouxe o material do Trentino. No IV Território realizou a sua idéia mas, devido a litígios com seus compatriotas, solicitou transferência para o II Território, que lhe foi concedida. Queria que o Governo do Brasil pagasse uma pensão a seu filho inválido devido a ferimentos de guerra, e depois que o reembolsassem por suas perdas em um incêndio. Ele e seus filhos haviam trabalhado com carpintaria mas, segundo o diretor, demonstraram serem maus carpinteiros. Finalmente, Eccel solicitou transferência para um outro território, e mais uma vez foi contemplado. Agora ameaçava partir. Pinto Pacca afirmava, brandindo seus recibos, que os dois haviam custado uma soma altíssima ao Estado.

“Quase nas mesmas condições encontram-se os colonos tirolezes e as famílias francesas que para aqui vieram, à exceção de 15 famílias que se dedicaram à agricultura, sendo que um, Paoli Francesco, com os salários do Governo e de privados acumulou a quantia de 900\$000, com a qual comprou, de segunda mão, um lote no I Território que já está dando café.”⁸³⁵

Portanto, os franceses também se comportavam como os trentinos. A 29 de março, um trentino apresentou-se ao agente de Itapemirim como representante de 7 famílias de fugitivos. Encontravam-se na Fazenda Póvoa, sem víveres. Estavam dispostos a retornar à colônia se lhes oferecessem alimento e transporte.⁸³⁶ Pediram para serem transferidos do IV ao I Território. Pinto Pacca comentou: “Este fato, que promete magníficas conseqüências, é o resultado da conduta do Governo, que se absteve de encorajar a recusa ao trabalho e a inclinação à vagabundagem que

835 idem: doc. dd 27/03/1876.

836 idem: doc. dd 29/03/1876.

OS ÚLTIMOS CONTATOS COM O MUNDO PERDIDO



Pietro, Giuseppe e Paolina Passamani, em uma foto tirada no Trentino em 1914. Era a segunda viagem que o pai Temistocle fazia com a família. Naquela ocasião Paolina casou-se e permaneceu no Trentino, enquanto o resto da família retornou ao Espírito Santo.

caracteriza os tirolezes.”⁸³⁷ Retornaram no dia 28, entre estas as famílias de Dalmaso Pietro (de Selva di Levico), Moser Carlo e Giovanni (de Barco), Sartori Pietro e Antonio (de Levico) e Moschen Antonio (de Quare).⁸³⁸ De acordo com Pinto Pacca, retornaram “após terem sido convenientemente castigados pela miséria à qual foram reduzidos pela escassez de esmolas e pelo justo desprezo do Governo”.⁸³⁹ Ele talvez não soubesse que aquela gente conhecera na vida apenas dificuldades, se não propriamente a miséria. Pinto Pacca entretanto admitia que entre estas famílias havia algumas compostas de bons trabalhadores, que se deixaram convencer por Polliot a ir trabalhar nas ferrovias. Polliot fora o “verdadeiro agente da diversidade da colonização tiroleza”.⁸⁴⁰ Este, contudo, partiu, levando consigo uma das melhores famílias tirolezas que já estava trabalhando em seus campos e havia construído sua casa.⁸⁴¹ Seria útil conhecer também o ponto de vista dos camponeses sobre toda esta história. Dispomos apenas de um documento firmado pelos colonos trentinos do IV Território e por alguns franceses. Trata-se de uma petição, escrita em francês e entregue ao Presidente da Província por Louis Pouisson e Geremia Libardi, que a 14 de abril partiram para Vitória. Ei-la:

“Senhor Presidente, os abaixo assinados tomam a liberdade de informar-vos sobre os fatos que ocorreram na colônia e solicitam a vossa benevolência no sentido de averiguar suas causas.

- 1) O armazém, dito do Governo, que deveria dispor de víveres para a colônia, há quinze dias falta-lhe tudo;*
- 2) Os trabalhos realizados pelos abaixo assinados por conta do Governo não podem ser remunerados em vista da ausência do senhor Diretor, de forma que toda a colônia encontra-se sem víveres e sem dinheiro.*
- 3) Perguntamos também a V. E. se as sementes devem ser pagas pelos colonos.”⁸⁴²*

837 idem: doc. dd 29/03/1876.

838 idem: doc. dd 04/04 e 06/05/1876.

839 idem: doc. dd 10/04/1876.

840 idem: doc. dd 04/04/1876.

841 idem: doc. dd 10/04/1876.

842 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 11/04 e 18/04/1876.

Em seguida, o ajudante do Diretor encarregado dos II e IV Territórios respondeu a uma requisição de esclarecimento por parte da Presidência, afirmando ser verdade que o armazém encontrava-se vazio e que as sementes (o que era contrário às determinações da lei) eram cobradas aos colonos, por ordem direta da própria Presidência. Afirmava também que era falso que os colonos fossem credores de seus salários, e que estes já haviam sido liquidados⁸⁴³. Em outro documento, o mesmo ajudante afirmou que os víveres disponíveis junto ao armazém estavam estragados: “O milho encontra-se em tal estado, que não pode servir nem mesmo como alimento para as mulas de propriedade do Governo”.⁸⁴⁴ Além disto, há muito os colonos solicitavam insistentemente um professor para seus filhos.⁸⁴⁵

Pediam também que fosse nomeado um novo capelão pois, de acordo com eles, Cerenzia não cumpria o seu dever.⁸⁴⁶ Cerenzia, a propósito, pedira permissão para estabelecer residência no I Território, para onde pretendia chamar também a sua família. O diretor declarava-se favorável a isto, mas a Inspeção Geral era totalmente contrária, devido às distâncias entre o I Território e os outros, onde se encontravam quase todos os italianos. O capelão foi sumariamente dispensado de seu serviço. Morreu pouco depois, deixando créditos superiores a 3:000\$000. Era de Brignano, uma cidade da Calábria.⁸⁴⁷ A 1º de novembro foi chamado a substituí-lo o italiano Gennaro Porta, que chegou com Luigi e Rachele Porta no dia 6 do mesmo mês. Aparentemente, deveria ser o capelão do IV e do V Territórios.⁸⁴⁸ Talvez, visto que Cerenzia morrera na colônia dois meses após a sua substituição, as disposições a seu cargo tenham sido eliminadas, e ele permaneceu até a morte como capelão dos outros territórios. Os alemães também se lamentavam da pouca assistência espiritual. O pastor Ertz, da Leopoldina, recebia dinheiro também para ir ocasionalmente a Rio Novo, mas não comparecia. Por volta de dezembro, entretanto, compareceu Ernst Neudörffer, ele também pastor na Leopoldina.⁸⁴⁹

843 idem: doc. dd 06/05/1876.

844 idem: doc. dd 31/05/1876.

845 idem: doc. dd 31/05/1876 e GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 21/06/1876.

846 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 18/04/1876.

847 idem: doc. dd 12/08 e 07/10/1876 e GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 21/06 e 15/12/1876.

848 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 28/11/1876 e GDA, Primeira Série, livro 115, doc. dd 06/11/1876.

849 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 09/11/ e 13/12/1876.

Por volta da metade do ano, deveriam estar na colônia dois médicos, dos quais um para o II e IV Territórios. Mas em agosto não havia médico algum. Novaes Mello fora eleito para a Assembléia Legislativa e se ausentara, e sobre José Damazio nada sabemos.⁸⁵⁰ Apenas a 9 de novembro nomeou-se um substituto provisório para Mello.⁸⁵¹

Em setembro, os colonos do II e IV Territórios, sempre os mesmos, apelaram novamente às autoridades; faltava-lhes um médico e um farmacêutico, e ainda não lhes haviam enviado um professor e uma professora.⁸⁵²

Naquele momento, encontravam-se também sem sacerdote, pois Cerenzia estava no I Território e a nomeação de Porta ocorreu em uma data sucessiva. Um farmacêutico foi enfim nomeado, mas dizia-se que destinava-se apenas aos IV e V Territórios.⁸⁵³ Farmacêutico vai, farmacêutico vem, Pinto Pacca pediu que fosse demitido o farmacêutico da sede, pois seu negócio dispunha de pouquíssimos medicamentos, que eram vendidos a preços exorbitantes e além do mais, este senhor boicotava a direção e o médico.⁸⁵⁴ Meses antes, havia sido expulso da colônia também um alemão que, sendo proprietário de um bar, incitava os colonos ao jogo.⁸⁵⁵ Também abandonou a colônia uma outra trentina, desta vez porém por motivos diversos. Era Ciola Maria, viúva de Emanuele, morto na colônia. Eram de Caldonazzo, e a viúva ficou com três filhos para criar, dos quais o menor ela ainda amamentava. O Governo destinou-lhe 20\$000 mensais que, segundo Pinto Pacca, mal serviam para pagar a comida, e aquela gente era forçada a dormir em um palheiro. Parentes de Ciola já haviam partido para o Rio Grande do Sul, e a direção solicitou ao Governo que transportasse para lá também esta família. Foi o que aconteceu.⁸⁵⁶

Em um relatório enviado à Presidência em agosto, Pinto Pacca afirmou que chegara a 250 o número de partidas entre os tirolezes. Portanto, além daqueles que haviam partido em 1875, outros 30 os seguiram.

Mais uma vez usou palavras duríssimas contra os trentinos: “indivíduos habituados à mendicância e aos trabalhos assalariados nas estra-

850 idem: doc. dd 08/08/1876 e GDG, série 751, livro 124, doc. dd 05/09/1876.

851 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 09/11/1876 e GDG, série 751, livro 125, doc. dd 09/11/1876.

852 APEES: GDA, Primeira Série, livro 113, doc. dd 14/09/1876.

853 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 28/11/1876.

854 idem: doc. dd 10/11/1876.

855 idem: doc. dd 21/04/1876.

856 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 21/06 e 17/07/1876.

das, completamente estranhos e impróprios à agricultura.” Todas as colônias brasileiras, afirmou, teriam conhecido os mesmos problemas, se tivessem acolhido os tirolezes. Na verdade, eram as mesmas palavras que H. O. Blumenau endereçara aos trentinos em sua colônia. Ambos mudariam de idéia, e Pacca mesmo então ressaltava uma das razões para aquelas fugas e rebeliões: “O sistema mal articulado para obter emigrantes; sistema em que a fraude, a traição, a mentira são usadas em profusão.” Pinto Pacca também solicitava financiamentos para trabalhar ao longo do Canal do Pinto, possibilitando assim também a navegação de pequenos vapores. Entretanto, continuavam os trabalhos de construção de uma estrada entre o III e o IV Territórios.⁸⁵⁷ Tratava-se talvez da mesma artéria de que se falava em outro documento, e que coligaria também o I ao IV Território, e que se pensava em estender até Castello.⁸⁵⁸ O Governo recusou-se a atender à requisição de novos financiamentos para a ampliação do canal⁸⁵⁹, pelo menos no momento.

Nos primeiros dias de outubro, chegou a notícia de que seriam enviados mais emigrantes à colônia.⁸⁶⁰ O diretor solicitou a propósito o envio de dinheiro. De acordo com os documentos que consultamos, verifica-se que naquele ano haviam entrado na colônia, até aquele ponto, 3 italianos que em fevereiro haviam sido instalados no II Território e 13 alemães.⁸⁶¹ Entraram finalmente em exercício um professor e uma professora também no IV Território.⁸⁶² Em novembro, o brasileiro Manoel Leandro Pereira apresentou sinais de desequilíbrio mental.⁸⁶³ Desiludido com os trentinos, Pinto Pacca consolava-se com os alemães e escrevia a um jornalista do *Deutsche Zeitung*: “A emigração alemã [é] uma das que convenientemente deram provas de boa índole e hábitos industriais.”⁸⁶⁴ Finalmente, chegou uma conspícua remessa de imigrantes.

857 *Relatório apresentado ao Presidente da Província a 7 de agosto de 1876* em APEES: GDA, Segunda Série, livro 26.

858 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 21/04/1876.

859 APEES: GDG, Série 751, livro 123, doc. dd 17/10/1876.

860 APEES: Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/10/1876.

861 Sobre os italianos, veja-se APEES: GDA, Primeira Série, livro 115, doc. dd 10/02/1876; sobre os alemães, já falamos.

862 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 27/10/1876.

863 idem: doc. dd 09/11/1876.

864 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 13/11/1876.

A 13 de novembro desembarcaram em Piúma 763 imigrantes do vapor *Clementina*.⁸⁶⁵ Nem todos permaneceram na colônia, e um grupo prosseguiu em direção a Santa Catarina.⁸⁶⁶ Não deviam ser muitos os que partiram, porque 29 famílias foram instaladas no II Território, 49 no IV e 89 no V. Eram quase todos de origem italiana. Nascia, portanto, o V Território, em uma colônia já excessivamente extensa e desarticulada. E o II Território, considerado péssimo por todos, devido à má qualidade de suas terras, continuava a receber novos colonos. Mas Pinto Pacca decidia muito pouco naquela colônia, e talvez as decisões fossem tomadas por pessoas que a conheciam muito pouco. Mais confusões: Primo Casali, do V Território, informava que partiria para Santa Catarina e Giuseppe Bertoldi estava procurando seu irmão Paolo, que chegara com aquele grupo. Desejava encontrá-lo, mas sobre ele nada se sabia. No final daquele ano, a população de Rio Novo contava 2.528 pessoas. Segundo o Presidente M. J. Menezes Prado, haviam chegado à colônia durante o ano cerca de 700 imigrantes.⁸⁶⁷

Sistema de colonização, fertilidade das terras, técnicas agrícolas

As direções coloniais tinham, no Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867, uma referência comum, que harmonizava suas iniciativas em termos de expansão das colônias que dirigiam. Ocasionalmente, os diretores se encontravam no Rio de Janeiro, e a troca de opiniões e comunicações tornava homogêneas as modalidades com que se avançava na ocupação do território. Seguiam-se também as intuições de qualquer pioneiro, de que é prova o fato de que Sant'Anna Lopes, Diretor da Leopoldina, em 1876 afirmou inspirar-se no sistema de colonização de H. O. Blumenau, fundador da homônima colônia catarinense. Geralmente dava-se preferência à demarcação de lotes ao longo das margens dos rios e torrentes e, quando as havia, de vias de comunicação terrestres (foi o caso da Estrada de Santa Teresa).

Formavam-se “linhas coloniais” compostas de um certo número de lotes e muitas linhas coloniais ligavam-se a um “núcleo colonial”. Em

865 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, *Relatório*, cit.

866 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 18/11/1876.

867 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbu de 1878 e Relatório do Presidente M. J. de Menezes Prado, de 05/01/1877.*

muitos casos, e em Santa Leopoldina funcionou assim, o “núcleo colonial” era por sua vez dividido em “distritos coloniais”. Dentro das colônias, a distâncias mais ou menos regulares, projetava-se o surgimento de núcleos urbanos e mediam-se lotes urbanos que apenas mais tarde seriam vendidos (pois não havia sentido para os primeiros colonos que ocupavam uma zona instalar-se em um lote urbano, até que a vida econômica e social fosse ativada). Geralmente os centros urbanos projetados eram, além da sede da colônia, as sedes dos núcleos e distritos. Assim, na Colônia de Santa Leopoldina foram criados Cachoeiro de Santa Leopoldina, sede da colônia, Santa Teresa, sede do Núcleo Timbuhy, e um centro urbano como sede do Núcleo Conde D’Eu. Outros núcleos urbanos foram ainda projetados nos distritos, como por exemplo, a sede do distrito de Petrópolis, de que encontramos traços. Em Rio Novo as coisas ocorreram de forma um pouco diversa. É difícil dizer se isto aconteceu devido às intuições de J. A. Pinto Pacca ou se em razão da confusão de poderes que a colônia conheceu durante muitos anos. Deve-se recordar que o II Território surgira praticamente por decisão espontânea do Engenheiro José Cupertino Coelho Cintra, que certamente possuía laços muito estreitos com as autoridades do Rio de Janeiro. Pois assim também aconteceu com o V Território, e ambos estavam situados a grandes distâncias do núcleo original de Rio Novo. Se as decisões coubessem apenas a Pinto Pacca, Rio Novo provavelmente se desenvolveria a partir do I Território, e com um desenvolvimento similar ao de outras colônias. Acabou tornando-se uma colônia bastante original, composta por 5 vastíssimos territórios, em que foram demarcados poucos lotes (em relação à vastidão de sua área), muito distantes entre si, e que constituiriam praticamente corpos separados. E em alguns casos isto ocorreu. Como veremos em seguida, o II e IV Territórios serão por muito tempo considerados quase uma nova colônia, com direção e sede próprias. O mesmo aconteceu com o V Território. Zonas urbanas na Colônia de Rio Novo seriam estabelecidas primeiramente nas sedes dos vários territórios: Santo Antônio de Rio Novo (I Território), São Joaquim (III Território), Todos os Santos (V Território). A sede do II e do IV Territórios foi, durante muito tempo, considerada São José do Tirol, que muito provavelmente situava-se no II Território, mas que não está assinalada no mapa mais detalhado da colônia de que dispomos. Em compensação, no mesmo mapa, apenas um pouco mais atualizado e referente a alguns anos mais tarde, verificam-se dois núcleos urbanos no IV Território (entre os quais São João) e outros dois, além da sede, no III

Território: Richmond e Rodeio.⁸⁶⁸ É provável que outros ainda tenham sido os núcleos urbanos projetados. Os lotes apresentavam dimensões variáveis e seu custo era bem superior ao dos lotes rurais. Estes últimos, segundo a lei de 1867, podiam medir 62,5 ou 30,25 e 15,125 hectares e o preço podia variar de 2 a 8 réis por braça quadrada. O preço dos lotes urbanos podia variar de 40 a 80 réis por braça quadrada. De fato, as medidas dos lotes distribuídos variavam consideravelmente conforme a região e em Santa Catarina, por exemplo, estabeleceu-se uma média em torno a 20 hectares.⁸⁶⁹ No Espírito Santo pode-se observar uma maior homogeneidade, tanto em relação ao ditame da lei quanto em relação às várias colônias. Isto ocorreu a partir de 1867, visto que no início os lotes distribuídos em Rio Novo tinham as mais diversas dimensões (na documentação que pudemos analisar, encontram-se lotes de 26 a 48 e a 96 hectares)⁸⁷⁰ e em Santa Leopoldina foram distribuídos lotes de mais de 50 hectares.⁸⁷¹ A partir de 1867, a medida mais comum dos lotes distribuídos era de 302.500 metros quadrados. Apresentamos uma tabela, que é o resumo de uma série de documentos de 1888, que nos permitiram reconstituir uma estatística bastante completa dos lotes distribuídos em Rio Novo (e que espelha também a realidade de Santa Leopoldina):⁸⁷²

Dimensão dos lotes rurais na Colônia de Rio Novo (Tab. XVIII)

Zona	N. Lotes com área conhecida	Até 15 ha	De 15 a 30,25 ha	30,25 ha	De 30 a 40 ha	Mais de 40 ha
II Território	106	3	27	76	–	–
III Território	372	2	213	155	2	2
IV Território	173	7	99	52	13	–
V Território	97	–	4	86	4	3
Total	748	12	343	369	19	5
% sobre o total		1,6%	45,9%	49,3%	2,5%	0,7%

868 APEES: *Planta dos ex-Núcleos Castello e Rio Novo levantada pela Comissão a cargo do Engenheiro J. A. Pinto Pacca e agrimensor Horácio Gomes. Escala 1:100.000, e Itinerário das principais estradas dos ex-Núcleos Castello e Rio Novo organizado pela Comissão de terras da ex-Colônia Castello 1888*, em D. Puppini: *Do Vêneto para o Brasil*, São Paulo 1981.

869 R. M. Grosselli: op. cit. pág. 391.

870 APEES: GDA, Segunda Série, livro 234.

871 E. Wagemann: op. cit. pág. 49.

872 APEES: GDA, Primeira Série, livro 196. Seis documentos, a saber: *Relação dos colonos estabelecidos no II, III, IV e V Territórios* (4 documentos) e *Recenseamento do II e V Territórios* (2 documentos). Para Santa Leopoldina, vejam-se as dezenas de livros que constituem os fundos do GDA, Segunda Série e que são recenseamentos, mapas estatísticos e inventários referentes às colônias.

Cerca da metade dos lotes tinha uma área de 302.500 metros quadrados e a grande maioria tinha uma área entre 20 e 30 hectares. De fato, dentre os lotes que classificamos entre 15 e 30,25 hectares, a metade tinha uma área variável entre 22 e 29 hectares. Dentre os lotes considerados, o menor media 8 hectares e o maior 44,8. Mas com certeza o proprietário do primeiro possuía também outros lotes.

Assim como em outras partes do Brasil, aqui também os camponeses trentinos e italianos solicitavam o parcelamento do pagamento, pois dispunham de pouquíssimo dinheiro quando chegavam ao Brasil (ou não dispunham de dinheiro algum). Segundo os nossos cálculos, cerca de 97% dos trentinos e italianos no Espírito Santo preferiram esta solução (preferida também pelos alemães, apenas em proporção um pouco menor). Também os auxílios em dinheiro recebidos pelos colonos no Espírito Santo (parte a título gratuito e grande parte a ser debitada) foram aqueles estabelecidos pela lei sobre as colônias⁸⁷³, conquanto esta lei tenha sido muito desrespeitada, como o leitor poderá verificar em outras partes do livro.

Quanto ao pagamento das dívidas, deve-se ressaltar a generosidade dos brasileiros, que em muitos casos concederam um prazo maior do que o previsto aos devedores, e em outros diminuíram ou zeraram a importância. Recorde-se o caso dos colonos de Rio Novo que, à época da passagem da colônia ao Estado, tiveram seu débito reduzido à metade. Mas às vezes a bondade do governo era uma consequência obrigatória da contabilidade colonial, que não permitia identificar a identidade do devedor. Foi assim certamente em Santa Leopoldina. Eis como em 1885 Pinto Pacca encontrou a contabilidade desta colônia após uma inspeção: “73 livros, dos quais grande parte em branco, alguns completamente escritos, mas sua contabilidade não corresponde àquela que deveria servir-lhe de base, outros escritos em parte e abandonados por outros, que mais tarde tiveram o mesmo destino, números de lotes trocados, outros sem número, dívidas de colonos escritos em livros diferentes que não combinam quando deveriam combinar...enfim, o caos.”⁸⁷⁴ Pacca referiu-se também a “irregularidades e confusões quase insanáveis” e a “notáveis ilegalidades”. Ele escreveu: “Senti-me constrangido ao explicar aos imigrantes por mim estabelecidos nas Colônias Rio Novo e Castello a razão por que estes pa-

873 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 27/01/1873 e GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 13/03/1878.

874 *Relatório de J. A. Pinto Pacca*, anexo ao *Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886*.

gam por um lote a soma de 187\$550, enquanto que aqueles da Leopoldina pagam apenas 31\$250 por lotes de área igual, e como os desta colônia não possuem débitos por adiantamentos, enquanto que lá, aqueles que menos devem, devem a soma de 70\$000.”

Desta confusão, como dissemos, os colonos tiraram proveito. Mas isto não durou eternamente. Assim escrevia, em 1904, o Cônsul italiano em Vitória, R. Rizzetto: “O Governo foi, até há pouco tempo atrás, muito generoso para com estes colonos; deixou passar cinco, dez, vinte, até trinta anos sem nada exigir, e o colono imprevidente e imprudente ou necessitado pensou que nunca chegaria o momento de pagar.”⁸⁷⁵ Mas uma dura crise financeira forçou o poder público a exigir o que lhe era devido. Para fazê-lo, contudo, era necessário conferir tudo o que fora feito na época das colônias: estabelecer mapas, redesenhar os limites de terras públicas e privadas, redefinir os limites dos lotes coloniais, anular ou confirmar inúmeros casos de propriedades dúbias. De fato, durante aqueles trinta anos acontecera de tudo em uma estrutura burocrática em via de formação e carente dos instrumentos necessários a um controle sério sobre a sociedade civil e sobre os próprios empregados. Funcionários públicos ou cidadãos privados haviam vendido ilegalmente terras do Estado aos imigrantes, os colonos haviam trocado lotes entre si, haviam vendido ou abandonado lotes, estes haviam sido entregues a colonos em terras privadas (em alguns casos, como veremos, pertencentes a funcionários coloniais, e isto não por equívoco), limites de lotes não correspondiam a várias fontes de registro. Portanto, se por um lado a confusão foi favorável aos imigrantes, por outro, atingiu-os duramente.

O encargo de pôr tudo em ordem foi confiado ao próprio Pinto Pacca, nos últimos anos do século XIX. Ele observou que também nas colônias que surgiram após a emancipação de Santa Leopoldina e de Rio Novo a situação continuara a piorar neste sentido:

“Os serviços a cargo das Comissões Distrituais para o estabelecimento de imigrantes [que em grande parte haviam substituído as direções coloniais] não compensaram as despesas que com eles fizera o Estado. Recursos não faltaram, mas os chefes, por descuido ou má vontade, sempre se esquivaram do cumprimento de seu dever. Nas sinopses de algumas comissões encontram-se lotes disponíveis e

875 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 36.

ao mesmo tempo imigrantes a serem estabelecidos, derivando isto da má direção dos chefes. Em outras, citam-se elevados números de lotes disponíveis e, quando se tem necessidade destes para a locação de imigrantes, não estão em condições de localizá-los imediatamente [...]. Em geral, as comissões trabalham pouco, e como resultado vêem-se casos em que surgem lotes demarcados em um trimestre que já haviam sido demarcados no trimestre anterior; e muitos chefes, confiantes em seu pessoal, pagaram listas de demarcações e tomaram, para si e para seus auxiliares, metragens de lotes que jamais foram sequer demarcados."⁸⁷⁶

Demarcações e verificações custaram a muitos colonos somas elevadas em dinheiro e algumas vezes até o lote de terra cultivado há anos ou décadas. Pinto Pacca identificava as causas de tudo isto e as conseqüências que citamos:

"Raras foram as demarcações regulares e completas dos lotes coloniais, e isto por vários motivos; porque, segundo o Regulamento de 19 de janeiro de 1867, a demarcação podia limitar-se à frente do lote e a indicações superficiais das linhas laterais e de fundo; porque com precipitação foram feitas a maior parte das colocações de imigrantes, devido à confusão voluntária e involuntária produzida por estes últimos, e finalmente pela negligência, incapacidade, relaxamento e incompetência dos encarregados das demarcações. Disto deriva a grande confusão que se observa em todas as colônias, e principalmente no Núcleo Timbuhy, e que arrasta os proprietários a constantes desentendimentos, dispendiosos litígios, dúvidas penosas e incômodas incertezas."⁸⁷⁷

Para completar as informações, deve-se dizer que nem todos os colonos se aproveitaram da confusão para não pagar o lote, e muitos, em porcentagens indefiníveis, pagaram o que deviam dentro dos prazos estabelecidos pela lei, ou pouco depois. A partir do início da década de '80 são cada vez mais freqüentes as anotações em registros contábeis de entregas de títulos de propriedade definitivos a colonos de origem trentina (acon-

876 *Relatório da Direção Central de Terras e Colonização do Estado do Espírito Santo, de 1892 a 1896, Rio de Janeiro 1897.*

877 Em R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 35.

teceu antes com os alemães). E estas anotações continuariam nos anos '90. Foram também outras as maneiras como algumas categorias de pessoas se aproveitaram de uma estrutura burocrática improvisada e gangrenada pela corrupção. Por exemplo, Wagemann recorda como alguns indivíduos chegaram a possuir na colônia até 20 lotes.⁸⁷⁸ Ele não o diz, mas quase certamente tratavam-se de comerciantes que naquelas ocasiões sempre encontravam oportunidade de investir os altos lucros feitos às custas dos camponeses. Sobretudo no que se refere aos núcleos urbanos, na contabilidade colonial é possível encontrar dezenas de lotes adquiridos pelo mesmo comerciante, que em seguida especularia sobre eles. Este problema, contudo, era bem mais vasto e condicionava até a qualidade das terras distribuídas aos imigrantes. Por um lado, como observa M. Teresa Schorer Petrone, os imigrantes eram freqüentemente deslocados em terras distantes dos mercados de armazenamento e de venda, e dotados de comunicação difícil. Eram áreas que os colonos deveriam valorizar, enquanto que áreas mais cômodas já estavam ocupadas ou não havia interesse em que o fossem pelos recém-chegados.⁸⁷⁹

Por outro lado, mesmo nestas zonas “difíceis” as melhores terras não eram colonizadas. O próprio Pinto Pacca percebera que terrenos férteis vizinhos ao I e ao II Territórios haviam sido cedidos a privados. Por sua vez, um diretor de Santa Leopoldina observou que as terras do Estado próximas a vias de comunicação e centros habitados eram cedidas a privados “que só as vendem a preços fabulosos”. É fácil supor que muitos núcleos coloniais e territórios coloniais tenham sido abertos em uma zona ao invés de outra para enriquecer privados, ou mesmo para valorizar suas terras.

Mas como eram aquelas terras nas quais os imigrantes viveriam e morreriam, fariam fortuna ou perderiam tudo, que durante anos haviam sonhado e acalentado na imaginação como se fora um novo Israel, onde se recolheriam para iniciar uma nova vida de justiça e opulência? É impressionante acompanhar o percurso das opiniões dos diretores das colônias e Presidentes da Província a este respeito.

No início toda terra era fértil, aliás fertilíssima, ou mesmo a mais fértil na face da terra. Muitas vezes, após alguns meses ou anos, depois de vituperar os colonos que não haviam sido capazes de produzir coisa alguma, percebia-se que eram pouco férteis ou estéreis (e eram sempre outros

878 E. Wagemann: op. cit. pág. 49.

879 M. T. Schorer Petrone: *O imigrante e a pequena propriedade*, Ed. Brasiliense, II Edição, 1984, págs. 33/37.

que o descobriam, devido àquela estranha qualidade humana que nos leva a detectar os erros alheios e não enxergar os nossos).

“Estas florestas de largas folhagens de cor verde intenso e de cipós majestosos que pendem ao chão causam-nos, em nós europeus, habituados a cores menos marcantes, a grandezas mais modestas, uma impressão profunda e indelével, e na imaginação do viajante cresce e agiganta-se a idéia de uma fertilidade inexaurível e sem limites, que algumas vezes foi posta a serviço de uma hábil propaganda.”⁸⁸⁰

Um estudo atento revelaria que as terras cobertas de florestas nem sempre eram as melhores. Alguém disse que podiam considerar-se superiores apenas no primeiro e segundo ano de seu cultivo. Um estudioso brasileiro observou:

“Achamos muito prudente evitar as lendas. Nossas terras são em geral destituídas de quantidades suficientes de substâncias nutritivas. Falta-lhes constantemente o cálcio, e a quantidade de ferro que contêm (e em algumas chega a ser excessiva) torna-as menos produtivas. Diríamos que as nossas terras de cultura, se comparadas àquelas da Europa, com relação à abundância dos princípios nutritivos e à capacidade produtiva, deixam muito a desejar.”⁸⁸¹

O Cônsul da Itália, R. Rizzetto, um dos mais atentos observadores da realidade das colônias italianas no Espírito Santo, notou em 1903 como era impressionante o alternar-se de terras férteis e menos férteis naquelas localidades e como era fácil encontrar lotes, um estéril e outro, ao lado, de boa fertilidade.⁸⁸² Um ano depois, o mesmo observador notou que uma das razões da baixa fertilidade das terras de floresta era a relativamente pequena espessura do extrato de húmus, devido à rápida ação do sol e da chuva, que não permite que os produtos orgânicos se decomponham, reduzindo-os a uma polpa e carregando-os em um tempo relativamente breve.⁸⁸³ Eram observações em parte pertinentes e que começavam a retificar

880 A. Bellucci, cit. em R. Venerosi Pesciolini: *Le colonie italiane nel Brasile Meridionale. Stati di Rio G. do Sul, S. Catharina e Paraná*, Torino 1914, pág. 236.

881 R. Uchoa Cavalcanti cit. em B. Salemi-Pace: *Le imprese di colonizzazione nel Sud del Brasile e specialmente nello stato di Paraná*, em BOE, ano 1905, n. 4.

882 R. Rizzetto: *Lo stato...*, op. cit. pág. 31.

883 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. págs. 68-69.

aquelas idéias de um otimismo infundado que os próprios emigrantes adotavam e que os conduziam a amargas decepções.

O que se pode dizer hoje em dia da fertilidade das terras em que se estabeleceram os colonos europeus no Espírito Santo?⁸⁸⁴

Pode-se afirmar que em geral as terras do Espírito Santo são de baixa fertilidade, excetuando-se algumas áreas limitadas. Culturas anuais dão resultados decididamente inferiores àsquelas de terras de boa fertilidade: isto vale para o milho e o feijão, que eram e são a base da alimentação camponesa naquela região. Dois fatores que pioram consideravelmente esta situação são o alto índice pluviométrico em muitas áreas do Espírito Santo (e a concentração das chuvas que observamos não são regularmente distribuídas durante o ano) e o acentuado declive de grande parte daquelas terras. O emigrante viu no viço da floresta a prova da fertilidade dos terrenos, mas tal fertilidade devia-se ao sistema fechado da mata virgem, que mantinha seu equilíbrio, o que as práticas de cultivo dos colonos destruíam. O desmatamento (*derrubada*) abria este sistema e minava seu equilíbrio. A terra, muito íngreme, era “lavada” pelas chuvas intensas, que carregavam em brevíssimo tempo o extrato fértil. Nos primeiros dois, três, cinco anos, o fenômeno não era perceptível, enquanto os cultivos valiam-se ainda do extrato de material orgânico superficial, que contudo não se recompunha pelos motivos supracitados. E à *derrubada*, sistema que os brasileiros haviam aprendido com os índios e que os europeus por sua vez lhes tomaram emprestado, seguia-se a combustão (*queimada*) que destruía completamente toda a vegetação, tanto alta quanto baixa. O sistema indígena era certamente o mais lógico, pois superava a dificuldade de remoção da madeira, à qual atribuía-se um baixo valor econômico (também devido às dificuldades de transporte). Depois da *queimada*, o terreno estava completamente desprovido de defesas, e não restavam sequer plantas baixas para defendê-lo da erosão das chuvas. A queimada, que produzia cinzas e potássio que poderiam enriquecer a terra, não servia sequer a este propósito, pois as chuvas em pouco tempo arrastavam também este material. Ao contrário, a prática de incendiar a vegetação que recobria os lotes de terra, em geral podia ser considerada nociva, uma vez que modificava os micro-organismos que agiam sobre a decomposição da matéria orgânica, ou seja, a micro-flora e a micro-fauna dos extratos superficiais da terra.

884 Para responder à questão, servimo-nos da bibliografia disponível sobre o assunto e da ajuda do agrônomo José Sérgio Salgado, funcionário da EMCAPA (Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária), que consultamos em Vitória em junho de 1986.

Um dado importante parece-nos ser a baixa fertilidade geral das terras em que foram instalados os europeus, entre os quais os trentinos. Baixa fertilidade que se encontra em quase todas as zonas que constituem a ex-Colônia de Rio Novo e em muitíssimas daquelas que constituem a ex-Colônia de Santa Leopoldina (à exceção de alguns trechos de território nos atuais municípios de Santa Teresa e de Santa Leopoldina). Estas terras não forneciam grandes produções de milho e feijão, e estas culturas, as primeiras a serem realizadas pelos colonos para seu sustento, diminuía posteriormente a fertilidade do terreno, pois necessitavam de freqüentes sachos que aceleravam, no declive, o desaparecimento do extrato fértil. Mas o leitor não deve levar excessivamente em conta estas considerações, pois os terrenos de baixa fertilidade podem, com técnicas adequadas, fornecer colheitas abundantes. Com efeito, se aquelas terras (especialmente aquelas em declive, que constituíam a maioria) não eram adequadas aos cultivos anuais, eram-no mais a cultivos permanentes, como por exemplo, o café. Além disto, se tivessem sido aplicados sistemas de adubagem e de rotação agrária apropriados, estas terras também teriam dado resultados satisfatórios. Mas as técnicas que os europeus aplicaram aos seus cultivos no Espírito Santo (e em geral em todo o Brasil nas últimas décadas do século XIX) pioraram ainda mais a situação. Com os olhos de hoje, poder-se-ia dizer que os colonos teriam obtido melhores resultados se tivessem desmatado com maior prudência, evitando desnudar as encostas dos montes; se tivessem cultivado milho e feijão em terrenos planos e próximos às torrentes que sempre banhavam os lotes de terra; se tivessem cultivado apenas o café em terrenos em declive; se tivessem usado o sistema de rotação entre o café e os legumes, ou pelo menos, na falta de fertilizantes, tivessem deixado repousar por muito tempo as terras já exaustas. Deveríamos explicar então por que os colonos não o fizeram. Os motivos foram muitos, sendo um deles o seu grau de conhecimento no campo agrícola. Tratava-se de um nível insuficiente, conquanto adequado ao seu ambiente de origem, mas não àquele brasileiro. Por exemplo, as técnicas agrícolas em uso no Trentino da época não eram muito avançadas. Embora houvesse diferenças entre os camponeses que cultivavam os vales e aqueles que trabalhavam terras de montanha, tratava-se em geral de um “método cultural de bases muito elementares, típico da agricultura de montanha”. As ferramentas agrícolas usadas na região eram bastante primitivas e, embora se acrescentasse o arado à enxada e a vários tipos de ferramentas de escavação, este era em geral rudimentar e muito menos eficaz do que poderia ser. O terreno era preparado de maneira apressada e

superficial, e a fertilidade natural do terreno não era plenamente desfrutada. O próprio sistema de rotação agrária durante o século XIX mudou para pior, devido à crise econômica que atormentava a região e obrigava ao uso intenso da terra. A conformação do território não admitia a existência de suficientes extensões de terreno para pasto, e conseqüentemente faltavam adubos naturais. Apenas a partir dos anos '80 propagou-se no Trentino uma cultura agrária diversa, sobretudo pela ação de estruturas adequadas criadas pelo Estado ou por entes privados. A partir daquela data começaram a surgir também os adubos químicos.⁸⁸⁵ Mas não eram apenas os trentinos e os italianos do Norte os portadores de uma técnica agrícola pouco evoluída. A maioria dos alemães e dos norte-europeus constituía-se de camponeses habituados a técnicas agrícolas obsoletas. Como observa Willems, até a metade do século XIX as técnicas de adubagem usadas na Alemanha (ou nas miríades de estados e pequenos reinos em que vivia o povo alemão) eram rudimentares, e apenas a partir de 1890 generalizou-se o uso de adubos químicos. O mesmo autor afirma que os instrumentos agrícolas usados pelos alemães até pelo menos a metade do século “pouco diferiam das máquinas relativamente mais eficientes da época do império romano.”⁸⁸⁶

O Conselheiro T. J. Pinto Serqueira, que visitou as colônias do Espírito Santo antes da chegada dos italianos, observou a propósito:

*“Notei que os alemães, que na Europa gozam de tanta reputação como agricultores, na Colônia de Rio Novo, assim como nas outras duas que visitei, limitam-se à cega rotina do país: desmatar, queimar, lançar as sementes à terra e colher o que esta produz.”*⁸⁸⁷

Além disto, os emigrantes alemães eram originários de áreas muito diversas entre si, e aqueles que eram expulsos dos campos viviam em muitas regiões periféricas às que estavam se desenvolvendo na época, no sentido capitalista. Este era provavelmente o caso dos pomeranos, muito numerosos no Espírito Santo, cujo preparo técnico em termos agrícolas era comparável ao dos italianos do Norte: assim como estes, os pomeranos eram ótimos trabalhadores, mas depositários de uma tradição agrícola já superada na Europa capitalista. Acrescente-se a isto que nas fileiras

885 Veja-se S. Zaninelli: op. cit. capítulo “*La lavorazione del suolo*”.

886 E. Willems: op. cit. pág. 237.

887 *Relatório do Conselheiro T. J. Pinto Serqueira*, cit.

alemãs contavam-se, mais do que nas italianas, operários e artesãos que no Brasil muitas vezes foram forçados a transformar-se em camponeses.

Os europeus chegavam ao Brasil totalmente desinformados sobre o que encontrariam. Em seus sonhos havia uma casinha, mesmo modesta, e campos prontos para serem cultivados. Até o que traziam era inadequado a esta nova vida, desde as roupas até as ferramentas de trabalho.⁸⁸⁸ Esta é a descrição que um padre trentino, que foi com os primeiros colonos para Santa Catarina, fez do estado de espírito de um emigrante recém-chegado àquele Brasil tão diferente do que se anunciava na Europa:

“É impossível definir o sentimento de uma pessoa que, acostumada à vida na cidade ou nos campos, ou simplesmente a terrenos cultivados onde os olhos passeiam por longos trechos, vê-se sepultada por árvores gigantescas, sem uma casa, sem um trecho de terreno que mostre vestígios de cultura humana. Por toda parte a mesma monotonia de selva, que impede que se veja um pouco a configuração do lugar em que se encontra, causa tristeza, acrescida de gritos estranhos jamais ouvidos, e que não se sabe se são de animais pacíficos ou ferozes; tudo contribui para abater um espírito que não seja dos mais corajosos.”⁸⁸⁹

E diante desta gente estava a floresta. Em poucos casos alguém ensinava aos camponeses como enfrentá-la, quais as culturas preferíveis, as estações próprias para o plantio. No início, com certeza os diretores das colônias e o pessoal a seu serviço forneceram alguns conselhos aos colonos. Depois, talvez, os brasileiros acolhidos nas colônias ou que viviam às suas margens. Algumas pessoas, entre as autoridades, procuraram facilitar a aproximação de nativos a europeus:

“O verdadeiro sistema de colonização é aquele misto, ou seja, o nativo que aprende com o colono trabalhador e inteligente tudo o que lhe possa ser útil da cultura européia; o colono europeu aprende por sua vez do nativo a não deixar-se tomar de surpresa e pelo temor diante da majestade das nossas florestas virgens e seculares, compreendendo a maneira de proceder ao desmatamento, à combustão e à plantação.”⁸⁹⁰

888 Veja-se a propósito a análise de G. Seyferth: *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*, Porto Alegre 1974, págs. 56-66.

889 A. Ganarini: op. cit. pág. 17.

890 *Relatório do Presidente A. P. Abreu Lima de 19/02/1878.*

Já a partir de 1875, a província obteve do Ministério autorização para conceder lotes a colonos brasileiros, “considerando-se as vantagens da colonização mista”. Ao contrário, entretanto, de outras regiões do Brasil (como em algumas colônias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul) os colonos não foram forçados a misturarem-se com quem quer que fosse: “Qualquer ingerência do Governo neste sentido causa apenas descontentamento e desilusões.”⁸⁹¹

Permitiu-se a formação de núcleos coloniais homogêneos em termos de nacionalidade, vendo-se entretanto com bons olhos a introdução ocasional de alguns grupos de famílias brasileiras. Foi certamente mais fácil a inserção de brasileiros entre as fileiras italianas do que entre as alemãs mas, também neste caso, não indolor. Colocamo-nos o problema de saber se os brasileiros estavam em condições de ensinar alguma coisa aos europeus. A esta altura, porém, seriam necessárias pesquisas específicas que indicassem que tipo de brasileiros encontravam-se nas colônias ao lado dos italianos. Se eram brasileiros que habitavam no litoral, é provável que pouco pudessem ensinar aos camponeses, tendo vivido até então de pesca. Com certeza sabemos apenas que, tanto em Rio Novo quanto em Santa Leopoldina, estabeleceram-se muitas famílias de brasileiros, e que a partir de 1877 muitos núcleos familiares eram originários do Nordeste brasileiro, fugidos de uma terrível seca que martirizava aquelas terras. Mas não nos parece arriscado pensar que parte do que os europeus aprenderam sobre as técnicas agrícolas mais idôneas para aquelas terras, aprenderam-no dos brasileiros, tanto que generalizou-se o uso da *derrubada* e *queimada*. Esta técnica, dissipadora da fertilidade do solo, piorou por sua vez as condições dos terrenos. Portanto, as terras que já de início não eram muito férteis, eram em seguida empobrecidas pelos sistemas de cultivo impróprios. Mas *derrubada* e *queimada* eram escolhas praticamente obrigatórias para os primeiros colonos europeus. Muitos foram lançados ao desespero pelo simples fato de chegarem à colônia no período impróprio para a derrubada de árvores. Durante o período das chuvas não era possível pensar-se em queimadas, e isto significava ter que esperar meses para realizar esta operação, com a única possibilidade de trabalho assalariado nas estradas para manter-se. Daí surgiram muitas revoltas, raiva contra as autoridades, desespero. Daí surgiu a decisão de alguns dirigentes coloniais de oferecer trabalho aos colonos muito além dos seis meses pre-

891 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 24/09/1874.

vistos pela lei. Foi o que aconteceu em todas as províncias brasileiras (Ganarini afirmou que em Nova Trento, em Santa Catarina, ninguém obteve trabalho por menos de dois anos⁸⁹²). Mas nem mesmo aqueles que chegaram em tempo útil puderam escolher a melhor forma de preparar suas plantações. De acordo com um diretor da Leopoldina, eram necessários 75 dias para realizar um primeiro desmatamento parcial, para a construção de uma casa provisória e de uma trilha (caso houvesse uma estrada nas vizinhanças do lote, o que raramente acontecia⁸⁹³). O colono muitas vezes era mantido nos barracões devido à falta de lotes demarcados, o que restringia ainda mais o tempo útil para as operações agrícolas. Algumas vezes este contratempo obrigava os recém-chegados a adiar esta operação por alguns meses. De qualquer forma, uma vez livre para trabalhar em seu lote (na floresta), o camponês devia enfrentar a escolha necessária e obrigatória da *derrubada* e *queimada*. Mesmo se o desejasse e se fosse capaz de fazê-lo, não teria tempo de preparar o terreno de forma mais apropriada. Houve casos em que alguns deles perderam toda uma colheita por querer praticar uma forma de agricultura européia naquelas terras. Willems narra casos de camponeses alemães que quiseram construir em torno de seus lotes um recinto, ou uma casa bem feita, que perderam assim a oportunidade de plantar. Em um colóquio com um italiano do Espírito Santo fomos informados de um equívoco similar cometido por outros italianos: para poder semear o milho em fileiras regulares, estes obstinavam-se em cortar as plantas, mesmo as maiores, ao invés de queimá-las (o que não liberava completamente o terreno, mas deixava no solo tocos e ramos que se decompunham com o tempo).⁸⁹⁴ Apenas em um segundo momento poder-se-iam recuperar as técnicas européias. Como recorda Willems, isto pôde ocorrer apenas em zonas em que se formaram mercados de comércio dos produtos agrícolas que permitiram aos camponeses apropriar-se de quantias em dinheiro suficientes para serem investidas na criação de animais, por exemplo, (o que permitia a adubagem da terra) ou em instrumentos agrícolas diversos das sóliticas picareta e enxada.⁸⁹⁵ É ainda Willems quem observa que isto entretanto, se não ocorria na primeira geração, tinha poucas possibilidades de ocorrer a partir da segunda: “é impossível

892 A. Ganarini: op. cit. pág. 76.

893 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 20/02/1875.

894 Entrevista gravada com R. Zufelatto, 84 anos, Alto Jacutinga (Santa Teresa), 24/05/1986.

895 E. Willems: op. cit. págs. 239/241.

perpetuar conhecimentos e técnicas agrícolas quando estes não são mais praticados, pois nesta esfera a transmissão faz-se de maneira direta, com o exemplo e a imitação.” Assim, *derrubada* e *queimada* tornaram-se a norma nas comunidades agrícolas de origem européia também no Espírito Santo. Foram igualmente esquecidas as técnicas de preparação do terreno através da adubagem e da rotação agrária. Jean Roche observou como os italianos, alemães e brasileiros se comportavam da mesma forma e apenas uma maior atenção à salvaguarda do patrimônio florestal diferenciava os alemães dos italianos.⁸⁹⁶ A floresta era forte demais e o homem fraco e privado de meios. Mas havia uma outra razão. O Brasil dispunha de terras, de muitas terras livres. Embora custasse muito ao camponês comprar novas terras, isto era possível, com trabalho constante e parcimônia. Assim, era preferível desfrutar a terra ao máximo, torná-la estéril e depois abandoná-la por outra. Mas seria realmente verdade que os europeus eram depositários de técnicas superiores àquelas que aprenderam *in loco*? Devemos começar a pensar que a colonização européia não foi um fenômeno homogêneo. Não havia diferenças culturais apenas entre alemães, italianos, poloneses etc. Dentro de cada um destes grupos escondiam-se realidades diversas. Entre os próprios trentinos, povo pouco numeroso e concentrado em um pedacinho de terra, havia camponeses habituados a trabalhar como empregados em prósperos empreendimentos agrícolas na planície, e outros forçados a extrair o que pudessem de um terreno minúsculo. Os primeiros aprendiam com seus patrões as melhores técnicas agrícolas referentes à rotação agrária, ao uso do arado e da adubagem; os últimos, muito menos. E entre os vênéticos a técnica agrícola dos beluneses era diversa, habituados como os trentinos a terras de montanha, escassas e difíceis, e daquela dos paduanos, que viviam na planície mais fértil da Itália. O mesmo podia-se dizer do grupo alemão. Havia certamente entre os europeus, grupos de camponeses que estavam a par das novidades que se propagavam no continente, sobretudo a partir da metade do século, mas havia outros que se baseavam em conhecimentos tão antigos quanto o homem. Podemos supor que, em média, o agricultor europeu, tanto italiano quanto alemão, possuía uma bagagem de conhecimentos maior do que a do agricultor brasileiro. Mas seus conhecimentos, em geral não excepcionais, não lhes concediam suficiente elasticidade para adaptar-se ao novo ambiente. Suas técnicas eram mais ou menos boas, apenas em relação ao seu ambiente. Ele não estava em condições de observar o novo

896 J. Roche: op. cit.

ambiente e modificar suas técnicas de acordo com sua diversidade. Alguns observadores são ainda mais cáusticos:

“Os colonos europeus, após providenciarem a construção de uma casinha modesta, passaram ao cultivo do lote, servindo-se, não da instrução agrária que não possuíam e que mesmo nos novos países ninguém lhes ensinou, mas de toda a bagagem cultural dos costumes e das práticas agrárias de seus países, práticas que mal se adaptavam a terras totalmente diversas pela conformação do terreno, em parte pelas condições climáticas etc.”⁸⁹⁷

Não seríamos tão rígidos. O problema da grande erosão dos terrenos, por exemplo, poderia provavelmente ser resolvido por qualquer camponês que na Europa conhecesse situações análogas. Conhecemos inclusive o caso de um trentino de Caoria, que tentou construir terraços como os existentes no Trentino. Mas era ridicularizado pelos que o cercavam, que não viam necessidade para tal esforço, e com certeza ele também abandonou esta empresa.⁸⁹⁸ A falta de tempo e de capital e a abundância de terras disponíveis descartava conhecimentos que teriam sido inovadores no sentido positivo. E outras técnicas européias eram talvez danosas no novo ambiente. Discutiu-se muito o uso do arado e tentou-se descobrir uma forma de melhorar a técnica camponesa. Mas na Europa o arado servia também para aquecer a terra menos superficial, o que no Brasil não fazia sentido e, de qualquer forma, em terras tão íngremes e chuvosas, isto aceleraria a erosão. É provável, portanto, que não tenha sido um grave erro o seu abandono, que entretanto scandalizou o Cônsul Rizzetto, o qual observou no início do século XX que nas comunidades italianas do Espírito Santo não havia sequer um arado.⁸⁹⁹ Parece-nos que têm razão aqueles que identificam no comportamento geral dos camponeses europeus no Brasil uma forma de adaptação inteligente ao ambiente, ao invés de uma pura e simples assimilação de comportamentos culturais dos nativos. Entre estes autores encontra-se Mario Mazzei Guimarães, autor do trecho a seguir, que se refere ao *acaboclamento*, ou seja, ao processo de adequação a comportamentos mais primitivos, típicos dos nativos, e que

897 A. Bellucci: *Nozioni agricole*, em BOE, 15 de agosto de 1913, n. 10, pág. 99.

898 Entrevista registrada com Americo Loss, 71 anos, Santa Teresa 20/07/1986.

899 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 73.

muitos estudiosos atribuem à grande maioria dos colonos europeus que se estabeleceram no Brasil:

“O acaboclamento do velho imigrante seria o fator de involução e de estagnação da agricultura, cujos procedimentos seriam atrasados ou, na melhor das hipóteses, reduzidos aos mesmos níveis daqueles adotados inicialmente na segunda metade do século XIX e início do século XX, quando ocorreu a colonização da parte central do Estado. Nossa proposta é discutir e contestar este “atraso”. O agricultor espírito-santense [...] vive em um ambiente diferente, e procurou adaptar-se, vencendo talvez preconceitos trazidos da Europa.”⁹⁰⁰

Uma vez estabelecido que o camponês europeu era depositário de conhecimentos técnicos mais evoluídos (o que nem sempre é ponto pacífico), deve-se pensar que aquelas técnicas eram quase totalmente impróprias para o Brasil. Em alguns casos, devido à diversidade do ambiente físico: por exemplo, os conhecimentos em fruticultura e no campo do cultivo de muitos cereais puderam, com alguma dificuldade, ser aplicados em algumas zonas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas não no Espírito Santo. Em outros casos, devido à diversidade do ambiente sócio-econômico: como pensar, por exemplo, em um sistema de irrigação eficiente que permitisse superar integralmente as secas que ocasionalmente destruíam as colheitas, quando não se dispunha de capital algum? Ou ainda, como pensar em uma adubagem “européia”, quando o gado era tão caro e os lotes de terra não eram suficientemente grandes para permitir pastos difusos? Parece-nos que esta também é a opinião de Ernst Wagemann:

“Acusa-se de cultura exaustiva o sistema de desfrutamento agrícola dos colonos alemães. Julgado a partir de um critério europeu, é um sistema condenável. Não se aduba o terreno, que se exaure de elementos nutritivos após ser cultivado por longos anos; as colheitas diminuem e chega o momento em que não vale mais a pena cultivá-lo. É o que acontece após um período de 15 a 40 anos, dependendo da natureza do terreno e das técnicas de cultura. Chegando ao fim da fecundidade útil da terra, o colono é obrigado a abandonar a casa e a localidade para estabelecer-se em outro lugar. Na Europa, o

900 M. Mazzei Guimarães: *Espírito Santo, um ramal de café no Brasil*, São Paulo 1954, pág. 21.

valor do terreno determinaria um investimento de maior capital e maior emprego de mão-de-obra. No Espírito Santo, contudo, há áreas agrícolas em quantidade quase ilimitada e o desmatamento é, talvez, mais rentável do que a adubagem intensiva da antiga localidade. De qualquer forma, é um simples problema aritmético verificar, em cada caso, se e quando convém abandonar um velho campo ou organizar outro. Naturalmente, o colono nem sempre está habituado a agir de acordo com o princípio edonista. A escassez de capital, a falta de conhecimentos e de formação técnica tornam-lhe difícil passar a uma cultura intensiva, mesmo na hipótese em que esta ocorra.

*O sistema de cultura exaustiva corresponde, de maneira geral, às condições atuais da circulação, da técnica e do crédito.*⁹⁰¹

Uma escolha, entretanto, que transformaria os colonos europeus em perpétuos emigrantes: de uma terra a outra, rumo à nova fertilidade. Tanto que seu próprio caráter se transformaria, e uma espécie de nomadismo criaria raízes nesta gente que, em seu próprio país, vivera durante séculos em um mesmo povoado.

Alguns autores afirmaram que os camponeses europeus, devendo aprender de novo a profissão de camponês em solo americano, foram forçados a desembaraçar-se de todos os seus conhecimentos e só lhes restou uma simples predisposição psíquica para este trabalho. Trata-se provavelmente de um exagero, porque algumas operações permaneceram idênticas, aqui como do outro lado do oceano. De qualquer forma, o camponês europeu trouxe para o Brasil um novo modo de ser. Um dos eixos principais de sua cultura era a ética do trabalho, compreendido não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização, como um valor em si que se coligava à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades. A terra brasileira foi o meio através do qual ele expressou seu desejo de resgate, não tanto na escala social, mas na das necessidades. A falta de capital e de técnicas foi substituída por um aumento de trabalho, em quantidade ainda superior àquela maciça que conhecera na Europa. E a família camponesa foi a célula sócio-econômica sobre a qual se construiu uma nova sociedade e uma nova economia. O trabalho de todos substituiu em parte o lado ausente do triângulo terra-trabalho-capital. E a abundância de terra supria a falta de técnicas agrícolas apropriadas. A terra era forçada a produ-

901 E. Wagemann: op. cit. pág. 59.

zir até a exaustão, depois do que usavam-se sistemas de rotação impróprios e ineficientes que variavam um pouco nos vários grupos nacionais. Abriam-se novos campos na parte do lote ainda coberto pela floresta, através da *derrubada* e da *queimada*. Deixava-se repousar a terra desfrutada e ali medrava a capoeira, uma formação vegetal que se deixava crescer durante 4 ou 5 anos. Se a plantação precedente era de café, geralmente plantava-se em seguida milho ou mandioca. Em alguns casos, após o breve repouso, e sem adubagem, tentava-se mais uma vez plantar café. Caso se escolhesse o milho ou a mandioca, após dois ou três anos deixava-se ainda crescer a capoeira antes de retomar o cultivo ou, se a terra dava sinais de exaustão, abandonava-se o campo. São características no Espírito Santo as terras exaustas, lavadas pelas águas e crestadas pelo sol, assim como são característicos os lotes de terra em via de exaustão nos quais, mais de uma vez, plantou-se café. Vastos trechos destes lotes não ajudam mais a planta a crescer, e seu raquitismo indica uma nova partida: a família camponesa necessita de uma nova terra. Evidentemente, uma rotação agrária eficiente exigiria no passado um lote de terra maior. Não existem cálculos relativos ao Espírito Santo, mas no Sul do Brasil avaliou-se que cerca de 30% do lote destinado aos imigrantes podia ser considerado inutilizável (porque pedregoso ou excessivamente íngreme ou pantanoso etc).⁹⁰² Isto reduzia ainda mais a superfície disponível, que já não era suficiente. Leo Waibel calculou que teriam sido necessários entre 55 e 105 hectares de terra para permitir uma rotação que evitasse a exaustão das terras.⁹⁰³ Mas já naquela época alguns diretores de colônia haviam compreendido este fato. Um exemplo foi Pedro Albuquerque Rodrigues, da Leopoldina:

*“Há terrenos que, excluindo-se a parte superior dos montes, inadequada ao cultivo por ser muito seca, e devido às grandes pedreiras que contêm, são reduzidos à metade...e é evidente que isto não basta para fazer um campo, uma plantação de café e cereais como provaram colonos recentes, que já não têm onde plantar. Assim, portanto, é necessário duplicar a área dos lotes.”*⁹⁰⁴

902 G. Seyferth: op. cit. pág. 60.

903 L. Waibel: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, Rio de Janeiro 1958, pág. 240.

904 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 20/02/1875.

Colônia Santa Leopoldina, 1877. Colonos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A revolta dos lombardos. O Núcleo Colonial Conde D'Eu (Santa Cruz)

Em 1876, o fluxo de imigrantes para o Brasil triplicou. A média anterior de cerca de 10.000 unidades anuais fixou-se em torno de 30.000. O Contrato Caetano Pinto rendia abundantes frutos, gerando uma crise em todas as colônias do país. Tanto que o envio de imigrantes foi temporariamente suspenso ainda em 1876, sendo retomado mais tarde. Mas já em 1877, 45% dos cerca de 30.000 imigrantes eram casos espontâneos, ou seja, haviam custeado sua viagem.⁹⁰⁵ Vitória foi tomada mais uma vez por uma epidemia de varíola, que durou pelo menos até março.⁹⁰⁶ Os baracões da colônia estouravam de gente que, em enorme quantidade, chegara em dezembro. O tempo não permitia que fossem instalados nos lotes: continuava a chover.⁹⁰⁷ Uma epidemia atacou Timbuhy: ordenou-se ao médico da colônia que se transferisse para aquele núcleo, mas este recusou-se a obedecer e partiu. A presidência enviou dois provisórios e, no princípio de fevereiro, chegou enfim o novo médico: C. A. Tourinho.⁹⁰⁸ Mas já no início de janeiro abrira-se uma questão espinhosa: grande parte dos emigrantes que haviam chegado em dezembro declaravam que iriam para Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. Muitos tinham família naquelas regiões, e de qualquer forma não desejavam permanecer no Espírito Santo. Haviam sido enviados para lá porque as colônias catarinenses estavam a ponto de explodir com a quantidade de novos imigrantes, e no Rio Grande do Sul não havia lotes prontos para recebê-los. Eis a súplica de uma parte deles:⁹⁰⁹

“Nós abaixo assinados, italianos, pedimos a V.Sa. que providencie o nosso transporte para Santa Catarina, que é o lugar a que estamos destinados, e para o qual embarcamos. Há também uma

905 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbu de 1878*, cit. Quanto às entradas de imigrantes no Brasil, baseamo-nos em H. Doria de Vasconcellos: *Oscilações do movimento migratório no Brasil*, em RIC, ano I, pág. 277.

906 B. C. Daemon: op. cit. pág. 444.

907 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 02/01/1877.

908 idem, doc. dd 02/01 e 10/01/1877; APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 30/01 e 08/02/1877.

909 idem: doc. dd 07/01/1877.

grande quantidade de doentes entre nós, o que nos faz supor que morreremos de febre neste lugar devido à grande umidade e ao rigor da estação. Além disto, observamos que os nossos compatriotas em Santa Catarina estão bem, que naquele lugar os ares são bons, e que eles gozam de boa saúde.”

Tratavam-se provavelmente de parentes daqueles que haviam emigrado para a Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro e que, após os primeiros anos de dificuldades, tinham conseguido inserir-se na localidade que em seguida passaria a chamar-se Nova Trento. Mas esta colônia encontrava-se na mesma condição desesperadora da Leopoldina, e aqueles que ali chegassem poderiam amargamente constatá-lo. As autoridades não decidiram em tempo respeitar a liberdade daquela gente que tinha todo o direito, mesmo segundo a lei brasileira, de estabelecer-se na região que preferisse. A situação se precipitou. No dia 23 de janeiro, *O Espírito-Santense* publicava este artigo:

“Colonos italianos. Encontram-se nesta capital mil colonos italianos que, chegados com o navio Werneck, criaram distúrbios na Colônia Leopoldina e, em desrespeito às autoridades daquele local, partiram rumo a esta capital. Inspirados não se sabe por quem, os colonos, sob o pretexto de não ter vindo para esta colônia, mas para Santa Catarina, declaram ter sido enganados, reclamam uma considerável indenização pelos supostos danos que, dizem, sofreram com os 40 dias de atraso e com as doenças e contrariedades que afirmam ter suportado, e recusam-se a embarcar sem que lhes paguem esta indenização. S. E. o Senhor Vice-Presidente da Província comunicou o ocorrido ao Governo Imperial e aguarda uma decisão, pois é altamente inconveniente qualquer tentativa de forçá-los a embarcar, uma vez que estão dispostos à revolta.”

Estranha a posição do jornal: parece quase que as legítimas reivindicações destes imigrantes não passavam de caprichos. Em Vitória, foram chamados do Rio os navios *Madeira* e *Purus*, que embarcavam uma companhia de fuzileiros navais.⁹¹⁰ Mas a situação, se em parte era realmente delicada, em grande parte era uma armação (e não seria a primeira e nem a última vez que as demonstrações dos camponeses seriam taxadas de delin-

910 B. C. Daemon: op. cit. pág. 440.

qüência e de violência, sem maiores motivos). No *Purus* encontrava-se o Inspetor Geral Provisório de Terras e Colonização, José Cupertino Coelho Cintra (o inimigo pessoal de Pinto Pacca), que no mesmo dia embarcou aquela gente, sem que nada acontecesse. Comunicou-o o Presidente da Província ao Ministro, discutindo também os problemas entre os colonos e a população da capital. O jornal de Vitória deu um suspiro de alívio.⁹¹¹ Mas alguns anos depois, o respeitável Coelho Cintra forneceria uma versão diversa dos fatos:

*“Entretanto surgiram incidentes e dificuldades, talvez porque não estivéssemos preparados para receber quantidades tão volumosas de estrangeiros. Eram de tal ordem os exageros das notícias transmitidas do Espírito Santo, que o Ministério reuniu-se e Thomas Coelho, com um telegrama urgentíssimo, pedia-me detalhes sobre o ocorrido e me recomendava que evitasse o emprego da força. O fato é que havia muita política nos comunicados da Província.”*⁹¹²

No mesmo texto, Cintra recordava que os trentinos haviam embarcado no *Purus* e se dirigiram à Colônia Caxias, no Rio Grande do Sul. Outros embarcaram no *Madeira*, provavelmente os italianos que iam para Santa Catarina. Parece que em Caxias os primeiros tiveram que construir eles próprios os barracões com cortiças de pinho, onde permaneceram amontoados, sem o menor conforto. Coelho Cintra decidiu portanto destituir o diretor da colônia. Em todo o Brasil acontecia a mesma coisa. E provavelmente a opinião daquele diretor de Caxias era que os trentinos eram exigentes e ociosos e não eram um bom material humano para as colônias.

Mas não havia paz em Santa Leopoldina. Antes do final do mês chegaram outros 374 emigrantes, com o navio *Isabella*. Mais italianos.⁹¹³ De acordo com a Presidência, 355 estavam destinados à Leopoldina. Houve problemas devido ao mau tempo, que continuava a piorar. Os recém-chegados tiveram que esperar em Vitória, e depois foram enviados à colônia em grupos. Ali tiveram que esperar mais. O rio Santa Maria estava em cheia e não permitia a navegação em canoas. Por este motivo, os víveres

911 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 27/01/1877 e *O Espírito-Santense* de 25/01/1877.

912 J. C. Coelho Cintra: *A fundação de Caxias*, em RIHGES, ano 1935, n. 8. Veja-se também L. S. Derenzi: *Os italianos no Estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1974.

913 *Relatório do Presidente A. J. de Miranda Nogueira de 11/07/1877* e *O Espírito-Santense* de 30/01/1877.

já começavam a escassear. O Ministério expedira ao Núcleo Timbuhy um Inspetor Especial para tentar acelerar os trabalhos e regularizar uma situação que, no Rio, evidentemente não era considerada muito regular. Tratava-se de João Carvalho Borges Junior, que no final daquele ano e até 1880, seria diretor da colônia catarinense Itajahy-Príncipe Dom Pedro.⁹¹⁴ No início de março, a colônia fez uma solicitação de envio de dinheiro. O Estado decidira retirar os remos do barco, exatamente quando os italianos estavam chegando em massa. Inúmeros eram os escoadouros de dinheiro, inclusive o da corrupção. O diretor afirmava que o farmacêutico apresentava contas incontroláveis, e havia rumores de que fossem falsas.⁹¹⁵ Desesperado, o Presidente escreveu ao Ministro, comunicando ter aberto um crédito de duzentos contos de réis, sob sua responsabilidade, uma vez que o dinheiro reservado às colônias terminara e estas corriam o risco de ser paralisadas. Esta possibilidade era garantida em casos excepcionais pelo artigo 5 do decreto de 01/02/1862. Mas ainda a 21 de maio falava-se em escassez de fundos.⁹¹⁶ Um italiano, um certo Pietro Piovesan, enviou uma súplica à presidência, na qual pedia um ressarcimento pelo dinheiro que emprestara, por compaixão, a alguns italianos, alemães e poloneses que faziam parte de seu grupo.

O trevisano Piovesan era um dos velhos italianos de Timbuhy que chegara ao Espírito Santo com Tabacchi e era chefe de um grupo de trabalhadores.⁹¹⁷

Entretanto, começava a discutir-se a emancipação do núcleo de Cachoeiro e a direção ordenou a suspensão de todos os serviços oferecidos a colonos daquela zona. Entre estes, um alemão que tivera um pé amputado e que se lamentou do fato. O diretor Menezes assegurou que de qualquer forma ele poderia trabalhar em seu lote.⁹¹⁸ Neste ínterim, os italianos (os últimos a chegar?) solicitaram às autoridades os seis meses de víveres que lhes haviam prometido na Europa. Ao menos por algum tempo foram atendidos. A réplica de Menezes foi imediata. Pediu que lhe enviassem outros 30 soldados, além dos 20 que naquele momento encontravam-se na colônia, porque aguardavam-se desordens a qualquer mo-

914 idem e APEES:GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 04/02/1877.

915 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 02/03/1877 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 08/03/1877.

916 APEES: GDG, Série 751, livro 125, doc. dd 20/04 e 21/05/1877.

917 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 13/03/1877.

918 idem: doc. dd 28/03/1877.

mento. De fato, era a primeira vez naquela colônia que se concedia este auxílio aos colonos, e outros também o pleiteariam. O diretor manifestava-se contrário à decisão, que onerava excessivamente os cofres públicos. Além do mais, a colonização italiana não o merecia. “Habitados na Europa a respeitar e obedecer cegamente aos grandes senhores e sujeitos a um severo regime, admiram-se da liberdade no Brasil, e nem mesmo compreendem como um povo possa ser tão pacífico a ponto de respeitar uma autoridade que não seja circundada por soldados.”⁹¹⁹

Embora tratem-se de acusações precipitadas e em parte infundadas, continham justas considerações. Não era possível conceder algo apenas a uma parte dos colonos, porque isto geraria desordens. Era também verdade que os italianos (mesmo aqueles com passaporte austríaco) não estavam habituados a gerir a liberdade de ação em que se encontravam na colônia. Habitados na Europa a um severo controle social, não havia entre eles líderes que pudessem orientá-los. Mas na realidade aquela primeira euforia não levou a desordens excessivas e derramamento de sangue, e as comunidades italianas em breve reencontraram pacificamente um equilíbrio. Na verdade inventaram-no, criando a partir do nada e sem um guia, uma nova comunidade. E mais uma vez não se tratava de uma questão de nacionalidade. Mas talvez Menezes não se encontrasse na colônia quando os suíços, alemães ou polacos criaram problemas. Agora eram os italianos que se encontravam em uma situação difícil e respondiam de forma contraditória: isto bastava para afirmar que eram maus colonos. Em maio, a direção pediu a suspensão do cargo do farmacêutico Francisco Rudio, pois nos últimos tempos encontrava-se em perpétuo estado de embriaguez. Rudio fora um homem importante na colônia. Homem culto, desde os anos '60 substituíra às vezes alguns diretores por algum tempo. Quem sabe quais eram os seus problemas. Perdiam-se entre muitos.⁹²⁰ Os casos humanos eram inúmeros: assim, o trentino Lorenzo Dalsass restituiu o que recebera e partiu, como também a francesa Matilde Degas e a alemã Madalena Wölf. A primeira chegara à colônia um ano e meio antes e fora expulsa da família com a qual vivia, e que não era a sua, por ter dado à luz um filho. A segunda ficara viúva com 5 filhos.⁹²¹ Alguns trentinos estavam se dando bem fora da colônia. Era o caso de Pietro Gianordoli,

919 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 02/04/1877.

920 APEES: GDA, Segunda Série, (383L), livro 57, doc. dd 07/05/1877.

921 idem: doc. dd 02/05 e 2 doc. dd 15/05/1877.

que já possuía uma pequena fábrica de tijolos de cerâmica e de mármore em Vitória. Pedia ao governo que custeasse a viagem de seu irmão Ferdinando e do cunhado Edoardo com suas famílias, que residiam no Trentino. Caso a resposta fosse negativa, pedia ao governo que lhe adiantasse o dinheiro da viagem por dois anos. Os parentes o ajudariam em sua empresa. Não sabemos se o governo o ajudou, mas esta gente chegou enfim ao Espírito Santo em fevereiro de 1879.⁹²²

No Rio de Janeiro, decidiu-se provavelmente enviar à Leopoldina grande parte dos emigrantes aguardados da Europa (talvez em vista dos problemas que outras províncias também enfrentavam). O diretor ordenou ao engenheiro Cunha Pinto que abandonasse as demarcações que estava fazendo e se dirigisse a Santa Cruz. Chegavam 2.500 imigrantes. Em Cachoeiro de Barro devia ser construído um barracão para 500 pessoas e deviam ser demarcados lotes desde aquele ponto até o rio Santa Maria do Rio Doce (não o Santa Maria que passava na sede). Os primeiros dentre os recém-chegados deveriam construir outros barracões para os que chegassem depois.⁹²³ Decidiu-se abrir um novo núcleo colonial, inicialmente denominado “Santa Cruz”, alguns anos depois batizado de “Núcleo Conde D’Eu”. No dia 13 de junho chegou a Vitória o navio *Ester*, proveniente de Gênova, que transportava 220 italianos para a Leopoldina.⁹²⁴ Para eles havia 61 lotes disponíveis em Timbuhy, parte em Santo Antônio e parte em Lombardia. Infelizmente, a irregularidade dos pagamentos agira sobre os preços, que haviam escalado no comércio da colônia “e que podem-se classificar como⁹²⁵ fabulosos”. Um barracão estava em atividade também em Petrópolis, e para lá foi enviado o enfermeiro Luigi Tomaselli para tratar de doentes acometidos por febres.⁹²⁶ Na metade de junho o diretor Teles de Menezes foi demitido e foi chamado para substituí-lo provisoriamente o inspetor Carvalho Borges. Os dois não se entendiam bem. A colônia debatia-se entre graves problemas de ordem financeira (como todas as colônias brasileiras). O Presidente da Província escrevia continuamente às autoridades centrais, pedindo novos financiamentos enquanto abria novos créditos, sob sua responsabilidade.⁹²⁷ Os

922 idem: doc. dd 25/06/1877 e GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 02/02/1879.

923 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 01/05/1877.

924 *Relatório do Presidente A. J. de Miranda Nogueira*, cit.

925 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, 2 doc. dd 11/06/1877.

926 idem: doc. dd 22/06/1877.

927 APEES: GDG, Série 751, livro 125, doc. dd 26/06 e 17/07/1877.

preços atingiam níveis estratosféricos, pois os comerciantes se aproveitavam da situação e eram os únicos a lucrar com aquele caos. Alguns deles tinham apenas que receber o dinheiro referente às vendas realizadas ainda no mês de janeiro. Todo o dinheiro do Estado, e cada vez mais dinheiro, acabava nos cofres daqueles comércios privados, e em alguns casos já constituíam grandes fortunas comerciais. Vejamos: no final de junho, a colônia devia 7.773\$590 a Sebastian Volkardt; 1:290\$000 a José F. Benevides; 1:005\$500 a João M. D. Simões; 4.169\$000 a José da S. Quintaes; 14:826\$380 a Jeronimo Vervloet. Gustav Schmidt também era credor de 973\$000 por ter providenciado o transporte das bagagens dos recém-chegados.⁹²⁸ Os mais importantes dentre os comerciantes da colônia eram alguns alemães e brasileiros. Quando os italianos chegaram e o Estado liberou amplos fundos para instalá-los na colônia, esta gente já possuía pequenos pontos de venda junto à sede, ou abriu imediatamente outros no Núcleo de Timbuhy. Dentre os não brasileiros, as maiores fortunas eram aquelas de Jeronimo Vervloet, luxemburguês; J. Volkardt, A. Possmoser e T. Friebe, alemães, comerciantes em Timbuhy; T. Schaffer (ou Schöffner) e J. G. Belsof, proprietários de pontos de venda junto à sede. Também alguns trentinos e italianos dispunham de revendas em Timbuhy, mas até aquele momento apenas um certo Lorenzo Fernanini ostentava uma discreta fortuna. Dentre os trentinos, os comerciantes mais importantes eram Matteo Pomarolli, Augusto Perotti e Matteo Degasperri, mas suas fortunas eram muito inferiores à de Vervloet, por exemplo, que durante décadas foi o mais importante comerciante de Santa Teresa.⁹²⁹


Carvalho Borges foi obrigado a suportar muitas reclamações dos colonos italianos estabelecidos em lotes improdutivos. Alguns deles pediam para deixar a colônia, outros foram contentados com a designação de um novo lote.⁹³⁰ Começava a evidenciar-se o fato de que em muitas linhas coloniais, abertas apressadamente em Timbuhy, as terras não eram absolutamente adequadas à agricultura e que diretores e autoridades haviam se precipitado em seus elogios. Os antigos venenos tornavam ainda mais penosa a vida colonial. Rixas e diatribes entre as várias autoridades eram rotineiras. No final de junho, Borges chamou à ordem o doutor E. Martins de Souza com uma ríspida carta na qual exigia-lhe

928 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 29/06 e 5 doc. dd 30/06/1877.

929 idem: doc. dd 23/06/1877.

930 APEES: GDG, Série 751, livro 125, doc. dd 27/06/1877 e GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 25/06/1877.

OS ÚLTIMOS CONTATOS COM O MUNDO PERDIDO



† 25 AGOSTO 1921
TABOCA DI S. TERESA
STATO DELLO SPIRITO SANTO (BRASILE)

*... Le anime dei giusti
sono in mano di Dio
e non li toccherà il
tormento di morte...
Sap. III.*

IP. G. B. MONAUNI, TRENTO

†

SIA GAUDIO ETERNO
ALL'ANIMA BENEDETTA DI

ANGELO COSER
DA ALDENO

SPENTOSI CRISTIANAMENTE IN DIO
SUO PRINCIPIO E FINE
DOPO 70 ANNI
DI VITA ONESTA E LABORIOSA
CONSACRATA TUTTA
ALL'AFFETTO ED AL BENE
DELLA FAMIGLIA
CHE INCONSOLABILE
LO PIANGE E A TUTTI LO RICORDA

—

La moglie CATERINA n. BATTISTI, i figli
ATTILIO, GIOVANNI, ANNA, ANGELINA, SA-
BINA, AUGUSTA e MARIA, i generi, le nuore e
la numerosa schiera di nipoti, questa memoria
dedicano.

—

PREGATEGLI PACE

"In memoriam" de Angelo Coser, nascido em Aldeno.
Foi encomendado em Trento, junto à Tipografia Monauni (veja-se embaixo à esquerda).

respeito.⁹³¹ Mas a verdadeira contenda acontecia com Teles de Menezes, cuja demissão talvez tenha sido causada pelo próprio Borges. Este afirmava que Menezes cometera “abusos” e que agora tramava seu retorno ao estabelecimento. Insuflava assim rumores de desordens e descontentamentos que na verdade não se tinham verificado na colônia. Mas, de acordo com Borges, ainda outras pessoas cobiçavam o posto de diretor, “julgando-se habilitados a dirigir um estabelecimento desta ordem ou conservando gratas recordações de tempos passados”.⁹³² Ao diretor precedente, Borges dirigiu ainda outras acusações: “Sabe-se que meu predecessor pouco ou nada conhecia deste núcleo, onde aparecia raras vezes, sempre às pressas, a ponto de não ser conhecido por muitos colonos, cujos lotes não se dignara visitar.”⁹³³ Impossível saber quem estava com a razão neste enésimo litígio. Uma coisa era certa: Borges era, como o demonstraria na Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro em Santa Catarina, onde por este motivo seria condenado ao ostracismo, um homem muito rígido e cego cumpridor de ordens. Não se permitia qualquer mediação ou elasticidade de interpretação, o que era extremamente nocivo ao bom andamento das colônias. As ordens que chegavam do Rio de Janeiro visavam apenas economizar dinheiro, mas quem as enviava quase nada sabia sobre as graves dificuldades em que as colônias se encontravam. E Borges continuava a trilhar o seu caminho, sem preocupar-se com os danos e o descontentamento que causava. E alguns de seus comportamentos eram de uma dureza incomparável:

“A esta direção foi apresentada uma súplica assinada por 86 colonos Tirolezes, que solicitavam o fornecimento gratuito de víveres por 6 meses, fundamentando sua pretensão no precedente estabelecido com relação aos colonos lombardos. Pensando esta Direção que os suplicantes não tinham qualquer direito ao favor solicitado, resolveu, como um exemplo para a Colônia, submeter os promotores da petição a uma pena correcional, condenando-os a oito dias de prisão, com ordem expressa de isolamento e com um edito proclamei imediatamente a completa suspensão, por ordem superior, do sistema de abonos gratuitos para víveres, até agora praticado nesta colô-

931 idem: doc. dd 28/06/1877.

932 idem: doc. dd 23/07/1877.

933 idem: doc. dd 10/06/1877.

nia. Após quatro dias, contudo, apresentaram-se diversos tiroleses pedindo com boas maneiras que se libertassem os prisioneiros, declarando ao mesmo tempo que se responsabilizavam pela conduta futura daqueles seus compatriotas.” ⁹³⁴

Borges liberou os trentinos, mas este ato não cancelava seu absurdo comportamento. Tratava-se de uma grande injustiça, pior, de uma vilania, contra pessoas que haviam apenas apresentado uma súplica. E aquela súplica não era destituída de fundamento. É provável que muitos trentinos também se encontrassem em uma situação econômica delicada, e depois era incompreensível como a alguns colonos fosse concedido algo que a outros era negado. Sobretudo porque os emissários de Caetano Pinto na Europa repetidamente prometeram aqueles 6 meses de víveres gratuitos aos emigrantes. A concessão feita aos lombardos sugeria a todos os outros que este era um direito que, se até então não fora concedido, tratava-se com certeza de um engodo. Dificilmente encontramos evidências de violências praticadas diretamente por colonos trentinos nas colônias cuja história estudamos. Em nosso precedente estudo ressaltamos como seu comportamento era menos decidido e mais deferente para com as autoridades do que o dos lombardos e vênnetos. Menos do que estes últimos, os trentinos sabiam defender seus próprios direitos (ou supostos direitos). Também neste caso os trentinos suportariam a injustiça passivamente, apenas enviando uma delegação para solicitar a libertação dos concidadãos encarcerados. Aquela gente, qualquer que fosse a sua nacionalidade, estava à mercê de tudo e de todos. Carvalho Borges, no mesmo documento com o qual comunicava às autoridades superiores a prisão dos trentinos, exprimia considerações negativas quanto à colonização italiana. Os lombardos, sobretudo, não eram em sua opinião adequados ao trabalho agrícola e desejavam viver apenas do salário. Mas também os trentinos não eram grande coisa, limitando-se a poucos cultivos e desejando por sua vez viver do trabalho nas estradas. Seu conselho era portanto acabar com a colonização italiana e retomar a alemã, suíça e holandesa, que tantos bons frutos dera ao Brasil. Borges talvez não soubesse que exatamente devido a este desastre administrativo de que davam prova as colônias brasileiras, os emigrantes daquelas nacionalidades mantinham-se bem distantes do Brasil. E que apenas os italianos, pouco ou nada aconselhados e

934 idem.

defendidos por seus governos, submetiam-se ainda àquele caos. A decisão de Borges de interromper o fornecimento gratuito de víveres aos lombardos causaria novos descontentamentos.

Estava sendo construída uma estrada entre Timbuhy e Santa Cruz e em junho já havia um trecho de 3 léguas.⁹³⁵ Outros italianos foram expedidos a Santa Catarina, para onde inicialmente se destinavam, e Rafaelle Gadotti reclamava porque há mais de um ano expedira dinheiro para o Trentino e este ainda não chegara.⁹³⁶ A colonização de novas terras expandira-se para o Norte, ao longo das margens do rio Santa Maria do Rio Doce. Tratavam-se de lotes que se situavam a mais de 30 quilômetros de Santa Teresa (que por sua vez encontrava-se a mais de 30 quilômetros da sede da colônia). Aquela gente permaneceria isolada por muito tempo e como que sepultada naquela floresta, dadas as escassas possibilidades de comunicação e comércio. A zona de Lombardia também era bastante distante, situando-se a quase 20 quilômetros de Santa Teresa. Talvez exatamente por este motivo decidira-se abrir um novo núcleo colonial, e no município de Santa Cruz demarcavam-se lotes em um ritmo acelerado.⁹³⁷ Dentre os amigos de Telles de Menezes a conquistar a antipatia de Borges estava Carlo Tabacchi. Inicialmente foram-lhe reduzidas as remunerações e em seguida perdeu o cargo. Apesar disto, tem-se notícia de ter colaborado com a direção na recepção de novos imigrantes. Em seguida, o substituto de Borges na direção conseguiu que Tabacchi fosse readmitido nas dependências da colônia, que estranhamente não dispunha de ninguém em condições de comunicar-se facilmente com os milhares de colonos de origem italiana já estabelecidos nos lotes e com aqueles que aos poucos iam chegando.⁹³⁸ Entre junho e julho deixaram seus cargos o professor que ensinava em Tirol, demitido por comportamento imoral, e o médico Tourinho, que partiu por motivos que desconhecemos.⁹³⁹ Timbuhy ficou sem médico. Em agosto, foi nomeado capelão da colônia o padre Leone Cunego: devia atender aos distritos de Luxemburgo e Tyrol, habitados por alemães (cuja língua aparentemente não conhecia).⁹⁴⁰ Padre Martinelli por sua vez pediu um aumento de salário.

935 idem: doc. dd 10/06 e 02/07/1877.

936 idem: doc. dd 30/07 e 09/07/1877.

937 idem: 2 doc. dd 09/07/1877.

938 idem: doc. dd 28/07, 01/09 e 21/09/1877; GDG, série 751, livro 125, doc. dd 25/09/1877 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 21/09/1877.

939 idem: doc. dd 30/07/1877 e GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 30/07/1877.

940 idem: doc. dd 10/08/1877.

Carvalho Borges apoiou a requisição: “Devo declarar que o requerente, por sua inteligência e moralidade, e também pelo zelo e dedicação com que se aplica à sua profissão, tem todos os pré-requisitos necessários para ser atendido.”⁹⁴¹ Em seguida a direção pediria a demissão de padre Cunego, uma vez que estava sempre embriagado e era mal visto por todos os colonos.⁹⁴² Apenas em novembro foi rescindido o contrato com Cunego, que este atribuiu a uma conspiração.⁹⁴³ Afirmava ter concluído na Itália cursos de agronomia e de ter sido obrigado a abandonar a Itália por uma desgraça familiar. Encontrara na colônia quatro acirrados inimigos, dois dos quais eram o padre Domenico Martinelli e Carlo Tabacchi, e os outros dois F. Wenger e F. von Lipp, que agiam por conta do governo. Definia os quatro uma “máfia de anti-governistas” da qual teria sido vítima o próprio Borges que, a seu ver, era seu defensor. Com certeza aquela colônia era um verdadeiro vespeiro. Quanto às acusações contra Martinelli, podemos dizer apenas que Borges também o elogiara, como o fizeram outros diretores antes dele e outros ainda o fariam.

Carvalho Borges foi casualmente informado por um comerciante que estivera em Vitória que estavam chegando grandes remessas de novos emigrantes. Lamentou-se deste comportamento incorreto de seus superiores e aconselhou que os novos imigrantes fossem enviados para os territórios que haviam sido demarcados em Santa Cruz.⁹⁴⁴ De fato, 276 foram para lá.⁹⁴⁵

Por que abrir uma nova frente colonial em Santa Leopoldina? Havia pelo menos três motivos, e todos muito válidos. As terras que estavam sendo colonizadas em Timbuhy, pelo menos as últimas, revelavam-se pouco férteis. Em segundo lugar, neste núcleo começavam a soprar ventos de revolta e descontentamento, quase que de completa anarquia. Além disso, observava-se que em Timbuhy a colonização expandira-se para muito além da sede colonial e de importantes vias de comunicação.⁹⁴⁶

Aquele primeiro grupo de italianos era composto por vênnetos e friulanos, quase todos de uma estreita faixa de terra das províncias de Treviso e Pordenone. Foram recebidos pelo engenheiro Cunha Pinto e por Tabacchi,

941 idem: doc. dd 23/08/1877.

942 idem: doc. dd 13/09/1877.

943 idem: doc. dd 13/11/1877 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 24/11/1877.

944 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 05/08/1877.

945 APEES:GDG, série 751, doc. dd 18/08/1877 e *O Espírito-Santense* de 16/08/1877.

946 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 21/08/1877.

e instalados em algumas residências privadas no porto de Santa Cruz. Subiram o rio e desembarcaram na localidade de Sant'Anna. Perto dali foram acomodados em algumas casas de propriedade daquele Garibaldi que anos antes causara problemas a Pietro Tabacchi. Por fim, foram alojados exatamente no barracão construído pelo empresário trentino. O novo núcleo colonial nascera de fato naquela zona, próximo à Fazenda Monte delle Palme. Tratava-se de terra incluída na zona de clima quente, inferior a 200 m acima do nível do mar.⁹⁴⁷ Vinte dias após a sua chegada, os novos imigrantes gozavam de boa saúde e trabalhavam na construção de estradas. Estava com eles o doutor Gomes Barroso, que entretanto na metade de setembro foi dispensado. A esta altura a situação começava a complicar-se, pois havia 12 doentes, dos quais 4 em estado grave.⁹⁴⁸ As autoridades voltaram atrás e Barroso permaneceu, ao menos até 22 de outubro, quando apresentou uma estatística médica. No dia 7 de setembro Carvalho Borges foi substituído na direção por Aristides Arminio Guaraná. Este, nos bons e nos maus momentos, seria o verdadeiro pai deste núcleo colonial, que imediatamente sugeriu que fosse denominado "Abreu Lima", em homenagem ao Presidente da Província. O nome, usado durante algumas semanas, seria abandonado e substituído pelo de "Núcleo Santa Cruz", que por fim cederia lugar àquele definitivo de "Núcleo Conde D'Eu".

Em setembro foram anunciadas novas chegadas. Guaraná pediu que fossem construídos três barracões e anunciou que a colonização se expandiria em direção a Mundo Novo. Ele acreditava muito naquela colonização: "A colonização de Santa Cruz tem muito futuro e pode trazer benefícios tão grandes, que estou convencido de que merece todo o apoio de V. E., sendo a minha opinião que a vida ou a morte de Timbuhy, ou seja, a utilização das somas até hoje gastas naquele núcleo ou a sua perda total, depende exclusivamente do bom ou mau resultado daquela colonização." Era necessário, contudo, que o governo não estrangulasse aquele núcleo com a falta de financiamentos, como estava fazendo.⁹⁴⁹ A 23 de setembro chegou a segunda remessa de emigrantes com o navio *Isabella*, também de Gênova. Eram 453 italianos que não desembarcaram em Vitória devido a uma epidemia de varíola, e no mesmo dia partiram com o

947 *O Espírito-Santense* de 23/08/1877, APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 18/09/1877 e GDG, série 751, livro 125, doc. dd 03/09/1877.

948 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 17/09/1877.

949 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57 e GDA, Segunda Série, livro 33, em ambas doc. dd 18/09/1877.

navio *Presidente* para Santa Cruz.⁹⁵⁰ Alguns jornais começaram a lançar estranhas acusações codificadas contra a colonização dirigida por Guaraná. Dizia-se, por exemplo, que um dos barracões estava sendo construído em um local onde não havia água.⁹⁵¹

Os recém-chegados eram provavelmente lombardos em sua maioria, com minorias vênetas e trentinas (trata-se apenas de uma nossa suposição, considerando-se os sobrenomes dos grupos familiares). A lista de desembarque definia-os todos como “italianos”, mas alguns sobrenomes como Pergher, Dallabrida, Maffei, Vazzoler, remetem ao Trentino. Aos poucos foram chegando pequenos grupos de outros emigrantes, como os 13 que chegaram com o *Alice* a 6 de outubro.⁹⁵² Um dos colonos foi transportado para Vitória por apresentar “veementes indícios de alienação mental”.⁹⁵³ Os últimos a chegar também foram instalados no barracão que pertencera a Pietro Tabacchi, porque os outros ainda estavam em construção.⁹⁵⁴ O diretor foi a Cachoeiro de Barro, situada a quinze minutos daquela localidade, e constatou que os colonos estavam trabalhando e eram tranqüilos: “Não pode haver melhor ponto e de futuro mais garantido para a colonização do que este. Completamente convencido do futuro repleto de vantagens que com modesta despesa terá este núcleo, não apenas legalmente como também moralmente, assumo a responsabilidade por seu progresso.”⁹⁵⁵

Havia entretanto algo de estranho naquela postura tão clamorosamente otimista de Guaraná. De fato, até então nada ia bem. Em outubro, o doutor Barroso apresentou os dados referentes à condição de saúde dos recém-chegados. Havia sido tratadas 261 pessoas, e isto não era um sintoma de boa saúde do grupo (ainda que até então registrara-se apenas um caso de morte).⁹⁵⁶ Além disto, dentre aqueles que haviam chegado com o *Isabella*, havia um grupo destinado a outras províncias do Brasil e não tinha intenção de permanecer em Santa Cruz. Tratavam-se de pesso-

950 *O Espírito-Santense* de 25/09/1877; APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 25/09/1877; GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 25/09/1877.

951 *O Espírito-Santense* de 27/09/1877.

952 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 06/10/1877.

953 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 05/10/1877.

954 idem: doc. dd 06/10/1877.

955 idem.

956 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 22/10/1877.

as que haviam custeado a própria viagem, e sobre elas o Estado brasileiro não exercia autoridade alguma. Estes recusavam-se a tomar posse dos lotes e a trabalhar, mas exigiam ser sustentados.⁹⁵⁷ Alguns destes colonos chegaram a ameaçar Guaraná de morte, e todos comprovaram, através de documentos, que haviam desembolsado quantias exorbitantes pela viagem, visto que Caetano Pinto tirava proveito da grande vontade dos camponeses de partir para o Brasil. Guaraná cuidava com esmero de “seu” núcleo: já em outubro solicitou uma professora.⁹⁵⁸ Mas o governo apertou ainda mais os cordões da bolsa. O Ministério mandou dizer ao Presidente que os financiamentos para as colônias seriam drasticamente reduzidos. Guaraná afirmou que com cifras como aquelas propostas pelo Ministério ele não estava em condições de fornecer aos emigrantes nem mesmo os auxílios estabelecidos por lei. Deste modo, afirmava, destrói-se Santa Cruz e atira-se o dinheiro pela janela.⁹⁵⁹ Anunciou-se a chegada de outras famílias, e o Presidente convenceu-se a deixar “ao prudente arbítrio do diretor” o encargo de novas despesas.⁹⁶⁰ O ritmo dos trabalhos que se decidira realizar não era muito veloz, pois mais uma vez foi alugado o barracão dos herdeiros de Tabacchi.⁹⁶¹ A 24 de outubro, 472 imigrantes chegaram de Gênova com o *Clementina*, e no dia 26 estavam em Santa Cruz.⁹⁶² Também entre estes havia alguns destinados a outras províncias, e desta vez a direção deixou-os partir. Aparentemente, Pinto Pacca fora primeiramente consultado, mas sua resposta quanto a recebê-los em Rio Novo fora negativa.⁹⁶³ Naquele núcleo estava agora o médico Eloy M. de Souza.⁹⁶⁴ As coisas não iam bem como previra Guaraná. Os colonos esperaram muito tempo pelos pagamentos que lhes cabiam. Finalmente, por volta do início de dezembro, pagaram-se os primeiros a chegar e também os salários relativos aos meses de setembro e outubro. Mas aqueles que havi-

957 L. Busatto: *A imigração italiana e o I Centenário de Ibiráçu (1877-1977)*, em “*A Gazeta*” de 07/08/1977.

958 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 11/10/1877.

959 idem: doc. dd 15/10/1877 e GDG, série 751, livro 125, doc. dd 05/10/1877.

960 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 22/10 e GDG, série 751, livro 125, doc. dd 23/10/1877.

961 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 02/10/1877.

962 *O Espírito-Santense* de 25/10/1877 e APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 24/10/1877.

963 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 29/10/1877 e GDG, série 751, livro 125, doc. dd 25/10/1877.

964 idem: doc. dd 20/11/1877.

am chegado com o *Clementina* não receberam os salários de novembro, o único dinheiro a garantir sua sobrevivência. Já em novembro havia uma ameaça de revolta no núcleo, que o diretor tentava evitar solicitando o envio de uma nova remessa de dinheiro.⁹⁶⁵ Além do mais, pelo que averiguamos, todos os colonos encontravam-se ainda nos barracões, e já chegara o verão tropical. Aqueles que afirmavam que tudo estava bem defendiam seus próprios interesses e a sua reputação, e não a verdade. A direção comunicou que entre os agrimensores, apenas um sabia como fazer o seu trabalho: “todos os outros são tão inexperientes que por hora não se lhes pode confiar trabalho algum.”⁹⁶⁶ Os colonos ensaiaram uma manifestação, que foi sedada com a ajuda de alguns nativos e a prisão de alguns. Os recém-chegados estavam sem dinheiro, não tendo recebido, dois meses após a sua chegada, nem os auxílios previstos por lei, nem o salário de novembro.⁹⁶⁷ Se o novo núcleo nascera para evitar situações como esta, fizera-se de tudo para provocá-las. Agora os recém-chegados bradavam pelos 6 meses de víveres gratuitos, talvez aconselhados por alguém em Timbuhy.

Retornando ao restante da colônia e à segunda metade de 1877: a primeira metade concluía-se com a transferência para Vitória de Pietro Cominesi, que enlouquecera, a enésima vítima daquele violento processo de adaptação psíquica que exigia dos colonos europeus uma realidade física, econômica e social tão diversa.⁹⁶⁸ A 14 de agosto, o Presidente da província visitou Timbuhy. Na fronteira com o Núcleo de Cachoeiro esperava-o um arco de flores com os dizeres WILKOMMEN, e também na parte italiana ostentavam-se flores, palmas e fogos de artifício. No dia 15, dom Domenico Martinelli celebrou a primeira missa no lugar escolhido para a construção da igreja católica. Santa Teresa tomava forma e os primeiros dentre os trentinos e italianos que chegaram à colônia haviam decididamente prosperado. O Presidente visitou uma serraria movida a água, de propriedade de três trentinos, e a oficina de um serralheiro. Notou também o florescente comércio que se estabelecera naquela sede.⁹⁶⁹ Foi talvez nesta ocasião que lhe foi apresentada uma petição dos colonos vênnetos e lombardos:

965 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 07/11 e 05/12/1877.

966 idem: doc. dd 01/12/1877.

967 idem: doc. dd 13/12/1877.

968 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 25/06/1877.

969 *O Espírito-Santense* de 21/08/1877.

“Humildemente, os abaixo assinados Chefes de Família Emigrantes de 13 de junho do corrente ano de 1877, agora alojados no Barracão S. Giovanni, Colônia Timbuhy desta Província. Suplica-se diretamente a V.S. obter aos suplicantes o prolongamento de seis meses para a sua manutenção a partir de sua chegada a suas colônias Os motivos que nos induzem a este ato foi termos nós abaixo assinados escrito em Gênova no ato de nossa partida uma carta datilografada, fixando com esta apenas em oito dias a nossa manutenção a partir da chegada às nossas Colônias. Nós então não sabíamos da conformação física da Província e nem quais seriam as dificuldades que se apresentariam ao transporte de víveres e acreditávamos que este fosse como na Europa. Chegando aqui deparamo-nos com a desilusão. As estradas rudimentares, a distância da origem dos víveres fazem com que seu preço seja quadruplicado. A administração nos assegura quinze dias de trabalho por mês para com isto garantir a alimentação; em vista do altíssimo preço dos víveres isto não é suficiente para todo o mês. Estando além do mais sobrecarregados de numerosa prole não apta ao trabalho, seremos forçados a abandonar o trabalho nas Colônias e serão eternamente adiados o desmatamento e a limpeza do terreno.”⁹⁷⁰

Aquelas não eram queixas infundadas, e as sucessivas averiguações do diretor o comprovariam. Na colônia faltavam totalmente instrumentos cirúrgicos necessários à extração de dentes e à amputação de membros, mas há algum tempo havia um fotógrafo, um certo Ricardo Dietze.⁹⁷¹ O serviço da polícia era muito deficiente, e acontecia que ferimentos e assassinatos não se seguissem de investigações e punições. Em agosto, um italiano atirou contra o filho e a esposa e em outubro Giovanni Invernizzi foi assassinado por um brasileiro.⁹⁷² Tão logo assumiu o cargo, Guaraná analisou os fatos e confirmou o que disseram os colonos; referindo-se ao atraso de dois meses nos pagamentos, escreveu:

“Sem crédito nos estabelecimentos comerciais e sem reservas suficientes para a sua subsistência, é penoso o estado em que se en-

970 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 12/08/1877.

971 idem: doc. dd 25/08 e 29/08/1877.

972 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 27/08 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 08/10/1877.

*contram os habitantes desta colônia e especialmente de Timbuhy. Meu digno predecessor providenciou, com o admirável fim de melhorar a sorte dos colonos, para cada um deles uma declaração de quanto lhes devia o Tesouro Nacional. A direção a nada se comprometia, porque não se tratavam de bônus. [...] Isto produziu uma certa confiança no comércio e os negociantes, em troca de produtos, aceitavam esta declaração. [...] De fato, impelidos pela necessidade, recebem os colonos, em troca dos atestados de seus salários vencidos, produtos que não valem a metade da soma à qual têm direito. Desde que se verificou este fato, ficou claro que apenas com o dobro dos dias a que têm direito a serem empregados pela Direção nas estradas e em outros trabalhos do Governo, podem os colonos obter o necessário para viver.*⁹⁷³

Os velhos colonos suíços e alemães, alguns dos quais estavam há décadas naquela colônia, eram da opinião de que antes de emancipar o Núcleo de Cachoeiro deviam-se construir as estradas e pontes necessárias. Os colonos do distrito de Suíça queriam ajuda para construir uma capela protestante.⁹⁷⁴ Entretanto, os negociantes de Cachoeiro lamentavam-se porque exigia-se deles o pagamento de impostos sobre seus lucros. O diretor deu-lhes razão, uma vez que se encontravam em território colonial e fora da jurisdição normal. Dava-lhes razão um Aviso do Ministério de 30 de junho de 1871.⁹⁷⁵ E assim, nada de taxas para os comerciantes, que legalmente se apropriavam dos auxílios estatais dos colonos com preços absurdos. Em compensação, chegaram ordens de reduzir drasticamente as despesas. Guaraná intimou seu ajudante em Timbuhy, Franz von Lipp, a cessar o fornecimento gratuito de remédios (a não ser em casos excepcionais), a expulsar da enfermaria os doentes cujo estado não fosse grave e a não pagar mais aos colonos as despesas de transporte, para eles e para as suas bagagens, dos barracões aos lotes.⁹⁷⁶ Mas era inviável, além de injusta, esta fuga do governo de suas responsabilidades. Guaraná afirmou que não era possível gastar 4:000\$000 em um mês em Timbuhy quando Borges, após enormes cortes, previra para setembro 35:000\$000 e em seguida gastara 122:004\$961 em julho e agosto.⁹⁷⁷ As cifras falavam por si. Havia

973 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 18/09/1877.

974 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 06/09 e 09/09/1877.

975 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 01/09/1877.

976 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 13/10/1877.

977 idem: doc. dd 22/10/1877.

todas as causas para um movimento de revolta popular. Este ocorreu a 31 de outubro e tivera como protagonistas os colonos de Nova Lombardia. Na verdade, aquela gente não tinha idéias de violência: desejava apenas retirar-se em massa para Vitória. Mas Franz von Lipp mandou chamar seu chefe, Ferdinando Giugni, e intimou-o a convencer seus companheiros a desistir. A situação estava bastante confusa, sendo estes de nacionalidade italiana e não brasileira. Giugni apresentou-se à direção com todos os habitantes de Nova Lombardia, pedindo bônus de consumo gratuitos ou trabalho nas estradas. Estranhos revolucionários! Pediam trabalho! Von Lipp não cedeu e ordenou a prisão de Giugni. Seus companheiros tentaram libertá-lo e, munidos de bastões e pedras, atacaram a direção e os militares que guardavam o prisioneiro. Os soldados, ajudados por outros brasileiros, repeliram os manifestantes e prenderam quatro colonos: Pretti Luigi, Pedroni Eugenio, Rondelli Giuseppe e Carichini Anselmo. Isto foi tudo. Ao comunicar o ocorrido aos superiores, Guaraná declarou que a causa do tumulto fora a falta de pagamentos, que colocava o colono à mercê dos negociantes.⁹⁷⁸

O diretor solicitou que não fossem tomadas medidas policiais, uma vez que se tratavam apenas de “reclamações veementes” e pediu que se libertassem os prisioneiros após uma simples prédica paternal.⁹⁷⁹ Requisitou também dinheiro para os pagamentos de agosto e setembro.⁹⁸⁰ Mas os colonos de Nova Lombardia não desistiam. Aos poucos, família após família, abandonavam seus lotes e, ajudados por seus compatriotas, dirigiam-se a Vitória. Queriam partir.⁹⁸¹ No entanto, tudo permanecia como antes. O dinheiro não chegava, e Guaraná foi obrigado a emitir bônus, que eram aceitos por comerciantes contra um baixo valor em mercadorias.⁹⁸² Mas talvez nem toda a verdade tenha sido dita a propósito daquele movimento popular. A Presidência da Província declarou ter sido informada sobre alguns casos de feridos e até de um morto.⁹⁸³ Guaraná negou mais uma vez que houvesse mortos, ou disparos, ou ordens para disparar.⁹⁸⁴

978 idem: doc. dd 03/11/1877.

979 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 10/11 e 13/11/1877.

980 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 21/11/1877.

981 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 01/12/1877.

982 APEES: GDG, Segunda Série, livro 33, doc. dd 05/12/1877.

983 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 20/12/1877.

984 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57, doc. dd 21/12/1877.

Alguns meses depois, 36 colonos enviaram ao Consulado Italiano uma carta em que se afirmava que naquela ocasião foi morto a pauladas Pietro Dalmaschio. Guaraná apresentou um atestado médico que assegurava que aquele colono morrera 12 dias depois daqueles fatos, e de febre pernicioso.⁹⁸⁵ Mas não era difícil para um diretor obter um atestado do médico de sua colônia.

Matteo Pomarolli, de Verla di Giovo, que chegara com o *Fenelon* no final de 1875, escrevera ao pai:

“Assim que cheguei, desejei ver as terras, então tomei posse de um lote de terra como se faz com todas as famílias, em seguida comecei a desmatar cerca de 5.000 metros de circunferência, recebi 60 florins da direção, como se dá a todos os colonos após desmatarem seu lote. Enquanto secava a madeira que depois seria queimada para limpar o terreno, fui passar três meses e meio nos bosques com os Engenheiros que demarcavam as colônias ou lotes, sempre com o meu companheiro Rossi [também de Verla]. Quando deixamos os bosques, não sabia que ocupação exercer, e não tardou muito que me oferecessem a ocasião de ir, se quisesse, trabalhar no hospital como enfermeiro, e aceitei este tipo de ocupação a que me dediquei por cerca de três meses que foram novembro, dezembro de 1876 e janeiro de 1877. Neste intervalo de tempo pesquisei um pouco sobre a fertilidade das terras e concluí com certeza que estas não merecem ser trabalhadas, e quanto mais passa o tempo mais se verifica esta verdade, quero dizer que estamos em um clima muito severo e portanto estéril, porém a pouca distância daqui há terras fertilíssimas a cerca de 30 milhas, mas lá o clima é bem mais quente do que aqui, é importante que se saibam estas coisas, e aqueles que chegaram recentemente não prestam atenção e não se apercebem deste erro, todos têm grande esperança na produção de café que é riquíssimo nos lugares um pouco mais quentes mas aqui estão enganados quanto a isto, porque não se promete em plena produção uma qualidade suficiente nem mesmo para uso próprio de modo que não passarão muitos anos e deverão abandonar as terras para emigrar para outras se quiserem sobreviver, de modo que eu pensei em abandonar aquela terra que estava prestes a queimar, colhendo a ocasião de poder vendê-la a um daqueles recém-chegados; apenas pelo preço que

985 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 15/09/1878.

*me custava o corte que foi de 50 florins e foi então que em companhia de Vigilio Rossi pensamos e demos início à arte da negociação, que ainda hoje exercemos, e não sei até quando, mas se não acontecer nada de extraordinário espero poder retornar dentro de um ano.*⁹⁸⁶

Com os navios que citamos chegaram em 1877 à Leopoldina 1.789 pessoas. Temos também notícia de outras 62 que chegaram aos poucos⁹⁸⁷, perfazendo portanto um total de 1.851 pessoas. É difícil dizer qual era a população da colônia no final do ano.

Recenseamentos sérios não eram realizados e as estimativas, mais do que definir a população, serviam para favorecer as exigências dos diretores e ministros. Apenas para citar um exemplo, o Presidente da Província afirmava que no Núcleo de Cachoeiro havia mais de 6.000 habitantes (e estes dados eram repassados também ao Ministério).⁹⁸⁸ E no entanto, alguns meses mais tarde um outro Presidente referia-se a 7.000, sem que houvesse um afluxo significativo de imigrantes⁹⁸⁹, enquanto em 1880 um diretor estimava a população em pouco mais de 6.000 pessoas.⁹⁹⁰ As estimativas que podemos fazer são as seguintes: chegaram cerca de 1.850 novos imigrantes, mas saíram mais de mil, sobretudo em janeiro. Considerando que estimamos a população do ano precedente em 7.500 pessoas, e considerando também o saldo demográfico, julgamos que a população, ao final de 1877, devia contar de 8.500 a 9.000 habitantes (à colônia chegavam brasileiros que não incluímos em nossos dados).

Colônia de Rio Novo, 1877. A anarquia

Em um relatório do início do ano, Pinto Pacca percorria mais uma vez toda a história da fuga dos trentinos do II Território. Agora, porém, mais objetivo, reconhecia os motivos da partida dos colonos. Referia-se àquelas terras como em “estado completamente bruto, distante de todas as reservas e do comércio. [...] Além disto, distante nove léguas desta direção.” Os 656

986 BCFT: MS 444.

987 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. de datas variadas.

988 *Relatório do Presidente A. P. Abreu Lima de 19/02/1878*, cit.

989 *Relatório do Presidente M. da Silva Mafra de 22/10/1878*, cit.

990 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 17/01/1880.

trentinos chegaram com um pré-aviso de 10 horas, e a colônia viu-se em uma situação de “carência quase absoluta de víveres”. “Achei-me portanto em uma situação difícil, estabelecendo, em meio a um deserto selvagem, 565 imigrantes, sem ter como dar-lhes de comer.” Mas aquele documento continha outras informações. Pacca esclarecia como conquistara inimigos dentro da estrutura ministerial, que no ano anterior haviam-lhe tomado as rédeas da colônia. Seu principal inimigo era J. C. Coelho Cintra, que tornara-se Inspetor de Terras e Colonização. “Criou-se a Inspetoria Geral de Terras e Colonização e calculou-se a ocasião mais difícil para forçar-me a tragar até a última gota o fel amargo do desgosto.” Ao engenheiro Deolino J. Vieira Maciel ordenou-se demarcar as terras que formariam o V Território, sendo que próximo à sede, no III e IV Territórios, haviam ótimas terras; foram demitidos os agrimensores que dependiam da direção; Pacca foi dispensado da recepção de colonos e fizeram-lhe ainda outros agravos. Com tudo isto, os colonos também foram prejudicados, na opinião de Pacca, uma vez que ele não tinha mais o poder de conceder-lhes o trabalho de que necessitavam e a recepção aos recém-chegados foi mal feita. O documento, que se estende sobre toda uma série de despeitos e represálias que, de acordo com Pacca, eram dirigidos à sua pessoa (e que atingiram os colonos recém-chegados), é uma ótima medida para julgar a colonização brasileira daqueles anos em seus piores aspectos.⁹⁹¹ Mas Pacca continuava a conquistar inimigos, com ou sem motivo, e a colônia encontrava-se em uma situação de confusão de poderes muito deletéria. O engenheiro Vieira Maciel praticamente exercia as funções de diretor do V Território desde 15 de outubro de 1876. Cláudio de Couto Souza Lima era ajudante do diretor, mas praticamente funcionava como diretor dos II e IV Territórios. Uma colônia anômala ou várias colônias?

A 25 de janeiro anunciou-se a chegada de um grupo de italianos ao porto de Benevente, 832 deles a bordo do *Ester*.⁹⁹² Muitos recusaram-se a estabelecer-se em Rio Novo, declarando que iam para Santa Catarina. Pinto Pacca não era desta opinião. Julgou que esta paixão por Santa Catarina se devesse à insistência de um grupo de líderes populares, e assim enviou ao Rio de Janeiro, no vapor *Alice*, 154 emigrantes. Dividiu os outros entre os portos de Benevente e Itapemirim, suspendendo o fornecimento de víveres aos que se recusassem a cumprir suas ordens. Conse-

991 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, *Relatório*, cit.

992 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 25/01/1877; GDA, livro 26, doc. dd 25/01 e 15/03/1877.

guiu convencer 54 pessoas a estabelecerem-se no III Território e 117 no V. Mais uma vez, contudo, seus superiores não concordaram com ele. Recebeu um telegrama que o advertia de que o navio *Werneck* chegaria a Benevente para transportar todos os colonos que se dirigiam ao Rio Grande do Sul. Dentre aqueles que já se haviam instalado na colônia, 5 famílias pediram para partir, pois tinham parentes entre os que permaneceram nos portos, recusando-se a estabelecer-se na colônia. Toda esta gente tinha consigo documentos que declaravam que no Brasil teriam direito a 6 meses de víveres grátis e a possibilidade de escolher a colônia que preferissem. Estes documentos estavam assinados por Caetano Pinto.⁹⁹³

Pinto Pacca tinha razão em escandalizar-se com a promessa de víveres por seis meses. Não estava prevista no contrato firmado com o governo por Caetano Pinto e seria a causa, em muitas colônias brasileiras, de graves desentendimentos entre autoridades e imigrantes. Por outro lado, estava totalmente equivocado ao julgar que os imigrantes não podiam escolher a colônia que mais lhes aprouvesse. Este direito fora estabelecido pelo artigo IX do contrato entre Caetano Pinto e o governo. Por que então dividir as famílias e impedi-las, servindo-se de ameaças, de estabelecerem-se onde preferissem? Por fim, dentre os que haviam chegado com o *Ester*, 117 permaneceram na colônia. Mais uma vez, tanto para evitar problemas quanto para forçar aquela gente a fazer o que não queria, militares foram enviados a Benevente.⁹⁹⁴

Paolo Bertoldi, sem que seu irmão soubesse que já se encontrava ali, chegara a Rio Novo há três meses, mas não havia ainda recebido a sua bagagem, expedida por engano ao Rio de Janeiro. Ele e sua família possuíam apenas a roupa do corpo.⁹⁹⁵ Em março, morreu no II Território Bonifácio d'Aguiar Cacubé. Deixava mãe, irmão e uma filha ilegítima. E um problema: os dois primeiros eram escravos e a lei não lhes permitia a permanência nas colônias públicas.⁹⁹⁶ A 23 de março anunciou-se a chegada a Benevente do navio *Colombia*. Levava a bordo 328 emigrantes que diziam dirigir-se a Rio Novo. Outros 16 haviam falecido durante a viagem. Estranhamente, porém, apenas 130 pessoas desembarcaram.⁹⁹⁷ A Presi-

993 Vejam-se o doc. citado de 15/03 e também APEES: GDG, série 751, 2 doc. dd 15/02/1877; GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 05/03 e 08/03/1877; e finalmente GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 23/03/1877.

994 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 10/02/1877.

995 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, doc. dd 13/02/1877.

996 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/03/1877.

997 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 23/03/1877.

dência também estranhou o fato.⁹⁹⁸ O que acontecera? Pacca escreveu uma carta a Vieira Maciel, “diretor” do V Território. Dizia-se que a 24 de março, um certo Bogliacco Carlo, um italiano que então trabalhava para Maciel, ofendera seriamente o ajudante do diretor do II e IV Territórios e dirigira-se ao porto onde, a bordo do *Colombia*, confabulara com os emigrantes. Como resultado, estes haviam decidido não permanecer em Rio Novo. Ele dizia-se autorizado pelo próprio Maciel. Pacca solicitava a este que demitisse Bogliacco e chamava sua atenção para a “ligeira rivalidade” (palavras sublinhadas no texto) que se instaurava entre as autoridades dos vários territórios. Por fim, ordenava que o engenheiro incitasse seus homens a limitarem-se ao seu trabalho.⁹⁹⁹

Note-se que, oficialmente, o único diretor da colônia era Pinto Pacca. Ao final daquela história, apenas 120 emigrantes daquela expedição permaneceram em Rio Novo. Pacca não desistia. Lamentava-se com seu ajudante “da independência absoluta do V Território desta direção” e exigia explicações a Carvalho Borges, que era Inspetor de Terras e Colonização no Espírito Santo.¹⁰⁰⁰ As autoridades enviavam cada vez menos dinheiro para a colônia e por volta de abril a direção solicitou a abertura de um novo crédito para não ser forçada a interromper a demarcação de novos lotes.¹⁰⁰¹ O médico continuava a ir à Assembléia Legislativa e a ser substituído com muito atraso.¹⁰⁰²

Em abril foi nomeado um novo médico, que deveria atuar no II, IV e V Territórios.¹⁰⁰³ Dom Gennaro Porta revelou-se também um dos muitos padres (freqüentemente italianos) a encarar a colônia como um refúgio. Em junho foi suspenso pelo bispo.¹⁰⁰⁴

No III Território, 30 dos 78 lotes haviam sido ocupados. Localizavam-se próximos à sede, com tudo o que isto significava em termos de facilidade de usufruir dos serviços que esta oferecia, e suas terras eram consideradas boas. Devido às rixas internas da colônia, porém, muitos italianos foram instalados no V Território, muito distante da sede, e cujas

998 APEES: GDG, série 751, doc. dd 28/03 e 03/04/1877.

999 APEES: GDA, Segunda Série, livro 26, 2 doc. dd 07/04/1877.

1000 idem: 2 documentos dd 08/04/1877.

1001 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 10/04/1877.

1002 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 07/04/1877.

1003 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 14/04/1877.

1004 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 09/06/1877.

terras eram consideradas piores. Entretanto, ainda no mês de março Pacca observara com relação ao IV Território: “Os tirolezes que se estabeleceram desde o final de 1875 começam a não necessitar do salário para manter-se, e já realizam uma abundante colheita de cereais.”¹⁰⁰⁵ Esta história ainda não se concluíra, mas aos poucos a situação se normalizava.

Na opinião do Inspetor Carvalho Borges, o nome “Rio Novo”, depois de tudo o que acontecera, não tinha boa aceitação na Europa, e decidiu nomear os II, IV e V Territórios da Colônia como São José do Tirol. Deu ordens a propósito, tanto a Pacca quanto a seus subordinados, e mandou distribuir papel timbrado com aquele nome. Pacca, ao contrário, cria que depois da fuga dos trentinos em 1875, o nome São José do Tirol devia ser cancelado.¹⁰⁰⁶ Angelo Martinelli dizia-se enfermo e requeria uma pensão; Francesco Ferrari desejava ser contratado como porteiro: o diretor preferiria afastá-los da colônia, mas seus superiores aconselharam-no a puni-los se se recusassem a trabalhar suas terras.¹⁰⁰⁷ Era um período de economia restrita. Continuava a aventura dos irmãos Bertoldi. O ajudante do IV Território deveria ter comunicado a Giuseppe que seu irmão Paolo estava no I Território, mas Giuseppe fora enviado ao V Território “pelos motivos que conheceis”.¹⁰⁰⁸ Circulavam estranhos rumores sobre o que acontecia no V Território. Dizia-se que os colonos haviam obtido 6 meses de víveres gratuitos, e a notícia chegou ao IV Território. Os colonos ofenderam e ameaçaram o ajudante do diretor, exigindo o mesmo tratamento conferido aos amigos do V Território. Era mais do que óbvio. A direção observava que no último trimestre as despesas do V Território, referentes a 400 colonos, totalizavam 95 contos de réis, enquanto que no II e no IV, gastara-se apenas 28:423\$928 com 502 colonos.¹⁰⁰⁹ É provável, contudo, que Pacca tivesse recebido boas notícias do Rio de Janeiro, e sentia-se seguro para enfrentar “a corriola” de Cintra e Maciel. Ele escreveu a Itapemirim: “A colônia não será emancipada. Surge para ela uma nova era de progresso”.¹⁰¹⁰ De fato, no início de setembro o engenheiro Maciel foi destituído do cargo e afastado da colônia que,

1005 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, *Relatório de 1877*, cit.

1006 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, 2 doc. dd 04/07/1877 e GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 11/08/1877.

1007 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 09/07 e 20/07/1877.

1008 idem: doc. dd 10/07/1877.

1009 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 27/07/1877.

1010 idem: doc. dd 30/06/1877.

pouco a pouco, retornava ao controle de Pinto Pacca. Um professor brasileiro violentou duas meninas da mesma nacionalidade e escapou, e Pinto Pacca denunciou-o à polícia.¹⁰¹¹ O diretor tinha idéias claras sobre os efeitos da colonização no Brasil:

“O legislador não previu que fosse enviado um número de imigrantes superior às suas possibilidades de recepção e de estabelecimento convenientes; que os imigrantes chegassem às colônias em épocas impróprias ao desmatamento e à agricultura; que na maior parte dos terrenos as primeiras colheitas fossem escassas ou nulas; que podia adoecer um chefe de família, seu único trabalhador; que as necessidades das famílias de imigrantes estão em relação direta ao número de pessoas que as compõem; finalmente, que a maior parte da imigração européia para as colônias é composta de classes de mendigos, proletários e vagabundos.”¹⁰¹²

Todas estas imprevidências do legislador condenavam à miséria, ao desespero e finalmente à raiva dos imigrantes. É verdade que se tratavam de experiências novas, e não seria justo julgá-las com os olhos de hoje. Sobre uma coisa, porém, Pacca estava errado e a classe política brasileira podia ser duramente criticada. Não era verdade que fosse impossível prever um grande fluxo de colonos novos: o contrato de Caetano Pinto previra-o e solicitara-o, e portanto o despreparo das colônias era culposo.

O chefe do destacamento de polícia foi afastado da colônia por insubordinação, indisciplina e maus costumes.¹⁰¹³ A colônia estava sem padres e a direção compreendia as possíveis conseqüências negativas desta falta. Se houvesse sacerdotes nos vários territórios, é fácil supor que a história da colônia teria sido diferente.

Aqueles colonos não contavam com um intelectual de confiança a seu lado.¹⁰¹⁴ Faleceu um colono italiano, Ogliosi Giuseppe, principalmente devido à desorganização. Uma árvore abatida esmagou-lhe uma perna, que não pôde ser amputada pela absoluta falta de instrumentos cirúrgicos, solicitados ao Rio de Janeiro mas que nunca chegaram. Era

1011 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 23/08/1877 e GDG, série 751, livro 125, doc. dd 01/09/1877.

1012 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 01/09/1877.

1013 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 13/08/1877.

1014 idem: doc. dd 06/09/1877.

considerado um ótimo colono e a esposa escreveu pedindo ao filho, na Itália, que viesse encontrá-la.¹⁰¹⁵

Pinto Pacca foi acusado de fornecer aos imigrantes víveres gratuitos por um período bem superior àquele consentido pela lei.¹⁰¹⁶ Era realmente demais. Ele escreveu à Presidência que Deolindo J. Vieira Maciel fora responsável por isto. Concedera aos colonos 6 e até 8 meses de víveres gratuitos. Além disto, cercara-se de um bando de bajuladores que viviam às custas da colônia. Ninguém, ou quase ninguém, no V Território começara a cultivar seus lotes. Agora que a festa acabara com a demissão de Deolindo, os italianos estavam descontentes, prontos para a revolta. Nisto eram auxiliados e instigados também por alguns negociantes, que se beneficiavam de todas aquelas irregularidades. Além disto, até o fim de agosto aquele engenheiro fora senhor absoluto do V Território, que na prática fora subtraído à jurisdição de Pacca.¹⁰¹⁷ Ele agora desabafava e lançava-se contra a dupla Cintra/Deolindo. Esta gente mentia. Não era verdade o que declaravam ter expendido, como não era verdade que tivessem construído os milhares de quilômetros de estrada que diziam ter construído. Tratava-se de uma soma enorme de falsidades, e sobretudo de graves desperdícios de dinheiro público. Pacca usou termos duríssimos. Evidentemente, agora havia alguém no Ministério que o protegia. Chegou a referir-se à “grande dissipação de dinheiro público em uma bem fornida distribuição de alimentos, sem contas ou regras, a título de alimentação gratuita, que os colonos não reconhecem e nunca pagarão” e também a uma “lauta mesa da direção, onde diariamente 15 ou 20 empregados se alimentavam.” Agora, não apenas os colonos do V Território estavam desesperados, mas podia-se esperar também a revolta daqueles de outros territórios, que se sentiam espoliados de um suposto direito.

Não conhecemos a versão dos fatos de Coelho Cintra e de Deolindo Maciel, mas sabemos que a polêmica continuou por muito tempo, e os vários adversários trocaram-se acusações nos jornais. Assim, a uma certa altura Pacca solicitou autorização à Presidência para usar a documentação da colônia a fim de desmentir as despudoradas estórias dos dois inimigos na imprensa.¹⁰¹⁸ Eram ocorrências comuns no Brasil da época.

1015 idem: doc. dd 05/09/1877.

1016 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 25/09 e 21/11/1877.

1017 APEES: GDG, Série 751, livro 125, doc. dd 21/11 e 08/10/1877; GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 13/11/1877.

1018 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/11/1877 e GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 13/11/1877.

Pouco depois, uma história similar nascia em Santa Catarina, na Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro, entre Carvalho Borges e Olimpo A. S. Pitanga. O primeiro substituiu o segundo na direção da colônia, e este partiu sob a sombra da suspeita (na verdade não comprovada) de ter abusado do dinheiro público. E, quando Borges abandonou o Espírito Santo, Pitanga substituiu-o como Inspetor de Terras e Colonização.¹⁰¹⁹ Para dirigir o V Território, foi enviado Pedro de Sant'Anna Lopes, ex-diretor da Leopoldina. Antes dele, enviara-se Patrício L. de la Guardia, que não era brasileiro, pois escrevia suas comunicações em espanhol.

No Rio de Janeiro decidira-se uma nova e violenta restrição de despesas com as colônias. Ordenou-se a Pacca que não gastasse mais de 12 contos de réis por mês. Ele foi portanto convidado a reduzir drasticamente as despesas.¹⁰²⁰ Pacca respondeu que, com toda a boa vontade, não seria possível chegar àquela cifra. No V Território havia cerca de 500 colonos que não produziam nada e começavam agora os cultivos: “seu único meio para não morrer de fome é o Estado”. Todo o dinheiro, portanto, deveria ser gasto com o V Território e os outros seriam praticamente abandonados.¹⁰²¹

O pessoal foi então reduzido ao mínimo e uma comissão de agrimensores foi extinta.¹⁰²² O ajudante do diretor no V Território chegou a demitir todos os funcionários, não apenas para economizar, como também porque não faziam nada (assim ele escreveu).¹⁰²³ Passava-se de um exagero a outro. A Presidência escreveu ao Ministério que a atmosfera estava tão carregada nas colônias do Espírito Santo, que os diretores estavam prontos para fugir a qualquer momento.¹⁰²⁴ Pensemos por um momento nos colonos que haviam há pouco chegado àquelas terras, ou que chegariam nos meses sucessivos. Antes mesmo que pudessem compreender o que estava acontecendo, o governo praticamente os abandonou à própria sorte. Na metade de outubro, anunciou-se à direção a chegada, para o dia 24, de cerca de setenta famílias de emigrantes. Quase certamente tratavam-se de colonos que haviam chegado com o *Clementina* e em seguida

1019 *Relatório do Presidente A. P. de Abreu Lima de 19/02/1878*, cit.

1020 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 04/10/1877 e GDG, série 751, livro 125, doc. dd 05/10/1877.

1021 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 05/10/1877.

1022 idem: doc. dd 06/11/1877.

1023 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 10/10/1877.

1024 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 07/11/1877.

foram instalados no Núcleo Conde D'Eu da Leopoldina, pois Pacca recusou-se a recebê-los.¹⁰²⁵ No dia 27, o Presidente iniciou uma viagem ao sul da Província e foi também a Rio Novo. Observou que o I Território podia finalmente ser emancipado e que o terceiro Território ostentava terrenos férteis, mas era pouco habitado. O II e IV Territórios, ao contrário, estavam totalmente cultivados, ainda que o café que fora plantado não estivesse dando bons resultados. Em de pouco tempo, portanto, as conclusões daqueles que haviam afirmado que os trentinos e italianos daqueles dois territórios nada cultivavam e não tinham intenção de fazê-lo (à exceção de cerca de quinze famílias, como dissera Pacca) eram retificadas pela realidade. No V Território, ao contrário, as coisas não funcionavam da mesma forma. Reproduzimos as palavras do Presidente, observando contudo que ele era amigo de Pacca e, em pleno litígio com Cintra e Maciel, tendia talvez a carregar nas tintas do quadro:

*“O terreno é, em geral, estéril, pois observei que as plantações eram pouco desenvolvidas. É tal o estado de decadência deste núcleo, que encontrei colonos insubordinados, com as vestes rasgadas, denotando miséria, e alguns deles embriagados. Notei também diversos grupos de casas cobertas de palha e diante destas um posto com uma pequena placa em que se lia – A Comuna. Na realidade, os habitantes deste território pareceram-me em geral verdadeiros comunistas, a julgar pelo aspecto e pela insubordinação que ostentavam. Todos estes dirigiam-me apenas requisições de víveres que ilegalmente lhes haviam sido fornecidos. À luz deste estado de coisas, é surpreendente que se tenha escolhido este lugar para colonizar, quando havia tantos outros, excelentes pela fertilidade do solo e a presença de água.”*¹⁰²⁶

Um vasto grupo de trentinos lamentou-se porque havia enviado dinheiro ao Trentino, através da Inspetoria, mas este não chegara a seu destino. Dentre estes, muitos haviam enviado pequenas somas a Dom Domenico Caproni, de Levico.¹⁰²⁷ Eles encomendaram a este sacerdote missas propiciatórias para aquela sua nova vida, que não iniciara muito

1025 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 15/10/1877.

1026 *Relatório do Presidente A. P. Abreu Lima de 19/02/1878*, cit. A viagem foi anunciada em *O Espírito-Santense* de 27/10/1877.

1027 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 12/11/1877.

bem. Neste ínterim, a insatisfação e uma verdadeira insubordinação propagava-se do V aos vizinhos IV e II Territórios. Na verdade, as autoridades que haviam dirigido aquela colônia não haviam dado provas de coerência e equanimidade. Muitos imigrantes sentiam-se defraudados, por exemplo, do direito aos 6 meses de alimentos. No dia 10 de outubro, o ajudante do diretor ordenou a um grupo de trentinos do IV Território que fosse desmatar terrenos a cerca de duas léguas de distância, na localidade de São Joaquim. Os trentinos responderam que não iriam, que havia trabalho ali onde se encontravam. De fato, no dia 12 apresentaram-se em grupo e recusaram-se a ir a São Joaquim. Agitavam lenços vermelhos presos a bastões. Enfrentaram o ajudante, liderados por Geremia Libardi, de Levico, e começaram a trabalhar naquele mesmo lugar. Ao ajudante que lhes disse que não receberiam dinheiro por aquele trabalho, diverso do que lhes fora ordenado, responderam que eles também possuíam papel e lápis para anotar seus créditos.¹⁰²⁸ Quatro de dezembro era a data fixada para o pagamento dos salários de novembro. Prepararam-se os trentinos e o mesmo fez Pacca, que se apresentou com os militares. Compareceram os trentinos do IV e também os do II Território. De acordo com o próprio Pacca, não aconteceu praticamente nada, a não ser a pretensão dos colonos do IV Território de receber o pagamento pelo trabalho que não lhes fora ordenado. A situação poderia piorar. “Nestas condições, julguei que chegara a ocasião de tomar uma deliberação que, conquanto restabelecesse a força moral, a disciplina e o respeito pela lei nos territórios situados à margem do rio Benevente, era a menos rigorosa possível. Assim, determinei que fossem aprisionados por 24 horas os 5 chefes principais, em todas as ocasiões, de sedições, desordens e manifestações contrárias às ordens governativas naquele território.” Mas imediatamente reuniram-se as esposas destes indivíduos, que lançaram insultos e ameaças à direção. Esta prolongou por quatro dias a sentença dos trentinos.¹⁰²⁹

Uma situação, como se vê, que recorda os gloriosos tempos da formação de movimentos políticos da classe operária e camponesa europeia. Não muito dramática, mas ridícula sob muitos aspectos. Primeiro: os camponeses trentinos, catolicíssimos e decididamente inocentes de qualquer noção política, marchavam sob bandeiras vermelhas. Segundo: tornara-se um hábito encarcerar os trentinos para que servisse como exem-

1028 idem: doc. dd 10/11/1877.

1029 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/12/1877.

plo para todos. Acontecera também na Leopoldina. Tornara-se um hábito “simpático”, útil também para demonstrar que havia naquelas colônias um poder constituído a que os colonos deviam submeter-se. Não sabemos por que, um deles foi mantido na prisão por sete dias. Quando foi libertado, Tommaso Gaigher, de Barco, queria espancar Riccardo Magnago, de Levico que, juntamente com Emilio Gabrielli, de Levico e Bernabé Giuseppe, de S. Giuliana, naquela ocasião tomara o partido das autoridades. Um militar intrometeu-se, houve uma luta e Gaigher apanhou. Os camponeses trentinos não estavam preparados para a revolução.¹⁰³⁰

Alguns trentinos pediram de volta o dinheiro que haviam expedido à Europa e que nunca chegara.¹⁰³¹ Mas em dezembro a situação piorou no V Território. No início do mês, um grupo de colonos não aceitou o pagamento por trabalhos que lhes haviam encomendado, considerando a recompensa muito baixa.¹⁰³² Por volta da metade do mês, o ajudante comunicou a Pacca que soprava um vento de anarquia naquele lugar. Os colonos sentiam-se enganados pela suspensão do fornecimento gratuito de víveres. Além disto, trocavam lotes entre si, vendiam e compravam outros sem consultar as autoridades.¹⁰³³ Alguns dias depois, os militares enviados à colônia para conter os trentinos foram retirados, o que constituiu um sinal de perigo.¹⁰³⁴

Findava o ano de 1877 com reiterados pedidos de envio de dinheiro por parte da direção às autoridades superiores, e com medidas que restringiam drasticamente os já escassos e desorganizados serviços de que a colônia dispunha.

A população totalizava 2.867 pessoas.¹⁰³⁵ Nasceram 116 crianças e faleceram 79 pessoas. As entradas de que temos notícia referiam-se aos imigrantes que chegaram com o *Ester* e o *Colombia*, totalizando 252 pessoas, além de outros 15 imigrantes que chegaram aos poucos. Eram todos italianos, à exceção de 6 suíços. Os números indicam, porém, que as entradas foram além de 50 unidades, ou seja, perfaziam 302 pessoas.

1030 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 15/12/1877.

1031 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 15/12/1877 (outro).

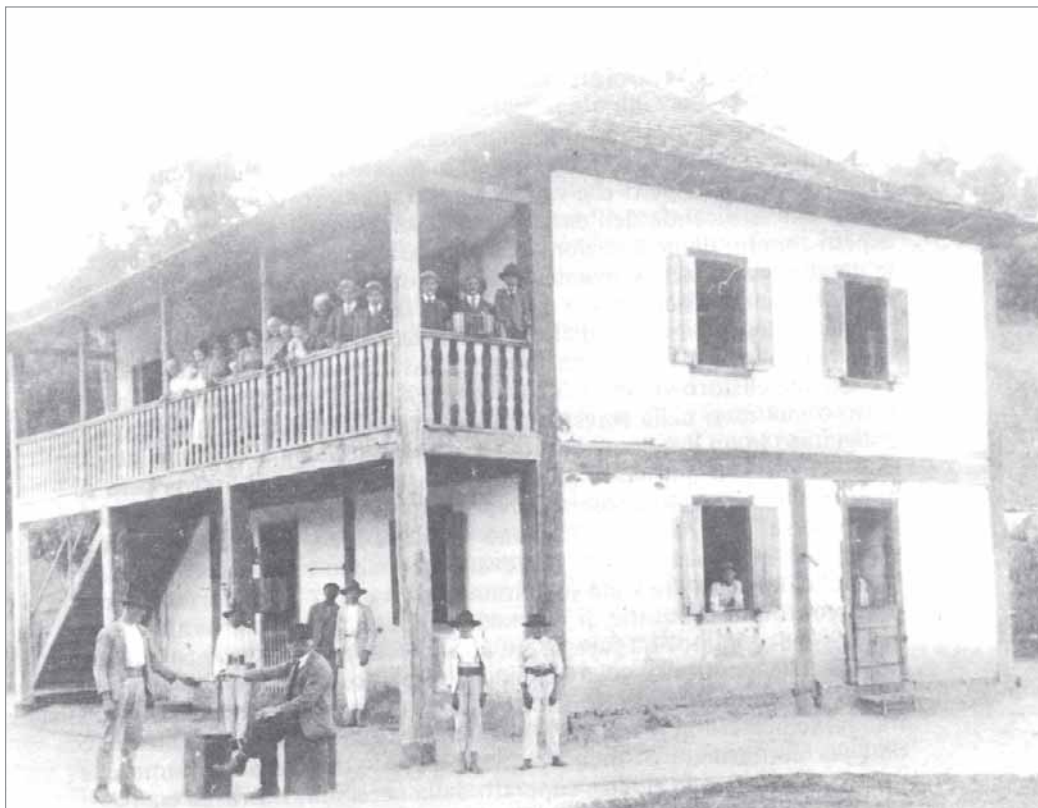
1032 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 02/12/1877.

1033 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 12/12/1877.

1034 idem: doc. dd 20/12/1877.

1035 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63: *Relatório ao Inspetor Geral de Terras e Colonização da Comissão encarregada da emancipação da Colônia Rio Novo.*

JÁ BRASILEIROS



A típica “casa italiana” do Espírito Santo, bem diferente da usada na comunidade italiana de Santa Catarina. Esta é a casa da família Ziviani, em Caldeirão (Santa Teresa).

Floresta e nova sociedade

Já tratamos deste assunto em nosso estudo relativo à emigração para Santa Catarina, e neste caso nos limitaremos a ressaltar alguns aspectos que na época permaneceram à sombra. Deve-se levar em consideração que as vicissitudes da emigração italiana no Brasil apresentaram aspectos comuns, tanto na região Sul quanto no Espírito Santo. O material humano era o mesmo, a legislação e as estruturas coloniais idênticas, e o ambiente físico similar.

Talvez o período mais difícil na vida dos emigrantes europeus no Brasil no arco de tempo que nos interessa foram as semanas, às vezes meses, que estes viveram nos barracões e os primeiros tempos em que tiveram que adentrar a floresta e criar para si espaços de vida. O camponês era lançado em uma desoladora voragem de desespero pela pungente desilusão que sofria ao chegar ao Brasil. Tudo era o oposto do que esperara e sonhara. Não havia uma comunidade na qual se pudesse inserir, não existiam estruturas sociais: nem padres, nem igrejas, médicos ou hospitais. Não havia sequer cidades, aldeias, hospedarias, nem mesmo uma casa fora preparada para ele, e assim a sua terra era apenas um vasto horizonte de vegetação que não se assemelhava àquela a que estava habituado. A floresta era um intrincado aglomerado de vegetação que parecia repelir o homem. Alguém no Espírito Santo e em Blumenau, em Santa Catarina, observara como os trentinos e italianos temiam a floresta: mais do que os alemães, por exemplo. Não dispomos de dados que confirmem ou desmintam esta observação, mas ressaltamos que este temor foi imediatamente superado pela necessidade. O Brasil era para o camponês italiano (um pouco menos para os alemães) uma meta sem retorno. Ali se estava e ali se devia permanecer. As autoridades brasileiras dificultavam as fugas e, de qualquer modo, o camponês não dispunha de reservas financeiras para empreender uma nova viagem. Poucos dentre os italianos partiram, e a maioria destes apenas transferiu-se para outras localidades dentro do território brasileiro, especialmente para o Rio Grande do Sul, de onde chegavam notícias de um clima melhor (como informava a Igreja Católica trentina em seu próprio jornal). No período passado nos barracões, desiludido e atacado por doenças que matavam muitos de seus companheiros, o camponês conhecia um processo de alienação que em casos extremos conduzia à loucura. A “sociedade dos barracões” e aquela que viria a formar-se nos primeiros tempos na floresta, era um aglomerado ocasional de pessoas ligadas apenas pela lógica da sobrevivência. O cam-

ponês não possuía instrumentos adequados para desestruturar a complexidade do novo ambiente e reconstruir suas partes através de um processo de interpretação lógica. Daí o medo, a regressão infantil diante do desconhecido, do incognoscível. Os próprios fenômenos de rebeldia observados em colonos, conquanto amplamente justificados por fatos objetivos, podem estar ligados a este aspecto. “A alienação implica frustração, e a neurose de adaptação a um certo ambiente instaura-se na incapacidade de compreender aquele mesmo ambiente. A sócio-neurose origina-se da falta de instrumentos metodológicos adequados à interpretação do ambiente, e certamente do estrago causado pelo vão esforço de organizar um esquema interpretativo pessoal que equivale ao nível consciente, lógico.”¹⁰³⁶ Era esta a razão fundamental que em alguns casos levou à “desintegração emocional” teorizada também por E. Willems. Paralelamente, havia a raiva pela suposta ou real traição, o desrespeito aos pactos por parte das autoridades brasileiras. Depois, fora dos barracões, o imperativo: inventar-se a sobrevivência. A casa era o primeiro problema. Às vezes, quando a colônia não era assaltada por contínuos fluxos de imigrantes, os homens adentravam a floresta para construir as primeiras cabanas nas quais, em um segundo momento, instalavam as famílias. Frequentemente, contudo, era necessário abandonar os barracões às pressas para dar lugar a outros. As primeiras cabanas feitas de madeira e folhas apresentavam todos os equívocos devidos à total ignorância do novo ambiente. Errava-se na localização da casa (excessivamente próxima à torrente que à primeira cheia se vingava; excessivamente exposta ao vento etc). Errava-se na escolha do material de construção, que apodrecia em pouquíssimo tempo ou que apresentava uma débil resistência a hóspedes indesejados, como onças e serpentes. Durante dias ou meses, alguns adaptaram-se a uma vida ainda mais precária. De acordo com Virgilio Tomasi, de Santa Teresa, seu avô e companheiros dormiram por algum tempo entre as raízes de uma planta denominada *Costanera*, que crescem vários centímetros acima da superfície, oferecendo enxergas improvisadas.¹⁰³⁷ Os avós de José Lorenzini, por sua vez, na colônia Rio Novo viveram por um certo período em uma gruta, cuja entrada era barrada à noite com troncos para impedir que a onça entrasse.¹⁰³⁸ A primeira casa propriamente dita era evidentemente cons-

1036 G. Musio: *I problemi dell'emigrazione ed il metodo della ricerca sociale. L'acculturazione emigratoria*, em “*Realtà e problemi dell'educazione degli adulti*” (Revista), n. 2/3, 1964.

1037 Conversação gravada com Virgilio Tomasi, cit.

1038 Conversação gravada com José Lorenzini, 71 anos, Alto Pongal (Anchieta), 29/03/1986.

truída à imitação dos nativos: um simples gradeamento de caules de arbustos, coligados por outros de menor dimensão em uma estrutura que se cobria com barro. Casa de “estaque”, como diziam os colonos. Um ou mais camponeses, do lado de fora, colocavam o barro com as mãos sobre aquela armação e outro, do lado de dentro, aparava-o também com as mãos. O barro era depois manualmente aplainado. Uma vez seco, providenciavam-se os retoques. Alguns construíam a cozinha separadamente, para evitar que possíveis incêndios devorassem toda a casa. Outros recobriam o barro com cal, para conferir-lhe um aspecto mais agradável. Na cozinha construía-se um fogão feito a partir de uma estrutura de tábuas recobertas de barro e encimado por uma lâmina de metal. O pavimento era inicialmente de terra batida, em seguida coberto por tábuas. O telhado era coberto de telhas de madeira, as “*scandole*”*. Móveis e utensílios eram em parte trazidos da Europa, em parte adquiridos a altíssimo preço nos pequenos estabelecimentos comerciais da colônia. Os móveis eram escassíssimos e improvisados, e sua funcionalidade e beleza dependiam da capacidade do imigrante de trabalhar a madeira. Nos primeiros meses, tratava-se de abater um trecho de floresta, queimar a madeira e plantar. Apenas os trabalhos nas estradas possibilitavam-lhes a sobrevivência. Mas às vezes um terreno demonstrava-se estéril ou as chuvas não permitiam a *queimada* ou a sementeira. Era então necessário que se arranjasse. Havia a caça, muito abundante ali como em Santa Catarina, mas foi preciso aprender novas técnicas de caça. Além disso, a munição era muito cara. Trentinos e italianos aprenderam com os brasileiros a alimentar-se da parte tenra de um certo tipo de palmeira. Alguns criaram pratos novos com os ingredientes à disposição. Adelia Lorenzini, cujos avós estabeleceram-se no IV Território de Rio Novo, afirma que o prato mais usado nos primeiros tempos era uma sopa de passarinhos a que se acrescentava uma certa quantidade de farinha de “raiz de índios”, uma espécie de batata que nascia espontaneamente na floresta.¹⁰³⁹

O colono devia descobrir, dominar e apossar-se do novo ambiente. A fauna local oferecia ainda problemas específicos, similares aos de Santa Catarina. A onça, por exemplo, atacava o homem, mas mais frequentemente dizimava suas criações, especialmente as de porcos. O problema não se verificou em todas as zonas com a mesma intensidade: no II

* Telhas de madeira usadas na cobertura de telhados em zonas de montanha. (N. da T.)

1039 Conversação gravada com Adelia Lorenzini, de 80 anos, Alto Pongal (Anchieta), 30/03/1986.

e no IV Territórios de Rio Novo as onças incomodaram mais do que em Santa Teresa (ao menos de acordo com as recordações dos netos daqueles primeiros imigrantes). Naquela zona, assim como nas zonas italianas da Colônia Blumenau em Santa Catarina, usava-se dormir em uma espécie de plano elevado da casa, para evitar ser surpreendido no sono pelo animal. Mas o progressivo abate da floresta e a caça eliminaram em poucas décadas o problema. O mesmo não aconteceu com as serpentes venenosas. Este problema poderia sugerir uma nota exótica, mas acompanhou até os dias de hoje a vida daqueles colonos e de seus filhos e netos. De acordo com um neto daqueles primeiros italianos, além de historiador daquela emigração, “praticamente não havia uma família em que não houvesse uma pessoa que não tivesse sido mordida por uma serpente”.¹⁰⁴⁰ A floresta era superpovoada por ofídios, vários dos quais venenosos. Os mais comuns dentre estes eram e ainda são quatro: a jararaca (*Bothrops jararaca*), a surucucu (*Lachesis Muta*), a jararacuçu (*Bothrops jararacussu*) e a coral (*Micrurus*) de algumas variedades.¹⁰⁴¹ A jararaca, principalmente, é muito difusa na floresta do Espírito Santo e, em todo o Brasil, é a causa de 50% ou mais de todos os incidentes envolvendo o homem e serpentes venenosas. Depois da jararaca, a surucucu é a serpente que mais cria problemas ao ser humano, e menos comuns são os casos de morte por mordida de jararacuçu e coral. A jararaca (de um metro a um metro e sessenta centímetros de comprimento) e a surucucu (serpente agressiva e vingativa que pode chegar a 3 metros e meio) viviam na floresta, mas ambientavam-se também nas plantações de café. Não há registro paroquial que não indique casos de morte por mordida de serpentes, não há um velho colono que não narre como foi mordido uma ou mais vezes ou que pelo menos relate casos freqüentes em sua família. Para fornecer uma idéia da freqüência do fenômeno em uma rápida síntese, relatamos as informações que recebemos dos netos dos primeiros trentinos e italianos que entrevistamos. Adele Magnago Vettorazzi: o pai foi mordido três vezes, em uma das quais correu risco de vida. Pedro Passamani, 91 anos: quatro vezes mordido por serpentes. Romeo Zufelatto: mordido uma vez. Attilio Lorenzini: seu avô morreu em seguida a uma mordida de serpente. Anibal Petri: mordido duas vezes, a última das quais condenou-o a dois meses de hospital, e de acordo com ele deixou-o “fraco”. Guglielmo Ferrari, 88 anos: ele e dois de seus irmãos foram mordidos por serpentes. Natalina Mugnat-

1040 J. B. Cavati: op. cit. pág. 86.

1041 E. Santos: *Anfíbios e Répteis*, III Edição, Belo Horizonte 1981.

to: recorda como podia se matar, em uma única plantação de café, até 30 ou 35 serpentes e de um velho que conheceu que foi mordido cinco vezes. Vigilio Lamber, de Centa, líder espiritual dos camponeses trentinos de Santa Teresa, assinalou em sua caderneta de anotações a queda de árvores durante o desmatamento e as “inúmeras serpentes venenosas que vivem entre nós” entre os perigos que mais ameaçavam a vida dos camponeses.¹⁰⁴² Não havia na época o soro anti-ofídico e, mesmo quando tornou-se disponível no mercado, nem todos podiam adquiri-lo ou sequer tentavam fazê-lo. O verdadeiro “tratamento brasileiro” para a mordida de serpente eram os *benzedeiros*. Figura desconhecida da cultura camponesa trentina e norte-italiana, durante um século substituiu o médico em todos os casos de doenças (sobretudo as menos graves) e de mordidas de serpentes. Inicialmente eram os nativos que curavam com rezas os colonos europeus, e aparentemente sobretudo os negros eram reconhecidos como ótimos benzedeiros em casos de mordida de serpente. Alguns destes personagens tornaram-se famosos no final do século XIX ou nas primeiras décadas do século XX. Um negro chamado Lucio, por exemplo, que vivia em Boavista, “curou” inúmeros trentinos e italianos da zona de Alfredo Chaves (ex-colônia de Rio Novo).¹⁰⁴³ Na zona de Santa Teresa recordam-se ainda de um certo Berlan (que vivia em Santa Maria) e Ribeiro. Este, porém, não curava apenas através de rezas, ou seja, de práticas mágico-religiosas em que as orações exerciam uma função fundamental, mas usava também cascas de plantas. Talvez tivesse aprendido alguma coisa com os índios, que também desta forma defendiam-se do ataque das serpentes.¹⁰⁴⁴ Mas em pouco tempo também os europeus aprenderam estas práticas. Eram os devotos de São Paulo e São Benedito os que se “especializavam”, e muitas das orações ou fórmulas recitadas durante a bênção eram dirigidas aos dois santos.¹⁰⁴⁵ Assim, na zona de Alfredo Chaves recordam-se de um certo Cestari como benzedeiro contra as mordidas de serpentes e em Santa Teresa, de David Demuner.¹⁰⁴⁶ A grande fé religiosa dos itali-

1042 V. Lamber: *Strazetto per l'anno 1887*, em MESSFAST.

1043 Conversação gravada com Anibal Petri, 77 anos, IV Território (Alfredo Chaves), junho de 1986.

1044 Conversação gravada com Guglielmo Ferrari, 88 anos, Santa Teresa 20/07/1986.

1045 Veja-se, por exemplo, em O. Moraes: *Da Itália ao Brasil: história de uma família*, Vitória 1981, págs. 65-66.

1046 Conversação gravada com A. Petri, cit. e com Natalia Mugnatto, 75 anos, Tabocas (Santa Teresa), 27/06/1986.

anos contribuía certamente ao sucesso, em alguns casos, destas práticas (da mesma forma em que a medicina descobriu ser um ótimo curativo a vontade de curar-se do paciente). Romeo Zufelatto confessou-nos que assim que foi mordido por uma serpente, pensou: “Deus é maior do que a serpente.”¹⁰⁴⁷ Mas outra coisa, além da fé, garantia um êxito positivo na maior parte dos casos. Muitas variedades de serpentes que atacavam os colonos não eram venenosas. Em outros casos, o veneno era inoculado em quantidade insuficiente para provocar a morte do paciente. Isto acontecia, por exemplo, quando a serpente atacava imediatamente após ter se alimentado, e portanto descarregado a maior parte de seu veneno em outra presa. Finalmente, nem sempre a serpente consegue morder injetando todo o seu veneno. Isto ocorre não apenas nos casos de difícil presa, mas também, e quase sempre, com algumas variedades de serpente venenosa que possuem os dentes veneníferos muito retraídos na cavidade oral e portanto, apenas com grande dificuldade conseguem cravá-los na carne de outros animais ou do homem. Mas havia ainda outras curas “populares” para as mordidas. Eram fruto da superstição popular e de alguns vestígios da cultura índia. Por exemplo, chegava-se a dar a beber ao paciente algumas gotas de mercúrio em uma taça de aguardente, ou suco de limão com mercúrio ou infusões de ervas (estas talvez mais eficazes, pois seu uso fora aprendido com os índios). Havia quem aconselhasse extrair o fígado da serpente e comê-lo cru, quem sugerisse cortar-lhe a cabeça e colocá-la sobre o ferimento. Para sugar o veneno da parte lesada, alguns aconselhavam triturar pedaços de chifre de veado, deitar o pó sobre pequenas bolas de barro e secar tudo. As bolinhas eram depois colocadas sobre os orifícios feitos pelos dentes da serpente. Provavelmente, nem sempre se tinha tempo de encontrar um cervo antes que a morte levasse a vítima. Muitos destes costumes não eram praticados pelos colonos italianos, mas muitas vezes ouvimos falar da utilização de querosene como um medicamento que era aconselhável aplicar sobre o ferimento.¹⁰⁴⁸

Mas não apenas para reparar os ataques das serpentes os colonos deviam recorrer aos benzedeiros. Não havia estruturas médicas na floresta, e seria lento o processo através do qual o Estado brasileiro chegaria a construir um sistema de assistência médica suficientemente ramificado e

1047 Conversação gravada com Romeo Zufelatto, 84 anos, Alto Jacutinga (Santa Teresa), 24/05/1986.

1048 Sobre o assunto, veja-se M. S. de Novaes: *Medicina e remédios no Espírito Santo. História e Folklore*, Vitória 1964.

eficiente. Na verdade, após os primeiros tempos de colônia, a saúde geral dos europeus melhorou no Espírito Santo (assim como nas outras províncias de colonização italiana). Melhorou inclusive em relação ao seu período europeu. Dois fatores, principalmente, contribuíram para esta melhora: a alimentação mais abundante e o clima caracterizado pela ausência de temperaturas rígidas e de bruscas mudanças de temperatura. Mesmo algumas doenças típicas da região começaram, após alguns anos, a atingir com menos frequência os europeus. O processo de aclimação, novos hábitos higiênicos e o desmatamento de áreas cada vez mais vastas diminuíram em muito as febres, as disenterias, as erupções cutâneas. Dentre as doenças mais graves que acometiam os imigrantes e seus descendentes, a ancilostomíase, a malária (sobretudo nas áreas ao nível do mar) e o tracoma continuaram a representar um papel significativo. A mortalidade era alta nas primeiras faixas de idade, especialmente do nascimento aos 10 anos. Mas E. Wagemann notou que nas zonas alemãs do Espírito Santo, de 1901 a 1910 morreram proporcionalmente menos crianças do que na Alemanha. Se 20% dos mortos era constituído por crianças com menos de um ano, os menores que morriam entre 1 e 10 anos de idade constituíam apenas 3 ou 4% do total anual de nascimentos, enquanto que na Alemanha o percentual era de 6%.¹⁰⁴⁹

É lícito pensar que isto tenha acontecido também entre os italianos, fato aliás observado por Venerosi Pesciolini nos três estados do Sul brasileiro. Era alta a taxa de mulheres que morriam de parto. Rizzetto observava: “Há uma ausência total de parteiras. É terrível a angústia das famílias de colonos em casos de parto difícil.” Mas tratava-se de um outro problema, ou seja, da falta de pessoal médico e paramédico, como o próprio autor ressaltava: “Os italianos no interior do Espírito Santo nascem, crescem, se reproduzem, envelhecem e morrem sem a intervenção de padres e médicos, de parteiras, farmacêuticos e professores.”¹⁰⁵⁰ No Brasil faltavam médicos e cirurgiões e, se nas primeiras décadas do século XX a situação melhorou, apenas os habitantes das cidades colheriam os melhores frutos. Os camponeses não podiam pagar. Os médicos cobravam preços altíssimos por suas prestações, tanto porque eram muito solicitados, quanto porque, para chegar às áreas do interior, levavam às vezes um ou mais dias de viagem a cavalo ou de canoa. De acordo com Pieraccini, que

1049 E. Wagemann: op. cit. págs. 81/84.

1050 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 50.

falava da avidez dos médicos brasileiros, os camponeses recorriam a prestações médicas apenas em casos de necessidade de intervenção cirúrgica (e nem sempre). “A doença pode matar ou proteger de uma deformidade, mas de um só golpe o modesto colono corre o risco de perder todas as suas economias.”¹⁰⁵¹ Não existem pesquisas específicas referentes ao Espírito Santo, mas uma autora estabeleceu que no Estado de São Paulo os colonos que trabalhavam nas fazendas gastavam entre 3 e 7% de suas rendas com médicos e remédios.¹⁰⁵² Esta talvez tenha sido uma avaliação prudente. De acordo com o Cônsul Rizzetto, muitos médicos pediam 100\$000 por cada quilômetro que deviam percorrer, e o contrato devia ser feito previamente. Se o colono não podia pagar, o médico não se movia.¹⁰⁵³ Os camponeses recorriam, portanto, aos práticos ou *curandeiros*, e aos benzedeiros. Estes últimos geralmente ocupavam-se apenas de pequenos males, que tentavam curar sobretudo através da oração e de algumas fórmulas mágico-religiosas. Os primeiros, ao contrário, prescreviam remédios e tratamentos e até mesmo realizavam intervenções cirúrgicas, mesmo não tendo conhecimentos médicos tradicionais. Ainda no início do século XX, o exercício da medicina era livre a qualquer pessoa que desejasse exercê-la. Bastava pagar uma taxa de 316 mil réis, e não se exigiam estudos específicos.¹⁰⁵⁴ Evidentemente, os tratamentos destas pessoas eram eficazes e não nocivos, devido à consciência que tinham de seus próprios limites. Mas algumas vezes ocorreram fatos horripilantes. Renato Cappelletti, 71 anos, nascido em Covelo e estabelecido no Espírito Santo desde 1927, contou-nos como seu pai morreu. Este homem sofria de alguma enfermidade na bexiga, e o *curandeiro* (que vivia na zona de Santa Teresa) decidiu intervir cirurgicamente: introduziu no pênis do infeliz um fio de ferro. Segundo a descrição do filho, o enfermo a uma certa altura arregalou os olhos, rangeu os dentes e entregou a alma a Deus.¹⁰⁵⁵ Os remédios eram substituídos por ervas de todos os tipos.¹⁰⁵⁶ Um hábito que os trentinos não tiveram problemas em adotar, visto que no Trentino, mesmo em

1051 G. Pieraccini: op. cit.

1052 Z. M. Forcioni Alvin: *Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo*. Tese de doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1983.

1053 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 124.

1054 R. Venerosi Pesciolini: op. cit. pág. 261.

1055 Conversação gravada com Renato Cappelletti, 71 anos, São Sebastião (Santa Teresa, 25/05/1986).

1056 Vejam: M. S. de Novaes: *Medicina...*, op. cit. e O. Moraes: op. cit. págs. 63-64.

presença de estruturas médicas suficientemente distribuídas pelo território, confiava-se mais na fitoterapia do que no médico. No mais, alguns purgantes como o sal amargo e o óleo de rícino e alguma pílula à base de ferro para combater a anemia, eram o máximo que o camponês se concedia. Se em 1895 o Cônsul Nagar observara que em Santa Teresa faltava um médico, ainda por volta dos anos '20 os habitantes do povoado deviam dirigir-se a Santa Leopoldina para encontrá-lo.¹⁰⁵⁷ Trentinos e italianos dos II, IV e V Territórios da Colônia de Rio Novo tiveram que esperar até os primeiros anos do século XX para que em Alfredo Chaves se estabelecesse um médico, e mesmo então, para muitos deles este encontrava-se a uma distância de muitos quilômetros, e era como se não existisse. Na região de Ibiracu, ex-núcleo Conde D'Eu da Colônia Santa Leopoldina, ainda no início do século XX não havia um médico disponível e eram necessários 5 dias de viagem para chegar a Vitória. Durante algum tempo, um vêneto que estudara até o quarto ano primário, mas que trabalhara como enfermeiro em um hospital italiano, realizara as funções de médico. Este, aparentemente com algum sucesso, não desdenhava sequer praticar operações cirúrgicas.¹⁰⁵⁸ Se em Santa Catarina a primeira parteira diplomada a chegar à Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro foi uma trentina, a primeira a chegar ao Espírito Santo foi Margherita Zanotelli (famílias de colonos com este nome e originárias de Cembra haviam se estabelecido na Colônia Santa Leopoldina).¹⁰⁵⁹

Também quanto à educação escolar de seus filhos, os imigrantes europeus, uma vez transferidos ao Brasil, experimentaram uma grande perda em relação ao passado que, mesmo cem anos depois, ainda não teria sido recuperada. Em 1880 o Trentino contava com pouco mais de 14% de analfabetos sobre toda a população, enquanto que ainda em 1980 as zonas espírito-santenses em que no passado os trentinos se estabeleceram, apresentavam percentuais variáveis de 27 a 29% de analfabetos.¹⁰⁶⁰ Já as escolas coloniais não tiveram muito sucesso. Localizavam-se quase sempre nas sedes ou no cruzamento de várias linhas coloniais, e dificultavam a frequência dos

1057 C. Nagar: *Lo Stato di Espírito Santo...*, op. cit. pág. 31 e conversação gravada com Natalina Mugnatto, cit.

1058 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. págs. 124 e 138.

1059 M. S. de Novaes: *Medicina...*, op. cit. pág. 7.

1060 Vejam-se: E. Leonardi: op. cit. e *Coleção de Monografias Municipais*, Nova Série, números relativos a Santa Teresa, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul, Iconha, Ibiracu, aos cuidados do IBGE.

alunos devido às grandes distâncias. O principal obstáculo, entretanto, era o fato de que os imigrantes, assim que chegavam, deviam concentrar-se no problema da sobrevivência e eram obrigados a usufruir do trabalho de seus filhos para sobreviver. Além disto, aquelas pequenas escolas não eram uma coisa séria: desprovidas de material didático, valiam-se de pessoal docente absolutamente desqualificado. Tratavam-se de colonos que mal sabiam ler e escrever, outras vezes de nativos escolhidos mais por uma questão de amizade política do que por capacidade técnica. E duraram pouco. Por volta de 1878, após uma drástica redução dos salários dos professores, decretada pelo governo em conformidade à estratégia de abandono progressivo das colônias, muitos deles foram forçados a demitir-se.

Com a emancipação das colônias, que seria decidida poucos anos mais tarde, cessaram completamente os financiamentos estatais às escolas coloniais, que fecharam em pouquíssimo tempo devido à falta de fundos. Os camponeses sentiram esta falta. Recorde-se que os trentinos recém-chegados à colônia haviam solicitado um professor. Mas a escola era um luxo que não condizia com um país novo a que ainda faltavam vias de comunicação. A perda, contudo, não foi apenas dos colonos: foi da nação brasileira, que não pôde e não soube desfrutar de uma riqueza que vinha da Europa. A bagagem de instrução que os colonos trouxeram consigo perdeu-se rapidamente. Os avós eram alfabetizados, alguns dos filhos sabiam assinar o próprio nome, os netos eram totalmente analfabetos. Dificilmente os colonos encontravam tempo para ensinar aos filhos algum rudimento de escrita e leitura. Acontecia em poucos casos e, de qualquer forma, o professor era tão pouco especializado e estava tão cansado, que não havia um grande aproveitamento por parte dos alunos. Em 1895, o Cônsul italiano Carlo Nagar observou: “Com exceção da cidade de Vitória, onde a instrução pública é bem cuidada e organizada, o resto do Estado sofre com a quase absoluta ausência de escolas para os filhos do povo”.¹⁰⁶¹ No início do século seguinte, em conformidade à política do governo italiano que visava ativar o espírito patriótico dos italianos no exterior e uma maior ligação destes com a pátria, os consulados italianos (inclusive através de organizações como a “Dante Alighieri”) procuraram estimular o interesse dos camponeses ainda detentores da cidadania italiana pela escolarização dos filhos. Assim, o Cônsul Beverini fundou, em 1907, 14 pequenas escolas em zonas habitadas por italianos e outras 16 foram fundadas em seguida, até 1915. Também

1061 C. Nagar: *Lo Stato di Espírito Santo...*, op. cit. pág. 18.

neste caso os professores eram colonos ou filhos de colonos. Havia uma frequência de cerca de mil pessoas, obviamente baixa, mas que entretanto privilegiava os italianos e os brasileiros de origem italiana, visto que a frequência em todo o Estado era de cerca de 7.000 alunos, sobre uma população de 220.000 habitantes. O Estado italiano fornecia livros (evidentemente não isentos de traços de amor pátrio) e pequenos financiamentos.

Ao descrever os professores às autoridades superiores, o Cônsul freqüentemente servia-se do termo “jovenzinha”, ou referia-se a uma pessoa que “ensina bastante bem o que sabe”.¹⁰⁶² A obra dos consulados italianos no Brasil pode, entretanto, ser indicada como detentora de uma função de modernização junto à comunidade etnicamente pertencente àquela nacionalidade. Assim como em outros estados do Brasil, os colonos não foram estimulados apenas a criar escolas, mas também a fundar cooperativas agrícolas.¹⁰⁶³ E, pelo que sabemos, as respostas “patrióticas” limitaram-se, alguns anos mais tarde, a fluxos de simpatia não generalizados ao fascismo de Mussolini.

Os religiosos italianos que vieram a estabelecer-se no Espírito Santo também solicitaram e organizaram a abertura de escolas: é o caso dos capuchinhos sicilianos que estabeleceram um convento e em seguida uma escola e um colégio em Santa Teresa. Mas, para demonstrar o quanto fora lento este processo de recuperação dos níveis de alfabetização conhecidos na Itália (ou na Áustria, no caso dos trentinos) podemos recorrer exatamente a Santa Teresa. No início dos anos '30 o município gastava pouco mais de 1% de seu orçamento com a instrução (e no final daquela década chegaria a 15%). Em 1939, para uma população em idade escolar de cerca de 4.500 pessoas, funcionavam 50 escolas, que entretanto devem ser entendidas como 50 classes, pois na maior parte dos casos tratavam-se de pequenos grupos de pessoas que se reuniam sob a direção de um único professor (e algumas vezes à noite, ou durante os dias festivos). Mas 53% da população em idade escolar não freqüentava estas escolas. O analfabetismo atingia 44% da população com idade superior a 14 anos.¹⁰⁶⁴

É necessário, entretanto, considerar a obra ciclópica que, sem compreendê-la totalmente, aquela gente empreendera. Do Trentino e do Nor-

1062 L. Petrocchi: *Le colonie italiane nello Stato di Espírito Santo (Brasile)*, em BOE, ano XIV, 15 de janeiro de 1915.

1063 Veja-se Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 30.

1064 E. I. Ruschi: op. cit., págs. 79/85.

te da Itália haviam partido quase que exclusivamente camponeses. E terminaram na floresta, auxiliados de forma insuficiente e desorganizada pelo governo brasileiro. Não havia líderes, ou intelectuais, ou homens de negócio entre eles. Apenas alguns artesãos e alguns poucos padres. Venerosi Pesciolini observou: “Os nossos compatriotas nunca contaram com a orientação de sociedades de colonização ou de empreendedores italianos: sabe-se que, quando os nossos emigrantes se dispuseram a abrir aquelas colônias do Brasil, o capital italiano não estava preparado para segui-los.”¹⁰⁶⁵

O Cônsul Rizzetto, por sua vez, compreendeu como as comunidades italianas no Brasil eram acéfalas: “O que mais alegraria estas regiões seria encontrar pessoas que soubessem guiar, aconselhar, ajudar esta nossa gente que, vinda da Itália com grande esperança e boa vontade, não pode encontrar apenas em si a energia necessária ao desenvolvimento moral e material da colônia”.¹⁰⁶⁶ Mas a Itália era uma nação que encontrara há poucos anos a sua unidade (na verdade ainda incompleta) e apenas a partir do início do século XX formaria uma eficiente rede de consulados que se ocupariam também das comunidades italianas no exterior. E a Áustria, da qual dependiam os trentinos, demonstrou realmente pouco interesse e pouquíssima solicitude para com estes emigrantes, que foram praticamente abandonados na floresta.¹⁰⁶⁷ Além do perigo (para alguns, uma triste realidade) de uma desintegração emocional devida à incapacidade de compreensão do novo ambiente, um outro obstáculo devia ser superado pelos camponeses. O período de incubação das novas comunidades ítalo-brasileiras foi indubitavelmente difícil para aquelas populações. A que ordem social dirigir-se? Como selecionar as classes dirigentes? Que valores morais e éticos permeariam as comunidades? Também nas florestas brasileiras, assim como nas metrópoles da Europa e da América do Norte, o emigrante era atingido por aquele fenômeno que os sociólogos definiram “alienação lógica” ou do “senso comum”.¹⁰⁶⁸ Não conseguia entender aquele mundo novo (que aqui constituía-se da provisória sociedade da colônia, e sobretudo da floresta) e, forçado a retornar mentalmente ao mundo que deixara para trás, percebia que o conhecia pouco.

1065 R. Venerosi Pesciolini: op. cit. pág. 234.

1066 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 117.

1067 Veja-se R. M. Grosselli: *Os consulados austríacos e a emigração trentina no Brasil*, em *Vincere o morire...*, op. cit. pág. 474.

1068 G. Musio: op. cit. e A. Grumelli: *Il comportamento religioso degli immigrati*, em “*Studi Emigrazione*”, ano I, n. 2, fevereiro de 1965.

“A situação do emigrante é a sua descoberta, em geral não tardia, de que quanto mais se empenha em buscar em si próprio o seu ambiente, mais se apercebe, na realidade, de nunca ter pensado nisto.”¹⁰⁶⁹ E o distanciamento forçado e doloroso de sua sociedade de origem o desconcerta, confunde e deprime. Rompe-se a unidade de passado-presente-futuro na vida dos que partiram. O passado não é mais uma boa base para trabalhar no presente, e o futuro delinea-se como um angustiante ponto de interrogação. Em geral, as recordações da sociedade de origem são depositadas pelo emigrante em um cofre precioso e conservadas em um lugar privilegiado da memória, para em seguida serem evocadas a cada vez que a angústia pelo presente se torna insuportável. Tudo isto está relacionado com aquele “lugar da nostalgia” em que foram transformados muitos vales italianos no Brasil.¹⁰⁷⁰ Como reconstruir uma nova sociedade? As estruturas do poder brasileiro, ou seja, o escasso pessoal das colônias, não representaram nem um modelo, nem um sistema coercitivo que indicasse algumas vias de aculturação. Pela ausência de fundos e por falta de vontade de dar continuidade à experiência das colônias, o Estado brasileiro abandonou-as por muito tempo, deixando ali apenas um número simbólico de militares. Mas mesmo estes encontravam-se nas sedes coloniais. Os colonos dos II, IV e V Território de Rio Novo permaneceram distantes da sede e isolados na floresta durante décadas, bem como aqueles das linhas internas de Timbuhy. Além disto, os europeus não teriam aceitado passivamente regras de vida impostas por uma entidade que desde o início consideraram mais inimiga do que amiga (em parte com razão). Vimos que o governo brasileiro, despreparado, evitou tomar outras medidas que visassem a integração daquelas populações, e a escola foi abandonada com o abandono das colônias. Note-se que, se os alemães tenderam a rejeitar as escolas que visavam a integração, por exemplo, através do uso da língua portuguesa, muitas comunidades italianas demonstraram que teriam aceitado mais rapidamente este instrumento. Desiludidas, sem líderes, isoladas também em relação à comunidade brasileira, muitas comunidades italianas no Brasil arriscaram um processo de regressão cultural e de rápido barbarismo (o acaboclamento, como se diz no Brasil, ou seja, a absorção de valores e comportamentos da cultura dos nativos), além de uma rápida perda dos traços típicos da própria cultura, substituídos pela adoção de

1069 G. Musio: op. cit.

1070 O termo é usado em V. Tomelin: *Relações autoritárias em educação – um estudo de caso*, Tese de doutorado em Pesquisa, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de educação, 1984.

comportamentos e valores mais primitivos.¹⁰⁷¹ Em poucas gerações era possível verificar-se uma perda substancial de características essenciais da cultura dos colonos: entre estas, podemos incluir, por exemplo, os conhecimentos tecnológicos, como também os valores em que se baseava a moral social. Isto ocorreu em parte e todas as comunidades européias no Brasil foram forçadas a “esquecer” alguma coisa do próprio passado. É suficiente pensar que com aqueles grupos de colonos não vieram artesãos de todos os tipos e de todos os níveis, ou intelectuais, homens de negócio etc. Aquelas não eram faixas da sociedade camponesa européia que, em menor quantidade, continham todos os componentes daquela sociedade. Tudo o que não se trouxera consigo podia ser considerado perdido, pois as ligações com a pátria seriam eliminadas, a cultura tecnológica brasileira era de um nível inferior e as novas comunidades não estavam em condições de instituir centros de pesquisa ou de propagação dos conhecimentos (sobretudo escolas). Qualquer conhecimento técnico, em qualquer campo da atividade humana, que não fosse trazido para a colônia na bagagem de experiências dos colonos podia-se considerar perdido, por muito tempo ou para sempre. Imediatamente, portanto, as comunidades européias no Brasil recriaram-se como sociedades diversas das originais, e sob muitos aspectos, menos evoluídas. Mas o perigo era ainda maior. Em algumas décadas era possível verificar-se um embrutecimento daquela gente e uma rápida perda de características culturais milenares. Mas, ao mesmo tempo em que se apresentava como um obstáculo à vida, a floresta demonstrou ser um ambiente maleável. O emigrante que se estabelece junto a um povo diverso do seu, observa com desespero a ruptura com seu passado, a impossibilidade de impor sua própria experiência no novo ambiente. Seu passado torna-se freqüentemente um obstáculo ao seu presente. E os processos de aculturação a que é forçado pelo novo ambiente parecem coercitivos, às vezes o são verdadeiramente, sobretudo com relação a seus filhos. Mas a floresta não era uma sociedade, e o Estado brasileiro não os obrigava a aceitar medidas que visassem a integração. O passado podia ser recriado na floresta, sem que isto resultasse em perseguições ou em marginalização. E foi isto o que os camponeses italianos fizeram nas florestas brasileiras: retornaram ao passado. Assim expressou-se um estudioso brasileiro de distante origem trentina: “Todo o projeto das velhas gerações resume-se na conservação de seu mundo: recuperar, no

1071 O fenômeno foi analisado também por Willems quanto às comunidades alemãs no Brasil. Veja-se E. Willems: *O desnivelamento como fator de aculturação*, em RIC, ano II, 1941.

futuro, o passado. Este é o grande projeto”.¹⁰⁷² E este era realmente o projeto dos colonos italianos. Um projeto ditado não apenas pela necessidade, mas que parecia claro aos intelectuais camponeses de maior visão que, no Trentino, no Vêneto e na Lombardia, haviam ajudado aquela gente a partir.

A sociedade camponesa se transferiria, armas e bagagem, para as florestas brasileiras, distantes da sífilis capitalista. Naquelas terras se reconstruía a unidade da família camponesa colocada em crise pelo militarismo e pela pobreza, a religião católica como moral camponesa não seria assediada por novos valores e uma nova cristandade nasceria além do oceano.¹⁰⁷³ A religião foi o fulcro em torno do qual girou a reconstrução de novas comunidades e de uma nova sociedade nas florestas do Brasil. Ainda mais do que na Europa, os camponeses fizeram da moral católica uma lei civil. As igrejas tornaram-se o símbolo de um novo poder constituído e, também por isto, foram sempre mais numerosas e cada vez maiores e mais belas, distinguindo as localidades italianas. E os intelectuais foram substituídos pelos “pequenos cabos” do exército católico, que aquela gente elegia entre as suas próprias fileiras. Assim como no Rio Grande do Sul o “padre laico” e em Santa Catarina o “capelão”, no Espírito Santo “o sacristão” substituiu aqueles padres que faltavam à frente daquele povo (que eles chamaram da Itália e que em alguns núcleos chegaram enfim, mas em número insuficiente e com atraso). A história não foi muito diferente daquela dos estados do sul, e por este motivo evitamos repetir-nos, referindo-nos ao estudo precedente.¹⁰⁷⁴

Em todas as linhas coloniais construíram-se, desde os primeiros meses, pequenas capelas, ou ao menos capitéis. Eram o símbolo da comunidade e constituíram o primeiro, e por muitos anos o único local de encontro. Aos domingos as pessoas perfaziam até 5 ou 10 quilômetros para rezar junto aos outros. Espontaneamente, alguém oferecia uma parte do próprio lote para que ali se construísse a capela: assim fizeram os Broseghini em Córrego São José, os Lamber próximo a Santa Teresa, os Bonella em Nova Mântua, os Magnago no IV Território. As comunidades elegiam

1072 V. Tomelin: op. cit. pág. 86.

1073 Sobre este assunto, veja-se a primeira parte de R. M. Grosselli: op. cit. Sobre o mito da criação de uma nova cristandade, veja-se T. de Azevedo: *Estudos sócio-históricos sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul*, em *Imigração italiana: estudos*, op. cit.

1074 R. M. Grosselli: *As colônias no Brasil Meridional: religião e Igreja*, em *Vincere o morire...*, op. cit. pág. 491.

espontaneamente os sacristãos, que deveriam substituir os padres na convocação dos fiéis no domingo, na direção das orações, no comentário das sacras escrituras, na comunicação da doutrina às crianças.

Quando, em um segundo momento, as capelas foram substituídas pelas igrejas, as funções do sacristão eram exercidas pelo fabricante, que portanto não atuava apenas como administrador, como na Itália. Algumas figuras de sacristão tornaram-se famosas. Dentre os trentinos, Giuseppe Tonini, em Córrego São José, Valentin Loss em Tabocas, Pietro Vettorazzi no II Território, Ottavio Magnago no IV Território. Nos anos seguintes, Giuseppe Lorenzini e Antonio Libardi em Alto Pongal (para onde se transferiram grupos de colonos, sobretudo do II Território).

Raramente uma mulher exercia o cargo de sacristão.¹⁰⁷⁵ Os padres eram apenas aqueles oficiais das colônias, e muitos deles não conquistaram a simpatia dos camponeses. Domenico Martinelli permaneceu em Santa Teresa até o início dos anos '80: percorria os vales do imenso território povoado por italianos, mas alguns lugares podia visitar apenas algumas vezes por ano.¹⁰⁷⁶ Quando foi transferido para outra localidade, os colonos viram-se sem qualquer assistência espiritual durante três anos.¹⁰⁷⁷ Os trentinos e italianos de Rio Novo também ficaram sem assistência por muito tempo. Depois, por insistência de muitos fiéis, chegou um *scalabriniano*, padre Marcellino Moroni d'Agnadello, em 1884.¹⁰⁷⁸ Este tornou-se o primeiro pároco de Santa Teresa em 25/02/1898, mas pouco tempo depois deixou o posto aos capuchinhos sicilianos da Província de Siracusa, que inicialmente enviaram os frades Eugenio e Gaetano, de Comiso.¹⁰⁷⁹ Com tudo isto, a assistência espiritual aos italianos era bastante escassa, tanto que nos primeiros anos daquele século, para uma população numerosíssima e espalhada por quase todo o Estado (outras colônias haviam sido abertas nos anos '80) contava-se com dois ou três padres espanhóis e com três frades capuchinhos (além de dois laicos).¹⁰⁸⁰ Mas estes sacerdotes em geral só podiam visitar os lugares mais distantes de suas sedes apenas uma vez por ano. Os capuchinhos italianos revezavam-se para visitar

1075 J. B. Cavati: op. cit. pág. 105.

1076 A. Broetto: *Memorie...*, op. cit.

1077 Conversação gravada com Virgilio Tomasi, cit.

1078 M. S. de Novaes: *Os italianos...*, op. cit. e J. B. Cavati: op. cit.

1079 E. I. Ruschi: op. cit. pág. 17.

1080 R. Rizzetto: *Lo stato...*, op. cit. pág. 88 e *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 12.

uma vasta área em torno de Santa Teresa, e a cada 2 meses um deles partia a cavalo. Foi fundamental o papel dos “sacristãos”. Estes chamaram para igrejas e capelas a atenção das comunidades, que a elas dedicaram notáveis esforços econômicos. O Cônsul Rizzetto lamentava-se “do número excessivamente alto de capelas.” Nas zonas italianas em torno de Alfredo Chaves, naquele ano contavam-se 82.¹⁰⁸¹ Mais de setenta igrejas e capelas haviam sido construídas também em torno de Santa Teresa por volta da segunda década do século XX, segundo as informações de um italiano que ali chegou naquela época.¹⁰⁸²

E em torno das igrejas e da religião constituiu-se, nas primeiras décadas, a comunidade ítalo-brasileira, e a nova ordem social evitou uma perda maior da memória cultural que teria dispersado um patrimônio de séculos. Nossa opinião é que o número menor de religiosos europeus que vieram para o Espírito Santo (em relação a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul) e a mais fácil integração no tecido social e econômico da região, devida sobretudo a uma economia não totalmente de subsistência mas exportadora de café, e portanto baseada no comércio, determinou um menor grau de fanatismo religioso entre as comunidades italianas. Não se encontram em Santa Teresa e em Alfredo Chaves os sinais tão marcantes de uma religiosidade totalizante e exasperada como em Nova Trento e em Rodeio, em Santa Catarina. Em Santa Teresa, onde os frades italianos chegaram e residiram durante décadas, isto deveu-se em parte a algumas dificuldades de comunicação entre os camponeses de origem norte-italiana e os frades sicilianos. Isto foi observado pelo próprio Rizzetto e foi-nos confirmado por mais de uma fonte.¹⁰⁸³ Assim, por exemplo, as vocações religiosas nas zonas trentinas do Espírito Santo não foram numerosas como em Nova Trento e Rodeio. A floresta trouxe ainda um outro fenômeno: uma grande solidariedade social que unia todos os componentes das comunidades. “Não havia questões que os dividissem. Eram uma só família. À noite, muitos pegavam o lampião e iam de casa em casa para o *filò*.” Palavras de Virgilio Tomasi, velho líder camponês de Santa Teresa.

Ao deixar a Itália, os camponeses deixaram a sociedade camponesa em agonia. No Brasil os esperavam alguns anos de terríveis dificuldades. Mas em seguida, tudo o que comprometera a sua existência como

1081 idem: pags. 128 e 11.

1082 Conversação gravada com Romeo Zufelatto, cit.

1083 Rizzetto referiu-se a “frades sicilianos que não puderam inserir-se em uma população que fala apenas o dialeto vêneto”, em *Colonizzazione...*, op. cit. págs. 12/13.

camponeses na Europa foi evitado. Acima de tudo, havia a terra. Não havia valores capitalistas a assediar a sua cultura, e a unidade familiar estava garantida (embora as terras baratas tenham diminuído a faixa etária em que os filhos homens pretendiam sua independência); as fiações não atraíam suas filhas, e o exército brasileiro durante muito tempo deixou seus filhos em paz. Além disto, como pequenos proprietários, não tiveram que pagar impostos por algumas décadas. Durante algum tempo, a colonização representou “uma das poucas tentativas de sociedade igualitária e de democratização na América Latina”.¹⁰⁸⁴ Embora em pouco tempo, através do comércio as diferenças de classe também seriam definidas na colônia. Uma coisa perdeu-se para sempre: a arrogância com que as classes dirigentes haviam tratado os camponeses na Europa. Perdeu-se, por exemplo, aquela atitude “pedagógica” da imprensa burguesa trentina da época para com os camponeses, como se se tratassem de idiotas. Finalmente, compartilhamos da curiosidade expressa por Rizzetto há 80 anos atrás: “É natural que nos perguntemos que resultados teriam alcançado se tivessem chegado a este lugar precedidos e acompanhados por missionários e professores inteligentes, por médicos e farmacêuticos, agrônomos e veterinários de sua nacionalidade e se, desde o início, tivessem sido subsidiados por instituições cooperativas e por bancos de pequeno crédito que os salvassem dos preços altíssimos das vendas e dos juros exorbitantes sobre as dívidas contraídas nos primeiros anos de estabelecimento.”¹⁰⁸⁵ A estes “se”, acrescentamos mais um: “se o Governo brasileiro lhes tivesse ajudado com mais previsão e organização.” Alguns destes ‘se’, em parte fazem a diferença entre a história brasileira e aquela dos Estados Unidos.

Colônia Santa Leopoldina, 1878-1879. Os cearenses. Às vésperas da emancipação

No Rio de Janeiro, os liberais subiram ao poder, em substituição aos conservadores. Julgaram que o sistema de colonização era um desastre com que o Estado desperdiçava grandes somas. O Ministro da Agricultura escreveu: “A má situação dos estabelecimentos coloniais; a falta de

1084 G. Rosoli: *Chiesa ed emigrati italiani in Brasile: 1880-1940*, em *Studi Emigrazione*, ano XIX, n. 66, junho de 1982.

1085 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 117.

trabalhos preparatórios para a rápida colocação dos colonos recém-chegados; a distribuição irregular dos salários e subsídios, que não raramente se prolonga durante anos; a ineficiente vigilância prestada à execução dos contratos que motivou numerosos abusos em detrimento dos interesses públicos: estas são algumas das causas pelas quais os sacrifícios do Estado não corresponderam devidamente a resultados por parte da colonização estrangeira.”¹⁰⁸⁶ Estas considerações, evidentemente corretas, poderiam sugerir uma mudança de rumo com referência à colonização e a uma racionalização dos serviços coloniais. Nada disto aconteceu: era o *De Profundis* das colônias, que o governo liberal decidiu fechar em pouco tempo. Mais uma vez os grandes proprietários de terras haviam decidido concluir aquela experiência, quando um fluxo espontâneo de imigrantes já se dirigira ao Brasil. Com o decreto de 27 de junho, suspendeu-se a validade do contrato firmado com Caetano Pinto. Através dele vieram para o Brasil pouco mais de 39.000 imigrantes; 13 em 1874, 7.321 em 1875, 15.427 em 1876, 7.940 em 1877 e 8.327 em 1878.¹⁰⁸⁷

As colônias continuavam na mesma desorganização de sempre, agora com ainda menos fundos à disposição. O Núcleo Conde D’Eu, considerado núcleo modelo, deixava que seus hóspedes apodrecessem nos barracões. Segundo a Presidência, aqueles que chegaram em outubro de 1877 foram instalados em seus lotes apenas em março de 1878.¹⁰⁸⁸ Este certamente foi o motivo pelo qual outros italianos recém-chegados decidiram não estabelecer-se naquele lugar. Oitocentos e dois chegaram de Gênova com o *Isabella*, em 26 de janeiro.

Destinavam-se, em sua maioria, ao Núcleo Conde D’Eu. Apenas 27 deles para lá se dirigiram no dia 30 e, enquanto um grupo dirigiu-se à Colônia de Rio Novo, 735 partiram para o Rio Grande do Sul no dia 8 de fevereiro.¹⁰⁸⁹ As autoridades haviam aprendido que não valia a pena retê-los contra a sua vontade. Aristides Arminio Guaraná escreveu à Presidência, apresentando algumas observações sobre o mau funcionamento das colônias. Sob seu ponto de vista, aliás, muito acertado, os problemas deviam-se a uma série de motivos: 1) Os colonos eram transportados, desordenadamente, para qualquer colônia. Isto gerava descontentamen-

1086 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbú de 1878*, cit.

1087 *idem*.

1088 *Relatório do Presidente M. da Silva Mafra de 22/10/1878*, cit.

1089 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 26/01, 30/01 e 08/02/1878.

to entre aqueles que haviam escolhido um estabelecimento diverso e aqueles que foram separados de familiares e amigos. “Indivíduos animados da maior boa vontade transformam-se em parasitas do Estado, incapazes de amar um país que lhes rouba os mais doces afetos, como aqueles dos familiares.”; 2) a estação em que os emigrantes eram transportados para o Brasil era errada. As variações de temperatura, muito bruscas. O ideal seria partir da Europa em março e chegar ao Brasil em abril; 3) os emigrantes deviam ser recebidos em locais confortáveis e imediatamente conduzidos a seus lotes. A primeira impressão freqüentemente determinava a atitude dos recém-chegados para com as autoridades, e os barracões, neste sentido, eram deletérios. No Núcleo Conde D’Eu contavam-se cinco com teto de palha e um em melhores condições; 4) era necessário dispor a qualquer momento de lotes demarcados, e sobretudo corretamente medidos, para evitar confusões nos barracões, brigas e reclamações quanto aos limites dos lotes, que eram a causa de enormes despesas e grandes aborrecimentos; 5) era necessário retornar aos ditames da lei de 1867. Deviam-se preparar com antecedência o desmatamento, a casa provisória e as trilhas de ligação entre esta e as estradas coloniais; 6) o Governo poderia economizar grandes somas adquirindo diretamente as ferramentas a serem distribuídas entre os colonos na Europa, evitando especulações que se tinham verificado até aquele momento; 7) deviam-se a qualquer custo evitar os atrasos nos pagamentos dos salários, único meio de sobrevivência dos colonos. Isto causava raiva e descontentamento. Era também a razão pela qual os diretores eram forçados a emitir bônus, que os comerciantes aceitavam apenas descontando altos percentuais sobre o valor nominal.

Finalmente, em um corolário bastante significativo, Guaraná declarava-se partidário de um severo controle das administrações coloniais por parte do governo.¹⁰⁹⁰ O diretor demonstrava-se um ótimo conhecedor da problemática das colônias. Mas demonstrava também ser um personagem ambíguo, de muitas faces. O documento em questão era de maio, e dizia o exato oposto de um outro documento que desejamos mencionar. Escrito a 19 de janeiro, era uma resposta a uma nota do Consulado Italiano do Rio de Janeiro, de 25 de novembro de 1877. De acordo com o Consulado, os colonos lamentavam-se da insuficiente distribuição de víveres à sua chegada, da falta de terrenos livres de vegetação e prontos

1090 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. sem data e GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 15/05/1878.

para serem cultivados, das habitações miseráveis e insuficientes que os acolhiam, da demora em instalá-los nos lotes e dos agravos a que as autoridades coloniais os submetiam.

A resposta que chegou de Santa Leopodina é surpreendente. As acusações do Consulado Italiano estavam em sintonia com o pensamento de Guaraná. E no entanto, a direção negou tudo o que este afirmava, com impressionante despudor, e decididamente recorrendo a mentiras em alguns pontos.

Em um momento em que no Núcleo Conde D'Eu os colonos estavam há meses nos barracões de palha e ali permaneceriam por outros meses, afirmou-se que não faltavam terrenos para o cultivo, mas que se tratava “de resistência dos colonos italianos em tomar posse de seus lotes.” A terra não podia ser entregue livre de vegetação, pois “as florestas são a característica da boa terra, e se os colonos italianos encontrassem a terra já inteiramente desmatada, praticamente não se teria necessidade deles.” Em outras palavras, os italianos eram trazidos da Europa para serem lenhadores! Segundo o documento, as casas que acolhiam os colonos não eram insuficientes ou miseráveis. “Ao contrário, em seus lotes estes encontram sempre uma casa provisória com as possíveis comodidades, e situada em uma área desmatada.” Tratava-se de uma absoluta falsidade. Não apenas a maior parte dos colonos devia esperar muito tempo nos barracões, como o sistema de concessão de uma casa provisória fora abandonado desde a época da chegada dos primeiros italianos, e substituído por dinheiro. Quanto aos atrasos nas entregas dos lotes, estes deviam-se, segundo o documento em questão, à resistência dos colonos em tomar posse das terras. Admitia-se, enfim, que algumas vezes se fizesse uso de maneiras um pouco bruscas com os colonos, mas isto era necessário devido à grande aglomeração de indivíduos.¹⁰⁹¹ É difícil julgar tais comportamentos. Tudo era possível nas colônias brasileiras da época. É possível inclusive supor que o documento fosse falso. Se for autêntico, lança uma péssima luz sobre aquele diretor.

Três telegramas que caluniavam o diretor chegaram à Inspetoria, ao Ministério e ao jornal de Vitória. Estavam assinados por colonos trentinos. Guaraná escreveu à Presidência, afirmando que tratavam-se de falsidades e que seu autor era o médico Eloy Martins de Souza, que tentava conspurcar sua reputação como diretor. Alguns dias depois, Guaraná apresentava duas

1091 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 19/01/1878.

cartas dos próprios colonos trentinos, que afirmavam jamais ter expedido aqueles telegramas.¹⁰⁹² Sem comentários. Faltavam sacerdotes, tanto no Núcleo de Cachoeiro (após o afastamento de Cunego) quanto em Conde D'Eu.¹⁰⁹³ Foi anunciada a chegada ao Espírito Santo de grandes grupos de habitantes do Ceará, que abandonaram aquela região em seguida a uma terrível seca que, iniciada em 1877, concluir-se-ia apenas em 1880 e, de acordo com Celso Furtado, causaria de 100 a 200.000 mortes.¹⁰⁹⁴ Guaraná aproveitou a oportunidade para levar à colônia parte daquela gente: estavam aclimatados e conheciam os sistemas agrícolas da região.¹⁰⁹⁵ Chegaram em grupos sucessivos (dos quais o mais numeroso era composto de 500/600 pessoas) cerca de 2.000 unidades. Apenas em pequena parte foram estabelecidos nas colônias, devido à confusão gerada por esta questão: tinham os brasileiros direito ao mesmo tratamento dos europeus, definido pela lei de 1867? Outros foram estabelecidos em outras terras, públicas e privadas.¹⁰⁹⁶ Muitos deles chegaram em condições físicas desesperadoras. Em número de 134, foram instalados no Núcleo Conde D'Eu, mas a maior parte morreu durante uma epidemia.¹⁰⁹⁷ Ao menos dois outros grupos de cearenses chegaram sucessivamente à colônia naquele ano. De acordo com o diretor, o primeiro grupo era constituído por “gente debilitada pelas privações que sofrera, trazendo consigo germes de doenças adquiridas em outro lugar”. O estado do segundo grupo era diverso: “Gente válida, diferente da primeira, tanto pelas condições sanitárias quanto pelo hábito do trabalho, que os outros não possuíam.”¹⁰⁹⁸

Mas não foi uma simples epidemia de aclimação o que atingiu os cearenses à sua chegada, e não fez estragos apenas entre eles. Mas, como sempre, tratava-se de desdramatizar a questão e de impedir que circulassem notícias que poderiam denegrir um certo núcleo ou uma certa colônia. Um ano depois, Guaraná referir-se-ia a uma “horrrível epidemia de febre palustre, que fez um grande número de vítimas.”¹⁰⁹⁹ Segundo o estudioso Luiz

1092 idem: doc. dd 29/01 e 01/02/1878.

1093 idem: doc. dd 26/01/1878.

1094 C. Furtado: op. cit. pág. 133.

1095 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 01/02/1878.

1096 *O Espírito-Santense*, vários números a partir de 06/03/1878; M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. pág. 274; B. C. Daemon, op. cit. pág. 451.

1097 *Relatório do Presidente M. da Silva Mafra de 22/10/1878*, cit.

1098 *Relatório ao Ministério da Agricultura de 11/09/1878* e APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38.

1099 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd. 17/08/1879.

Busatto, dentre os colonos italianos que chegaram com o *Clementina*, uma a cada 4 pessoas morreu, e inúmeros foram os mortos entre os que vieram do Ceará. Busatto fala de epidemia de febre amarela, de que entretanto não encontramos indícios, e tudo leva a crer em uma forma virulenta de malária (tanto que tentou-se combatê-la com sulfato de quinino).¹¹⁰⁰

Outros italianos abandonavam Timbuhy, em pequenos grupos. Guaraná propunha que se exigisse a apresentação de um passe especial para os colonos que confluíam à capital. Quem não o tivesse seria mandado de volta à colônia.¹¹⁰¹ O doutor Eloy foi finalmente afastado da colônia, acusado de não cumprir seu dever, e *O Espírito-Santense* comprazia-se do fato de que, sendo o doutor um liberal, tivesse sido demitido por um governo liberal (não obstante a viagem ao Rio de Janeiro do liberal Pitanga, que aliás estabelecera-se ilegalmente na província).¹¹⁰²

Após anos de silêncio, os poloneses mais uma vez se manifestaram, pedindo um padre e um professor que ensinasse a sua língua. A direção da colônia foi transferida para Santa Cruz para que se pudesse acompanhar mais de perto as questões do novo núcleo.¹¹⁰³ Guaraná não perdia a oportunidade de ilustrar aos superiores a fertilidade das terras daquele núcleo e sua excelente localização em relação às vias de comunicação. Mas alguns colonos escapavam dali também, tanto que a direção tinha que recorrer ao juiz para mandar procurá-los.¹¹⁰⁴ Os apelos à economia eram cada vez mais frequentes, e Guaraná reduziu as despesas da colônia ao nível das despesas que seu predecessor empregara apenas para o Núcleo Timbuhy.¹¹⁰⁵

Já há algum tempo falava-se da emancipação do Núcleo de Cachoeiro, mas a direção aconselhava que isto só ocorresse após a construção de algumas estradas e pontes consideradas indispensáveis, e após a demarcação de muitos lotes. Caso contrário, “os habitantes daquele núcleo viveriam em contínua guerra”.¹¹⁰⁶

Mas no início de maio a colônia dispunha de apenas dois agrimensores, dos quais um doente, e por volta do final do mês o diretor calculara

1100 L. Busatto: op. cit.

1101 APEES: GDA, Segunda Série, livro 33, doc. dd 16/02/1878.

1102 *O Espírito-Santense* de 13/02/1878 e APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 14/03/1878.

1103 idem: doc. dd 05/03 e 12/03/1878.

1104 idem: doc. dd 26/03 e 28/05/1878.

1105 idem: doc. dd 02/04/1878.

1106 idem: doc. dd 02/06/1878 e *Relatório ao Min. da Agricultura de 11/09/1878*, cit.

JÁ BRASILEIROS



Chega o automóvel. Este pertencia a David Zanotti (ao centro), filho de Giovanni (1817), que veio de Cimone para o Brasil.

que seriam necessários ao menos seis, mesmo porque estavam chegando os grupos do Ceará.¹¹⁰⁷ Casos humanos tristíssimos eram muito frequentes. Giuseppe Bortesi chegara à colônia em 1876 com sua família e falecera algum tempo depois. Em fevereiro de 1878 falecia também sua esposa, e em março uma filha. Os dois filhos que restaram foram entregues a duas famílias diferentes; os parcos bens da família foram vendidos e o dinheiro enviado à Inspetoria.¹¹⁰⁸ Mais uma vez o trentino Raffaele Gadotti expediu a Trento, a Vigilio Tomasi, uma soma em dinheiro. Desta vez tratavam-se de 300\$000, demonstrando que alguns dos colonos conseguiam economizar dinheiro (enquanto outros quase passavam fome).¹¹⁰⁹

Para Guaraná, fora uma leviandade abrir o Núcleo de Timbuhy: “Ninguém nesta província se espanta das más condições de fertilidade do terreno em que se encontra o Núcleo de Timbuhy.”

Até aquele momento não se fizera sequer uma colheita, e a direção decidira transferir muitos colonos. Mas chegara a ordem de suspender também as distribuições de trabalho entre esta gente. Sem condições de sobreviver, os colonos precipitaram-se a Santa Teresa, mas foram contidos pelos militares.¹¹¹⁰ Mas os protestos contra a redução dos financiamentos intensificaram-se, e em agosto mais de 300 colonos de Timbuhy e do Núcleo Conde D’Eu dirigiram-se à capital.¹¹¹¹ O doutor Serpa exigiu pagamento por seu trabalho durante a epidemia de febres e varíola que atingira o Núcleo Conde D’Eu, e a direção reconheceu sua incansável dedicação na ocasião, cuidando dia e noite dos doentes.¹¹¹² Em setembro, 36 colonos escreveram uma carta de protesto ao Ministério da Agricultura e ao Consulado Italiano. Referiam-se a promessas não cumpridas, trabalhos distribuídos sem equidade e inteligência e também a maus tratos, injustiças e abusos praticados por Franz von Lipp, o agrimensor austríaco que exercia cargos de confiança junto à direção, que há muito encontrava-se em Santa Teresa.¹¹¹³

Von Lipp muitas vezes entrara em conflito com os colonos de língua italiana, mesmo aqueles de cidadania austríaca como ele. Diz-se que

1107 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 01/05 e 18/05/1878 e GDG, Segunda Série (383L), livro 57, dfl dd 20/05/1878.

1108 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 15/05/1878.

1109 idem: doc. dd 01/05/1878.

1110 idem: doc. dd 28/06/1878.

1111 *O Espírito-Santense* de 24/08/1878 e *Relatório do Pres. M. da Silva Mafra* de 22/10/1878, cit.

1112 APEES: GDA, Segunda Série, livro 25, doc. dd 12/09/1878.

1113 idem: doc. dd 15/09/1878.

o próprio nome dado à pequena cidade de Santa Teresa poderia ter sido outro, não fosse a sua antipatia por Vigilio Lamber, líder carismático dos primeiros grupos de trentinos que chegaram à colônia, que desejava chamá-la S. Vigilio (em homenagem ao padroeiro de Trento).¹¹¹⁴ Os liberais desejavam acelerar o ritmo de liquidação das colônias, e agora todos os meses chegavam ordens de restrições de despesa. Reduziu-se o salário dos professores para 15\$000 mensais, afirmando que os próprios colonos poderiam complementar a diferença, decretando assim a morte das escolas coloniais; diminuiu-se o salário do diretor e decretou-se até o fechamento das enfermarias.¹¹¹⁵ A direção opôs-se, afirmando que o médico não poderia assistir toda aquela gente em suas casas espalhadas por um imenso território. Era inclusive desumano que o governo se recusasse a fornecer medicamentos gratuitos após os primeiros 6 meses de vida na colônia:

“Não é desconhecido de V. E. que o período de seis meses é menos que suficiente para qualquer indivíduo, por mais trabalhador e ativo que seja, para desmatar, queimar, preparar o terreno, plantar e colher de forma a defender-se da necessidade. Se isto ocorre com os habitantes nativos do país, ainda com maior razão ocorre com indivíduos que não estão habituados ao clima, e especialmente aos tipos de cultivo praticados entre nós.”

Os colonos também eram sempre afligidos por doenças. Se o governo pretendia negar-lhes remédios, era melhor que o fizesse imediatamente, antes que estes gastassem o pouco dinheiro que haviam trazido da Europa para melhorar seus lotes.¹¹¹⁶ A chegada de outros cearenses foi anunciada em novembro, e a direção aconselhou a abertura dos orfanatos previstos pela lei de 1867, mas que nunca foram instituídos. Era alto o número de órfãos em Santa Leopoldina.¹¹¹⁷ Matteo Pomarolli escreveu outras duas cartas ao pai. Comunicou que o negócio que abrisse em Santo Antônio falira. Não podia, portanto, retornar ao Trentino: “É melhor que eu renuncie a todas as doçuras do velho mundo, da pátria, da própria família e até a riquezas se houvesse, do que ser escarnecido por todos,

1114 F Müller: op. cit. pág. 14.

1115 APEES:GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 20/11 e 24/11/1878; GDG, Segunda Série (383L), livro 57, dfl dd 24/11/1878.

1116 idem: doc. dd 23/11/1878.

1117 idem: doc. dd 24/11/1878 e GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 20/11/1878.

porque esta seria para mim uma vida muito infeliz”. Ele entretanto casara-se com uma trentina, Giovanna Tomé, de Scurelle.¹¹¹⁸

Com a documentação de que dispomos, é difícil estabelecer o número de entradas na colônia em 1878. Cinquenta e sete italianos (dentre os quais 5 trentinos) chegaram em pequenos grupos, mas não estamos certos de que a documentação que consultamos seja completa.¹¹¹⁹ Devem-se acrescentar os imigrantes do Ceará, que sabemos que eram 209 em setembro (muitos, contudo, já haviam morrido). É provável que em novembro ou dezembro outros tivessem chegado. Com estes dados, e considerando também o possível incremento natural, podemos admitir a hipótese de que a população da colônia tivesse aumentado em cerca de 500 unidades e as entradas do ano girassem em torno a 300/400 unidades (considerando que muitos cearenses haviam morrido). Segundo o diretor, porém, a população devia ser superior a 10.000 pessoas: mais ou menos 6.000 no Núcleo de Cachoeiro, mais ou menos 3.000 no Núcleo Timbuhy e 1.179 no Núcleo Conde D’Eu (ainda chamado Núcleo Santa Cruz).¹¹²⁰

De acordo com o Ministério, ao contrário, a população contava 11.366 habitantes, das quais 7.000 no Núcleo de Cachoeiro, 3.182 no Núcleo Timbuhy e 1.184 no Núcleo Conde D’Eu. Em Timbuhy eram ainda os trentinos o grupo mais numeroso, com 1.296 pessoas, seguidos dos italianos, com 1.226, dos poloneses com 336, alemães com 231 e brasileiros, com 93.¹¹²¹ Dada a contabilidade colonial, praticamente inexistente, os números devem ser considerados apenas indicativos. Nossos cálculos apontariam uma população de 9.000/9.500 pessoas. A inexatidão das informações da direção e do Ministério é demonstrada também pelo fato de que este último escreveu que a maioria dos habitantes do Núcleo Conde D’Eu era trentina, sendo que a lista de entradas que verificamos demonstram que tratavam-se de lombardos e vênetsos, com uma pequena minoria de trentinos.

No início de 1879, o governo demonstrou uma vez mais que queria acabar com as colônias. Os governos da Áustria-Hungria, Alemanha, França e Inglaterra foram advertidos de que fora suspensa a validade da Lei 3.784, de 19/01/1867. Era o dia 21 de janeiro, e a partir daquele momento quem se estabelecesse nas colônias brasileiras não receberia qual-

1118 BCFT: MS 444.

1119 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, vários documentos.

1120 *Relatório ao Min. da Agricultura de 11/09/1878*, cit.

1121 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbu de 1878*, cit.

quer tipo de auxílio.¹¹²² As medidas que visavam a economia seguiam-se continuamente. Deu-se ordem de diminuir o pessoal, e à Colônia Santa Leopoldina concederam-se apenas 15 empregados. Eliminou-se a figura do ajudante de diretor mas, não sendo possível dispensá-la, Guaraná designou os agrimensores Franz von Lipp e Henrique L. Laporte como seus ajudantes nos núcleos de Timbuhy e de Porto de Cachoeiro.

Mas àquela altura, mais do que nunca havia falta de agrimensores, e isto atrasava os trabalhos que se estavam realizando para a emancipação da colônia.¹¹²³ Às vezes o Presidente da Província devia valer-se de seu direito de abrir novos créditos sob sua responsabilidade para resolver situações difíceis e perigosas, mas este de repente vira-se bombardeado por ordens que lhe exigiam “a mais estreita economia”.¹¹²⁴ Ordenou-se mais uma vez o fechamento das enfermarias dos vários núcleos. O doutor Serpa, de Conde d’Eu, respondeu: “Chamo a atenção de V. E. para o pouco tempo de existência deste estabelecimento colonial e sobre as condições em que aqui se encontra o colono. [...] Permita V. E. que eu afirme ser um grande mal fechar neste núcleo enfermaria e farmácia.”¹¹²⁵ Talvez fosse mais do que um “grande mal”. A zona situava-se ao nível do mar e o clima não era o mais adequado aos europeus, e também em 1879 a epidemia repetiu-se. Em março, algumas comunicações à Presidência e à Inspetoria lamentavam-se do fato de que o doutor Serpa, então o único médico disponível, partira para o Rio de Janeiro sem qualquer permissão.¹¹²⁶ Mais uma briga entre o pessoal da colônia?

Um documento de agosto comunicava que a população do núcleo contava 1.509 pessoas, divididas em 351 famílias. Dentre estas, 57 eram cearenses, com 258 indivíduos (o que confirma que depois de setembro de 1878 um outro grupo de cearenses estabeleceu-se no núcleo). Guaraná não perdia a ocasião de elogiar as qualidades daquele núcleo, que considerava seu. A terra ali era excelente, as comunicações muito fáceis. O próprio centro urbano que se estava preparando teria, segundo ele, um grande futuro: “Devido à sua posição topográfica e fa-

1122 *Relatório do Ministro da Agricultura M. Buarque de Macedo de 14/05/1880*, cit.

1123 *Relatório do Min. da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbu de 1879*, cit. e APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 28/04/1879.

1124 APEES: GDG, série 751, livro 126, doc. dd 15/03, 18/08 e 12/09/1879.

1125 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 06/04/1879.

1126 idem: doc. dd 06/03 e 14/03/1879 e GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 10/02 e 14/03/1879.

cidade de comunicação com outros pontos do Império, está destinado a ser uma grande cidade e um empório comercial, se a colonização continuar a progredir e o Governo Imperial decidir estender ainda mais o Núcleo Santa Cruz, aproveitando as fertilíssimas terras que o circundam.” Guaraná certamente empregava todo o seu zelo e os seus esforços para animar aqueles colonos. Mas em meio ao otimismo já surgiam algumas fissuras: “Por serem extremamente ricos em húmus os terrenos em que se encontram os lotes coloniais, as primeiras colheitas de cereais não podem ser tão vantajosas como aquelas que se seguirão.” Italianos e cearenses já haviam plantado 500.000 pés de café, cereais e árvores frutíferas.¹¹²⁷ Quem fornecia as mudas era Edoardo Gabrielli, e a maior parte das famílias plantara ao menos 5.000.¹¹²⁸ Havia uma pequena estrada que ligava Conde D’Eu a Timbuhy, mas em diversas ocasiões Guaraná recorreu que seria útil abrir uma via de comunicação entre o núcleo e o Distrito de Petrópolis (Timbuhy), considerado fertilíssimo, mas ao qual os colonos não tinham possibilidades de exportar seus produtos. Esta estrada ligaria “o fertilíssimo vale do Rio Doce” às zonas habitadas em torno à capital, e constituiria uma nova ligação entre o Espírito Santo e Minas Gerais. No momento em que o governo batia em rápida (e, sob alguns aspectos, inglória) retirada do fronte de colonização, algumas pessoas pensavam em eleger as terras do Rio Doce como o fronte para o qual se dirigiria a nova fase da colonização capixaba.¹¹²⁹ Domenico Giffoni, que teria exatamente na colonização do Rio Doce um papel importante, ressurgiu, firmando com o Governo do Espírito Santo um contrato para a importação de 20.000 italianos em 3 anos. Em 1879 este senhor solicitou ao Governo Brasileiro uma honorificência por ter arriscado a vida aplacando centenas de seus compatriotas exaltados (por ocasião das fugas em massa em direção a Santa Catarina e Rio Grande do Sul?) e por outros serviços prestados ao país. Guaraná confirmou que o tal Giffoni ajudara o diretor precedente, mas assegurou que agora “tornara-se o advogado gratuito das pretensões indevidas dos colonos”, prejudicando a colonização e o Brasil. Desejava tornar-se cônsul italiano em Vitória, e a condecoração o ajudaria nisto. Segundo o diretor, ele era um notório viciado em jogo.¹¹³⁰

1127 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 17/08/1879.

1128 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 01/02/1879.

1129 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 17/08/1879 e GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 31/05/1879.

1130 idem: doc. dd 14/03/1879 e GDG, série 751, livro 126, doc. dd 07/02/1879.

Não dispomos de outras informações que o confirmem ou desmintam, mas esta não era a primeira vez em que o Governo Brasileiro servia-se de aventureiros para atrair os camponeses europeus. Eclodiu no mesmo período um caso que envolveu as autoridades governativas italianas. O capitão de uma corveta ostentando a bandeira italiana que visitara a Colônia de Santa Leopoldina escreveu à Itália que naquela colônia não se respeitavam as normas contidas na lei sobre as colônias de 1867, e que as condições dos colonos eram pouco satisfatórias. O diretor e a Presidência negaram tudo, e mais uma vez recorreu-se à desculpa de que os colonos tendiam à vagabundagem e a evitar o trabalho sério e honesto.¹¹³¹ Mas, aparentemente, a esta altura estabelecera-se teoricamente uma nova tática entre as autoridades administrativas coloniais. Os núcleos coloniais que apenas algumas semanas antes haviam sido considerados caóticos, agora eram descritos como em condições suficientemente boas para serem emancipados. Era o caso de Timbuhy que, segundo todos os relatórios dos diretores e dos Presidentes da Província, há pelo menos dois anos fora definido pouco fértil, inculto e com colonos que deviam ser transferidos de lote, e de repente era classificado como o oposto. Agora, assim se expressavam os diretores e a Presidência: “Os núcleos de Timbuhy e Porto de Cachoeiro estão de tal maneira desenvolvidos que de forma alguma necessitam de ajuda por parte do Governo Imperial. Os colonos que ali se encontram estabelecidos estão na maior parte em condições de viver independentes e com recursos próprios. Tenho a honra de propor a V. E. a emancipação dos referidos núcleos.”¹¹³² Mas tratavam-se de exageros no sentido contrário aos que anteriormente definiam Timbuhy como um núcleo não cultivado e sem futuro. E, não obstante a referência a “colonos em condições satisfatórias, podendo mesmo dizer-se que têm seu futuro garantido”, em Timbuhy muitos ainda solicitavam a troca de lotes, pois haviam sido instalados em locais que se revelaram estéreis.¹¹³³ O Núcleo de Cachoeiro, sob a proteção do governo há mais de duas décadas, não podia apresentar os mesmos problemas de Timbuhy, nascido há menos de 5 anos. Os poloneses, uma vez que não lhes concederam um padre, providenciaram-no. Tratava-se de Emilio Goch, que fizeram admitir como colono e o paga-

1131 idem: doc. dd 10/03/1879 e GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 07/02/1879.

1132 idem: doc. dd 07/06/1879. Veja-se também GDG, série 751, livro 126, doc. dd 02/07/1879.

1133 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 29/04 e 31/10/1879.

vam eles próprios. Infelizmente, descobriu-se rapidamente que ele também era um dos muitos “sedentos” de que se libertara o clero europeu e que se encontrava sempre embriagado.¹¹³⁴ Domenico Martinelli foi convidado a visitar o Núcleo Conde D’Eu a cada segundo domingo do mês e a celebrar ali a missa. Mas preparava-se um pequeno aborrecimento também para ele. Para suprir as necessidades espirituais dos colonos alemães, o Bispo do Rio de Janeiro permitiu que o capelão da ex-Colônia Santa Izabel exercesse o seu ofício também em Santa Leopoldina como se fosse o seu pároco. Segundo a direção, tratava-se provavelmente de um equívoco, pois Martinelli obtivera a mesma permissão do Bispo. Mas isto não era tudo: Johann Fritzen não era benquisto na Colônia Santa Leopoldina. “O padre Fritzen, não apenas em suas prédicas insinua aos colonos que não devem permitir que o capelão da colônia exerça seu sacerdócio, como prega contra aqueles que enviam seus filhos às escolas coloniais, onde se ensina português, ameaçando-os com castigos e penas eternas. Fanatizados por este padre, começam a surgir atos de insubordinação.” O diretor pediu que Fritzen fosse afastado da colônia.¹¹³⁵ Um grupo de comerciantes já se estabelecera no Núcleo Conde D’Eu: eram quase todos brasileiros, além de Edoardo Gabrielli e do trentino (de Mattarello) Lorenzo Tamanini.¹¹³⁶ Leonardo Comper, de Besenello, que fizera parte do grupo de colonos que vieram com Tabacchi, solicitou permissão para comprar um quilômetro quadrado de terra, sinal de que gozava de uma invejável condição econômica.¹¹³⁷ O governo liberal, que duramente criticara os conservadores por sua administração no setor das colônias, não apenas tentava abandoná-las às pressas, como cometia os mesmos erros. Em dezembro, ainda não haviam sido pagos os salários de outubro, e muitos colonos eram forçados a abandonar seus lotes e correr em todas as direções em busca de um modo qualquer de sobrevivência.¹¹³⁸

Em janeiro de 1880, a direção expediu um relatório sobre a colônia à Presidência da Província, que por sua vez enviava um ao Ministério. Os dois relatórios eram substancialmente similares, e diferiam ape-

1134 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 05/08/1879.

1135 idem: 2 doc. dd 15/03/1879.

1136 idem: doc. dd 07/02/1879.

1137 APEES: GDG, série 751, livro 126, doc. dd 24/05/1879.

1138 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 13/12/1879.

nas em algumas sutilezas (note-se que o Presidente falava por experiência direta, tendo visitado há pouco a colônia). O Núcleo Porto de Cachoeiro estava “cheio de prosperidade” e pronto para ser emancipado. Era composto em sua maioria por alemães, mas havia ali também holandeses, suíços, poloneses, franceses e austríacos que conviviam pacificamente. Sua população era de cerca de 6.000 pessoas, e produzia 2 milhões de kg de café, exportando quase 900.000 (além de outros produtos). A sede era “uma das melhores da província, lugar de grande e animado comércio”. Apenas com relação à instrução as coisas não iam bem, e um único professor permanecera após a redução do salário dos professores para 15\$000. Além da sede, contavam-se os distritos de Bragança, Suíssa, Santa Maria, Hollanda, Jequitibá, Gallo, Melgaço, Caramuru e Rio das Farinhas. Não sabemos se a estes se deviam acrescentar os Distritos de Luxemburgo e Pomerânia, freqüentemente citados na correspondência das autoridades.

Já o Núcleo de Timbuhy hospedava cerca de 3.000 pessoas. Seu desenvolvimento fora lento devido a terrenos de má qualidade, mas depois que muitos colonos obtiveram permissão para mudar de lote “hoje já podem viver de suas colheitas.” A esta constatação, Guaraná acrescentava outra: “A prosperidade em que se encontram os colonos lá estabelecidos é testemunhada pelo fato muito significativo de que foram suspensos todos os trabalhos que lá eram executados, sem que ocorressem problemas, desordens ou mesmo reclamações.” De fato, o Estado abandonava Timbuhy após 5 anos, e Cachoeiro após 20. Mas o Presidente exprimia idéias parcialmente diversas sobre Timbuhy: “A distância em que se encontra (10 léguas) do mais próximo porto de embarque, as dificuldades que derivam de uma enorme sucessão de montes e cadeias de montanhas que impedem uma estrada fácil e econômica e a circunstância de seu terreno, inadequado à cultura do café, levam-me a crer que pouco mais do que isto deve-se esperar de Timbuhy em favor da colonização”. Em resumo, o núcleo seria abandonado à própria sorte porque “não tinha futuro”. Seus habitantes mais uma vez demonstrariam que se tinham enganado. Os distritos em que se dividia eram: Petrópolis, São João, Santo Antônio, Santa Lúcia, Três Barras, 25 de Julho, Valsugana e Lombardia.

O Núcleo Conde D’Eu (que ainda por alguns anos seria chamado Santa Cruz) era considerado o mais moderno. Sua população era de cerca de 2.000 pessoas, divididas em 308 núcleos familiares italianos, 57 de imigrantes do Ceará e 55 “de índios naturais da província”. O núcleo apresentava “um notável progresso e boas perspectivas”. Dividia-se nos se-

guintes distritos: Pendanga, Perobas, Sapateiro, Santa Maria, Mundo Novo, Aracaju e Monte Seco.¹¹³⁹

De acordo com estas informações, a colônia contava cerca de 11.000 habitantes. Sobre as entradas há indicações contraditórias. Temos notícia da entrada de 80 italianos em grupos diversos.¹¹⁴⁰ No relatório anual do Ministério, afirmava-se que entre os imigrantes que chegaram no porto do Rio de Janeiro, 123 italianos e 5 espanhóis dirigiram-se à Leopoldina (mas em outra parte fala-se de 80 entradas e 141 saídas). As autoridades comunicaram 96 nascimentos e 140 óbitos, demonstrando como ainda eram agudos os problemas de aclimação.¹¹⁴¹ Acrescente-se que além das 55 famílias de “índios”, certamente outras famílias de brasileiros haviam se estabelecido na colônia.

Colônia de Rio Novo, 1878. A revolta do V Território. Ocupação do III Território. Boicote a Pinto Pacca

Em janeiro, ainda não haviam sido distribuídos os salários de outubro, novembro e dezembro. A direção distribuiu os sólitos bônus de que, segundo o próprio Pacca, os comerciantes descontavam 10 ou 20%.¹¹⁴² Isto provavelmente contribuiu para aquecer ainda mais os ânimos no V Território. Os dias 19 e 20 de janeiro foram dias quentes. Segundo um documento do encarregado do V Território, no dia 19 o ajudante do diretor encontrava-se lá e envolveu-se em uma discussão com um grupo de colonos que o ameaçaram de morte. Era dia de pagamento. É quase certo que este se retirou, mas à noite um grupo de colonos, organizados, dirigiu-se à casa do encarregado. Invadiram-na e queriam colocá-lo para fora, declarando que o obrigariam a dormir na floresta. Também contra ele fizeram ameaças de morte. Responderam-lhes que seriam considerados fora-da-lei e acusados de formar um grupo revolucionário. Ele estava certo de que aquela gente visava exclusivamente roubar o dinheiro que se

1139 *Relatório apresentado ao presidente da Província pelo Diretor da Colônia Santa Leopoldina em 17/11/1880*, em APEES: GDA, Segunda Série, livro 35 e *Relatório apresentado pelo Presidente da Província ao Ministro da Agricultura a 15/01/1880*, em APEES: GDG, série 751, livro 126.

1140 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, documentos diversos.

1141 *Relatório do Ministro da Agricultura M. Buarque de Macedo de 14/05/1880*, cit.

1142 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 05/01 e 18/01/1878.

encontrava naquela sede e que se destinava ao pagamento dos salários. O documento em questão era uma carta do encarregado da direção para o V Território ao ajudante da direção, senhor Claudio do Couto Souza Lima. Estava datado de 21 de janeiro e não comunicava outras desordens.¹¹⁴³ Talvez tenha acontecido mais alguma coisa em seguida, pois a 23 de janeiro foi comunicado à presidência que a ordem fora restabelecida.¹¹⁴⁴ Era uma comunicação à Inspetoria Geral de Terras e Colonização, que citava inclusive alguns chefes da revolta que queriam expedir para o Rio de Janeiro. Em outro documento do mesmo dia, afirmava-se que os colonos que haviam dirigido aquela sedição eram 5 ou 6. Mencionava-se um soldado gravemente ferido e fazia-se referência aos dias 19 e 20 de janeiro.¹¹⁴⁵ A dúvida, vistas as datas das várias comunicações, é a seguinte: os confrontos entre os colonos e as autoridades aconteceram em outro lugar, tanto que o encarregado da direção nada sabia e ainda no dia 21 não os mencionara? Em um outro documento de 19 de janeiro faz-se referência também ao levante dos dias 19 e 20 e à prisão de alguns colonos, realizada com a ajuda dos funcionários coloniais do II Território, “sem qualquer alteração da tranqüilidade pública e no modo mais humano possível para os prisioneiros”.¹¹⁴⁶

No dia 25 de janeiro, a Inspetoria comunicou que a Presidência enviaria soldados.¹¹⁴⁷ Uma medida tomada com atraso ou a ordem pública fora mais uma vez colocada em perigo? Os chefes dos revoltosos foram considerados Morosini, Piva, Brembati e um outro cujo nome está ilegível. Falou-se em “investigações severas” e decidiu-se expulsar aquela gente.¹¹⁴⁸ Como se vê, à luz dos documentos que analisamos, parece bastante confusa a história daquela “insurreição” do V Território. Suspeitamos que a ocorrência tenha sido dramatizada pelo próprio Pacca, na tentativa de encontrar um pretexto para dar uma lição aos colonos italianos daquele território que tantos aborrecimentos lhe causaram e que recusavam-se absolutamente a colaborar com ele, considerando-o seu inimigo.

1143 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 21/01/1878.

1144 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 23/01/1878.

1145 idem: outro doc. 23/01/1878.

1146 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 29/01/1878.

1147 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 25/01/1878.

1148 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 23/01 e 01/02/1878.

No mais, os dois relatórios presidenciais daquele ano não fizeram menção ao que ocorreu naquela ocasião, demonstrando que não foi coisa de grande importância. Era ainda viva a contenda pública entre Pacca, de um lado, e Cintra e Maciel de outro. A direção mandara processar Carlo Bogliacco, um colono que prestara certos serviços especiais em nome de e por conta do engenheiro Deolindo Maciel. De acordo com Pacca, este beneficiou-se de um advogado pago pelo próprio engenheiro e não foi condenado. Poderíamos também pensar que talvez o juiz não o tenha considerado tão amplamente culpado, como afirmava Pinto Pacca. Decidiu-se, entretanto, pela sua expulsão, que aconteceu em fevereiro. Infelizmente para Pinto Pacca, Bogliacco retornou em março à colônia.¹¹⁴⁹ Os colonos do V Território enviaram uma petição ao imperador em que acusavam Pinto Pacca de “odiosas vinganças”. Este desmentiu as acusações e observou que a petição assemelhava-se muito a um texto de Maciel publicado pelo jornal *Actualidade*. Era ele, segundo Pacca, que se servia dos colonos, e fazia-o especialmente por meio de uma meia dúzia de negociantes do V Território que tiveram a oportunidade de lucrar muito. O engenheiro em questão teria iniciado uma campanha difamatória contra Pacca, afirmando que este suspendera o fornecimento de víveres gratuitos por seis meses, apenas para embolsar o dinheiro. Ora, Pinto Pacca afirmava que Carlo Bogliacco retornara à colônia espalhando o rumor de que Maciel voltaria.¹¹⁵⁰ É certo que nas estruturas centrais do poder alguma coisa mudara pois, como veremos, durante o ano de 1878 o trabalho de Pacca foi dificultado por uma série de boicotes.

Enquanto o ajudante do diretor informava do II Território que faltavam financiamentos, Pacca comunicava aos superiores as medidas que tomara para diminuir as despesas. Seriam reduzidos os salários de 2\$200 a 1\$500 diários, seriam vendidas as mulas de propriedade da colônia e usadas no transporte dos colonos e suas bagagens quando estes chegassem ao IV Território, e enfim seria vendido o moinho que a direção construía no mesmo território. Também os condutores das mulas e o moleiro seriam dispensados de seus serviços. Para a recepção de novos colonos seriam usados os serviços de mulas de propriedade de comerciantes locais, e havia naquele território alguns moinhos privados. Evidentemente, quem lucrava mais uma vez eram os comerciantes, que não ape-

1149 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 13/03/1878.

1150 idem: doc. dd 25/04/1878.

nas alugariam as mulas à direção, como supostamente eram também os proprietários da maior parte dos moinhos.¹¹⁵¹ No final de janeiro, também em Rio Novo anunciou-se a chegada de um grupo de cearenses retirantes. Eram 52.¹¹⁵² Em fevereiro chegaram outros, alguns dos quais em condições de saúde desesperadoras.¹¹⁵³ Ainda em fevereiro chegou a Vitória o navio *Isabella*, e 40 emigrantes foram levados a Rio Novo. Todos destinavam-se ao IV Território, mas o agrimensor que demarcara os lotes não estava presente e não havia um mapa que indicasse a localização os lotes. Foram então instalados no barracão situado na localidade de Nova Mantova, enquanto Pacca escrevia a seus superiores, comunicando que a colônia não estava preparada para recebê-los, e que essa gente chegara em uma estação absolutamente imprópria, que exigiria uma longa espera até seu definitivo estabelecimento nos lotes.¹¹⁵⁴

A vida das colônias era desordenada. Os colonos viviam situações de desalento e raiva, e os próprios funcionários trabalhavam em condições precárias e às vezes perigosas. A colônia ainda não era uma sociedade, mas um coágulo de individualidade física e moral.

Gianeselli Elia, de Levico, espancou barbaramente a esposa quando se encontrava em estado de embriaguez, e esta fugiu de casa com os filhos. O mesmo fez a esposa de seu conterrâneo Vettorazzi Pietro, que fora ameaçada pelo marido, também embriagado. Os dois foram presos, e soltos quando afirmaram que estavam arrependidos.¹¹⁵⁵ Burini Giacomo, do II Território, também estava continuamente em estado de embriaguez.¹¹⁵⁶ Vettorazzi não se arrependeu por muito tempo, e alguns meses depois espancou Giacomo Coradello, de Castelnuovo, quando ambos estavam embriagados.¹¹⁵⁷ Mas por muitos motivos as autoridades não eram uma referência segura para os imigrantes. Em fevereiro, um soldado roubou 20\$000 de um colono italiano, e os atos de insubordinação dos militares estabelecidos na colônia eram tais que, em julho, solicitou-se reite-

1151 idem: anexo ao doc. dd 21/01/1878 e GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 30/01/1878.

1152 idem: doc. dd 31/01/1878.

1153 idem: doc. dd 14/02/1878.

1154 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 04/02/1878; GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 11/02 e 17/02/1878; GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 16/02 e 26/02/1878.

1155 idem: doc. dd 06/02/1878

1156 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 11/02/1878.

1157 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 10/08/1878.

radamente a sua substituição. “São imensas as reclamações e as preocupações quanto a eles”.¹¹⁵⁸ A tesouraria começava a criar aborrecimentos a Pacca, acusando-o de “notável prodigalidade” e de arbítrios nos pagamentos aos diversos colonos e funcionários. O diretor respondia com os devidos esclarecimentos, mas percebia-se por trás desta história novamente o confronto com Cintra-Maciêl.¹¹⁵⁹ Entretanto, a direção escrevia ao Juiz de Itapemirim, convidando-o a processar um certo José de Faria C. Gouveia. Observara-se que a mortalidade na colônia havia aumentado consideravelmente, verificando-se casos de 3 óbitos ao dia por períodos prolongados. Mas na enfermaria não havia ninguém. Os colonos confiavam neste curandeiro, que lhes dava estranhas poções. Redigia inclusive atestados de óbito. Foi expulso da colônia e dirigiu-se ao Rio de Janeiro, alegando possuir um diploma do Instituto Homeopático Brasileiro.¹¹⁶⁰ A 7 de março chegou a Vitória o *Clementina*, e no dia 8 deveriam partir para Rio Novo 862 emigrantes (outros 6 estavam doentes e uma criança morrera). De fato, apenas no final do mês aqueles colonos chegaram ao seu destino, devido às condições de saúde de muitos deles. No início de abril, 28 haviam morrido e cerca de 84 recebiam tratamento.¹¹⁶¹ Desnecessário dizer que a colônia não estava preparada para recebê-los:

“Os pagamentos das despesas dos meses de janeiro e fevereiro ainda não foram feitos, não obstante o dinheiro se encontre na Tesouraria. Não tenho um real para as despesas de recepção. Estes imigrantes não podem ser instalados em seus lotes antes de junho; antes desta época não podem desmatar. Não podem contar com o trabalho diário em obras públicas, pois na estação das chuvas, que estamos atravessando, não convém realizar tais trabalhos. Pelo Regulamento e pelas recomendações do Governo, posso sustentá-los apenas por 10 dias. Peço a V. E. instruções em uma situação tão crítica: com os pagamentos atrasados, sem dinheiro, sem a autorização para despesas e com os obstáculos que me coloca a Tesouraria, devo dar meios de subsistência durante 3 meses a 861 indivíduos.

1158 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 18/02/1878 e GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 08/07/ e 17/07/1878.

1159 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 25/02/1878.

1160 idem: doc. dd 20/02/1878.

1161 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 07/03 e 27/03/1878; GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 03/04/1878.

Para a vigilância e a direção da instalação destes imigrantes não posso empregar ajudantes porque a Tesouraria impugna seus pagamentos."¹¹⁶²

O Governo insistia em que se emancipasse parte da colônia. Pacca advertia que estavam em andamento os trabalhos da Comissão para a emancipação, que ele também presidia. Seriam emancipados o I, II e V Territórios. De acordo com Pacca, não havia terras estaduais próximas a estes territórios, que portanto não poderiam desenvolver-se mais. A viabilidade interna estaria suficientemente funcional até junho, e os colonos então poderiam sobreviver com o fruto de seus lotes, tendo inclusive recebido do Estado mais auxílios do que previa a lei. Estranho discurso, ao menos no que se referia ao V Território, que alguns meses antes era considerado caótico e quase inculto. Talvez Pacca pretendesse livrar-se dele, visto os aborrecimentos que lhe criava e o ódio que aqueles colonos tinham por ele. Em março, o diretor foi ao Rio de Janeiro e novamente em agosto, quando entregou os trabalhos da comissão.¹¹⁶³

Os colonos que haviam enviado dinheiro à Itália através da Inspeção já estavam perdendo a paciência. Em alguns casos as autoridades eram culpadas pelo fato do dinheiro não chegar a seu destino; por exemplo, retornaram de Gênova 10 francos, por falta de indicação do destinatário. Alguns, entretanto, haviam expedido o dinheiro há um ano e não haviam recebido resposta alguma. Um destes, Bressanelli Antonio, apresentou-se a Pacca com uma série de testemunhas e exigiu a restituição do dinheiro. Para evitar maiores problemas, o diretor concordou em restituí-lo.¹¹⁶⁴ Mas não pôde evitar um outro problema. Uma certa Dona Maria reivindicou a propriedade da terra em que foram demarcados os lotes de um grupo de famílias italianas do II Território. Queria a terra de volta. Tudo acontecera no final de 1876, com a remessa de cerca de 600 imigrantes que seriam enviados em seguida ao V Território. Alguns foram levados para o II Território, mas por engano demarcaram-se lotes no lugar errado. O diretor foi forçado a pedir àquela gente, que há um ano residia naqueles lotes e havia construído ali uma casa e cultivado os campos, que se transferisse para ou-

1162 idem: doc. dd 09/03/1878.

1163 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 27/02, 11/04, 02/03, 03/06 e 15/08/1878.

1164 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 17/03 e 26/04/1878; GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 20/03/1878.

tros lotes. Estes escreveram à Presidência, mas aparentemente a única coisa que poderiam obter seria o ressarcimento das despesas que tiveram com a construção da casa e com o início dos cultivos, por parte da proprietária da terra.¹¹⁶⁵ Deviam recomeçar tudo de novo: mais sofrimentos, mais privações. Durante algum tempo, a colônia dispusera de dois médicos: G. da Cunha Vasconcellos e J. H. da Silva Coutinho. Este devia exercer também a função de farmacêutico no II, IV e V Territórios. E lamentava-se: “Solicito-lhe que me declare se é possível, sem prejuízo para a saúde do médico e dos pacientes, exercer cumulativamente as profissões de médico e farmacêutico em uma zona tão vasta como a que me compete.”¹¹⁶⁶ Em novembro, a situação ainda era a mesma naqueles territórios, e piorara nos outros. Em maio, rescindiu-se o contrato com o doutor Cunha Vasconcellos. E havia cerca de 1.000 novos colonos no III Território, recém-estabelecidos e sujeitos portanto às graves doenças que atingiam os recém-chegados. Havia sido instalados no III Território, portanto, os imigrantes que chegaram com o *Clementina*, e também os que chegaram antes com o *Isabella*, além dos cearenses.¹¹⁶⁷ Por volta de março, Pinto Pacca apresentou um Relatório ao Ministério da Agricultura, que fornecia algumas informações úteis. Este documento foi redigido antes da chegada à colônia dos quase 900 novos imigrantes que vieram com o *Clementina*; entretanto, soam muito estridentes as palavras da direção a respeito da situação colonial: “caminha a passos seguros, com a maior economia das caixas públicas, com a maior ordem desejável, a necessária disciplina, harmonia administrativa e trabalho.” Era tão falsa esta harmonia que alguns meses depois o próprio Pacca decidiria, por um momento, abandonar tudo. Mas ele agora devia demonstrar a seus superiores que era capaz de administrar a colônia melhor do que Maciel e de quem o protegera. Rio Novo era talvez a colônia mais louca do Brasil Imperial: as sedes do II, IV e V Territórios distavam 40, 48 e 63 quilômetros da sede da colônia. Depois da expulsão de Maciel, para dirigir territórios tão distantes nomeou-se o espanhol P. L. de La Guardia como ajudante do Diretor no V Território (função que já exercera no passado durante algum tempo) e T. Ferreira Rios para o II Território. Pedro de Sant’Anna Lopes, ao contrário, recusou-se a executar as ordens de Pacca e saiu, batendo a porta.

1165 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 06/04 e 14/05/1878; GDA, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 15/09 e 17/10/1878.

1166 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 10/04/1878.

1167 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 18/08 e 14/11/1878; GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 19/08/1878.

Quanto à revolta do V Território em janeiro, o relatório revelava que eram 10 os colonos presos, e confirmava que tratara-se acima de tudo de uma lição que Pacca desejara ensinar àquela gente. Os colonos presos não haviam sido transferidos ao Rio de Janeiro, uma vez que, amedrontados pela ameaça de tal medida, arrependeram-se e a partir daquele momento não criaram mais problemas. A história do falso médico J. F. Couto Gouveia (que durante muito tempo fora farmacêutico da colônia, oficialmente nomeado) não estava resolvida. O juiz não o condenara e ele continuava a exercer sua profissão (de médico ou de feiticeiro?).¹¹⁶⁸

Em março, em mais de uma ocasião a Presidência da Província solicitou à direção justificativas acerca da destinação de alguns fundos reservados para a colônia, mal disfarçando as acusações que eram feitas contra Pacca (talvez por sugestão da Tesouraria). Este escrevia à Presidência que desejavam descreditar o seu trabalho e comprometê-lo aos olhos de seus superiores.¹¹⁶⁹

O leitor poderia legitimamente pensar que o autor tenha propositalmente selecionado uma série de documentos que comprovem apenas as desgraças das colônias. Seria entretanto um equívoco. É difícil, quase impossível, encontrar em toda a rica documentação um documento que se refira a acontecimentos positivos, a medidas das autoridades que funcionassem sem estorvos, a declarações de bem-estar dos colonos ou daqueles que nas colônias desenvolviam suas atividades profissionais. Como exemplo, eis um trecho de um longo documento enviado por Pinto Pacca à Presidência:

“A Inspeção, assim como a Presidência, atualmente desembaraçam-se dos imigrantes e dos retirantes do Ceará enviando-os às colônias, e assim apenas nas colônias ocorrem manifestações e desordens, desperdício de dinheiro público, confusão e desgoverno, que certamente não se originam nas colônias. Amanhã, ao invés de estudar as causas, serão estigmatizados os efeitos e atribuídas as causas, como uma injúria, aos diretores. [...] É necessário reformar completamente o Regulamento de 19 de janeiro de 1867, que hoje não representa mais do que conseqüências sem princípios, efeitos sem causa, ações sem motor, absoluta falta de respeito às leis de continuidade.”

1168 Relatório sobre o estado da Colônia de Rio Novo de março 1878, em GDA, Segunda Série, livro 34.

1169 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 07/05 e 08/05/1878.

Reforme-se o Regulamento e estabeleçam-se leis fixas e invariáveis. Que nos digam: é necessário caminhar e caminhar sempre; e a estrada é esta. Temos já uma longa experiência que custou pesados sacrifícios ao Estado. Se não formos infalíveis, produziremos todavia algo melhor do que esta montanha de ruínas que hoje se chama Regulamento de 19 de janeiro de 1867. Eu poderia ser censurado por pronunciar-me com extrema clareza. Na firme intenção de retirar-me do serviço da colonização, decidi permanecer em silêncio a fim de que, livre dos problemas que me circundam, pudesse, a este respeito, prestar o último pequeno serviço a este importante elemento de progresso do País, expondo os resultados das observações de 8 longos anos de sacrifício aos quais me condenei; mas o aviso de V. E. n. 53, de 23 de abril, obrigou-me a romper meu projetado silêncio."¹¹⁷⁰

Uma análise eloqüente e definitiva de um personagem que conhecia a fundo a história da colonização brasileira. Mas Pacca não partiria, assim como não partiu de sua colônia após ter ameaçado demitir-se, exatamente em 1878, H. O. Blumenau. Com outras palavras, o diretor alemão dissera as mesmas coisas: "Não possuímos sistema algum e tudo se reduz a uma série de expedientes momentâneos, sem conexão ou coerência, *du jour le jour*."¹¹⁷¹ Dois homens importantes, Pacca e Blumenau, no âmbito da colonização no Brasil. Ao primeiro, poder-se-ia talvez imputar uma certa mutabilidade de opinião (que alguns meses antes o levara a definir como ótimo o estado da colônia).

Os camponeses do V Território redigiram uma petição ao Presidente, afirmando que Pinto Pacca desejava transferi-los em massa para outra zona. Asseguravam que possuíam lotes, que os cultivavam e que com isto já podiam manter-se. Agora eles também demonstravam que não eram de todo fundadas as contínuas reclamações que haviam dirigido às autoridades. O diretor, entretanto, declarou tratar-se de uma farsa, mais uma vez organizada por seus inimigos, provavelmente através de Bogliacco, que retornara a Rio Novo e continuava a criticar o trabalho da presente direção, comparando-a à de Maciel.¹¹⁷² A colônia passava por um período de grande seca, como não se verificava há 20 anos. A colheita fora

1170 idem: doc. dd 09/05/1878.

1171 R. M. Grosselli: op. cit. pág. 469.

1172 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 25/04/1878.

quase totalmente perdida e os preços dos gêneros alimentícios subiam às estrelas. Nas linhas coloniais mais internas eram ainda mais altos do que os da sede, já altíssimos.¹¹⁷³ Os recém-chegados sentiriam na própria pele esta situação. Mas nunca houvera uma remessa de emigrantes que não fosse recebida por uma enchente, uma seca ou por outra desgraça qualquer. Em plena seca, suspendeu-se a concessão de trabalhos aos camponeses trentinos que chegaram a Rio Novo em 1875. Haviam usufruído desta vantagem por um período três vezes maior do que o estabelecido pela lei de 1867. Mas esta lei, como afirmavam as personalidades mais proeminentes da colonização brasileira, não era adequada às dificuldades que os colonos encontravam naquele país. Os trentinos lamentaram-se, mas desta vez não foram adiante.¹¹⁷⁴ Para comprovar o que afirmamos, referimo-nos a uma carta enviada por Pinto Pacca no mês seguinte aos seus superiores. Nela, o diretor informava que já há três meses não se distribuíam os salários relativos aos trabalhos dos colonos a serviço do Estado e ainda que os imigrantes que chegaram à colônia neste ínterim não receberam os auxílios previstos pela lei para os recém-chegados. Isto não significava apenas descontentamento. Significava um retorno ao sistema de bônus, que muito penalizava os colonos e que, previsto por uma instrução de 9 de março de 1870, fora proibido por uma circular da Inspeção Geral de 14 de maio de 1878. Mais do que isto, a falta de pagamento aos recém-chegados obrigava a direção a empregá-los em serviços públicos para garantir-lhes a sobrevivência, com conseqüente desperdício de dinheiro público. Pior, esta gente arriscava-se a perder a possibilidade de preparar as próprias casas e plantações em tempo útil. Se aquele dinheiro não chegasse antes do final de junho, os camponeses não teriam tempo de preparar a terra para receber as sementes de agosto e setembro. Na prática, perderiam um ano, achando-se no mês de março ou abril seguinte nas mesmas condições em que se encontravam à sua chegada.¹¹⁷⁵ Também devido a situações como esta, muitos italianos recorreram ao Consulado de seu país em busca de ajuda para partir. Mas o Consulado Geral do Rio de Janeiro mandou dizer, em todas as colônias, que não podia arcar com as despesas de transporte dos que haviam decidido partir, e que não dispunha nem mesmo de fundos para financiar estes concidadãos ou sustentá-

1173 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 08/05/1878.

1174 idem: doc. dd 25/05/1878.

1175 idem: doc. dd 25/06/1878.

los em momentos de dificuldade. O Estado italiano também abandonara praticamente aquela gente à própria sorte.¹¹⁷⁶ Chegaram à Presidência reiterados convites por parte do Presidente do Rio Grande do Sul para que permitisse a transferência para a Colônia Caxias, no Rio Grande do Sul, de um grupo de famílias trentinas que por engano foram enviadas a Rio Novo em março de 1878. Tratava-se de Andrea Pezzi, de Dercolo, que pedia para ser reunido a seus familiares, que compunham as famílias de Pezzi Gioseffa, Pezzi Francesco, Pezzi Abramo, Pezzi Francesco Andrea e Iob Giovanni. Estes haviam se estabelecido no III Território e, de acordo com Pacca, seria preferível que o próprio Andrea viesse reunir-se a eles, pois o grupo já dera início à construção de suas casas e dedicavam-se às primeiras plantações. Mas isto não aconteceria, e as famílias por fim transferiram-se para o Rio Grande do Sul.¹¹⁷⁷ Outras duas famílias trentinas foram por engano para Rio Novo, mas seus pais e filhos encontravam-se em Morretes, no Paraná, e portanto recusavam-se a tomar posse de lotes no Espírito Santo.¹¹⁷⁸

Com a suspensão dos trabalhos nas estradas, algumas famílias trentinas passavam por um momento difícil. Cesare Petri, de S. Giuliana, pedia ajuda à Presidência. Encontrava-se no IV Território, mas há muito estava doente e não podia continuar o trabalho em seus campos. Tinha 5 filhos, o mais velho dos quais tinha apenas 11 anos. Que pelo menos o governo lhe fornecesse mil pés de café. Pacca, entretanto, afirmava que Petri já custara demais ao Estado, assim como outras 11 viúvas, 28 órfãos e 28 inválidos subsidiados pelo Estado. Propunha-se transferir aquela gente para outros lugares onde pudessem garantir o próprio sustento.¹¹⁷⁹ Cristiano Pompermaier, de Roncegnò, também comunicava que sua esposa estava doente há dois anos e que suas terras ainda não produziam. Smarzarò Francesco, de Castelnuovo, pedia para trabalhar para o Estado, pois seu lote mostrara-se estéril, enquanto Pietro Vettorazzi (havia mais de um na colônia com o mesmo nome) não conseguia restituir os 800\$000 que recebera do Estado para montar uma oficina de sapatos.¹¹⁸⁰

1176 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 17/06/1878.

1177 idem: doc. dd 26/06/1878 e GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 27/08/1878.

1178 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 08/07/1878.

1179 idem: doc. dd 01/07/1878; GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 14/11/1878; GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 14/11/1878.

1180 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 06/07 e julho de 1878; GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 19/07/1878.

No final de agosto, Pinto Pacca apresentava à Inspetoria Geral um importante Relatório sobre a colônia, de que forneceremos amplos trechos em seguida. Declarava que podiam ser emancipados os Territórios I, II e V, mas que isto não deveria implicar o abandono daquelas populações por parte do Estado. Algumas estruturas mínimas deveriam ser mantidas em funcionamento. As escolinhas, por exemplo, as enfermarias, as farmácias. Um médico deveria continuar a atuar naquelas zonas. Dever-se-ia abrir uma agência postal junto à sede da colônia. Tudo isto seria de competência da Província, mas esta, uma das mais pobres do Brasil, não estava em condições de arcar com aquelas despesas. Por outro lado, se o Estado se recusasse a assumir tais ônus, condenaria aquelas novas comunidades a um declínio precoce, invalidando os esforços e as despesas feitas durante muitos anos. De acordo com o diretor, o III e o IV Territórios também poderiam ser emancipados em breve, sendo necessário, contudo, que para isto se tomassem algumas providências: devia-se nomear um médico, providenciar os salários para os colonos ainda por um ano, construir outras estradas. Após a emancipação da Colônia de Rio Novo, Pacca sugeria continuar a colonização de terras nos municípios de Benevente e Itapemirim. Próximas ao III e IV Territórios havia 30 léguas quadradas de terras estaduais de grande fertilidade. Além disto, Rio Novo transformara-se em um importante ponto de atração da emigração italiana, e um grande número de famílias italianas preparava-se para transferir-se para lá. Sinal de que o período mais crítico fora enfim superado por muitos colonos italianos, que agora chamavam seus conterrâneos. E isto, apesar da desorganização, do despreparo das estruturas coloniais, das injustiças, do despreparo dos próprios camponeses para uma “aventura” que provara-se bem diferente da que haviam sonhado e que lhes fora prometida. Era necessário, contudo, que não se repetissem os erros do passado, e era preciso prever que durante o primeiro ano os imigrantes deveriam ser ajudados, para que pudessem sobreviver mesmo sem contar com a produção de seus lotes:

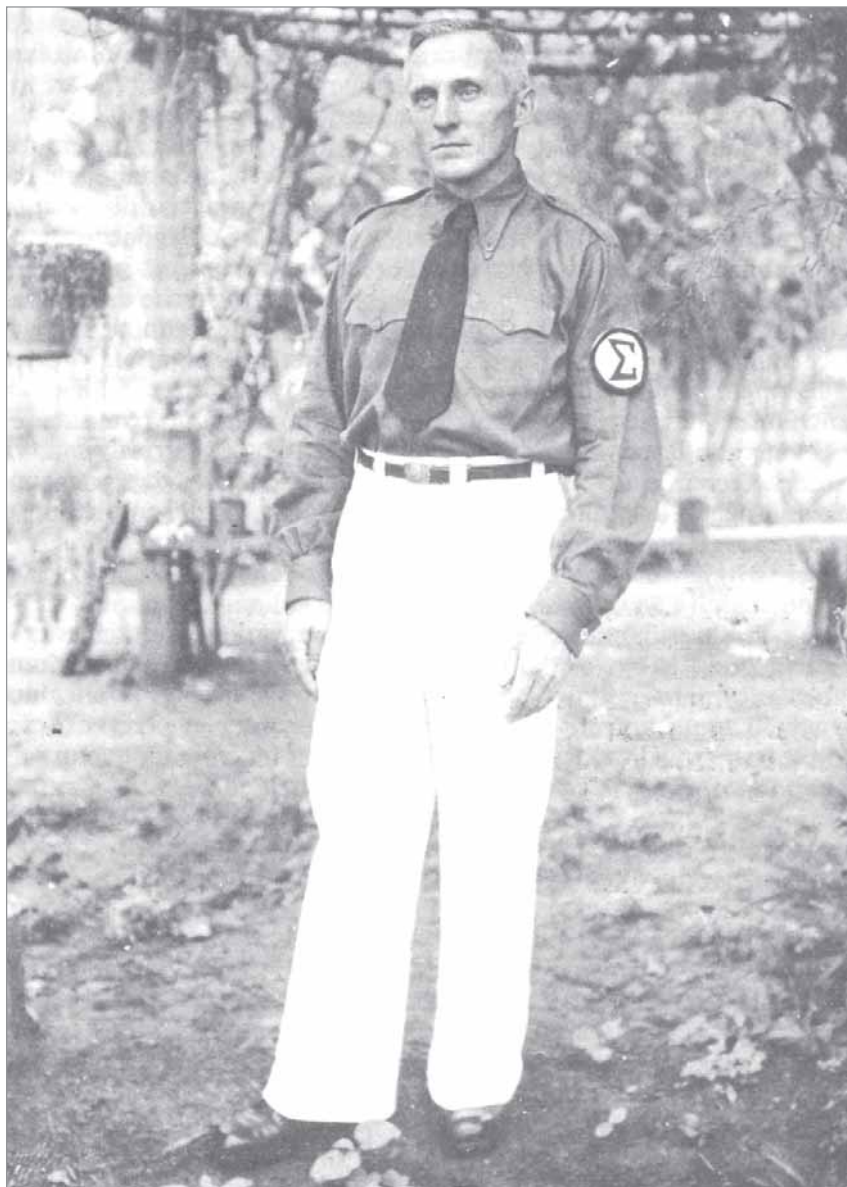
“Os novos imigrantes em nosso duro sertão encontram-se no primeiro ano de estabelecimento, nas mesmas circunstâncias da população do Norte, flagelada pela seca. Não é a seca o que os aflige, mas a falta de produção das terras que não foram ainda cultivadas; e se a seca constituiu um flagelo, foi sem dúvida devido à falta de produção das terras; a diferença jaz apenas na causa – os resultados são idênticos. Acrescente-se que o imigrante não é um homem oprimido pela miséria, coberto de trapos, que implora uma esmola; é um

convidado, um homem cheio de vida e de esperanças, de costumes diversos, e que não pede, aceita o convite que se lhe faz. São homens necessários e que representam o progresso do País. Não se pode dizer que os favores do Regulamento sejam suficientes; dificilmente estes auxílios poderiam sustentá-lo nos primeiros dois meses de estabelecimento, sendo certo que colonos, excelentes trabalhadores e dedicados ao cultivo de seus lotes, e que foram estabelecidos em junho de 1875, apenas agora poderão obter colheitas que lhes garantirão os modestos meios de subsistência com os quais poderão prescindir do salário referentes a obras públicas, ocorrendo que por três vezes perderam um grande desmatamento por não poderem queimar a madeira devido às chuvas contínuas.”

Quantas falsas suspeitas e injúrias gratuitas estas palavras cancelavam! Joaquim A. Pinto Pacca sugeria, portanto, um possível novo sistema de colonização. Enquanto o governo preparara novas terras para abrir uma nova colônia, mil emigrantes poderiam estabelecer-se em terras de fazendeiros privados, na zona do Baixo Itapemirim. Receberiam lotes de 14 hectares e usufruiriam de uma série de serviços que lhes tornaria menos penosos os primeiros tempos de permanência. Todos lucrariam em uma situação como esta: os colonos, que não deveriam combater a floresta virgem; os fazendeiros, que sofriam com a escassez de mão-de-obra escrava; e o Estado, que economizaria grandes somas. Era uma idéia que poderia render resultados positivos. De qualquer forma, nas terras estaduais indicadas pelo diretor, surgiria dentro de dois anos a Colônia Castello, que acolheria os italianos chamados por seus parentes e amigos estabelecidos em Rio Novo. No mesmo documento, afirmava-se que os cerca de mil novos imigrantes estabelecidos naquele ano no III Território declaravam-se satisfeitos em suas terras e que aquele território tornar-se-ia em breve o mais importante da colônia (se o Estado não deixasse faltar, como estava fazendo, os financiamentos).¹¹⁸¹ Esta última informação, contudo, era provavelmente um pouco otimista demais, e em novembro foi em parte corrigida. Os cerca de 1.000 colonos estabelecidos no III Território haviam sido atingidos por uma epidemia de escorbuto e por um outro mal desconhecido, que se manifestava por uma inflamação das pernas até o joelho e com o enfraquecimento destes

1181 *Relatório à Inspeção Geral de Terras e Colonização da Comissão encarregada da emancipação da Colônia de Rio Novo, cit.*

JÁ BRASILEIROS



Luiz Eugenio Tonini, filho de Ruggero (1868), que partiu de Aldeno para o Rio Grande do Sul. Em seguida transferiu-se para Santa Teresa com a família. Luiz Eugenio fazia parte dos “camisas verdes”, ligados ao Partido Integralista. Em uma carta à Itália datada de 2 de agosto de 1937, ele escreveu: “O integralismo é como o fascismo, o único que combate o comunismo, e por isto eles nos fazem uma guerra mortal, mas nós havemos de vencer, com a ajuda de Deus.”

membros. Não havia sequer um médico para atendê-los e o desespero propagava-se entre eles. A direção solicitava que um médico fosse chamado à colônia da vizinha cidade de Itapemirim.¹¹⁸² Para eliminar qualquer outra ilusão de Pinto Pacca, com uma circular de 15 de novembro ordenou-se-lhe que suspendesse a concessão de serviços públicos também aos recém-chegados “expondo a colônia à aflição que derivaria da absoluta falta de outros meios de subsistência.”¹¹⁸³ Infelizmente para os imigrantes e provavelmente também para o Brasil, Pinto Pacca não era Ministro da Agricultura. Em setembro e outubro, comunicou-se a chegada de outros cearenses.¹¹⁸⁴ Com uma certa desfaçatez, o Ministro solicitou à Presidência que indagasse sobre as contínuas reclamações que recebia de muitos colonos e, se fosse o caso, tomasse as devidas providências.¹¹⁸⁵ O Canal do Pinto, após anos de novas obras, estava apto à navegação de pequenas embarcações a vapor, o que tornava mais eficientes os transportes da e para a colônia.¹¹⁸⁶ Domenico Zandonai, que chegara com o *Clementina* enquanto suas bagagens viajavam com o *Columbia*, procurava-as desesperadamente: “extremamente dedicado ao cultivo de seu lote, está entretanto alucinado pela falta de suas bagagens.”¹¹⁸⁷ Ele não possuía mais coisa alguma, e partiu para o Rio de Janeiro para procurá-las. A ordem de suspensão dos trabalhos também aos recém-chegados foi provavelmente revista, e em dezembro aconselhava-se à direção fazê-lo gradual e judiciosamente, avaliando os casos difíceis para evitar tumultos.¹¹⁸⁸ Pacca não entendia por que as autoridades não emancipavam os territórios indicados pela comissão por ele presidida e, neste ínterim, para economizar, decidiu vender em leilão a maior parte das mulas de que a direção dispunha.¹¹⁸⁹ O Município de Itapemirim decidiu taxar os comerciantes, e a questão foi levada adiante pelo Conselho de Estado. Enquanto aguardava, Pacca indicava a inconveni-

1182 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 15/11/1878.

1183 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 22/11/1878.

1184 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 26/09, 12/10 e 27/10/1878.

1185 idem: doc. dd 31/08/1878.

1186 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 30/11/1878.

1187 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 09/12/1878.

1188 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 16/12/1878.

1189 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 03/12 e 18/12/1878.

ência da decisão, que fazia com que se elevassem os preços na colônia.¹¹⁹⁰ Finalmente, chegou um aviso que determinava uma drástica redução dos salários dos funcionários coloniais. Pacca considerou, tristemente, que para ele esta redução significava um baixo apreço por seu trabalho. Há oito anos trabalhava na colônia, e com ótimos resultados, e recebia pouco mais do que o salário que anteriormente recebera com a qualificação de engenheiro contratado para a construção de um trecho da ferrovia “Dom Pedro II”. Na colônia, dizia, “consumi o melhor dos meus anos e da minha saúde”. Começaram as demissões dos professores, que já ganhavam somas irrisórias.¹¹⁹¹

Em 1878, deram entrada na colônia 1.031 pessoas: 40 italianos com o *Isabella*, 861 com o *Clementina*, também italianos, 16 italianos que chegaram a 10 de junho e 114 brasileiros do Ceará. Outros 131 cearenses pediram para serem recebidos em Rio Novo e Pacca queria permissão para poder garantir-lhes os auxílios previstos pela lei de 1867. A resposta tardava a chegar, e aquela pobre gente encontrava-se em uma situação desesperadora.¹¹⁹² Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura, a colônia contava uma população de 4.063 pessoas.¹¹⁹³

Brasileiros, alemães, italianos

“Os empreendimentos alemães na América do Sul devem evitar uma dispersão de forças, concentrando sua energia nos três estados mais meridionais do Brasil.” Esta era uma consideração que aparecia em 1903 na *Grenzboten*, uma revista de Leipzig.¹¹⁹⁴ Era um momento histórico, em que na Alemanha faziam-se considerações deste gênero sobre o Brasil: “Devemos a qualquer custo tentar instituir, nos próximos cem anos, um país germânico com 20 ou 30 milhões de alemães no sul do Brasil. Pouco importa que este continue a fazer parte do Brasil, ou que forme um Estado

1190 idem: doc. dd 18/12/1878.

1191 idem: doc. dd 18/12/1878.

1192 Sobre a entrada dos 16 italianos, veja-se APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228, doc. dd 10/06/1878. Sobre os cearenses, GDA, Segunda Série, livro 34, *Relatório do Diretor da Colônia de Rio Novo ao Presidente da Província de 12/02/1879*.

1193 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansanção de Sinimbu de 1879*.

1194 em S. L. Rocca: *La colonizzazione germanica nel Brasile*, em BOE, ano 1906, n. 12, pág. 9.

independente, ou que venha a ter relações mais íntimas com o Império Germânico.”¹¹⁹⁵

O Espírito Santo estava fora da ótica dos imperialistas alemães, um sintoma de que o Estado não era mais, ou jamais fora, um foco de atração da emigração alemã. Uma série de fatores direcionara rumo ao Sul brasileiro o fluxo migratório de alemães. O clima, considerado malsão e pouco adequado aos europeus; as dificuldades apresentadas pelas colônias espírito-santenses, especialmente em seus primeiros anos de vida (e cujos rumores chegaram à Europa através das relações entre cônsules e viajantes); a proximidade com o Estado da Bahia, onde nos anos '70 ocorrera o drama das fazendas *Muniz* e *Deodoro*, são alguns dos motivos que limitaram o afluxo de alemães em direção ao Espírito Santo. Mas a principal razão sem dúvida era outra. Não se formou nas colônias espírito-santenses uma comunidade alemã compósita, e a direção e organização dos núcleos coloniais permaneceu nas mãos dos brasileiros. Os alemães que deixavam a Alemanha não eram recebidos na Leopoldina, em Rio Novo e em Santa Isabel por um grupo de idealistas que haviam decidido criar uma nova sociedade na floresta (como em Blumenau), ou pelos emissários de uma companhia que decidira fazer o mesmo por lucro, alemães em ambos os casos. À exceção de breves períodos de direção provisória por parte de algum agrimensor ou farmacêutico de língua alemã, Santa Leopoldina e Rio Novo foram sempre dirigidas por funcionários brasileiros. Sobretudo por este motivo não afluíram para o Espírito Santo intelectuais e homens de negócio da Alemanha. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, ao contrário, em torno a Novo Hamburgo, Blumenau, Joinville, formaram-se comunidades alemãs, dirigidas por alemães, verdadeiras ilhas germânicas no Brasil. Em alguns casos, a própria polícia era formada por colonos alemães. Por volta dos primeiros anos do século XX, um cônsul italiano calculou que cerca de um quinto da população de Santa Catarina era de origem alemã, e um outro cônsul avaliou que a porcentagem de alemães no Espírito Santo ia de um máximo de 1/11 a um mínimo de 1/25 da população total.¹¹⁹⁶ E os interesses alemães no Brasil concentravam-se verdadeiramente na região Sul, onde começaram a prosperar as comunidades teuto-brasileiras. Assim, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a imigração alemã continuou mesmo após o advento da República, enquanto

1195 idem, pág. 8.

1196 R. Rizzetto: *Colonizzazione...* op. cit. pág. 107 e S. L. Rocca: op. cit. pág. 4.

que no Espírito Santo, excluindo-se casos pouco significativos, praticamente concluiu-se com a emancipação da Colônia Santa Leopoldina. As comunidades alemãs viram-se em pouco tempo em um ambiente caracterizado cada vez mais pela forte presença do elemento étnico italiano. Ao contrário da emigração alemã, a italiana continuou de fato a dirigir-se a Vitória, mesmo nos quinze anos seguintes, e a comunidade italiana tornou-se certamente a mais importante do Estado, dentre as comunidades de origem européia, tanto que hoje em dia estima-se os ítalo-brasileiros do Espírito Santo entre 60 e 70% de toda a população.¹¹⁹⁷ As ilhas alemãs afinal permaneceram como tais, e mesmo como “ilhas camponesas”. No Espírito Santo a colonização alemã não foi a base de qualquer processo de industrialização da economia local, e nem do nascimento de qualquer núcleo urbano digno de menção. As diferenças entre o Espírito Santo e o Sul brasileiro, onde surgiram as cidades industriais de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Blumenau e Joinville, são realmente grandes. Para quem conhece estas últimas realidades, o encontro com as comunidades alemãs do Espírito Santo só pode causar surpresas: “Pode-se dizer, sem exagero, que a atividade dos colonos espírito-santenses de origem alemã é essencialmente agrícola, visto que ali as indústrias contam com um insignificante número de ramos e empresas, empregando um percentual mínimo da população, que na verdade não se libertou de suas origens agrícolas, incapaz de orientar-se para novos setores que lhes assegurassem um novo fôlego. [...] Os teuto-capixabas exercem um papel bastante apagado na gestão da coisa pública, mesmo os mais humildes. Incapacidade ou falta de interesse? E o mais impressionante não é o pretense isolamento dos colonos, mas a obliteração em que se mantêm e na qual desejam permanecer. É o fechamento sobre si próprios, a limitação, ao mesmo tempo necessária e voluntária, imposta e espontânea, de seu horizonte de vida e de pensamento. [...] As idéias modernas penetram apenas lentamente em seu mundo: a tendência à endogamia continua forte. Os colonos vivem em um mundo limitado, ou melhor, fechado, mais do que realmente isolado. Este mundo fechado, anacrônico, original, dá entretanto a impressão de um certo equilíbrio e de uma certa harmonia”.¹¹⁹⁸

Estas são observações de J. Roche, estudioso da emigração alemã no Brasil. Mas também o alemão E. Wagemann fizera observações simila-

1197 A avaliação é do jornal *Il Corriere*, São Paulo, 17/11/1986.

1198 J. Roche: op. cit. págs. 165/179 e 321/322.

res no início do século: “O alemão ama a terra em que se fixou e não deseja abandoná-la. Este traço caracterológico afasta-o de tendências capitalistas.”

Alguns procuraram os motivos da diferença de desenvolvimento das colônias alemãs do Espírito Santo e do Sul brasileiro na origem regional dos alemães, que na Leopoldina eram em sua maioria pomeranos, ótimos agricultores, mas absolutamente estranhos ao espírito capitalista. Outros recordaram a importância negativa que tiveram os religiosos, católicos e protestantes, ao impedir uma evolução da sociedade camponesa. Alguns, enfim, recordaram que a maior parte dos alemães no Espírito Santo se estabeleceram na região montanhosa, com difíceis comunicações com o mar (excetuando-se o povoado de Cachoeiro de Santa Leopoldina, que dispunha de um pequeno porto no rio Santa Maria). São todos motivos que podem explicar alguns aspectos do fenômeno mas que, em nossa opinião, são secundários. A comunidade alemã do Espírito Santo era uma comunidade composta exclusivamente por camponeses que não atraiu jamais as classes intelectuais e empresariais. E interessou pouco à sua pátria. Não “importou o capitalismo” da Alemanha. Não foi organizada por um Blumenau ou por qualquer sociedade de emigração alemã. O enclave alemão aqui era excessivamente pequeno para consentir a abertura de bancos e de seguradoras alemãs, ou para atrair capital da Alemanha.

Sob muitos aspectos, as zonas alemãs do Espírito Santo recordam as zonas italianas do Norte catarinense (no Sul, as colônias italianas tiveram um desenvolvimento diverso). Aqui, as “ilhas alemãs” em um mar brasileiro e italiano; lá, “ilhas italianas” em um mar alemão e brasileiro. E o resultado, aqui e lá, foi uma sociedade bloqueada por mais de meio século, fechada sobre si mesma, em perpétua reflexão. E a história de Santa Leopoldina assemelha-se muito à de Nova Trento. Santa Leopoldina também conheceu trinta anos de esplendor (em maiores proporções, mas apenas porque a história da pequena cidade era vinte anos mais velha, e mais vasto era o território em torno a ela). “Santa Leopoldina chegou a ser o mais importante centro comercial e social de todo o Espírito Santo.”¹¹⁹⁹ Até os anos 20, a pequena cidade prosperou e cresceu em dimensão. Prevvia-se já um outro “milagre alemão”, também no Espírito Santo. Na verdade, Santa Leopoldina valia-se da única via de comunicação, relativamente veloz e relativamente econômica, que atendia aos núcleos coloni-

1199 J. Ribas da Costa: *Canoeiros do Rio Santa Maria*, Vitória 1981, pág. 22.

ais de Cachoeiro e Timbuhy: o rio Santa Maria, aliás, navegável apenas com canoas de grandes dimensões. Todo o café das duas zonas, a italiana e a alemã, confluía para os seus pontos comerciais. Muitos comerciantes enriqueceram com o trabalho de milhares de camponeses, italianos e alemães. A cidade tornou-se um centro conhecido, o dinheiro circulava. Os contatos com a Alemanha foram retomados (mas não ainda em termos de intercâmbio de funcionários e de investimentos alemães na região). Wagemann refere-se a um Comitê Econômico, que colocava as zonas alemãs do Espírito Santo em contato com a Alemanha, para conseguir ajuda financeira e orientação para uma atividade agrícola mais racional.¹²⁰⁰

De acordo com Ribas da Costa, chegavam a Santa Leopoldina vendedores vindos diretamente da Alemanha ou enviados por empresas alemãs com filial no Rio de Janeiro. Segundo o Cônsul Rizzetto, as zonas alemãs eram mais organizadas do que as italianas, sobretudo no campo da instrução e da assistência médica, e inclusive eram distribuídos medicamentos gratuitos que chegavam da Alemanha para os camponeses alemães indigentes. Algumas das mais importantes casas exportadoras do Espírito Santo eram alemãs (embora Wagemann tenha observado que o comércio de Santa Leopoldina era apenas intermediário, e os maiores lucros eram obtidos pelas grandes companhias de importação e exportação com sede em Vitória). Tudo isto foi bloqueado por volta dos anos '20. Teve início a construção de uma estrada que coligaria aquelas zonas aos portos de mar. A função de Santa Leopoldina como empório do qual as mercadorias partiam para os portos através do rio Santa Maria acabara. As cidades vizinhas agora podiam comunicar-se diretamente com o mar (por sua vez, Santa Teresa começou a crescer, e em poucas décadas tornou-se economicamente mais importante do que Santa Leopoldina)¹²⁰¹. Quase no mesmo período, Nova Trento, em Santa Catarina, parava de crescer, sobretudo devido ao fato de que o rio Braço não era mais navegável por grandes jangadas.

Caso contrário, as duas realidades poderiam ter consistido um “milagre alemão” e um “milagre italiano”. Mas os milagres não existem: o que existe é a história. Os ótimos agricultores pomeranos, trentinos, vênnetos, continuaram a cultivar a terra como antes. Outros não souberam ou não puderam transformar a sua sociedade com o fruto de seu trabalho.

1200 E. Wagemann: op. cit. pág. 64.

1201 A obra de J. Ribas da Costa, citada, é um estudo sobre as razões que levaram à atrofia do desenvolvimento econômico de Santa Leopoldina.

Quanto às relações entre a comunidade alemã e a italiana no Espírito Santo, não há muito o que acrescentar além do que já observamos em Santa Catarina. As duas comunidades viveram mais de cem anos lado a lado, praticamente ignorando-se: sem combater-se, sem confundir-se. “Com os alemães, nenhum contato. Jamais matrimônios com os alemães”, são as lapidares considerações de Vigilio Tomasi, 95 anos, de Santa Teresa. E Renato Cappelletti, quando chegou, nos anos '20, percebeu que “alemães e italianos não se davam bem”.

Em busca de uma identidade étnica a ser reconstruída, em parte perdida, as duas comunidades teceram a trama de seus confins, espessa e impermeável. Talvez fosse mais espessa a dos alemães que, como observou Roche, ainda nos anos '60 falavam alemão entre si, e 20% não conhecia a língua portuguesa (nossos contatos com as zonas de imigração trentina demonstraram que o uso corrente do dialeto italiano foi abandonado no Espírito Santo nos anos 1920/1930. É difícil encontrar pessoas menores de 60 anos que falem ainda fluentemente o dialeto de seus pais).

Mas a história das duas comunidades condicionou as relações entre italianos, alemães e brasileiros. Como em Santa Catarina, dissolveu-se aquela atmosfera de suspeita e de antipatia com relação à colonização italiana, e ao mesmo tempo não se instalou aquela “paixão por tudo o que fosse alemão” típica de outras zonas brasileiras. A imigração italiana foi buscada e estimulada (recorde-se o Contrato Giffoni) e o decreto de 20 de julho de 1895 do Ministério do Interior Italiano, que proibia a emigração para o Espírito Santo, amargurou as autoridades de Vitória. Esta era a posição do Cônsul Rizzetto: “Considero boas as disposições do Governo de Vitória com relação à imigração italiana; este país só pode elogiar os nossos emigrantes, quase todos agricultores vênéticos pacíficos e trabalhadores que muito contribuíram, como é reconhecido por todos, para o aumento da produção do Estado.”¹²⁰² A comunidade italiana tornara-se numerosa, e a colônia italiana não dependia do comércio alemão, como nas zonas catarinenses em torno a Brusque e Blumenau (e também em Santa Teresa, onde entretanto esta situação mudou por volta dos anos '20). No Espírito Santo não se verificou aquela consideração especial de que foram alvo, por exemplo, as comunidades alemãs em Santa Catarina, ou aquele sentimento gregário comum a algumas áreas coloniais catarinenses entre

1202 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 5.

camponeses italianos e com relação a grupos etnicamente alemães.¹²⁰³ Também com o mundo brasileiro em geral as comunidades camponesas italianas tiveram o mesmo relacionamento que em Santa Catarina e em outros lugares. A um período de rígida separação, na verdade relativamente breve, seguiu-se um longo período de diálogo e relações estreitas que, conquanto não diluíssem a cultura original daquelas comunidades no ambiente cultural brasileiro, amenizaram em breve as diferenças mais acentuadas, privilegiando o diálogo ao confronto. Eram e são sobretudo duas as situações em torno das quais surgia o conflito: o tipo de religiosidade e a concepção do trabalho das duas etnias. Embora fossem católicos praticantes, o catolicismo dos brasileiros era considerado pelos camponeses italianos mais exibicionista do que coerente.

A partir de conversações com os mais velhos dentre os netos daqueles primeiros imigrantes, compreendemos que, em sua opinião, os brasileiros abstinham-se de respeitar as regras “difíceis”, como por exemplo, a obrigação da abstinência sexual fora dos limites do matrimônio, e a estrutura familiar em que viviam era mais elástica e menos imutável do que a dos italianos. Quanto ao trabalho, na cultura brasileira com que entraram em contato, este não era um valor essencial: era um meio para a sobrevivência e não uma razão de vida. Os brasileiros eram bons trabalhadores, muitas vezes ótimos trabalhadores, mas inconstantes. Não trabalhavam duramente para comprar uma terra ou para aumentar a propriedade que deixariam aos filhos. Faziam apenas o necessário para viver ou para festejar. Os velhos de Alfredo Chaves e Santa Teresa afirmam que freqüentemente os brasileiros trabalhavam como diaristas para os italianos. Trabalhavam bem e exigiam pouco dinheiro, muitas vezes apenas a comida. Em seguida desapareciam. “O italiano é ambicioso”, disse-nos Ottavio Libardi, de Alto Pongal, para evidenciar a diferença entre este e o brasileiro, e citou o exemplo dos primeiros habitantes daquela localidade. Quando ali chegaram os italianos, havia um grupo de brasileiros. Fabricavam cestas e peneiras de vime, e não se aplicavam ao duro trabalho nos campos, vivendo em uma minúscula e mísera cabana, a que nunca faziam melhorias.¹²⁰⁴ Note-se que muitos dos brasileiros que os italianos conheceram não eram agricultores. Tratava-se

1203 O autor A. Berri, neto de italianos estabelecidos na Colônia Blumenau, comentava em uma carta: “Os italianos consideravam-se, sob um certo ponto de vista, inferiores aos alemães, porque estes demonstravam visões mais amplas, instinto e união entre si para fins de produção industrial”.

1204 Conversação gravada com Ottavio Libardi, 54 anos, Alto Pongal (Anchieta), 29/03/1986.

de gente atraída pela vida econômica e social dos novos núcleos coloniais: algumas vezes comerciantes (era bastante freqüente o caso de brasileiros donos de pontos de venda nas sedes das colônias), ou gente habituada a viver no litoral de um mínimo de pesca e pouquíssima agricultura. É necessário recordar também que um certo “banditismo” de algumas autoridades brasileiras de baixo escalão que imperava nas comunidades de imigrantes e ao qual Pinto Pacca se referiu em um texto que citaremos em seguida, contribuiu para acentuar a natural desconfiança das novas comunidades com relação aos nativos. Estas são as considerações de um sacerdote referentes a Santa Teresa, colhidas por Rizetto em 1904: “Nem sempre italianos e brasileiros, forçados a viver juntos, estão de acordo; os segundos são às vezes um pouco prepotentes com os primeiros, o que os nossos colonos, todos vênets e trentinos, por sua humildade de espírito suportam com resignação; mas também porque não se sentem protegidos nem pela Itália e nem pelo Brasil, mas quase que abandonados a si próprios naquelas regiões longínquas, onde não existem autoridades de fato.”¹²⁰⁵

Alguns destes casos são ainda recordados, assim como casos de ataques de grupos de verdadeiros bandidos que queriam pôr a ferro e fogo alguns povoados, numa espécie de faroeste brasileiro.¹²⁰⁶

Durante um longo período, as autoridades constituídas eram omisssas naquelas zonas, tanto que um imigrante de Lonigo transplantado em Santa Teresa em 1924 cunhou para nós esta definição de seus primeiros tempos no Brasil: “Aprendi a profissão de carpinteiro de tantos caixões que fiz”. Ele referia-se sobretudo a fatos ocorridos nas áreas de colonização italiana na região do Rio Doce, onde trabalhava. Mas, além da natural circunspeção de uma sociedade que se estava estruturando, do este-reótipo e do preconceito que compunham os esquemas mentais das duas comunidades obrigadas a coexistir, não foi dramático o processo de *aculturação* dos emigrantes italianos no Espírito Santo, ou particularmente lento. Como observou A. Aguirre: “Uma das vantagens da imigração italiana, do ponto de vista social, foi que ela não criou para nós a árdua questão dos ítalo-brasileiros. Apesar da justa e natural simpatia que o liga à Itália, o filho do italiano é brasileiro.”¹²⁰⁷ Vigilio Lamber, em 1887, em breves anotações que seriam mais tarde ampliadas em seus diários, infeliz-

1205 em R. Rizetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 147.

1206 Veja-se F. Müller: op. cit. págs. 28/29 e 41/44.

1207 A. Aguirre: *Monographia sobre a imigração em geral e particular no Estado do Espírito Santo*, Niterói 1934, pág. 81.

mente desaparecidos, assim definiu a coragem de quem se sentia portador de uma cultura que não estava destinada a desaparecer: “Conquanto abandonados no deserto, sustenta-nos o nosso zelo e a nossa fé em Deus que nos protege, a paz, o amor e a harmonia entre todos nós. Se todos, um por todos e todos por um, pudermos dizer que estamos na América, mas que nossos costumes não são brasileiros, mas europeus.”¹²⁰⁸

Os jovens trentinos e vênnetos que chegaram ao Brasil dificilmente desposavam consortes brasileiros. Mas este tabu começou a ser rompido com frequência já a partir da primeira geração de ítalo-brasileiros. Referimo-nos a dados colhidos dos registros paroquiais de Santa Teresa. Em nossas pesquisas, não encontramos registros matrimoniais de Alfredo Chaves e Santa Teresa referentes aos primeiros anos de estabelecimento de italianos e trentinos. O registro mais antigo que encontramos foi o de Santa Teresa, relativo ao período entre 1889 e 1904, a que os nossos dados se referem. Contêm os extremos de 1.880 matrimônios: em 1.020 destes casos, os dois contraentes eram de etnia italiana; 568 de etnia brasileira; 61 matrimônios foram celebrados entre indivíduos de origem europeia (excluindo-se a italiana). Neste último caso, tratavam-se quase sempre de polacos e, em raríssimas ocasiões, de alemães. Duzentos e dezenove eram matrimônios mistos. Doze eram casos de matrimônio em que a origem de um ou de ambos os contraentes era incerta. Resumimos estes dados em uma tabela¹²⁰⁹:

Matrimônios católicos na Paróquia de Santa Teresa, 1889/1904 (Tab. XIX)

	Entre Italianos	Entre Brasileiros	Entre Europeus	Mistos	Incertos
Tot. matrim.: 1.880	1.020	568	61	219	12
% 100%	54,3%	30,2%	3,2%	11,7%	0,6%

Se os percentuais de matrimônios respeitam mais ou menos aqueles da população das várias etnias presentes na zona de Santa Teresa (quanto aos alemães, note-se que estes dados não levam em conta os matrimônios celebrados no rito protestante), é possível supor que era maciça a presença de brasileiros na Paróquia de Santa Teresa.

Trinta e cinco por cento dos contraentes eram de fato brasileira. Este dado não deve ser radicalizado, pois é provável que houvesse naquela zona áreas ocupadas exclusivamente por brasileiros, em um território

1208 em *Strazetto per l'anno 1887*, cit.

1209 APST: *livro de Casamentos 1889/1904*

de mais de mil quilômetros quadrados. Vejamos agora especificamente como se caracterizavam os matrimônios mistos:

Italianos com brasileiros

Noivo italiano/noiva brasileira 34

Noivo brasileiro/noiva italiana 118

Italianos com europeus

Noivo italiano/noiva européia 10

Noivo europeu/noiva italiana 17

Brasileiros com europeus

Noivo brasileiro/noiva européia 30

Noivo europeu/noiva brasileira 10

Oito por cento dos contraentes de etnia italiana casaram-se fora de suas fronteiras étnicas; 6,8% escolheram um consorte brasileiro. Uma relação precedente de matrimônios na zona de Brusque (Santa Catarina) demonstrou que 5,5% dos italianos casaram-se fora de suas fronteiras étnicas, mas deve-se levar em consideração que o estudo referia-se ao período entre 1876 e 1891. Estavam portanto incluídos os primórdios da colônia, quando eram muito mais raros os matrimônios etnicamente mistos (enquanto que em Santa Teresa a relação compreende também o período entre 1892 e 1904, em que certamente os matrimônios mistos eram mais frequentes). Na verdade, em Santa Teresa, 1 italiano em cada 15 que se casavam escolhia seu consorte no grupo étnico brasileiro. Expresso de outra forma, os dados revelam também que 1 italiano em cada 30 desposava uma brasileira e 1 italiana em cada 10 desposava um brasileiro. Tratavam-se de pessoas nascidas na Itália e, em menor medida, dos primeiros filhos brasileiros dos colonos italianos (que em 1890 tinham entre 10 e 15 anos e, em 1900, entre 20 e 25 anos).

No interior da nacionalidade brasileira, as relações entre os camponeses italianos e as pessoas de cor eram um caso especial. “É notório que os italianos, mais do que outros imigrantes, desposam apenas brancos, e de preferência descendentes de seus conterrâneos. Espanhóis, franceses e sobretudo portugueses misturam-se com os negros”.¹²¹⁰ A afirma-

1210 M. S. de Novaes: *A escravidão...*, op. cit. pág. 91.

ção é da historiadora espírito-santense Maria Stella de Novaes e, com relação aos italianos do Espírito Santo, nossas observações puderam em parte confirmá-la. O camponês do norte da Itália não sabia nem mesmo da existência de populações de raça negra. O primeiro contato causou muito espanto. Segundo Angelo Tonini, 97 anos, de Santa Teresa, muitos dos primeiros colonos tocavam o corpo dos negros para verificar se se tratava de uma cor escura aplicada sobre peles claras. Após os primeiros contatos, em quase todas as comunidades de origem italiana a separação entre brancos e negros, ou melhor, o isolamento destes últimos, tornou-se corriqueira. Cunharam-se os termos mais criativos para definir as pessoas de cor, e em todos percebia-se a desconfiança que o italiano provava em relação a elas: “homens de bronze”, “casca negra”, “raça de Caim”.

Em algumas comunidades, o negro tinha acesso à casa do colono italiano e era tratado com humanidade, comendo à mesa com os outros e dormindo com os filhos do chefe da família. Mesmo nestes casos, entretanto, sua função era a de trabalhador braçal agrícola mal remunerado. Ele próprio pedia baixos salários e na maioria das vezes trabalhava em troca de comida e alojamento para camponeses italianos que dispunham de 30 hectares de terra, mas que podiam ser considerados pobres. Muitos italianos aprenderam com os negros a preparar a farinha de mandioca, que não conheciam, e nas comunidades italianas muitos negros eram considerados feiticeiros, que curavam várias doenças com a ajuda de ervas. O matrimônio com negros era o mais sagrado tabu nas zonas italianas. Em centenas de entrevistas com brasileiros de origem italiana (sobretudo trentina), jamais ouvimos falar de um matrimônio entre um indivíduo branco, ítalo-brasileiro, e um indivíduo negro. Os velhos camponeses, por sua vez, referem-se às vezes a freqüentes fugas de mulheres italianas (e trentinas) com homens de cor. O fato impressionou a tal ponto o Cônsul Rizzetto, que mencionou-o em 5 pontos diversos em seu Relatório de 1905, confirmando que os casos de matrimônio existiam (e foram portanto removidos da memória camponesa). Os camponeses cujos testemunhos ele colheu afirmavam que os negros, “para conquistar as moças italianas, colocam alguma mistura misteriosa no café que tomam juntos, ou oferecem-lhes cigarros enfeitados”. Outros “atribuem o fato a certas pílulas que o negro ou mulato que deseja conquistar o afeto da moça coloca, sem que ela o saiba, na xícara de café”. O cônsul, que provavelmente não acreditava nestas fábulas, observava entretanto que as uniões mistas representavam “uma desagregação completa da família com relação à disciplina doméstica e,

em certos casos, moral.” É significativo pensar nos resultados de uma impossível consulta àquelas mulheres que fugiam de uma família patriarcal em que a exteriorização da afetividade era considerada um pecado, assim como o sexo ou uma excessiva afetuosidade. As ocasiões em que um negro era aceito pela comunidade deviam-se à sua precedente aceitação das regras expressas naquele grupo, e geralmente tratavam-se de pessoas que pertenciam aos degraus mais baixos da escala social. Algumas vezes, o negro era aceito apenas por pertencer a um nível social elevado: foi o caso de uma trentina que conhecemos, que desposou um mulato, que no entanto era o farmacêutico do povoado em que vivia, e por sinal muito instruído. Mas ela também teve que superar um rígido ostracismo por parte da família e da comunidade. Às vezes acontecia que algumas mulheres negras abandonavam seus filhos ainda bebês, na casa de algum camponês. Estes eram criados com amor, pois o fato de serem “crianças” eliminava o pecado original de serem “negros”. Mas ao crescerem, estes indivíduos eram pouco a pouco isolados, tratados como “diversos”. Conhecemos alguns deles, e pareceram-nos viver internamente uma espécie de esquizofrenia cultural: depositários da cultura dos que o cercam, sentem-se excluídos e marginalizados, por motivos que aos poucos conseguem compreender. Geralmente os negros abstinham-se de frequentar as comunidades italianas e alemãs. Em alguns casos (não muitos, na verdade), a reação dos camponeses italianos era violenta. Ouvimos muitas vezes falar de um vale habitado por trentinos e vênetsos em que os negros podiam entrar, mas não podiam sair. Diz-se que muitos foram mortos. Contam-se também detalhes aterrorizantes. O fato perde um pouco a sua caracterização racista quando se pensa que no mesmo vale eram muito comuns, até os anos '10 ou '20 do século passado, assassinatos entre brancos. A dificuldade daquela vida, o isolamento e a falta da autoridade de tutores da ordem haviam tornado o lugar bastante “efervescente”. Eram muitos os pontos de atrito entre a cultura dos camponeses do norte da Itália e a cultura dos negros.

A escravidão foi abolida no Brasil apenas em 1888. Os negros que os italianos conheceram eram seres humanos recém-libertos, após séculos de trabalho forçado e de abusos por parte dos brancos. A família não era uma instituição importante para muitos deles. O fazendeiro português dividira e destruíra a família de muitos escravos. O trabalho repelia muitos deles: durante séculos haviam sido explorados. O branco não era confiável (mesmo um camponês europeu recém-chegado). Algumas vezes, os próprios negros recém-libertados das fazendas atacavam os colonos bran-

cos nas estradas e roubavam-lhes o que levavam. Isto pelo menos foi o que concluímos a partir de conversas com os mais velhos dos bisnetos de trentinos e italianos. Um relacionamento difícil, enfim, que algumas vezes transformava-se em pura bestialidade.

Uma última e sucinta observação, apenas sobre a emigração trentina. Já observamos, no estudo precedente, que nas colônias havia uma tendência a formarem-se linhas coloniais que respeitavam a proveniência dos camponeses dos diversos vales ou mesmo vilarejos do Trentino. Surgiram em Santa Catarina as localidades denominadas Matarei, Centenari, Besenello, Vigolo, Ronzenari, Valsugana etc. Também no Espírito Santo esta tendência, na verdade lógica, verificou-se sempre que possível. O grupo de trentinos que mais se caracterizou pela unidade interna foi o originário de Caoria. Alguns deles chegaram ao Espírito Santo na época da Colônia de Santa Leopoldina. Mais tarde chamaram os parentes e amigos, que chegaram em grande número a partir de 1888. Cerca de 61 pessoas partiram de Caoria em abril daquele ano para Santa Teresa, e um jornal de Trento anunciou o fato.¹²¹¹ Reuniram-se todos em Tabocas, uma localidade situada a alguns quilômetros do povoado. Outros ainda vieram em seguida. Nas listas de imigração que consultamos, contam-se mais de uma centena de originários de Caoria que se transferiram para aquela zona, de 1888 até o final do século. Há notícias, entretanto não documentadas, de que também nas quatro primeiras décadas do século XX alguns habitantes de Caoria tenham emigrado para o Espírito Santo. A comunidade de Tabocas era bastante especial. Os próprios trentinos e os vênets e lombardos consideravam aquela gente excessivamente fechada. Preferiam conviver entre si e casavam-se quase sempre entre si. Alguns destes oriundos de Caoria, na época em que o café conheceu altos preços, foram ao Trentino expressamente para encontrar uma esposa em Caoria. Com vênets, friulanos e lombardos, não se sentiam à vontade. Estes, por sua vez, os consideravam uma espécie de marcianos. Agricultores não muito provec-tos (em Caoria a agricultura não era muito desenvolvida), em alguns casos tendiam a trabalhar os campos apenas o estritamente necessário à sobrevivência. Muitos religiosos, alguns deles conheciam muito bem as canções sacras em latim e foram os pilares dos coros das várias capelas. Praticamente não blasfemavam, ao contrário dos outros italianos (e trentinos). De acordo com o filho de um dos primeiros oriundos de Caoria a

1211 *La Voce Cattolica* de 17/04/1888.

estabelecer-se no Espírito Santo, aquela gente era inteligente, honesta, pouco engenhosa e bastante rude.¹²¹² Deixaram no Município de Santa Teresa seus sobrenomes e também seus apelidos. Entre os Loss encontram-se Miceleta, April, Vincenz, Pugnall, Refelon, Gambeta, Franzin. Um dos Corona chama-se Gatt. Muitos deles, ou seja, as famílias Loss, Caser, Taufer, assim como muitos outros trentinos, eram bisnetos de indivíduos que haviam chegado ao Trentino vindos da Europa Central nos séculos precedentes, e de cultura alemã. Fizeram-se italianos com o tempo. Seus filhos agora são brasileiros. A história do homem é a história da emigração.

Colônia de Rio Novo, 1879-1880. A emancipação e a criação da Colônia Castello

Por volta do final de 1878, finalmente foi nomeado um médico para o I e o III Territórios (sobretudo para este último, onde mais de mil colonos haviam se estabelecido recentemente).¹²¹³ Pinto Pacca argumentou com seus superiores que, mesmo limitando ao máximo os gastos, seria uma loucura economizar excessivamente as despesas do III Território, onde os recém-chegados ainda não produziam coisa alguma. A 15 de janeiro houve alguma desordem no IV Território, mas provavelmente tratou-se de um evento de pouca importância.¹²¹⁴ Caterina Tartaglia deixou o marido que, definido pela direção como “desligado e quase idiota”, pediu permissão para partir. Pinto Pacca não conseguia ser objetivo com os colonos do V Território. Recebera uma petição de cerca de quarenta deles, em que declaravam que estavam vivendo na miséria devido à ausência de colheita e à suspensão dos trabalhos nas estradas. O diretor observava que isto contradizia o que afirmara Maciel para o jornal *Actualidade* alguns meses antes (e também o que haviam afirmado os próprios colonos em uma comunicação à Presidência redigida alguns meses antes). Contradição havia, e era evidente, mas agora o que importava era o estado de necessidade daquelas famílias. Mas Pacca não acreditava muito nesta condição. Assegurava que entre os 40 signatários havia 3 comerciantes, amigos de Maciel, que haviam lucrado grandes somas durante o período de direção daquele engenheiro. Além

1212 Conversação gravada com Américo Loss, 71 anos, Santa Teresa 28/06 e 20/07/1986.

1213 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, dc. dd 01/12/1878.

1214 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 31/01/1879.

disso, estes três indivíduos eram os insufladores de todas as desordens que ocorreram naquele território, bem como a causa direta da pobreza de muitos de seus conterrâneos, dos quais haviam extorquido todo o dinheiro que possuíam. Esta gente, ao invés de ser ajudada, deveria ser expulsa da colônia.¹²¹⁵ Provavelmente eram verdadeiras as informações fornecidas a Pacca com relação aos três personagens, mas a situação das famílias do V Território era em geral triste. O ajudante da direção percorreu as várias linhas coloniais que compunham o território, e concluiu “que era verdade que a maior parte dos colonos encontravam-se em estado de miséria”. Haviam, de qualquer forma, desmatado e plantado café e mandioca, um pouco de arroz e bananas. Muitos alimentavam-se de mandioca (a observação referia-se provavelmente à aversão demonstrada inicialmente por italianos e trentinos a este alimento). A colheita de arroz e feijão fora paupérrima. Quanto ao feijão, “os que plantaram 20 litros, colheram apenas 2 litros. Portanto, a produção destes lotes atualmente não oferece meios de subsistência aos colonos”.¹²¹⁶ Pinto Pacca ordenou a seu ajudante que visitasse lote por lote e contratasse 50 chefes de família para trabalhar nas fazendas privadas da zona de Itapemirim. A cada família seriam concedidos 3\$000 e algum trabalho poderia ser concedido aos mais miseráveis, dentro dos limites previstos para as despesas daquele território.¹²¹⁷

As colônias começavam a ser um reservatório de mão-de-obra para as grandes fazendas privadas e freqüentemente, nas décadas sucessivas, os pequenos agricultores se transformariam em trabalhadores braçais a serviço dos latifundiários, para arredondar suas rendas ou em seguida à perda de seus lotes. Ocorreriam, entretanto, freqüentes casos em que colonos europeus tornaram-se por sua vez proprietários de fazendas de considerável extensão que haviam comprado dos brasileiros. Naquele caso específico, muitos colonos do V Território declararam que não podiam trabalhar nas fazendas, pois seus cônjuges encontravam-se doentes, e a grande distância entre a colônia e as fazendas tornava anti-econômico o deslocamento. Nos primeiros dias de março, mais de cinquenta camponeses italianos do V Território foram a Vitória para pedir trabalho diretamente ao Presidente da Província.¹²¹⁸ No mês de março, um grande grupo

1215 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 12/02/1878.

1216 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 28/02/1879.

1217 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 21/02/1879.

1218 *O Espírito-Santense* de 05/03/1879 e APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 03/03/1879.

de trentinos abandonou a colônia. Eram aqueles que encontravam-se ali por engano e tinham parentes em Morretes, no Paraná, e as várias famílias Pezzi e Iob, de Dercolo, que uniram-se a seu parente em Nova Palmira, no Rio Grande do Sul. Pacca observava tristemente que estes deixavam casas provisórias e plantações, tudo em boas condições, e partiam com seus próprios recursos.¹²¹⁹ Também Francesco Marangoni, Bernardo Travaglia e Bortolo Sartori deixaram Rio Novo para ir ao Rio de Janeiro. Formavam uma delegação dos 861 colonos que haviam chegado no ano anterior e dirigiam-se ao Ministério da Agricultura para protestar. Faltavam um médico, um padre, professores. Além disso, seus salários haviam sido reduzidos a 1\$500 diários e a cifra era excessivamente baixa, devido aos preços dos gêneros alimentícios vendidos na colônia. J. A. Pinto Pacca concordava com eles. Aquela cifra poderia ser suficiente em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul, mas não no Espírito Santo, onde o feijão custava 40\$000 a saca e 10 litros de farinha de milho, 2\$000.¹²²⁰ Em abril, outra família italiana deixou a colônia.¹²²¹ À colônia, entretanto, deveriam chegar outros brasileiros vindos do Ceará que estavam empregados na Fazenda Monte Bello, de Thomaz Dutton, e viviam em condições precárias.¹²²²

O médico dos II, IV e V Territórios foi demitido, e 1.500 pessoas ficaram sem assistência. Corriam o risco de morrer por causas pouco graves. Falecera já um colono de intoxicação por ter comido uma fruta selvagem e outro estava morrendo em razão de pequenas fraturas. No III Território o escorbuto ainda fazia vítimas, sobretudo entre a gente do Ceará.¹²²³

Marietta Geraldini apresentou sinais de desequilíbrio mental e foi necessário construir uma prisão em seguida a atos de insubordinação de grupos de colonos (no V Território?).¹²²⁴ O ajudante do diretor no V Território, P. L. de La Guardia, denunciou alguns colonos que estavam ocupando terras de sua propriedade no III Território. Na disputa inseriu-se também o Consulado Italiano, que opôs-se à transferência daqueles agri-

1219 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 28/02 e 08/03/1879.

1220 idem: doc. dd 07/03/1879.

1221 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, 2 doc. dd 30/04/1879.

1222 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 02/01/1879 e GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 11/02/1879.

1223 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 21/02/1879.

1224 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 30/04/1879 e GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 30/04/1879.

cultores para outras terras.¹²²⁵ Não era de todo correto que proprietários de terras que confinavam com as colônias fossem chamados a exercer cargos administrativos nas mesmas e ainda menos correto vender terras estaduais vizinhas às colônias a estas mesmas pessoas. Veremos em seguida os danos que isto provocaria em Santa Leopoldina.

Um grupo de colonos do III Território pediu a expulsão de Girolamo Pilati. Este estava continuamente em estado de embriaguez e aterrorizava os outros colonos. Em um de seus momentos de violência, arrancou a mordidas o lábio inferior do cunhado, Geraldo Costalonga, e engoliu-o. Mas a colônia não dispunha de força policial suficiente e a punição deste ato de barbárie resumiu-se à suspensão de trabalhos públicos para Pilati. Enfim, o cunhado o perdoou, e mesmo esta suspensão não vigorou. Mas ele não abandonou o vício e algum tempo depois, durante uma briga com Alessandro Libardoni, tentou arrancar-lhe o polegar da mão esquerda a mordidas. Libardoni, aterrorizado, sacou a faca e apunhalou o atacante quatro vezes, ferindo-o levemente. Também desta vez a punição foi a suspensão de seu salário, mas então muitos camponeses do III Território exigiram a expulsão de Pilati, que foi decretada em junho de 1879.¹²²⁶

Não era fácil transformar em uma comunidade um conjunto de indivíduos que viviam em condições difíceis e em um ambiente estranho. Outros episódios esparsos de violência ocorreram na colônia. Giovanni Desperatti, definido “um pouco idiota”, viúvo, maltratou duramente os filhos de 2 e 4 anos, e um brasileiro assassinou a tiros um compatriota.¹²²⁷ E ainda: um certo Benedetto Parati acusou dois trentinos de lhe terem roubado uma certa quantia em dinheiro.¹²²⁸ Recusou-se a Michele Merlo um subsídio para o leite do filho, que fora concedido a outros no passado, e os colonos do IV Território pediram veneno para exterminar as formigas que danificavam seriamente suas plantações.¹²²⁹

Pinto Pacca fizera realmente muitos inimigos na colônia, também entre os brasileiros. Em outubro foi ao Rio de Janeiro, e dois brasileiros

1225 APEES: GDG, série 751, livro 126, doc. dd 22/04/1878 e GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd maio 1879.

1226 idem: doc. dd 28/05/1879; GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 28/05/1879 e GDG, série 751, livro 126, doc. dd 10/06/1879.

1227 APEES: GDA, Primeira Série, livro 114, doc. dd 26/05 e 18/06/1879.

1228 idem: doc. dd 02/06/1879.

1229 idem: doc. dd 28/05/1879.

dispararam morteiros em sinal de júbilo e um grupo de colonos brasileiros armados disparou em direção à casa do diretor. Recorreu-se aos órgãos de justiça de Itapemirim, que aparentemente preferiram crer na versão dos fatos fornecida pelos atacantes a crer na de Pinto Pacca.¹²³⁰

Terminava o ano de 1879. Segundo o Ministério, haviam dado entrada na colônia, diretamente do Rio de Janeiro, 4 franceses e 151 italianos. Dentre os 4 franceses estavam provavelmente 1 suíço e dois de seus filhos nascidos no Brasil. Um documento de setembro referia-se também a 81 brasileiros que chegaram à colônia entre janeiro e junho. Entre estes, dois eram os filhos do colono suíço.¹²³¹ Poderíamos, portanto, estimar as entradas em cerca de 250 unidades. Nada sabemos sobre os 129 imigrantes cuja chegada foi anunciada em dezembro, mas é provável que tenham chegado mais tarde e foram instalados junto a outros na nova Colônia Castello.¹²³² Mas um certo número de colonos partira, e portanto a população não devia ser muito superior a 4.000 unidades, cifra comunicada também pelo Ministério (sendo entretanto exagerada uma avaliação de Pacca, que em junho referira-se a 5.000 habitantes).¹²³³ O ano de 1880 passou muito rapidamente para a colônia. Em janeiro, um grupo de cearenses solicitou trabalhos nas estradas, mas a direção argumentou que estavam na colônia há quase dois anos e tinham campos cultivados. Em fevereiro, Giovanni Avancini recorreu à direção para recuperar 50\$000 que enviara ao Trentino em agosto de 1877 e não haviam chegado à destinação. Em março, foram demitidos o professor do I Território, o ajudante e o contador da colônia, e foi nomeado um médico para atender os pobres da ex-Colônia de Rio Novo. De fato, a colônia foi emancipada com o Decreto 7.683 de 6 de março de 1880.¹²³⁴ Para acolher os emigrantes, especialmente os italianos, que ainda chegariam ao Brasil sem saber que a lei sobre as colônias de 1867 fora suspensa, decidiu-se abrir um novo núcleo, chamado Núcleo Colonial Castello. Situava-se nas terras de Rio Benevente, na fronteira norte da Colônia de Rio Novo (partindo das terras do III e IV Territórios). O diretor era J. A. Pinto Pacca e o restante dos

1230 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 09/10/1879.

1231 *Relatório do Ministro da Agricultura M. B. de Macedo de 14/05/1879*, cit.

1232 APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 26/12/1879.

1233 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 10/06/1879.

1234 idem: doc. dd 05/01/1880, 2 doc. dd 05/03/1880 e doc. dd 30/03/1880; GDA, Segunda Série, livro 34, dc. dd 04/02/1880.

funcionários também provinha de Rio Novo. Nos dias 18 e 20 de fevereiro de 1880 chegaram os primeiros colonos provenientes das províncias de Udine, Belluno e Treviso. Em 1881, a Colônia Castello contava já 1.079 habitantes, dos quais 976 eram italianos (na documentação que consultamos não encontramos traços de trentinos). Sua superfície era de 8.895 hectares e contava com 418 lotes demarcados, dos quais 263 estavam ocupados. Haviam sido plantados 150.000 pés de café. Foi emancipada pouco depois de um ano de sua fundação, com o Decreto 8.122, de 28/05/1881.¹²³⁵ Teve uma vida muito breve e relativamente tranqüila, tanto que, alguns anos depois, o vice-cônsul da Itália, Dall’Aste Brandolini, levou à Presidência da Província os cumprimentos do Rei da Itália pela prova de eficiência demonstrada na gestão desta colônia, indicada por alguns como um “modelo colonial do Espírito Santo”.¹²³⁶ Chegaram em seguida outros emigrantes à ex-colônia, chamados pelos parentes (sabe-se, por exemplo, a partir do relatório ministerial, que em 1884 houve 282 casos de imigração espontânea) O desenvolvimento de sua população foi o seguinte:¹²³⁷

População da Colônia Castello, 1881/1888 (Tab. XX)

Ano	População	Ano	População
1881	1.079	1886	1.453
1883	1.332	1887	2.710
1885	1.436	1888	2.388

Considerando-se a Colônia Castello praticamente como o VI Território da Colônia de Rio Novo, poderemos dar por encerrada a história desta última em 1881.

Apresentamos um resumo referente às entradas, à população e à superfície de Rio Novo (total e cultivada), de 1875 a 1888 (último dado de que dispomos e que se refere apenas à população):¹²³⁸

1235 *Relatório do Ministro da Agricultura J. A. Saraiva de 19/01/1882 e Relatório do Ministro da Agricultura A. A. Moreira Penna de 07/05/1884.*

1236 A. Aguirre: op. cit. pág. 105.

1237 Além dos já citados *Relatórios Ministeriais de '82 e '84*, os dados foram extraídos de: *Relatório de J. A. Pinto Pacca, Inspetor Especial de Terras e Colonização do Espírito Santo de 30/03/1886*, anexo ao *Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886*. *Relatório do Ministro da Agricultura R. A. da Silva de 13/05/1888*, cit.; *Relatório do Ministro da Agricultura R. A. da Silva de 14/05/1888*; *Relatório do Ministro da Agricultura R. A. da Silva de 16/05/1889*.

1238 Os dados constam dos Relatórios Presidenciais, do Ministério da Agricultura e do Diretor da Colônia, já citados.

Entradas, População e Superfície da Colônia Rio Novo, 1875-1888 (Tab. XXI)

Ano	Sup. Total	Sup. Cultivada	População	Entradas
1875	nota ¹²³⁹	26.800.000 m ²	2.062	1.000 ca
1876			2.528	700 ca
1877	282.529.127 m ²	43.125.000 m ²	2.867	302 ca
1878			4.063	1.031
1879			4.000 ca	250 ca
1880	282.529.127 m ²	50.000.000 m ²		
1884	385.340.000 m ²		4.961 ca	
1886			5.183	
1887			5.200	
1888			5.458	

Do final de 1874 até a emancipação, Rio Novo recebeu cerca de 3.300 novos imigrantes, quase o triplo do que recebera durante os vinte anos anteriores. A população também triplicara em pouco mais de 5 anos. A superfície cultivada da colônia neste espaço de tempo praticamente duplicara. Até 31 de dezembro de 1878, o governo gastara com a colônia, desde a sua fundação, 1.519:369\$654.¹²⁴⁰ Infelizmente, não estamos em condições de fornecer os dados referentes ao custo total da colônia. Sabemos que no segundo semestre de 1878 foram gastos 92:665\$142, em pleno período de contenção de despesas. Poderíamos supor, portanto, que o custo total da colônia girasse em torno de 1.750:000\$000. Mas trata-se de uma estimativa, que não deve ser aceita sem reservas. De acordo com um relatório de Pinto Pacca de 1886, os débitos dos colonos para com o Estado alcançariam a cifra de 343:412\$120 (dos quais 166:661\$079 referentes à aquisição de lotes e o restante a adiantamentos, ajudas etc).¹²⁴¹

São entretanto descontínuos e imprecisos os dados relativos à nacionalidade dos colonos de Rio Novo. De acordo com os nossos cálculos, foram admitidos na colônia menos de 800 trentinos e entre 2.000 e 2.200 italianos. Dentre os trentinos, muitos haviam abandonado o Espírito Santo. É difícil precisar quantos. Um documento de 1878 registra 688 entradas de trentinos até 30 de junho de 1877, mas apenas 245 destes estabe-

1239 As estimativas apresentadas por Pinto Pacca e pelo Presidente da Província (40.000 hectares) e a do Ministério (12.020 hectares) parecem erradas, excessivamente altas ou excessivamente baixas.

1240 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbu de 1879*, cit.

1241 *Relatório de J. A. Pinto Pacca*, anexo ao *Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886*, cit.

leceram-se na colônia.¹²⁴² Mesmo entre aqueles que deram entrada na colônia entre 1877 e 1878, muitos partiram para o Rio Grande do Sul. Podemos supor, portanto, que a maioria dos trentinos deixou Rio Novo (caso único na história das colônias imperiais brasileiras em que os trentinos se estabeleceram): algo em torno de 500 unidades. O dado seria confirmado por uma informação de Pacca de 1884, que relacionava 212 “austriacos” distribuídos entre os I, III e IV Territórios, mas que não especificava o número daqueles do II Território. Um recenseamento ulterior, entretanto, estabeleceu que naquele território havia cerca de sessenta trentinos.¹²⁴³ Temos provas de que algumas famílias trentinas estabeleceram-se também nas décadas sucessivas nas terras da ex-Colônia. Entre 1886 e 1889 (sobretudo neste último ano), outros grupos de trentinos desembarcaram nos portos de Itapemirim e Benevente. A partir das relações que consultamos, contamos pouco mais de uma centena. Muitos deles terminaram nas fazendas em torno de Cachoeiro de Itapemirim como meeiros, mas é certo que alguns se reuniram a seus parentes nas terras da ex-Colônia. Encontramos documentos de 1884 e 1885 em que colonos de Rio Novo e Castello solicitavam permissão para a vinda de seus parentes.¹²⁴⁴

Emancipação significava abandono das colônias por parte do Estado. É fácil prová-lo. Em 1881 o jornal “*O Cachoeirano*” afirmava que na colônia já era necessária a intervenção das finanças públicas para reparar pontes, estradas, margens de rios, mas ninguém intervinha, “lembrando-se apenas de recolher os impostos estabelecidos pela lei fiscal”. O conselho do jornal ao governo era abonar os débitos dos colonos e investir o dinheiro em estradas e escolas, e também vender em leilão os edifícios públicos condenados à ruína.¹²⁴⁵

O segundo conselho não foi seguido, e no final de 1883, Pinto Pacca firmou com o trentino Riccardo Magnago um contrato “para a conservação das propriedades estatais do IV Território”.¹²⁴⁶ Está claro que o primeiro conselho também não foi seguido. Em 1886, Pinto Pacca alertava sobre as condições dos ex-estabelecimentos coloniais:

1242 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 12/04/1878.

1243 *Recenseamento do II Território da ex-Colônia de Rio Novo realizado em 1888 pela Comissão de Terras da ex-Colônia Castello*, em APEES: GDA, Primeira Série, livro 196.

1244 APEES: GDG, série 751, livro 126.

1245 *O Cachoeirano* de 07/08/1881.

1246 APEES: GDG, série 751, livro 126, doc. dd 15/12/1883.

*“O agricultor imigrante é sempre o mesmo homem, trabalhador; inteligente e parcimonioso em qualquer parte da província, e trabalha assiduamente para o progresso deste país. Este país indeciso, vacilante, indiferente e negligente que falta às suas promessas, que não o aprecia como deveria. [...] A divisão civil é quase a mesma do tempo em que esta mesma zona [os territórios ocupados pelas 4 ex-Colônias], hoje ocupada por 20.000 almas, era habitada por feras e selvagens. Estradas, trilhas, edifícios, melhorias materiais, que representaram milhares de contos de réis imputados como custos da imigração, estão condenados à completa ruína por falta de conservação e apenas agora, após a emancipação, recebem algumas melhorias devidas à atenção do ilustre administrador da Província, que pouco pode fazer com os exíguos meios de que dispõe. A falta de instrução pública gratuita, garantida pela constituição, está condenando à crassa ignorância o filho do ex-colono; o ex-colono está reduzido à miséria, endividado, sem lote, sem proteção para a sua numerosa família, porque deve manter uma disputa, uma ação diante da justiça do país a 10, 15 ou 20 léguas de distância do seu lote; um sub-delegado de polícia (por influência política) que se apossa do lote do ex-colono e de seu trabalho porque quer distância destes carcamanos ou porque este lhe serve para valorizar seu terreno vizinho; o valentão, que tem no terror que inspira a sua profissão, que espanca em sua própria casa o ex-colono e sua esposa grávida, aquele ex-colono que exporta 400 arrobas de café e que apenas com isto participa das entradas nos cofres públicos provinciais com 102\$000; e enfim, para completar o negro quadro, a falta de garantia da vida e da propriedade.”*¹²⁴⁷

Boa parte do dinheiro que fora gasto agora estava perdido, após poucos anos. Foram cometidos absurdos inacreditáveis. Pacca citava o exemplo de uma comporta que ele construía no Canal do Pinto e que necessitava de um operador. Com a emancipação de Rio Novo, este homem fora demitido. “Difícilmente pode-se compreender a demissão do guardião de uma comporta em que há uma porta a operar. Em vão, reclamei e solicitei providências ao Governo Provincial. Uma vez experimentei a dor de ver a porta aberta, enquanto sobre o muro da comporta passa-

1247 *Relatório de J. A. Pinto Pacca, anexo ao Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886, cit.*

NOVA EMIGRAÇÃO



Padre Manoel Simon. Sob a sua liderança, um grupo de italianos, dentre os quais muitos trentinos (Bernabè, Libardi, Vettorazzi e outros) abandonaram as terras do IV Território da ex-Colônia de Rio Novo e transferiram-se para a Fazenda do Centro (município de Castelo). Haviam se passado 35 anos da chegada daqueles trentinos ao Espírito Santo.

va a cheia, o canal obstruído por plantas aquáticas, pedaços do muro caídos, as portas inutilizadas.”.

Não obstante tudo isto, os camponeses haviam criado para si um espaço na floresta e faziam produzir aquelas terras. Em um relatório de 1884, Pinto Pacca realçava o papel importante que as colônias representavam em relação à produção agrícola e às exportações do Espírito Santo. O café exportado aumentava de ano em ano, assim como as quantidades da produção de milho, arroz, feijão. O ex-diretor nomeava expressamente os trentinos Giuseppe Barnabé, Leopoldo Smarzarzo, Pietro Magnago, Zeffirino Furlan, Natale Vettorazzi, Tommaso Gaigher, Temistocle Passamani e Antonio Caldara (cujo nome, entretanto, não encontramos em nenhuma lista), indicando-os como produtores de elevadas quantidades de café no IV Território. Também a Colônia Castello progredia rapidamente e era considerada a mais econômica de todo o país. Aparentemente, os colonos, no aguardo da produção de café, ocuparam-se imediatamente da criação de gado, fornecendo manteiga, queijo e salame aos centros habitados vizinhos.¹²⁴⁸

A partir dos anos '80, trentinos e italianos não apenas começaram a chamar amigos e parentes da Itália, como passaram também a receber a cidadania brasileira.¹²⁴⁹ Haviam enfim aceitado o Brasil como seu país. Os trentinos estavam espalhados por um território muito vasto, nos atuais municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul. Apenas um pequeno povoado recordava, no nome, a sua origem: São José do Tirol. Não foi adiante, entretanto, a idéia de batizar de *Nuova Levico* uma certa zona do IV Território.¹²⁵⁰

A Pinto Pacca foram definitivamente reconhecidos seus grandes méritos no campo da imigração, e em 1886 encontramos-lo Inspetor Especial de Terras e Colonização. Como acontecera com H. O. Blumenau, ele também deixou boas lembranças entre os colonos. Eis o que escreveu em 1896 o Cônsul Italiano A. Dall'Aste Brandolini: “Entre estes velhos colonos, realizei um minucioso inquérito para conhecer os eventos de sua colocação. Todos me declararam que assim que chegaram, foram ajudados de todas as formas pelo Governo e que obtiveram os auxílios a que tinham direito. A assistência então recebida atribuem ao Sr. Joaquim Pin-

1248 *O Cachoeirano* de 03/02, 10/02, 17/02, 24/02, 02/03 e 09/03/1884 e *Relatório do Ministro da Agricultura* A. A. Moreira Penna de 07/05/1884, cit.

1249 Veja-se a propósito em APEES: GDG, série 751, livro 488A, *Naturalizações 1871-1889*.

1250 *La Voce Cattolica* de 06/06/1878.

to Pacca, na época diretor da colonização.”¹²⁵¹ Tratavam-se sobretudo de colonos da Colônia Castello. Os trentinos provavelmente conservaram uma recordação menos grata do ex-diretor, devido aos primeiros dois anos de colônia em que muitas vezes confrontaram-se com ele (e quando muitos deles partiram para o sul).

Colônia Santa Leopoldina, 1880-1882. A emancipação. Santa Teresa, “borgo trentino”

O ano começava com grupos de italianos (e entre estes, provavelmente também trentinos) que escreviam a seus parentes e amigos que permaneceram na Europa, convidando-os a unirem-se a eles no Brasil. Em menos de 5 anos, apesar da desorganização, das injustiças e às vezes de verdadeiras tragédias, os camponeses, auxiliados de maneira desordenada e insuficiente pelo Estado brasileiro, souberam erguer estruturas econômicas e sociais mínimas, suficientes para garantir a sobrevivência em um ambiente difícil, e prever um futuro interessante.¹²⁵²

Continuava de maneira selvagem a política de contenção de despesas. Foram reduzidos a dois os agrimensores de que podia dispor a colônia, e isto paralisou os trabalhos de demarcação de lotes e a abertura de estradas. O Ministério anulou até mesmo a nomeação de um médico, realizada pela Presidência. Solicitou-se ao ministro invalidar a decisão, pois o médico era necessário, sobretudo no distrito de Conde D’Eu, atingido por febres.¹²⁵³ Os colonos alemães recorreram mais uma vez ao bispo do Rio de Janeiro, solicitando que padre Fritzen pudesse exercer seu ministério na colônia. Guaraná foi categórico: “Seria um verdadeiro desastre para a paz e a harmonia de todos os colonos a admissão daquele padre que, devido ao seu caráter e modos violentos, é mais útil como ulano do exército prussiano do que como sacerdote de uma religião de paz e caridade como a cristã.”¹²⁵⁴ A demonstração de que as considerações de Guaraná sobre o bom estado de saúde de Timbuhy não eram sérias era quotidiana, com colonos forçados a trocar de lote devido à má qualidade das terras. Em março, um grupo de colonos foi transferido

1251 A. Dall’Aste Brandolini: *La colonizzazione nell’Espirito Santo (Brasile)*, em BMRE, junho 1896, pág. 68.

1252 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 07/01/1880.

1253 idem: doc. dd 18/02/1880.

1254 idem: doc. dd 20/02/1880.

para a vizinhança dos rios “25 de Julho” e “15 de Agosto”.¹²⁵⁵ Já em março, Matteo Della Valentina pedira para reaver a sua bagagem que ficara no porto de Benevente. Mas em setembro aquela bagagem ainda permanecia lá. O que traziam consigo os emigrantes? Della Valentina tinha duas caixas assinaladas com o seu nome. Continham 10 lençóis, 2 travesseiros, algumas roupas de trabalho para si e para a sua família, camisas, objetos de cerâmica, 2 colchões de palha, 2 quilos de linha, ferramentas de trabalho, um par de sapatos novos e um de sapatos velhos. Enfim, um caldeirão não especificado com capacidade para 7 litros.¹²⁵⁶ Este não era dos colonos mais pobres: houve quem trouxesse ainda menos para conquistar a América!

A Presidência dirigiu-se ao Ministério, comunicando a insuficiência dos fundos colocados à disposição das colônias e solicitando uma revisão da cifra. Comunicava também que os recém-chegados haviam sido instalados apenas no Núcleo Conde D’Eu e na Colônia Castello.¹²⁵⁷ Em abril, Raffaele Gadotti, desesperado, dirigiu-se ao Imperador, solicitando o envio ao Trentino dos 400\$000 que em duas ocasiões expedira há muito tempo.¹²⁵⁸ Enquanto isso, a direção insistia em afirmar que os núcleos de Cachoeiro e de Timbuhy podiam ser emancipados, enquanto a emancipação de Conde D’Eu podia ser programada para o final do ano.¹²⁵⁹ Mas algo ocorrera e em maio Aristides Arminio Guaraná demitiu-se (ou foi demitido) do cargo de diretor. Sucedeu-o Luiz Cavalcanti de Campos Mello. Este percorreu a colônia e prontamente desmentiu as últimas observações de Guaraná: “Tanto no Núcleo de Santa Leopoldina como no Núcleo de Timbuhy, as estradas e as trilhas estão de uma maneira geral mal conservadas e necessitam de muitos e muitos quilômetros de sérios reparos, pontos a serem refeitos, outros a serem construídos etc. etc.”. Mas Campos Mello fez também uma descoberta importante: “Há muitos lotes de colonos do Ceará e italianos situados em terras que, segundo os dados que pude obter, pertencem hoje ao Sr. Dr. Aristides Arminio Guaraná (fazenda que pertenceu ao falecido Pietro Tabacchi), de modo que os colonos estão ocupando terras que não lhes pertencem.”¹²⁶⁰ Era um escândalo, e

1255 idem: doc. dd 22/03/1880.

1256 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 29/03 e 14/09/1880.

1257 APEES: GDG, série 751, livro 126, doc. dd 27/03/1880.

1258 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 10/04/1880.

1259 idem: doc. dd 26/04/1880.

1260 idem: doc. dd 07/07/1880.

muitos colonos sofreriam com esta situação. O diretor desejava esclarecer a ocorrência e algum tempo depois escreveu novamente a seus superiores:

“Comuniquei a V. E. que havia colonos que reclamavam por não terem sido colocados em terras próprias, mas naquelas de propriedade do ex-Diretor. Ora, voltando aqui de Porto de Cachoeiro no dia 26, retornando da segunda excursão que fiz ao Núcleo de Santa Leopoldina, desde aquela data apresentam-se a mim diariamente colonos reclamando: alguns querem deixar seus lotes, dizendo que a terra pertence ao ex-Diretor, e que não cultivam ou trabalham em terras alheias; outros querem ser indenizados pelas plantações, casas etc. que fizeram em terras que não lhes pertenciam, outros declaram que não partirão porque foram colocados ali pelo ex-Diretor. Enfim, esta é uma questão muito grave, que exige providências imediatas. Em anexo, envio a V. E. uma cópia da planta deste núcleo, assim como a encontrei no arquivo: V. E. verá que não apenas são muitos os colonos que se encontram nas condições acima citadas, como também que não é pequena a área deste núcleo que está incluída nas terras do ex-Diretor.”

Era necessário tomar uma providência, porque os colonos estavam perdendo a paciência.¹²⁶¹ Um primeiro cálculo determinou que eram 139 os colonos estabelecidos nas terras de Guaraná. A Inspetoria de Terras e Colonização perguntava-se o que ele teria feito para obter aquelas terras enquanto exercia o cargo de diretor e como pudera estabelecer ali colonos, contra todas as instruções.¹²⁶² Tratava-se de um clamoroso caso de corrupção, um dos vários que atrapalharam a vida das colônias.

Não sabemos como se concluiu esta história. O Inspetor, entretanto, não propunha prender Guaraná, apenas legalizar a propriedade dos colonos e conferir ao ex-diretor uma área de terra equivalente, fora dos limites da colônia. Incrível! A terra em questão era de grandes dimensões. Se os 139 colonos eram chefes de família e cada um obtivera um lote de terra, Guaraná distribuíra entre eles 4.200 hectares. Mas mesmo se não se tratassem de chefes de família, como em média um núcleo familiar era composto de 4 ou 5 pessoas, aquela fatia de terra poderia medir cerca de 1.000 hectares. Mesmo sob outros aspectos,

1261 idem: doc. dd 30/06/1880.

1262 *Relatório apresentado pelo Inspetor Geral A. R. Fernandes Chaves ao Ministro da Agricultura, anexo ao Relatório do Ministro da Agricultura J. A. Saraiva de 19/01/1882, cit.*

Guaraná não demonstrara ser um bom administrador. Por exemplo, não parecia correto aos olhos do novo diretor emancipar territórios que não dispunham de estradas à altura de suas necessidades e onde muitos colonos ainda não estavam em condições de sobreviver sozinhos. Escreveu, portanto, à Inspetoria, relacionando uma série de trabalhos de que a colônia necessitava, antes de sua emancipação. Apresentou um orçamento que estimava exatamente o dobro das despesas que Guaraná anteriormente previra. A Inspetoria enviou ao local um homem de confiança, que confirmou as estimativas de Campos Mello e contradisse as de Guaraná.¹²⁶³ Aparentemente, o antigo diretor concentrara-se apenas nas necessidades do núcleo colonial de Conde D´Eu, por motivos óbvios. A emancipação imediata estava fora de cogitação; eis o que pensava Campos Mello: “Os colonos deste núcleo [Conde D´Eu] e muitos daqueles de Timbuhy, sobretudo os primeiros, não estão em condições, de forma alguma, de viver do fruto de seus lotes, pois de uma maneira geral, o café que eu vi foi plantado há dois anos e, quanto aos cereais, mal poderão servir para aplacar-lhes a fome.” Guaraná fora pego em flagrante; aparentemente não tinha saída e demonstrou-se muito irritado. Permitia apenas a oito famílias o acesso à estrada que passava por suas terras, e ameaçava recuperar suas posses.¹²⁶⁴

Uma circular de agosto respondia às preocupações do diretor com uma ulterior redução dos fundos destinados à colônia. Para o mês de agosto, a colônia poderia dispor apenas de 2:000\$000, uma quantia irrisória. Um outro caso humano deveria ser resolvido em Santa Leopoldina: quatro menores de nacionalidade italiana, os irmãos Sajò, estavam órfãos de pai e mãe. Haviam sido entregues aos cuidados de outras famílias (um deles à de Carlo Tabacchi e os outros três a famílias de funcionários públicos brasileiros). O Consulado Italiano decidiu enviar as crianças de volta à Itália, mas depois deixou dois no Brasil (um deles já se encontrava em Minas Gerais com o ex-juiz de Santa Cruz). Mais uma família destruída.¹²⁶⁵ Alguns militares foram enviados à colônia, pois temiam-se desordens. Circulavam rumores de que centenas de colonos se dirigiriam à sede da direção para atacá-la, ou talvez apenas para pedir trabalho. De 23 a 26 de agosto efetuaram-se os pagamentos dos salários, como sempre atrasados. Concentraram-se junto à

1263 *Relatório de A. R. Fernandes Chaves*, cit.

1264 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 03/08/1880.

1265 idem: doc. dd 30/08/1880.

direção 3.000 colonos, mas nada aconteceu. Por precaução, dois deles foram presos, medida que já se tornara uma tradição.¹²⁶⁶

Faltava ainda um médico na colônia e havia apenas uma enfermaria, onde ultimamente haviam sido tratados de 10 a 12 colonos por dia. Ali trabalhavam um enfermeiro, uma faxineira e um ajudante de cozinha. O enfermeiro cuidava também da farmácia, onde aliás não havia mais praticamente nada: faltava até mesmo o sulfato de quinino, em um período em que se verificavam freqüentes casos de febre. De outubro a abril a situação se agravaria.¹²⁶⁷ No final de setembro, contudo, ao invés de supri-la com medicamentos, fechou-se a enfermaria.¹²⁶⁸ Em novembro, Domenico Eccher, de Novaledo, enlouqueceu.¹²⁶⁹ Acontecia freqüentemente que brasileiros solicitassem permissão para comprar muitos lotes de uma vez. Para futuras especulações? A instrução pública na colônia encontrava-se em um estado deplorável. Apenas em dezembro abriu-se em Conde D'Eu uma pequena escola para 11 meninas e 38 meninos. Havia uma pequena escola no Núcleo de Cachoeiro, com 32 inscitos e 3 no Núcleo Timbuhy, com 76 inscitos.¹²⁷⁰ Finalmente, nos últimos dias de 1880, nomeou-se um médico.¹²⁷¹ Mas o que fazer sem remédios?

Infelizmente, as fontes de que dispomos não se detêm sobre as entradas na Colônia de Santa Leopoldina em 1880. Estas foram com certeza exíguas, pois a maior parte dos imigrantes que chegaram foi direcionada à Colônia Castello. Encontramos, contudo, evidências da chegada de apenas cerca de quinze imigrantes alemães, em pequenos grupos.¹²⁷²

Quanto à população, tentava-se somente realizar estimativas aproximadas. Segundo o ministério, era mais ou menos a mesma do ano anterior, ou seja, aproximadamente 11.000 pessoas.¹²⁷³ Agora tratava-se apenas de cumprir os atos necessários para emancipar a colônia. No Espírito

1266 idem: doc. dd 30/08/1880.

1267 idem: doc. dd 06/09/1880.

1268 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 06/06/1881.

1269 APEES: GDA, Segunda Série, livro 35, doc. dd 14/11/1880.

1270 idem: doc. dd 04/12/1880.

1271 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 29/12/1880.

1272 vejam-se documentos variados em APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 228 e doc. dd 28/05/1880 em GDA, Segunda Série, livro 35.

1273 *Relatório do Ministro da Agricultura J. A. Saraiva de 19/01/1882*, cit.

Santo, o fluxo de imigração diminuía muito. Durante todo o ano de 1881, chegaram ao porto de Vitória 143 estrangeiros (sendo 42 italianos) e dali partiram 45 (35 dos quais italianos).¹²⁷⁴

Assim como se concluíra 1880, inaugurou-se 1881: um colono enlouqueceu, um certo Luiz Peenchänen.¹²⁷⁵ Em fevereiro, foi nomeado um novo médico, provavelmente em substituição ao precedente.¹²⁷⁶ Em março, Giuseppe Pedazzari, italiano, acusou o brasileiro J. Sabino de Oliveira, um carpinteiro, de ter-lhe raptado a esposa e dois filhos. Como se não bastasse, parece que lhe roubara também um relógio no valor de 20\$000. Quanto à esposa e ao relógio, poderia certamente tratar-se de rapto e furto, mas o que dizer dos filhos?¹²⁷⁷ Faleceu Raffaele Gadotti. Não tivera a satisfação de ver chegar à sua destinação o dinheiro que expedira ao Trentino. Além de objetos de uso pessoal e instrumentos de trabalho, deixou uma herança de 2:000\$000. Aparentemente, entregara às autoridades cerca de 1.600 florins a serem enviados a Trento, e estes não haviam chegado ao seu destino. Descobriu-se que estavam retidos na Inspetoria de Terras e Colonização. Após a morte de Gadotti, verificou-se que uma certa quantia fora entregue por ele algum tempo antes a Guaraná, e existiam documentos que o comprovavam. A história tresandava.¹²⁷⁸

Por insistência dos colonos e do médico, a farmácia foi reaberta. É quase certo que esta encontrava-se no Núcleo Conde D'Eu, enquanto os outros núcleos permaneciam desprovidos de uma farmácia.¹²⁷⁹ Angelo Agostini, de Caldonazzo, comprou um cavalo de três índios. Entregou-lhes 45\$000 e um potro. Foi enganado. Verificou-se que o cavalo era roubado e foi-lhe confiscado.¹²⁸⁰ O italiano Fioravante Pegorari também afirmava ter sido enganado e Giuseppe Maioli era a sua testemunha. Mas quem o enganou outro não foi senão o ex-diretor Guaraná. Segundo o testemunho dos dois colonos, este comprara de Pegorari 20.000 tijolos, mas logo em seguida, por despeito e capricho, declarou que pagaria por

1274 *Relatório do Presidente M. de Assis Tostes de 13/02/1882*, cit.

1275 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, dc. dd 08/01/1881.

1276 idem: doc. dd 14/06/1881.

1277 idem: doc. dd 20/03/1881.

1278 idem: doc. dd 04/04/1881 e anexo ao doc. dd 16/04/1881.

1279 idem: doc. dd 06/06/1881.

1280 idem: doc. dd 12/09/1881.

eles apenas 10.000, o que fez.¹²⁸¹ Várias vezes, durante o período de sua direção, Campos Mello acusou Guaraná de má administração, sem contudo exaltar-se ou causar escândalo. Embora sem alarde, lamentava-se com seus superiores pela falta de dinheiro. À colônia haviam sido destinados apenas dois contos de réis mensais, e com isto não se podia realizar qualquer trabalho em prol da emancipação, os pagamentos estavam atrasados, os colonos furiosos, as estradas em ruínas etc. etc.¹²⁸² Isto ocorria desde o nascimento da colônia. Todos os diretores haviam sofrido com isto. O Ministério recebera milhares de protestos. Mas a máquina burocrática ainda não estava em condições de evitar estas disfunções. Nos primórdios da década de '80, grupos de colonos italianos e sobretudo alemães queriam liquidar totalmente o pagamento de seu lotes. O trabalho agrícola começava a render, para alguns deles, ao menos o necessário para pagar suas dívidas. Os alemães, que haviam chegado antes dos italianos, podiam vender toda a colheita nos pontos de venda coloniais. Não apenas o café, que era exportado, mas também os produtos alimentares consumidos por milhares de pessoas que haviam dado entrada na colônia nos últimos anos. Por volta dos anos '80, os trentinos e italianos que haviam chegado com as levas de 1875 e 1876, também podiam fazê-lo.

Em setembro, suicidou-se na Leopoldina o colono alemão German Deuner. Na falta de imigrantes europeus, admitiam-se na colônia numerosas famílias de brasileiros, e eram-lhes concedidos lotes de terra nas medidas previstas pela lei sobre as colônias de 1867. Também em 1881 as entradas de europeus devem ter sido muito baixas e não encontramos evidências precisas de qualquer entrada. Quanto à população de Santa Leopoldina, o Ministro da Agricultura avaliava-a em torno a 11.000 unidades, mas tratava-se então, mais do que uma estimativa, de referências a antigos documentos.¹²⁸³ O Presidente da província afirmava que o Núcleo de Cachoeiro contava uma população de 6.873 pessoas e o de Timbuhy, 3.600. Supondo-se que o Núcleo Conde D'Eu, sobre o qual nada se dizia, contasse como no ano anterior uma população de cerca de 2.000 pessoas, chegar-se-ia a uma população total de mais de 12.000 pessoas. No Núcleo Timbuhy muitos colonos ainda abandonavam seus lotes para estabelecerem-se nos vales dos rios Santa Maria e Santa Joana.¹²⁸⁴

1281 idem: doc. dd 07/11/1881.

1282 idem: doc. dd 10/10/1881.

1283 *Relatório do Ministro da Agricultura A. A. Moreira Penna de 07/05/1884*, cit.

1284 *Relatório do Presidente M. de Assis Tostes de 13/02/1882*, cit.

Os problemas relativos à demarcação dos lotes, à definição de seus confins, e em geral à definição de um mapa colonial preciso, não derivavam apenas da falta de agrimensores, de seu despreparo ou do caos administrativo que a colônia conhecera no passado. Muitas vezes eram os colonos a causa direta da confusão. Percebendo o vácuo de poder em que se vivia na colônia, comportavam-se como pioneiros lançados à conquista de terras de ninguém:

“Continuam a ser invadidos os terrenos estaduais, tanto pelos próprios colonos quanto por brasileiros, por sua própria conta e risco, sem dar a mínima satisfação às autoridades competentes. Estas invasões são, em sua quase totalidade, praticadas por colonos que já possuem dois, três ou mais lotes e que, sem qualquer preocupação, invadem e se apropriam de novos terrenos, desmatam e esperam atrair compradores ou ali se estabelecem por conta própria.”¹²⁸⁵

A este caos, somava-se aquele criado pelas autoridades. Ainda em 1882 ocorreu em Santa Leopoldina um caso desagradável neste sentido. Duas viúvas afirmaram, e puderam comprová-lo, que 12 lotes de terra concedidos a colonos situavam-se em terras de sua propriedade. A ocupação ocorrera ainda em 1876. Os agrimensores que cometeram o erro justificaram-se afirmando que na época, não tendo encontrado traços de estradas ou trilhas, julgaram que aquelas terras fossem estaduais. As viúvas exigiam o reembolso de uma soma considerável.¹²⁸⁶

Mas concluía-se também a história da Colônia Imperial de Santa Leopoldina. Há mais de vinte e cinco anos de seu nascimento, era emancipada com o Decreto 8.508, de 6 de maio de 1882. Foi uma das maiores colônias imperiais, com uma população apenas inferior à da Colônia Blumenau. O Estado brasileiro abandonou a colônia cedo demais. Muitas pessoas haviam chegado há poucos anos. Enquanto ainda aguardavam que seus campos dessem frutos, eram obrigados a providenciar eles próprios a manutenção das estradas, a instrução de seus filhos, o médico, e a conseguir trabalho. Impossível. O Estado abandonou tudo, jogando fora anos de trabalho e muito dinheiro. Com um pouco mais de esforço, pouco em relação ao que já se fizera, seria pos-

1285 APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 38, doc. dd 04/04/1882.

1286 idem: doc. dd 16/06/1882.

sível colocar os colonos em condições de manter-se a si próprios e de trabalhar para um progresso mais rápido de suas comunidades. Agora a colônia passaria a ser regida pela legislação comum, e portanto seria a Província a fornecer-lhe aquelas estruturas (no campo das comunicações, saúde, instrução) que o colono ainda não podia garantir com suas próprias forças. Tãmanha era a pressa em emancipar a colônia, que não se permitiu a conclusão de trabalhos indispensáveis à emancipação. Por exemplo, não fora ainda preparado o mapa do Núcleo Timbuhy e não haviam sido definidos os limites de muitos lotes.¹²⁸⁷ Mas ainda por alguns meses o Estado pagou os salários dos que foram demitidos, em sua maioria, em julho. Agora, os camponeses viam-se sem médico, professores ou padres. Alguns deles dirigiram-se às autoridades de seu país de origem. O agente consular alemão consultou o governo, solicitando o pagamento ao menos para o pastor.¹²⁸⁸ Soube-se que a Província assumira a despesa de manutenção de ao menos duas escolas: para algumas dezenas de privilegiados em uma população de 11.000 pessoas.¹²⁸⁹ Mas fora das colônias a vida era ainda pior. Milhões de brasileiros não dispunham nem mesmo daquelas estruturas mínimas que o Estado fornecera às colônias (e que agora infelizmente abandonava à própria sorte). Muitos brasileiros naqueles anos solicitaram permissão para adquirir terras nas ex-colônias, transformadas em centros agrícolas, artesanais e comerciais bastante efervescentes.

O número de imigrantes no Espírito Santo reduzira-se então a poucas centenas ao ano, e entre estas algumas dezenas de italianos¹²⁹⁰. Quanto aos austríacos, suas entradas no Brasil haviam sido reduzidas a poucas dezenas por ano (e eram sempre na maioria trentinos, o que se demonstra pelo fato de que seus portos de embarque eram Gênova e, em menor medida, Le Havre e Marselha, ao invés de Bremen, Antuérpia e Hamburgo). Seu número aumentaria a partir de 1888, e em seguida à aprovação de uma nova legislação sobre a imigração por parte de algumas províncias brasileiras.¹²⁹¹ Dentre as várias províncias, cada vez mais forte

1287 idem: doc. dd 19/07/1882.

1288 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 02/08 e 20/09/1882.

1289 APEES: GDG, série 751, livro 126, doc. dd 15/05/1882.

1290 Vejam-se os relatórios presidenciais e também G. Rocha: op. cit. pág. 96.

1291 Vejam-se a propósito os vários Relatórios Ministeriais e, para uma visão mais abrangente do fluxo de imigração no Brasil, H. D. de Vasconcellos: *Oscilações do movimento imigratório no Brasil*, em RIC, ano I, cit.

seria a atração de São Paulo, assim como a de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Eram as terras das fazendas. Dentre as outras províncias, apenas o Rio Grande do Sul continuou a manter uma grande força de atração e permaneceu um ponto de referência seguro para a imigração italiana e alemã. No Espírito Santo, foi necessário buscar rapidamente uma solução e preparar uma nova legislação que suprisse a omissão do Rio de Janeiro no campo da imigração. Ainda em 1882 erguiam-se vozes desfavoráveis à imigração italiana, mas seriam as últimas:

*A vegetação americana é excessivamente espetacular e mesmo fabulosa, e o colono italiano não consegue cultivá-la, enquanto que as localidades em que os colonos são alemães prosperaram admiravelmente. Depois do alemão vem o suíço, nacionalidade moderada por excelência, e talvez a mais trabalhadora do mundo. O italiano apenas tenta adquirir o indispensável para a manutenção da família e o máximo que obtém é uma bagatela que lhe basta para gozar alguns dias de felicidade à sombra de sua cabana, na terra que o viu nascer.*¹²⁹²

Um pouco além, invisíveis àqueles que se serviam das lentes do estereótipo e do preconceito, milhares de camponeses haviam silenciosamente conquistado a floresta, e surgiam novos povoados. Na mesma época, alguns observadores consideravam trentinos e italianos “magníficos agricultores”.¹²⁹³ E também no Espírito Santo tentou-se revigorar a imigração européia, fundando-se inclusive a *Sociedade Espírito-Santense de Imigração*, que se ocuparia da recepção aos imigrantes e do atendimento às suas primeiras necessidades.¹²⁹⁴ No início da década de 1880 a imigração estrangeira foi sobretudo solicitada por colonos que chamavam de seu país de origem as famílias de parentes e amigos. Muitas vezes dirigiam-se ao governo do Rio de Janeiro ou de Vitória para obter a viagem gratuita, garantindo que nos primeiros tempos eles próprios sustentariam aquela gente. Algumas vezes a viagem era financiada pelas autoridades através de consulados na Europa.¹²⁹⁵

1292 Citação anônima contida em um artigo de *O Espírito-Santense* de 24/09/1882.

1293 São palavras de M. M. de Carvalho em um relatório referente ao Rio Grande do Sul e anexo ao Relatório Ministerial de 14/05/1886.

1294 *Relatório do Presidente A. J. Rodrigues* de 05/10/1886.

1295 Veja-se por exemplo: APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 15/12 e 20/12/1884 e 07/01/1885.

Também o Núcleo Timbuhy, cujas terras fertilíssimas revelaram-se em muitos casos estéreis, recuperou-se de forma eficaz e por volta da metade da década muitos colonos já saldavam completamente as suas dívidas com o Estado.¹²⁹⁶ A 10 de agosto de 1884, Matteo Pomarolli escreveu novamente ao pai. “A primeira notícia que desejo dar-te é que no Brasil encontrei uma recompensa digna dos meus méritos porque passei por maus pedaços, e mais de uma vez e de mais de uma forma estive a ponto ou quase a ponto de perder a vida e, graças a Deus, escapei ileso até agora.” A isto, acrescentava uma consideração: [Aqui] não há lei nem rei” (exatamente naquele mês fora assassinado Lorenzo Tamanini, na zona do Rio Doce¹²⁹⁷) e a observação confirmava a existência de uma atmosfera de anarquia, bem como de abuso de poder, que já o próprio Pacca, entre outros, havia notado.¹²⁹⁸ Pomarolli pretendia retornar um dia ao Trentino, também para que seus filhos pudessem “receber um pouco de educação religiosa, que é o mais importante”, mas temia ainda ser obrigado a servir o exército ou ser punido pelas autoridades militares (uma das razões que o haviam convencido a deixar o Trentino).¹²⁹⁹

E quanto ao padre Domenico Martinelli? O último documento que lhe diz respeito que conseguimos encontrar era sua requisição para receber uma gratificação como capelão da ex-Colônia, datada de março de 1884.¹³⁰⁰

Ele foi certamente um líder da pequena comunidade de Santa Teresa. Em 1885, lia-se no jornal *A Província do Espírito Santo*: “Padre Martinelli pacificou os italianos em Santa Teresa, e foi o primeiro a aclimatar a videira e a espremer os primeiros cachos de uva para fazer vinho. Plantou amoreiras. Produziu vinagre na colônia e, se não fosse por ele, a máquina para fazer a seda, inventada por Lamber, não passaria de um sonho. [...] Magro, de olhos azuis, a fronte ampla, representa a paz dos colonos. Padre Martinelli é extremamente humano e humilde.”¹³⁰¹

De acordo com F. Müller, ele foi transferido em seguida para Guaraupari, “com intenção de retornar. E lá ficou para sempre.”¹³⁰² Faleceu em

1296 idem: doc. dd 15/04/1885.

1297 *Relatório do Presidente M. B. Vieira de Amorim de 12/01/1884*.

1298 Veja-se, por exemplo, F. Müller: op. cit. págs. 41/44.

1299 BCFT: MS 444.

1300 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 05/03/1884.

1301 M. S. de Novaes: *Os italianos...*, op. cit. pág. 244.

1302 F. Müller: op. cit. pág. 25.

1886, de que encontramos confirmação em um documento oficial.¹³⁰³ Segundo M. S. de Novaes, exatamente naqueles meses ele fora suspenso da ordem e estava tentando contatar o bispo, em visita ao sul do Espírito Santo, quando sofreu um enfarte. Infelizmente, a autora não faz referência à documentação consultada, e estas notícias não são confirmadas por outras fontes. Müller não menciona a suspensão. Entrevistamos Virgílio Tomasi, 95 anos, neto daquele Vigílio Lamber que fora um grande amigo de Martinelli e que, como ele, era originário de Centa, e ele desmentiu esta versão dos fatos. De acordo com o que seu avô lhe contou, Domenico Martinelli foi admoestado pelo bispo porque não usava habitualmente a batina e, tendo ido ao Rio de Janeiro por este motivo, morreu de uma congestão, quando retornava, devido ao desgosto que a repreensão lhe causara.¹³⁰⁴

Na casa de Virgílio, entretanto, encontra-se um passaporte em nome de Domenico Martinelli, datado de 1885. No documento, atribuiu-se ao padre a idade de 61 anos, estatura alta, cabelos grisalhos, face arredondada, olhos azuis. O passaporte indicava a destinação prevista do requerente: Gênova.

Apresentamos em seguida uma tabela condensada relativa à superfície, às entradas e à população de Santa Leopoldina no período entre 1874 e 1888 (neste ano, em parte das terras da ex-colônia haviam sido abertos outros núcleos coloniais). Até agora convidamos sempre o leitor a considerar como puramente indicativos os dados que fornecemos, mas no caso da Colônia de Santa Leopoldina ressaltamos ainda mais esta advertência. A contabilidade colonial falhou já desde a chegada dos primeiros italianos, e não seria mais corrigida. Poucos diretores em seguida tentariam calcular a superfície da colônia e as estimativas relativas à população são muitas vezes contraditórias e muitas vezes causam perplexidade. De 1878 a 1886, repetiram-se simplesmente os dados de uma avaliação realizada em 1878. As estimativas de 1887 e 1888 retificam para menos aqueles dados. É provável que naquela década tenha partido da colônia um número de pessoas superior ao de entradas, mas acreditamos que suposições equivocadas tenham sido feitas já nos anos '70. Por este motivo, ao lado das estimativas oficiais, acrescentamos as nossas estimativas pessoais para alguns anos, observando que também nestes casos tratam-se de números indicativos, extraídos da vasta documentação a que tivemos acesso:¹³⁰⁵

1303 APEES: GDG, série 751, livro 365, doc. dd 29/07/1886.

1304 Conversação gravada com Virgílio Tomasi, cit.

1305 Os dados foram extraídos de Relatórios Ministeriais e Presidenciais, e de Relatórios dos diretores da colônia, por nós citados.

*Entradas, população e superfície da Colônia Santa Leopoldina,
1874/1888 (Tab. XXII)*

Ano	Sup. Total	População		Entradas
		Estimativas autor	Estimativas oficiais	
1874	514.250.000 m ²		5.000 ca*	1.000 ca
1875	538.450.000 m ²		5.000 ca*	420 ca
1876		7.500 ca	7.000 ca	2.617
1877		8.500/9.000	–	1.851
1878		9.000/9.500	11.366	300/400
1879		10.000	11.000 ca	80/130
1880			11.000 ca	algumas dezenas
1881	796.190.000 m ²		12.000 ca	
1884			11.000 ca	
1886			11.000 ca	
1887			9.179	
1888			10.594	

* As fontes oficiais indicavam “mais de 5.000”

Os dados sobre a população referem-se, sempre que possível, ao final de cada ano solar. Os relativos às entradas não levam em consideração os nativos da província do Espírito Santo que solicitaram e obtiveram entrada na colônia.

Quantos trentinos entraram na Colônia Santa Leopoldina? Quanto a isto, podemos nos basear em um dado oficial referente ao final de 1878 e a Timbuhy, que relatava 1.296 trentinos (à exceção dos filhos nascidos no Brasil). Outros chegaram em seguida, e àquele número devemos também acrescentar os colonos que haviam falecido (e não foram poucos) e aqueles que haviam deixado a colônia após algum tempo de permanência, além dos poucos que estavam em Conde D’Eu. Provavelmente chegaram a Santa Leopoldina entre 1.600 e 1.800 trentinos até a data de sua emancipação. Cerca de 2.500, portanto, no Espírito Santo, juntamente com os colonos que foram para Rio Novo. Pequenos grupos de trentinos estabeleceram-se na cidade (sobretudo em Vitória). O número de italianos que deram entrada na Leopoldina chegaria provavelmente a cerca de 3.000 unidades. Não incluímos no número de trentinos e no de italianos aqueles que em 1877, após poucas semanas de permanência no Espírito Santo, transferiram-se para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ao contrário do que aconteceu em Rio Novo, em Santa Leopoldina não se verificaram fugas maciças de trentinos. Na verdade, a colônia

permaneceria como um pólo de atração da emigração trentina também nas décadas sucessivas. Chegaram outros trentinos a partir de 1888/1889, quando começaram a povoar-se os novos núcleos coloniais Antonio Prado e Accioly Vasconcellos. Estes e outros núcleos surgiram em seguida a um envolvimento direto das autoridades provinciais na política imigratória, e situavam-se em terras limítrofes àquelas da ex-Colônia Leopoldina.¹³⁰⁶ R. Rizzetto, por exemplo, referiu-se a uma dezena de famílias trentinas no Núcleo Accioly Vasconcellos, em seu muitas vezes citado relatório de 1905. Em seguida, com a assinatura do contrato entre as autoridades do Espírito Santo e o italiano Domenico Giffoni para a introdução de 20.000 emigrantes a partir de 1892, outros pequenos grupos de trentinos dirigiram-se àquela região. Mas foi sobretudo o Município de Santa Teresa, nascido do Núcleo Timbuhy, que atraiu grandes grupos de trentinos. Dentre estes, bem mais de uma centena de habitantes de Caoria, a que já nos referimos. A partir dos registros paroquiais de Santa Teresa e de outra documentação, observamos que grupos familiares trentinos estabeleceram-se no município, provenientes de outros estados brasileiros, sobretudo São Paulo, mas também Santa Catarina. A pequena cidade já era famosa como “terra trentina”. Também no século XX, algumas famílias trentinas transferiram-se para lá. O último camponês nascido no Trentino que vivia ainda em Santa Teresa era Renato Cappelletti, 71 anos em 1986, que ali chegou em 1927, vindo de Covelo com a mãe, o tio Valentino e sua família. Seu pai, Faustino, precedera-os com seu irmão Emilio em 1925.¹³⁰⁷

Supertrabalho e comércio de rapina

As famílias camponesas européias haviam se espalhado pela floresta. Distantes dos centros habitados e quase sempre ainda mais distantes de vias de comunicação eficientes. Apenas algumas sedes coloniais situavam-se nas vizinhanças de rios navegáveis, mas mesmo neste caso (como por exemplo, Cachoeiro de Santa Leopoldina e Alfredo Chaves) tratava-se de navegação com canoas ou grandes barcos. Deviam reconstruir uma comunidade, deviam cultivar a floresta. Mas não existiam no Brasil estruturas que pudessem ajudar os camponeses nesta

1306 Sobre as colônias que surgiram no Espírito Santo após a emancipação da Leopoldina, vejam-se A. Aguirre: op. cit. e G. Rocha: op. cit.

1307 Conversação gravada com Renato Cappelletti, cit.

sua obra mastodôntica. Técnicos agrários, escolas e revistas agrárias etc., naquelas décadas começavam a assumir uma importância relevante no âmbito da agricultura trentina, mas no Brasil tudo isto não passava de uma promessa para um distante futuro. E os problemas que o camponês devia enfrentar eram múltiplos. Inclusive problemas técnicos. Já mencionamos muitos deles, os principais, mas a casuística seria excessivamente longa. Às vezes, tratavam-se de problemas que durante décadas tiraram o sono de gerações de camponeses. O problema das formigas e da destruição que causavam nos campos era um dos mais sérios, assim como o da seca que periodicamente atingia a região. As formigas a que nos referimos (*Atta Sexdens*) são denominadas pelos brasileiros formigas “saúvas”. Os portugueses definiram-nas “rainhas do Brasil”.¹³⁰⁸ Um Presidente da Província do Espírito Santo afirmou que, se não fossem combatidas, aniquilariam a agricultura.¹³⁰⁹ Em poucos minutos, desfolhavam uma planta, qualquer planta, e os danos que causavam às plantações eram muito relevantes. Ainda em 1913, A. E. Magarinos Torres Filho definia esta variedade de formigas como “o mais temível inimigo da agricultura brasileira” e referia-se ao “problema realmente social da extinção das formigas saúvas, câncer funesto da agricultura brasileira, que a aniquila e devasta impiedosamente, trazendo desânimo e às vezes abate a coragem heróica e nobre do nosso agricultor.”¹³¹⁰

Mas havia ainda outros problemas e não podemos citá-los todos. Na Europa, o camponês chegara a conhecer o ambiente com o passar dos séculos e, século após século, aprendera a defender-se dele e a exaltar seus lados mais positivos. No Brasil, ele devia começar praticamente do zero. Em alguns casos, eram auxiliados pelos agricultores brasileiros que conheciam aquele ambiente, mas devemos recordar que eram poucos aqueles que conviviam com os europeus nas colônias. Algumas vezes estes brasileiros não eram agricultores de grandes tradições, mas gente que se transferia para a colônia proveniente do litoral, onde vivia um pouco da pesca e um pouco da agricultura.

Para criar uma comunidade, um novo embrião de sociedade na floresta, o camponês apegou-se ao seu catolicismo, à sua fé. Para transformar a floresta em campos, valeu-se de sua enorme capacidade de

1308 L. Rocha: *Viajantes...*, op. cit. pág. 97.

1309 O Presidente era V. de Oliveira Belo, cit. em M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. pág. 192.

1310 A. E. Magarinos Torres Filho: op. cit. págs. 223/224.

trabalho. O supertrabalho era um conhecimento antigo daquela gente e, como vimos, na Europa era uma das condições de sobrevivência. No Brasil, esta capacidade de trabalho, já em si extraordinária, aumentou. O fato já fora observado por Wagemann entre os alemães¹³¹¹ e confirmamo-lo com relação aos camponeses etnicamente italianos. Na verdade, é talvez possível afirmar que, em média, os italianos trabalhavam um pouco mais em termos de tempo. Segundo J. Rocha (cujas observações referem-se aos últimos anos da década de '60 e são portanto comparáveis às nossas) a jornada de trabalho dos alemães iniciava-se geralmente às 6 da manhã (às 5 no verão) e concluía-se entre as 18 e 19 horas, dependendo da estação.¹³¹² A partir das dezenas de testemunhos que colhemos, eis como era dividida a jornada do colono italiano: erguiam-se às 4 da manhã, ou às 3 em época de colheita. Preparavam-se para ir trabalhar e, à luz de um lampião eram realizados alguns primeiros trabalhos, como a ordenha (geralmente os camponeses possuíam uma ou duas vacas) e o preparo da primeira polenta do dia e dos outros pratos que seriam servidos na primeira refeição. Estas variavam de família a família, mas era comum entre os trentinos alimentar-se pela manhã de polenta com leite, ou polenta acompanhada de pedaços de queijo, de café e não muito mais. Chegavam aos campos, em geral após cansativas caminhadas sobre as íngremes escarpas das montanhas, quando ainda era noite. Trabalhavam até as 10 ou 10 e meia. Uma mulher (esposa ou filha do chefe de família) voltava para casa antes dos outros para preparar-lhes o almoço. Às vezes, se a família era realmente numerosa e não era indispensável o trabalho de todos, uma mulher ficava em casa para fazer o trabalho doméstico e preparar as refeições. Mas tratavam-se de exceções. No almoço, comia-se mais uma vez polenta, acompanhada de carne, verdura, queijo. Aos poucos foi-se introduzindo na mesa camponesa o arroz, o feijão, a mandioca e outros pratos tipicamente brasileiros. A pausa do almoço durava de 1 hora e meia a 2 horas e meia. Em alguns casos, durante os períodos de máximo calor e em terras a nível do mar, ouvimos falar de gente que permanecia em casa durante uma meia hora a mais. Em seguida, retornavam aos campos, onde ficavam enquanto a luz permitisse o trabalho, de acordo com as estações, entre 18 e 19 horas. No jantar, quase sempre havia sopa para os trentinos e outros pra-

1311 E. Wagemann: op. cit. pág. 63.

1312 J. Roche: op. cit. pág. 265.

tos. O camponês recolhia-se por volta das 20 ou 21 horas. Como se vê, o camponês italiano em média erguia-se duas horas antes do alemão. Trabalhava nos campos de 10 a 13 horas por dia. Mas não se concluía ali o trabalho do dia. Após o jantar, era necessário dedicar mais tempo para realizar outros trabalhos: de limpeza e costura para as mulheres, de manutenção da casa e de vários serviços domésticos para os homens. Como recordou Attilio Lorenzini, por exemplo, os porcos eram abatidos à noite e à noite preparavam-se os embutidos, para ganhar tempo. Seu pai, além disto, trabalhou durante muito tempo como operário, na construção de estradas. Plantava o café à noite, à luz da lua.¹³¹³ Angelo Tonini, após terminar de trabalhar nos campos, dedicava ainda cerca de duas horas ou mais trabalhando como pedreiro. E, como em suas terras o café não rendia muito, à noite fabricava ancinhos e peneiras e outros instrumentos que pudessem ser vendidos no mercado. Mas o dia tinha apenas 24 horas, todas praticamente ocupadas em trabalhar, comer e dormir. E assim durante 6 dias da semana e durante todo o ano, sem estações mortas. Muitos cultivos no Brasil têm ciclo contínuo, alguns davam fruto duas vezes por ano, o café necessitava de longos períodos de dedicação. Todos trabalhavam nos campos. Desde as crianças até os velhos. De acordo com Agostino Bonella, do IV Território, tratava-se de fechar a casa pela manhã e partir todos para o campo.¹³¹⁴ Apenas aos domingos respeitava-se o descanso, assim como durante os demais feriados católicos. Os dias festivos do calendário civil não eram observados. Mas, como veremos, o Domingo não era um dia de completo repouso para todos.

Este trabalho, obsessivo, metódico, contínuo, dos esplêndidos agricultores trentinos, vênéticos, lombardos (e dos alemães e brasileiros que trabalhavam a seu lado) venceu a floresta. Um deles escreveu:

“Nosso modo de trabalhar não era humano: trabalhávamos como burros, dia e noite, quer chovesse ou fizesse sol, nunca houve um dia em que eu dissesse: hoje não tenho nada para fazer. Ou nem mesmo por algumas horas, ou parte do dia. O repouso noturno geralmente era insuficiente, porque íamos dormir tarde e nos levantávamos cedo. O descanso, nos dias de calor, nós o fazí-

1313 Conversação gravada com Attilio Lorenzini, cit.

1314 Conversação gravada com Agostino Bonella, 75 anos, Nova Mantua (Alfredo Chaves), junho de 1986.

amos das 11 à 1. Mas havia sempre ocasiões em que não se observava nem mesmo este repouso. Quantos dias de chuva passamos nos campos; se a chuva era muito forte, aproveitávamos para limpar um riacho ou para plantar inhame, bananas, ou mesmo cana e pés de café. Não eram desperdiçados os dias úteis em que se podia permanecer nos campos até que surgissem as estrelas no firmamento. [...] Trabalhar sempre com ardor, com força, como quem trabalha por empreitada, com pressa de terminar um serviço, pois havia sempre mais um.”¹³¹⁶

Mas havia quem fizesse ainda mais do que isso, em uma “febre de trabalho” que hoje em dia pareceria impossível: as mulheres. Trabalhavam mais do que os homens, que, por sua vez, já trabalhavam muitíssimo. Eram as primeiras a levantar-se para preparar a primeira refeição. Durante a pausa para o almoço serviam a mesa e frequentemente comiam em pé. Após a refeição, os homens deitavam-se sobre os bancos para repousar, enquanto as mulheres punham tudo em ordem. Em seguida, voltavam ao trabalho. À noite, quando terminavam de cuidar da casa, de colocar os filhos pequenos na cama e ensiná-los a rezar, esta concentração de força, doçura e submissão que eram as mulheres camponesas cerziam, lavavam as roupas, costuravam algum pedaço de pano. Aos domingos, levantavam-se cedíssimo, especialmente as jovens que tinham namorado e aguardavam a sua visita em casa. Deviam limpar a fundo a casa (para demonstrar a este homem como eram boas donas de casa). “Quando os namorados apareciam, o chão brilhava”, como nos contou Brigida Bernabè Feitoza. E depois, à missa dominical os homens iam a cavalo, as mulheres a pé, carregando os sapatos para não sujá-los. Apenas quando chegavam à igreja calçavam-se e depois, novamente, iam descalças para casa. As crianças precisavam de cuidados também aos domingos, evidentemente, mas disto ocupavam-se apenas as mulheres.¹³¹⁷

Freqüentemente, estas mulheres trabalhavam grávidas. Suportavam dez, doze, quinze maternidades ao longo de sua vida. Para elas, o divertimento como um fim em si mesmo praticamente não existia, e os momentos de felicidade deviam ser encontrados no próprio trabalho e

1316 O. Bissoli: *Memórias de um imigrante italiano*, Vitória 1979, págs. 65/66.

1317 Conversação gravada com Brigida Bernabè Feitoza, 77 anos, Venda Nova, 06/04/1986. Outras indicações foram-nos fornecidas por Adele Magnago Vettorazzi, 82 anos, Pedra Pontuda (Castelo, 05/04/1986 e Natalia Mugnatto, conversação gravada, cit.

nos afetos familiares. A função social da mulher era complexa e de extrema importância. Julgamos que possa ser sintetizada pelas palavras de uma filha de camponeses trentinos, Maria Passamani:

*“A minha mãe, Têresa Campi, trabalhou muitíssimo. Era analfabeta. Trabalhou mais nos campos do que em casa, e apesar de tudo nunca deixou de fazer coisa alguma em casa. Era cozinheira, enfermeira, lavadeira. Trabalhava até as 11 da noite e levantava-se às 3, no máximo às 4 da manhã. Não aproveitou a vida. Pode-se dizer que não viveu para si.”*¹³¹⁸

Para os homens, havia o domingo como dia de descanso, e jogos típicos que às mulheres eram negados: bocha, jogo de palitinhos, de cartas. Muitos homens tentavam apagar da mente um cenário esmagado pela exaustão com a cachaça (e às vezes a mulher ainda tinha que suportar aos domingos à noite um companheiro alterado pelo álcool e talvez violento). Menos comuns, conquanto não raríssimos, eram os casos de mulheres alcoólatras. Bebiam às escondidas em casa, para evitar escândalo. Mas era gente que durante a semana alimentava-se bem e trabalhava muito, e o vício da bebida não a incapacitava para o trabalho, limitando-se assim os excessos aos dias festivos. Apenas duas distrações, ao que sabemos, eram concedidas às mulheres: os bailes e o *filô* (encontros vespertinos familiares que aconteciam às vezes nas estrebarias, onde se trabalhava e se contavam histórias e piadas, enquanto os jovens namoravam). Ambos evidentemente eram possíveis apenas durante as estações em que eram menores as necessidades nos campos. Os bailes no Espírito Santo eram muito mais comuns entre as comunidades camponesas trentinas do que em Santa Catarina, fato que também se deve ao menor poder dos religiosos sobre estas comunidades.

Uma frase de um camponês da época, O. Bissoli, um pouco mais instruído do que os outros e que nos deixou suas memórias, ilumina a condição da mulher naquela sociedade. Refere-se à sua esposa:

“Mulher forte das Sagradas Escrituras, trabalhadora ao extremo, econômica, obediente e humilde. Era analfabeta mas bem educada, e eu próprio, durante o nosso noivado, ensinei-a a ler e a escrever e tudo o que foi necessário, e ela submeteu-se de boa vontade; imediatamente

1318 Conversação gravada com Maria Passamani, 55 anos, Marilândia, 11/05/1986.

antes do casamento compreendeu qual era o seu lugar e quais eram as obrigações da mulher casada e habituou-se a obedecer-me e respeitarme, e a considerar-se como uma serva humilde e submissa; bastava-lhe saber que era amada e respeitada em sua dignidade de esposa fiel.”

Esta gente continuou a trabalhar por mais de um século, com a mesma intensidade: sob qualquer regime político, auxiliada ou não pelas autoridades governamentais, exaltada ou vituperada. Mesmo na época em que aparentemente representava um perigo “nacional” no seio da sociedade brasileira. Mas este sempre fora o destino da classe camponesa. Não apenas trentina e italiana, evidentemente. Mas o elemento etnicamente italiano representou sempre o maior fluxo de imigrantes no Brasil no curso dos últimos cento e cinquenta anos e o maior percentual, no seio deste grupo, daqueles que ocuparam-se da agricultura.

“O elemento indispensável e insubstituível na agricultura brasileira e portanto de todo o país que extrai da agricultura o principal alimento é o homem, o colono, o trabalhador italiano – a máquina mais perfeita e robusta, que mais produz e menos consome, que nunca quebra ou se cansa, que realiza cem trabalhos diferentes e de maneira inteligente.”¹³¹⁹

No Espírito Santo, assim como em outras regiões do Brasil, proliferaram as famílias camponesas.¹³²⁰ Por volta de 1912, Ernst Wagemann espantou-se com as taxas de aumento da população observadas junto à comunidade teuto-brasileira do Espírito Santo, que julgava quase inacreditáveis. Calculou-se uma taxa de crescimento de 4% ao ano, o que impressionou o estudioso como algo de “fabuloso”. As taxas de natalidade eram decididamente mais altas do que na Europa e as de mortalidade definitivamente inferiores.¹³²¹

As informações de que dispomos indicam que o mesmo aconteceu também entre as comunidades ítalo-brasileiras (e é provável que, como acontecia no Rio Grande do Sul, também no Espírito Santo o incremento natural da população de origem italiana fosse ainda mais elevado do que o da população de origem alemã). Rizzetto observava:

1319 Citado em Z. M. Forcioni Alvin: op. cit. pág. 130.

1320 Veja-se a propósito R. M. Grosselli: op. cit., E. Willems: op. cit. e D. von Delhaes Günter: *La colonizzazione italiana nel quadro dell'emigrazione europea verso il Brasile Meridionale (1875-1914)* em AA.VV.: *Gli italiani fuori d'Italia*, Fond. Brodolini F. Angeli 1983.

1321 E. Wagemann: op. cit. págs. 32/37.

“Estes italianos, originários quase todos da região vêneta onde habita a raça, na minha opinião, mais prolífica da Itália, aqui se reproduzem com maravilhosa facilidade; em média, cada família possui de 7 a 9 filhos.”¹³²²

Giovanni Rossi, o anarquista italiano fundador da Colônia Cecilia no Paraná, julgava que o fenômeno pudesse também ser atribuído ao novo ambiente físico. Não era o único a pensar assim:

“Alguns colonos me disseram que tal fenômeno deve-se ao clima doce e salubre; outros o atribuem ao fato de que o clima enfraquece a mulher; que por isto torna-se mais fértil; outros ainda afirmam que não é verdade que a mulher aqui faz mais filhos, mas que a diferença a mais, em relação à Itália, é apenas aparente, porque aqui, devido ao clima suave, sobrevivem quase todos os filhos, enquanto na Europa o frio, que os parcos recursos das famílias pobres não conseguem combater, mata muitos recém-nascidos.”¹³²³

Mas, poucas décadas antes no Trentino, calculara-se uma taxa de natalidade anual de 38 por mil e a de mortalidade, de quase 32 por mil.¹³²⁴ Referindo-se ao Brasil, Wagemann relatava taxas de natalidade superiores a 40 por mil e que chegavam a 50 por mil, e a taxas de mortalidade inferiores a 10 por mil. Com relação aos núcleos italianos, na bibliografia que consultamos há apenas um dado a propósito, mas muito significativo. Refere-se ao Município de Santa Teresa e ao ano de 1937. A taxa de natalidade chegou a 55 por mil e o de mortalidade a 10,90 por mil. Infelizmente, com relação a outros anos, embora existam estatísticas referentes ao número de nascimentos e de mortes, não se sabia ao certo o número total da população. Parece-nos, entretanto, significativo observar como de 1930 a 1937 o número de nascimentos tenha oscilado entre um mínimo de 837 a um máximo de 1.207 e o de falecimentos de um mínimo de 199 a um máximo de 246: estes dados garantem que os 44,1 por mil de incremento demográfico que Santa Teresa conheceu em 1937 não foi um caso isolado.¹³²⁵

1322 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. pág. 6.

1323 idem: pág. 59.

1324 Veja-se C. Grandi: *La popolazione rurale trentina nella prima metà dell'Ottocento: primi risultati di un'indagine*, em AA.VV.: *Popolazione, assistenza e struttura agraria nell'Ottocento trentino*, Trento 1978.

1325 Todos os dados encontram-se em E. I. Ruschi: op. cit. págs. 43/49.

No Brasil, a família camponesa podia ver nos filhos uma fonte de riqueza. Não passariam fome e, tão logo formassem um núcleo familiar, encontrariam terra para trabalhar. Primeiramente, e por um bom tempo, ajudariam os pais a melhorar suas próprias condições de vida, com seu trabalho. E os filhos não custavam nada, excluindo-se os riscos e as penas da mãe durante a gestação e o nascimento. Mas na época isto entrava no campo da fatalidade e as próprias mulheres não consideravam a maternidade algo que dependesse da própria vontade.

Agostino Bonella disse-nos: “Tenho 15 filhos. Todos os italianos tinham muitos filhos. Os filhos cresciam sem nada. Não custavam nada.” Ele contou-nos como em algumas famílias não se diferenciavam nem mesmo as roupas dos meninos e das meninas. Durante alguns anos, uns e outros eram vestidos com camisões, muito simples e pouco custosos que eram passados aos vários irmãos e irmãs.¹³²⁶ E assim exprimiu-se Natalina Mugnatto: “Tive 10 filhos. Você acha que os filhos trazem problemas? Nós tivemos um futuro melhor depois que os filhos cresceram. Uma família numerosa, saudável e que trabalha, faz o futuro.”¹³²⁷ Um outro motivo, típico do novo ambiente, contribuiu para o aumento da natalidade. A família camponesa finalmente estava reunida, realizando um dos sonhos que a haviam conduzido à América. Mas a disponibilidade de terra, de muita terra e a baixo preço, determinou um novo fenômeno de enfraquecimento da estrutura familiar. Reduziu-se o limite de idade em que os jovens, sobretudo os homens, deixavam as famílias para encontrar sua independência econômica. Isto agora acontecia com frequência antes dos vinte anos e não eram raros os casos de jovens que se afastavam do núcleo familiar por volta dos 15 anos. Eram, portanto, necessários mais filhos na propriedade dos pais.

Uma parte consistente dos investimentos humanos na agricultura, do trabalho que a família camponesa dedicava a seus campos, também em substituição às técnicas mais avançadas ou a terrenos mais férteis, era subtraída aos camponeses durante o processo de comercialização dos produtos agrícolas. Era um fenômeno conhecido em todo o Brasil, assim como em outros países sul-americanos (e na própria Europa). Mas no Brasil este tipo de expropriação atingiu, durante quase um século, níveis desconhecidos na Europa.

1326 Conversação gravada com Agostino Bonella, cit.

1327 Conversação gravada com Natalina Mugnatto, cit.

CAMPONESES TRENTINOS NO “SONHO AMERICANO”



A velhice “brasileira” de Antonio Perini (1852) e da esposa Lucia (1852). Originários de Mattarello, estabeleceram-se na Leopoldina (gentileza do Clube Ítalo-Brasileiro de Vitória).



Um novo orgulho para Domenico Petri na nova terra. A família Petri deixara S. Giuliana (Levico) para estabelecer-se no IV Território da Colônia de Rio Novo. (Gentileza do Clube Ítalo-Brasileiro de Vitória).

Assim como em Santa Catarina, a demanda de produtos agrícolas das colônias era muito escassa. Milho, feijão e mandioca quase não eram exportados dos núcleos, e no interior destes não eram comercializados, pois as famílias eram auto-suficientes. Havia praticamente apenas o café a sustentar as exportações das colônias. E foi este produto que impediu a formação de uma agricultura de pura subsistência nas ex-colônias e seu isolamento do território. Aconteceu em Santa Catarina, onde a agricultura não oferecia qualquer produto facilmente comercializável aos agricultores. Muitos núcleos coloniais, especialmente os mais distantes de vias de comunicação e de acesso ao mar, tiveram seu desenvolvimento bloqueado e, assim como os intercâmbios comerciais, tornaram-se raros também os outros contatos com as comunidades vizinhas. Por este motivo Nova Trento, Rodeio e Rio dos Cedros mantiveram por mais de um século características culturais que recordavam a Europa.

No Espírito Santo, ao contrário, o café foi um fator de integração das comunidades italianas no mais vasto tecido da sociedade local. Conquanto desestimulados a produzir todos os outros produtos agrícolas e por longos períodos desencorajados pelo baixo preço do café ao vender o produto, os camponeses do Espírito Santo dispuseram sempre de um produto comercializável, através do qual podiam adquirir tudo o que não produziam em suas terras. Embora os preços do café tenham sofrido freqüentes oscilações e por longos períodos tenham permanecido baixos, houve sempre uma demanda do mercado internacional do produto: o que mudava era apenas a quantidade de café que o camponês devia entregar ao negociante para conseguir as poucas e míseras coisas de que necessitava. E café e comércio atraíam para os núcleos coloniais os brasileiros: comerciantes, caixeiros-viajantes, condutores de caravanas de mulas (*tropas*), trabalhadores diaristas que ofereciam seus braços aos pequenos proprietários.

De repente, o comércio das zonas coloniais estruturou-se em três níveis. O primeiro era constituído de pequenos comerciantes que satisfaziam as exigências de vendas e aquisições de uma linha colonial (algumas dezenas de famílias). O camponês precisava deles por dois motivos: em primeiro lugar, apenas os comerciantes dispunham de meios de transporte. Tratavam-se das *tropas*, formadas por mulas. O agricultor não tinha condições de adquirir e manter estes animais de carga, ao menos não em número suficiente para o transporte do café que vendia. E a mula era indispensável: faltavam vias de comunicação e as poucas que havia eram péssimas. O cavalo não resistia a um trabalho tão pesado. Uma *tropa* cons-

tituíam-se de um ou mais lotes de 10 mulas. Dentre estas, ao menos duas eram especiais. A mula que guiava a caravana, especialmente treinada para isto, e a que fechava o grupo. Com a *tropa*, viajava também um cavalo, não carregado, que tinha a função de manter unido o grupo. Cada mula era geralmente carregada com dois sacos de 60kg de café (às vezes acrescentava-se mais, até um peso total de 180kg). O grupo de mulas era acompanhado por *tropeiros*. Dentre estes, havia um chefe da caravana e um rapaz que, durante as paradas, preparava as refeições. Mulas e condutores eram mineiros, isto é, provenientes da vizinha província de Minas Gerais. Os *tropeiros* eram quase sempre negros e muito mal pagos. Geralmente estas caravanas viajavam durante algumas horas por dia, percorrendo distâncias inferiores a 20km. Conhecemos raros casos de *tropeiros* trentinos e italianos, e isto devia-se exatamente à baixa remuneração desta profissão, que entretanto adquiria, aos olhos das pessoas da época, um certo sabor de aventura. Dizíamos que apenas os comerciantes podiam permitir-se dispor de uma *tropa*. A escassez e a baixa qualidade das vias de comunicação colocou, portanto, o camponês nas mãos do comerciante. Mas havia um outro motivo: o comerciante dispunha de capital para a construção e a manutenção de equipamentos para o tratamento do café (sobretudo para a moagem). O sistema de compra e venda era similar àquele em uso em Santa Catarina. O camponês entregava ao comerciante toda a colheita de café. Durante o ano, este concedera crédito ao cliente e anotara suas dívidas em uma caderneta. O preço do café era evidentemente condicionado pelo custo dos transportes e das exigências dos vários níveis de comércio. Por outro lado, o comerciante era completamente livre para atribuir qualquer preço às mercadorias que vendia. E era o que fazia, praticando preços exorbitantes.

Nos núcleos maiores, como por exemplo, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Alfredo Chaves, constituíam-se um segundo nível de comércio. Comerciantes que dispunham de estruturas de armazenamento do café e de equipamentos para o tratamento do produto, além de numerosos animais de transporte. Mas, antes de tudo, estes comerciantes situavam-se em pontos estratégicos. Na confluência de todo um núcleo colonial, como no caso de Santa Teresa, ou em uma localidade favorita da via de comunicação fluvial com os portos. Algumas vezes, os grandes comerciantes destas localidades mantinham contatos diretos com a Europa, mas eram casos esporádicos. Em Santa Leopoldina e Santa Teresa o comércio estava nas mãos dos europeus e de uma minoria de brasileiros. Nas localidades que surgiram da colonização de Rio Novo tiveram

notável importância os comerciantes turcos, que também em Vitória formaram um poderoso *lobby* até os anos '50 do século XX. As canoas com que se realizavam os transportes de Santa Leopoldina a Vitória e de Alfredo Chaves a Anchieta eram longas embarcações de madeira que mediam em média 16 metros de comprimento, com uma embocadura de 1,70m. Transportavam menos de uma centena de sacos de café por vez, além de alguns passageiros. Subiam a corrente com a força dos braços dos canoeiros que se serviam de longos remos de madeira. Os canoeiros também eram mal remunerados e quase todos negros. Assim como os *tropeiros*, eram circundados por uma certa aura de aventura.¹³²⁸

O terceiro nível do comércio era formado por empresas de importação/exportação de Vitória. Neste nível concentrava-se a maior porção de lucros que escapava, portanto, dos núcleos coloniais e freqüentemente até do Espírito Santo, concentrando-se nos bancos do Rio de Janeiro e de outros lugares. Mas grandes patrimônios nasceram também em Santa Leopoldina, Alfredo Chaves e Santa Teresa. Segundo alguns autores foi, entretanto, extremamente positiva a função dos comerciantes para o desenvolvimento econômico e social dos núcleos coloniais. E. Wagemann e Schorer Petrone, por exemplo, ressaltam que a função dos comerciantes não se resumia a comprar e vender café e outras mercadorias.¹³²⁹ Estes distribuíam a correspondência e os jornais e traziam notícias da capital. Sabe-se também que nas linhas coloniais alemãs a “venda” assumia uma importância especial e o comerciante representava para os colonos alemães o que o padre representava para os italianos.¹³³⁰

Temos uma opinião diversa. Através do comércio, rompeu-se aquela “sociedade igualitária e de democratização” que haviam constituído as colônias nos primeiros anos de sua existência.¹³³¹

Os comerciantes constituíram-se como classe dirigente naquelas comunidades, tanto que (e observamo-lo também em Santa Catarina) a própria vida política daquelas comunidades era dominada por estas “dinastias”. Em Nova Trento foram os Boiteux, os Gottardi, os Archer. Em Santa Teresa os Roatt, os Vervloet, os Avancini e mais tarde os Gasparini, os Bo-

1328 Veja-se o estudo de J. Ribas da Costa, cit.

1329 E. Wagemann: op. cit. e M. T. Schorer Petrone: op. cit.

1330 É vasta a bibliografia sobre o assunto. Recordamos apenas as obras já citadas de Willems e de Seyferth.

1331 A fórmula pertence a G. Rosoli: *Chiesa ed emigrati italiani in Brasile: 1880-1940*, em *Studi Emigrazione*, ano XIX, n. 66, junho de 1982.

nini, os Bonfim. Expropriaram os camponeses de uma parte consistente de seu trabalho e exerceram freqüentemente a função de desestimular a produção agrícola devido aos iníquos preços que impunham aos produtos agrícolas que adquiriam e às mercadorias que vendiam a seus clientes. Na memória camponesa nem sempre esta recordação está impressa. O comerciante geralmente era mais instruído do que o colono e visava ligar a si, mesmo psicologicamente, seu cliente comercial. Tarefa, aliás, não muito difícil, devido à simplicidade e à credulidade dos camponeses. Estes nem ao menos estavam cientes dos preços a que o negociante comprava seu café e daqueles a que lhes vendia outros produtos. Entregavam-lhe toda a colheita, durante anos e anos, e débitos e créditos eram anotados nas tais cadernetas. Já na operação de aquisição do café, o comerciante explorava o colono, pagando pouquíssimo ao camponês por aquele produto. Mas não era a esta altura que ocorriam os maiores engodos. Os preços de mercado eram mais ou menos conhecidos também pelos agricultores e, altos ou baixos que fossem, deviam ser respeitados. Mas a imaginação destes verdadeiros “ditadores das colônias” não conhecia limites. Do preço do café, o comerciante subtraía os custos do transporte, da pesagem, do armazenamento e às vezes até mesmo do uso dos sacos. Eram freqüentes os casos em que o agricultor era enganado na pesagem. De acordo com Virgílio Tomasi, “os negociantes dispunham de duas balanças. Uma para vender e outra para comprar.”¹³³² Não todos, evidentemente, mas muitos homens de negócio enganavam o colono nas contas, certos de sua impunidade, pois o colono fiava-se cegamente e dificilmente sabia fazer contas. Era entretanto na venda ao camponês de roupas, sal, gasolina, miudezas, bacalhau e pouco mais, que se verificavam os maiores engodos. Os preços eram “inexplicavelmente exorbitantes”, como observava Rizzetto, e “há uma grande desproporção entre o lucro que o pequeno proprietário obtém do café que produz e vende, e o preço dos produtos que deve adquirir.”¹³³³ O que normalmente acontecia era que o colono entregava centenas de sacos de café, toda a sua colheita daquele produto, e às vezes pequenas quantidades de feijão, milho e outros. Comprava pouquíssimos produtos, e de baixa qualidade, e ao final do ano estava quite, se tudo corresse bem, e em débito em outros casos. Nunca o camponês era credor, e muito raramente recebia dinheiro vivo em troca de suas mercadorias. E sobre os débitos da família camponesa o dono da venda

1332 Conversação gravada com Virgílio Tomasi, cit.

1333 R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. págs. 20 e 22.

inventava uma nova e considerável fonte de lucro: “juros de 12% sobre os pagamentos atrasados que capitaliza a bel prazer, a cada 3, 4, 6 ou 12 meses.”¹³³⁴

Não obstante um trabalho contínuo, árduo, de toda a família camponesa, o débito aumentava a cada ano, especialmente quando o preço do café no mercado internacional estava baixo. E não porque o consumo dos camponeses fosse quantitativa e qualitativamente elevado. Ao contrário! Era irrisório. Houve, é verdade, períodos em que alguns tenderam ao desperdício, fiando-se na contínua elevação dos preços do café. Há uma famosa anedota dos camponeses que jogavam bocha com as fôrmas de queijo, e o próprio Rizzetto a menciona. Eram os anos próximos a 1897, quando o café teve boas cotações, mas os desperdícios eram praticados por poucos pois, pelo que sabemos, a maior parte dos camponeses procurou investir as maiores entradas em novos lotes de terra. Além disso, os períodos em que o café conheceu uma boa cotação foram poucos e relativamente breves: de 1886 a 1896, 1911-1912 e na década de 1920 a 1930 (em que se atingiu a cotação *record* de 60\$000 para cada 15kg de café, que em 1930 desabou para 5\$000).

O comerciante transformava o débito crescente do camponês em títulos e hipotecas. E por fim apossava-se do lote de terra do pobre coitado. Este em geral tornava-se meeiro e tentava comprar novamente alguma terra, submetendo-se a regimes de trabalho e contenção de despesas desumanos. Houve casos freqüentes de gente que desta forma perdeu a terra até por duas ou três vezes. Rizzetto referiu-se a um “sistema de depredação comercial” e forneceu em seus relatórios numerosos exemplos. A situação era realmente anormal: “Aqui no Espírito Santo deve haver de cinco a oito mil proprietários italianos, mas não há quinhentos deles que não tenham dívidas; localidades inteiras, centenas de lotes são hipotecados a um único comerciante, e onde não há hipoteca há a dívida que consta das *cadernetas* (termo brasileiro com que se indicam os caderninhos em que os negociantes assinalam os débitos e os créditos dos camponeses)”.¹³³⁵

De acordo com o cônsul, às vezes os comerciantes aproveitavam-se da falta de autoridade policial para impor uma justiça própria, feita de abusos contra os camponeses, perpetrados à mão armada por homens a seu serviço.

1334 idem: pág. 20.

1335 idem: pág. 102.

As maiores fortunas, é verdade, foram acumuladas pelas grandes empresas de importação e exportação, mas famílias de comerciantes de Santa Leopoldina, Santa Teresa e Alfredo Chaves também enriqueceram. Mesmo os pequenos negociantes de algumas linhas coloniais mais internas tiveram grandes lucros e, segundo os testemunhos que colhemos, nas duas primeiras décadas do século XX não eram raros os casos de viagens à Itália de muitos destes, juntamente com suas famílias. Já dissemos que muitos dos comerciantes mais proeminentes formaram a estrutura da classe política, especialmente em nível municipal. Eram respeitados e temidos por uma classe camponesa que trabalhava para eles e para eles perdia seus campos.

Continuou assim até cerca dos anos '50, quando a viabilidade no Espírito Santo começou a melhorar progressivamente, permitindo que os camponeses se desvinculassem, conquanto apenas em parte e lentamente, da opressão do comerciante/transportador. Mas a situação da pequena propriedade fundiária tornara-se então desesperadora, sobretudo após a queda dos preços do café em 1930. Aos sólitos débitos com os comerciantes, os camponeses acrescentaram aqueles com a aquisição de novos lotes de terra. Haviam se fiado excessivamente nos altos preços do café. Os próprios resultados da colonização brasileira estavam prestes a ser anulados. Nas antigas zonas coloniais formava-se de fato um latifúndio de propriedade dos comerciantes, que englobava cada vez mais os pequenos lotes dos ex-colonos. Para evitar esta reforma agrária ao contrário e salvar a agricultura de vastas zonas do país, baseada na pequena propriedade, o Presidente Getúlio Vargas aprovou um decreto que imputava ao Estado 50% das dívidas dos camponeses com os comerciantes, se fossem comprovadas e representadas por títulos e garantias reais. Deram poucos frutos algumas tentativas, entre elas a do Consulado Italiano de Vitória, de criar cooperativas, muito combatidas pelos comerciantes.¹³³⁶

As colônias: o café e o surgimento de novas atividades. A seda de Santa Teresa

No Espírito Santo, a colonização deu frutos copiosos e imediatos. Acelerou o processo de ocupação do território e concedeu ao mercado grandes áreas até então ocupadas pela floresta virgem. Levou ao surgi-

1336 idem: pág. 30.

mento de núcleos de pequenos proprietários de terras dedicados à agricultura voltada à exportação. Estes processos se consolidaram com as novas experiências de colonização dos anos '80 e '90 e de uma maneira geral em seguida ao aumento do fluxo de imigração daquelas décadas. Em 1888, 15% do território do Espírito Santo estava ocupado, e em 1920 este percentual aproximava-se de 30%.¹³³⁷

A produção agrícola das colônias progrediu, atingindo níveis importantes. Apresentamos a propósito uma tabela em que se compara a produção agrícola de Rio Novo em 1878 e em 1886¹³³⁸:

Produção agrícola de Rio Novo em 1878 e 1886 (Tab. XXIII)

Ano	Milho	Feijão	Farinha de Mandioca	Arroz	Batata	Embutidos	Açúcar
1878	82.600/	84.140/	98.434/	24.117kg	682kg	6.214kg	1.118kg
1886	1.303.278/	434.415/	521.280/	108.600kg	3.750kg	6.885kg	285.662kg

Em 1878 assinalava-se também a produção de 1.200 litros de cerveja, e em 1886 a de 19.548 de manteiga. Neste último ano contavam-se na colônia 1.600 bovinos e 3.134 suínos. Com relação à Colônia de Santa Leopoldina, dispomos de dados relativos a 1886 e 1887. Fornecidos em ambos os casos pelo Ministério, demonstram uma queda generalizada de produção quase inacreditável, de um ano para o outro, e inspiram sérias dúvidas sobre sua autenticidade¹³³⁹:

Produção agrícola de Santa Leopoldina em 1886 e 1887 (Tab. XXIV)

Ano	Milho	Feijão	Farinha de Mandioca	Arroz	Batata	Embutidos	Açúcar
1886	3.911.760/	724.485/	869.280/	181.100kg	7.500kg	27.225kg	392.987kg
1887	3.503.542/	526.625/	152.600/	70.370kg	4.210kg	-	33.575kg

Em 1886, mencionava-se uma produção de 600.000 litros de cerveja, e em 1887 registraram-se 98.600 garrafas. Em 1886 foram produzidos 32.598kg de manteiga e em 1887, 300kg de tabaco e 61.200 de banha de porco. Em 1886, havia 2.260 bovinos e 3.915 ovinos. Em 1887, indicava-se a presença na colônia de 4.559 bovinos. Estamos propensos a pen-

1337 N. E. P.: op. cit. págs. 20 e 95.

1338 Os dados foram extraídos dos *Relatórios Ministeriais* de 1879 e 1887.

1339 Os dados foram extraídos dos *Relatórios Ministeriais* de 1887 e 1888.

sar que os dados mais próximos à realidade fossem os de 1886, mesmo porque nas informações relativas ao ano seguinte, havia uma patente-mente errada. A produção de café para 1887, de fato, foi estimada em 340.800kg, número, como veremos, incrível. Mas o mercado do Espírito Santo não estava em condições de absorver grandes quantidades de produtos alimentares, assim como todo o mercado brasileiro. Os camponeses necessariamente concentraram-se na produção de café, a única que poderia ser vendida com relativa facilidade, permitindo-lhes a aquisição de tudo o que não produziam em suas terras. Eis os dados relativos às exportações de café das duas colônias de Rio Novo e Santa Leopoldina no período entre 1875 e 1885, resumidos em uma tabela¹³⁴⁰:

Exportações de café das Colônias de Rio Novo e Santa Leopoldina, 1875/1885 (Tab. XXV)

Ano	Rio Novo	Santa Leopoldina
1875	186.000 Kg	1.028.230 Kg
1877	293.780 Kg	de 880.000 a 1.175.000 Kg
1878		1.500.000 Kg
1879	400.000 Kg	
1883	1.812.500 Kg	2.000.000 Kg
1885	2.033.500 Kg	3.750.000 Kg

A partir dos anos imediatamente anteriores à chegada de trentinos e italianos na colônia, a exportação de café mais do que decuplicara em Rio Novo e quintuplicara em Santa Leopoldina. Note-se que também por volta de 1885 estavam no início do ciclo produtivo (e portanto não apresentavam ainda o máximo de sua produtividade) as plantações de café realizadas nos últimos anos antes da emancipação das colônias. Os italianos, especialmente, haviam se lançado de cabeça no cultivo do café, pressagiando o perigo que a monocultura representava para eles e para a economia da região. Em geral, os alemães estavam mais atentos à diversificação de sua produção e, embora produzissem muito café, dedicavam-se

1340 Os dados foram extraídos dos *Relatórios Presidenciais e Ministeriais* citados anteriormente, com algumas exceções. O que se refere à Colônia de Santa Leopoldina em 1875 foi colhido do APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 71, doc. dd 10/06/1875. Com relação ao ano de 1878, veja-se no *Relatório do Diretor da Colônia de Santa Leopoldina ao Ministro da Agricultura de 11/09/1878*. Quanto a 1879, veja-se APEES: GDA, Segunda Série, livro 34, doc. dd 10/01/1880. O dado relativo a Rio Novo, 1883, é uma reconstrução baseada nos dados fornecidos por Pacca e contidos, tanto no *Relatório do Ministro da Agricultura A. A. Moreira Penna de 30/03/1886*, quanto em uma série de artigos de *O Cachoeirano* (de 03/02 a 09/03/1884).

mais do que os italianos à criação de animais e à horticultura, e dispensavam também mais atenção ao cultivo de outros produtos alimentares típicos da região.¹³⁴¹

A produção de café nos territórios das ex-colônias, já nos anos '80, fizera-se extremamente significativa. Em 1883, sobre um total produzido no Espírito Santo de 19.118.115 kg, nos territórios que pertenceram às colônias de Santa Izabel, Santa Leopoldina e Rio Novo foram produzidos 4.712.500 kg, ou seja, 24,6%.¹³⁴² Apenas dois anos depois esta proporção elevou-se consideravelmente: dos cerca de 18.400.000 kg de café exportados da província, 7.158.500 provinham das 4 ex-colônias (desta vez também Castello dera início à produção de café, exportando 375.000 kg). O percentual era de 38,9%.¹³⁴³ Nos dois casos considerados, a produção de café das ex-colônias foi bem mais do que proporcional à sua população. De fato, o Ministério avaliara a população dos 4 estabelecimentos em 20.298 pessoas em 1883, e 20.436 em 1885, sobre um total estimado entre 105.000 e 110.000 unidades. Na prática, 18%.¹³⁴⁴

“Em 1884, apenas a Colônia de Santa Leopoldina, a mais importante de todas, produziu 40% do café da região da Capital. Esta última respondia com 40% da produção total da Província. Conclui-se, portanto, que Santa Leopoldina era responsável por 16% da produção total da Província.”¹³⁴⁵

A expansão da produção de café no Espírito Santo partiu também das colônias, como reconhecem os estudiosos do N. E. P.: “A importância dos núcleos assume um sentido mais completo, se considerarmos que foi a partir destes que se expandiu a produção de café da região da capital.”¹³⁴⁶

Também do ponto de vista demográfico, pode-se dizer que a colonização imperial atingiu seus objetivos. No limiar dos anos '90, um em cada 6 habitantes no Espírito Santo vivia em terras que haviam sido colônias, e

1341 Vejam-se a propósito as observações de R. Rizzetto: *Colonizzazione...*, op. cit. e de J. Roche: op. cit.

1342 Relatório do *Ministro da Agricultura A. A. Moreira Penna de 07/05/1884*, cit.

1343 O dado sobre as exportações das colônias está contido no *Relatório de J. A. Pinto Pacca anexo ao Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886*, cit. e, com relação às exportações da província, recorremos a G. Rocha: op. cit. pág. 85.

1344 Os dados referentes à população das colônias foram extraídos do já citado *Relatório* de Pacca e do *Ministro Moreira Penna* e, com relação à população do Espírito Santo, baseamo-nos nas estimativas de Daemon para 1879 (105.350) e de Teixeira, para 1889 (110.137).

1345 N.E.P.: op. cit. pág. 46.

1346 idem: pág. 47.

entre estes, um percentual altíssimo era constituído por europeus, que proliferavam a uma velocidade consideravelmente superior à dos nativos, surpreendendo os próprios observadores europeus. Parece-nos, portanto, arriscada a hipótese de “pequeno desenvolvimento observado nas colônias do Espírito Santo”, e sobretudo em contradição à evidência dos fatos.¹³⁴⁷

As antigas colônias continuaram nas décadas sucessivas a representar centros de elevada produção agrícola, especialmente de café. Foi o caso das zonas colonizadas por italianos (e entre estes, os trentinos). Em 1920, apenas o Município de Santa Teresa produzia mais de 9% do café do Espírito Santo, e estabelecia-se no 3º lugar na graduação relativa à produção de todos os municípios do Espírito Santo. Alfredo Chaves situava-se em 9º lugar nesta graduação, com 3,7% da produção total do Estado (enquanto o Município de Santa Leopoldina cobria 2,3% da produção total). Em 1927, Santa Teresa passava ao 5º lugar com 6,7% da produção (Alfredo Chaves apresentava também uma queda de alguns décimos no percentual, fixando-o em 3% da produção do Estado).¹³⁴⁸ No início dos anos '40, Santa Teresa estava em 4º lugar entre os municípios do Espírito Santo em relação à área ocupada por plantações de café.¹³⁴⁹

O grande e progressivo desenvolvimento da produção de café no Espírito Santo, para o qual as colônias imperiais contribuíram significativamente, seria a base sobre a qual retomaria fôlego a imigração européia (particularmente a italiana), que por sua vez se dedicaria ao cultivo do café. E, através do café, suas exportações e os impostos que delas o Estado extrairia, teria início o processo de modernização das estruturas econômicas do Espírito Santo, a começar pela criação de infra-estruturas viárias, até então praticamente inexistentes.

Seria exatamente o drástico redimensionamento dos preços internacionais do café que, antes do final do século, poria um fim à maciça imigração européia, e sobretudo italiana no Espírito Santo.

Os imigrantes europeus, especialmente os italianos, foram agentes de modernização da economia do Espírito Santo? Trata-se de um assunto que requer pesquisas específicas e que não pode ser resolvido com algumas considerações simplistas e com o conhecimento de poucos dados. É certo, entretanto, que as comunidades coloniais que se formaram

1347 W. P. Ferreira de Almada: op. cit. pág. 181.

1348 N.E.P.: op. cit. pág. 100.

1349 Departamento Nacional do Café, Secção Estatística: *Cultura de café no Brasil. Ensaio de corografia estatística (II, Estado do Espírito Santo)* Rio de Janeiro 1942, pág. 197.

também no Espírito Santo dispunham de conhecimentos tecnológicos em média superiores aos presentes na comunidade luso-brasileira. Juntamente com os camponeses, transferiram-se para as colônias muitos artesãos, por exemplo, (embora parte deles tenha sido rejeitada devido à impossibilidade de praticar sua profissão). Em 1876, contavam-se em Rio Novo 88 artesãos, e os colonos já haviam construído 22 máquinas para a transformação dos produtos agrícolas, e uma dezena de oficinas artesanais.¹³⁵⁰ No mesmo ano, em Santa Leopoldina havia 13 alfaiates, 12 serralheiros, 33 carpinteiros, 9 marceneiros, 14 pedreiros, 20 sapateiros.¹³⁵¹

Alguns anos depois, em 1880, estes números haviam se elevado e contavam-se 16 alfaiates, 17 sapateiros, 39 pedreiros, 48 carpinteiros, 14 serralheiros, 2 pintores de parede, 20 marceneiros, 4 padeiros. Contavam-se na colônia 202 moinhos, 891 máquinas para a limpeza do café e outros, 4 fábricas de tijolos, 12 padarias, 7 serralherias e uma serraria.¹³⁵²

Muito se discutiria sobre o espírito com que os camponeses europeus se dedicavam ao cultivo da terra: o desejo de desvincular-se da miséria, de garantir aos filhos um futuro tranquilo como proprietários, de melhorar sua condição econômica, forças que certamente forneceram combustível à economia do Espírito Santo. Mas o Brasil estava distante do centro capitalista: não possuía indústrias ou experiência industrial, não dispunha de capital e devia importar da Europa as inovações no campo tecnológico. E as colônias estavam isoladas, e careciam de meios de comunicação eficientes.

Com relação ao Espírito Santo, especificamente, não houve casos de núcleos industriais originados nas zonas das ex-colônias (o que entretanto aconteceu nas zonas alemãs de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e naquelas italianas deste último). Não nos deteremos neste assunto, mas seria suficiente observar que, mais do que em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo a comunidade alemã e italiana isolaram-se de seus países de origem: ali não chegaram os bancos e seguradoras da Alemanha, ou os homens de negócios (e além disto, o capitalismo italiano ainda não se projetava além das fronteiras nacionais). Alguns dos colonos tentaram, contudo, criar estabelecimentos artesanais que poderiam constituir a base para o surgimento de uma futura indústria. Surgiram sobretudo serralherias, pe-

1350 *Relatório do Ministro da Agricultura T. J. Coelho de Almeida de 1877*, cit.

1351 *Estatística Geral da Colônia de Santa Leopoldina*, em APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 57.

1352 *Relatório do Ministro da Agricultura M. B. Macedo de 14/05/1880*, cit.

quenos estabelecimentos de trabalho em ferro e de fabricação de tijolos e telhas, algumas cervejarias. Os trentinos, ali como em Santa Catarina, tentaram implantar estabelecimentos para a produção da seda. Esta é uma breve história que vale a pena contar, porque é indicativa de como o Espírito Santo da época, e o Brasil em geral, estava ainda despreparado e impossibilitado de empreender o caminho da industrialização. Faltava uma mentalidade adequada por parte dos poderes públicos, faltava capital, estava-se distante dos centros em que as inovações tecnológicas mudavam rapidamente os níveis de custo e de lucro dos empreendimentos.

Vigilio Lamber chegou ao Espírito Santo em maio de 1875 com o navio *Rivadavia*. Estavam com ele o irmão Antonio e a filha Erminia. Vigilio e Antonio eram uma estranha dupla de emigrantes. O segundo frequentara ao menos dois cursos junto à Academia de Belas Artes de Veneza e era um bom pintor e escultor.¹³⁵³ Vigilio trabalhara nos portos europeus como envernizador de navios, profissão que lhe possibilitara um bom conhecimento da língua francesa. O que faziam duas personagens deste tipo no Espírito Santo? O que buscavam? Certamente não vieram ao Brasil em busca de terra, embora tenham aceitado um lote de terra e iniciado o seu cultivo. Eram nativos de Centa, no Trentino. Vigilio, pessoa de forte personalidade, assumiu rapidamente um papel de liderança na pequena comunidade teresense, e alguns o definiram “líder intelectual dos colonos de Timbuhy.”¹³⁵⁴ Muito religioso, promoveu a construção de uma das primeiras capelas de Santa Teresa e, instruído pelo irmão, dedicou-se por sua vez a esculpir algumas obras sacras em madeira.¹³⁵⁵

Mas neste meio tempo ele aplicara-se ao cultivo de seus campos com um estudo metódico das estações, dos hábitos locais, das melhores épocas para a sementeira e a colheita.¹³⁵⁶ Desde o dia de sua partida do Trentino, Vigilio mantinha um diário que, como dissemos, desapareceu após a sua morte. Tornou-se grande amigo de Dom Domenico Martinelli que, como ele, era originário de Centa. Os dois decidiram tentar também no

1353 Os dois diplomas estão conservados na casa do neto Virgilio Tomasi, em Santa Teresa, assim como alguns de seus desenhos.

1354 M. Gnerre: *Os italianos no Espírito Santo: de qual Itália emigraram?* em UFES-Revista de cultura, ano I, 1979, n.2.

1355 Destas resta um crucifixo, também na casa do neto.

1356 No Museu da Escola Educandário Seráfico São Francisco de Assis de Santa Teresa restam alguns documentos escritos por ele, assim como em casa de seu neto, e neles verifica-se a meticulosidade com que anotava as particularidades do novo ambiente, também em relação à agricultura.

Brasil a criação de bichos-da-seda. Não era a primeira vez que se tentava a experiência no Espírito Santo: no início do século alguns estudos haviam sido realizados por A. J. Vieira, de Vitória, e antes dos anos '70 um colono alemão de Rio Novo, Otto Linger, obteve algumas facilidades do governo para tentar produzir seda.¹³⁵⁷ Em ambos os casos, não se foi além de alguns anos de estudos. Mas, com a chegada dos camponeses do Norte da Itália, parecia possível que a indústria da seda desse os seus primeiros passos no Brasil. Tentativas neste sentido aconteceram em todas as províncias, e em alguns casos foram coroadas de algum êxito.¹³⁵⁸ Convencido disto, em 1878 o próprio Ministro da Agricultura, J. L. V. Cansansão de Sinimbu, convidou o governo a estimular, através de contribuições financeiras, o surgimento desta indústria. Mas nada foi feito.¹³⁵⁹ Lamber e Martinelli deram início às experiências pouco após a sua chegada ao Espírito Santo. É provável que os bichos da seda em seu estado larvar tenham sido trazidos da Itália por alguns colonos, ou mesmo que Vigilio os tivesse encomendado através do irmão Michele que permanecera no Trentino. O bicho-da-seda era do tipo japonês (já usado no Trentino para combater o flagelo da pebrina). Mudanças de amoreira foram distribuídas a famílias de camponeses, e em seguida larvas de bicho-da-seda. Mas como fiar a seda? Aparentemente, os dois recorreram a alguém no Trentino que lhes fornecera material impresso com indicações precisas para a construção de um tear. O tear foi construído em Santa Teresa, em madeira, talvez com a ajuda de um marceneiro experiente, o que não faltava entre os camponeses.¹³⁶⁰ Mas, para crescer, a indústria necessitava de capital. Vigilio Lamber tentou conseguir-lo de muitas formas. Dirigiu-se primeiramente à Presidência da Província. Insatisfeito, decidiu ir ao Rio de Janeiro. Em outubro de 1880 compareceu à presença do Imperador Dom Pedro II para defender sua causa. O monarca acolheu o trentino com simpatia, e provavelmente prometeu-lhe alguma coisa. Vigilio Lamber presenteou-o com uma caixa contendo amostras de seda obtidas no Espírito Santo e a relação das experiências que fizera naqueles anos.¹³⁶¹ Não devem ter sido grandes as vantagens daquela viagem ao Rio de Janeiro, pois a

1357 Sobre Vieira, veja-se H. L. Balestrero: op. cit. pág. 223 e M. Vilhena: *A indústria sericícola no Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1943. Sobre Linger, veja-se por exemplo o *Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886*; A. E. Magarinos Torres Filho: op. cit. págs. 212-213 e APEES: GDG, Segunda Série (383L), livro 63, doc. dd 23/11/1874.

1358 Com relação a Santa Catarina, veja-se R. M. Grosselli: op. cit.

1359 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbu de 1878*, cit.

1360 Há menção sobre a máquina em *A Província do Espírito Santo* de 07/02/1885.

1361 *O Espírito-Santense* de 16/10/1880.

pequena indústria mais do que nunca necessitava de capital para progredir. Lamber e Martinelli buscaram outras vias. Tiveram a moderna intuição de conceder alguns quilos de seda a um engenheiro inglês para que os fiasse na Inglaterra, para fazer uma bandeira brasileira que seria içada na primeira locomotiva que dali a pouco bufaria no Espírito Santo.¹³⁶² Era indispensável encontrar alguém que dispusesse do capital necessário à aquisição das máquinas adequadas ao trabalho da matéria-prima. Vigilio Lamber pôs-se em contato com o mundo industrial do Rio de Janeiro. Um italiano, um certo Enrico Ramella, atuou como intermediário entre ele e o Clube dos Industriais do Rio, e obteve a promessa de um tal José Maria Teixeira d’Azeres, de que a seda produzida em Santa Teresa seria tecida e comercializada no Rio.¹³⁶³ Apesar disso, nada se resolveu. Mas os dois trentinos continuaram a sua batalha. Enviaram amostras de seda ao Trentino, ao irmão de Vigilio.¹³⁶⁴ É provável que a qualidade do produto tenha sido bem recebida na Europa, pois seguiram-se outras remessas, desta vez para a venda.

Entre pagamentos aos camponeses, taxa de exportação de 7% e despesas de transporte, aquela seda custara 30\$000 o quilo. Foi vendida na Europa a 14/15\$000 o quilo. Era forçoso diminuir os custos.¹³⁶⁵ Para tal, eram necessárias duas atitudes: isenção do imposto de exportação e contribuições estatais para a mecanização das operações de produção da seda. E vender no Brasil economizaria muitas despesas de viagem. O Presidente da Província prometeu isenção durante dois anos do imposto de exportação.¹³⁶⁶ Vigilio Lamber investira naquele empreendimento tudo o que acumulara no Espírito Santo (com o trabalho de agricultor?), ou seja: 5.000\$000. Enviou uma petição ao Presidente da Província, solicitando isenção do imposto de exportação e financiamentos. A Presidência dirigiu a petição ao Ministério. Em 9 de setembro de 1884, a Secretaria da Província comunicava ao trentino que o governo do Rio de Janeiro, com o comunicado 75, de 23/08/1884, decidira não conceder a isenção do imposto, pois era contrária à lei, e nem o financiamento, devido à falta de fundos.¹³⁶⁷ Os poderes públicos

1362 M. S. de Novaes: *História...*, op. cit. pág. 284.

1363 Carta de 22/07/1881, firmada por Enrico Ramella e conservada por Virgílio Tomasi.

1364 Veja-se, por exemplo, em *O Espírito-Santense* de 21/12/1882.

1365 *Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886*, cit.

1366 *Relatório do Presidente M. F. Ribeiro de Andrade Junior de 03/03/1883*.

1367 APEES: GDG, série 751, livro 125, doc. dd 19/12/1883. *Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886* e carta da Secretaria a Lamber, dd 09/09/1884, conservada por Virgílio Tomasi.

revelavam uma visão bastante estreita. Alguns tentaram ajudar Lamber e Martinelli em Vitória. Muito provavelmente a Presidência. Em março de 1883 houve nesta cidade uma exposição de amostras da seda produzida em Santa Teresa e que haviam sido enviadas também à Corte. Ao mesmo tempo, fez-se uma subscrição para recolher 10:000\$000 para formar uma sociedade em comandita que deveria administrar a atividade de produção da seda. Todas as ações foram subscritas.¹³⁶⁸ Foi certamente um alívio para os que se haviam lançado ao empreendimento e permitiu-lhes continuar durante ainda alguns anos. Mas a meta agora era a Europa. Amostras da seda de Santa Teresa foram enviadas a exposições internacionais em Berlim e em Paris por volta do final dos anos '80, e obtiveram resultados animadores (medalha de bronze em um caso e menção honrosa no outro).¹³⁶⁹ O certificado expedido de Paris transformava o nome Lamber (provavelmente de origem francesa) em Lambert. Domenico Martinelli deixou Santa Teresa e faleceu em 1886. Vigílio persistiu ainda durante alguns anos em suas tentativas de criar e fazer prosperar a indústria da seda no Espírito Santo, mas foi forçado a desistir. Ainda não chegara a hora da indústria no Brasil.

Os custos das colônias

O principal motivo a convencer o governo brasileiro a pôr fim à colonização e a suspender a validade da lei sobre as colônias de 1867 foi o suposto alto custo financeiro de toda a operação. Alegava-se que o Estado brasileiro não podia permitir-se despesas tão altas e ainda obter resultados tão pouco satisfatórios. Foram sobretudo os políticos ligados às grandes fazendas paulistas a posicionar-se contra as colônias, denunciando o desperdício de dinheiro que impunham ao país. Eram injustificadas, tanto a opinião de que as colônias eram uma operação fadada ao fracasso, quanto a de que representavam uma fonte de enormes despesas sem retorno. Mas o latifúndio, especialmente o paulista, precisava do fluxo migratório europeu para substituir os escravos nas fazendas. Muitos deputados no parlamento brasileiro solicitaram, portanto, o governo a “ajudar de preferência os grandes agricultores, ao invés de seguir o sistema de despender cente-

1368 *O Cachoeirano* de 04/03, 25/03 e 22/04/1883.

1369 Os certificados foram conservados por Virgílio Tomasi.

nas de contos de réis anualmente para criar núcleos de colonização que necessitavam de muito tempo para dar exíguos resultados.”¹³⁷⁰

É certo que as despesas com a colonização eram consideráveis e que em grande parte pesavam exatamente sobre os grandes latifúndios, através dos impostos que esta pagava ao Estado. Arcangelo Ganarini, o padre trentino que se transferiu para Santa Catarina, referiu-se em 1878 a 40 bilhões de réis em papel-moeda emitidos pelo governo para custear tais gastos (dois dos quais entregues a Caetano Pinto).¹³⁷¹ Mas estas despesas certamente não eram infrutíferas, e ainda menos a fundo perdido.

A inserção de milhares de colonos europeus nas florestas brasileiras alcançou em grande parte os objetivos dos idealizadores e administradores coloniais. Povoaram-se grandes extensões de território e cultivou-se a floresta. Vitalizou-se a economia de algumas províncias brasileiras, onde surgiram centros urbanos e em seguida focos de desenvolvimento industrial. Mesmo em termos estritamente financeiros, o Estado brasileiro obteve ganhos imediatos. A terra ocupada pela floresta, que antes tinha um valor comercial baixíssimo, em torno às colônias teve seu preço vertiginosamente elevado, valorizando a propriedade pública. E, como recorda Schorer Petrone, este processo não foi interrompido com a emancipação das colônias. As gerações sucessivas, aquelas dos filhos e netos dos primeiros imigrantes, deixaram os núcleos coloniais em que viviam seus pais para ocupar novas terras. Os filhos dos colonos de Caxias, Conde D’Eu e Dona Izabel, no Rio Grande do Sul, colonizaram primeiramente partes do norte daquele Estado para em seguida dirigirem-se ao oeste de Santa Catarina, juntamente com os habitantes de Rodeio, Nova Trento, Brusque, Blumenau. Muitos deles prosseguiram para o Paraná e, mais recentemente, Mato Grosso. No Espírito Santo os habitantes de Santa Leopoldina e de Rio Novo ocuparam em um segundo momento novas áreas, tanto em direção à fronteira com Minas Gerais, quanto na zona do Rio Doce.

E este processo de progressiva valorização da terra brasileira não representou custos adicionais para o Estado brasileiro.¹³⁷²

E no entanto, durante muito tempo a historiografia brasileira promoveu uma idéia, cunhada naquelas décadas, segundo a qual o processo

1370 em B. M. Lazzari, op. cit. pág. 63.

1371 *La Voce Cattolica* de 19/11/1878.

1372 M. T. Schorer Petrone: op. cit. pág. 20.

de colonização representou uma fonte de despesas injustificada, ou não totalmente justificada, para o Brasil. Há poucos anos, um proeminente intelectual brasileiro expressou desta forma a sua opinião a propósito:

“As colônias criadas em diversas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente aquele cuja “raça” era diversa daquela dos europeus que haviam colonizado o país. Era uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transportes e despesas de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para conceder trabalho aos colonos, obras estas que algumas vezes prolongavam-se de forma absurda. E, quase sempre, quando, após volumosas despesas, deixava-se a colônia entregue às suas próprias forças, esta tendia a enfraquecer-se, regredindo a simples economia de subsistência.”¹³⁷³

Não nos parece possível concordar com esta opinião. As obras públicas construídas nas colônias, na maioria das vezes foram as primeiras vias de comunicação que penetraram o grande corpo da floresta tropical, minando-lhe a existência, e muitos núcleos coloniais não se basearam em uma economia de subsistência. Mas o que interessa discutir aqui é o lugar-comum do grande custo das colônias.

Para tentar demonstrar a validade de nossa tese, valemo-nos do exemplo da Colônia de Rio Novo, com os dados fornecidos na época por Joaquim Adolpho Pinto Pacca. Desde a data de sua fundação, a 31 de dezembro de 1878, a Colônia de Rio Novo custara ao Estado 1.519:369\$654. As despesas relativas ao último semestre de 1878 totalizavam 92:655\$142, o que sugere legitimamente que, à época da emancipação, no início de 1880, a Colônia de Rio Novo custara ao Estado brasileiro uma cifra em torno a 1.750:000\$000 (avaliando-se em cerca de 100:000\$000 as despesas de cada um dos dois semestres de 1879, de cujas cifras oficiais não dispomos).¹³⁷⁴

Creemos que neste total estivessem incluídas todas as despesas relativas à colônia, e portanto também aquelas referentes ao transporte dos imigrantes até as colônias. Em todo o caso, consideramos que em média o

1373 C. Furtado: op. cit. págs. 124-125.

1374 *Relatório do Ministro da Agricultura J. L. V. Cansansão de Sinimbu de 1879*, cit.

governo brasileiro fornecia a Caetano Pinto 100\$000 por cada emigrante transportado ao Brasil, que foram aproximadamente 4.100 colonos transportados a Rio Novo (dos quais cerca de 3.250 a partir de 1875 até a data da emancipação).

De acordo com Pinto Pacca, os débitos dos colonos com o Estado totalizavam 342:412\$120: 176:751\$041 em adiantamentos; 140:150\$986 para a aquisição de lotes, e finalmente 26:510\$093 pelo acréscimo de 20% para os que não haviam pago à vista.¹³⁷⁵ Estes débitos devem evidentemente ser subtraídos da despesa total (embora nada possamos dizer sobre o percentual em que foram honrados). Supondo que as cifras fornecidas pelo Ministério incluíssem as despesas de viagem, restaria ainda uma cifra próxima a 1.400:000\$000. Mas os colonos rendiam ao Estado brasileiro entradas relativas às suas exportações, especialmente de café. Em um texto de 1884, Pinto Pacca informa-nos que naquela época vigorava um imposto provincial de 17 réis por quilograma.¹³⁷⁶ É possível calcular que àquela altura a colônia já exportara cerca de 9.600 kg de café, com base nos dados que fornecemos em outras partes do livro. O Estado, portanto, embolsara cerca de 163:200\$000 em impostos até 1885. Das despesas realizadas pelo Estado com a colônia restavam, a esta altura, 1.236:800\$000. A exportação de café das áreas da ex-Colônia de Rio Novo estabilizara-se, por volta da metade dos anos '80, em torno de 2.000.000 quilos anuais. Supondo que esta exportação tenha em seguida sofrido um aumento para uma média de 3.000.000 quilos anuais e que o imposto de exportação tenha permanecido em 17 réis o quilo, o Estado teria recuperado tudo o que fora gasto com a colônia em um arco de tempo inferior a 25 anos, e portanto antes de 1910. Podemos assim comparar as despesas do Estado brasileiro com a Colônia de Rio Novo a um empréstimo trintenário. Evidentemente, nossos cálculos são apenas indicativos, mas não nos parecem infundados.

Em uma tabela contendo os dados relativos às exportações de café do Espírito Santo de 1892 a 1910, Gabriel Bittencourt demonstra que naqueles 19 anos os impostos que o Estado do Espírito Santo extraía das exportações atingiam cifras que oscilavam entre 40 e 150 réis por quilograma.¹³⁷⁷ Considerando-se o dinheiro gasto com a colônia de Rio Novo e

1375 *Relatório de J. A. Pinto Pacca anexo ao Relatório do Ministro da Agricultura A. da Silva Prado de 14/05/1886*, cit.

1376 Série de artigos de janeiro/março 1884 de *O Cachoeirano*, cit.

1377 G. Bittencourt: *Esforço...*, op. cit. pág. 70.

um imposto de exportação de, em média, 80 réis por quilograma (e supondo-se uma exportação de 3.000.000 kg anuais) os colonos teriam reembolsado o Estado em um período de tempo de apenas cinco anos.

Mas o raciocínio não pode ser concluído com estas cifras. A maior parte das despesas referentes à colônia e assumidas pelo Estado devia-se à construção das estradas internas e de ligação das colônias ao litoral. Seria possível imputar diretamente tais despesas ao estabelecimento dos colonos? Não seriam estas despesas relativas ao desenvolvimento da economia de todo o país e de que se valeram inclusive aqueles que não viviam nas colônias? A propósito dos trabalhos a que se aplicaram os colonos a serviço do Estado, os estudiosos do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Universidade de Vitória manifestam-se desta forma:

“De todas estas atividades que [os colonos] exerceram em regime salarial, consideramos mais importantes aquelas de construção de infra-estruturas nos próprios núcleos. Nestas atividades, além de o Governo não lhes conceder esmolas, estes criavam com seu trabalho as condições de desenvolvimento do próprio núcleo em que eram pequenos proprietários.”¹³⁷⁸

Mas desejamos concluir este nosso trabalho com as palavras de Joaquim Adolpho Pinto Pacca, relativas ao mesmo assunto. Parece-nos uma necessária deferência à memória de um homem que tanto fez pela colonização brasileira e por seu país em geral (que tornou-se o país de milhares de trentinos que ali se estabeleceram):

“O item “Estradas” será classificado sob um título próprio e será dado o primeiro passo para discriminá-lo das despesas das Colônias, subtraindo ao item “Terras Públicas e Colonização” a parte que mais contribui para a alta cifra deste ítem. Este fato trará sem dúvida a vantagem de evitar o grave erro dos interessados na colonização do país, de considerar exorbitantes as despesas da colonização. [...] É portanto injusto crer que o imigrante seja um peso excessivo para os cofres públicos. O Estado não lhes faz outro favor além de um empréstimo a juros altos. O imigrante, a partir do momento de seu estabelecimento, dá lucros que muito compensam os sacrifícios

1378 N. E. P.: op. cit. pág. 52.

do Estado, com a aquisição de terras a preços que certamente o Estado não obteria se continuasse a mantê-las como uma floresta virgem, habitadas exclusivamente por feras e homens selvagens. E se o capital que representam as estradas e obras públicas construídas para desfrutar desta fonte de renda não é suficientemente produtivo de imediato, a questão resume-se a uma meia dúzia de anos. [...] Os Estados Unidos dispensam favores a seus colonos, extremamente mais onerosos aos cofres públicos do que os do Brasil. E esta relação é a mesma entre as suas monumentais ferrovias e as nossas pobres estradas do sertão. Efetivamente, os Estados Unidos não concedem favores aos imigrantes, além do transporte. Constróem, porém, suas estradas de ferro, em meio às suas florestas; dão aos imigrantes terras vizinhas a estas e concedem-lhes trabalhos com altos salários enquanto seus lotes não produzem. Sua despesa com o item “Terras Públicas e Colonização” é baixa. Mas não é este o item que deve ser comparado ao seu correspondente brasileiro. Acrescente-se a esta a despesa efetuada com o item “Estradas” e aqueles que julgam que os colonos brasileiros são excessivamente auxiliados e classificam como dissipação as despesas das Colônias, compreenderão, sem dúvida, as razões de ser das adversidades da nossa colonização.”^{1 379}

As listas

Apresentamos a seguir as listas dos componentes da *Expedição Tabacchi* (incluindo os poucos vênnetos) e dos emigrantes trentinos que se estabeleceram nas Colônias de Rio Novo e Santa Leopoldina. Fornecemos apenas o nome do chefe de família e, sempre que possível, a aldeia ou cidade de origem. Os nomes que apresentamos, relativos à Colônia Nova Trento, representam aproximadamente 350 pessoas em um total de 386 que seguiram Pietro Tabacchi. As listas referentes às duas colônias imperiais também podem ser consideradas completas. No caso dos nomes dos colonos de Rio Novo, pudemos indicar a aldeia de origem em 80% dos casos. Este percentual reduz-se a 64% no caso dos colonos de Santa Leopoldina. Na realidade, como veremos, o percentual pode aumentar sensivelmente, considerando-se que mais de uma vez, no caso de grupos de

1379 *Relatório apresentado ao Inspetor Geral de Terras e Colonização da Comissão encarregada da emancipação da Colônia de Rio Novo a 21/08/1878, cit.*

familiares com o mesmo sobrenome, informamos a origem de apenas um deles, mas é provável (embora não incontestável) que este seja comum.

As copiosas listas de entrada que encontramos no Arquivo Público do Estado em Vitória, bastante completas, algumas vezes criaram-nos problemas com relação à grafia dos nomes e sobretudo à idade dos imigrantes (importantíssima para a comparação com as nossas listas de proveniência italiana). Poderíamos ter completado a informação relativa à aldeia de proveniência dos imigrantes com outras pesquisas junto aos arquivos municipais e paroquiais do Trentino (de que há centenas), mas isto teria dilatado excessivamente o período da pesquisa e esgotado os financiamentos. O resultado parece-nos entretanto bastante bom.

Apresentamos também a breve lista daqueles emigrantes que, por diversas razões, não se estabeleceram nas colônias, embora tenham permanecido no Espírito Santo. Advertimos que o leitor poderá encontrar o mesmo nome incluído na lista referente à Expedição Tabacchi e naquela relativa à Colônia de Santa Leopoldina pois, como vimos, muitos dos ex-colonos de Tabacchi transferiram-se para a Leopoldina. Algumas vezes, após um nome encontrar-se-á a sigla (RG), ou simplesmente (T), que significam, respectivamente, “Rio Grande do Sul” e “Transferido”. Significa que sabemos com certeza que aquele colono ou grupo familiar transferiu-se para o Rio Grande do Sul (RG) ou para uma localidade desconhecida (T). A informação evidentemente não é completa, especialmente no caso da Leopoldina, onde indicamos pouquíssimos casos, mas permite-nos reconstruir um volume considerável do grupo de colonos que deixaram Rio Novo para transferir-se para o Sul do Brasil.

Por fim, apresentamos também, após muita hesitação, uma lista que inclui imigrantes que chegaram ao Espírito Santo após a emancipação das colônias imperiais. Por muito tempo pensamos que não valia a pena fazê-lo. Em primeiro lugar, estamos certos de que a lista não está completa e não podemos fornecer indicações sobre os percentuais que representa. Em segundo lugar, em muitos casos não podemos informar a aldeia de origem dos imigrantes, tratando-se de uma época que em geral não ocupa nosso atual interesse de estudo e sobre a qual pesquisamos pouco nos arquivos. Sabemos, contudo, como é importante para os bisnetos de emigrantes de todas as épocas e de todas as nações, encontrar evidências de suas origens. Pensando nos brasileiros de origem trentina que vivem no Espírito Santo, decidimos por fim apresentar também esta lista. Acrescentamos também dados sobre imigrantes trentinos que colhemos nos registros matrimoniais da Paróquia de Santa Teresa (local de máxima con-

centração dos trentinos que se estabeleceram no Espírito Santo). Ao fazê-lo, assumimos certos riscos. Os que se casaram em Santa Teresa vieram para o Brasil sozinhos ou com a família? Aplicamos critérios de seleção de nomes que não garantem a ausência de erros.

Em geral, as listas de imigrantes no Espírito Santo, a partir da segunda metade dos anos '80 mostram-se menos precisas do que as precedentes. Cada vez mais tende-se a definir como "italianos" também os austríacos de língua italiana, ou seja, o trentinos. Em poucos casos notamos o inverso.

Quanto ao problema relativo aos registros paroquiais, organizamo-nos da seguinte forma, naturalmente em termos subjetivos e pessoais: nos casos de matrimônios sucessivos de dois ou mais irmãos, supusemos que toda a família se encontrasse no Espírito Santo e fornecemos o nome do pai; no caso de matrimônio de um imigrante do sexo masculino com mais de 18 anos, fornecemos o seu nome, pois era muito comum o hábito de emigrar logo após completar 19 anos de idade (e muitos emigravam de propósito nesta idade, para evitar o serviço militar); quando se tratava do casamento de uma mulher de idade inferior a 25 anos, preferimos fornecer o nome do pai, pois não era comum que mulheres sozinhas decidissem emigrar. Em alguns casos, deparamo-nos com dados contraditórios e resolvemos o problema com o máximo de comparações possível.

Com relação à última lista, ao lado dos nomes e da eventual aldeia de origem (cerca de 40% dos casos), acrescentamos outros dados: ou o porto em que o imigrante desembarcou (Itapemirim, Benevente, Anchieta) que indica que este se dirigia ao Sul do Espírito Santo, nas zonas da ex-Colônia de Rio Novo ou nas fazendas em torno a Cachoeiro do Itapemirim; ou a destinação precisa, ou seja, Santa Teresa ou Santa Leopoldina. Em 9 entre 10 casos, quando indicamos Santa Leopoldina, entenda-se que o imigrante dirigiu-se às terras do atual Município de Santa Teresa, e apenas por uma questão de escrúpulos não podemos afirmá-lo. Em muitos casos o leitor encontrará também a data de chegada do imigrante ao Espírito Santo.

Finalmente, enquanto nas primeiras quatro listas apresentamos dados quase completos e minuciosamente examinados a fim de garantir sua confiabilidade, não se pode dizer o mesmo da última lista. Fornecemos, contudo, pelas informações que confere, em prol dos que estão buscando reencontrar o próprio passado para reconstruir vínculos culturais que se haviam perdido.

Não citamos aqui a vasta documentação de que extraímos estas listas (o que havíamos feito no livro precedente). Em geral, encontramos o nome do imigrante em listas de desembarque nos portos do Espírito Santo ou de entrada nas colônias, documentação que encontramos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Poucos outros nomes foram extraídos de outra documentação daquele arquivo, de vários tipos, e dos já citados registros matrimoniais da Paróquia de Santa Teresa.

Quanto à aldeia de origem daqueles imigrantes, referimo-nos, quase que exclusivamente, a listas de emigração do Trentino que pacientemente elaboramos durante anos de pesquisas em arquivos neste campo.

A Expedição Tabacchi

Andermarcher Domenico	Roncegno	Perotti Valentino	
Angeli Giobatta	Novaledo	Piovesan Pietro	provincia Treviso
Armellao Andrea	Borgo V.na	Romagna Ermenegildo	Roncegno
Armellini Marcellino	Roncegno	Rosanelli Giacomo	Tenna
Bassetti Francesco		Serafini Antonio	Tenna
Bassetti Giovanni	Lasino	Slomp Bortolo	Levico
Bassetti Giuseppe		Slomp Giovanni	Levico
Beber Valentino	Tenna	Stroppa Prospero	Borgo V.na
Bertotti Giuseppe	Cavedine	Tesainer Giuseppe	Roncegno
Betti Giovanni	Tenna	Toler Pietro Giovanni	Roncegno
Bolin Valentino	provav. Vêneto	Tonini Annibale	Novaledo
Bolognani Fioravante		Tonini Giobatta	Novaledo
Bolognani Giovanni		Tonini Lazzaro	Novaledo
Bonec(c)her Antonio	Borgo V.na	Valandro Francesco	Castelnuovo
Bonec(c)her Prospero	Borgo V.na	Venzo Giovanni	Borgo V.na
Bortolotti Simone	Vezzano	Verones Domenico	Covelo
Cappelletti Giobatta	Novaledo	Verones Vicenzo	Covelo
Casotti Paolo		Zambelli Giuseppe	
Chiesa Domenico	Novaledo	Zamprogno Luigi	Montebelluna (TV)
Ciola Giobatta	Roncegno	Zamprogno Sebastiano	Montebelluna (TV)
Comper Leonardo	Besenello	Zen Andrea	Novaledo
Corn Domenico Valentino	Roncegno	Zottele Fortunato	Roncegno
Corn Guerino	Novaledo	Zottele Pietro	Roncegno
Corn Pietro Paolo	Roncegno	Zurlo Abramo	Novadelo
Corradi Benedetto	Stenico		
Damaso Paolo	Villa del Banale		
Delana Giovanni		<i>Podem também ter vindo com Tabacchi</i> ¹³⁸²	
Demoner Giuseppe	provav. Vêneto	Battisti Giovanni	
Fedele Andrea	Telve	Bolognani Angelo	
Felicetti Domenico	Roncegno	Giotti o Piotti Antonio	
Franceschini Leonardo	Vigolo (?)	Tonini Giuseppe	
Furlan Antonio	Novaledo	Cappelletti Giacomo	
Fusinato Osvaldo	Roncegno		
Gaiotto Antonio	Borgo V.na		
Giacomozzi Domenico ¹³⁸⁰	Segonzano		
Giuliani Luigi	Roncegno		
Guazzo Marco	Borgo V.na		
Ladini Sebastiano			
Lazzari Annibale			
Lira Giacomo	Castelnuovo		
Margoni Costante			
Martignoni Giuseppe	Novaledo	Andreatta Carlo	Costasavina
Martinelli dom Domenico	Centa	Andretta Giovanni	Bosentino ¹³⁸³
Merlo Enrico ¹³⁸¹	Covelo	Antonelli Bernardo (T)	
Merlo Francesco	Covelo	Angeli Giuseppe (RG)	Levico
Merlo Giuseppe	Covelo	Angeli Magoriano (RG)	Levico
Merlo Paolo	Covelo	Angeli Michele (RG)	Levico
Merlo Tommaso	Covelo	Arman Costante (T)	Barco
Moratelli Tiziano	Novadelo	Avancini Antonio (T)	Barco
Motter Clemente	Borgo V.na	Bachiet Fausto	
Palaoro Daniele	Novaledo	Bazzan Riccardo (RG)	Levico
Paoli Giuseppe	Novaledo	Berlanda Emanuele	
Passamani Domenico	Tenna	Bernabè Giuseppe	S. Giuliana (Lev.)
Perli Giobatta	Roncegno	Bernabè Orsola ¹³⁸⁴	S. Giuliana (Lev.)
		Bertol Pietro	Mezzolombardo

Bertoldi Albino	S. Giuliana (Lev.)	Gottardi Domenico ¹³⁸⁹	Roncegno
Bertoldi Attilio (RG)	S. Giuliana (Lev.)	Iob Giovanni	Dercolo
Bertoldi Giuseppe		Lenzi Antonio	
Bertoldi Paolo (T)		Libardi Domenica	
Bertoldi Pietro (T) ¹³⁸⁵		Libardi Fioravante (RG)	Barco
Betti Antonio (RG)	Tenna	Libardi Geremia	Levico
Bombasaro Alessandro	Castelnuovo	Libardi Giacomo	Selva (Lev.)
Bonella Antonio	Telve di Sopra	Libardi Giovanni (RG)	Levico
Broilo Bortolo (RG)	Levico	Libardi Giuseppe (T)	Levico
Broilo Maddalena	Levico	Libardi Gregorio (RG)	Levico
Caldara Antonio ¹³⁸⁶		Libardoni Alessandro (T)	Levico
Caldonazzi Francesco (T)	Levico	Lorenzini Carlo	Levico
Capra Giuseppe (RG)		Lorenzini Francesco	Levico
Carlini Giovanni (ou Giuseppe)	Caldonazzo	Lorenzini Giacomo	Levico
Casale G. B.	Levico	Lorenzini Terenzio	Levico
Celva Giovanni ¹³⁸⁷		Lunz Evaristo	Selva (Lev.)
Cetto Domenico	Levico	Magnago Carlo	Levico
Cetto G. B.	Levico	Magnago Ottavio	Levico
Cetto Michele (T)	Levico	Magnago Pietro	Levico
Ciola Emanuele (T)	Caldonazzo	Magnago Riccardo	Levico
Colman (ou Culmano) Gustavo	Levico	Marchiori Luigi (ou Melchiori)	
Coradello Giacomo	Castelnuovo	Marcolla Antonio	
Curzel Bartolomeo (T)	Caldonazzo	Martinelli Angelo (T)	
Curzel Giuseppe (RG)	Caldonazzo	Martinelli Valentino (T)	Barco
Dallastra Valentino (RG)	Barco	Mattei (ou Mattè) Camillo (RG)	Caldonazzo
Dalmaso Pietro	Selva (Lev.)	Mattei (ou Mattè) Domenico (RG)	Caldonazzo
Debortoli Antonio	Ronchi	Menegazzi Bortolo (T) ¹³⁹⁰	
Degregori G. B.	Mezzolombardo	Merlo Michele	
Eccel Bortolo	Levico	Molinari Antonio	Borgo V.na
Eccher Giovanni (RG)	Caldonazzo	Moschen Antonio	Quaere (Lev.)
Eccher Sisto (RG)	Caldonazzo	Moschen G. B. (RG)	Levico
Endrizzi Marianna	Dercolo	Moschen Giuseppe (T) ¹³⁹¹	Selva (Lev.)
Erla Domenico (RG)	Levico	Moschen Giuseppe	Levico
Espem Ottavio (T)	Levico	Moser Carlo	Barco
Faes Claudiano ¹³⁸⁸		Moser Giovanni ¹³⁹²	Barco
Filippi Clementino (T)		Motter Clemente ¹³⁹³	Roncegno
Foches Andrea	Levico	Negri Clemente (RG)	Levico
Fontana Antonio		Noelli Antonio	
Franco Angelo (ou G. B.) (T)	Caldonazzo	Oss Bortolo	Vignola
Franzoi Francesco (RG)	Castelnuovo	Pallaoro G. B. (T)	Quaere (Lev.)
Franzoi Paolo (RG)	Castelnuovo	Pallaoro Lazzaro	Selva (Lev.)
Frisetti Paolo		Pallaoro Margherita	S. Giuliana (Lev.)
Froner Giuseppe (RG)	Levico	Pallaoro Michele (RG)	Quaere (Lev.)
Furlan G. B.	Selva (Lev.)	Paoli Francesco	Levico
Furlan Giuseppe	Selva (Lev.)	Parotto Agostino	Villa Agnedo
Furlan Zeffirino	Selva (Lev.)	Partele Amadeo	
Gabrielli Emilio	Levico ou Barco	Partele Antonio	Castelnuovo
Gabrielli G. B.	Levico	Partele Giuseppe	Castelnuovo
Gabrielli Massimiliano	Levico	Passamani Pietro	Selva (Lev.)
Gabrielli Pietro (RG)	Barco	Passamani Temistocle	Barco
Gaigher Pietro	Levico	Peretti Carlo (RG)	Levico
Gaigher Taddeo	Levico	Petri Cesare	S. Giuliana (Lev.)
Gaigher Tommaso	Barco	Pezzi Francesco (RG)	Dercolo
Ghesla Giacomo (RG)	Caldonazzo	Pezzi Gioseffa (RG)	Dercolo
Ghesla Domenico		Pezzi Giovanni (RG)	
Giacomelli Gabriele		Piazzarollo Pietro	Levico
Gianeselli Elia	Levico	Piccoli Giuseppe (T) ¹³⁹⁴	

Poffo Luciano (T)	Levico
Pola Francesco	Caldonazzo
Polliot (ou Polioti) Luigi	
Pompermaier Cristiano	Roncegno
Raota Arcangelo (RG)	Levico
Raota G. B.	Barco
Raota Quirino	Barco
Rigotti Andrea	Mezzolombardo
Rigotti Antonio	
Rigotti Emanuele	Mezzolombardo
Sartori Achille	
Sartori Antonio	Levico
Sartori Lodovico	
Sartori Pietro	Levico
Serafini Ferdinando (RG)	Tenna
Smarzaro Francesco	Castelnuovo
Stefanon Antonio	
Sterzel Pietro	Roncegno
Strada Domenico (RG)	Caldonazzo
Tartarotti Rosa (RG)	Levico
Tomaselli Giuseppe ¹³⁹⁵	Levico
Tom(m)asi Alberto (RG)	Barco
Tom(m)asi Egidio (RG)	Barco
Tom(m)asi Guglielmo (RG)	S. Giuliana (Lev.)
Tom(m)asi Quirino (RG)	Barco
Tomasini Carlo	
Tonioli Bernardo	Barco
Trisotto Giustina	Samone
Valentini Andrea (RG)	Tenna
Valentini Vincenzo	Levico
Valentini Demetrio	Levico
Vettorazzi Antonio (RG)	Levico
Vettorazzi Natale	Barco
Vettorazzi Pietro ¹³⁹⁶ (RG)	S. Giuliana (Lev.)
Vettorazzi Pietro	Levico
Vettorazzi Pietro ¹³⁹⁷	Levico
Zambiasio Giovanni (RG)	Levico
Zambiasio Zeffiro (RG)	Levico
Zanottelli Giacomo	
Zurlo Antonio < Meneghin > (RG)	
Zurlo Francesco	Ronchi

Colonos trentinos que foram para Santa Leopoldina

Agostini Giovanni	Caldonazzo
Andermarchel(r) Francesco	Roncegno
Andreatta Lazzaro	Campiello (Lev.)
Anesini Antonio	Pergine
Anesini Giovanni	Pergine
Angeli Battista	Novaledo
Angeli Daniele	Novaledo
Angeli Giovanni	Novaledo
Angeli Luigi	Novaledo
Armellini Tommaso	Roncegno
Armani Anselmo	Pannone

Armani Carlo	
Arnoldo Leopoldo	Madrano
Artioli Giuseppe	
Avancini Adone	Selva (Lev.)
Avancini Antonio	
Avancini Pietro	Selva (Lev.)
Baitella Antonio	Madrano
Baitella G. B.	Madrano
Baldessari Margherita ¹³⁹⁸	Nogaredo
Baldo Fioravante	
Banal Alessandro	
Barotto Augusto	Novaledo
Bason (?)	
Bassetti Francesco	
Bassetti Pietro	
Battisti Battista	Calliano
Battisti G. B.	Calliano
Belumat Cirillo	Novaledo
Berlanda Arcangelo	Madrano
Bertoldi Pietro	Roncegno
Bettini Francesco	
Bolognani Angelo	
Bolognani Luigi	
Bonmassar Costante	Levico
Bonec(c)her Prospero	Borgo V.na
Bortolini Filippo	Centa
Bortolini Giuseppe	Centa
Boso(a) Celeste	
Boso Lorenzo	Canal S. Bovo
Bottura Angelo	Caldonazzo
Bridi Giuseppe	Mattarello
Broilo Domenico	Mattarello
Broso Angelo	Caldonazzo
Cappelletti Giuseppe	
Carlini Giovanni	Mattarello
Carraro Francesco	Villa Agnedo
Casagrande Giuseppe	
Casotti Paolo	
Casteluber Davide	Novaledo
Casteluber Giuseppe	Novaledo
Cattani Antonio	
Cestar Leonardo	Mattarello
Ceschini Antonio	
Ceschini Giovanni ¹³⁹⁹	
Cetto Annibale	
Chesani Giovanni (RG)	
Chistè Antonio	
Chistè Francesco (RG)	
Chistè Giovanni	Lasino
Chistè Giuseppe	
Comper Leonardo	Besenello
Cordini Giuseppe (T)	
Corn Teresa	Novaledo
Corradi Benedetto	Stenico
Corradini Domenico	
Cortelletti Giuseppe	Mattarello
Coser Angelo	Aldeno

Coser Antonio	Aldeno	Gasperi Angelo	Caldonazzo
Coser Carlo		Gasperi Francesco ¹⁴⁰¹	Roncegno
Coser Carlo < Minghel >	Aldeno	Gasperi Giuseppe ¹⁴⁰²	Roncegno
Coser Giovanni	Aldeno	Gasperazzo Caterina	Novaledo
Coser Giovanni ¹⁴⁰⁰		Gasperazzo Domenica (o)	
Coser Michele		Gasperazzo Giorgio	Novaledo
Coslop Pietro		Giacomelli Giuseppe	
Costa Caterina	Novaledo	Girardelli Crisostomo	Scurelle
Costa Giuseppe	Caldonazzo	Geller Cesare ¹⁴⁰³	
Costa Pietro	Novaledo	Geller Maria ¹⁴⁰⁴	
Cuel Eugenio		Gottardi Francesco (T)	
Dalbosco Anselmo		Gottardi Giuseppe I	Cembra
Dalcolmo Giovanni	Madrano	Gottardi Giuseppe II ¹⁴⁰⁵	
Dallafontana Antonio		Gottardi Isidoro	Cembra
Dallapiccola Giuseppe	Novaledo	Gozer Domenico	Novaledo
Dalmaso Giordano	Selva (Lev.)	Gremes Primitivo	
Dalmonech Pietro	Verla	Gurrer Giovanni	
Dalpiaz Martino		Lamber Antonio	Centa
Dalprà Matteo	Novaledo	Lamber Vigilio	Centa
Dalsass(o) Francesco		Lazzari Antonio	Caldonazzo
Dalsass(o) Lorenzo (T)		Lazzarini Pietro	Albiano
Debiasi Giovanni		Leder Antonio	
Debortoli Antonio	Ronchi	Lenzi Antonio	
Decarli Domenico	Vigalzano	Lenzi Pietro	Samone
Degasperi Giovanni	Ravina	Libardoni Antonio	Selva (Lev.)
Degasperi Matteo		Lira Giacomo	Castelnuovo
Depaoli Bortolo		Loss Carlo	
Diprè Lorenzo	Centa	Loss Giovanni	
Donati Battista	Novaledo	Loss Santo	Caoria
Dorigatti Antonio		Loss Vincenzo	Caoria
Eccher Domenico	Novaledo	Luner Emanuele	
Eccher G. B.	Folgaria	Manfrini Teresa	Noriglio
Favro Giuseppe	Susà	Margon Angelo	Novaledo
Fedele Andrea	Telve	Margon Antonio	Novaledo
Felicetti Domenico	Roncegno	Margon Domenica	Novaledo
Feller Simone	Besenello	Margon Giuseppe	Novaledo
Ferrari Francesco		Margon Pietro	Novaledo
Ferrari Giovanni	Mattarello	Martinelli Andrea	Centa
Ferrari Giovanni (filho)	Mattarello	Martinelli Anselmo	
Ferrari Tommaso	Mattarello	Martinelli dom Domenico	Centa
Filippi Alessandro	Campiello (Lev.)	Martinelli Domenico	
Fontana Antonio		Martinelli Fedele	Centa
Fontana Giovanni		Martinelli Gioacchino	
Fontana Giusto		Martinelli Giorgio	Novaledo
Fontana Marco		Martinelli Pietro	
Fontana Silvestro		Mattedi Giacomo	Ravina
Fracalossi Domenico	Mattarello	Marin Antonio ¹⁴⁰⁶	
Fracalossi Giuditta	Mattarello	Marin Giuseppe	
Franceschini Leonardo	Vigolo (?)	Menestrina Celeste	
Frizzera Anselmo	Mattarello	Menestrina Francesco	Mattarello
Furlani Luigia		Mer Daniele	Novaledo
Furlani Valentino		Merlo Francesco	Covelo
Gadotti Raffaele		Merci Giorgio	
Gaiotto Antonio	Borgo V.na	Michelon Felice	
Galter Giovanni	Novaledo	Modena Giuseppe	
Gamberotti Maria	Madrano	Montibeller Giovanni(Domenico)	Roncegno
Gasperi Adolfo (T)		Montibeller Paolo	Roncegno

Moschen Achille	Selva (Lev.)	Rover Francesco	Roncegno
Moschen Enrico	Selva (Lev.)	Sandri Giuseppe	Villa Agnedo
Moschen Giovanni	Selva (Lev.)	Sandrini Francesco	
Moser Giovanni	Madrano	Scalzer Francesco	Roncegno
Motter Clemente ¹⁴⁰⁷	Roncegno	Scalzer Giovanni	Novaledo
Nardelli Emanuele	Mattarello	Scalzer Marianna	Roncegno
Nardelli Valentino		Sempi Antonio	
Nicoletti Emanuele	Mattarello	Spagnolli Domenico	
Nicolini Carlo	Strigno	Sperandio Costantino	Caoria/Transacqua ¹⁴¹²
Nicolini Giacomo		Stelzer Antonio	Vigalzano
Nunz (ou Ninz) Giovanni		Stelzer Luigi	Vigalzano
Oss Domenico		Stringhel Angelo	
Oss Giovanni	Vigalzano	Stroppa Prospero	Borgo V.na
Pallaoro Agostino	Novaledo	Tais Gedeone (T)	Pergine
Pallaoro Antonio	Novaledo	Tamanini Domenico	Mattarello
Paoli Giovanni	Novaledo	Tamanini Lorenzo I	Mattarello
Paoli Giuseppe	Novaledo	Tamanini Lorenzo II	Mattarello ¹⁴¹³
Paoli Paolo	Novaledo	Todeschi Battista ¹⁴¹⁴	
Passamani Giacomo	Levico/Novaledo ¹⁴⁰⁸	Toller Andrea	
Pedrini Angelo	Lasino	Toller Emanuele	Novaledo
Pegoretti Antonio	Mattarello	Toller Giuseppe	Novaledo
Pegoretti Domenico	Villazzano ¹⁴⁰⁹	Tomaselli Luigi	Strigno
Pellegrini Cristoforo		Tomasi Giovanni	
Perini Antonio	Mattarello	Tomasi Vigilio	Povo
Perini Giacomo	Mattarello	Tomasoni Francesco (ou Tomazzoni)	
Perini Giovanni		Tomazzoni Giuseppe	
Perotti G. B.	Mattarello	Tomè Leopoldo	Scurelle
Perotti Leonardo	Mattarello	Tonetta Andrea	
Perotti Valentino		Tonini Antonio ¹⁴¹⁵	
Pertel Antonio	Ronco	Tonini Lazzaro	Novaledo
Piffer Andrea		Turri Andrea (T)	
Piffer Valentino		Ueller Bortolo	Roncegno
Piva Ismaele		Ueller Luigi	Roncegno
Polo Giuseppe	Caldonazzo	Valandro Francesco	Castelnuovo
Pomarolli Matteo	Verla	Valandro Pietro	Castelnuovo
Postai Domenico	Roncegno	Venzo Giovanni	Borgo V.na
Postai Pietro I	Roncegno	Vivaldi G. B.	Mattarello
Postai Pietro II ¹⁴¹⁰		Vitti Caterina	Pergine
Prati Antonio	Caldonazzo	Wolf Pietro	Caldonazzo
Raffaelli Giovanni		Zampedri Ferdinando	Mattarello
Raffainer Antonio	Mattarello	Zanei G. B.	Vigalzano
Raffainer Domenico		Zanella Giovanni	Mattarello
Rais(z)er Adamo	Calliano	Zanghellini Angelo	Samone
Rassele Pietro	Selva (Lev.)	Zanetti Antonio	Roncegno
Ravagni Giuseppe		Zanoni Martino	
Recla Giovanni		Zanota G. B.	
Rella Domenico	Besenello	Zanotelli Agostino	Cembra
Rizzi Daniele	Mattarello	Zanotelli Giuseppe	
Roat Antonio	Ischia	Zanotelli Marianna	Cembra
Romagna Antonio		Zanotelli Paolo	Cembra
Romagna Battista ¹⁴¹¹		Zanotti Alessandro	
Romagna Ermenegildo	Roncegno	Zanotti Angelo	
Rosa Celeste	Novaledo	Zanotti Gioseffa	Cimone
Rosanelli Andrea	Tenna	Zanotti Giovanni	Cimone
Rosi Antonio	Besenello	Zen Giuseppe	Novaledo
Rossi Daniele		Zeni Antonio	Noriglio
Rossi Vigilio	Verla	Zeni Giovanni (RG)	

Zeni Giuseppe ¹⁴¹⁶	
Zonta Baldassare	
Zottele Luigi	Roncegno
Zottele Paolo	Roncegno
Zurlo Abramo	Novaledo

Trentinos que não entraram nas colônias

Casagrande Pietro	
De Maffei dom Eugenio	Cles
Filippi Francesco	
Falzolgher Narciso	
Gianordoli Ferdinando	
Gianordoli Pietro	
Tabacchi Carlo	Trento
Tabacchi Pietro	Trento

Trentinos que vieram para o Espírito Santo após a emancipação das colônias imperiais

Adami Giovanni	S. Leopoldina 1894	
Adami Guido	1894	
Andreatta Nicolò	S. Teresa	Novaledo
Angeli Giuseppe	Benevente 1889	
Avancini Francesco	S. Teresa	Levico
Banaletti Giuseppe	Benevente 1889	
Bellini Pietro	S. Teresa	
Bernabè Callisto		Levico
Bonvecchio Ferdinando	Benevente 1889	
Bortolotti Candido	Benevente 1889	
Brugnara Cipriano	Benevente 1889	
Brugnara Pietro	Benevente 1889	
Buffa Luigi	S. Teresa	Pieve Tesino
Cagol Simone	S. Teresa	
Campestrin Gregorio	Itapemirim 1886	
Caser Luigi	S. Teresa 1896	Caoria
Caser Sebastiano	S. Teresa	Caoria
Casotti Antonio	Benevente 1889	
Casotti Augusto	S. Teresa	
Cecco Isaia	S. Teresa 1893	
Cecco Gaetano	S. Leopoldina 1888	
Ceschini Giuseppe	S. Teresa	Lasino
Cetto Giustino	S. Teresa	Selva (Lev.)
Chiasara G. B.	S. Leopoldina 1894	
Chiogna Francesco	?	
Chesani Ernesto	Benevente 1889	
Cimadam Giovanni	Benevente 1889	
Ciola Domenico	1894	Roncegno
Cofler Antonio	S. Teresa	Besenello
Colp Paolo	Itapemirim 1886	
Concer Ferdinando	S. Leopoldina 1894	
Concer Giuseppe	S. Leopoldina 1894	
Cont Modesto	S. Teresa 1894	Aldeno
Corona Giacomo	S. Teresa 1888	Caoria
Corona Giacomo ¹⁴¹⁷	S. Teresa	
Corona Giuseppe	S. Teresa	Caoria
Corona Agostino ¹⁴¹⁸	S. Teresa circa 1895	Caoria
Coser Eugenio	S. Teresa	
Coser Lodovico	S. Teresa	Egna
Coser Giuseppe	S. Teresa	
Curzel Stefano	S. Teresa	Caldonazzo
Dallapiccola Carlo	S. Teresa	Novaledo

Dallapiccola Paolo	S. Teresa	
Dalmaso Giuseppe	S. Teresa	Levico
Dalprà Celestino	Itapemirim 1886	
Dalprà Vigilio	Itapemirim 1886	
Dalsasso Pietro	Itapemirim 1886	
Defant Pietro	S. Teresa	
Degasperi Giuseppe	S. Teresa	Ravina
Denicolò Giovanni	S. Teresa	
Eccel Osvaldo	Itapemirim 1886	
Eccher Angelo	S. Teresa	Calliano
Erler Giuseppe	S. Teresa	Verla
Faccio Maria	?	
Feller Angelo	S. Teresa	Calliano
Fiorentin Angelo	Itapemirim 1886	
Filippi Antonio	Benevente 1889	
Fontana Marco	S. Teresa	Castel Tesino
Forter G. B.	S. Teresa	
Franzot Antonio	?	
Furlan Francesco	S. Teresa	Villazzano ¹⁴¹⁹
Gaigher Leopoldo	Anchieta 1889	
Gervasio Giacomo ¹⁴²⁰	Benevente 1889	
Giovannini Giuseppe	S. Teresa	Lavis
Goller Angelo	S. Teresa 1894	
Gozzer Cecco	S. Teresa	
Gozzer Germano	S. Teresa	
Gozzer Luigi	S. Teresa	Novaledo
Lona Domenico	Benevente 1889	
Lona Francesco	Benevente 1889	
Loss Angelo	S. Teresa 1888	Caoria
Loss Domenico ¹⁴²¹	S. Teresa 1888	Caoria
Loss Fiore < Fraurim>	S. Teresa	Caoria
Loss Fiore < Pradine>	S. Teresa	Caoria
Loss Giacomo	S. Teresa 1888	Caoria
Loss Grazioso	S. Leopoldina 1890	
Loss Massimino	S. Teresa 1888	Caoria
Loss Matteo	S. Teresa 1890	Caoria
Loss Mosè	S. Teresa 1888	Caoria
Loss Raffaele	S. Teresa 1888	Transacqua/Caoria
Loss Venanzio	S. Teresa 1887	Caoria
Loss Vigilio	S. Leopoldina 1889	
Loss Vincenzo I	S. Teresa 1888	Caoria
Loss Vincenzo II ¹⁴²²	S. Teresa 1888	Caoria
Ma(e)deotti Antonio	S. Teresa	
Malfer Domenico	S. Teresa	
Marcata Domenico	Benevente 1889	
Marcata Simone	Benevente 1889	
Marchetti Antonio	1888	
Marchetti Giovanni	1888	
Marchi Eugenio	S. Teresa	Verla
Margon Giovanni	1891	
Montibller Felice	Itapemirim 1886	
Mazzalai Luigi	S. Teresa	
Mazzalai Tommaso	S. Teresa	
Oberosler Bortolo	Itapemirim 1886	
Orsingher Daniele	S. Leopoldina	
Paoli Antonio	S. Leopoldina 1888	
Pagonatto Giovanni	1891	
Pedrini Gaetano	S. Teresa	Lasino

Pedrolli Florestano	S. Teresa	Caldonazzo
Pedrotti Francesco	S. Teresa	
Petri Domenico	1889	
Pisetta Carlo	Benevente 1889	
Pisetta Domenico I	Benevente 1889	
Pisetta Domencio II ¹⁴²³	Benevente 1889	
Pisetta Giovanni	Benevente 1889	
Pisoni Santo	S. Teresa	
Plotegher Giovanni	S. Teresa	
Postal Cirillo	Benevente 1889	
Postinghel Angelo	S. Leopoldina 1894	
Postinghel Casimiro	S. Leopoldina 1894	
Rais(z)er Giuseppe	S. Leopoldina	
Rattin(i) Giacomo	S. Teresa	Canal S. Bovo
Rattin(i) Vigilio	S. Teresa 1888	Canal S. Bovo
Reich Antonio ¹⁴²⁴	S. Leopoldina	
Rizzoli Costante	S. Teresa	Verla
Roat Angelo	Benevente 1889	
Roat Riccardo	S. Teresa	Ischia
Ronchetti Emilia	S. Teresa	Vezzano
Ronchetti Germano	Benevente 1889	
Rossi Giuseppe	1889	
Sartori Costante	S. Teresa	Verla
Sperandio Angela	S. Leopoldina	
Sperandio Carlo ¹⁴²⁵	S. Leopoldina 1888	Caoria
Sperandio Cesare	S. Teresa 1888	Caoria
Sperandio Domenico	S. Leopoldina 1888	Caoria
Sperandio Egidio	S. Teresa 1888	Caoria
Sperandio Ernesto	S. Leopoldina 1890	
Sperandio Fortunato Ambrogio	S. Teresa 1890	Caoria
Sperandio Giacomo	S. Leopoldina	Transacqua/Caoria
Sperandio Giovanni ¹⁴²⁶	S. Teresa	Caoria
Sperandio Paolo	S. Leopoldina 1889	Caoria
Stefenon Pietro	S. Leopoldina 1888	
Stricker Agostino	Itapemirim 1886	
Stricker Paolo	Itapemirim 1886	
Tafner Domenico	S. Teresa	Mattarello
Tarter Leonardo	?	
Taufer Bartolomeo	S. Leopoldina 1889	
Taufer Matteo	S. Leopoldina 1888	Caoria
Taufer Michele	S. Leopoldina 1890	Transacqua/Caoria
Taufer Valentino	S. Leopoldina 1889	Transacqua/Caoria
Ticò Giovanni	Itapemirim 1886	
Tiecher Antonio	S. Teresa	Caldonazzo
Tomasi Andrea ¹⁴²⁷	S. Teresa	
Tomasi Domenico	S. Leopoldina 1887	
Tomasi Giuseppe	Benevente 1889	
Tomasini Battista ¹⁴²⁸	S. Teresa	Transacqua
Toniatti Giuseppe	Benevente 1889	
Tonini Giuseppe ¹⁴²⁹	S. Teresa	
Turri Luigi	?	
Venturini Bortolo	1893	
Zambaldi Eugenio	S. Teresa	Terlago
Zampedri Orsola	S. Teresa	
Zani Carlo	S. Teresa	Levico
Zeni Federico	?	
Zeni Giuseppe	?	
Zortea Vincenzo	S. Teresa	
Zottele Pietro	Itapemirim 1886	

Notas

- 1380 Em documentos brasileiros consta como Giacomoni. Em *Il Raccogliitore* de 05/01/1875 encontra-se o nome correto.
- 1381 Não sabemos se Enrico e Giuseppe faziam parte das famílias de Francesco, Paolo e Tommaso, que certamente tinham filhos, cujos nomes desconhecemos.
- 1382 A alteração de um nome que poderia ter sido Battisti encontra-se em um documento brasileiro. Bolognani foi citado em um outro e em um contexto que poderia indicá-lo como componente da *Expedição Tabacchi*. Tonini Giuseppe era genro de Damaso Paolo e em 1875 estava com certeza na Leopoldina. Giotti ou Piotti Antonio consta de mais de um documento brasileiro, mas poderia tratar-se de Gaiotto Antonio, que já citamos. Nas listas de que dispomos encontra-se Cappelletti Giobatta, de Novaledo, com esposa e 4 filhos. A *La Voce Cattolica* de 16/07/1874 anuncia a morte de Giacomo Cappelletti, de Covelo (uma criança) e o *Raccogliitore* de 05/01/1875 refere-se a Orsola Cappelletti, viúva de Giacomo. Enfim, vários documentos brasileiros se referem aos 7 filhos desta viúva.
- 1383 Segundo um documento brasileiro, Giovanni (de Bosentino) era filho de Antonio.
- 1384 Viúva Passamani.
- 1385 De acordo com as nossas listas, um deles partiu de Roncegno, mas o nome é comum no Trentino e na colônia havia outros de S. Giuliana.
- 1386 Citado apenas em um documento de Pacca que o definia “tirolês”.
- 1387 Citado apenas em um documento brasileiro, onde se lê Selva ou Silva.
- 1388 Caso dúbio: no documento brasileiro está escrito Teis.
- 1389 O nome poderia também ser Francesco.
- 1390 (Ou Meneguzzo). Em alguns documentos definido como “italiano”, foi para o Paraná.
- 1391 vulgo “Carbonaro”.
- 1392 vulgo “Solandro”, em um documento brasileiro declarava ter nascido em Mezzolombardo.
- 1393 Deve ser o mesmo que foi também para a Leopoldina.
- 1394 Em alguns documentos definido “italiano”, foi para o Paraná.
- 1395 Os filhos nascidos em Roncegno.
- 1396 vulgo “Bazzan”.
- 1397 vulgo “Casolar”.
- 1398 ou Baldessarini.
- 1399 ou Gioacchino.
- 1400 O primeiro casado com Domenica, o segundo com Teresa.
- 1401 ou Gaspari.
- 1402 ou Gaspari.
- 1403 ou Guller.
- 1404 Ou Guller.
- 1405 O primeiro tinha 52 anos em '77, o segundo 26 em '75.
- 1406 Em outros documentos lê-se Mauri e também Manini e Moulin. Indicamos Marin porque há indícios de que poderia tratar-se de oriundos do vale de Primiero, e de Mezzano partiram alguns Marin.

- 1407 Solteiro, não se trata do mesmo que partiu com Tabacchi.
- 1408 Nascido em Levico e residente em Novaledo.
- 1409 O filho Giovanni era de Villazzano.
- 1410 Era provavelmente filho de Pietro, vulgo "Vestro".
- 1411 Com este nome emitiu-se um passaporte em Mezzano em 1878 e neste mesmo ano Battista chegou à Leopoldina.
- 1412 Muitos de Caoria, por motivos que desconhecemos, estavam incluídos nas listas de emigração do Município de Transacqua.
- 1413 De acordo com as listas brasileiras, o primeiro chegou em 1875 com Caterina e Giuseppe e o segundo a Santa Cruz com Caterina, Cesare, Ida. Segundo as nossas listas, partiram ao menos 4 de Mattarello.
- 1414 Ou Todesch, ou ainda Todesco.
- 1415 Um filho de Lazzaro chamava-se Antonio.
- 1416 Um filho de Antonio chamava-se Giuseppe.
- 1417 O primeiro Giacomo chegou em 1888, casado com Caterina. O segundo casou-se em 1899 aos 25 anos de idade (filho de Giovanni e Maria).
- 1418 Certos indícios sugerem a presença de dois Corona Agostino em Santa Teresa.
- 1419 Com dois filhos que se casaram em Santa Teresa, Fortunato nascera em Villazzano.
- 1420 Em outra lista é descrito como Giacomo Gervasio.
- 1421 Há indícios da possível presença de dois Loss Domenico em Santa Teresa.
- 1422 O primeiro era de 1863 e o segundo de 1861. Havia um terceiro Vincenzo que chegara nos anos '70.
- 1423 O primeiro tinha 67 anos e o segundo 38 em 1889.
- 1424 Casado com uma austríaca, provavelmente de língua alemã, dizia-se entretanto originário de Trento.
- 1425 De acordo com a lista brasileira, chegou com três irmãs. Segundo as listas em nosso poder, emigraram também os pais (Giovanni e Giuseppa) e outros irmãos.
- 1426 Um Giovanni era o pai de Carlo, casado com Giuseppa. Mas em 1898 casava-se Agata, filha de Giovanni e Domenica.
- 1427 O filho Augusto nascera no Estado de São Paulo, mas sua origem trentina é indicada, além do próprio nome, por aquele da esposa, Libera Gozzer.
- 1428 Assassinado em Tabocas em 1906 juntamente com a esposa, Luigia Taufer, originária de Caoria.
- 1429 Dois filhos casaram-se em Santa Teresa, dentre eles Teodora, que nascera em Santa Catarina (Brasil).

N. E. O APEES possui uma base de dados com registros dos imigrantes que desembarcaram no Espírito Santo desde 1812. As listas são atualizadas diariamente na medida em que novas informações são localizadas em documentos da instituição ou fornecidos por pesquisadores e familiares. O *Projeto Imigrantes Espírito Santo*, iniciado em 1995, contém dados pessoais e genealógicos dos imigrantes, bem como anotações sobre a origem, viagem, destino, observações genéricas entre outras informações. A fotografia do imigrante, quando fornecida com a devida identificação, é impressa juntamente com todos os dados disponíveis em um relatório de impressão denominado *Registro de Entrada de Imigrante*.

Bibliografia

Bibliotecas consultadas:

- 1) Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória.
- 2) Biblioteca Municipal – Trento.
- 3) Biblioteca Convento Capuchinhos – Trento.
- 4) Biblioteca Convento Franciscanos – Trento.
- 5) Biblioteca do Centro de Estudos da Emigração - Roma.
- 6) Biblioteca do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Vitória
- 7) Biblioteca M. S. de Novaes (junto ao APEES) – Vitória.

Arquivos e centros de documentação consultados:

- 1) Arquivo Diocesano – Trento.
- 2) Arquivo do Estado – Trento.
- 3) Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.
- 4) Arquivo Paroquial – Besenello.
- 5) Arquivo Paroquial – Calliano.
- 6) Arquivo Paroquial – Caoria.
- 7) Arquivo Paroquial – Mattarello.
- 8) Arquivo Paroquial – Mezzano.
- 9) Arquivo Paroquial – Pieve di Transacqua.
- 10) Arquivo Paroquial – Sagron-Mis.
- 11) Arquivo Paroquial – Santa Leopoldina.
- 12) Arquivo Paroquial – Santa Teresa.
- 13) Arquivo Paroquial – Vigolo Vattaro.
- 14) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Vitória
- 15) Arquivo Histórico Municipal – Aldeno.
- 16) Arquivo Histórico Municipal – Canal S. Bovo.
- 17) Arquivo Histórico Municipal – Civezzano.
- 18) Arquivo Histórico Municipal – Fiera di Primiero.
- 19) Arquivo Histórico Municipal – Imer.
- 20) Arquivo Histórico Municipal – Sagron-Mis.
- 21) Arquivo Histórico Municipal – Sior.
- 22) Arquivo Histórico Municipal – Tonadico.
- 23) Arquivo Histórico Municipal – Transacqua.
- 24) Arquivo Histórico da Arquidiocese de Vitória.
- 25) Serviço Histórico e Documentação Ministério Relações Exteriores – Roma.

Outros documentos encontramos junto a:

- 26) Museu da Escola Educandário Seráfico S. Francisco de Assis – Santa Teresa.
- 27) Padre José Cortelletti – Santa Teresa.
- 28) Virgílio Tomasi – Santa Teresa.
- 29) Leandro Roberto Feitoza – Venda Nova do Imigrante.

Obras (diversas línguas)

N.B.: Não foram incluídos os numerosos Relatórios presidenciais e ministeriais a que nos referimos (em grande parte) ao longo do livro, assim como os Relatórios de outras instituições.

AA.VV. *Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de história*, São Paulo 1969.

AA.VV. *Emigrazione Trentina*, Arti Grafiche Manfrini 1978.

AA.VV. *Gli italiani fuori d'Italia*, Fond. Brodolini, Franco Angeli 1983.

AA.VV. *Imigração Italiana: estudos*, UCS/EST, Caxias do Sul 1979.

AA.VV. *La società italiana di fronte alle prime migrazioni di massa*, a cura del Centro Studi Emigrazione, Ed. Morcelliana.

AA.VV. *L'Emigrazione trentina negli Stati Uniti 1870-1939*, Ed. Museo degli usi e costumi della gente trentina.

AA.VV. *Popolazione, assistenza e struttura agraria nell'Ottocento trentino*, Trento 1978.

AA.VV. *Storia d'Italia*, Edizioni Einaudi.

AA.VV. *Un secolo di emigrazione italiana: 1876-1976*, a cura del Centro Studi Emigrazione, Roma 1978.

Aguiar A. *O café no Estado do Espírito Santo. Detalhes da defesa no período de julho de 1928 a outubro de 1930*, Rio de Janeiro 1932.

Aguirre A. *Monographia sobre a imigração em geral e particular no Estado do Espírito Santo*, Niterói 1934.

Almada V. P. Ferreira de *Escravidão e transição. O Espírito Santo (1850-1888)*, São Paulo 1984.

Almeida C. A. *O desbravamento das selvas do Rio Doce: memórias*, II Ed., Rio de Janeiro 1978.

Amancio Filho *A imprensa no Espírito Santo* in RIHGES n. 3, ano 1924 e n. 4, ano 1925.

Amaral B. do *Os grandes mercados de escravos africanos. As tribus importadas. Sua distribuição regional* in << Revista do Instituto Histórico >>, Rio de Janeiro 1904.

Antonelli Q. *Fede e lavoro: ideologia e linguaggio di un universo simbolico. Stampa cattolica trentina tra '800 e '900*, Trento 1981.

Araujo Filho J. R. *O porto de Vitória*, Tese de mestrado, Universidade de São Paulo 1974.

Armitage J. *História do Brasil*, Ed. Valverde, Rio de Janeiro 1943.

Assis F. E. de *Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo*, Ed. Vida Capichaba.

Assis F. E. de *Levante dos escravos do distrito de S. José do Queimado*, Vitória 1948.

Associazione Trentini del Mondo 1875-1975. *La storia leggendaria dei trentini in Brasile*, Trento 1975.

Athayde A. *A gênese do café Capitania* in RIHGES n.10, ano 1936/37.

Azevedo Thales de *Italianos e gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, II Ed., Rio de Janeiro 1982.

Balestrero H. L. *O povoamento do Espírito Santo (a marcha da penetração do território)*, Viana 1976.

Barberis C. *Le migrazioni rurali in Italia*, Feltrinelli 1960.

Bartolotti D. *Il Brasile Meridionale*, Roma 1930.

Battistel A. I. *Colônia italiana. Religião e costumes*, Ed. EST.

Battistel A. I. – Costa R. *Assim vivem os italianos. Vida, história, cantos, comidas e estórias (vol. 3)*, Ed. EST/EDUCS.

Battisti C. *Il Trentino, cenni geografici, storici, economici, com un'appendice sull'Alto Adige*, Novara 1919.

Battisti C. *Il Trentino, saggio di geografia fisica e di antropogeografia*, Trento 1898.

- Battisti C. *Scritti politici e sociali* a cura di R. Monteleone, Firenze 1966.
- Bellucci A. *L'emigrazione agricola al Brasile. Nozioni Agricole* in BOE, 15 agosto 1913, n. 10.
- Betta G. *Il movimento cattolico trentino fra '800 e '900. Organizzazione e ideologia* in <<Materiali di lavoro>> n. 9/10, gennaio/giugno 1980.
- Bezzi C. *Igiene naturale nel Trentino*, Ed. Monauni 1866.
- Biard A. F. *Deux années au Brésil*, Parigi 1862.
- Bissoli O. *Memórias de um imigrante italiano*, Vitória 1979.
- Bittencourt G. A. de Mello *Esforço industrial na República do café. O caso do Espírito Santo 1889/1930*, Vitória 1982.
- Bittencourt G. A. de Mello *Espírito Santo: a indústria de energia elétrica no Espírito Santo 1889/1978*, Ed. Fundação Jones dos Santos Neves.
- Bittencourt G. A. de Mello *O café na formação da infra-estrutura capixaba (1870-1889)* in AA. VV. <<O café no Brasil>> Ed. Min. da Indústria e Com. e Inst. Brasileiro do Café, Rio de Janeiro 1978.
- Bollettino delle leggi dell'Impero, Puntata XXXIII, n. 68.
- Bollettino delle leggi e delle ordinanze per la Contea Principesca del Tirolo e per il Vorarlberg, Annata 1869, Puntata X.
- Bomfim C. *Salvanêlo, A montanha e o vento*, Belo Horizonte 1975.
- Bonatti M. *Acculturazione linguistica. Il dialetto delle colonie trentine in Brasile*, Ed. Museo degli usi e costumi della gente trentina.
- Bonfanti N. R. *Relazione generale sull'emigrazione trentina (Primo Congresso Generale dell'emigrazione trentina in Trento)*, Grigoletti 1912.
- Bortoli B. – Grandi C. *Un secolo di legislazione assistenziale nel Trentino (1814-1918)*, Scuola Sup. di Servizio Sociale, Trento 1983.
- Brentari O. *Guida del Trentino*, Forni Editore, Bologna.
- Briani V. *Dalle valli trentine per le vie del mondo*, Trento 1980.
- Buarque de Holanda S. *História geral da civilização brasileira*, São Paulo 1967.
- Busatto L. *A imigração italiana e o I Centenário de Ibiracú (1877-1977)* in <<A Gazeta>> de 07/08/1977.
- Busatto L. *A insurreição branca* in <<UFES – Revista de cultura>>, n. 8, agosto/settembre 1878.
- Busatto L. *A revolta de Nova Lombardia* in <<A Gazeta>> de 02/02/1978.
- Cabral O. *Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*, Brusque 1958.
- Caloen G. de *A Catechese dos índios no Brasil*, Rio de Janeiro 1919.
- Camera di Commercio e Industria in Rovereto *Rapporto statistico della C.C.I. in Rovereto per l'anno 1870*.
- Camera di Commercio e Industria in Rovereto *Relazione statistica della C.C.I. in Rovereto per l'anno 1875*.
- Camera di Commercio e Industria in Rovereto *Relazione statistica della C.C.I. in Rovereto per l'anno 1880*.
- Camera di Commercio e Industria in Rovereto – Ufficio per la mediazione del lavoro *Gli emigranti del Trentino*, Grigoletti 1908.
- Camera di Commercio e Industria in Rovereto – Ufficio per la mediazione del lavoro *L'emigrante del Trentino in America*, Rovereto 1909.
- Cardoso F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro 1977.
- Carneiro J. F. *Imigração e colonização no Brasil*, Rio de Janeiro 1950.
- Carvalho Daemon B. *Descoberta, história e estatística da Província do Espírito Santo*, Vitória 1879.
- Cavatti G. B. *História da imigração italiana no Espírito Santo*, Vitória 1973.
- Coeelho Cintra J. C. *A fundação de Caxias* in RIHGES, ano 1935, n. 8.

- Coleção das leis do Império do Brasil* (vários anais).
- Conrad R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro 1978.
- Coppola G. *Il mondo della produzione e del lavoro in AA.VV. << Ex voto, tavolette votive nel Trentino, religione, cultura e società >> a cura di G. Belli, Trento 1981.*
- Corsini U. *Per uno studio del fenomeno migratorio trentino nella prima metà del secolo decimonono* in << Atti del I Convegno Storico Trentino >>, Trento 1955.
- Costa A. *I Vescovi di Trento. Notizie-profilo*, Trento 1977.
- Costa A. *La Chiesa di Dio che vive in Trento. Compendio di notizie e dati*, Trento 1986.
- Costa Pacheco R. J. *Medicina popular em S. Mateus*, Vitória 1963.
- Costa Pacheco R. J. *Os primeiros anos (conflitos nas colônias agrícolas espírito-santenses. 1847-1882)* in AA. VV. << Estudos em homenagem a Ceciliano Abel de Almeida >>, Vitória 1978.
- Costa R. *Antropologia visual da imigração italiana*, Ed. UCS/EST, 1976.
- Dall'Aste Brandolini A. *Emigrazione all'Espírito Santo (Brasile)* in BMAE, abril 1896.
- Dall'Aste Brandolini A. *La colonizzazione nell'Espírito Santo (Brasile)*, in BMAE, junho 1896.
- Dall'Aste Brandolini A. *Le opere pubbliche nello Stato di Espírito Santo*, in BMAE, novembro 1895.
- D'Apremont B. – Gillonay B. *Comunidades Indígenas, Brasileiras, Polonesas e Italianas no Rio Grande do Sul*, Ed. UCS/EST.
- De Biase Ferrari A. *Contribuição para o estudo da colonização no Espírito Santo: estado sanitário da colônia de S. Leopoldina no primeiro lustro da sua existência* in RIHGES, n. 25/27, ano 1964/1966.
- De Boni L. A. *La Merica. Escritos dos primeiros imigrantes italianos*, Ed. UCS/EST 1977.
- De Boni L. A. – Costa R. *Os italianos do Rio Grande do Sul*, Ed. EST/UCS/Vozes.
- De Felice R. (a cura di) *L'emigrazione italiana in Brasile 1800-1978*, Fondazione G. Agnelli 1980.
- De Firna A. L. – Ravelo A. C. *Climatologia e Fenologia Agrícola*, II Ed., Buenos Aires 1975.
- Del Vecchio G. S. *Sulla emigrazione permanente italiana nei paesi stranieri avvenuta nel dodicennio 1876-1887*, Bologna 1892.
- Demoner S. *Como foram povoadas as terras capixabas* in << Revista Instituto Jones de Santos Neves >>, n. 2, abril/junho 1986.
- Departamento Nacional do Café, Secção Estatística *Cultura de café no Brasil. Ensaio de corografia estatística (II, Estado do Espírito Santo)*, Rio de Janeiro 1942.
- Derenzi L. S. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1974.
- Dordi C. – Riccabona V. *Memoriale sulle strettezze e sui bisogni della parte italiana della provincia e sui mezzi onde recarvi sollievo, alla eccelsa I. R. Luogotenenza del Tirolo-Innsbruck*, Trento 1882.
- Doria de Vasconcelos H. *Oscilações do movimento migratório no Brasil* in RIC, ano I, 1940.
- Edelweiss F. G. *Tupís e Guaranís. Estudos de etnonímia e linguística*, Bahia 1947.
- Feitoza L. R. *Carta agraclimática do Estado do Espírito Santo, 1986*, EMCAPA, Escala 1:400.000.
- Filipuzzi A. *Il dibattito sull'emigrazione: polemiche nazionali e stampa veneta (1861-1914)*, Le Monnier 1976.
- Franceschini A. *L'emigrazione italiana nell'America del Sud*, Roma 1908.
- Franzina E. *Merica! Merica!* Feltrinelli Economia.
- Forcioni Alvin Z. M. *Emigração, família e luta: os italianos em São Paulo 1870-1920*, Tese de doutorado em história social, Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo 1983.
- Freitas de Almeida Mello J. *Índios do Espírito Santo* in RIHGES, ano 1961/63, n. 22/24.
- Frosi V. M. – Mioranza C. *Dialetos Italianos*, EDUCS 1983.

- Frosi V. M. – Mioranza C. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*, Ed. Movimento/ECS.
- Furtado C. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo 1985.
- Ganarini A. *Notizie di Brusque e Nova Trento ossia delle Colonie Itajahy e Principe Don Pedro nella Provincia di S. Cattarina del Brasile*. Trento 1880.
- Giacomoni F. *La Cooperazione del Trentino. Dalle origini al Partito Popolare di A. Degasperi*, Ed. Panorama.
- Gnerre M. *Os italianos do Espírito Santo: de qual Itália emigraram* in << UFES – Revista de Cultura >>, ano I, 1979.
- Gorfer A. *Le valli del Trentino* (2 vol.), Manfrini 1975/1977.
- Grandi C. *I nostri attivi e intraprendenti montanari emigrano cacciati dal suolo ingrato. Primi risultati di un'indagine sull'emigrazione trentina (1950/1900)* in AA.VV. << Un altro Veneto. Saggi e studi di storia dell'emigrazione nei secoli XIX e XX >> a cura di E. Franzina, Ed. Francisci.
- Grazzi E. *Il Brasile e l'emigrazione italiana* in << Politica Nazionale >> fevereiro/março 1923.
- Grosselli R. M. *Vincere o morire. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte I: Santa Catarina 1875-1890*, Ed. a cura della Provincia Aut. di Trento, Trento 1986.
- Grossi V. *Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di S. Paolo*, Ed. Dante Alighieri 1914.
- Grumelli A. *Il comportamento religioso degli immigrati* in << Studi Emigrazione >>, anno I, n. 2, fevereiro 1965.
- Guetti L. *Statistica dell'emigrazione americana avvenuta nel Trentino dal 1870 in poi compilata da un curato di campagna*, Trento 1888.
- Guida U. *Il Brasile e l'emigrazione italiana* in << Politica Nazionale >>, fevereiro/março 1923.
- Hees Carvalho R. *S. Maria de Jetibá. Uma comunidade teuto-capixaba*, Tese de mestrado em história, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo 1978.
- Hehl Neva A. *Getúlio Vargas e o problema da imigração e da colonização* in RIC, ano III, 1942.
- Hobsbawn E. J. *Il trionfo della borghesia 1848/1875*, Ed. Laterza 1975.
- Holzmeister L. P. *Município de S. Leopoldina. Monografia estatística descritiva*, Rio de Janeiro 1942.
- Ianni O. *Raças e classes sociais no Brasil*, Rio de Janeiro 1972.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Coleção de monografias municipais – Nova série*, Rio de Janeiro.
- Istituto Geografico De Agostini *L'Enciclopedia Medica per tutti* (8 vol.), Novara 1974.
- Kill M. A. *Geografia e história do Espírito Santo*, Vitória 1974.
- Lazzari B. M. *Imigração e ideologia: a reação do Parlamento brasileiro à política de colonização e emigração (1850-1875)*, Ed. EST/UCS 1980.
- Leonardi A. *Depressione e risorgimento economico del Trentino: 1866-1914*, Ed. Soc. Trentina di Scienze storiche.
- Leonardi A. *Rapporti tra proprietà, impresa e mano d'opera nell'area trentina lungo i secoli XVIII e XIX* in AA.VV. << Rapporti tra proprietà, impresa e mano d'opera nell'agricoltura italiana dal IX secolo all'Unità >>, Verona 1984.
- Leonardi E. *La scuola elementare trentina. Dal Concilio di Trento all'annessione alla patria*, Trento 1959.
- Lima Camara A. de *Alguns reparos sobre a política demográfica brasileira* in RIC, ano II, 1941.
- Lins A. e E. *Graça Aranha e o Canaã*, Rio de Janeiro 1967.
- Lupis G. *Topografia medica della città di Trento*, Monauni 1831.
- Lutterbeck J. A. *Jesuítas no Sul do Brasil. Capítulos de história da missão e província Sul-brasileira da Companhia de Jesus*, Rio Grande do Sul 1977.

- Marcola F. *L'Europa alla conquista dell'America Latina*, Venezia 1894.
- Malesani E. *L'emigrazione italiana nel Brasile Meridionale e i suoi problemi*, a cura della CCIAA di Bologna.
- Manfroi O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas, culturais*, Porto Alegre 1975.
- Marconi N. *Gli italiani al Brasile*, Roma 1877.
- Marques C. A. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1878.
- Marques Perdigão Malheiro A. *A escravidão no Brasil. Ensaio histórico-jurídico-social*, Parte I, Rio de Janeiro 1866.
- Marzano L. *Coloni e missionari nelle foreste del Brasile*, Firenze 1904.
- Mattos A. *Colonização e recolonização do Brasil conforme as idéias de Alberto Torres* in RIHGES, ano 1935, n. 9.
- Mazzei Guimarães M. *Espírito Santo, um ramal de café no Brasil*, São Paulo 1954.
- Merrick T. – Graham D. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*, Rio de Janeiro 1978.
- Milward A. S. – Saul S. B. *Storia economica dell'Europa continentale 1780-1870*, Il Mulino.
- Moraes C. *Geografia do Espírito Santo*, Vitória 1974.
- Moraes O. *Da Itália ao Brasil: história de uma família*, Vitória 1981.
- Moraes O. *Tropas e tropeiros* in RIHGES, ano 1980/82, n. 31/33.
- Müller F. *Fundação e factos históricos de S. Thereza*, Vitória 1925.
- Musio G. *I problemi dell'emigrazione ed il metodo della ricerca sociale. L'acculturazione emigratoria* in << Realtà e problemi dell'educazione degli adulti >>, ano 1964, n. 2/3.
- Nagar C. *Lo Stato di Espírito Santo e l'immigrazione italiana* in BMAE, abril 1895.
- Nagar C. *Lo Stato di Espírito Santo nel Brasile*, in BMAE 1894.
- Novaes M. S. de *A escravidão e a abolição no Espírito Santo*, Vitória 1963.
- Novaes M. S. de *História do Espírito Santo*, Fundo Ed. do Espírito Santo.
- Novaes M. S. de *Medicina e remédios no Espírito Santo. História e folklore*, Vitória 1964.
- Novaes M. S. de *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*, Vitória 1980.
- Núcleo de Estudos e Pesquisas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*, Vitória 1983.
- Oliveira J. Teixeira de *História do Estado do Espírito Santo*, II Ed., Vitória 1975.
- Osorio Costa L. *A Colônia do Rio Novo (1854-1880)*, Dissertação de mestrado em história, Universidade de São Paulo 1981.
- Pedrotti P. *L'emigrazione del Trentino*, Roma 1918.
- Pedrotti P. *Superstiti caratteristiche correnti dell'emigrazione trentina*, Trento 1923.
- Penna M. F. *História da Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1878.
- Perini A. *Statistica del Trentino*, Trento 1852.
- Petrocchi L. *Le colonie italiane nello Stato di Espírito Santo (Brasile)* in BOE, ano XIV, 15 janeiro 1915, n. 1.
- Pettinati F. *O elemento italiano na formação do Brasil. De Américo Vespucci a Líbero Badaró*, São Paulo 1939.
- Piazza W. F. *A colonização de Santa Catarina*, BRDE 1982.
- Pieraccini G. *Relazione Demografico-Igienico-Sanitaria* in BOE, 15 agosto 1913, n. 10.
- Pinamonti G. *Domande intorno alla passata e futura condizione degli abitanti del Trentino e Risposte che a quelle danno la istoria e la ragione*, 1848.
- Pinto Pacca J. A. e Gomes H. *Planta dos ex-Núcleos Castello e Rio Novo levantada pela Comissão a cargo do Eng. J. A. P. Pacca e agrimensor H. Gomes*, 1:100.000.
- Prado Junior C. *História econômica do Brasil*, São Paulo 1974.

- Puccini M. *Nel Brasile*, Roma 1940.
- Puppin D. *Do Vêneto para o Brasil*, São Paulo 1981.
- Rabuske A. *Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*, Ed. EST/UCS.
- Raccolta di leggi ed ordinanze della Monarchia Austriaca*, vol. XII, Innsbruck 1872.
- Regio Commissariato dell'Emigrazione *Relazione sui servizi dell'emigrazione per l'anno 1909-1910 presentata al Ministro degli Affari Esteri dal Commissario Generale Luigi Rossi*, Roma 1910.
- Ribas da Costa J. *Canoeiros do Rio Santa Maria*, Vitória 1981.
- Ribeiro Couto R. *Língua nacional e espírito nacional* in RIC, ano II, 1941.
- Riccabona V. *Delle condizioni economiche del Trentino – notizie ed appunti del dott. Vittorio Riccabona*, Borgo 1880.
- Rizzetto R. *Colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo* in BOE, ano 1905, n. 7.
- Rizzetto R. *L'immigrazione italiana nello Stato di Espírito Santo* in BOE, ano 1903, n. 7.
- Rizzetto R. *Lo Stato di Espírito Santo*, em BMAE, abril 1904.
- Rocca S. L. *La colonizzazione germanica nel Brasile*, in BOE, ano 1906, n. 12.
- Rocha G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*, Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal Fluminense, Niterói 1984.
- Rocha L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, II Ed., Rio de Janeiro 1980.
- Rocha L. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*, Brasília 1971.
- Roche J. *A colonização alemã no Espírito Santo*, São Paulo 1968.
- Rosa G. *Vademecum. Consiglieri dell'emigrante*, Stab. Grafico Benacense.
- Rosoli G. *Chiesa ed emigrati italiani in Brasile: 1880-1940* in << Studi Emigrazione >> , anno XIX, n. 66, junho 1982.
- Rossi A. *Condizione dei coloni italiani nello Stato di S. Paolo* in BOE, anno 1902, n. 7.
- Ruschi A. *Dados para contribuição da História de Santa Teresa* in << Boletim do Museu de Biologia prof. Mello Leitão >> , número especial comemorativo ao XXVII aniversário.
- Ruschi E. I. *Estado do Espírito Santo. Município de S. Teresa: Estatística-Corografia e História*, Rio de Janeiro 1939.
- Sainte Hilaire A. de *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, ed. Itatiaia, Belo Horizonte.
- Santos E. *Anfibios e Répteis*, III Ed., Belo Horizonte 1981.
- Sardagna I. *Prospetto pubblico economico del Dipartimento dell'Alto Adige*, manuscrito.
- Schorer Petrone M. T. *O imigrante e a pequena propriedade*, II Ed., São Paulo 1984.
- Sequeira A. *Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense; desde os tempos coloniais até os nossos dias*, II Ed., Vitória 1944.
- Seyferth G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*, Porto Alegre 1974.
- Seyferth G. *Nacionalismo e identidade étnica*, Ed. F. C. C.
- Silva T. *Importância da imigração italiana em Castelo*, Tese de Láurea em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Madre G. de S. José, 1978.
- Siqueira M. da Penha *O desenvolvimento do porto de Vitória: 1870-1940*, Vitória 1984.
- Slomp Giron L. *Caxias do Sul: evolução histórica*, Caxias do Sul 1976.
- Società Agraria Roveretana *Relazione della Presidenza sull'attività sociale nel decennio 1869-1879 e rapporto sull'operato dell'anno 1879*, Rovereto 1880.
- Sori E. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*, Ed. Il Mulino.
- Souza de Menezes J. C. *Theses sobre a colonização no Brasil*, Rio de Janeiro 1875.
- Souza Martins J. de *A imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo 1973.
- Souza Martins J. de *Mercato del lavoro ed emigrazione italiana in Brasile* in << Cenni storici sulla emigrazione italiana nelle Americhe e in Australia >> a cura di R. De Felice, Ed. F. Angeli.

- Souza N. S. *O anarquismo da Colônia Cecília*, Rio Janeiro 1970.
- Stenico R. *Giovo, Comune e Pieve, Verla capoluogo*, Trento 1985.
- Stenico R. *Mosana di Giovo: storia, ambiente, cultura*, Trento 1981.
- Taunay A. de Escragnonne *História do Café no Brasil*, Rio de Janeiro 1943.
- Taunay A. de Escragnonne *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, São Paulo 1941.
- Tschudi J. J. von *Reisen durch Südamerika*, Leipzig 1866.
- Tomelin V. *Relações autoritárias em educação – Um estudo de caso*, Tese de doutorado em pesquisa, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação 1984.
- Torres Filho A. E. Magarinos *O Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro 1913.
- Trento A. *Là dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile 1875-1940*, Padova 1984.
- Trotter C. *A la mattina all'alba. L'emigrazione nel Primiero*, Trento 1984.
- Trotter C. *Tra fiumane e alluvioni. 1882 << L'an de la brentana >>*, Trento 1982.
- Ufficio Idrografico della Prov. Autonoma di Trento *Annali idrologici 1978*.
- Ugolotti F. *Italia e italiani in Brasile. Note e appunti*, São Paulo 1897.
- Valle E. Q. do *Pequeno dicionário informativo do Estado do Espírito Santo*, II Ed., Vitória 1959.
- Vasconcellos J. M. P. *Catecismo histórico e político seguido de máxima e pensamentos de diversos autores*, Vitória 1859.
- Venerosi Pesciolini R. *Le colonie italiane nel Brasile Meridionale. Stati di Rio Grande do Sul, S. Catarina e Paraná*, Torino 1914.
- Vilhena M. *A indústria sericícola no Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1943.
- Volpi M. *Sulle condizioni agricole del nostro paese*, Trento 1890.
- Wagemann E. *A colonização alemã no Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1949.
- Waibel L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, Rio de Janeiro 1958.
- Willems E. *A aculturação dos alemães no Brasil*, Comp. Editora Nacional.
- Willems E. *A emancipação econômica das colônias germânicas no Brasil* in RIC, ano III, 1942.
- Willems E. *O desnivelamento econômico como fator de aculturação* in RIC, ano II, 1941.
- Xavier C. *Climatologia espírito-santense* in RIHGES, ano 1938, n. 11.
- Zagonel C. A. *Igreja e imigração italiana*, Ed. EST/SULINA.
- Zandonadi M. *Venda Nova. Um capítulo da imigração italiana*, São Paulo 1980.
- Zaninelli S. *Una agricultura di montagna nell'Ottocento: il Trentino*, Trento 1978.
- Zieger A. *Storia della regione tridentina*, Trento 1968.

Coleções de jornais e revistas

Gazzetta di Trento (Trento), números publicados no período entre 1873 e 1880.

Il Raccoglitore (Rovereto), números publicados no período entre 1873 e 1880.

Il Trentino (Trento), números publicados no período entre 1873 e 1877.

Correio da Victoria (Vitória), números publicados no período entre 1870 e 1872.

O Cachoeirano (Cachoeiro do Itapemirim), números publicados no período entre 1877 e 1878 e de 1881 a 1884.

O Espírito-Santense (Vitória), números publicados no período entre 1870 a 1885.

Bollettino dell'emigrazione, números publicados no período entre 1902 e 1928.

Bollettino del Ministero degli Affari Esteri, números publicados entre 1894 e 1904.

Revista de Imigração e Colonização, números publicados no período entre 1894 e 1904.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, números publicados no período entre 1917 e 1985.

Studi Emigrazione, números publicados no período entre 1964 e 1986.

Seqüência de números incompleta ou números avulsos foram também consultados dos seguintes jornais ou revistas:

A idéia, *Bollettino del Consiglio Provinciale d'Agricoltura* (Sezione di Trento), *Emigrazione e Colonie*, *Gazeta de Itapemirim*, *Gazeta do Comércio*, *Materiali di Lavoro*, *O Itapemirinese*, *O Liberal*, *O Operário*, *Opinião Liberal*, *Politica Nazionale*, *Revista Instituto Jones dos Santos Neves*, *Vasco Coutinho*, *UFES-Revista de cultura*.

Entrevistas gravadas em fitas

- 1) **Brigida Bernabè Feitoza**, 77 anos, Venda Nova do Imigrante 06/04/1986.
- 2) **Agostino Bonella**, 75 anos, Nova Mantua (A. Chaves) junho de 1986.
- 3) **Renato Cappelletti**, 71 anos, S. Sebastião (Santa Teresa) 25/05/1986.
- 4) **Guglielmo Ferrari** e **Sira M. Paoli**, 81 anos, Santa Teresa 20/07/1986.
- 5) **Attilio Lorenzini**, 71 anos, **Otávio Libardi**, 54 anos, Alto Pongal (Anchieta) 29/03/1986.
- 6) **Americo Loss**, 71 anos e **Marietta Corona**, 65 anos, Santa Teresa 28/06 e 20/07/1986.
- 7) **Adele Magnago Vettorazzi**, 82 anos, Pedra Pontuda (Castelo) 05/04/1986.
- 8) **Attilio Mugnatto**, 77 anos e **Natalina Zufelatto**, 75 anos, Tabocas (Santa Teresa) 27/06/1986.
- 9) **Maria Passamani**, 55 anos, Marilândia 11/05/1986.
- 10) **Pedro Passamani**, 91 anos, Marilândia 11/05/1986.
- 11) **Silvio Passamani**, 80 anos, **Adelia Lorenzini**, 80 anos e **Otávio Libardi**, 54 anos, Alto Pongal (Anchieta) 30/03/1986.
- 12) **Anibal Petri**, 77 anos, IV Território (Alfredo Chaves) junho de 1986.
- 13) **Narciso Pompermaier**, 80 anos e **Giacinto Pompermaier**, 78 anos, Anchieta 28/03/1986.
- 14) **Virgilio Tomasi**, 95 anos, Santa Teresa 04/05 e 25/05/1986.
- 15) **Angelo Tonini**, 97 anos, Corrego São José (Santa Teresa) 25/05/1986.
- 16) **Romeo Zufelatto**, 84 anos, Alto Jacutinga (Santa Teresa) 24/05/1986.

Índice das tabelas

Tab. I	Exportações de farinha de mandioca do Espírito Santo, 1869-1874	118
Tab. II	Exportações de açúcar do Espírito Santo, 1844/1851	119
Tab. III	Exportações de açúcar do Espírito Santo, 1852/1874	119
Tab. IV	Exportações de café do Espírito Santo, 1845/1874	126
Tab. V	População da Colônia Santa Izabel, 1847/1886	160
Tab. VI	Colonos estabelecidos na Colônia Santa Leopoldina de 1857 a 1873	205
Tab. VII	População da Colônia Santa Leopoldina de 1858 a 1873	207
Tab. VIII	Exportações de café da Colônia Santa Leopoldina, 1864/1873	208
Tab. IX	Colonos estabelecidos na Colônia de Rio Novo de 1854 a 1862	238
Tab. X	População da Colônia de Rio Novo, 1857-1874	249
Tab. XI	Superfície da Colônia de Rio Novo até 1874	250
Tab. XII	Exportações de café da Colônia de Rio Novo, 1868/1874	251
Tab. XIII	Importações e exportações totais (em réis) da Colônia de Rio Novo, 1867/1871	252
Tab. XIV	Animais criados na Colônia de Rio Novo, 1867/1874	253
Tab. XV	Comparações entre temperaturas máximas e mínimas em três estações termométricas trentinas e em três zonas agroclimáticas do Espírito Santo	305
Tab. XVI	Médias mensais de temperatura e umidade relativa nas cidades de Trento, Santa Teresa e Alfredo Chaves	306
Tab. XVII	Diagnose de doenças em cerca de 650 casos clínicos nas colônias Santa Leopoldina e Rio Novo no período 1876/1879	309
Tab. XVIII	Dimensões dos lotes rurais na Colônia de Rio Novo	346
Tab. XIX	Matrimônios católicos na Paróquia de Santa Teresa, 1889/1904	450
Tab. XX	População da Colônia Castello, 1881/1888	460
Tab. XXI	Entradas, população e superfície da Colônia de Rio Novo, 1875/1888	461
Tab. XXII	Entradas, população e superfície da Colônia Santa Leopoldina, 1874/1888	478
Tab. XXIII	Produção agrícola de Rio Novo em 1878 e em 1886	495
Tab. XXIV	Produção agrícola de Santa Leopoldina em 1886 e 1887	495
Tab. XXV	Exportações de café da Colônia de Rio Novo e Santa Leopoldina, 1875/1885	496

Índice das ilustrações

O início	22
A colônia	35
Os trentinos	42, 53, 70, 87
Os líderes dos trentinos em Santa Teresa	97, 105
A primeira casa	120
A caça	124
A igreja	133
Rumo ao Rio Grande do Sul	139, 157
Novos espaços na floresta	164
O comércio	172, 189, 212
Tradições italianas	240
Os “cauriotti”	263
Os últimos contatos com o mundo perdido	286, 310, 339, 370
Já brasileiros	394, 418, 440
Nova emigração	464
Camponeses trentinos no “sonho americano”	488
 E ainda:	
Mapa geográfico do Trentino	37
Mapa geográfico do Espírito Santo com delimitação dos territórios em que se estabeleceram os trentinos	112
Mapa das Colônias de Rio Novo e Castello	178

Abreviações

AMC	Arquivo Municipal de Civezzano
AMCB	Arquivo Municipal de Canal San Bovo
AMFP	Arquivo Municipal de Fiera di Primiero
AMI	Arquivo Municipal de Imer
AMS	Arquivo Municipal de Siror
AMT	Arquivo Municipal Tonadico
ADT	Arquivo Diocesano de Trento
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
APEES-Busatto	Documentos obtidos junto ao APEES, mas fornecidos em cópia pelo prof. Luiz Busatto
AHAV	Arquivo Histórico da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo
ANR	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APP	Arquivo Paroquial de Pieve di Transacqua
APST	Arquivo Paroquial de Santa Teresa (E.S.)
AET	Arquivo Estadual de Trento
Atos Adm.	Atos Administrativos
BCFT	Biblioteca do Convento dos Padres Franciscanos de Trento
BMRE	Boletim do Ministério das Relações Exteriores
BOE	Boletim da Emigração
Cap. Dist.	Capitania Distrital (TN = Trento)
d.e.	documento extraviado
doc. dd	Documento datado de
GDA	Grupo Documental Agricultura
GDAccioly	Grupo Documental Acioly
GDG	Grupo Documental Governadoria
MEESSFAST	Museu Escola Educandário Seráfico S. Francisco de Assis (Santa Teresa)
RIC	Revista de Imigração e Colonização
RIHGES	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do E.S.

Obras da série

- Parte I **Vincere o Morire – Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane – Santa Catarina 1875-1900 – Trento 1986.**
- Parte II **Colonie Imperiali nella Terra del Caffè - contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Espírito Santo 1874-1900 – Trento 1987.**
- Parte III **Dove cresce l'araucaria. Dal Primiero a Novo Tyrol - contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Paraná 1874-1940 – Trento 1989.**
- Parte IV **Da Schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas - contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. São Paulo 1875-1914 – Trento 1991.**

Obras da Coleção Canaã

Vol. 1 - **O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (fevereiro 1895). Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória.** Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog (Vitória, 1995).

Vol. 2 - **Projeto de um Novo Arrabalde (1896).** Relatório de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Edição fac-similar (Vitória, 1996).

Vol. 3 - **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822).** Organização de João Eurípedes Franklin Leal. (Vitória, 1998).

Vol. 4 - **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: O Início da Colonização do Espírito Santo.** Nara Saletto (Vitória, 1998).

Vol. 5 - **Viagem à Província do Espírito Santo - imigração e colonização suíça - 1860.** Johann Jakob von Tschudi. (Vitória, 2004).

Vol. 6 - **Colônias Imperiais na Terra do Café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Espírito Santo 1874-1900.** Renzo M. Grosselli. Tradução: Márcia Sarcinelli.

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do APEES, em formato pdf, dentro do projeto Biblioteca Digital, no seguinte endereço: www.ape.es.gov.br

Próximas publicações:

Vol. 7 - **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** Levy Rocha

Vol. 8 - **História do Estado do Espírito Santo.** José Teixeira de Oliveira